ATA DA REUNIÃO DE 06.12.2019 (PÚBLICA)

# ATA N.º 22/2019

Ao sexto dia do mês de dezembro do ano dois mil e dezanove, nesta Vila e Sala de Reuniões dos Paços do Município de Mafra, reuniu-se a Câmara Municipal, sob a presidência de Hélder António Guerra de Sousa Silva, Presidente da Câmara, estando presentes os Vereadores Joaquim Francisco da Silva Sardinha, José Manuel Antunes Graça, em substituição de Rogério Monteiro da Costa, Aldevina Maria Machado Rodrigues, Hugo Manuel Moreira Luís, Hugo Rafael Roque Faria, em substitutição de Sérgio Alberto Marques dos Santos, Célia Maria Duarte Batalha Fernandes e José António Paulo Feigueiras. Assistiu à reunião Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Licenciada em Direito, Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças. Esteve ausente a Vereadora Lúcia Maria Quitério da Silva Bonifácio de Carvalho, cuja falta a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar. Da reunião consta a seguinte ordem de trabalhos: **I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: 1.** Competência delegada e subdelegada; **2.** Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; **II – ORDEM DO DIA: 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS: 1.1.** Ata; **1.2.** Refeições Escolares para os Estabelecimentos de Ensino do 1.º Ciclo e Pré-Escolar do Concelho de Mafra e para a Creche Municipal de Mafra, para o ano letivo 2019/2020, com possibilidade de renovação para os anos letivos 2020/2021 e 2021/2022 – ratificação de despacho; **1.3.** Criação do Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais do Município de Mafra – Início do procedimento e participação procedimental – ratificação de despacho; **1.4.** Delegação de competência para realização de despesas no Conselho de Administração dos SMAS – ratificação de despacho; **1.5.** Assunção de compromissos plurianuais pelo SMAS – Submissão à Assembleia Municipal; **1.6.** Protocolo de cooperação entre o ISCTE – IUL Instituto Universitário de Lisboa e o Município de Mafra; **1.7.** Contrato de Gestão entre o Município de Mafra e a Giatul – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M.,

S.A. – submissão à aprovação da Assembleia Municipal; **1.8.** Feiras a realizar pelo Município de Mafra para o ano de 2020; **1.9.** Proposta de aquisição do complexo edificado denominado "Quinta de Santo António" sito na Venda do Pinheiro; **1.10.** Doação de Casa Móvel; **1.11.** Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas; **1.12.** Requalificação do Largo da Feira da Malveira, incluindo as infraestruturas no subsolo – Concurso Público; **2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO: 2.1.** Atribuição de donativo à APERCIM; **2.2.** Contrato em Regime de Comodato de cedência de instalações, Escola Básica da Póvoa da Galega, ao Grupo Folclórico "Os Saloios" da Póvoa da Galega – alteração; **2.3.** Contrato em Regime de Comodato de cedência de instalações, antiga EB1 do Lexim, à Associação de Apicultores da Abelha Saloia; **2.4.** Transferência de Farmácia – emissão de parecer; **2.5.** Casa do Povo do Gradil – atribuição de apoio financeiro; **3. DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE: 3.1.** Mafra Requalifica – Fichas de avaliação do nível de conservação de imóveis; **3.2.** Construção do Parque Ecológico e Parque Intermodal – Venda do Pinheiro – revisão de preços; **4. DIVISÃO DE SEGURANÇA: 4.1.** Proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Mafra; **III – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA**. ----------

**--- ABERTURA DA REUNIÃO: ----------**

--- Verificando-se a existência de quórum foi declarada aberta a reunião quando eram nove horas e trinta minutos. ----------

**--- I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: ----------**

--- Neste período foram tratados os seguintes assuntos: ----------

**--- 1. COMPETÊNCIA DELEGADA E SUBDELEGADA: ----------**

--- O Presidente da Câmara deu informação sobre as decisões proferidas por si e pelo Vereador Hugo Manuel Moreira Luís, no uso das competências delegadas e subdelegadas, conforme listagens em anexo (anexo I). ----------

**--- 2. INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO E ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO: ----------**

**--- INTERVENÇÕES: ----------**

--- O Presidente deu conhecimento que o Município de Mafra foi galardoado com cinco certificados, em resultado do número de anos consecutivos (em múltiplos de cinco em cinco anos) de Bandeira Azul hasteada em diferentes praias do Concelho: São Lourenço

(20 anos), Foz do Lizandro (15 anos), Baleia ou Sul (10 anos), Porto da Calada (5 anos) e Algodio (5 anos); da abertura de Concurso Público para a "Conceção do projeto para a instalação do Museu Nacional da Música no Palácio Nacional de Mafra" – até dia 21 de janeiro de 2020; do Jantar de Natal dos trabalhadores da Câmara Municipal de Mafra que se realiza hoje, dia 6 de dezembro, pelas 20h00, na Quinta dos Rouxinóis, na Malveira. ----------

**--- DO VEREADOR ANTÓNIO FELGUEIRAS: ----------**

--- O Vereador António Felgueiras deu nota dos eventos que decorreram no Concelho: o Mafra Foot, no Alcainça Atlético Clube, bem como a abertura da exposição de Pintura de Eunice Maia, na Galeria Municipal Orlando Morais, na Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, na Ericeira, respetivamente, no passado dia 16 de novembro; no dia 17 de novembro: a Feira Mensal de Mafra, no Parque Intermodal de Mafra; no Estádio do Parque Desportivo Municipal de Mafra, Futebol – Liga de Portugal – CD Mafra x SC Covilhã B; o Concerto a 6 órgãos, com a apresentação das obras galardoadas no âmbito do Prémio internacional de Composição "Órgãos do Palácio Nacional de Mafra 2019" e da obra de Sérgio Azevedo; o lançamento das "Atas do Ciclo de Conferências do Palácio Nacional de Mafra na Comemoração do Tricentenário do Lançamento da Primeira Pedra da Basílica de Mafra", na Basílica do Palácio Nacional de Mafra; no dia 20 de novembro, Ténis de Mesa – Future Spin x Clube Desportivo Estrela "C", no Pavilhão do Parque Desportivo Municipal de Mafra; no dia 21 de novembro, no Pavilhão do Sporting Clube do Livramento, Exercício Municipal "Mafraquake 2019"; de 23 de novembro a 22 de dezembro, *In Market*, no Mercado Municipal da Ericeira; no dia 23 de novembro, o Ciclo de Música "Guitarras" – Mano a mano, na Casa da Música Francisco Alves Gato, em Mafra; no dia 25 de novembro, na Ericeira Business Factory, uma sessão de esclarecimentos sobre alterações ao Código de Trabalho, com a participação da Dr.ª Isabel Neves; no dia 28 de novembro, Mega Hidro, nas Piscinas do Parque Desportivo Municipal de Mafra; abertura, no dia 28 de novembro, de "O Natal chegou à Vila", respetivamente no Terreiro D. João V, em Mafra, e Praça da República, na Ericeira; nos dias 29 e 30 de novembro, a participação da delegação de Mafra no

Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses e intervenção sobre "Revisão do estatuto dos eleitos locais", em Vila Real; no dia 30 de novembro: o Rali das Camélias, no Concelho de Mafra; a Feira Tradicional de Santo André, no Parque Intermodal de Mafra; e a Sessão de Contos Tradicionais, por António Fontinha, na Biblioteca Municipal de Mafra; nos dias 30 de novembro e 1 de dezembro, Teatro "Conto de Natal" – Grupo TEMA – Teatro Mafra, no Auditório Municipal Beatriz Costa, em Mafra; no dia 1 de dezembro: Concertos de Natal "In'Natalis", respetivamente, na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, na Igreja Nova, e na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Vila Franca do Rosário, e, ainda, o VIII Ciclo de Concertos a 6 órgãos, na Basílica do Palácio Nacional de Mafra; nos dias 4 e 5 de dezembro, em Bruxelas, a participação do Presidente da Câmara Municipal de Mafra, enquanto membro do Conselho das Regiões Europeu, no "Debate sobre o Pilar Social da Europa", sob o tema "Crise da disponibilidade de habitação e capacidade de aquisição". ----------

--- De seguida, anunciou os próximos eventos a decorrerem no Concelho: "O Natal chegou à Vila", patente até ao dia 22 de dezembro, no Terreiro D. João V, em Mafra, e na Praça da República, na Ericeira; no dia 6 de dezembro, pelas 21h30, Concertos de Natal "In'Natalis", na Igreja de Nossa Senhora da Encarnação; nos dias 7, 8, 14 e 15 de dezembro, pelas 15h30, no Auditório Municipal Beatriz Costa, em Mafra, Teatro "Conto de Natal" – Grupo TEMA – Teatro Mafra; no dia 7 de dezembro: - pelas 16h00 e pelas 21h30, respetivamente, na Igreja de São Miguel de Alcainça e na Igreja de Santo Estêvão das Galés, Concertos de Natal "In'Natalis"; - pelas 21h30, na Casa da Música Francisco Alves Gato, em Mafra, o Ciclo de Música "Guitarras", com Ricardo Rocha; no dia 8 de dezembro: - pelas 15h00, na Igreja de Nossa Senhora da Assunção, na Enxara do Bispo, Concertos de Natal "In'Natalis"; pelas 17h00, no Estádio do Parque Desportivo Municipal de Mafra, Futebol – Liga de Portugal – CD Mafra x Estoril Praia; - pelas 18h00, na Igreja de Nossa Senhora da Assunção, em Cheleiros, Concertos de Natal "In'Natalis"; no dia 10 de dezembro, pelas 14h00, no Edifício Municipal de Serviços – Loja do Cidadão, em Mafra, Conferência "Projetos à Mostra" - Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) na região saloia"; no dia 13 de dezembro, pelas 21h30, na Igreja de São Paulo, na Malveira, Concertos de Natal "In'Natalis"; no dia 14 de dezembro: - pelas 15h00, no Clube Desportivo da Venda do Pinheiro, Mafra Foot; - pelas 15h30, na Biblioteca Municipal da Ericeira, Hora do Conto - Histórias que a minha avó me contava; - pelas 21h30, na Igreja de São Pedro, na Ericeira, Concertos de Natal "In'Natalis"; nos dias 14 e 15 de dezembro, pelas 21h00,

na Basílica do Palácio Nacional de Mafra, Concerto de Natal a Seis órgãos com a Academia de Música de Santa Cecília; no dia 15 de dezembro, na Venda do Pinheiro, o 1.º Aniversário do Parque Ecológico e Intermodal da Venda do Pinheiro – atividades desportivas, culturais e ambientais; pelas 9h00, no Parque Intermodal de Mafra, a Feira Mensal de Mafra; no dia 15 de dezembro, respetivamente, pelas 16h00 e pelas 19h00, Concertos de Natal "In'Natalis", na Igreja de São Silvestre do Gradil e na Igreja de Nossa Senhora da Oliveira; no dia 20 de dezembro, pelas 21h30, Concerto pelos Laureados do Concurso Folefest, na Casa da Música Francisco Alves Gato, em Mafra, e Concertos de Natal "In'Natalis", respetivamente, na Igreja de São Miguel do Milharado, na Igreja de Nossa Senhora do Livramento e na Igreja de Santo António, na Venda do Pinheiro; no dia 22 de dezembro, Concertos de Natal "In'Natalis, pelas 16h00, na Igreja de Nossa Senhora do Ó, na Carvoeira, e pelas 18h30, na Igreja de Santo Isidoro. ------

**--- DA VEREADORA CÉLIA BATALHA FERNANDES: ----------**

--- A Vereadora Célia Batalha Fernandes deu nota que decorreu, de 22 a 24 de novembro, em Santos, no Brasil, a conferência do *World Surf Cities*, onde esta Câmara Municipal participou. Foram tratadas questões relacionadas com as adaptações às alterações climáticas, o surf adaptado e os benefícios da prática do surf para inclusão social e para o desenvolvimento físico, bem como o programa "50 +". ----------

**--- DO VEREADOR JOSÉ GRAÇA: ----------**

--- O Vereador José Graça solicitou que se contactasse o ACES Oeste Sul, requerendo que este diligenciasse, com a maior brevidade, para que o aparelho de raios X do Centro de Saúde de Mafra entre em pleno e completo funcionamento. ----------

**--- DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: ----------**

--- O Presidente deu nota das diversas diligências e insistências que têm sido feitas, assim como da última resposta do Diretor do ACES, o qual referiu que o que está agora em causa é o cumprimento de um imperativo legal relativo a todas as práticas que envolvam a utilização de radiações ionizantes, sendo necessário o licenciamento por parte da APA – Agência Portuguesa do Ambiente. ----------

**--- DO VEREADOR JOSÉ GRAÇA: ----------**

--- O Vereador José Graça, verificando-se que, nesta fase pós-troika, alguns municípios têm conseguido atribuir alguns benefícios ao respetivo pessoal, nomeadamente quanto à majoração do período de férias e outras compensações relativas a dias de folga, perguntou qual é o quadro em vigor no Município de Mafra, ou se cumpre estritamente a Lei. ----------

**--- DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: ----------**

--- O Presidente deu nota que, desde o início do mandato anterior, o Município de Mafra determinou que o dia de aniversário do trabalhador é dia de não trabalho, além do que premeia a assiduidade. Assim, sempre que, por mês, o trabalhador não registe faltas, terá direito a um crédito de meio dia (3,5 horas), a utilizar de forma imediata ou acumulada, o que corresponde até 6 dias no fim do ano. ----------

**--- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO: ----------**

**--- ASSEMBLEIA MUNICIPAL: ----------**

--- A Câmara Municipal tomou conhecimento do ofício da Assembleia Municipal, com a referência AM_Saída/2019/44, de 18 de novembro, relativamente aos assuntos analisados em sessão ordinária realizada no dia 12 de novembro passado (anexo II). --

**--- II – ORDEM DO DIA: ----------**

--- Em conformidade com a ordem do dia foram analisados os seguintes assuntos: ----

**--- 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS: ----------**

**--- 1.1. ATA: ----------**

--- Presente, em anexo, a ata n.º 19/2019, da reunião de Câmara, realizada no dia 18 de outubro de 2019. ----------

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, face ao disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a ata n.º 19/2019, da reunião de Câmara, realizada no dia 18 de outubro de 2019. ----------

--- O Vereador Hugo Rafael Roque Faria não votou, porque não esteve presente na aludida reunião de Câmara. ----------

--- Presente, em anexo, a ata n.º 20/2019, da reunião de Câmara, realizada no dia 04 de novembro de 2019. ----------

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, face ao disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação

atual, aprovar a ata n.º 20/2019, da reunião de Câmara, realizada no dia 04 de novembro de 2019. ----------

--- Os Vereadores Hugo Manuel Moreira Luís e Hugo Rafael Roque Faria não votaram, porque não estiveram presentes na aludida reunião de Câmara. ----------

**--- 1.2. REFEIÇÕES ESCOLARES PARA OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO 1.º CICLO E PRÉ-ESCOLAR DO CONCELHO DE MAFRA E PARA A CRECHE MUNICIPAL DE MAFRA, PARA O ANO LETIVO 2019/2020, COM POSSIBILIDADE DE RENOVAÇÃO PARA OS ANOS LETIVOS 2020/2021 E 2021/2022 – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: ----------**

--- Presente, em anexo, a Informação interno/2019/17299, elaborada no Departamento de Administração Geral e Finanças, onde se encontra ínsito o despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra, datado de 25 de novembro de 2019 (anexo III). ----------

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, ratificar o despacho exarado, em 25 de novembro de 2019, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra, que aprovou a elaboração da adenda ao contrato das "Refeições escolares para os estabelecimentos de ensino do 1.º Ciclo e Pré-Escolar do Concelho de Mafra e para a Creche Municipal de Mafra, para o ano letivo 2019/2020, com possibilidade de renovação para os anos letivos 2020/2021 e 2021/2022". ----------

**--- 1.3. CRIAÇÃO DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS DO MUNICÍPIO DE MAFRA – INÍCIO DO PROCEDIMENTO E PARTICIPAÇÃO PROCEDIMENTAL – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: ----------**

--- Presente em anexo, o Despacho proferido pelo Presidente da Câmara Municipal, em 25 de novembro de 2019, ínsito na Informação n.º Interno/2019/17149, elaborada na Divisão de Assuntos Jurídicos, de 22 de novembro de 2019, e sobre a qual recairiam os pareceres de concordância da Chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos e da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, ambos de 25 de novembro de 2019

(anexo IV). ----------

--- A Camara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, proceder à ratificação do Despacho do Presidente da Câmara Municipal, *supra* identificado, que se reproduz e se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, proferido em 25 de novembro de 2019, que, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 1, do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, da alínea d) do artigo 15.º, e dos n.ºs 2, 3 e 9 do artigo 16.º, ambos do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua versão atual, e da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º *ex vi* o disposto no artigo 35.º, n.º 3, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, determinou o início do procedimento tendente à criação do Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais do Município do Município de Mafra, que contenha os critérios e condições para o reconhecimento de isenções totais ou parciais, objetivas ou subjetivas, relativamente aos impostos e outros tributos próprios do Município de Mafra, podendo os interessados, querendo, constituir-se como tal no procedimento e apresentar as suas sugestões, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicitação do início do procedimento no sítio institucional da Câmara Municipal de Mafra, na *Internet*, as quais deverão ser formuladas, por escrito, até ao final do mencionado prazo, através de requerimento ao Presidente da Câmara Municipal de Mafra. ----------

**--- 1.4. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA PARA REALIZAÇÃO DE DESPESAS NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DOS SMAS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: ---**

--- Presente, em anexo, Despacho do Presidente da Câmara, exarado em 14 de novembro de 2019 (anexo V). ----------

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, ratificar o despacho exarado, em 14 de novembro de 2019, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra, que aprovou que as competências atribuídas à Câmara Municipal pelo Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua redação atual, quanto à autorização para realização de despesas com locação, aquisição de bens e serviços e realização de empreitadas, independentemente do valor, sejam delegadas no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Mafra (SMAS Mafra). ----------

ATA DA REUNIÃO DE 06.12.2019 (PÚBLICA)

**--- 1.5. ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PELO SMAS - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE MAFRA – SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL: ----------**

--- Presente, em anexo, deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Mafra, datada de 15 de novembro (anexo VI). ----------

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, o reforço dos compromissos plurianuais, constantes do mapa plasmado na informação em anexo à deliberação em apreço, conforme respetivos fundamentos plasmados na dita, que se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, nos termos conjugados do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que foi regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação. ----------

**---- 1.6. PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O ISCTE – IUL INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA E O MUNICÍPIO DE MAFRA: ----------**

--- Presente, em anexo, Proposta subscrita pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, datada de 2 de dezembro de 2019, devidamente instruída com a documentação referente à celebração de Protocolo de Colaboração, entre o Município de Mafra e o ISCTE – IUL Instituto Universitário de Lisboa (anexo VII). ----------

--- Atenta a proposta apresentada, cujos fundamentos se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, à luz das atribuições e competências constantes do artigo 2.º, do n.º 1 do artigo 23.º e das alíneas a), d) e e) do n.º 2 do artigo 23.º, das alíneas u) e ee), do n.º 1 do artigo 33.º, todos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, na sua redação atual, aprovar a celebração do Protocolo de Colaboração entre o Município de Mafra e o ISCTE – IUL Instituto Universitário de Lisboa, conforme documentação em anexo, que se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.----------

**--- 1.7. CONTRATO DE GESTÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE MAFRA E A GIATUL – ACTIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, E.M., S.A. – SUMISSÃO À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: ----------**

--- Presente, em anexo, Proposta subscrita pelo Presidente da Câmara Municipal, devidamente instruída com a minuta do Contrato de Gestão do Parque de Autocaravanismo de Mil Regos, a celebrar entre a Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, SA e o Município de Mafra (anexo VIII). ----------

--- A Câmara Municipal deliberou, tendo presente a proposta formulada, cujos fundamentos de facto e de direito fazem parte integrante da presente deliberação, nos termos das disposições conjugadas da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º com a alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º todos do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Contrato de Gestão do Parque de Autocaravanismo de Mil Regos, a celebrar entre a Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, SA e o Município de Mafra. ----------

**--- 1.8. FEIRAS A REALIZAR PELO MUNICÍPIO DE MAFRA PARA O ANO DE 2020: ----------**

--- Presente em anexo, a Informação Interno/2019/17672, elaborada em 3 de dezembro, na Secção de Licenciamentos Diversos, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos e da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, datados de 3 de dezembro de 2019 (anexo IX). ----------

--- Considerando a informação suprarreferida, que se encontra em anexo para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do *Regulamento do Comércio a Retalho não Sedentário do Município de Mafra*, aprovar a realização pelo Município de Mafra das Feiras para o ano de 2020, constantes na referida Informação. ----------

**--- 1.9. PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DO COMPLEXO EDIFICADO DENOMINADO "QUINTA DE SANTO ANTÓNIO" SITO NA VENDA DO PINHEIRO: ----------**

--- Presente, em anexo a Informação Interno 2019/17710, elaborada na Unidade de Gestão do Património, sobre a qual recaiu o parecer de concordância da Diretora de Departamento de Administração Geral e Finanças, datado de 3 de dezembro de 2019, devidamente instruída com Despacho n.º 56/2019-PCM, datado de 21/11/2019,

Informação do DUOMA, datada de 28/11/2019 e Relatórios de Avaliação, da Comissão Municipal de Avaliação de Imóveis e de perito registado na CMVM n.º PAI/2003/0026 (anexo X). ----------

--- Em complemento à informação previamente distribuída, o Presidente explicou que, desde há muito, esta autarquia tem feito diligências, junto da família Canas, atendendo ao estado de degradação da Quinta de Santo António, com uma localização estratégica na Venda do Pinheiro. Terminado o litígio com a Fundação EDP, a quem o imóvel estava arrendado, informou que a família contactou a Câmara Municipal, no sentido de averiguar do interesse na aquisição do edificado. Expôs, detalhadamente, as razões para a referida aquisição, destacando que este edificado dispõe de condições adequadas para acolher as instalações da União das Freguesias, de uma Loja do Cidadão e, ainda, de uma incubadora de negócios, verificando-se que, ao mesmo tempo, será possível ampliar a capacidade de estacionamento atualmente existente no Parque Intermodal, que é contíguo. ----------

--- O Vereador José Graça declarou que os Vereadores do Partido Socialista já tinham manifestado, aquando da discussão da aquisição do terreno onde está hoje instalado Parque Ecológico e Intermodal da Venda do Pinheiro, que a Câmara deveria encetar todos os esforços no sentido de adquirir, também, a Quinta de Santo António. Constatou que, nos últimos tempos, a capacidade de estacionamento no Parque Intermodal já não é suficiente, podendo também ser disponibilizados lugares para parqueamento de autocarros para eventual desdobramento nos horários de maior procura. Concordou que, em termos económicos, a repartição dos custos com a aquisição é oportuna, acabando por ser diluidora de algum encargo imediato. Por último, atendendo ao valor do conjunto arquitetónico, solicitou que se faça todos os esforços possíveis para a preservação dos azulejos. ----------

--- Atento o teor da informação, cujos fundamentos de facto e de direito se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade dos presentes, nos termos e para os efeitos do disposto nas disposições conjugadas dos artigos 25.º, n.º 1, alínea i) e 33.º, n.º 1, alínea ccc),

do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, apresentar uma proposta de aquisição aos proprietários do prédio sito na Venda do Pinheiro, com a área total de 7.051 m², inscrito na matriz predial urbana sob o atual artigo 2541 da União de Freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estevão das Galés, anterior artigo 3915 da extinta Freguesia do Milharado e descrito na Conservatória do Registo Predial de Mafra sob o n.º 1174/19881230, da Freguesia do Milharado pelo valor de € 1.550.000,00 (um milhão quinhentos e cinquenta mil euros), sendo pago, na data da celebração da respetiva escritura de compra e venda, o montante de € 400.000,00 (quatrocentos mil euros) e o restante valor em dívida pago em prestações anuais, constantes e sem juros, a vencer-se no dia e mês da celebração da escritura, até ao ano de dois mil e vinte e três, sendo duas prestações unitárias, no montante de € 400.000,00 (quatrocentos mil euros), e a última de € 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil euros). Mais deliberou submeter a autorização da Assembleia Municipal, nos termos do estabelecido no artigo 25.º, n.º 1, alínea i) do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a aquisição do referido prédio, nas condições que vierem a ser propostas e acordadas entre as partes. ----------

**--- 1.10. DOAÇÃO DE CASA MÓVEL: ----------**

--- Presente, em anexo, Proposta subscrita pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, datada de 2 de dezembro de 2019, devidamente instruída com a documentação referente à doação, por parte da EDP Distribuição – Energia, S.A., de uma casa móvel (anexo XI). ----------

--- Atenta a proposta apresentada, cujos fundamentos se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, à luz das atribuições e competências constantes do artigo 2.º, do n.º 1 do artigo 23.º, das alíneas a), h) e i) do n.º 2 do artigo 23.º, e das alíneas j) e ee), do n.º 1 do artigo 33.º, todos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, na sua redação atual, aceitar a doação de uma casa móvel, por parte da EDP Distribuição – Energia, S.A., a qual tem o valor de mercado de € 10.500,00 (dez mil e quinhentos euros) com o objetivo de, provisoriamente, realojar uma pessoa em situação de sem-abrigo, conforme documentação em anexo, que se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais. ----------

**--- 1.11. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS: ----------**

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2019/16705, datada de 15 de novembro

de 2019, subscrita pela Equipa Multidisciplinar, sobre a qual recaiu o despacho de concordância do Presidente, devidamente instruída com o Relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas (anexo XII). ----------

--- No uso da palavra, a Dra. Milene Vieira, da equipa multidisciplinar interna, explicou que o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas foi novamente revisto em 2018, em virtude do início de um novo mandato político e das alterações na estrutura orgânica da Autarquia, plasmadas no Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, estrutura e competências – ROSMEC. Para a elaboração do presente relatório anual, a equipa multidisciplinar procedeu à análise das fichas de planeamento e controlo de execução do plano. Estas fichas foram elaboradas por cada uma das unidades orgânicas e devidamente validadas pelos dirigentes municipais. A partir da monitorização efetuada, concluiu-se que das 222 medidas de prevenção de riscos de gestão identificadas foram implementadas 213, o que equivale a 96% de execução. Apenas 9 medidas não foram concretizadas, porque não aplicáveis, ou seja, não se verificaram, no período em apreço, as circunstâncias que justificassem a sua implementação, ou não realizadas conforme as observações exaradas nas fichas de monitorização. Nesta oportunidade, a equipa multidisciplinar interna recomenda que, face à revisão do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, Estruturas e Competências – ROSMEC do presente ano, se proceda à revisão do plano. Recomenda ainda que esta revisão acolha a nova recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 02 de outubro de 2019, sobre prevenção de riscos na contratação pública. Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar o Relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção de Risco de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas reportado ao ano de 2018. Mais se propõe que o referido relatório seja remetido ao Conselho de Prevenção e Corrupção, bem como à Direção Geral das Autarquias Locais e à Inspeção Geral de Finanças. ----------

--- Atentos os fundamentos de facto e de direito plasmados na documentação em

apreço, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atenta a Recomendação, de 1 de julho de 2009, do Conselho da Prevenção da Corrupção, publicada na 2.ª Série do Diário da República, n.º 140, de 22 de julho de 2009, aprovar o Relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, reportado ao ano de 2018. Mais deliberou que, nos termos da mesma Recomendação, o referido Relatório seja remetido ao Conselho de Prevenção da Corrupção, bem como à DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais e à Inspeção Geral de Finanças. ----------

**--- 1.12. REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DA FEIRA DA MALVEIRA, INCLUINDO AS INFRAESTRUTURAS NO SUBSOLO – CONCURSO PÚBLICO: ----------**

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2019/17754, e respetivos anexos, elaborada na Unidade de Contratação Pública e Aprovisionamento, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património e da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, datados de 3 de dezembro de 2019 e despacho de encaminhamento à reunião de câmara do Exmo. Sr. Presidente, da mesma data (anexo XIII).----------

--- O Presidente começou por enquadrar que a requalificação da Casa Canas, futuro Centro Cultural da Malveira, está englobada neste programa alargado de reabilitação urbana na vila, assim como a intervenção no Largo das Escolas (ou do Depósito de Água). Deu ainda nota que, dentro de poucos dias e de modo a beneficiar as acessibilidades, vão ser demolidas três das quatro casas devolutas existentes na Rua das Escolas, sendo que uma delas poderá ser reabilitada para habitação social. No que diz respeito a este concurso público, explicou que, para além da obra no Largo da Feira e da Avenida José Baptista Antunes, se pretende remodelar as redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais existentes no subsolo. ----------

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, face aos fundamentos plasmados na Informação em apreço e respetivos anexos, que se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, ao abrigo dos termos conjugados da alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, com a alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, em vigor por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação repristinada pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 30 de março, a abertura de procedimento por concurso publico para a formação de contrato de empreitada de obras públicas para a

execução da "Requalificação do Largo da Feira e da Av. José Batista Antunes, na Malveira, incluindo as infraestruturas no subsolo", nos termos da alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação; a aprovação dos projetos, anúncio de procedimento, programa de concurso e caderno de encargos; considerar como preço. ----------

**--- 2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO: ----------**

**--- 2.1. ATRIBUIÇÃO DE DONATIVO À APERCIM: ----------**

--- Presente, em anexo, a Informação Interno 2019/17006, elaborada em 21 de novembro de 2019, na Divisão de Turismo, Cultura e Desporto, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância do Chefe da Divisão de Turismo, Cultura e Desporto e da Diretora de Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, bem como o despacho de concordância da Vereadora Célia Batalha Fernandes, todos datados de 21 de novembro do corrente ano (anexo XIV). ----------

--- Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, nos termos do disposto nas alíneas u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, atribuir um apoio financeiro à Apercim - Associação para Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Mafra, no valor de € 950,00 (novecentos e cinquenta euros). ----------

**--- 2.2. CONTRATO EM REGIME DE COMODATO DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES, ESCOLA BÁSICA DA PÓVOA DA GALEGA, AO GRUPO FOLCLÓRICO "OS SALOIOS" DA PÓVOA DA GALEGA - ALTERAÇÃO: ----------**

--- Presente, em anexo, a Informação Interno 2019/17689, elaborada em 29 de novembro de 2019, na Unidade de Apoio Institucional, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Ação Social e Apoio Institucional e da Diretora de Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico datados, respetivamente, de 29 de novembro e 03 de dezembro, do ano de 2019 e o despacho de concordância da Vereadora Aldevina Rodrigues, datado de 03 de dezembro corrente

(anexo XV). ----------

--- A Vereadora Aldevina Rodrigues, em complemento, explicou que o Grupo Folclórico "Os Saloios" da Póvoa da Galega efetuou uma candidatura para financiamento no sentido de renovar as peças de traje habitualmente em uso, valorizar a sua mostra etnográfica e a preservação das peças de acervo. Uma vez que tal implica a aquisição de mobiliário, propõe-se o alargamento para cinco anos do prazo de duração do contrato em regime de comodato para cedência de instalações. ----------

--- Interveio o Vereador José Graça, manifestando satisfação pelo trabalho de recolha que este grupo tem realizado, constituindo uma mais-valia para o Concelho e sendo reconhecido pela própria Federação de Folclore Português. ----------

--- Atenta a Informação prestada cujos fundamentos de facto e de direito fazem parte integrante da presente deliberação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, nos termos do disposto nas alíneas u) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar uma adenda ao Contrato de Comodato de Cedência de Instalações celebrado com o Grupo Folclórico "Os Saloios" da Póvoa da Galega celebrado em 2014, e que prevê que a duração do contrato é de 5 anos a contar da data de assinatura da adenda, renovável automática e sucessivamente por períodos de um ano enquanto não for denunciado por nenhuma das partes, de acordo com a minuta anexa à referida Informação, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais. ----------

**--- 2.3. CONTRATO EM REGIME DE COMODATO DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES, ANTIGA EB1 DO LEXIM À ASSOCIAÇÃO DE APICULTORES DA ABELHA SALOIA:-**

--- Presente, em anexo, a Informação Interno 2019/17688, elaborada em 29 de novembro de 2019, na Unidade de Apoio Institucional, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Ação Social e Apoio Institucional e da Diretora de Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, datados, respetivamente, de 29 de novembro e 03 de dezembro, do ano de 2019 e o despacho de concordância da Vereadora Aldevina Rodrigues, datado de 03 de dezembro corrente (anexo XVI). ----------

--- A Vereadora Aldevina Rodrigues aditou que a Associação de Apicultores da Abelha Saloia, recentemente constituída, tem por objetivo defender a abelha e a produção de mel. Como é do conhecimento de todos, o edifício da antiga Escola Básica do Lexim está sem ocupação e, devido à sua localização específica, não se tem verificado o interesse de mais nenhuma associação na celebração de um contrato em regime de

comodato. Face ao pedido em apreço, propõe-se a cedência do mesmo à Associação de Apicultores da Abelha Saloia, considerando que o seu objetivo se consubstancia em atividades de preservação da natureza, designadamente através da promoção e valorização do mel e produtos derivados, e que esta também se disponibilizou em colaborar no combate à vespa velutina. ----------

--- Atenta a Informação prestada, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, nos termos do disposto nas alíneas u) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a celebração do Contrato em Regime de Comodato de cedência de instalações, de acordo com a minuta anexa à referida Informação, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, através da qual o Município de Mafra cede, a título gratuito e em regime de comodato, a antiga EB1 do Lexim, à Associação de Apicultores da Abelha Saloia, para desenvolvimento da sua atividade. O Vereador Hugo Rafael Roque Faria não votou, por se considerar impedido. ----------

**--- 2.4. TRANSFERÊNCIA DE FARMÁCIA – EMISSÃO DE PARECER: ----------**

--- Presente, em anexo, a Informação Interno 2019/17720, elaborada em 25 de novembro de 2019, na Unidade de Apoio Institucional, sobre a qual recaiu o parecer de concordância da Diretora de Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, bem como o despacho de concordância da Vereadora Aldevina Rodrigues, ambos datados de 03 de dezembro corrente (anexo XVII). ----------

--- Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD e do Senhor Presidente e as abstenções dos Vereadores do Partido Socialista, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 307/2007, de 31 de agosto, na sua redação atual, emitir parecer favorável à transferência da Farmácia do Choupal sita na Rua Joaquim Belchior, n.º 29 – Maceira, União das Freguesias de A-dos-Cunhados, concelho de Torres Vedras, para Rua Francisco Mata n.º 2, 2655-250 Ericeira, concelho de Mafra, respondendo ao INFARMED, I.P., em conformidade. ----------

**--- 2.5. CASA DO POVO DO GRADIL – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO: ----**

--- Presente, em anexo, a Informação Interno 2019/17698, elaborada em 02 de dezembro de 2019, na Unidade de Apoio Institucional, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Ação Social e Apoio Institucional e da Diretora de Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, datados, respetivamente, de 02 e 03 de dezembro de 2019, bem como o despacho de concordância da Vereadora Aldevina Rodrigues, datado de 3 de dezembro corrente (anexo XVIII). ----------

--- Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, nos termos do disposto nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, atribuir um apoio financeiro à Casa do Povo do Gradil, no valor de € 50.000,00 (cinquenta mil euros), para apoio a obras de construção da nova creche. ----------

## --- 3. DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE:----------

**--- 3.1. MAFRA REQUALIFICA – FICHAS DE AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS: ----------**

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2019/17581, elaborada a 02 de dezembro de 2019, na Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância do Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente, ambos datados da mesma data, bem como o despacho do Presidente da Câmara Municipal (anexo XIX). ----------

--- Atenta a informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, concordar com o estado de conservação proposto para os imóveis identificados, no seguimento das vistorias realizadas pela comissão de vistoriais, e de acordo com as Fichas de Avaliação do Nível de Conservação de Edifícios em anexo, avaliadas e confirmadas nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro. ----------

**--- 3.2. CONSTRUÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO E PARQUE INTERMODAL – VENDA DO PINHEIRO – REVISÃO DE PREÇOS: ----------**

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2019/15930, elaborada em 31 de outubro de 2019, na Divisão de Obras Municipais, sobre a qual recaíram os pareceres

de concordância do Chefe de Divisão de Obras Municipais e do Diretor do Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente, ambos datados de 03 de dezembro do corrente ano, devidamente instruída com a documentação a que a mesma se refere (anexo XX). ----------

--- Considerando a Informação prestada, cujos fundamentos se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, atenta a competência prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a revisão de preços definitiva, efetuada de acordo com o art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, da empreitada supramencionada, no valor de € 49.095,32 (quarenta e nove mil e noventa e cinco euros e trinta e dois cêntimos), a pagar pelo Município à firma AECI – Arquitectura, Construção e Empreendimentos Imobiliários, S.A., em conformidade com a informação e demais documentação anexa. ----------

**--- 4. <u>DIVISÃO DE SEGURANÇA</u>: ----------**

**--- 4.1. PROPOSTA DE REGULAMENTO DO CONSELHO DE SEGURANÇA DE MAFRA: ----------**

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2019/17178, elaborada na Divisão de Segurança, sobre a qual recaiu o despacho de concordância da Vereadora Aldevina Rodrigues, datado de 25 de novembro de 2019, devidamente instruída com o Projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança do Município de Mafra (anexo XXI). ----------

--- A Vereadora Aldevina Rodrigues aditou que, por imperativo legal, o Conselho Municipal de Segurança deve agora dispor de um regulamento de funcionamento atualizado ao abrigo da legislação em vigor, onde se estabelecem regras de organização e de articulação, bem como a respetiva composição. As alterações mais significativas são ao nível da composição (passando a fazer parte todos os Presidentes das Juntas de Freguesia da área do Município e os representantes dos estabelecimentos de ensino), da criação do conselho restrito (até agora, este Conselho funcionava sempre na modalidade alargada) e na periodicidade das reuniões, mais regulares. -----

--- Atentos os fundamentos constantes na informação supra referida, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 33/98, de 18 de julho, na sua redação atual, conjugada com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea i) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, submeter à apreciação da Assembleia Municipal o Projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança do Município de Mafra. ----------

**--- III – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA: ---------**

--- Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a Câmara decidiu, por unanimidade, aprovar em minuta os assuntos objeto de deliberação na presente reunião, a fim de as respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos. ----------

**--- ENCERRAMENTO: ----------**

--- Quando eram onze horas e quinze minutos, o Presidente deu por encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que o mesmo vai assinar e que eu, Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Diretora de Departamento, redigi e subscrevo. ----------

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**LISTA DE DECISÕES PROFERIDAS NO USO DE COMPETÊNCIA DELEGADA**

Considerando as competências que foram delegadas pela deliberação camarária de 2017/10/24, anexo a relação respeitante aos despachos proferidos no período de 7 a 27 de novembro de 2019.

Mafra, 28 de novembro de 2019.

Presidente da Câmara,

(Hélder António Guerra de Sousa Silva)

anexo I

| PROCESSO | | REQUERIMENTO | | DESPACHO | | | REQUERENTE PRINCIPAL | DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TIPO | NUMERO | DESCRIÇÃO | DATA ENT. | DATA | | RESULTADO/RESUMO | | |
| OP | 104/2019 | PROJETOS DE ESPECIALIDADE | 2019/10/01 | 2019/11/26 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS | ALEXANDRINA CONCEIÇÃO SOARES FRANCISCO | AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR COM LEGALIZAÇÃO<br>RUA DOS MOSQUEIRO, N.º 48 |
| OP | 315/2019 | PROJETOS DE ESPECIALIDADE | 2019/10/15 | 2019/11/14 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS | ALFREDO ALVES DE ALMEIDA | CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, CHURRASQUEIRA, PISCINA E MUROS<br>LOTE 43, MURTINHEIRA-FONTE BOA DA BRINCOSA |
| OP | 199/2012 | ALTERAÇÕES E TELAS FINAIS | 2019/10/10 | 2019/11/19 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO | ANA PAULA DAS NEVES MOTA POLICARPO | CONSTRUÇÃO DE ESTABELECIMENTO DE COMÉRCIO/SERVIÇOS<br>RUA DO CARREIRO, N.º 23-CHELEIROS |
| OP | 299/2019 | PROJETOS DE ESPECIALIDADE | 2019/11/11 | 2019/11/27 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS | ANTÓNIO DE CARVALHO ALVES-SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, LDA | CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, GARAGEM E MUROS<br>RUA DO SUAVE MILAGRE, LOTE 11-TITUARIA |
| OP | 40/2016 | LEGALIZAÇÃO DE OBRAS | 2019/08/30 | 2019/11/13 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO | ANTÓNIO FIGUEIREDO FERNANDES | LEGALIZAÇÃO DE ALTERAÇÕES DE ARMÁZEM COM MUDANÇA DE UTILIZAÇÃO PARA COMÉRCIO E SERVIÇOS<br>RUA DAS INDÚSTRIAS, N.º 2 - VENDA DO PINHEIRO |
| OP | 37/2013 | ALTERAÇÕES | 2019/09/12 | 2019/11/20 | D | DEFERIDO O PROJECTO DE ARQUITECTURA | BOLSA DE IDEIAS - INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS, LDA | CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR<br>PRACETA CHÃO DO POÇO, N.º 5-RIBAMAR |
| OP | 215/2019 | PROJETOS DE ESPECIALIDADE | 2019/11/19 | 2019/11/27 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS | BRUNO MANUEL FERREIRA ALVES | CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E MUROS<br>LIMITES DA ACHADA |
| OP | 180/2019 | PROJETOS DE ESPECIALIDADE | 2019/10/24 | 2019/11/27 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS | CASAL DO VALADOR - AGRO-PECUÁRIA, SA | DEMOLIÇÃO E CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR<br>RUA DA CRUZ - MALVEIRA |
| OP | 231/2019 | PROJETOS DE ESPECIALIDADE | 2019/10/25 | 2019/11/15 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS | CLAUDIA SOFIA DOS SANTOS BATALHA DA LUZ CORREIA | CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, ANEXO E MUROS DE VEDAÇÃO<br>QUINTA DA RIBEIRA DA BALEIA, LOTE 54-ERICEIRA |
| RO | 19/2019 | ALTERAÇÕES | 2019/10/18 | 2019/11/14 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO | CONSTRUÇÕES GALRÃO, LDA | PEDIDO DE TRABALHOS DE REMODELAÇÃO DE TERRENOS<br>RIBEIRA DA BALEIA-ERICEIRA |
| OP | 16/2019 | LICENCIAMENTO (ARQ + ESP OU LEGALIZAÇÃO) | 2019/10/28 | 2019/11/18 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS | CONSTRUÇÕES PEDROSO ALMEIDA, LDA | CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, GARAGEM, ANEXO E MUROS DE VEDAÇÃO<br>LOTE 106 - QUINTA DAS PEVIDES |
| OP | 50/2019 | LICENCIAMENTO (ARQ + ESP OU LEGALIZAÇÃO) | 2019/10/18 | 2019/11/26 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS | CONSTRUÇÕES PEDROSO ALMEIDA, LDA | CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR<br>QUINTA DAS PEVIDES, LOTE 107-MAFRA |
| LP | 30/2019 | LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO | 2019/10/17 | 2019/11/13 | D | DEFERIDO O ESTUDO/ALTERAÇÃO DE LOTEAMENTO | CRISTINA OLIVIA MARTINS COSTA | PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE LOTEAMENTO<br>RUA DOUTOR JOSÉ SABINO LOURO, LOTE 4-MALVEIRA |

| PROCESSO | | REQUERIMENTO | | DESPACHO | | | REQUERENTE PRINCIPAL | DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TIPO | NUMERO | DESCRIÇÃO | DATA ENT. | DATA | | RESULTADO/RESUMO | | |
| OP | 154/2019 | PROJETOS DE ESPECIALIDADE | 2019/10/28 | 2019/11/13 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS | CUBOTONIC - INDUSTRIA METALOMECÂNICA, LDA. | ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIFICIO INDUSTRIAL<br>RUA DA ENOMECANICA, N.°1, CASAL DOS FAUSTINOS - VENDA DO PINHEIRO |
| OP | 443/2019 | LEGALIZAÇÃO DE OBRAS | 2019/10/31 | 2019/11/13 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO | CÉSAR MANUEL DUARTE SILVA PEREIRA | LEGALIZAÇÃO DE ARMAZÉM E TELHEIROS<br>RUA FONTE DA SAIBREIRA, N.° 6 - SOBREIRO |
| OP | 537/2018 | PROJETOS DE ESPECIALIDADE | 2019/10/31 | 2019/11/25 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS | DISPLACA-CONSTRUÇÕES E REVESTIMENTOS, LDA | CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E MUROS DE VEDAÇÃO<br>RUA DO ALTO, N.° 15-A - MONTESOUROS |
| OP | 405/2019 | PROJETOS DE ESPECIALIDADE | 2019/09/27 | 2019/11/07 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS | EGIDIO JOSÉ DE OLIVEIRA JORGE | CONSTRUÇÃO DE PISCINA E CASA DAS MAQUINAS<br>ERICEIRA |
| OP | 279/2019 | PROJETOS DE ESPECIALIDADE | 2019/10/29 | 2019/11/25 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS | FRANCISCO MIGUEL RODRIGUES ROLO PEREIRA | CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, ANEXO E MUROS DE VEDAÇÃO<br>VALE SÃO GIÃO - LOTE 26 |
| OP | 118/2019 | PROJETOS DE ESPECIALIDADE | 2019/10/11 | 2019/11/26 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS | GESTIGAM, LDA | ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E MURO DE VEDAÇÃO<br>ZAMBUJAL |
| OP | 34/2018 | PROJETOS DE ESPECIALIDADE | 2019/11/14 | 2019/11/27 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS | GONÇALO BRAS DA SILVA | DEMOLIÇÃO E CONSTRUÇÃO DE EDÍFICIO DE TRÊS FOGOS, GARAGEM E MUROS DE VEDAÇÃO<br>RUA PRINCIPAL DO MURTAL-MURTAL |
| OP | 340/2015 | ALTERAÇÕES E TELAS FINAIS | 2019/09/25 | 2019/11/20 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS | HELDER MIGUEL GONÇALVES FERREIRA | CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E GARAGEM<br>RUA DA BICA, N.° 32 - IGREJA NOVA |
| OP | 3/2015 | ALTERAÇÕES E TELAS FINAIS | 2019/09/20 | 2019/11/14 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO | HELIA MARIA CARREIRA DOS SANTOS TIMOTEO | CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR<br>RUA CASAL DAS ADEGAS, N.° 163 - ADEGAS |
| OP | 317/2019 | LICENCIAMENTO (ARQ + ESP OU LEGALIZAÇÃO) | 2019/11/05 | 2019/11/19 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS | IMOSANTIAGO, SA | AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR<br>CASAL DOS NINHOS-VENDA DO PINHEIRO |
| OP | 102/2019 | PROJETOS DE ESPECIALIDADE | 2019/09/16 | 2019/11/07 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS | ISABEL MARIA DE ALBUQUERQUE TEIXEIRA DA COSTA | ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR<br>AV DOUTOR OSÓRIO VAZ G. C. LISBOA, N.° 4-VENDA DO PINHEIRO |
| OP | 41/2019 | PROJETOS DE ESPECIALIDADE | 2019/10/17 | 2019/11/07 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS | ISAURA DA SILVA MATA COSTA | DEMOLIÇÃO DO EXISTENTE E CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR<br>IGREJA NOVA |
| OP | 355/2019 | LEGALIZAÇÃO DE OBRAS | 2019/09/12 | 2019/11/13 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO | JAIME ANTÓNIO AMARAL FIGUEIREDO | LEGALIZAÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE GARAGEM<br>ESTRADA DA CHANCA, N.° 14-MONTE GORDO |
| OP | 446/2019 | LEGALIZAÇÃO DE OBRAS | 2019/10/04 | 2019/11/15 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS | JOAQUIM ISIDRO DA SILVA CARVALHO | LEGALIZAÇÃO DE TELHEIROS E ALTERAÇÃO DE FACHADAS DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR<br>RUA DO PALAME N.° 8-MURGEIRA |
| OP | 343/2018 | PROJETOS DE ESPECIALIDADE | 2019/10/11 | 2019/11/14 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS | JORGE ALEXANDRE DA SILVA PEDROSO | ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E MUROS<br>RUA DA FARMACIA N.°2 - LIVRAMENTO |

| PROCESSO | | REQUERIMENTO | | DESPACHO | | | REQUERENTE PRINCIPAL | DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TIPO | NUMERO | DESCRIÇÃO | DATA ENT. | DATA | | RESULTADO/RESUMO | | |
| OP | 193/2018 | ALTERAÇÕES E TELAS FINAIS | 2019/10/31 | 2019/11/14 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO | JORGE B. DUARTE, LDA | CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PISCINA E MUROS DE VEDAÇÃO<br>RUA DA MURTINHEIRA, N.º 30-FONTE BOA DA BRINCOSA |
| OP | 24/2016 | ALTERAÇÕES E TELAS FINAIS | 2019/10/23 | 2019/11/26 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO | JOSÉ ANTÓNIO BOTELHO TOJAL | CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, GARAGEM E MUROS DE VEDAÇÃO<br>RUA DOS AMIGOS, N.º 17-VENTUREIRA |
| OP | 353/2019 | PROJETOS DE ESPECIALIDADE | 2019/10/22 | 2019/11/15 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS | JOSÉ CARLOS DOS SANTOS PINTO DE MAGALHÃES | CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR COM TELHEIRO E MUROS DE VEDAÇÃO<br>DIONÍSIA LOTE 5 - MALVEIRA |
| OP | 257/2018 | PROJETOS DE ESPECIALIDADE | 2019/10/31 | 2019/11/18 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS | JOSÉ CARLOS RODRIGUES PEREIRA | LEGALIZAÇÃO DE ALTERAÇÕES E MUDANÇA DE UTILIZAÇÃO PARA ESTABELECIMENTO DE COMÉRCIO/SERVIÇOS<br>PRACETA DA FÁBRICA, N.º 4 - GRADIL |
| OP | 309/2016 | PROJETOS DE ESPECIALIDADE | 2019/10/21 | 2019/11/26 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS | JOSÉ DO VALE MORAIS SIMÕES | CONSTRUÇÃO DE COBERTURA DE PARQUE DE ESTAÇÃO DE SERVIÇO E LEGALIZAÇÃO DE TELHEIRO<br>CARRASCAL |
| OP | 271/2016 | ALTERAÇÕES | 2019/09/18 | 2019/11/07 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS | JOÃO MIGUEL BATISTA CRISTÓVÃO RIBEIRO | CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E TELHEIRO<br>RUA CASAL DO ALÉM, N.º 15 - GONÇALVINHOS |
| OP | 5/2019 | PROJETOS DE ESPECIALIDADE | 2019/10/23 | 2019/11/13 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS | JOÃO RICARDO RIBEIRO FERREIRA | CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E MUROS<br>RUA GENERAL HUMBERTO DELGADO, LOTE 1 |
| OP | 111/2018 | PROJETOS DE ESPECIALIDADE | 2019/07/12 | 2019/11/19 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS | LUCÍLIA MARIA GOMES JACINTO | ALTERAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR<br>SOBREIRO - MAFRA |
| OP | 29/2019 | PROJETOS DE ESPECIALIDADE | 2019/10/04 | 2019/11/15 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO | LUIS RIBEIRO ALVES-UNIPESSOAL, LDA | CONSTRUÇÃO DE PISCINA<br>RUA DO MATO, PEDROGOS - LOTE 4 - PEDROGOS |
| OP | 86/2019 | PROJETOS DE ESPECIALIDADE | 2019/09/10 | 2019/11/20 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO | MARIA RAFAELA DE MEDEIROS IRIA REVEZ | LEGALIZAÇÃO DE ALTERAÇÕES E MUDANÇA DE UTILIZAÇÃO PARA HABITAÇÃO<br>TRAVESSA VALE D´ÁGUA - LAGOA |
| OP | 224/2014 | ALTERAÇÕES E TELAS FINAIS | 2019/10/10 | 2019/11/14 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO | MARISA ALEXANDRA MIRANDA DOMINGOS | CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E MUROS<br>RUA DAS FLORES, N.º 3 - CASAL DAS BOIÇAS DE BAIXO |
| OP | 511/2018 | PROJETOS DE ESPECIALIDADE | 2019/10/18 | 2019/11/08 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS | MIGUEL FRANCISCO MELO DOS SANTOS | CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, GARAGEM E PISCINA<br>CASAL DO BREJO-JOINAL |
| OP | 404/2019 | PROJETOS DE ESPECIALIDADE | 2019/09/27 | 2019/11/07 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO | NICHOLAS MICHAEL HULME | CONSTRUÇÃO DE PISCINA E CASA DAS MAQUINAS<br>CASAL PALHAIS |
| OP | 133/2019 | PROJETOS DE ESPECIALIDADE | 2019/09/20 | 2019/11/13 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS | OSCAR MANUEL RICARDO JARDIM CASCAIS | CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E MUROS DE VEDAÇÃO<br>RUA DA COLETIVIDADE- LOTE 3 - LAGOA |

| PROCESSO | | REQUERIMENTO | | DESPACHO | | | REQUERENTE PRINCIPAL | DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TIPO | NUMERO | DESCRIÇÃO | DATA ENT. | DATA | | RESULTADO/RESUMO | | |
| OP | 369/2018 | PROJETOS DE ESPECIALIDADE | 2019/10/24 | 2019/11/13 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS | OVIUR-ARQUITECTURA, ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES, LDA | AMPLIAÇÃO DE UM EDFICIO DESTINADO A HOSTEL<br>RUA DAS LOMBAS, N.º 37-ERICEIRA |
| OP | 91/2019 | PROJETOS DE ESPECIALIDADE | 2019/10/09 | 2019/11/13 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS | OVIUR-ARQUITECTURA, ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES, LDA | CONSTRUÇÃO DE TELHEIRO PARA ABRIGO AUTOMÓVEL E MUROS<br>URBANIZAÇÃO DA MURTINHEIRA, LOTE 6-FONTE BOA DA BRINCOSA |
| OP | 25/2019 | PROJETOS DE ESPECIALIDADE | 2019/11/15 | 2019/11/27 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS | PEDRO JORGE VICENTE DA SILVA JOSÉ | CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, ANEXO E MURO DE VEDAÇÃO<br>RUA B - OUTEIRINHO LOTE 19 - ERICEIRA |
| OP | 372/2018 | LEGALIZAÇÃO DE OBRAS | 2019/10/04 | 2019/11/20 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO | PEREIRA & RIBEIRO, LDA | LEGALIZAÇÃO DE ALTERAÇÕES EM EDIFÍCO MULTIFAMILIAR COM COMÉRCIO E SERVIÇOS E PROPRIEDADE HORIZONTAL<br>RUA DE SÃO JOÃO, N.º 7, 7-A, 7-B / RUA CERRADO DA ERMIDA, N.º 1, 1-A, 1-B - RIBAMAR |
| LP | 31/2019 | ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO | 2019/10/18 | 2019/11/19 | D | DEFERIDO O ESTUDO/ALTERAÇÃO DE LOTEAMENTO | RÚBEN ALEXANDRE CORDEIRO LOPES | ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO - LOTE 14<br>CASAIS DE SÃO LOURENÇO |
| OP | 468/2018 | PROJETOS DE ESPECIALIDADE | 2019/10/07 | 2019/11/21 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO | STOCKPACK-UNIPESSOAL, LDA | AMPLIAÇÃO E ALTERAÇÕES DE ARMAZÉM<br>ESTRADA DA CHARNECA-CHARNECA |
| OP | 299/2015 | PROJETOS DE ESPECIALIDADE | 2019/10/17 | 2019/11/26 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS | TANIA CATARINA DIAS CANHOTO | DEMOLIÇÃO E CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E GARAGEM<br>RUA DA BICA, N.º 1-CHELEIROS |
| OP | 414/2019 | PROJETOS DE ESPECIALIDADE | 2019/10/30 | 2019/11/14 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS | TIAGO LUIS DOS SANTOS JORGE | CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, ANEXO, PISCINA E MUROS DE VEDAÇÃO<br>QUINTA DAS PEVIDES - LOTE 86 - MAFRA |
| LP | 7/2010 | ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO | 2019/11/07 | 2019/11/19 | D | DEFERIDO | URBICEIRA, CONSTRUCOES DE ERICEIRA, SA | PEDIDO DE LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO<br>ERICEIRA |
| OP | 328/2015 | ALTERAÇÕES E TELAS FINAIS | 2019/08/06 | 2019/11/19 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO | VASCO MANUEL SOMBREIREIRO GUILHERMINO | CONSTRUÇÃO DE ESTUFA AUTO<br>RUA DO MOURÃO, N.º 137 - CASAL MOURÃO |
| OP | 88/2019 | PROJETOS DE ESPECIALIDADE | 2019/10/21 | 2019/11/15 | D | DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS | X-URBE-LOTEAMENTOS E URBANIZAÇÕES, LDA | CONSTRUÇÃO DE 5 MORADIAS UNIFAMILIARES GEMINADAS E MUROS<br>RUA DA MINA DE ÁGUA - VALBOM |

A remeter para conhecimento
21/11/19

# MUNICÍPIO DE MAFRA

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

EXMO. SR. PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
PRAÇA DO MUNICÍPIO
2644-001 MAFRA

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
21 NOV. 2019
ENTRADA/ 59268

| Sua referência | Sua Comunicação de | Nossa Referência | Data |
|---|---|---|---|
| | | AM_Saida/2019/44<br>1.1.2/2019/7 | 18-11-2019 |

Assunto: **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA - SESSÃO ORDINÁRIA DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019 - MINUTAS DE DELIBERAÇÕES/MOÇÕES**

Para os devidos efeitos, junto se enviam fotocópias das minutas das deliberações tomadas pela Assembleia Municipal, na sessão ordinária realizada no dia 12 de novembro corrente, sobre os seguintes assuntos:

- Informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira.
- Nomeação da entidade RSM – Patrício, Moreira, Valente & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, como auditor externo responsável pela certificação legal de contas do Município.
- Adesão do Município de Mafra à Associação de Municípios Portugueses do Vinho (AMPV).
- Proposta de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da Área de Reabilitação Urbana da Malveira/ Venda do Pinheiro e Relatório de Ponderação da discussão pública.
- Mafra Requalifica - Proposta de renovação do Programa para 2020-2021.
- Aprovação de Regulamentos:
  - Projeto de alteração do Regulamento para Apoio ao Arrendamento Habitacional do Município de Mafra.
  - Projeto de Regulamento das Áreas de Contenção para Instalação de Alojamento Local.



Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 100 • Fax: 261 810 130
e-mail: assembleia@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

anexo II

- Projeto de alteração do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Mafra.

- Fixação dos valores anuais a atribuir, no ano de 2020, às Uniões e Juntas de Freguesia no âmbito dos Contratos Interadministrativos.
- Fixação dos valores anuais a atribuir, no ano de 2020, às Uniões e Juntas de Freguesia no âmbito dos Acordos de Execução.
- Manutenção da redução das taxas municipais em 50% relativas aos Mercados Municipais, no período de 1 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020.
- Autorização para Contração de Empréstimo de Curto Prazo – Ano de 2020.
- Serviço Municipal de Águas e Saneamento de Mafra (SMAS Mafra):
  - Documentos Previsionais para o ano de 2020
  - Mapa de Pessoal 2020
- Pacote Fiscal Municipal para 2020:
  - Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)
  - Taxa de Derrama Lançada para Cobrança em 2020
  - Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS)
  - Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP).
- Documentos Previsionais para o ano de 2020.
- Proposta de Mapa de Pessoal para 2020.

Enviam-se, igualmente, fotocópias das Moções aprovadas na referida sessão, relativas a "Por um concelho acessível a todas as Pessoas", "Pela Organização de


Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 100 • Fax: 261 810 130
e-mail: assembleia@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

ciclos de cinema gratuitos afetos à temática do ambiente e bem-estar animal", "Passe Intermodal" e "Tapada de Mafra".

Com os melhores cumprimentos
O Presidente da Assembleia Municipal

(José Bizarro)



Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 100 • Fax: 261 810 130
e-mail: assembleia@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

# MUNICÍPIO DE MAFRA

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º_____

SESSÃO ORDINÁRIA DE *12/11/2019* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

**1. –** ASSUNTO: ***INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA.*** ----------

ENTIDADE:_____

DELIBERAÇÃO/
PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES:_____

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, tomou conhecimento da informação prestada pelo Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal e situação financeira atento o disposto no n.º 4 do artigo 35.º e alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.* ------

**Esta deliberação foi aprovada por:** Unanimidade/Maioria. ----------
**Votos a Favor:** .....
**Votos Contra:** .....
**Abstenções:** .....

ASSINATURAS:

# MUNICÍPIO DE MAFRA

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º_____

SESSÃO ORDINÁRIA DE *12/11/2019* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

**2.** – ASSUNTO: ***NOMEAÇÃO DA ENTIDADE RSM – PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS – SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, COMO AUDITOR EXTERNO RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO.*** ----------

ENTIDADE:_____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES:_____

_____

**DELIBERAÇÃO:** *A Assembleia Municipal, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, apresentada nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 35.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, atentas as competências previstas no n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 13 de setembro, deliberou nomear, pelo valor de € 72.500,00 (setenta e dois mil e quinhentos euros) acrescidos do IVA à taxa legal, a sociedade RSM & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. (NIPC: 501612181), como auditor externo responsável pela certificação legal de contas, para os anos de 2019 e 2020, do Município de Mafra (NIPC: 502177080), e dos SMAS de Mafra (NIPC: 600087247), à luz do artigo 13.º, alínea d) do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais Estrutura e Competências do Município de Mafra (ROSMEC), devendo o valor atrás referido, face ao n.º 4 do artigo 9.º do Caderno de Encargos, correspondente à adjudicação, ser suportado em 62% (sessenta e dois porcento) pelo Município de Mafra e 38% (trinta e oito porcento) pelos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Mafra.* ----------

**Esta deliberação foi aprovada por:** Unanimidade/Maioria. ----------

**Votos a Favor:** 25 PPD/PSD, 2 CDU, 1 PAN —

**Votos Contra:** —

**Abstenções:** 9 Votos do PS

ASSINATURAS:

# MUNICÍPIO DE MAFRA

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### MINUTA

ACTA N.º_____

SESSÃO ORDINÁRIA DE *12/11/2019* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

**3.** – ASSUNTO: ***ADESÃO DO MUNICÍPIO DE MAFRA À ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES DO VINHO (AMPV).*** ----------

ENTIDADE:_____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES:_____

_____

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, face ao disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º e nas alíneas ff) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, todos do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a participação do Município de Mafra na Associação de Municípios Portugueses do Vinho (AMPV), tendo em vista a adesão do Município a esta pessoa coletiva de direito público, sem fins lucrativos, cujo objetivo consiste, de acordo com o n.º 1 do artigo 2.º dos respetivos Estatutos, para onde se remete, "na afirmação da identidade histórico-cultural, patrimonial, económica e social dos municípios portugueses e dos territórios ligados à produção de vinhos de qualidade".*----------

**Esta deliberação foi aprovada por:** Unanimidade/~~Maioria~~. ----------

**Votos a Favor:** 25 PPD/PSD, 9 PS, 2 CDU e 1 PAN.....

**Votos Contra:** —.....

**Abstenções:** —.....

ASSINATURAS:

# MUNICÍPIO DE MAFRA

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º_____

SESSÃO ORDINÁRIA DE *12/11/2019* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

4. – ASSUNTO: ***PROPOSTA DE OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA SISTEMÁTICA DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DA MALVEIRA/ VENDA DO PINHEIRO E RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA. ----***

ENTIDADE:_____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES:_____

_____

_____

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, nos termos do n.º 1 do artigo 17.º do Regime Jurídico de Reabilitação Urbana (RJRU), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual, aprovar a Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da Área de Reabilitação Urbana da Malveira e Venda do Pinheiro, definida através de instrumento próprio, contendo o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU), conforme o disposto no artigo 8.º do Regime Jurídico de Reabilitação Urbana (RJRU) e o Relatório de Ponderação da Discussão Pública e, simultaneamente, proceder à divulgação da Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da Área de Reabilitação Urbana da Malveira/ Venda do Pinheiro e do Relatório de Ponderação da Discussão Pública nos respetivos sites oficiais da Câmara Municipal, em cumprimento do previsto no n.º 5 do artigo 17.º do Regime Jurídico de Reabilitação Urbana (RJRU).* ----------

**Esta deliberação foi aprovada por:** Unanimidade/~~Maioria~~. ----------

**Votos a Favor:** 24 PS/PSD; 7 PS; 2 CDU; 1 PAN

**Votos Contra:** —

**Abstenções:** —

ASSINATURAS:

# MUNICÍPIO DE MAFRA

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º_____

SESSÃO ORDINÁRIA DE *12/11/2019* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

**5.** – ASSUNTO: ***MAFRA REQUALIFICA - PROPOSTA DE RENOVAÇÃO DO PROGRAMA PARA 2020-2021.*** ----------

ENTIDADE:_____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES:_____

_____

_____

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, ao abrigo do referido no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a manutenção da isenção temporária do pagamento das taxas devidas pela ocupação da via pública, por motivo de obras e da respetiva taxa de apreciação do pedido, e da taxa para licenciamento de alteração de cor das fachadas das edificações, nos requisitos previstos na informação anexa.* ----------

*Mais deliberou, aprovar a manutenção da redução das taxas municipais de urbanismo, no âmbito de Programa Municipal de Apoio à Família, nos requisitos previstos naquele programa.* ----------

**Esta deliberação foi aprovada por:** Unanimidade/~~Maioria~~. ----------

**Votos a Favor:** 24 PSD, 9 PS, 2 CDU, 1 PAN

**Votos Contra:** —

**Abstenções:** —

ASSINATURAS:

# MUNICÍPIO DE MAFRA

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### MINUTA

ACTA N.º_____

SESSÃO ORDINÁRIA DE *12/11/2019* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

**6.1.** – ASSUNTO: ***APROVAÇÃO DE REGULAMENTOS - PROJETO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO PARA APOIO AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL DO MUNICÍPIO DE MAFRA.*** ----------

ENTIDADE:_____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES:_____

_____

_____

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, atentos os fundamentos na mesma expendidos e nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, atentos os fundamentos plasmados na Informação Interno/2019/15655, datada de 25 de outubro de 2019, aprovar a Alteração do Regulamento para Apoio ao Arrendamento Habitacional do Município de Mafra, o qual foi publicitado na página da Internet da Câmara Municipal, em 11 de setembro de 2019, através do Edital n.º 176/2019, datado de 09 de setembro de 2019.* ----------

**Esta deliberação foi aprovada por:** Unanimidade/~~Maioria~~. ----------

**Votos a Favor:** 25.PPD/PSD, 9.PS, 2.CDU, 1.PCP .....

**Votos Contra:** .....

**Abstenções:** .....

ASSINATURAS:

# MUNICÍPIO DE MAFRA

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### MINUTA

ACTA N.º_____

SESSÃO ORDINÁRIA DE *12/11/2019* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

**6.2.** – ASSUNTO: ***APROVAÇÃO DE REGULAMENTOS - PROJETO DE REGULAMENTO DAS ÁREAS DE CONTENÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE ALOJAMENTO LOCAL.*** ----------

ENTIDADE:_____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES:_____

_____

_____

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, atentos os fundamentos na mesma expendidos e nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, atentos os fundamentos plasmados na Informação Interno/2019/15695, datada de 28 de outubro de 2019, aprovar o Regulamento das Áreas de Contenção para Instalação de Alojamento Local, o qual foi publicado através do Aviso n.º 13524/2019, do Município de Mafra, no* Diário da República, *2.ª série, n.º 164, de 28 de agosto de 2019, e integralmente republicado, com o respetivo Anexo I, através da Declaração de Retificação n.º 799/2019, no* Diário da República, *2.ª Série, n.º 198, de 158 de outubro de 2019.* ----------

**Esta deliberação foi aprovada por:** Unanimidade/~~Maioria~~. ----------

**Votos a Favor:** 25 PSD/PSD; 2 CDU, 2 PS, 1 PAN

**Votos Contra:** –

**Abstenções:** –

ASSINATURAS:

# MUNICÍPIO DE MAFRA

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º_____

SESSÃO ORDINÁRIA DE *12/11/2019* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

**6.3.** – ASSUNTO: ***APROVAÇÃO DE REGULAMENTOS - PROJETO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE MAFRA.*** ----------

ENTIDADE:_____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES:_____

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, atentos os fundamentos na mesma expendidos e nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, atentos os fundamentos plasmados na Informação Interno/2019/15688, datada de 28 de outubro de 2019, aprovar a Alteração do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Mafra, o qual foi publicado no* Diário da República, *2.ª Série, n.º 144, de 30 de junho de 2019, através do Aviso n.º 12231/2019, do Município de Mafra e, concomitantemente, publicado o Edital n.º 145/2019, datado de 30 de julho de dois mil e dezanove.* ----------

**Esta deliberação foi aprovada por:** Unanimidade/~~Maioria.~~ ----------

**Votos a Favor:** 25 PP/PSD; 9 PS; 2 CDU; 1 PAN

**Votos Contra:** —

**Abstenções:** —

ASSINATURAS:

# MUNICÍPIO DE MAFRA

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º_____

SESSÃO ORDINÁRIA DE *12/11/2019* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

**7.** – ASSUNTO: ***FIXAÇÃO DOS VALORES ANUAIS A ATRIBUIR, NO ANO DE 2020, ÀS UNIÕES E JUNTAS DE FREGUESIA NO ÂMBITO DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS.*** ----------

ENTIDADE:_____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES:_____

_____

_____

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, atentos os fundamentos na mesma expendidos e nos termos do disposto no artigo 122.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar, para o ano de 2020, os recursos municipais, constantes do quadro anexo à referida proposta e em anexo, que se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais, para cada uma das Uniões e Juntas de Freguesia do Concelho de Mafra, a transferir e afetar, nos termos estipulados nos aludidos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências do Município de Mafra, considerada a redação introduzida pelas respetivas Adendas.* ----------

maioria

**Esta deliberação foi aprovada por:** ~~Unanimidade~~/~~Maioria~~. ----------

**Votos a Favor:** 25 PPD PSD, 1 PS, 1 PAN

**Votos Contra:** ---

**Abstenções:** 8 PS, 2 CDS

ASSINATURAS:

# MUNICÍPIO DE MAFRA

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### MINUTA

ACTA N.º_____

SESSÃO ORDINÁRIA DE *12/11/2019* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

**8.** – ASSUNTO: ***FIXAÇÃO DOS VALORES ANUAIS A ATRIBUIR, NO ANO DE 2020, ÀS UNIÕES E JUNTAS DE FREGUESIA NO ÂMBITO DOS ACORDOS DE EXECUÇÃO.*** ----------

ENTIDADE:_____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES:_____

_____

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, atentos os fundamentos na mesma expendidos e nos termos estabelecidos nos artigos 122.º e 133.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugados com o n.º 2 do artigo 41.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, aprovar, para o ano de 2020, os recursos municipais atualizados, constantes do quadro em anexo à presente Proposta, que se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais, para cada uma das Uniões e Juntas de Freguesia do Concelho de Mafra, a transferir e afetar, nos termos estipulados nos aludidos Acordos de Execução, considerada a redação introduzida pelas respetivas Adendas, sublinhando-se nesta atualização, em especial, o reforço dos montantes a transferir que se prendem as competências relativas à "limpeza das vias e espaços públicos, sargetas e sumidouros", na sequência dos instrumentos jurídicos a que se refere o considerando quatro da presente proposta.* ----------

**Esta deliberação foi aprovada por:** ~~Unanimidade~~/~~Maioria~~ Maioria. ----------

**Votos a Favor:** 25 PS/PSD; 1 PS; 1 PAN

**Votos Contra:** ---

**Abstenções:** 6 PS; 2 CDU

ASSINATURAS:

_____ _____ _____

# MUNICÍPIO DE MAFRA

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### MINUTA

ACTA N.º_____

SESSÃO ORDINÁRIA DE *12/11/2019* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

**9. –** ASSUNTO: ***MANUTENÇÃO DA REDUÇÃO DAS TAXAS MUNICIPAIS EM 50% RELATIVAS AOS MERCADOS MUNICIPAIS, NO PERÍODO DE 1 DE JANEIRO DE 2020 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020.*** ----------

ENTIDADE:_____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES:_____

_____

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, atentos os fundamentos na mesma expendidos e nos termos do n.º 2 do artigo 16.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e da alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a manutenção, durante o ano de 2020, da redução das taxas em 50%, relativa à ocupação dos espaços dos Mercados Municipais da Ericeira e de Mafra, a que se refere os n.ºs 1.1, 1.2, 2.2, 3.1.2, 3.2.2 e 4.2 do artigo 11.º da Tabela de Taxas em vigor no Município de Mafra.* ----------

**Esta deliberação foi aprovada por:** Unanimidade/~~Maioria~~. ----------

**Votos a Favor:** 25 PPD|PSD; 9 PS; 2 CDU; 1 PAN

**Votos Contra:** —

**Abstenções:** —

ASSINATURAS:

# MUNICÍPIO DE MAFRA

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º_____

SESSÃO ORDINÁRIA DE *12/11/2019* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

**10.** – ASSUNTO: ***AUTORIZAÇÃO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO – ANO DE 2020.*** ----------

ENTIDADE:_____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES:_____

_____

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal e atentos os fundamentos na mesma expendidos, deliberou, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorizar a contração de um ou mais empréstimos de curto prazo, até ao montante de € 5.000.000,00 (cinco milhões de euros) durante o ano de 2020.* ----------

_____

**Esta deliberação foi aprovada por:** Unanimidade/~~Maioria~~. ----------

**Votos a Favor:** 25 PP/PSD, 9 PS, 2 CDU e 1 PAN

**Votos Contra:** —

**Abstenções:** —

ASSINATURAS:

_____ _____ _____

# MUNICÍPIO DE MAFRA

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º_____

SESSÃO ORDINÁRIA DE *12/11/2019* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

**11.1.** – ASSUNTO: ***SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO DE MAFRA (SMAS MAFRA) - DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2020.*** ----------

ENTIDADE:_____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES:_____

_____

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, atentos os fundamentos na mesma expendidos e nos termos das disposições conjugadas na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar os Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Mafra (SMAS de Mafra) para o ano de 2020, conforme documentos em anexo. -*

**Esta deliberação foi aprovada por:** ~~Unanimidade~~/Maioria. ----------

**Votos a Favor:** 25 PSD/PP, 2 CDU, 1 PAN

**Votos Contra:** 2 CDU

**Abstenções:** -

ASSINATURAS:

# MUNICÍPIO DE MAFRA

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### MINUTA

ACTA N.º_____

SESSÃO ORDINÁRIA DE *12/11/2019* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

**11.2.** – ASSUNTO: ***SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO DE MAFRA (SMAS MAFRA) - MAPA DE PESSOAL 2020.*** ----------

ENTIDADE:_____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES:_____

_____

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, atentos os fundamentos na mesma expendidos e nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar o Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento (SMAS de Mafra), conforme documentos em anexo.* ----------

**Esta deliberação foi aprovada por:** Unanimidade/~~Maioria~~. ----------

**Votos a Favor:** 25 PS/PSD, 9 PS, 2 CDU, 1 PAN

**Votos Contra:** —

**Abstenções:** —

ASSINATURAS:

# MUNICÍPIO DE MAFRA

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### MINUTA

ACTA N.º_____

SESSÃO ORDINÁRIA DE *12/11/2019* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

**12.1.** – ASSUNTO: ***PACOTE FISCAL MUNICIPAL PARA 2020 – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI)*: ----------**

ENTIDADE:_____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES:_____

_____

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, atentos os fundamentos na mesma expendidos e nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e do n.º 5 do artigo 112.º do Código do IMI, aprovar a taxa de 0,45% do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) sobre os prédios urbanos a aplicar para todas as freguesias do concelho, para vigorar para o ano de 2020. ----------*

*--- Deliberou, ainda, aplicar o n.º 3 do art.º 112.º do CIMI, para vigorar em 2020, que eleva as taxas previstas no n.º 1 do mesmo artigo ao triplo, nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e nos casos de prédios em ruínas a aplicação do n.º 8 do art.º 112.º do CIMI, para vigorar em 2020, a majoração em 30% da taxa de IMI para os prédios degradados e a redução da taxa de IMI a sujeitos passivos cujo agregado familiar seja integrado por 1 (um), 2 (dois) ou mais dependentes, abrangendo o prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim e coincidente com o domicílio fiscal do respetivo titular, aplicando a redução/dedução de € 20,00 para os casos de 1 (um) dependente, € 40,00 para os casos de 2 (dois) dependentes, e de € 70,00 nos casos de 3 (três) ou mais dependentes, de acordo com o artigo 112.º-A do CIMI. ---------*

**Esta deliberação foi aprovada por:** ~~Unanimidade~~/Maioria. **----------**

**Votos a Favor:** 25 PP2 PSD

**Votos Contra:** 9 PS, 2 CDU, 1 PAN

**Abstenções:** ---

declaração de voto apresentada pelo PAN e pelo Sr Miguel Soriano

ASSINATURAS:

# MUNICÍPIO DE MAFRA

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º_____

SESSÃO ORDINÁRIA DE *12/11/2019* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

**12.2.** – ASSUNTO: ***PACOTE FISCAL MUNICIPAL PARA 2020 – TAXA DE DERRAMA LANÇADA PARA COBRANÇA EM 2020.*** ----------

ENTIDADE:_____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES:_____

_____

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, atentos os fundamentos na mesma expendidos e nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorizar o lançamento de derrama para o ano de 2020, fixando a sua taxa em 1,5% com as seguintes exceções: a isenção da taxa da Derrama, em 2020, para todos os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os € 150 000,00; a isenção da taxa de Derrama, em 2020, para os sujeitos passivos com volume de negócios superiores a € 150.000,00 para os seguintes códigos de atividade: CAE 01, 02, 03, 471, 472, 474, 475, 476, 477, 478, 479, exceto CAE 47111; a isenção da taxa da Derrama por um período de cinco anos para as empresas de base tecnológica e de I&D: CAE 72 e 74, que se instalem no concelho de Mafra durante o ano de 2020, e que criem e mantenham durante o período da isenção, no mínimo, 5 (cinco) postos de trabalho; a isenção da taxa da Derrama por um período de três anos para as empresas no ramo da atividade turística: CAE 551, que se instalem no concelho de Mafra durante o ano de 2020, que criem e mantenham no período da isenção, no mínimo, 20 (vinte) postos de trabalho; a isenção da taxa da Derrama em 2020, a todas as empresas que fixem a sua sede social no Concelho de Mafra, no presente ano, e criem no mínimo, 3 (três) novos postos de trabalho de acordo com o n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e para efeitos do disposto nos termos do n.º 17 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.* ----------

_____

**Esta deliberação foi aprovada por:** ~~Unanimidade~~/Maioria. ----------

**Votos a Favor:** 25 PPD/PSD, 9 PS .....

**Votos Contra:** 1 PAN .....

**Abstenções:** 2 CDU .....

De entre os presentes 1 do PAN

ASSINATURAS:

_____ _____ _____

# MUNICÍPIO DE MAFRA

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º_____

SESSÃO ORDINÁRIA DE *12/11/2019* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

**12.3.** – ASSUNTO: ***PACOTE FISCAL MUNICIPAL PARA 2020 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES (IRS).*** ----------

ENTIDADE:_____

DELIBERAÇÃO/
PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES:_____

_____

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, atentos os fundamentos na mesma expendidos e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, fixar a percentagem de 4,75% da taxa de participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos de 2019 a cobrar em 2020, para efeitos do disposto nos termos do n.º 2 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.*----------

**Esta deliberação foi aprovada por:** ~~Unanimidade~~/Maioria. ----------
**Votos a Favor:** 25 PPD/PSD; 2 PS; 1 PAN
**Votos Contra:** ---
**Abstenções:** 2 CDU

ASSINATURAS:

# MUNICÍPIO DE MAFRA

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º_____

SESSÃO ORDINÁRIA DE *12/11/2019* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

**12.4.** – ASSUNTO: ***PACOTE FISCAL MUNICIPAL PARA 2020 – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP).*** ----------

ENTIDADE:_____

DELIBERAÇÃO/
PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES:_____

_____

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, atentos os fundamentos na mesma expendidos e nos termos das disposições conjugadas da alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e das alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de setembro, na sua redação atual, aprovar a aplicação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) em 0,25% para o ano de 2020.* ----------

**Esta deliberação foi aprovada por:** ~~Unanimidade~~/Maioria. ----------

**Votos a Favor:** ...25 PPD/PSD; 9 PS; 2 CDU.....

**Votos Contra:** .....

**Abstenções:** ...1 PCP.....

ASSINATURAS:

_____ _____ _____

# MUNICÍPIO DE MAFRA

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º_____

SESSÃO ORDINÁRIA DE *12/11/2019* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

**13.** – ASSUNTO: ***DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2020.*** -------

ENTIDADE:_____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES:_____

_____

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, nos termos conjugados na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar os Documentos Previsionais - Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano para o ano de 2020, no valor total de € 87.950.964,00 (oitenta e sete milhões novecentos e cinquenta mil novecentos e sessenta e quatro euros), sendo dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento (SMAS de Mafra) € 21.148.534,00 (vinte e um milhões cento e quarenta e oito mil quinhentos e trinta e quatro euros) e do Orçamento Municipal € 66.802.430,00 (sessenta e seis milhões oitocentos e dois mil quatrocentos e trinta euros), correspondendo as Grandes Opções do Plano a € 39.579.780,00 (trinta e nove milhões quinhentos e setenta e nove mil setecentos e oitenta euros), sendo do Plano Plurianual de Investimentos € 14.879.785,00 (catorze milhões oitocentos e setenta e nove mil setecentos e oitenta e cinco euros) e do Plano de Atividades Municipal o valor de € 24.699.995,00 (vinte e quatro milhões seiscentos e noventa e nove mil novecentos e noventa e cinco euros).* ----------

**Esta deliberação foi aprovada por:** ~~Unanimidade~~/Maioria. ----------

**Votos a Favor:** 25 PPD/PSD

**Votos Contra:** 2 CDU

**Abstenções:** 9 PS, 1 PAN

Declaração de voto de Leila Alexandre.

ASSINATURAS:

_____ _____ _____

# MUNICÍPIO DE MAFRA

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### MINUTA

ACTA N.º_____

SESSÃO ORDINÁRIA DE *12/11/2019* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

**14.** – ASSUNTO: ***PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL PARA 2020.*** ----------

ENTIDADE:_____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES:_____

_____

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, atentos os fundamentos na mesma expendidos e nos termos das disposições conjugadas do artigo 29.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, e da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a proposta do Mapa de Pessoal para 2020, nos termos dos documentos em anexo.* ----------

**Esta deliberação foi aprovada por:** ~~Unanimidade~~/Maioria. ----------

**Votos a Favor:** ...25 PS/PSD ; 9 PS ; 2 CDU.....

**Votos Contra:** ...—.....

**Abstenções:** ....1 PAN.....

ASSINATURAS:

PAN
PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA

Aprovado por unanimidade com 25 votos PSD; 9 PS; 2 CDV; 1 PAN

# MOÇÃO

## Mafra Acessível

### Por um concelho acessível a todas as Pessoas

A acessibilidade é imprescindível para a qualidade de vida das Pessoas e para o exercício dos direitos que lhes são conferidos em democracia. Só quem pode aceder, pode participar. Assim, é essencial que as políticas e decisões garantam a ligação entre Pessoas, lugares, bens, serviços e oportunidades económicas, sem condicionamentos, a todos e todas que de forma permanente ou temporária apresentam necessidades especiais com mobilidade condicionada, diversidade funcional, pessoas com dificuldades sensoriais, tais como as pessoas cegas ou surdas e ainda aquelas que, em virtude do seu percurso de vida, se apresentam transitoriamente condicionadas.

Ao longo dos últimos anos tem se vindo a desenvolver, na sociedade portuguesa, um conjunto de políticas que visam a construção de uma sociedade mais inclusiva, por forma a que todos os cidadãos e cidadãs exerçam os seus direitos e temos por isso hoje territórios mais acessíveis.

Apesar dos progressos alcançados e decorridos 12 anos sobre a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 125/2017, de 4 de outubro subsiste no edificado um relevante conjunto de espaços e instalações que não satisfazem condições de acessibilidade. Urge por isso assegurar o controlo sobre a adaptação de instalações, edifícios, estabelecimentos, equipamentos públicos e de utilização pública, via pública, edifícios e espaços que revistam especial interesse histórico e arquitetónico, de acordo com as normas e técnicas de acessibilidade.

Só assim teremos um Concelho mais inclusivo e que promove os direitos das pessoas com deficiência.

**Pessoas – Animais – Natureza**
Assembleia Municipal de Mafra, Avenida 25 de Abril, nº 5, 2640-456 Mafra
**E-mail** ammafra@pan.com.pt

PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA

De igual modo, a Lei de Bases da Prevenção, Habilitação, Reabilitação e Participação das Pessoas com Deficiência determina a promoção de uma sociedade para todos e todas através da eliminação de barreiras e da adoção de medidas que visem a plena participação da Pessoa com deficiência (artigo 3º, alínea d) da Lei n.º 38/2004, de 18 de agosto). Não efetuando tal alteração contribuirá para que se continue a produzir efeitos nocivos na mobilidade dos cidadãos e das cidadãs que dela legitimamente pretendem usufruir.

A mobilidade e a acessibilidade são um direito, pelo que a adoção de medidas que visem combater as desigualdades reveste-se da maior importância para a vida de muitas Pessoas, proporcionando às que têm mobilidade condicionada condições iguais às demais.

**Assim vem o PAN propor que a Assembleia Municipal do Mafra reunida a 12 de Novembro de 2019 em sessão ordinária, delibere recomendar que a Câmara Municipal de Mafra:**

1. Intensifique a fiscalização de operações urbanísticas sujeitas a controlo prévio, assegurando o cumprimento das condições de acessibilidade;
2. Assegure que as passagens de peões existentes no concelho tenham um corte de rebaixamento até à cota 0, relativamente ao piso onde se efetue essa passagem e que onde existem semáforos para peões, estes tenham sinalização sonora;
3. Elabore um levantamento das situações de incumprimento na adaptação das instalações, edifícios, estabelecimentos e equipamentos de utilização pública, promovendo a correção dessas mesmas situações.
4. Estude a criação de um apoio municipal a proprietários e moradores para a adaptação dos edifícios e habitações existentes, tornando-os acessíveis (por exemplo em situações de incapacidade física permanente comprovada).

Mafra, 12 de novembro de 2019

PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA

O Grupo Municipal

PAN Mafra

Matilde Batalha

Matilde Batalha

**Pessoas – Animais – Natureza**
Assembleia Municipal de Mafra, Avenida 25 de Abril, nº 5, 2640-456 Mafra
**E-mail** ammafra@pan.com.pt

PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA

Aprovada com 25 votos PSD; 4 PS; 1 PAN, 1 CDU e 1 com 1 voto contra do CDU

## Moção pela organização de ciclos de cinema gratuitos afetos à temática do ambiente e bem-estar animal

É inquestionável a importância do cinema na cultura de uma sociedade e também inegável o contributo que este presta, através das mensagens nele contidas, na construção de uma sociedade com espírito crítico e na promoção da reflexão coletiva.

Por isso mesmo as Câmaras Municipais, no âmbito das suas atribuições no domínio da cultura, promovem ciclos de cinema afetos a temas em particular, como o Portuguese Surf Film Festival ou a ANIMUS – Festival de Cinema de Animação de Mafra, em que o Município foi organizador parceiro com outras entidades.

Os tempos atuais trouxeram para cima da mesa temáticas novas e de urgência sensibilizar a população. Duas dessas estão relacionadas com a forma como o Ser Humano se relaciona com o planeta e com as demais espécies que nele habitam. Estas duas temáticas, não obstante a sua pertinência e importância e também crescente visibilidade conferida pelos órgãos de comunicação social, têm ainda um longo caminho a percorrer na sociedade portuguesa.

Felizmente e ao contrário do que acontecia há uma década, são já muitos os filmes existentes que abordam aquelas duas temáticas. Filmes como *"Before the flood"; "An Inconvenient Truth"; "Years of Living Dangerously"; "11th Hour"* ;*"A Beautiful Planet"; "Mission Blue"; "Trashed"; "The true Cost"; "Minimalism"*, entre outros - referentes à problemática ambiental e das alterações climáticas - ou - filmes como *"Earthlings"; "Okja"; "Cowspiracy"* (que incide sobre ambas as temáticas); *"The Fork"; "Blackfish"; "Forks Over Knifes"; "Food Inc."* ou para os mais jovens o filme da Disney *"Wings of Life"* (que captura a interligação entre as borboletas, pássaros, morcegos e abelhas e como 1/3 dos alimentos mundiais dependem cada vez mais destes vulneráveis polinizadores) - para fazer referência a alguns filmes/documentários sobre a problemática animal. Estes filmes e outros constituem autênticas ferramentas de sensibilização para dois problemas que

**Pessoas – Animais – Natureza**
Assembleia Municipal de Mafra, Avenida 25 de Abril, nº 5, 2640-456 Mafra
**E-mail** ammafra@pan.com.pt

PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA

transcendem a mera preservação do planeta e co-habitação com as demais espécies e se afiguram como verdadeiros desafios à nossa sobrevivência.

A Câmara Municipal do Mafra, através da exibição destes e/ou de outros filmes, cumprirá não apenas com a sua atribuição de promoção da cultura, como contribuirá para uma sociedade mais ética e mais desperta para os problemas dos nossos tempos. Este ciclo de cinema poderia ser adaptado a diferentes públicos, nomeadamente às diferentes faixas etárias da comunidade escolar com exibições durante a semana, bem como incluir cinema ao fim de semana para o público em geral.

**Assim vem o PAN propor que a Assembleia Municipal do Mafra reunida a 12 de Novembro de 2019 em sessão ordinária, delibere que a Câmara Municipal de Mafra proceda à criação, organização e dinamização de ciclos de cinema gratuitos afetos à temática da preservação do ambiente e bem estar animal.**

Mafra, 12 de Novembro de 2019

O Grupo Municipal

PAN Mafra

Matilde Batalha

**Pessoas – Animais – Natureza**
Assembleia Municipal de Mafra, Avenida 25 de Abril, nº 5, 2640-456 Mafra
**E-mail** ammafra@pan.com.pt

CDU – COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

**PCP – PEV**

Aprovada por unanimidade com 25 votos PSD; 9 PS; 2 CDU; 1 PAN

# Moção

# Passe Intermodal

A introdução do passe intermodal na Área Metropolitana de Lisboa salda-se por um enorme sucesso.

No passado mês de Setembro foram vendidos mais de 720 mil passes (723 129), mais 25,5 % que todos os passes vendidos em Setembro de 2018.

Esta verdadeira revolução no transporte público da Área Metropolitana de Lisboa tem tido uma adesão massiva, *muito superior à estimativa de cerca de 15% para que apontavam os estudos da sua implementação.*

O aumento do rendimento disponível das famílias terá sido o factor que mais contribuiu para o sucesso a par com a maior mobilidade de pessoas que até aí não se podiam dar a esse "luxo", referimo-nos concretamente à chamada 3ª idade.

O recurso ao transporte em veículo particular, embora não sejam conhecidos dados, tem, de certeza diminuído significativamente poupando a natureza e recursos com os efeitos positivos que todos desejamos.

O sucesso em Mafra tem sido verdadeiramente espectacular, mais de 100% de passes vendidos na Ericeira, Perto de mais 60% de passes vendidos na Malveira/Venda do Pinheiro.

Este crescimento explosivo tem tido as suas "dores". A oferta de transportes não tem sido suficiente para a procura provocando transtornos que importa corrigir.

Os chamados "desdobramentos" não têm sido suficientes.

Também os transportes dentro do município não atingiram nível satisfatório.

Podemos dizer que são as "dores" do crescimento provocadas pelo estrondoso êxito, o que não deixa de ser verdade, mas não podemos deixar que as "dores" acabem por fazer definhar o êxito.

Estamos certos que a Câmara, na Área Metropolitana de Lisboa, tem chamado a atenção para a situação, tendo vindo a lume a "autorização" para a integração em horários normais os desdobramentos postos no terreno pela operadora. É insuficiente para uma oferta de qualidade que os utentes merecem.

Postos estes considerandos a Assembleia Municipal de Mafra decide:

- Congratular a Autarquia pelo sucesso da introdução do novo sistema de tarifário, que soube por unanimidade aprovar e suportar na parte que lhe cabe;

CDU – COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

PCP – PEV

- Congratular a Área Metropolitana de Lisboa, a Assembleia da República e o Governo que permitiram, dentro das responsabilidades que lhes cabem, dar este passo há muito necessário;

- Solicitar à Câmara Municipal que, sempre que tenha acesso aos relatórios da actividade de transportes da AML, deles dê conhecimento a esta Assembleia;

- Incentivar a Câmara Municipal, na pessoa do seu Presidente, a pugnar por transportes de qualidade no município e na Área Metropolitana de Lisboa.

Eduardo Libânio

Martinez Silva

Mafra, 12 de Novembro de 2019.

Aprovado por unanimidade com 27 votos PSD; 9 PS; 2 CDS; 1 PAN

CDU – COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

**PCP – PEV**

## MOÇÃO

Tapada de Mafra

Mais uma vez, e infelizmente vai sendo recorrente, a questão da administração da Tapada de Mafra volta "a dar que falar" e sempre pelos piores motivos.

É inaceitável que qualquer gestor público não tenha capacidade de gestão dos recursos humanos que lhe são confiados.

**Claramente a Direcção da Tapada não tem essa capacidade.**

Analisados os documentos de gestão, a par com equilíbrio económico, ressalta a progressiva diminuição de actividade realizada na Tapada de Mafra.

Acabaram as atividades dos passeios a cavalos, acabaram os passeios de charretes, acabaram os passeios de bicicleta, acabaram com a realização de eventos, enfim, pouco resta para valorizar o turismo na Tapada de Mafra.

Agora chega-nos mais uma denúncia, uma vez mais e por não haver acompanhamento dos técnico aos trabalhos definidos pela Presidente da Direcção, nem pedidos de parecer técnico, tal como aconteceu com partes do aqueduto que foram destruídas e na demolição de um muro, ficando abertos vários pontos de saída dos animais, desta vez abriu-se uma estrada (que mais parece uma autoestrada) mesmo junto à árvore onde nidificava o único casal de águia de Bonelli, espécie considerada em perigo, existente na Tapada de Mafra.

Os atropelos aos direitos dos trabalhadores, o assédio moral, com consequências nefastas, é evidente para todos. A degradação só não é maior porque a resiliência dos trabalhadores não o tem permitido.

Assim sendo propomos à Assembleia Municipal que decida:

1 – Que a Câmara de Mafra informe de forma inequívoca o Sr. Ministro da Agricultura do seu desacordo com os objectivos e práticas de gestão da Presidente da Direcção;

2 – Que exija a substituição imediata da Presidente da Direcção:

3 – Que a Câmara Municipal de Mafra informe das suas decisões a Assembleia da República, e o Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas;

Três anos de paciência é demais. Temos de ser inequívocos na defesa da Tapada de Mafra.

Mafra, 12 de novembro de 2019

Eduardo Libânio

Martinez Silva

Mafra. 12 de novembro de 201

# CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

**Departamento de Administração Geral e Finanças**

**Divisão de Assuntos Jurídicos**

**DESPACHO**

Concordo com a presente informação, passando os seus fundamentos de facto e de direito a fazer parte integrante do presente despacho.

Determino ainda que seja presente na próxima reunião de Câmara, para ratificação nos termos do n.º 3 do art.º 35.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

25/11/2019

O Presidente da Câmara Municipal,

(Hélder Sousa Silva)

## INFORMAÇÃO Interno/2019/17229

***ASSUNTO***: Refeições Escolares para os Estabelecimentos de Ensino do 1.º Ciclo e Pré-Escolar do Concelho de Mafra e para a Creche Municipal de Mafra, para o ano letivo 2019/2020, com possibilidade de renovação para os anos letivos 2020/2021 e 2021/2022

Por deliberação tomada em reunião de 20 de setembro de 2019, foi, ao abrigo do disposto no n.º 3 do art.º 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificado o despacho do Sr. Presidente, exarado a 17 do mesmo mês, relativo à definição do valor da caução, referente à adjudicação da prestação "Refeições Escolares para os Estabelecimentos de Ensino do 1.º Ciclo e Pré-Escolar do Concelho de Mafra e para a Creche Municipal de Mafra" no que concerne ao ano letivo 2019/2020, em € 76.213,01, tendo o Consórcio apresentado uma caução no valor de € 78.231,01, destinado a caucionar o cumprimento das obrigações legais assumidas.

Submetido o processo, ao Tribunal de Contas, para efeitos de fiscalização prévia de harmonia com o determinado pela Resolução do Tribunal de Contas n.º 14/2011, publicada no Diário da República, 2.ª série – n.º 156, em 16 de agosto de 2011, o processo foi devolvido com a indicação de que a garantia bancária a apresentar deveria

anexo III

ser de 5% do preço contratual, isto é, no valor de € 93.871,54, conforme está estipulado no artigo 89.º do CCP, tendo sido apresentada a garantia no valor de € 78.231,01, foi solicitado ao Consórcio uma nova caução no valor de € 15.658,53, perfazendo, assim, os € 93.871,54, no âmbito do qual foi feito um averbamento ao contrato e enviado ao Tribunal de Contas.

Vem novamente o mesmo, questionar a razão de se ter feito um averbamento e não uma adenda ao contrato com a intervenção das partes outorgantes, bem como que se pondere a alteração ao texto contratual, através de adenda, referindo o valor correto da caução, identificando as duas garantias bancárias apresentadas, e que a renovação do mesmo fique condicionada à apresentação de nova caução, nos termos do disposto no artigo 89.º n.º 4 do CCP.

Face ao exposto, deverá ser feita uma adenda ao contrato, ficando a redação com o seguinte teor:

*"ADENDA AO CONTRATO N.º 220/2019*

*"REFEIÇÕES ESCOLARES PARA OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO 1.º CICLO E PRÉ-ESCOLAR DO CONCELHO DE MAFRA E PARA A CRECHE MUNICIPAL DE MAFRA*

*Entre o **MUNICÍPIO DE MAFRA**, com sede na Praça do Município, código postal 2644-001 Mafra, pessoa coletiva número 502177080, representada no presente ato pelo seu Presidente Hélder António Guerra de Sousa Silva, natural e residente na Freguesia e Concelho de Mafra, portador do cartão de cidadão número 06973946 3ZY9, válido até 17.08.2028.*

*e*

***CONSORCIO ICA E NORDIGAL**, constituído pelas empresas ICA - Indústria e Comércio Alimentar, S.A., e NORDIGAL – Indústria de Transformação Alimentar, S.A., que de acordo com a cláusula sexta do contrato de constituição do consórcio, o representante do mesmo é a empresa ICA- Indústria e Comércio Alimentar, S.A, com sede na Av. Manuel da Maia, n.º 46, letra A, 1000-023 Lisboa, pessoa coletiva número 501426230, a que corresponde o número de registo na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa – 2.ª Secção, representada no presente ato pelo procurador Carlos*

*Alberto Damas, portador do cartão de cidadão número 06672248 9ZX1, válido até 13.09.2028, contribuinte número 187672300.*

*É celebrada a presente adenda ao contrato acima identificado, nos termos do despacho de concordância do Senhor Presidente da Câmara, exarado em_____, a qual se rege pela cláusula seguinte:*

***Cláusula 1.ª - a)*** *Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o segundo contraente prestou a caução pelo valor correto, €93.871,54, tendo, para o efeito, apresentado a garantia bancária n.º 447/2019-S, no valor de €78.213,07 e a garantia bancária n.º 535/2019-S, no valor de €15.658,53, datadas, respetivamente, de 25 de setembro e 4 de novembro, do ano em curso, ambas emitidas pelo Banco BIC Português, S.A.;* ***b)*** *Em caso de renovação do contrato, o segundo contraente, deverá proceder à apresentação de nova caução, conforme determina o artigo 89.º, n.º 4 do CCP, na sua redação atual.*

*Feitos dois exemplares, primeiro e segundo outorgantes aceitam esta adenda nos precisos termos dela constantes e pelos quais vai ser assinada.*

*Paços do Município de Mafra, ____ de _____ de 2019*

*Pelo Primeiro Outorgante _____*

*Pelo Segundo Outorgante _____"*

A Diretora de Departamento

(Ana Viana)

# CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

## Departamento de Administração Geral e Finanças

## Divisão de Assuntos Jurídicos

**PARECER**

...../...../.....

O(A) Vereador(a),

Concordo com o proposto.
Remeter.

25/11/2019

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Concordo com a informação prestada, que submeto à consideração superior, para início do procedimento regulamentar.
25/11/2019

O(A) Chefe de Divisão

**DESPACHO**

Concordo com a presente informação, passando os seus fundamentos de facto e de direito a fazer parte integrante do presente despacho, pelo que **DETERMINO**, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 1, do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, da alínea d) do artigo 15.º, e dos n.ºs 2, 3 e 9 do artigo 16.º, ambos do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua versão atual, e da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º *ex vi* o disposto no artigo 35.º, n.º 3, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, **que se inicie o procedimento tendente à criação do Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais do Município do Município de Mafra**, que contenha os critérios e condições para o reconhecimento de isenções totais ou parciais, objetivas ou subjetivas, relativamente aos impostos e outros tributos próprios do Município de Mafra, podendo os interessados, querendo, constituir-se como tal no procedimento e apresentar as suas sugestões, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicitação do início do procedimento no sítio institucional da Câmara Municipal de Mafra, na *Internet*, as quais deverão ser formuladas, por escrito, até ao final do mencionado prazo, através de requerimento a mim dirigido. **MAIS DETERMINO**, que o presente despacho seja presente na próxima reunião de Câmara, nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 35.º, n.º 3, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, para efeitos de ratificação.

25/11/2019

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

## INFORMAÇÃO Interno/2019/17149

***ASSUNTO***: Criação do Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais do Município de Mafra - Início do Procedimento e Participação Procedimental

**1.** A Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto introduziu alterações no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), que têm impacto nos poderes tributários de que os municípios dispõem, estabelecendo a alínea d) do artigo 15.º do RFALEI, na sua nova redação, que

anexo IV

os municípios dispõem de poderes tributários relativamente a impostos e outros tributos a cuja receita tenham direito, nomeadamente a concessão de isenções e benefícios fiscais, remetendo para o n.º 2 do artigo 16.º que, por sua vez, dispõe que "*a assembleia municipal, mediante proposta da câmara municipal, aprova regulamento contendo os critérios e condições para o reconhecimento de isenções totais ou parciais, objetivas ou subjetivas, relativamente aos impostos e outros tributos próprios*";

**2.** Acrescenta a nova redação do n.º 3 do mencionado artigo 16.º, que aqueles benefícios fiscais "*devem ter em vista a tutela de interesses públicos relevantes, com particular impacto na economia local ou regional, e a sua formulação ser genérica e obedecer ao princípio da igualdade, não podendo ser concedidos por mais de cinco anos, sendo possível a sua renovação por uma vez com igual limite temporal*";

**3.** De acordo com o n.º 9 do supracitado artigo, os pressupostos do reconhecimento de isenções fiscais devem ser definidos no estrito cumprimento das normas estabelecidas no regulamento por deliberação da assembleia municipal, cabendo depois à câmara municipal o reconhecimento do direito às isenções;

**4.** Designadamente, em sede de Derrama, dita o artigo 18.º, n.º 1, do RFALEI, na sua redação atual, que "*Os municípios podem deliberar lançar uma derrama, de duração anual e que vigora até nova deliberação, até ao limite máximo de 1,5 /prct., sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território*".

***5.*** Dispõe ora o aludido artigo 18.º, em face da alteração legislativa mencionada, de dos números 22 e 23 que, respetivamente, determinam que "*a assembleia municipal pode, sob proposta da câmara municipal, nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 16.º, deliberar a criação de isenções ou de taxas*

*reduzidas de derrama"* e *"as isenções ou taxas reduzidas de derrama previstas no número anterior atendem, nos termos do regulamento previsto no n.º 2 do referido artigo 16.º, aos seguintes critérios:*

*a) Volume de negócios das empresas beneficiárias;*

*b) Setor de atividade em que as empresas beneficiárias operem no município;*

*c) Criação de emprego no município."*

**6.** Salvo melhor opinião, é absolutamente necessária a aprovação de um regulamento que corporize o regime jurídico *supra* mencionado, atinente aos critérios e condições para o reconhecimento de isenções totais ou parciais, objetivas ou subjetivas, relativamente aos impostos e outros tributos próprios do Município de Mafra;

**7.** Dispõe o artigo 98.º, n.º 1 do Código do Procedimento Administrativo (CPA), na sua versão atual, que o início do procedimento regulamentar deve ser publicitado na Internet, no sítio institucional do Município, com indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento. Nos termos do artigo 86.º, n.º 2, tal período deverá ser de dez dias.

**8.** Compete à Câmara Municipal *"elaborar e submeter à aprovação da assembleia municipal os projetos de regulamentos externos do município, bem como aprovar regulamentos internos",* conforme previsto no artigo 33.º, n.º 1, alínea k) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, podendo, no entanto, em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal, o Presidente praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;

**9.** A próxima reunião da Câmara Municipal de Mafra ocorrerá no próximo dia 6 de dezembro de 2019, o que não se compagina com a necessidade imperiosa de iniciar o procedimento regulamentar, dadas as obrigações de comunicação à Autoridade Tributária que recaem sobre o Município de Mafra no final do ano civil.

É o que me cumpre informar

E submeter à Consideração Superior.

Mafra, 22 de novembro de 2019

Diogo Santos

Técnico Superior

# DESPACHO

**Considerando que:**

1. Já se encontra ultrapassada a fase embrionária dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Mafra (SMAS de Mafra), os quais já se encontrarem devidamente instalados e em pleno funcionamento;
2. Não obstante aqueles Serviços já se encontrarem em pleno funcionamento, é ainda necessário garantir a sua autonomização a nível financeiro, designadamente quanto à locação, aquisição de bens e serviços essenciais para a gestão diária dos SMAS de Mafra, bem como realização de empreitadas, uma vez que os Conselhos de Administração dos Serviços Municipalizados apenas são competentes para autorizar despesas com locação, aquisição de bens e serviços e empreitadas até ao montante de 149.639,37 €, conforme disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na redação atual, diploma que aprovou o Regime Jurídico de Realização de Despesas Públicas e da Contratação Pública;
3. O montante acima indicado não se coaduna com a vida corrente dos SMAS de Mafra, não só face à missão e atribuições que lhe são próprias, mas também face às situações em que se revela urgente proceder à aquisição de bens e serviços e realização de empreitadas, por forma a assegurar o regular e pleno funcionamento daqueles Serviços, quer enquanto prestadores de serviços à população, quer também enquanto estrutura empresarial, sendo assim premente alargar o montante acima indicado;
4. A Câmara Municipal tem competência *"(...) para autorizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços (...) b) Sem limite, (...)"*, conforme disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na redação atual, bem como para realizar despesas com empreitadas até esse limite;
5. A Câmara Municipal pode delegar no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, *"As competências atribuídas às câmaras municipais pelo (...)"* Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na redação atual, conforme previsto no n.º 1 do artigo 29.º do referido diploma legal;
6. Em circunstâncias excecionais e, no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal, o Presidente da Câmara pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os



anexo V

mesmos sujeitos a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual,

**DETERMINO**, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º e no n.º 1 do artigo 29.º, ambos do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na redação atual, conjugado com o no n.º 3 do artigo 35.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, diploma que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, que as competências atribuídas à Câmara Municipal pelo Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na redação atual, quanto à autorização para a realização de despesas com locação, aquisição de bens e serviços e realização de empreitadas, independentemente do valor, sejam delegadas no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Mafra (SMAS de Mafra).

**MAIS DETERMINO**, que o presente despacho seja ratificado em reunião de Câmara, nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 35.º, n.º 3, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual.

Paços do Município de Mafra, em 14 de novembro de 2019.

O Presidente da Câmara Municipal,

(Hélder Sousa Silva)

159
1.5

**SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS**
**DE ÁGUAS E SANEAMENTO DE MAFRA**

À reunião
3 DEZ 19

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Mafra
Praça do Município

2644-001 Mafra

| Sua referência | Sua Comunicação de | Nossa Referência | Data |
|---|---|---|---|
| | | 0723/2019 | 03 DEZ. 2019 |

Assunto: Pedido de autorização de reforço de compromissos plurianuais

Exmo. Senhor,

Em cumprimento da deliberação do Conselho de Administração na reunião do passado dia 15 de novembro de 2019, a qual se anexa, serve a presente para remeter o pedido de autorização de reforço de compromissos plurianuais, a fim de ser submetida a aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, presente à Assembleia Municipal.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente do Conselho de Administração.

(Helder Sousa Silva)

MC.

anexo VI

Rua Constância Maria Rodrigues, n.º 19 • 2644-013 Mafra
Telef.: +351 261 816 650 • Fax: +351 261 816 659
e-mail: geral@smas-mafra.pt • Internet: www.smas-mafra.pt

smas
MAFRA

# SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE MAFRA

## MINUTA

(n.º 5 do artigo 12.º do Regulamento da Estrutura Nuclear e Orgânica)

**REUNIÃO DE** 2019/11/15

**ASSUNTO: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE REFORÇO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS**

**INFORMAÇÕES/PARECERES: PROPOSTA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.** ----------

---

**DELIBERAÇÃO: O Conselho de Administração deliberou apresentar à Câmara Municipal,** à luz do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com o artigo 2.º n.º 1 e 3 da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, e alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, **o reforço de compromissos plurianuais** referentes ao **«Fornecimento de Energia Elétrica, para as instalações alimentadas em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal»** conforme documento em anexo, dando-se o mesmo por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, a fim de a Câmara Municipal submeter a mesma, à aprovação da Assembleia Municipal. ----------

---

**Esta deliberação foi aprovada por:** Unanimidade / ~~Maioria.~~ ----------

**Votos a favor:** Presidente e dois vereadores .....

**Votos contra:** .....

**Abstenções:** .....

**Declarações de voto:** .....

ASSINATURAS:

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS
DE ÁGUAS E SANEAMENTO DE MAFRA

# PROPOSTA

CONSIDERANDO QUE:

Atendendo ao disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que foi regulamentada pelo Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho (estabelece o regime aplicável à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas), que determina que **a assunção de compromissos plurianuais**, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público privadas, **está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal.**

Nestes termos, considerando o mapa constante da presente informação, que reflete, à presente data, as necessidades aquisitivas das diversas áreas funcionais cujo procedimento pré contratual implicará um reforço do compromisso, no que concerne a:

- **Fornecimento de Energia Elétrica, para as instalações alimentadas em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal**;

Prevendo-se, para o contrato referido, a seguinte partição da despesa:

| Designação do Procedimento Aquisitivo | Prazo Contratual | Valor Estimado Total (Com IVA) | Valor Estimado por Ano | |
|---|---|---|---|---|
| | | | 2020 | 2021 |
| Fornecimento de Energia Elétrica, para as instalações alimentadas em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal | 2 anos | 861.000,00 € | 430.500,00€ | 430.500,00€ |



Rua Constância Maria Rodrigues, n.º 19 • 2640-389 • Mafra
Telef.: +351 261 816 650 • Fax: +351 261 816 659
e-mail: geral@smas-mafra.pt • Internet: www.smas-mafra.pt

Pelo que atenta as competências estabelecidas na Lei 8/2012, de 21 de fevereiro tenho a honra de propor que o Conselho de Administração delibere, submeter ao Órgão Executivo o encaminhamento ao Órgão Deliberativo nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I à lei 75/2013, de 12 de setembro, no sentido de ser aprovada a assunção do compromisso elencado.

Mafra, 15 de novembro de 2019

O Presidente do Conselho de Administração,

(Hélder Sousa Silva)



Rua Constância Maria Rodrigues, n.º 19 • 2640-389 • Mafra
Telef.: +351 261 816 650 • Fax: +351 261 816 659
e-mail: geral@smas-mafra.pt • Internet: www.smas-mafra.pt

**PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE MAFRA E O ISCTE – IUL INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA**

# PROPOSTA

**Considerando que:**

1. A Universidade, enquanto instituição de ensino e de ciência, visa, designadamente, a criação, transmissão e valorização social e económica do conhecimento e da cultura;
2. A cooperação entre a Universidade e os Municípios contribuiu de forma ativa para o intercâmbio de informação entre as duas instituições, bem como para a promoção da formação dos alunos universitários e das competências técnicas das autarquias;
3. O ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) tem como atribuições fundamentais, designadamente, *"organizar parcerias com outras entidades, públicas e privadas, nacionais e estrangeiras como suporte ao desenvolvimento da sua missão"*, conforme artigo 1.º, alínea f), dos seus Estatutos;
4. O ISCTE-IUL propôs ao Município a celebração de um Protocolo de Cooperação, conforme documento em anexo que se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, tendo em vista o aproveitamento recíproco das respetivas potencialidades científicas, técnicas e humanas das duas entidades;
5. Os Municípios dispõem de atribuições, designadamente, nos domínios do equipamento urbano, da educação, ensino, formação profissional, da cultura e da ciência, nos termos do disposto nas alíneas a), d) e e) do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, diploma que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais;
6. Compete à Câmara Municipal de Mafra *"promover a oferta de cursos de ensino e (...) apoiar atividades de natureza (...) cultural, educativa (...) de interesse para o Município (...)"* e bem assim *"(...)gerir instalações, equipamentos, serviços, (...) e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal"*, no âmbito das competências conferidas pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, nomeadamente pelo seu artigo 33.º, n.º 1, alíneas u) e ee),

**PROPONHO**, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 2.º, do n.º 1 e das alíneas a), d) e e) do n.º 2 do artigo 23.º, das alíneas u) e ee), do n.º 1 do artigo



anexo VII

33.º, todos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, **que a Câmara Municipal delibere aprovar a Celebração do Protocolo de Cooperação entre o Município de Mafra e o ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), conforme documento em anexo à presente proposta.**

Paços do Município de Mafra, 02 de dezembro de 2019

O Presidente da Câmara Municipal,

(Hélder Sousa Silva)

ISCTE IUL
Instituto Universitário de Lisboa

# PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

**Considerando que:**

Os Municípios dispõem de atribuições, designadamente, nos domínios do equipamento urbano, da educação, ensino, formação profissional, da cultura e da ciência, nos termos do disposto nas alíneas a), d) e e) do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, diploma que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais;

Compete à Câmara Municipal de Mafra *"promover a oferta de cursos de ensino e (...) apoiar atividades de natureza (...) cultural, educativa (...) de interesse para o Município (...)"* e bem assim *"(...) gerir instalações, equipamentos, serviços, (...) e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal"*, no âmbito das competências conferidas pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, nomeadamente pelo seu artigo 33.º, n.º 1, alíneas u) e ee);

O ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) tem como atribuições fundamentais, designadamente, *"organizar parcerias com outras entidades, públicas e privadas, nacionais e estrangeiras como suporte ao desenvolvimento da sua missão"*, conforme artigo 1.º, alínea f), dos seus Estatutos;

A cooperação entre a Universidade e as Autarquias Locais é da maior relevância para o interesse público, pois ao promover a fertilização cruzada do conhecimento destes dois tipos de entidades, está a contribuir para um duplo propósito: por um lado, enriquece a formação dos alunos universitários; e, por outro lado, contribui para a satisfação das necessidades de competências técnicas sentidas pelas autarquias;

Conscientes da virtuosidade e interesse público desta articulação, os signatários celebram entre si o presente protocolo, tendo como:

**Primeiro outorgante**: ISCTE – IUL Instituto Universitário de Lisboa, com sede em Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, pessoa coletiva n.º 501 510 184 e legalmente representado pela Professora Doutora Maria de Lurdes Rodrigues, na qualidade de Reitora, adiante designado como **ISCTE-IUL**;

**Segundo outorgante**: MUNICÍPIO DE MAFRA, pessoa coletiva n.º 502 177 080, com sede na Praça do Município, 2644-001 Mafra, neste ato representado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Engenheiro Hélder António Guerra de Sousa Silva, adiante designado como **Autarquia**;

Os outorgantes acordam celebrar o presente protocolo de cooperação, nos termos das cláusulas a seguir indicadas:

**I – Objetivos:**

O presente protocolo estabelece as formas de cooperação entre as instituições supra-identificadas, tendo em vista o aproveitamento recíproco das respetivas potencialidades científicas, técnicas e humanas, nomeadamente para promover:

1. A oferta de conteúdos formativos dirigidos aos colaboradores da autarquia;
2. Sessões seminariais/ *workshops* temáticos sobre a problemática da gestão autárquica e do desenvolvimento local;
3. A organização de programas de estágios na autarquia destinados a alunos do ISCTE-IUL;
4. A criação de uma bolsa de projetos de investigação que articule a produção científica do ISCTE-IUL com as necessidades específicas da autarquia;
5. A realização de pequenos estudos de consultoria correspondentes a necessidades pontuais identificadas pela autarquia;

**II – Contornos específicos das modalidades de cooperação**

**1. Formação**

O ISCTE-IUL dispõe de competências em quase todas as áreas de atuação das autarquias locais, assegurando 15 licenciaturas, meia centena de mestrados e duas dezenas de programas de doutoramento. A valorização deste potencial para o enriquecimento das competências dos autarcas, dirigentes e técnicos municipais pode traduzir-se em modalidades distintas de formação, como sejam:

a. A frequência individual dos **cursos de mestrado-doutoramento** a funcionar regularmente no ISCTE-IUL, podendo os membros da autarquia beneficiar de condições especiais de acesso;
b. A frequência de cursos desenhados especificamente para as autarquias no âmbito do **Programa de capacitação de autarcas e técnicos municipais** do Instituto para as Políticas Públicas e Sociais do Instituto Universitário de Lisboa (IPPS-IUL), como sejam a Pós-graduação "Desafios Autárquicos e Desenvolvimento Local", o "Curso Avançado em Administração Municipal", ou o "Curso de aperfeiçoamento de competências essenciais na Administração Pública". Estes cursos com uma duração superior a 100 horas, têm um conteúdo definido por módulos ajustáveis às necessidades de formação identificadas, podendo ser oferecidos em exclusivo para os técnicos/ autarcas de uma só autarquia ou de uma associação de autarquias, decorrendo as aulas no ISCTE-IUL ou nas instalações da(s) autarquia(s);

c. A frequência de **cursos de especialização de curta duração**, desenhados a pedido e podendo funcionar na autarquia. Este tipo de cursos também funciona nas instalações do ISCTE-IUL, onde podem ser frequentados individualmente por técnicos municipais, em condições privilegiadas a acordar com a respetiva autarquia, podendo o curso ser contabilizado como horas de formação contínua para efeitos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na redação atual.

## 2. Programa de seminários

Em função do interesse revelado pela autarquia, o ISCTE-IUL compromete-se a organizar os seguintes tipos de seminários, que têm em comum a preocupação em promover a aprendizagem interativa entre o saber universitário e o saber acumulado pelas estruturas organizacionais autárquicas:

a. **Seminários itinerantes**. Formato: um tema selecionado em parceria com a autarquia, abordado por um especialista académico e por um técnico da autarquia. Estes seminários decorrem nas instalações da autarquia, e destinam-se a promover o intercâmbio de conhecimento entre técnicos de diferentes áreas setoriais da estrutura autárquica;

b. **Encontros autárquicos**. Formato: encontro de técnicos-dirigentes de várias autarquias com responsabilidades numa dada área de atuação. Estes seminários destinam-se a promover o intercâmbio de experiências vividas em autarquias diferentes, tendo um professor do ISCTE como mediador. É um espaço privilegiado de aprendizagem com base em boas práticas;

c. ***Workshop* temático**. Formato: a autarquia seleciona um problema ou um projeto de intervenção que necessite de validar à luz do conhecimento académico e da experiência de outras autarquias; o tema será apresentado por um técnico da autarquia ou por um consultor por si contratado, o ISCTE seleciona técnicos de outras autarquias e especialistas universitários para participarem na discussão do tema apresentado pela autarquia;

d. **Mostra de estudos autárquicos**. Evento anual de apresentação e discussão de estudos de investigação, dissertações e trabalhos de estágio realizados por alunos do ISCTE-IUL beneficiando da colaboração com autarquias locais.

## 3. Estágios

Os estágios destinam-se a, por um lado, proporcionar uma experiência de aprendizagem em contexto profissional aos alunos de mestrado do ISCTE, e, por outro lado, a proporcionar à autarquia a realização de uma tarefa técnica de curta duração para a qual não tenha possibilidade de afetar um dos seus técnicos. Os estágios enquadráveis neste protocolo:

a. Têm por base uma tarefa técnica identificada pela autarquia, exequível no equivalente a 460 horas ou três meses de trabalho;
b. O ISCTE promoverá junto dos seus alunos a oferta da autarquia;
c. Identificados os interessados, o ISCTE, em articulação com a autarquia, seleciona o aluno estagiário;
d. Serão definidos um tutor de estágio na autarquia e outro no ISCTE, que acordarão e acompanharão a execução do programa de trabalho a desenvolver pelo aluno;
e. Do estágio não resultam quaisquer encargos laborais para a autarquia, não cabendo igualmente qualquer obrigação, quanto ao estabelecimento futuro de algum vínculo laboral com o estagiário;
f. Sem prejuízo do anterior, a autarquia poderá estabelecer com o estagiário um acordo de formação em contexto profissional;
g. O estágio é um processo de aprendizagem de geometria variável que deverá obrigatoriamente materializar-se na elaboração pelo aluno de um Relatório técnico de final de estágio;
h. Uma vez entregue o relatório de estágio e recebida da autarquia a respetiva avaliação, o ISCTE-IUL emite a correspondente declaração de estágio.

Para além dos estágios supra tipificados, a cooperação ISCTE-IUL com a autarquia pode materializar-se no acolhimento de alunos em "estágio habilitante" para o exercício da profissão (exigido pela Ordem) ou em fase de "estágio curricular". No primeiro caso será feita a devida adaptação das cláusulas anteriores, nomeadamente quanto à duração, no segundo caso a duração do estágio será de um mês sem que, em qualquer dos casos, haja lugar ao pagamento de qualquer compensação financeira.

## 4. Bolsas de projetos de investigação

O ISCTE gera anualmente mais de um milhar de "teses" de mestrado e de doutoramento. Parar além disso, desenvolve permanentemente centenas de projetos de investigação nos seus 8 Centros de Investigação, cobrindo áreas tão diversificadas como: Arquitetura e

Urbanismo; Economia Política; Ciência Política e Políticas Públicas; Marketing, Finanças e Gestão; Psicologia Social e das Organizações; Sociologia; ou Tecnologias da Informação. A parceria neste domínio destina-se a atingir um duplo objetivo: i. facilitar o acesso a informação relativa às políticas públicas e à realidade socioeconómica local indispensáveis ao aprofundamento do estudo empírico dos projetos de investigação de alunos do ISCTE-IUL; ii. proporcionar à autarquia a oportunidade de receber da comunidade académica contributos teóricos para a solução de problemas identificados pela autarquia.

A colaboração neste domínio entre o ISCTE e a autarquia pressupõe:

a. A criação pela autarquia de uma **bolsa de projetos de investigação** destinada a promover a realização de estudos compagináveis com os requisitos académicos das dissertações de mestrado. No respetivo edital devem estar definidos: i. os termos de referência do estudo que a autarquia necessita ver aprofundado; ii. as condições processuais e materiais de apoio disponibilizadas pela autarquia;
b. A divulgação pelo ISCTE da informação anterior junto da comunidade ISCTE com o propósito de identificar alunos interessados em apresentar uma proposta metodológica que responda ao desejado pela autarquia;
c. A identificação pelo ISCTE do orientador científico do projeto e do correspondente interlocutor na autarquia;

A parceria de investigação também pode ter por base um projeto de investigação da iniciativa do ISCTE-IUL, circunstância em que as alíneas a) e b) não são aplicáveis.

No caso de projetos correspondentes a dissertações de mestrado (cujos alunos podem ser técnicos da autarquia que estejam a frequentar cursos do ISCTE-IUL), no final do projeto o aluno deverá redigir um Relatório onde demonstre ter adquirido pelo menos um dos seguintes grupos de competências:

i. ser capaz de realizar trabalho de campo de pesquisa no domínio das políticas territoriais e de analisar de forma sistematizada e pertinente os correspondentes dados;
ii. ser capaz de proceder ao diagnóstico de um problema pertinente no domínio das políticas territoriais e de formular uma proposta de resolução desse problema fundamentada nos ensinamentos teóricos e/ou nas boas práticas existentes.

## 5. Estudos de consultoria

O ISCTE disponibiliza-se para colaborar com a autarquia no sentido de desenhar equipas "por medida" que vão de encontro a necessidades específicas de consultoria identificadas pela autarquia ou por grupos de autarquias. Não se trata de ocupar o espaço destinado às

empresas de consultoria, mas sim de promover a utilização das competências dos especialistas do ISCTE na resolução de problemas identificados pela autarquia. Para tanto:

a. A autarquia identifica as necessidades de estudos de consultoria para os quais gostaria de obter o contributo do ISCTE;
b. O ISCTE em articulação com a autarquia define o plano e a metodologia de trabalho correspondentes;
c. O ISCTE organiza uma equipa interdisciplinar para realizar o estudo;
d. A parceria é formalizada num contrato, complementar a este protocolo, onde se especifique a responsabilidade de cada uma das partes.

### 6. Escolas de Inverno/ Verão

O ISCTE organiza cursos de curta duração com o formato de escolas de inverno ou verão, que pretendem sedimentar conhecimentos e troca de experiências a nível nacional e internacional. A parceria com a autarquia neste domínio permitirá atrair públicos qualificados e diversificados para o território municipal, potenciando a atividade económica e cultural local e a sua visibilidade nacional e internacional. Tal poderá materializar-se:

a. Na utilização de equipamentos da autarquia, tais como auditórios, por forma a que os cursos possam decorrer no território local;
b. Na organização de atividades de caráter lúdico e pedagógico, utilizando os recursos culturais e de lazer da autarquia.

## III – Obrigações das partes

As formas de cooperação supra indicadas serão objeto de contrato específico aquando da sua operacionalização. Sem prejuízo disso e de outras formas de colaboração que a experiência venha a considerar úteis, os signatários assumem o compromisso de manter em permanência um canal aberto de comunicação para tudo o que tenha a ver com o bom funcionamento deste Protocolo, ficando desde já designado como interlocutor do ISCTE-IUL, o Prof. Doutor Raul Lopes (raul.lopes@iscte-iul.pt Tlm: 912640124), e sendo o interlocutor da autarquia a Chefe de Divisão dos Recursos Humanos, Dra. Milene Alexandra Mourato Leitão Vieira (milenevieira@cm-mafra.pt).

### 1. Adicionalmente, o ISCTE-IUL compromete-se a:

a. Informar a autarquia das oportunidades de formação e dos eventos com interesse para autarcas e/ou técnicos da autarquia;
b. Garantir 2 vagas/ ano em cada um dos seus mestrados para funcionários da autarquia;

ISCTE IUL
Instituto Universitário de Lisboa

c. Proporcionar aos funcionários da autarquia um desconto de 20% na propina de frequência dos mestrados do ISCTE;
d. Gerir as ações de formação ministradas em conformidade com os critérios de qualidade científica e pedagógica requeridos pelos padrões internacionais do ensino universitário de 2.º ciclo e em vigor no ISCTE-IUL;
e. Incluir no seu programa de *workshops*/ seminários a discussão de um tema/ problema ou de um Projeto selecionado pela autarquia e apresentado por um dos seus especialistas, envolvendo na sessão não apenas os alunos, mas igualmente docentes do ISCTE e técnicos de outras autarquias;
f. Assegurar a supervisão técnico-científica dos estágios e/ou das bolsas de investigação de alunos envolvidos na procura de soluções para problemas identificados pela autarquia, independentemente de tais alunos serem externos ou técnicos da autarquia;
g. O ISCTE-IUL organizará um evento anual de apresentação e discussão dos projetos de investigação e dos trabalhos de estágio/ dissertação realizados pelos alunos do ISCTE-IUL que tenham beneficiado da colaboração com as autarquias locais;
h. Proceder à conveniente divulgação deste protocolo, nomeadamente junto da comunidade ISCTE e na informação relativa aos mestrados no site institucional.

**2. Por sua vez, a Autarquia compromete-se a:**

a. Participar numa reunião anual de alto nível com o ISCTE-IUL para equacionar formas concretas de materialização do presente protocolo;
b. Participar num encontro técnico anual promovido pelo ISCTE destinado a discutir as necessidades de formação das autarquias locais;
c. Promover a divulgação da oferta formativa do ISCTE junto dos seus técnicos potencialmente interessados, sem prejuízo dos critérios específicos que decida usar para indicar os alunos destinados a preencher as vagas previamente reservadas;
d. Fomentar a participação dos seus técnicos/ dirigentes no programa de seminários do ISCTE, incluindo nos "encontros autárquicos" e nos *workshops* temáticos;
e. Disponibilizar anualmente ao ISCTE uma lista temática de estágios e de bolsas de investigação disponíveis;
f. No caso dos estágios/ bolsas, a autarquia compromete-se a acolher os alunos e a proporcionar-lhes adequadas condições de trabalho, desde logo designando um tutor para cada um deles, com a incumbência de elaborar um plano de trabalho e acompanhar a sua execução;

g. No caso da colaboração através de estágios ou bolsas de investigação, cabe ainda à autarquia definir e aprovar o respetivo programa de estágios e bolsas, bem como a eventual compensação financeira a atribuir aos alunos;
h. A autarquia compromete-se a assegurar a participação no evento anual de apresentação dos trabalhos de investigação/ estágio realizados por membros da comunidade ISCTE em colaboração com autarquias locais.

**IV – Vigência e Rescisão**

1. Este Protocolo, feito em duplicado, produz efeitos desde a data da sua assinatura e vigorará por um período de dois anos, sendo automaticamente renovado por igual período, caso nenhuma das Partes se oponha à sua renovação através de comunicação à contraparte, por carta registada com aviso de receção, enviada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias relativamente ao seu termo.
2. O incumprimento das obrigações estabelecidas neste Protocolo dá lugar à resolução do Protocolo se a parte faltosa, notificada por carta registada com aviso de receção, não fizer cessar a violação do Protocolo dentro do prazo conferido na referida notificação, o qual não poderá ser inferior a 8 (oito) dias úteis a contar da mesma, sem prejuízo da conclusão das ações de parceria em curso.

**V - Disposições finais**

1. Qualquer alteração, aditamento ou disposição acessória ao presente Protocolo apenas serão válidos quando efetuados sob forma de adenda anexa ao mesmo, assinada por ambas as Partes, a qual passará a fazer parte integrante do Presente Protocolo.
2. Qualquer lacuna ou omissão do presente Protocolo, deverá ser suprida por acordo entre as Partes.
3. As notificações e comunicações entre as Partes sobre matérias relacionadas com o presente Protocolo devem ser enviadas por carta registada com aviso de receção, *e-mail* ou entregues presencialmente na respetiva sede.

Lisboa, _____ de _____ de _____.

Primeiro outorgante

_____

(Maria de Lurdes Rodrigues)

Segundo outorgante

_____

(Hélder Sousa Silva)

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

# PROPOSTA

Considerando que:

I) A GIATUL é uma empresa local de gestão de serviços de interesse geral e de promoção do desenvolvimento local e regional, cujo capital social é integralmente detido pelo Município, e que se rege pelo disposto no regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, no Código das Sociedades Comerciais, nos seus estatutos e, subsidiariamente, no regime do sector empresarial do Estado sem prejuízo das normas imperativas neste previstas;

II) A GIATUL tem por objeto social a exploração, conservação e manutenção do Parque de Campismo de Mil Regos, na Ericeira;

III) O Município é proprietário de um terreno recentemente infraestruturado para ser utilizado como parque de estacionamento de autocaravanismo, localizado em local que dista poucas dezenas de metros do Parque de Campismo de Mil Regos, na Estrada Nacional 247;

IV) Esse parque está pavimentado e tem instalado equipamentos de serviços de água e eletricidade, para apoio às autocaravanas que aí estacionem, mas carece de receber equipamentos de controlo de acesso e outros, tendo em vista permitir o seu início de atividade;

V) O conhecimento e a experiência adquiridos pela GIATUL no exercício das suas funções permite-lhe realizar a gestão do Parque com a qualidade de serviço exigida, conjugando a operacionalidade com uma preocupação de racionalização de custos e de rentabilização das potencialidades dos recursos humanos e materiais existentes;

VI) A GIATUL pode prestar serviços ao Município ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 36.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;

VII) O Município contrata a GIATUL com dispensa de observância de um procedimento pré-contratual segundo a Parte II do Código dos Contratos

anexo VIII

Públicos, conforme estipulado no artigo 5.º-A, n.º 1, desse mesmo Código, porquanto:

*a)* O Município exerce isolada e diretamente sobre a atividade da GIATUL um controlo análogo ao que exerce sobre os seus próprios serviços;

*b)* A GIATUL desenvolve integralmente a sua atividade no desempenho de funções que lhe foram confiadas pelo Município;

*c)* Não há participação direta de capital privado na GIATUL;

VIII) De acordo com o estabelecido na alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre todas as matérias previstas no regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais que o mesmo não atribua à Câmara Municipal,

**TENHO A HONRA DE PROPOR** que a Câmara municipal delibere, nos termos das disposições conjugadas da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º com a alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º todos do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, submeter à aprovação da Assembleia Municipal o **CONTRATO DE GESTÃO DO PARQUE DE AUTOCARAVANISMO DE MIL REGOS,** a celebrar entre a Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, SA. e o Município de Mafra.

Paços do Município, 28 de novembro de 2019

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

*CONTRATO DE GESTÃO DO PARQUE DE AUTOCARAVANISMO DE MIL REGOS*

Entre

**Município de Mafra**, adiante designado por «Município», pessoa colectiva número 502 177 080, neste acto representada pelo seu Presidente da Câmara Municipal Hélder António Guerra de Sousa Silva, natural e residente na Freguesia e Concelho de Mafra, portador do cartão de cidadão número 06973946 3ZY9, válido até 18.08.2028, com poderes necessários para o efeito, conferidos pela alínea *a)* do n.º 1 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, abreviadamente designado «**Município**»,

e

**GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A.**, adiante designado por «GIATUL», pessoa colectiva n.º 506 874 915, com sede em NEM - Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, freguesia e concelho de Mafra, neste ato bastante representada pelos Exm.os Senhores Eng.º Hélder António Guerra de Sousa Silva e Dr. Joaquim Francisco da Silva Sardinha, respetivamente Presidente e vogal do Conselho de Administração, com poderes necessários para o efeito nos termos do artigo 19.º dos seus Estatutos, abreviadamente designada «**GIATUL**»,

conjuntamente adiante designadas por «Partes»,

Considerando que:

I) A GIATUL é uma empresa local de gestão de serviços de interesse geral e de promoção do desenvolvimento local e regional, cujo capital social é integralmente detido pelo Município, e que se rege pelo disposto no regime jurídico da actividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, no Código das Sociedades Comerciais, nos seus es-

tatutos e, subsidiariamente, no regime do sector empresarial do Estado sem prejuízo das normas imperativas neste previstas;

II) A GIATUL tem por objeto social a exploração, conservação e manutenção do Parque de Campismo de Mil Regos, na Ericeira;

III) O Município é proprietário de um terreno recentemente infraestruturado para ser utilizado como parque de estacionamento de autocaravanismo, localizado em local que dista poucas dezenas de metros do Parque de Campismo de Mil Regos, na Estrada Nacional 247;

IV) Esse parque está pavimentado e tem instalado equipamentos de serviços de água e eletricidade, para apoio às autocaravanas que aí estacionem, mas carece de receber equipamentos de controlo de acesso e outros, tendo em vista permitir o seu início de atividade;

V) O conhecimento e a experiência adquiridos pela GIATUL no exercício das suas funções permite-lhe realizar a gestão do Parque com a qualidade de serviço exigida, conjugando a operacionalidade com uma preocupação de racionalização de custos e de rentabilização das potencialidades dos recursos humanos e materiais existentes;

VI) A GIATUL pode prestar serviços ao Município ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 36.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;

VII) O Município contrata a GIATUL com dispensa de observância de um procedimento pré-contratual segundo a Parte II do Código dos Contratos Públicos, conforme estipulado no artigo 5.º-A, n.º 1, desse mesmo Código, porquanto:

*a)* O Município exerce isolada e directamente sobre a actividade da GIATUL um controlo análogo ao que exerce sobre os seus próprios serviços;

*b)* A GIATUL desenvolve integralmente a sua actividade no desempenho de funções que lhe foram confiadas pelo Município;

*c)* Não há participação directa de capital privado na GIATUL;

VIII) A minuta do presente Contrato foi aprovada pela Assembleia Municipal de Mafra na sua reunião de [...] de [...] de 2019, sob proposta da Câmara Municipal de Mafra aprovada na sua reunião de [...] de [...] de 2019;

IX) O presente Contrato de Gestão foi igualmente aprovado em minuta pelo Conselho de Administração da GIATUL, por deliberação de [...] de [...] de 2019, no exercício das suas competências estatutárias;

É acordado e reciprocamente aceite o presente contrato de gestão do parque de Auto caravanismo de Mil Regos no Município de Mafra, de que os considerandos *supra*referidos constituem parte integrante, adiante designado como «Contrato», que se rege pelas Cláusulas seguintes:

## CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

### Cláusula 1.ª | Definições

Para efeitos do presente Contrato, e salvo se de modo diferente resultar do seu texto, os termos e expressões nele usados iniciados com letra maiúscula e a seguir indicados têm o significado seguinte:

*a)* "Estabelecimento do Serviço": os bens móveis e imóveis afetos à prestação do Serviço e à gestão do Parque, e os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público subjacente à celebração do Contrato.

*b)* "Níveis Mínimos de Serviço": os níveis mínimos de Serviço a prestar pela GIATUL na gestão do Parque;

*c)* "Parque": o imóvel de que o Município é proprietário sito em Casal do Carido, freguesia da Ericeira, Concelho de Mafra, representado no Apêndice 1 do Anexo 1 ao Contrato e melhor descrito no Apêndice 2 do mesmo Anexo e a universalidade dos bens móveis afetos ao mesmo na presente data ou que venham a estar, bem como os direitos e obrigações que sejam indispensáveis para o

adequado desenvolvimento das atividades que constituem o objeto do Contrato, gerido pela GIATUL;

*d)* "Período de Gestão": o período do Contrato durante o qual a GIATUL é responsável pela gestão do Parque e a prestação do Serviço;

*e)* "Serviço": o serviço de estacionamento de veículos de caravanismo, bem como os serviços auxiliares e acessórios ao mesmo, nomeadamente de fornecimento de água, eletricidade, saneamento e segurança, prestado aos utilizadores pela GIATUL no Parque, numa base não discriminatória e em simultâneo, que o utilizam mediante retribuição.

*f)* "Tarifa": o preço de venda ao público do direito de utilização do Estabelecimento, incluindo IVA à taxa legal em vigor.

*g)* "Título": o título que confere o direito à utilização do Serviço, após a respetiva validação.

*h)* "Utilizadores": as pessoas que requerem o estacionamento de autocaravanas no Parque.

**Cláusula 2.ª | Anexos**

Fazem parte integrante do presente Contrato os seguintes Anexos e respetivos Apêndices:

*a)* Anexo 1 (Identificação do Parque).

*b)* Anexo 2 (Manutenção e limpeza).

*c)* Anexo 3 (Títulos e Tarifas para 2019 e 2020).

## CAPÍTULO II OBJETO, ÂMBITO E DURAÇÃO DO CONTRATO

**Cláusula 3.ª | Objeto**

O presente Contrato regula as relações entre o Município e a GIATUL para a gestão do Parque e os deveres relativos à prestação do Serviço aos utilizadores.

**Cláusula 4.ª | Conteúdo**

1) A GIATUL obriga-se a realizar as tarefas de manutenção, organização e operação do Parque, com vista à prestação do Serviço aos Utilizadores nos termos do presente Contrato.

2) O Município entrega à GIATUL a posse do imóvel descrito e identificado no Anexo 1 (Parque), confiando-lhe a sua gestão, devendo a GIATUL no termo do Contrato proceder à sua reversão em, pelo menos, estado de conservação e operacionalidade idênticos àqueles em que lhe foram entregues.

**Cláusula 5.ª | Atividades acessórias**

1) A GIATUL poderá realizar, a título acessório, por sua conta e risco e destinando-se a contribuir para o equilíbrio comercial da Gestão, atividades e serviços conexos com a exploração do Serviço, podendo para o efeito utilizar os recursos que integram o Parque, nomeadamente:

*i)* Serviços de publicidade.

*j)* Serviços de aluguer fixo ou ocasional de espaços, designadamente para serviços de turismo, prestados a terceiras pessoas ou entidades.

*k)* Instalação de pontos de carregamento de veículos elétricos ou exploração de espaços comerciais.

2) A realização de atividades a que se refere o número anterior é obrigatoriamente comunicada ao Município.

3) A GIATUL não pode desenvolver, a título acessório, quaisquer outras atividades nem prestar quaisquer outros serviços que não estejam incluídos no n.º 1, salvo mediante a prévia e expressa autorização do Município.

4) A execução das atividades e serviços a título acessório do Contrato não pode prejudicar a execução das atividades incluídas no objeto do Contrato.

**Cláusula 6.ª | Regime do risco e da responsabilidade pelo Contrato**

1) A GIATUL assume integral responsabilidade pela prestação do Serviço e pela gestão do Parque, e por todos os riscos inerentes aos mesmos, ainda que recorra a

outras entidades por si contratadas, exceto quando o contrário resulte expressamente do Contrato ou da lei.

2) A GIATUL é responsável por quaisquer prejuízos causados a terceiros, por ação ou omissão, no exercício das atividades que constituem o objeto do Contrato, ainda que emergentes de atuação não culposa, bem como por todos os prejuízos causados, por ação ou por omissão, por qualquer pessoa ou entidade por si subcontratada ou a cuja colaboração recorra.

3) A GIATUL responde também por quaisquer danos emergentes e lucros cessantes resultantes de deficiências ou omissões de atuação que impliquem um cumprimento defeituoso ou incumprimento das obrigações que para si decorrem do Contrato.

**Cláusula 7.ª | Cumprimento da legislação aplicável e licenciamento**

1) A GIATUL é responsável pelo cumprimento de todas as leis, normas e regulamentos municipais, nacionais, europeus e internacionais aplicáveis.

2) A GIATUL obriga-se a realizar todas as comunicações e notificações devidas nos termos da lei e do Contrato, bem como a obter e manter válidas e atualizadas todas as licenças, alvarás, certificações, credenciações e autorizações necessárias ao exercício das atividades integradas ou de algum modo relacionadas com o objeto do Contrato.

3) A GIATUL é única e exclusiva responsável por toda e qualquer consequência decorrente da inexistência, insuficiência, incumprimento ou desconformidade daquelas licenças, alvarás, certificações, credenciações ou autorizações com as leis, normas e regulamentos municipais, nacionais, europeus e internacionais aplicáveis, exceto se demonstrar comprovadamente que as mesmas não lhe são imputáveis.

4) Para efeitos do disposto no número anterior, a GIATUL é responsável, igualmente, pelo cumprimento de todas as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito municipal, nacional, europeu ou internacional.

**Cláusula 8.ª | Duração**

O Contrato vigora por um prazo de 10 anos, desde a data da sua assinatura.

## CAPÍTULO III OBRIGAÇÕES DE SERVIÇO

### Cláusula 9.ª | Obrigações de Serviço

1) Constituem obrigações de Serviço da GIATUL o desenvolvimento de todas as atividades compreendidas no Contrato, designadamente, as seguintes:

*l)* A exploração e prestação do Serviço, incluindo todos os meios e atividades necessárias para o efeito, de forma regular e continuada.

*m)* Assegurar a prestação do Serviço em condições de segurança, qualidade, fiabilidade e pontualidade, sem qualquer interrupção ou quebra, todos os dias do ano, ao longo de todo o período de vigência do Contrato.

*n)* A prestação do Serviço Público a todos os utilizadores, sem qualquer discriminação nas condições de acesso e de realização para além das que sejam impostas por lei e pelo presente Contrato.

*o)* A prestação do Serviço com condições de comodidade e conforto para os utilizadores, designadamente no que concerte à limpeza e conservação dos veículos, equipamentos e instalações.

*p)* A gestão, aquisição e manutenção de todos os meios necessários à exploração do Serviço, nomeadamente das instalações, sistemas e equipamentos.

*q)* A articulação das responsabilidades e prestações com terceiros que interajam no, ou com o Serviço.

*r)* A gestão e monitorização da Circulação e a implementação de um sistema de apoio à exploração.

*s)* O acatamento de condicionamentos ou limitações impostas pelo Município ou demais autoridades com competências legais para o efeito, nos termos que resultem da lei ou do Contrato.

*t)* A prestação de informação e de apoio aos utilizadores, incluindo aqueles com necessidades de assistência ou com mobilidade reduzida, estabelecendo procedimentos adequados para esse fim.

*u)* A disponibilização de livros de reclamações e o tratamento das reclamações recebidas, nos termos da cláusula 28.ª.

*v)* O cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades que exerça, bem como de instruções que lhe sejam transmitidas pelas entidades fiscalizadoras.

2) A indicação das obrigações referidas no número anterior não é limitativa nem taxativa, estando a GIAUTL obrigada à implementação, organização e gestão do Serviço em condições de perfeita qualidade, limpeza, segurança, fiabilidade e operacionalidade mesmo que algumas prestações necessárias, úteis ou convenientes para a prossecução destas finalidades não estejam expressamente especificadas no texto do presente clausulado e/ou dos seus Anexos.

3) A GIATUL poderá recorrer à subcontratação ou utilizar bens pertencentes a outras entidades para suprir necessidades de exploração, desde que respeitadas as obrigações decorrentes do presente Contrato.

**Cláusula 10.ª | Meios afetos**

1) O Município entrega à GIATUL a posse do imóvel descrito e identificado no Anexo 1 (Parque), para que esta proceda à sua Gestão e à prestação do Serviço.

2) O estado do Parque é verificado mediante *vistoria ad perpetuam rei memoriam* realizada por representantes de ambas as partes e da qual é lavrada ata assinada por todos.

3) A GIATUL está obrigada a disponibilizar e manter de forma permanente e ininterrupta os meios de exploração necessários e adequados para a prestação do Serviço objeto do Contrato, para além daqueles que forem disponibilizados pelo Município, designadamente equipamentos, instalações, sistemas e materiais.

4) A GIATUL obriga-se a manter os meios de exploração utilizados no Serviço em bom estado de funcionamento e conservação, por forma a garantir a sua operacionalidade e o cumprimento de todos os requisitos de segurança legalmente estabelecidos.

5) Integram o Estabelecimento do Serviço, designadamente, os seguintes:

*w)* Os bens, instalações ou equipamentos a criar, construir, adquirir, substituir, instalar ou utilizar pela GIATUL em cumprimento do Contrato, que sejam imprescindíveis à exploração do Serviço.

*x)* Todos os equipamentos auxiliares como, por exemplo, sistemas de comunicação, sistemas de videovigilância, sistemas de apoio à exploração, sistemas de bilhética e baterias bem como veículos de apoio.

*y)* Os sistemas informáticos e/ou eletrónicos a criar, adquirir, instalar ou utilizar pela GIATUL na exploração do Serviço, incluindo todos os seus componentes de hardware e software, bases de dados e código-fonte (quando sejam da propriedade da GIATUL), certificados, chaves de segurança, passwords, licenças, especificações técnicas e funcionais, manuais e demais elementos necessários ao seu normal funcionamento.

*z)* Os direitos de propriedade industrial da GIAUTL sobre documentos de qualquer formato, estudos e projetos, marcas, patentes/modelos de utilidade, desenhos ou modelos elaborados para os fins específicos das atividades integradas no objeto do Contrato, que tenham sido elaborados e/ou preparados por esta, diretamente ou por terceiros por si contratados, ou adquiridos ou criados no desenvolvimento dessas atividades, designadamente no que concerne ao manual de normas gráficas.

6) Os bens e direitos integrantes do estabelecimento deverão encontrar-se, a todo o tempo, afetos ao Serviço, ressalvadas as imobilizações estritamente necessárias a operações de manutenção ou reparação, salvo se de outra forma resultar expressamente do Contrato.

7) Todos os custos relativos aos bens e direitos integrantes do estabelecimento, designadamente os referentes à aquisição, criação, construção, instalação, substituição, financiamento, manutenção, reparação, operação, utilização ou licenciamento são suportados pela GIATUL.

8) A celebração de quaisquer negócios jurídicos que tenham por objeto os bens e direitos integrantes do estabelecimento, designadamente relativos à sua oneração ou alienação, rege-se pelo regime previsto no artigo 419.º do Código dos Contratos Públicos.

9) No termo do Contrato revertem para o Município os bens que integram o Estabelecimento do Serviço.

10) A GIATUL elabora e mantém atualizado um inventário de todos os bens e direitos integrantes do Estabelecimento do Serviço, assim como dos bens e direitos que deixem de estar afetos ao mesmo, o qual deve mencionar, designadamente, os ónus ou encargos que recaem sobre os bens e direitos nele listados.

**Cláusula 11.ª | Manutenção**

1) A GIATUL obriga-se a manter todos os bens utilizados em bom estado de funcionamento e conservação, por forma a garantir a sua operacionalidade, fiabilidade e segurança, bem como o conforto dos utilizadores e a imagem do Serviço.

2) A GIATUL obriga-se a elaborar e cumprir um plano de manutenção dos bens integrantes do Serviço que cumpra o disposto no Anexo 2 (Manutenção e limpeza).

**Cláusula 12.ª | Publicidade**

1) A GIATUL tem o direito de explorar publicidade comercial em bens integrantes do Estabelecimento.

2) A GIATUL deverá reservar 20% (vinte por cento) das ações publicitárias a realizar ao longo do ano para publicidade institucional indicada pelo Município.

3) A publicidade comercial a que se refere o n.º 1 não deve incluir conteúdos de cariz sexual, chocante ou político, devendo respeitar a legislação aplicável, nomeadamente o Código da Publicidade.

**Cláusula 13.ª | Regulamento de exploração**

1) A GIATUL elaborará e comunicará ao Município, e obrigar-se-á a cumprir, um regulamento de exploração, onde constem as normas inerentes à prestação do Serviço objeto do presente Contrato, designadamente relativos a:

*a)* Procedimentos de prevenção e segurança e plano de emergência.

*b)* Plano de manutenção dos bens integrantes do Estabelecimento, designadamente instalações e equipamentos.

c) Regras de utilização a observar pelos Utilizadores.

2) A pedido da GIATUL, ou por iniciativa do Município, o regulamento de exploração poderá ser revisto, sempre que seja exigível ou adequado, para efeitos de melhoria da qualidade dos serviços prestados.

## CAPÍTULO IV REGIME ECONÓMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

### Cláusula 14.ª | Títulos e tarifas

1) A GIATUL obriga-se a prestar os Serviços cobrando aos utilizadores a respetivas contrapartidas, nos valores fixados de acordo com o Tarifário aprovado anualmente pelo Município, tendo em vista garantir a recuperação integral dos custos da prestação do Serviço e da gestão do Parque pela GIATUL, acrescidos de uma margem de lucro a título de comissão de gestão.

2) A lista de valores máximos de Títulos e Tarifas para o ano de 2019 consta do Anexo 3 (Títulos e Tarifas).

3) Os valores máximos são atualizados anualmente, mediante aprovação pelo Município até 31 de dezembro de cada ano; a GIATUL remete ao Município, previamente à entrada em vigor de cada atualização tarifária, em ficheiro informático editável, uma listagem nominal dos Títulos e Tarifas em vigor e proposta de atualização tarifária, a qual inclui, no mínimo:

a) Valores máximos de cada tarifa em vigor no ano "n-1".

b) Preço de venda ao público de cada tarifa em vigor no ano "n-1".

c) Valores de máximos de cada tarifa propostos para o ano "n".

d) Preço de venda ao público de cada tarifa proposto para o ano "n".

e) Número de títulos vendidos, por cada Título "i", nos 12 meses anteriores do ano "n-1";

f) Receita acumulada, por cada título "i", nos 12 meses anteriores do ano "n-1";

g) Percentagem de atualização dos valores máximos de cada tarifa, para o ano "n";

*h)* Percentagem de atualização do preço de venda ao público de cada tarifa, para o ano "n";

*i)* Percentagem de atualização média (simples) das tarifas para o ano "n".

*j)* Percentagem de atualização média (ponderada pelo volume de receitas) das tarifas para o ano "n".

4) A GIATUL é livre de praticar tarifários inferiores às Tarifas máximas previstas no número anterior e/ou de praticar descontos ou preços promocionais relativamente às Tarifas em vigor.

5) A GIATUL está obrigada a facultar, a quem o solicite, cópia do tarifário em vigor, devendo ainda mantê-lo, devidamente atualizado, afixado em lugar de destaque e com boa visibilidade nas instalações, no seu balcão de atendimento e no seu Website.

**Cláusula 15.ª | Fiscalização comercial**

A GIATUL é responsável pelo controlo de acessos ao Parque, sendo obrigatória a validação de todos os Títulos.

**Cláusula 16.ª | Proveitos e custos**

1) Todos os proveitos relativos às atividades objeto do Contrato, nomeadamente as receitas resultantes da cobrança dos Tarifários, revertem a favor da GIATUL, exceto se de outra forma estiver expressamente previsto no presente Contrato, como contrapartida das suas tarefas de Gestão do Parque e de prestação do Serviço.

2) Nos termos do disposto no número anterior, constitui ainda remuneração da GIATUL, designadamente:

*a)* Os proveitos das atividades acessórias.

*b)* Outras compensações atribuídas pelo Estado ou por qualquer outra entidade pública.

3) Todos os custos relativos às atividades objeto do Contrato correm por conta da GIATUL, exceto se de outra forma estiver expressamente previsto no presente Contrato; os proveitos a que se referem os números anteriores cobrem todos os custos, serviços e obrigações que lhe cabe prestar no âmbito do Contrato, não sendo, como tal,

devida à GIATUL qualquer remuneração adicional pela execução do Contrato.

**Cláusula 17.ª | Financiamento**

A GIATUL é responsável pela obtenção dos financiamentos necessários ao desenvolvimento de todas as atividades que integram o objeto do Contrato, de forma a garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações.

**Cláusula 18.ª | Partilha de benefícios**

1) O Município tem direito a uma partilha de 50% (cinquenta por cento) dos benefícios financeiros anormais e imprevisíveis ocorridos para a GIATUL que não resultem da sua eficiente gestão e das oportunidades por si criadas, devendo, para este efeito, notificar a GIATUL da verificação de qualquer uma das situações indicadas.

2) As Partes devem encetar negociações, após a notificação, por qualquer das Partes, da ocorrência de evento gerador de direito à partilha de benefícios, com vista à definição do montante do benefício e à definição da modalidade e demais termos da atribuição ao Município da parte do benefício que lhe couber.

**Cláusula 19.ª | Reposição do equilíbrio financeiro**

1) A GIATUL tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato, nos termos do preceituado nesta Cláusula, nos seguintes casos:

*a)* Em caso de modificação unilateral, imposta pelo Município, das condições de desenvolvimento das atividades e serviços integrados no objeto do Contrato.

*b)* Em caso de aprovação de regulamentos municipais, de caráter específico sobre o Serviço, que tenham impacto direto sobre as receitas ou custos respeitantes às atividades e serviços integrados no objeto do Contrato.

2) As alterações à lei geral, designadamente e não exclusivamente à lei fiscal, à lei laboral e à lei ambiental, alterações de trânsito e vias rodoviárias e alterações de paragens e terminais rodoviários ficam excluídas do disposto no número anterior.

3) Exclui-se do âmbito da reposição de equilíbrio financeiro as atividades acessórias, não incluídas no objeto do Contrato.

4) A alteração ou criação de determinado serviço privado concorrente ao que é objeto do Contrato, explorado por terceiros, não confere direito à reposição do equilíbrio financeiro.

5) A reposição do equilíbrio financeiro produz os seus efeitos desde a data da ocorrência do evento referido no n.º 1, sendo efetuada, designadamente, através da alteração do prazo de vigência do Contrato, da revisão dos tarifários aplicáveis ao Serviço e/ou da atribuição, por parte do Município, de compensação pelo valor da diminuição das receitas e/ou aumento dos custos resultantes da execução do Contrato.

## CAPÍTULO V ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO, DIREÇÃO E MONITORIZAÇÃO

### Cláusula 20.ª | Dever geral de informação

Durante a vigência do Contrato, a GIATUL deve dar conhecimento, de forma fundamentada, ao Município da ocorrência de qualquer situação que possa interferir com, ou impedir, o cumprimento pontual de qualquer obrigação nele estabelecida.

### Cláusula 21.ª | Fiscalização e monitorização

A atividade da GIATUL está sujeita à fiscalização e monitorização do Município, o qual pode promover a todo o tempo e sem aviso prévio as ações de fiscalização e auditorias que entender necessárias.

### Cláusula 22.ª | Informação de exploração, contabilística e financeira

1) A GIATUL obriga-se a fornecer ao Município, a qualquer entidade com funções de fiscalização ou auditoria no âmbito do Contrato ou a outras autoridades públicas com competências legais na matéria que o requeiram, todas as informações que lhe sejam solicitadas relacionadas com o cumprimento das obrigações objeto do presente Contrato.

2) A GIATUL obriga-se ainda a:

a) Comunicar prontamente ao Município a obtenção de outros subsídios ou recursos que financiem o Serviço.

b) Dispor de um Sistema Informático de Gestão que inclua faturação e clientes, produtos e serviços, compras e fornecedores, contabilidade e tesouraria, contas correntes, SAFT-PT, impostos e gestão documental. A GIATUL deverá facultar o acesso ao Município ou a outras entidades com poderes de fiscalização e auditoria ao Sistema Informático de Gestão, permitindo a realização das consultas e produção de relatórios que entender.

c) Dispor de contabilidade analítica por centros de resultados, devidamente auditada ou certificados nos termos exigidos pela legislação comercial, de forma a evidenciar, separadamente, as contas de exploração relativas ao Serviço face a outras atividades desenvolvidas, devendo a GIATUL fundamentar os critérios utilizados para imputação dos custos comuns.

d) Dispor de contabilidade e registos organizados e demais documentos e *software* devidamente auditados ou certificados nos termos exigidos pela legislação comercial e permitir a sua consulta pelo Município ou por qualquer outra entidade que indique para o efeito, com a finalidade de garantir o adequado exercício das faculdades de fiscalização e controlo previstas no presente Contrato e na lei.

## CAPÍTULO VI INCUMPRIMENTO

### Cláusula 23.ª | Mora, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo

1) Sem prejuízo das situações de incumprimento que podem dar origem à resolução deste Contrato, pelo incumprimento de quaisquer obrigações assumidas, ou de determinações do Município emitidas no âmbito da lei ou deste Contrato, que não ponha em causa a subsistência da relação, o Município poderá aplicar à GIAUTL sanções pecuniárias e ou sanções não pecuniárias pelo incumprimento, mora ou cumprimento defeituoso das obrigações da GIATUL emergentes do Contrato.

2) Na aplicação de sanções pecuniárias e ou não pecuniárias à GIATUL, o Município atua, nos termos da lei, segundo um princípio de proporcionalidade e baseia-se

em critérios de razoabilidade que ponderem, na escolha da sanção a aplicar, a gravidade e/ou reiteração do comportamento a sancionar.

3) Sem prejuízo da possibilidade de aplicação de sanções pecuniárias ou não pecuniárias, caso a GIATUL deixe de cumprir pontualmente qualquer das suas obrigações contratuais, o Município, se considerar que o incumprimento em causa é suscetível de sanação, fixará um prazo adicional para que a GIATUL cumpra a obrigação em causa.

4) Se, dentro do prazo adicional previsto no número anterior, a GIATUL não der satisfação ao exigido, o Município poderá adotar as medidas necessárias à realização da prestação não cumprida, correndo todos os custos inerentes por conta da GIATUL.

5) A aplicação de sanções pecuniárias e/ou não pecuniárias previstas no Contrato não prejudica a possibilidade de serem aplicadas outras sanções, designadamente o sequestro e a resolução do Contrato.

## CAPÍTULO VII MODIFICAÇÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

### Cláusula 24.ª | Modificação do Contrato

1) As Partes podem acordar na modificação do presente Contrato nos termos da legislação aplicável.

2) O presente Contrato pode também ser modificado por imposição unilateral do Município, com fundamento em razões de interesse público, sem prejuízo do direito da reposição do equilíbrio financeiro da GIATUL.

### Cláusula 25.ª | Resolução pelo Município

1) O Município pode resolver o Contrato quando ocorra qualquer dos factos seguintes:

*a)* Incumprimento grave e reiterado por parte da GIATUL das obrigações legais, regulamentares ou decorrentes do presente Contrato a que está obrigado a cumprir.

*b)* Situação de força maior.

c) Motivos de interesse público.

d) Demais situações previstas no Contrato.

2) Para efeitos do disposto na alínea c) do número anterior, a GIATUL deve comunicar ao Município a ocorrência de qualquer situação de força maior, no prazo de 5 (cinco) dias contados da verificação do facto ou do respetivo conhecimento pela GIATUL, e indicar ao Município quais as obrigações emergentes do Contrato cujo cumprimento, no seu entender, se encontra impedido ou dificultado por força de tal ocorrência e as medidas que pretende pôr em prática a fim de mitigar o impacto da referida situação e os respetivos prazos.

3) A resolução do Contrato é efetuada por declaração escrita expedida por carta registada com aviso de receção e produz efeitos a partir da data da sua receção.

4) A resolução prevista na presente Cláusula não dá direito à GIATUL a qualquer compensação financeira adicional, salvo na situação prevista na alínea d) do n.º 1, em que se aplica o regime compensatório legalmente aplicável.

5) Em caso de resolução do Contrato pelo Município, a GIATUL será inteiramente responsável pela cessação dos efeitos de quaisquer Contratos ou subcontratos de que seja parte, não assumindo o Município qualquer responsabilidade nessa matéria, a menos que este expressamente manifeste a vontade de ocupar a posição contratual da GIATUL.

**Cláusula 26.ª | Resolução pela GIATUL**

1) A GIATUL pode resolver o Contrato nos termos do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.

2) Sem prejuízo do disposto na lei, a GIATUL não pode interromper ou suspender o cumprimento das suas obrigações até à efetiva resolução do Contrato nos termos do número anterior, comprometendo-se ainda a prestar todo o auxílio que lhe seja solicitado pelo Município relativamente à transição das atividades incluídas no Contrato para outra entidade, uma vez extinto.

**Cláusula 27.ª | Caducidade**

O Contrato caduca no termo da sua duração, extinguindo-se as relações contratuais

existentes entre as Partes, sem prejuízo dos efeitos das disposições que, pela sua natureza ou pela sua letra, se destinem a perdurar para além daquela data.

**Cláusula 28.ª | Reversão**

1) Os bens e direitos integrantes do Estabelecimento, incluindo aqueles que venham a ser criados, construídos, adquiridos ou instalados pela GIATUL em cumprimento do Contrato, revertem gratuitamente a favor do Município no termo do Contrato, ou no momento da extinção do Contrato com fundamento noutro facto previsto no presente Capítulo que antecipe o termo do Contrato.

2) Os bens e direitos integrantes do Estabelecimento devem ser entregues ao Município em bom estado de funcionamento e total operacionalidade, tendo em conta o desgaste normal decorrente de um uso prudente dos mesmos e o cumprimento do respetivo plano de manutenção estabelecido pelo fabricante.

## CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS

**Cláusula 29.ª | Comunicações**

1) Quaisquer comunicações entre as Partes relativas ao Contrato deverão ser efetuadas através de i) entrega em mão por protocolo; ii) carta registada com aviso de receção; ou iii) correio eletrónico com aviso de entrega, endereçadas para as seguintes moradas ou números, salvo se, entretanto, o destinatário tiver indicado ao remetente, nos termos da presente Cláusula, um endereço ou número diferente para esse fim, que passará a ser aplicável:

a) Município:

A/C do Presidente da Câmara Municipal

Contactos: Paços do Município, Mafra

Endereço eletrónico: geral@cm-mafra.pt

b) GIATUL:

A/C do Administrador Delegado

Contactos: Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro – NEM Mafra

Endereço eletrónico: geral@giatul.pt

2) Qualquer comunicação feita por carta registada será considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.

3) Qualquer comunicação feita por telefax será considerada recebida na data constante do respetivo relatório de transmissão, salvo se o telefax for recebido depois das 17 (dezassete) horas locais ou em dia não útil, casos em que se considerará que a comunicação é feita às 10 (dez) horas do dia útil seguinte.

4) Qualquer comunicação feita por correio eletrónico será considerada recebida na data constante da respetiva comunicação de receção transmitida pelo recetor para o emissor.

**Cláusula 30.ª | Invalidade parcial**

Se alguma das Cláusulas do Contrato vier a ser considerada inválida ou ineficaz, tal não afeta a validade do restante clausulado contratual que se manterá plenamente em vigor, devendo as Partes, se necessário, procurar, por acordo e no imediato, modificar ou substituir a ou as cláusulas inválidas ou ineficazes por outras.

**Cláusula 31.ª | Litígios entre Município e GIATUL**

1) As Partes manifestam o seu empenho no bom relacionamento entre si, e acordam que, constatada por qualquer uma delas a existência de um litígio ou diferendo relativo à interpretação, integração, aplicação, execução ou cumprimento do presente Contrato, bem como relativamente à respetiva validade, ou à necessidade de precisar, completar ou atualizar o seu conteúdo, ou ainda relativamente a atos administrativos referentes à execução do Contrato, será o mesmo, em primeiro lugar, objeto de uma tentativa de resolução amigável.

2) Caso o diferendo não seja resolvido de uma forma consensual no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da remissão do litígio para a outra Parte para a tentativa de resolução amigável, será o mesmo dirimido por um Tribunal Arbitral de acordo com o Regulamento de Arbitragem do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, por três árbitros nomeados nos termos do Regulamento.

**Cláusula 32.ª | Entrada em vigor**

O Contrato começa a produzir os seus efeitos na data da sua assinatura.

Mafra, aos [...] de [...] de 2019.

| **Pel'O Município de Mafra** | **Pel'A GIATUL, EM, S.A.** |
|---|---|
| (Hélder Sousa Silva) | (Hélder Sousa Silva) |
| | [...] |

## ANEXO 1 (Identificação do Parque)

Parque de Autocaravanismo de Mil Regos, sito em Casal do Carido, descrito na conservatória do registo predial de Mafra sob o número 6216 da freguesia da Ericeira e inscrito sob o artigo 8793 – P.

Anexo 2 (Manutenção e limpeza)

## 1. MANUTENÇÃO

1.1. As atividades de manutenção a assegurar pela GIATUL incluem (não se limitando apenas) todo o trabalho, ferramentas, equipamentos, instalações, materiais e consumíveis necessários para efetuar a inspeção, limpeza, ajustamento/afinações, pintura, manutenção preventiva, preditiva, curativa e corretiva, lubrificação, ensaios, fornecimento e substituição de materiais, peças, componentes e órgãos de reserva, bem como a gestão do stock de materiais, peças, componentes e órgãos de reserva.

1.2. As atividades de manutenção do Estabelecimento deverão ser estabelecidas por forma a assegurar a operacionalidade, fiabilidade e segurança das instalações e equipamentos ao longo da sua vida útil.

1.3. A GIATUL obriga-se também a proceder à reparação ou substituição dos materiais e componentes das instalações sob sua responsabilidade de manutenção e dos equipamentos a utilizar na exploração do Serviço que se encontrem vetustos, vandalizados, degradados ou danificados, em especial quando tal possa afetar a segurança, o conforto dos utilizadores e a imagem do Serviço.

## 2. LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO

2.1. A GIATUL obriga-se a assegurar o conforto dos utilizadores, bem como a qualidade e a boa imagem do Serviço, garantindo que os equipamentos e instalações utilizados na exploração do Serviço apresentam permanentemente elevados níveis de limpeza e higienização.

2.2. O plano de limpeza e higienização na exploração do Serviço deverá prever, no mínimo:

2.2.1. Limpeza e lavagem corrente incluindo, designadamente, pavimentos, remoção de lixo e vidros: todos os dias.

2.2.2. Remoção de graffitis: todos os meses.

2.3. A Concessionária poderá propor ao Concedente, de forma fundamentada, um plano de limpeza e higienização com requisitos diferentes dos estabelecidos nos números anteriores, desde que demonstre que se enquadra nas melhores práticas correspondentes ao estado da arte e que ficam asseguradas as condições de limpeza e higienização dos veículos, equipamentos e instalações utilizados na exploração do Serviço Público.

Anexo 3 (Títulos e Tarifas para 2019)

As tarifas são aplicáveis em função do tempo de permanência no parque, de acordo com os seguintes períodos e valores:

ATÉ 1 HORA: GRÁTIS;

ATÉ 2 HORAS: 1 €

ATÉ 12 HORAS: 3€

POR CADA PERÍODO DE 24 HORAS: 5€

1.8.

180

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Departamento de Administração Geral e Finanças**

**Divisão de Assuntos Jurídicos**

| **PARECER** | **DESPACHO** |
|---|---|
| ...../...../.....<br>O Vereador,<br>Concordo com a presente informação<br>3/12/2019<br>A Diretora de Departamento,<br>Concordo com a informação prestada, que submeto à consideração superior.<br>3/12/2019<br>A Chefe de Divisão | A remeter<br>3/12/2019<br>O Presidente da Câmara,<br>(Hélder Sousa Silva) |

# INFORMAÇÃO Interno/2019/17672

***ASSUNTO***: Feiras a realizar pelo Município de Mafra para o ano 2020

- Considerando, que em conformidade com o n.º 1 do artigo 12.º do *Regulamento do Comércio a Retalho não Sedentário do Município de Mafra*, compete à Câmara Municipal decidir e determinar a periodicidade e os locais onde se realizam as feiras do Município, e tendo a Câmara Municipal a iniciativa e gestão de algumas feiras, **propõe-se, salvo melhor entendimento, a aprovação da realização das seguintes feiras, nos locais indicados, no ano de 2020**, conforme indicado no quadro *infra*:

anexo IV

| Freguesia | Designação | Local | Periodicidade |
|---|---|---|---|
| Mafra | **Feira Mensal** | Parque Intermodal Mafra | **Mensal** 3.º domingo |
| | **Feira Tradicional dos Alhos** | | **Anual** 3.º domingo de julho |
| | **Feira Tradicional de Santo André** | | **Anual** 30 de novembro [1)] |
| | **Feira de artesanato e de produtos regionais** | Frente ao Palácio Nacional de Mafra | **Mensal** 1.º Fim-de-semana de cada mês (de abril a setembro - inclusive) |

**1)** Simultaneamente a Feira Mensal de Mafra.

Submete-se o presente assunto à Consideração Superior.

03 de dezembro de 2019

A Assistente Técnica,

Sónia Jorge

Conforme informação supra, proponho que se submeta a decisão do executivo municipal em reunião da Câmara Municipal.

A Dirigente de 3.º Grau
*Rita Cosme*
À Consideração Superior

1014.9

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Departamento de Administração Geral e Finanças**

**Divisão de Gestão Financeira e Património**

| **PARECER** | **DESPACHO** |
|---|---|
| ...../...../.....<br>O Vereador<br>Concordo com o presente informação.<br>3/12/2019<br>...../...../.....<br>A Diretora de Departamento,<br>Aprovado.<br>...../...../.....<br>A Chefe de Divisão | A remeter.<br>3/12/2019<br>O Presidente da Câmara,<br>(Hélder Sousa Silva) |

## INFORMAÇÃO Interno/2019/17710

ASSUNTO: **Proposta de aquisição do complexo edificado denominado "Quinta de Santo António", sito na Venda do Pinheiro**

Em observância ao Despacho N.º 56/2019-PCM, datado de 21/11/2019, cumpre-me informar, que:

-o DUOMA, à luz do artigo 37.º e seguintes do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais Estrutura e Competências do Município de Mafra, na sua redação atual, se pronunciou favoravelmente sobre a viabilidade e localização do edificado designado por "Quinta de Sto. António", sito na Venda do Pinheiro, conforme Informação, datada de 28/11/2019, que se anexa;

-a Unidade de Gestão do Património, atento o disposto no artigo 34.º do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais Estrutura e Competências do Município de Mafra, na sua redação atual, solicitou, avaliação do imóvel em causa, à Comissão Municipal de Avaliação e ao Eng.º João Santos, perito registado na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), sob o n.º PAI/2003/0026, tendo-se obtido avaliações do potencial valor de mercado do imóvel, à data, de 1.550.000,00 € (um milhão quinhentos e cinquenta mil euros) e 1.619.000 € (um milhão seiscentos e dezanove mil euros) respetivamente, conforme documentos que se anexam.

anexo I

Nesta conformidade, considerando:

1-O parecer favorável prestado pelo DUOMA e as avaliações, interna e externa, ao prédio inscrito na matriz predial urbana sob o atual artigo 2541 da União de Freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estevão das Galés, anterior artigo 3915 da extinta Freguesia do Milharado e descrito na Conservatória do Registo Predial de Mafra sob o n.º 01174/301288, da Freguesia do Milharado, valores que se enquadram no Orçamento para o ano de 2020 e seguintes;

2-Que no âmbito dos investimentos municipais previstos para a Venda do Pinheiro pretende-se, instalar uma pequena "Loja do Cidadão", que agregue serviços públicos, dotar de novas instalações a sede da União das Freguesias, instalar uma terceira incubadora de negócios no Concelho de Mafra e aumentar a capacidade de estacionamento na zona envolvente ao recente Parque Ecológico e Intermodal, que se enquadra nas atribuições do Município e surge densificado nas competências da Câmara Municipal, a quem compete, designadamente, "assegurar (...) o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património (...) urbanístico do município" bem como "criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal", nos termos das alíneas t) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

3-A concentração de serviços municipais, atualmente dispersos por outros edifícios do Concelho, num local de centralidade, proporcionará benefícios acrescidos na prestação de serviços à população, visando-se por esta via, através de uma maior racionalização e concentração dos recursos e meios disponibilizados, a melhor prossecução do interesse público;

4-Cabe à Assembleia Municipal autorizar a Câmara Municipal a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor superior a 1000 vezes a RMMG, podendo a Câmara Municipal apresentar propostas àquele Órgão Deliberativo nesta matéria, atentas as disposições conjugadas dos artigos 25.º, n.º 1, alínea i) e 33.º, n.º 1, alínea ccc), do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**
**Departamento de Administração Geral e Finanças**
**Divisão de Gestão Financeira e Património**

Submete-se à consideração superior, **remeter o assunto a reunião da Câmara Municipal**, por forma a que seja, **deliberado:**

**-apresentar uma proposta de aquisição aos proprietários do prédio,** sito na Venda do Pinheiro, com a área total de 7.051 m$^2$, inscrito na matriz predial urbana sob o atual artigo 2541 da União de Freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estevão das Galés, anterior artigo 3915 da extinta Freguesia do Milharado e descrito na Conservatória do Registo Predial de Mafra sob o n.º 1174/19881230, da Freguesia do Milharado, **através do seu mandatário,** Dr. Ricardo Sá Fernandes, com escritório na Rua Júlio de Andrade, n.º 2, 1150-206, Lisboa, **pelo valor de 1.550.000,00 €** (um milhão quinhentos e cinquenta mil euros), sendo pago, na data da celebração da respetiva escritura de compra e venda, o montante de 400.000,00 € (quatrocentos mil euros) e o restante valor em divida, pago em prestações anuais, constantes e sem juros, a vencer-se no dia e mês da celebração da escritura, até ao ano de dois mil e vinte e três, sendo duas prestações unitárias, no montante de 400.000,00 € (quatrocentos mil euros), e a última de 350.000,00 € (trezentos e cinquenta mil euros);

-submeter a autorização da Assembleia Municipal, nos termos do estabelecido no artigo 25.º, n.º 1, alínea i) do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a aquisição do referido prédio, nas condições que vierem a ser propostas e acordadas entre as partes.

Mafra, 3 de dezembro de 2019

A Dirigente da Unidade de Gestão do Património

C. Filipe

(Carla Filipe)

Anexos:

-Caderneta Predial;
-Descrição Predial;
-Relatório de Avaliação por perito registado na CMVM n.º PAI/2003/0026;
-Relatório de Avaliação da Comissão Municipal de Avaliação.

AT autoridade tributária e aduaneira

# CADERNETA PREDIAL URBANA

SERVIÇO DE FINANÇAS: 1546 - MAFRA

## IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO

**DISTRITO:** 11 - LISBOA **CONCELHO:** 09 - MAFRA **FREGUESIA:** 22 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VENDA DO PINHEIRO E SANTO ESTÊVÃO DAS GALÉS

**ARTIGO MATRICIAL:** 2541 **NIP:**

## TEVE ORIGEM NOS ARTIGOS

**DISTRITO:** 11 - LISBOA **CONCELHO:** 09 - MAFRA **FREGUESIA:** 11 - MILHARADO **Tipo:** URBANO

**Artigo:** 3915

## LOCALIZAÇÃO DO PRÉDIO

**Av./Rua/Praça:** - **Lugar:** Venda do Pinheiro **Código Postal:** 2665-540 VENDA DO PINHEIRO

## CONFRONTAÇÕES

**Norte:** Domingos Estevão Galrão **Sul:** Zeferino Carvalho Carrilho Junior e Outros **Nascente:** Estrada **Poente:** José Brandão de Vasconcelos e Outros

## DESCRIÇÃO DO PRÉDIO

**Tipo de Prédio:** Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente

**Afectação:** Serviços **Nº de pisos:** 2 **Tipologia/Divisões:** 27

## ÁREAS (em m²)

**Área total do terreno:** 7.051,0000 m² **Área de implantação do edifício:** 1.605,7900 m² **Área bruta de construção:** 2.673,7900 m² **Área bruta dependente:** 769,4900 m² **Área bruta privativa:** 1.904,3000 m²

## DADOS DE AVALIAÇÃO

**Ano de inscrição na matriz:** 2015 **Valor patrimonial actual (CIMI):** €765.030,60 **Determinado no ano:** 2018

**Tipo de coeficiente de localização:** Serviços **Coordenada X:** 104.457,00 **Coordenada Y:** 218.266,00

| Vt* | = | Vc | x | A | x | Ca | x | Cl | x | Cq | x | Cv |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 750.030,00 | = | 603,00 | x | 1.884,5753 | x | 1,10 | x | 1,50 | x | 1,000 | x | 0,40 |

Vt = valor patrimonial tributário, Vc = valor base dos prédios edificados, A = área bruta de construção mais a área excedente à área de implantação, Ca = coeficiente de afectação, Cl = coeficiente de localização, Cq = coeficiente de qualidade e conforto, Cv = coeficiente de vetustez, sendo A = (Aa + Ab) x Caj + Ac + Ad, em que Aa representa a área bruta privativa, Ab representa as áreas brutas dependentes, Ac representa a área do terreno livre até ao limite de duas vezes a área de implantação, Ad representa a área do terreno livre que excede o limite de duas vezes a área de implantação, (Aa + Ab) x Caj = 100 x 1,0 + 0,90 x (500 - 100) + 0,85 x (1000 - 500) + 0,80 x (Aa + Ab - 1.000,0000).

Tratando-se de terrenos para construção, A = área bruta de construção integrada de Ab.

* Valor arredondado, nos termos do nº2 do Art.º 38º do CIMI.

**Mod 1 do IMI nº:** 6672784 **Entregue em :** 2015/05/29 **Ficha de avaliação nº:** 10122133 **Avaliada em :** 2015/06/01

## TITULARES

**Identificação fiscal:** 103570551 **Nome:** MARIA DE FATIMA CANAS MENDES DE ALMEIDA CARDOSO DE MENEZES

**Morada:** AV RESSANO GARCIA, Nº 24, 4º, LISBOA, 1070-237 LISBOA

**Tipo de titular:** Propriedade plena **Parte:** 1/8 **Documento:** MODELO 1 DO IMI **Entidade:** Modelo 1 do IMI Nº 6672784

**Identificação fiscal:** 103570616 **Nome:** MARIA PAULA CANAS MENDES DE ALMEIDA CARDOSO
**Morada:** AV RESSANO GARCIA Nº 24 2º, LISBOA, 1070-237 LISBOA

**Tipo de titular:** Propriedade plena **Parte:** 1/8 **Documento:** MODELO 1 DO IMI **Entidade:** Modelo 1 do IMI Nº 6672784

---

**Identificação fiscal:** 183812018 **Nome:** MARIA ADRIANA CANAS MENDES DE ALMEIDA CARDOSO
**Morada:** AV DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA Nº 94 - 1º B, LISBOA, 1700-178 LISBOA

**Tipo de titular:** Propriedade plena **Parte:** 1/8 **Documento:** MODELO 1 DO IMI **Entidade:** Modelo 1 do IMI Nº 6672784

---

**Identificação fiscal:** 187980306 **Nome:** MARIA MARGARIDA CANAS MENDES DE ALMEIDA CARDOSO
**Morada:** R FIALHO DE ALMEIDA Nº 7 A, LISBOA, 1070-128 LISBOA

**Tipo de titular:** Propriedade plena **Parte:** 1/8 **Documento:** MODELO 1 DO IMI **Entidade:** Modelo 1 do IMI Nº 6672784

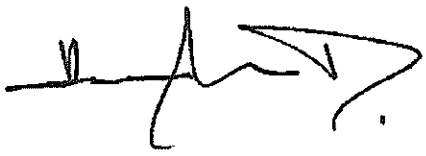
---

**Identificação fiscal:** 700471731 **Nome:** JOSE ACRISIO CANAS MENDES - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE
**Morada:** AV RESSANO GARCIA 24 2, LISBOA, 1070-237 LISBOA

**Tipo de titular:** Propriedade plena **Parte:** 1/2 **Documento:** MODELO 1 DO IMI **Entidade:** Modelo 1 do IMI Nº 6672784

**Obtido via internet em 2019-11-20**

**O Chefe de Finanças**



(Humberto Pereira Martins)

DESCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

URBANO
SITUADO EM: Venda do Pinheiro

ÁREA TOTAL: 7051 M2

MATRIZ nº: 3915 NATUREZA: Urbana

**COMPOSIÇÃO E CONFRONTAÇÕES:**

Casa de dois pavimentos destinada a colégio - 287 m2 - dependências, ermida e suas dependências e páteo - 560 m2 - cerca - 6.204 m2.

NORTE: Domingos Esteves Galrão
SUL: Zeferino Carvalho Carrilho Júnior e outros
NASCENTE: Estrada
POENTE: José Brandão de Vasconcelos e outros

Desanexado do nº 1074.

(Reprodução por extractação da descrição)

O(A) Escriturário(a)
Paulo Jorge Rodrigues Gonçalves

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

AP. 5 de 1990/07/19 - Servidão

CAUSA : Compra

Imposta ao prédio nº 1074.

Encargo: Passagem para carro e peões por uma faixa de terreno com o comprimento de 236 m e a largura de 4,5 m, junto à extrema nascente do prédio nº 1074, desde o sul até ao nascente da estrada nacional e que circunda pela parte poente deste prédio.

(Reprodução por extractação da inscrição F-1, da ficha)

O(A) Escriturário(a)
Paulo Jorge Rodrigues Gonçalves

---

AP. 33 de 2000/02/07 - Aquisição

CAUSA : Legado

QUOTA ADQUIRIDA: 1/2

SUJEITO(S) ATIVO(S):

** MARIA PAULA CANAS MENDES DE ALMEIDA CARDOSO SÁ FERNANDES
Casado/a com JOSÉ PAIXÃO MOREIRA SÁ FERNANDES no regime de Comunhão de adquiridos
Morada: Rua Ladislau Piçarra, 10, 1º esqº, Lisboa

** MARIA DE FÁTIMA CANAS MENDES DE ALMEIDA CARDOSO DE MENEZES
Casado/a com JOSÉ MONTEIRO CARDOSO DE MENEZES no regime de Comunhão de adquiridos
Morada: Av. Messano Garcia, 24, 4º, Lisboa

** MARIA ADRIANA CANAS MENDES DE ALMEIDA CARDOSO AFONSO

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

Casado/a com FERNANDO MANUEL GUIMARÃES AFONSO no regime de Comunhão de adquiridos
Morada: Rua Lúcio de Azevedo, 12, 9°-C, Lisboa
** MARIA MARGARIDA CANAS MENDES DE ALMEIDA CARDOSO
Solteiro(a), Maior
Morada: Av. Messano Garcia, 24, 2°, Lisboa
SUJEITO(S) PASSIVO(S):
** MARIA CANAS MENDES DA MOTA
Viúvo(a)
Morada: Rua Fialho de Almeida, 12, 2°, Lisboa
EM COMUM E SEM DETERMINAÇÃO DE PARTE OU DIREITO
(Reprodução por extractação da inscrição G-3, da ficha)

O(A) Escriturário(a)
Paulo Jorge Rodrigues Gonçalves

---

AP. 41 de 2005/04/26 - Aquisição

QUOTA ADQUIRIDA: 1/2

SUJEITO(S) ATIVO(S):

** MARIA PAULA CARRASQUEIRO CANAS MENDES DE ALMEIDA CARDOSO
Viúvo(a)
Morada: Av. Ressano Garcia, 24, 2°, Lisboa
** MARIA CECÍLIA DE FIGUEIREDO CANNAS MENDES
Viúvo(a)
Morada: Rua Fialho de Almeida, 32, 3° esq°, Lisboa
SUJEITO(S) PASSIVO(S):
** MARIA FERNANDA CARRASQUEIRO CANAS MENDES
Casado/a com JOSÉ ACRÍSIO CANAS MENDES no regime de Comunhão geral
Morada: Av. Ressano Garcia, 24, 1°, Lisboa
** JOSÉ ACRÍSIO CANAS MENDES
Casado/a com MARIA FERNANDA CARRASQUEIRO CANAS MENDES no regime de Comunhão geral
Morada: Av. Ressano Garcia, 24, 1°, Lisboa
** JOÃO MANUEL CARRASQUEIRO CANNAS MENDES
Casado/a com MARIA CECÍLIA DE FIGUEIREDO CANNAS MENDES no regime de Comunhão geral
Morada: Rua Fialho de Almeida, 32, 3° esq°, Lisboa
Causa: Sucessão e dissolução da comunhão conjugal e sucessão.

EM COMUM E SEM DETERMINAÇÃO DE PARTE OU DIREITO
(Reprodução por extractação da inscrição G-4, da ficha)

O(A) Escriturário(a)
Paulo Jorge Rodrigues Gonçalves

---

REGISTOS PENDENTES

Não existem registos pendentes.

---

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente**

**Divisão de Obras Municipais**

PARECER

Do Diretor de Departamento:

Concordo.
À consideração superior

X 28/11/2019

Bruno Miranda
Director do Departamento de Urbanismo, O...

DESPACHO

1. Tomei conhecimento.
2. À UGP para dar cumprimento ao meu despacho n.º 56/2019-PCM

X 28/11/19

Hélder António Guerra de Sousa Silva
Presidente da Câmara Municipal de Mafra

## INFORMAÇÃO

***ASSUNTO***: COMPLEXO EDIFICADO, DENOMINADO "QUINTA DE STO. ANTÓNIO", SITO NA VENDA DO PINHEIRO

Na sequência do despacho do Sr. Presidente, N.º 56/2019-PCM, datado de 21/11/2019, o DUOMA informa o seguinte:

1 - A Quinta de Santo António localiza-se no centro da Venda do Pinheiro, junto ao comércio e aos serviços locais, sendo contígua à EB 2,3 da Venda do Pinheiro e ao Parque Ecológico e Intermodal;

2 - Face ao exposto no ponto anterior, a localização é excelente, não só porque está junto aos serviços locais, como dispõe de estacionamentos no Parque Intermodal, úteis para quem vem de carro , permitindo também, a quem vem de autocarro, poder dispor deste serviços junto à paragem dos transportes públicos;

3 - Os edifícios existentes na Quinta de Santo António, após obras de remodelação, são suficientes para alojar os diversos serviços referidos no

despacho acima mencionado, sendo que, se necessário, o PDM permite ampliação até 50% da área das construções existentes;

4 - A eventual aquisição desta Quinta, para além de permitir alojar os serviços mencionados no despacho do Sr. Presidente, tem também a vantagem de o terreno sobrante, ao nível do logradouro, poder permitir ampliar o estacionamento do Parque Intermodal.

5 - Acresce que existe, nesta Quinta, uma capela com valor patrimonial, quer ao nível da fachada principal, quer ao nível do interior. Com esta aquisição seria possível colocar a referida capela, após restauro, ao serviço da comunidade.

6 - Esta aquisição resolveria também o problema de vandalismo e de intrusão que se verifica nesta Quinta e permitiria restaurar este conjunto edificado localizado no coração da Venda do Pinheiro, dando assim um enquadramento mais harmonioso a toda a envolvente.

Mafra, 28 de novembro de 2019

X

António Fernandes
Chefe de Divisão

# RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO



## Quinta de Santo António
## Largo de Santo António (Av. 9 de Julho), Venda do Pinheiro
## Un. Freg.s V. Pinheiro e Stº Est. Galés - Mafra

# ÍNDICE

A - ELEMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO E VALOR ATRIBUÍDO

I – PROPRIETÁRIO ..... 3
II – PERITO AVALIADOR ..... 3
III – IMÓVEL ..... 3
IV – DATAS ..... 4
V - VALOR DA AVALIAÇÃO ..... 4

B - ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO

VI – OBJECTIVO ..... 5
VII – DOCUMENTOS SUPORTE À AVALIAÇÃO ..... 5
VIII – DESCRIÇÃO SUMÁRIA ..... 6
IX – MERCADO IMOBILIÁRIO ..... 12
X – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO ..... 14
XI – VALOR ACTUAL ..... 17

C - ELEMENTOS DE RESPONSABILIZAÇÃO

XII – CONDICIONALISMOS ..... 18
XIII – RESPONSABILIZAÇÃO ..... 19

D – ANEXOS

XIV – FOTOS ..... 20

CERTIFICADOS DO AVALIADOR

# A - ELEMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO E VALOR ATRIBUÍDO

## I – PROPRIETÁRIO

Herança de José Acrísio Canas Mendes

## II – PERITO AVALIADOR

João Manuel Dias Santos

Registado na CMVM n.º PAI/2003/0026

O.E. n.º 17954

APAE n.º 215 – A.N.A.I. n.º 023

## III – IMÓVEL

Quinta de Santo António - Largo de Santo António (Av. 9 de Julho), Venda do Pinheiro

Un. Freg.s V. Pinheiro e Stº Est. Galés, concelho de Mafra

Prédio descrito na CRP n.º 01174/301288 da extinta Freg. Milharado e inscrito na MP sob o art.º nº 2541.

## IV - DATAS

- Do término do trabalho de avaliação do imóvel: 29-11-2019

- Da conclusão da avaliação e do relatório de avaliação: 02-12-2019

## V - VALOR DA AVALIAÇÃO

O presumível valor potencial de mercado do imóvel, reportado a esta data, é de:

**Valor atual Q.tª S.to António** **1.619.000 €**

# B - ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO

## VI – OBJECTIVO

O presente relatório pretende estabelecer o Valor de Mercado do imóvel a seguir identificado, entendendo-se como tal o preço estimado à data pelo qual o referido imóvel poderia ser transaccionado entre um comprador e um vendedor numa negociação livre, depois de uma comercialização adequada, em que cada uma das partes actuasse com conhecimento, prudência e sem coacção (IVSC/TEGoVA).

## VII – DOCUMENTOS SUPORTE À AVALIAÇÃO

Foram facultados os seguintes documentos:

- Certidão e Caderneta Prediais do prédio
- Planta esquemática
- Planta de localização
- Quadro de áreas

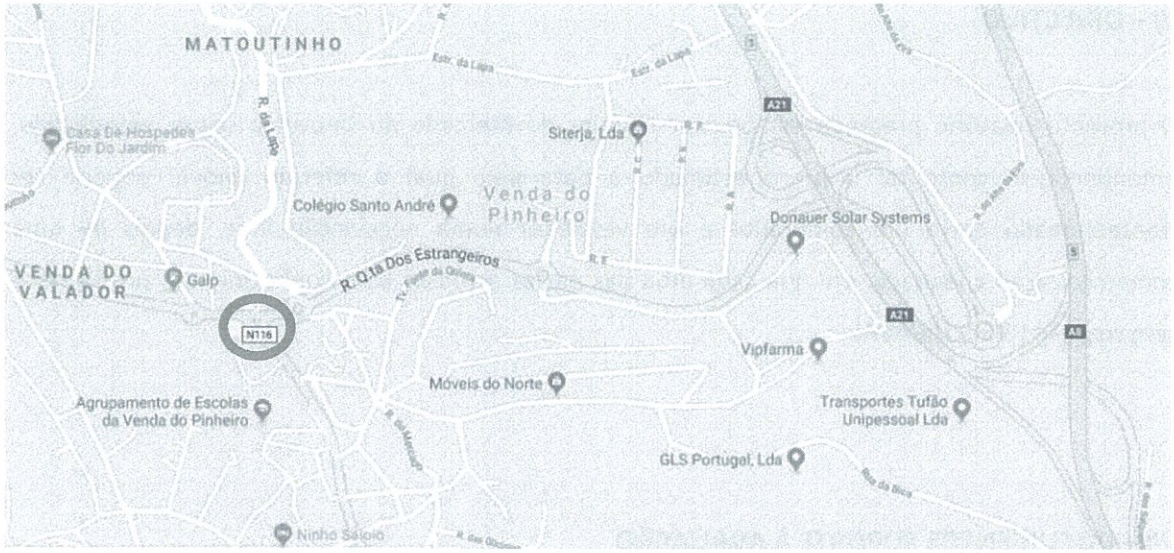
Foram consultados os seguintes elementos:

- Regulamento e plantas do PDM

## VIII – DESCRIÇÃO SUMÁRIA

### 8.1 – Da Zona

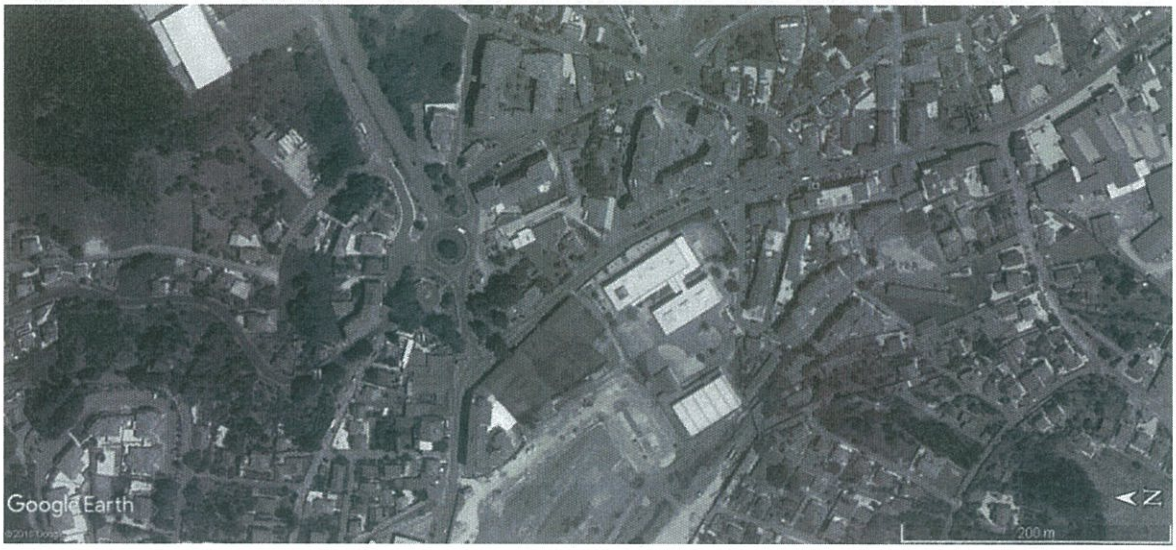
A Quinta de Santo António localiza-se numa zona central de Venda do Pinheiro, junto à rotunda aonde conflui a N 116 (Malveira – Venda do Pinheiro) e a Rua da Q.ta dos Estrangeiros que é a via de ligação às auto-estradas A8 e A21.





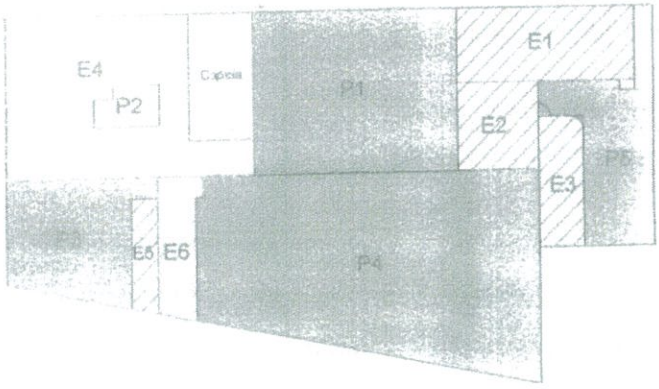

Trata-se de uma zona mista de habitação com bastante comércio de apoio, bem como alguns serviços, tendo a nascente instalações da Escola Básica 2/3 de Venda do Pinheiro.

Dispõe assim de excelentes acessibilidades e transportes públicos locais




## 8.2 – Do Prédio

A Quinta de Santo António apresenta uma frente construída/murada para a Av. 9 de Julho com cerca de 95 metros de extensão, dos quais 65 metros correspondem às fachadas dos dois edifícios principais da Quinta; esta apresenta uma forma aproximada de trapézio e é constituída por 7 edifícios e 5 pátios ou jardins, conforme planta esquemática seguinte:





As áreas registadas na Conservatória do Registo Predial não coincidem com as que figuram na caderneta predial; adoptámos as áreas do quadro que segue, que foram por nós aferidas e são idênticas às da caderneta predial:

| DESIGNAÇÃO DO EXISTENTE | ÁREAS (m2) |
|---|---|
| Área do terreno | 7 051,00 |
| Área de construção existente | |
| - Edifício E1 | 680,00 |
| - Edifício E2 | 175,44 |
| - Edifício E3 | 144,50 |
| - Edifício E4 | 1 455,14 |
| - Edifício E5 | 74,79 |
| - Edifício E6 | 137,26 |
| - Total Edifícios E1 a E6 | 2 667,13 |
| - Capela | 198,00 |
| - Total Edifícios e Capela | 2 865,13 |
| Área de implantação atual | 1 797,56 |

Os edifícios existentes são muito antigos, provavelmente de finais do séc. XIX, sendo constituídos por dois pisos os Edifícios 1 e 4 e por um piso os restantes; são todos de construção tradicional da época, embora apresentem alguma diferenciação de qualidade e mesmo de datas de construção.

Os Edifícios 1 e 4 e ao da Capela têm grande visibilidade visto que a fachada principal dos mesmos faz frente para o Largo de Sto António/Av. 9 de Julho; os Edifícios 2 e 3 são interiores, adjacentes e ligados ao Edifício 1, do qual funcionam como anexo; os Edifícios 5 e 6 confrontam com o tardoz da quinta e funcionaram como anexos para arrumos, lavandaria e camarata.

Todos os edifícios apresentam mau estado de conservação, tanto interior como exterior.

## 8.3 – Da Situação Urbanística

Na Planta de Ordenamento do PDM – Carta de Classificação e Qualificação do Solo o local insere-se na categoria de "Solo Urbanizado/Espaços Residenciais/Áreas Consolidadas":




Na Planta de Ordenamento do PDM – Carta de Património Municipal verifica-se que o imóvel está assinalado (VDP.019) sendo referido no Regulamento do Plano Diretor Municipal, Anexo III – Património Municipal por Freguesia na categoria de "Arquitectura Civil":




| | | |
|---|---|---|
| **União das Freguesias da Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés-** | Venda do Pinheiro | VDP.019 Quinta de Santo António |
| | Santo Estêvão das Galés | SEG.036 Cruz das Galés |
| | | SEG.046 Chafariz e Lavadouro |

É-lhe assim aplicável o constante no Regulamento do PDM art.ºs 76, 77 e 79, que transcrevemos:

***ZONAS DE PATRIMÓNIO HISTÓRICO-CULTURAL E PAISAGÍSTICO***

*Artigo 76.º*

***Identificação***

*1. As zonas de património histórico-cultural e paisagístico são constituídas por elementos de reconhecido interesse histórico, arquitetónico, arqueológico, artístico ou paisagístico, que, pelas suas características, se assumem como valores a proteger.*

*2. As zonas de património histórico-cultural e paisagístico correspondem a:*

*a) Imóveis, conjuntos e sítios classificados e em vias de classificação e respetivas zonas gerais e especiais de proteção;*

*b) Outros imóveis de interesse patrimonial, designadamente núcleos edificados das quintas;*

*Artigo 77.º*

***Disposições gerais***

*1. Nas zonas de património histórico-cultural e paisagístico, a aprovação de qualquer operação urbanística e de quaisquer trabalhos que alterem a topografia, os alinhamentos, as cérceas, a distribuição dos volumes, as coberturas ou o revestimento exterior dos edifícios pode ser sujeita a parecer técnico complementar sobre a preservação do património dos serviços competentes da câmara municipal, sem prejuízo de parecer prévio das entidades competentes.*

*2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, só podem ser admitidas obras de conservação e reconstrução com preservação das fachadas e eventual alteração e ampliação dos imóveis classificados, em vias de classificação e de outros imóveis de interesse patrimonial, desde que, nos projetos, sejam salvaguardadas as características determinantes da sua identidade e imagem exterior.*

*Artigo 79.º*

***Núcleos edificados das quintas***

*3. Nos núcleos edificados das quintas são admitidas obras de conservação, reconstrução, alteração ou ampliação das edificações existentes, bem como alterações de uso que se destinem a:*
*a) Habitação própria;*
*b) Apoio a atividades agrícolas e florestais;*
*c) Empreendimentos turísticos, com exceção de parques de campismo e caravanismo;*
*d) Estabelecimentos de restauração e bebidas;*
*e) Empreendimentos culturais e de animação;*
*f) Equipamentos de utilização coletiva de âmbito social, cultural, de saúde ou de ensino;*
*g) Atividades equestres;*
*h) Serviços associados ao sector terciário.*
*4. As intervenções admitidas no número anterior estão sujeitas ao seguinte:*
*a) Respeitar as disposições constantes do artigo anterior;*
*b) A edificabilidade máxima permitida corresponde à área bruta de construção existente e à sua ampliação até um máximo de 50% da área bruta de construção existente, podendo ser contígua ou individualizada, e desde que não comprometa a atividade agrícola;*
*c) É admitido o número máximo de 2 pisos, a altura máxima da fachada de 8m ou igual à da preexistência, sendo admitido um terceiro piso para os estabelecimentos hoteleiros e hotéis rurais, por comprovada viabilidade económica e desde que seja garantida a integração paisagística do edificado;*

Face a este conjunto de condicionantes e ao interesse arquitectónico e estado de conservação dos vários edifícios, consideramos que a opção urbanisticamente compatível com as norma vigentes e que melhor rentabiliza a Quinta consiste na reconstrução com manutenção das fachadas dos Edifícios E1 e E4, a beneficiação do edifício da Capela, a demolição dos restantes edifícios e a construção de um ou mais edifícios de dois pisos cuja área de construção incorpore a área demolida e ainda o acréscimo de 50% da área de construção existente, conforme b) do nº 4 do artº 79 do Regulamento do PDM.

Quanto a usos, consideramos que dos usos permitidos o mais rentável será o de habitação colectiva, com um projecto valorizador do conjunto que incorpore as amplas áreas de logradouro disponíveis (após eventual cedência ao domínio municipal da área prevista nos art.ºs 97º e seguintes), e que considere a execução de caves para estacionamento.

O edifício da Capela será beneficiado e permanecerá como zona comum do condomínio mas, por uma questão de prudência, não se considera nesta avaliação qualquer rentabilização para o mesmo – contudo possível.

As área consideradas são as que figuram no quadro que segue, em que as áreas brutas privativas de habitação foram obtidas considerando 10% da área de construção para zonas comuns.

| CONSERVAÇÃO/RECONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO | ÁREAS (m2) |
|---|---|
| Conservação da Capela | 198,00 |
| Reconstrução dos Edifícios E1 e E4 | 2 135,14 |
| Ampliação com novo edifício | |
| - Área de construção de E1, E2, E3, E5, E6 | 531,99 |
| - Área de ampliação (50% da existente) | 1 432,57 |
| Área de construção do novo edifício | 1 964,56 |
| Área de construção total, sem Capela | 4 099,70 |
| Área bruta privativa (fogos) | |
| - Edifícios E1 e E4 | 1 921,63 |
| - Novo Edifício | 1 768,10 |
| Área de caves de estacionamento | 1 015,00 |
| Área de implantação total (novo edifício c/ 2 pisos) | 2 247,85 |
| Área de cedência ao domínio municipal | |
| - (34 + 46 m2)/120 m2 de construção | 2.733,13 |
| Área de logradouro privativo do condomínio | 2.070,02 |

## IX – MERCADO IMOBILIÁRIO

### 9.1 – Dados Macroeconómicos

Os anos de estagnação económica em Portugal tiveram impacto no sector residencial mas o recente moderado aumento das expectativas de melhoria económica tiveram algum efeito neste sector.

Assim, verificou-se um ligeiro aumento dos valores de venda desde 2014, mais sensível em Lisboa e no sector habitacional mas também apreciável na área da Grande Lisboa.

É possível antever uma expectativa de estabilização para 2020, tanto ao nível dos valores de venda como do tempo médio de escoamento, em linha com crescimento do PIB português de 2,6% em 2017, da ordem dos 2,2% em 2018 e dos 1,9% em 2019, conforme as previsões actuais.

**Cliente:** C. M. Mafra
**Local**: Lg Stº António - V. do Pinheiro
**Un.Freg.s** de Venda Pinheiro e Stº Est.Galés
**Concelho:** Mafra

### 9.2 – Prospecção Imobiliária

Os valores de venda de apartamentos praticados na envolvente deste local, à data do presente relatório, são os levantados na presente prospecção:

## APARTAMENTOS- venda

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 1 |  | Venda do Pinheiro / Edifício novo em fase de construção e acabamentos. O T2, com 1 lugar de estacionamento, é composto por cozinha equipada e zona de lavandaria, quartos com roupeiros, um deles suite, 2 casas de banho e sala ampla. Toda a casa tem estores elétricos e janelas em PVC com vidros duplos térmicos, sendo todas as paredes exteriores revestidas a Capoto. O pavimento é flutuante em carvalho escuro com portas interiores em nogueira americana. Tem ainda pré-instalação de ar condicionado. | 103 m2 Abp | 170 000 € |
| 2 |  | Venda do Pinheiro / T3 novo no piso 2 de empreendimento Jardim dos Pinheiros numa zona muito central da Vila, composto por cozinha de 16m2 totalmente equipada e com varanda , lavandaria, despensa, hall de entrada amplo, sala com 34m2m2, hall de quartos de 8m2 com roupeiro, suite de 18m2 e dois quartos um deles com varanda, três casas de banho e parqueamento para 2 viaturas. | 144 m2 Abc | 245 000 € |
| 3 |  | Venda do Pinheiro / T3 em construção, numa urbanização de prestígio com localização privilegiada, perto de acessos rápidos e diretos a Lisboa, Sintra, Mafra e Torres Vedras. Com 1 lugar de estacionamento, é composto por cozinha e zona de lavandaria, quartos com roupeiros, um deles suite, 3 casas de banho e sala ampla. Estores elétricos e janelas em PVC , sendo todas as paredes exteriores revestidas a Capoto, pavimento flutuante. Tem ainda pré-instalação de ar condicionado, videoporteiro e painel solar para aquecimento de águas sanitárias. | 134 m2 Abc | 220 000 € |
| 4 |  | Venda do Pinheiro / Apartamento T3 Duplex inserido em condomínio fechado com piscina coberta. Usado. Bem conservado | 156 m2 Abc | 245 000 € |
| 5 |  | Venda do Pinheiro / Apartamento T3, de 2003, em ótimo estado de conservação. Composto por hall de entrada, cozinha equipada, despensa, sala comum ampla, três quartos, sendo um deles suite, um Wc partilhado, um lugar de parqueamento e uma arrecadação. Prédio com elevador e estacionamento exterior privativo. | 125 m2 Abc | 179 500 € |

## X – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Na presente situação iremos adoptar duas metodologias que em nossa opinião melhor se adaptam à presente análise valorativa: o **Método Comparativo de Mercado,** numa perspectiva de análise de valores de mercado de prédios equivalentes e o **Método do Valor Residual**, que consiste em deduzir ao valor das receitas de venda final das fracções autónomas do edifício a construir, os custos necessários para, uma vez adquirido o prédio, proceder à construção do mesmo.

O valor a atribuir deverá considerar o grau de risco e a calendarização previsível do empreendimento, o que será feito através de uma taxa de actualização aplicada aos valores do cash-flow líquido (antes de juros e impostos) do mesmo.

A taxa de actualização a considerar terá uma parcela correspondente a uma taxa de rendimento sem risco e uma outra parcela correspondente ao prémio de risco de mercado.

A parcela correspondente à taxa de rendimento sem risco será a correspondente à média da taxa de rentabilidade nos últimos 6 meses das Obrigações do Tesouro a 10 anos.

A parcela correspondente ao prémio de risco de mercado será fixada em função das características próprias do sector imobiliário em que se integra o bem a avaliar e também em função das características do empreendimento.

### 10.1- Método Comparativo de Mercado

O Método Comparativo de Mercado tem por base a analogia estabelecida entre as propriedades/imóveis em estudo e outras que apresentem características similares e que tenham sido transaccionadas num passado recente, ou que eventualmente ainda se encontrem à venda num mercado equiparável.

Seguidamente, fazem-se ajustamentos tendo em consideração as diferenças decorrentes da localização, dimensão, acessibilidades e outros, que assumam maior ou menor importância, consoante o tipo de imóvel em análise.

Matematicamente, este método pode ser traduzido pela seguinte expressão:

$$V = \sum (A \times I_v)$$

Representando as variáveis:

- V Presumível Valor Venal
- A Áreas em presença
- $I_v$ Índices médios de venda

Os valores de oferta levantados na presente prospecção, apresentados no quadro que segue, foram homogeneizados de forma a representarem as características dos prédios em avaliação.

| APARTAMENTOS - Método de Comparação - Valores de Venda | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Nº | Área m² | V.Venda € | V.unit €/m² | Coeficiente de Homognização | | | | V.Hom €/m² |
| | | | | Local | Qualid | Área | Total | |
| 1 | 103 | 170 000 | 1 647 | 1,10 | 1,05 | 0,97 | 1,12 | 1 848 |
| 2 | 144 | 245 000 | 1 701 | 1,10 | 1,05 | 1,02 | 1,18 | 2 003 |
| 3 | 134 | 220 000 | 1 637 | 1,10 | 1,05 | 1,01 | 1,17 | 1 908 |
| 4 | 156 | 245 000 | 1 571 | 1,10 | 1,00 | 1,03 | 1,13 | 1 781 |
| 5 | 125 | 179 500 | 1 438 | 1,10 | 1,15 | 1,00 | 1,26 | 1 817 |
| Valor Médio | | | 1 599 | €/m2 | | | 1,26 | 2 003 |
| Valor Médio Homogeneizado | | | 1 871 | €/m2 | | | 1,12 | 1 781 |
| **Valor Médio a adotar** | | | **1 680** | **€/m2** | | | | |

Consideramos assim o seguinte valor de venda das fracções pelo método comparativo:

| Apartamentos- Método Comparativo de Mercado | | | |
|---|---|---|---|
| Descrição | Área Privativa. | Índice de venda €/m2 | Sub-total € |
| Edifícios E1 e E4 | 1 922 | 1 680 | 3 228 332 |
| Novo Edifício | 1 768 | 1 680 | 2 970 407 |
| Capela | 198 | - - - | |
| Valor de Mercado | | | **6 198 739** |

### 10.2 - Método do Valor Residual

Tendo sido a receita de venda das frações do imóvel calculada no ponto anterior, apresenta-se nos quadros que seguem a estimativa de todos os custos a incorrer no projeto, aprovação, construção e venda do imóvel, bem como a respectiva calendarização, figurando também o valor actual do imóvel como valor residual, isto é, o máximo valor que é possível despender na aquisição do terreno de modo a garantir uma taxa de rentabilidade de 8,0%, correspondente a uma taxa de rentabilidade sem risco de 0,44% e a um prémio de risco de 7,5%.

| Terreno - Método do Valor Residual | | | |
|---|---|---|---|
| **Descrição** | Nº unidades | Parâmetros | Sub-total € |
| Projetos | 4 100 | 15 | 61 495 |
| Taxas | 4 100 | 15 | 61 495 |
| Custo da Construção | | | 3 149 243 |
| Demolições | 532 | 15 | 7 980 |
| Conservação da Capela | 198 | 600 | 118 800 |
| Reconstrução dos Edifícios E1 e E4 | 2 135 | 625 | 1 334 463 |
| Ampliação com novo edifício | 1 965 | 675 | 1 326 075 |
| Cave de estacionamento | 1 015 | 275 | 279 125 |
| Logradouro | 2 070 | 40 | 82 801 |
| Custos Diversos | 3 149 243 | 2,0% | 62 985 |
| Custo total | | | 3 335 219 |
| Encargos de Venda | | 4,3% | 266 856 |
| Custo de aquisição do terreno à taxa semestral de | | 3,92% | 1 736 953 |
| **Valor atual do prédio:** | IMT + IS= | 7,3% | 1 619 000 |
| Margem br. = 859 711 = | 14% V.v = | 17% It | 395 €/m2Abc |

| Q.TA S.TO ANTÓNIO | V. ATUAL | SEM 1 | SEM 2 | SEM 3 | SEM 4 | SEM 5 | SEM 6 | SEM 7 | SEM 8 | SEM 9 | TOTAIS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **FASEAMENTO** | | | | | | | | | | | |
| *CUSTOS* | | | | | | | | | | | |
| *PROJETOS* | | *100%* | | | | | | | | | *100%* |
| *TAXAS* | | | *100%* | | | | | | | | *100%* |
| *CONSTRUÇÃO* | | | *25,0%* | *25,0%* | *25,0%* | *25,0%* | *0,0%* | *0,0%* | *0,0%* | *0,0%* | *100%* |
| *VENDAS* | | | | | *16,7%* | *16,7%* | *16,7%* | *16,7%* | *16,7%* | *16,7%* | *100%* |
| *CONTRATOS* | | *0,0%* | *0,0%* | *0,0%* | *3,3%* | *3,3%* | *3,3%* | *3,3%* | *3,3%* | *3,3%* | *20%* |
| *ESCRITURAS* | | | *0,0%* | *0,0%* | *13,3%* | *13,3%* | *13,3%* | *13,3%* | *13,3%* | *13,3%* | *80%* |
| **CUSTOS** (unidades: 1.000 €) | | | | | | | | | | | |
| PROJETOS | | 61 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 61 |
| TAXAS | | 0 | 61 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 61 |
| CONSTRUÇÃO | | 0 | 787 | 787 | 787 | 787 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 149 |
| CUSTOS INDIRETOS | | 0 | 16 | 16 | 16 | 16 | 0 | 0 | 0 | 0 | 63 |
| **CUSTOS TOTAIS** | | **61** | **865** | **803** | **803** | **803** | **0** | **0** | **0** | **0** | **3 335** |
| **VENDAS** (unidades: 1.000 €) | | | | | | | | | | | |
| CONTRATOS | | 0 | 0 | 0 | 207 | 207 | 207 | 207 | 207 | 207 | 1 240 |
| ESCRITURAS | | 0 | 0 | 0 | 826 | 826 | 826 | 826 | 826 | 826 | 4 959 |
| **RECEBIMENTOS** | | 0 | 0 | 0 | 1 033 | 1 033 | 1 033 | 1 033 | 1 033 | 1 033 | 6 199 |
| A DEDUZIR: | | | | | | | | | | | |
| CUSTO DE COMERCIALIZAÇÃO | | 0 | 0 | 0 | 44 | 44 | 44 | 44 | 44 | 44 | 267 |
| **VENDAS LÍQUIDAS** | | **0** | **0** | **0** | **989** | **989** | **989** | **989** | **989** | **989** | **5 932** |
| **FLUXOS DE CAIXA DO PROJECTO** | **1 737** | (61) | (865) | (803) | **186** | **186** | **989** | **989** | **989** | **989** | |
| **VALOR ACTUAL À TAXA DE 3,92 %** | **1 737** | | | | | | | | | | |

## XI – VALOR ACTUAL

Consideramos que o valor que melhor reflecte o VALOR ACTUAL é o valor obtido para a Quinta pelos métodos atrás referidos

O presumível valor potencial de mercado do imóvel, reportado a esta data, é de:

**Valor atual Q.tª S.to António** **1.619.000 €**

# C - ELEMENTOS DE RESPONSABILIZAÇÃO

## XII – CONDICIONALISMOS

- O presente relatório deverá ser utilizado apenas pelo seu destinatário e para o fim para o qual foi elaborado.

- Não se considerou na presente avaliação qualquer limitação resultante do facto de não haver projecto aprovado pela Câmara, porque em nosso entender tal não limita a rentabilidade do uso considerado na avaliação, num outro projecto que venha a ser elaborado para este imóvel, visto que os parâmetros do PDM permitem idêntica edificabilidade e uso.

- Os valores acima determinados não podem nem devem ser considerados rígidos, mas em ordem de grandeza, como sempre acontece em toda e qualquer avaliação de um bem imóvel, onde o maior ou menor interesse em vender, por parte do vendedor e a maior ou menor conveniência em comprar, por parte de um potencial comprador, em muito pode influenciar o real valor da transacção.

## XIII - RESPONSABILIZAÇÃO

O perito avaliador declara que que não se encontra abrangido por qualquer incompatibilidade prevista no artigo 19.º da Lei 153/2015.

O perito avaliador declara que efectuou a avaliação de acordo com as exigências legais, nomeadamente as do Regulamento da CMVM n.º 2/2015 e com a Lei nº 153/2015 (Anexo).

O perito avaliador dispõe de seguro de responsabilidade civil a que corresponde a Apólice nº. 0153 10005067 – Companhia de Seguros – "GENERALI" de 11-06-2019, com renovação anual.

A avaliação foi efectuada de acordo com o Código Deontológico da ANAI–Associação Nacional dos Avaliadores Imobiliários.

Lisboa, 2 de Dezembro de 2019

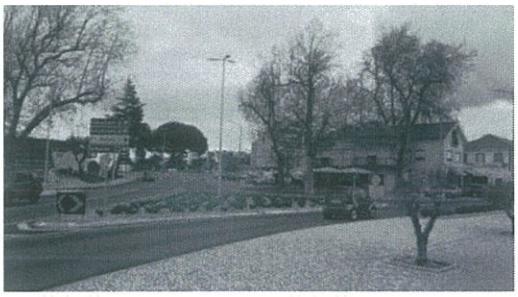
O PERITO AVALIADOR

---

(Eng.º. João Manuel Dias Santos)

# D – ANEXOS

## XIV - FOTOS









**Cliente:** C. M. Mafra
**Local**: Lg Stº António - V. do Pinheiro
**Un.Freg.s** de Venda Pinheiro e Stº Est.Galés
**Concelho:** Mafra

















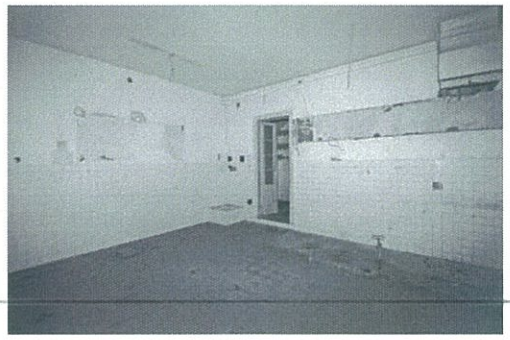
**Cliente:** C. M. Mafra
**Local**: Lg Stº António - V. do Pinheiro
**Un.Freg.s** de Venda Pinheiro e Stº Est.Galés
**Concelho:** Mafra

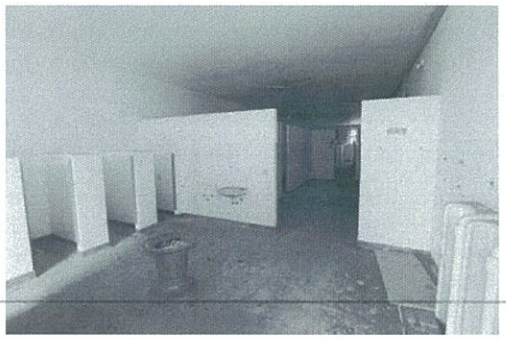




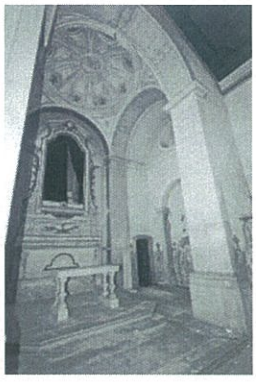












# CERTIFICADOS DO AVALIADOR



CMVM
COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS



# Peritos avaliadores de imóveis

- **Nome | Denominação:** João Manuel Dias dos Santos
- **Nº de registo:** PAI/2003/0026
- **Tipo de entidade:** Pessoa singular
- **Data de registo:** 31/07/2003
- **Estado do registo:** Ativo
- **Endereço | Sede social:** LOURES

ORDEM DOS ENGENHEIROS
REGIÃO SUL

CÉDULA PROFISSIONAL



ENGENHEIRO
**João Manuel Dias dos Santos**

MEMBRO N.º **17954**
CATEGORIA: **Efetivo**
COLÉGIOS: **Civil**

VALIDADE:
**18-05-2020**

TITULAR

BASTONÁRIO

ESPECIALIDADES:
**Engenharia Civil**

NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO:
**Membro Sénior**

ESPECIALIZAÇÕES:

CARGOS DIRIGENTES NA ORDEM DOS ENGENHEIROS:

DATA DE EMISSÃO: **18-05-2017**

Cédula Profissional pessoal e intransmissível. Em caso de revalidação, necessidade de alteração, interrupção de atividade profissional ou extravio, devolver à Ordem dos Engenheiros - Região Sul
Av. António Augusto de Aguiar 3D, 1069-030 Lisboa | T. 213 132 633

GENERALI

# DECLARAÇÃO 97194
## SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL

| | |
|---|---|
| **TOMADOR** | **: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE AVALIADORES** |
| **SEGURADO** | : JOAO MANUEL DIAS SANTOS |
| **RAMO** | : RESPONSABILIDADE CIVIL PROFISSIONAL |
| **APÓLICE** | : 0153 - 10005067 |
| **ACTIVIDADE PROFISSIONAL** | : Perito Avaliador de Imóveis |
| **INICIO E TERMO** | **: 11/06/2019 RENOVAVEL ANUALMENTE** |
| **ÂMBITO TERRITORIAL** | : Portugal |

Para os devidos efeitos se declara que **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE AVALIADORES**, com sede em EST DO PAÇO DO LUMIAR – CAMPUS DO LUMIAR ED D 1º 1649-038 LISBOA detém nesta seguradora uma apólice de seguro garantindo até ao limite de 500.000 Eur por sinistro e anuidade, a Responsabilidade Civil Profissional emergente da actividade na sua qualidade de perito avaliador de imóveis que preste serviços a entidades do sistema financeiro da área bancária, mobiliária, seguradora e resseguradora e dos fundos de pensões, assim como de quaisquer instituições e/ou entidades singulares ou colectivas pelos danos causados à entidade contratante, aos accionistas ou participantes de organismos de investimento colectivo, aos clientes bancários, aos tomadores de seguros, segurados e beneficiários de contractos de seguro e aos associados, participantes e beneficiários de fundos de pensões decorrentes de erros ou omissões, constantes dos relatórios de avaliação, que lhes sejam imputáveis, conforme o disposto na Lei 153/2015 de 14 de Setembro.

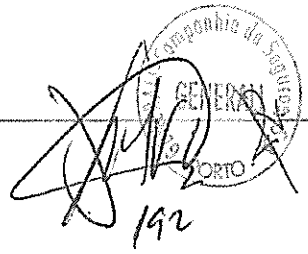
A presente declaração destina-se a ser entregue a CMVM e entidades bancarias, bem como quaisquer instituições e /ou outras entidades singulares ou colectivas.

Esta declaração não substitui, em caso algum, as Condições Particulares, Gerais e Especiais aplicáveis ao contrato.

Mais se declara que a validade do seguro depende do efectivo pagamento de prémio conforme legislação em vigor.

Porto, 2 de maio de 2019

Generali - Companhia de Seguros, S.A.




192

FN/621

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente**

# RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO



## QUINTA DE SANTO ANTÓNIO

## VENDA DO PINHEIRO

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente**

# AUTO DE AVALIAÇÃO

## Quinta de Santo António

## Venda do Pinheiro

1 - DESIGNAÇÃO DO BEM

A Quinta de Santo António localiza-se no Largo de Santo António / Av. 9 de Julho, Venda do Pinheiro, correspondendo, ao artigo 2 541 da CPU (Caderneta Predial Urbana), da União de Freguesias da Venda do Pinheiro e Santo Estevão das Galés e está registada na CRP (Conservatória do Registo Predial), sob o nº 01174/301288, da antiga Junta de Freguesia do Milharado. De acordo com os documentos atrás mencionados, este artigo tem a área de 7 051 m2, no qual estão construídas várias edificações que se encontram em mau estado de conservação, incluindo uma capela que carece de restauro.

2 – LOCALIDADE

Venda do Pinheiro

Freguesia: União de Freguesias da Venda do Pinheiro e Santo Estevão das Galés

3 – CARATERIZAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO

Esta Quinta com fácil acesso à autoestrada (A21/A8), localiza-se no Largo de Santo António (centro da Venda do Pinheiro), junto ao comércio e serviços locais, confinando a sudeste com a Escola Básica 2,3 da Venda do Pinheiro e a sudoeste com o Parque Ecológico e Intermodal.

4 – POTENCIAL CONSTRUTIVO

No PDM (Plano Diretor Municipal), o terreno enquadra-se em Área Urbana Consolidada. Contudo, com base na b), ponto 2, do artigo 76.º e no anexo III do regulamento do PDM, constata-se que a Quinta de Santo António é classificada como "Outro Imóvel de Interesse Patrimonial, por Arquitetura Civil" (VDP 019). Tomando em consideração o ponto 2 do art. 77, do regulamento do PDM, constata-se que "só podem ser admitidas obras de conservação e reconstrução com preservação das fachadas e eventual alteração e ampliação dos imóveis classificados, em vias de classificação e de outros imóveis de interesse patrimonial, desde que, nos projetos, sejam salvaguardadas determinantes da sua identidade e imagem exterior", sendo que esta questão é reforçada pelo nº 3 do art. 79. Em complemento ao atrás mencionado, a b), do ponto 4, do art. 79, define que a possível ampliação máxima é de 50% da área de construção existente.

Face ao exposto, conclui-se que qualquer intervenção não permite alterar as fachadas das construções existentes, viradas para o Largo de Santo António, e que a ampliação está limitada ao máximo de 50% da área de construção existente.

5 – CONSTRUÇÕES EXISTENTES

Conforme planta e mapa de áreas em anexo, pode-se constatar que existem as seguintes construções:

- Edifício 1 (E1) – Constituído por 2 pisos, tendo 340 m2 no r/c e 340 m2 no 1º andar;

- Edifício 2 (E2) – Constituído por 1 piso com 175 m2;

- Edifício 3 (E3) – Constituído por 1 piso com 145 m2;

- Edifício 4 (E4) – Constituído por 2 pisos, contíguo à capela, tendo 727,6 m2 no r/c e 727,6 m2 no 1º andar;

- Edifício 5 (E5) – Constituído por 1 piso com 75 m2. Trata-se de um edifício modesto destinado a arrumos;

- Edifício 6 (E6) – Constituído por 1 piso com 137 m2. Trata-se de um edifício modesto que funcionava como lavandaria, sanitários e camarata de pessoal.

- Capela de Nossa Senhora do Carmo, com a área de 198 m2, tem o pavimento em pedra, o teto em madeira e alguns painéis de azulejos nas paredes. Contudo, necessita de obras de restauro.

Com base nas áreas acima mencionadas, verifica-se que a área total de implantação é de 1 798 m2 e a área de construção existente é de 2 865 m2.

- Arranjos exteriores – a quinta está murada, tem algumas pérgulas e circulações e tem também tanque. Tal como os edifícios, também os arranjos exteriores necessitam de uma grande intervenção de restauro.

6 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS CONSTRUÇÕES EXISTENTES

As construções existentes, correspondentes aos edifícios E1, E4 e à capela são os edifícios principais da Quinta, cujas fachadas estão viradas para o Largo de Santo António e têm de ser mantidas. Estes dois edifícios E1 e E4 estão em mau estado de conservação, obrigando a uma remodelação integral, aproveitando-se apenas a estrutura (com eventuais reparações e reforços), as paredes de alvenaria de pedra e as cantarias dos vãos exteriores (com os respetivos restauros). A capela apesar de não estar em tão mau estado, quanto os outros edifícios, também necessita de grandes obras de restauro.

Os edifícios E2 e E3 por estarem em mau estado, não terem qualquer fachada com valor arquitetónico, não estarem virados para o Largo de Santo António, funcionando como anexos no logradouro, provavelmente construídos após os edifícios principais (E1, E4 e capela), não têm de ser mantidos, pelo que a melhor opção técnica / económica consiste em demoli-los, dando lugar a novas construções devidamente estruturadas.

Os edifícios correspondentes às construções E5 e E6, são edifícios modestos, quer em termos arquitetónicos, quer construtivos, funcionando como anexos no logradouro e pelo facto de se encontrarem em muito mau estado, a melhor solução técnica / económica consiste também em demoli-los.

Os arranjos exteriores, incluindo muros, pérgulas, circulações e um tanque também se encontram em mau estado. Será tudo demolido, exceto alguns muros de vedação.

7 - ACABAMENTOS PREVISTOS, COM BASE NAS OBRAS DE REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO

Deverão ser considerados os seguintes trabalhos / acabamentos nas construções a manter: substituição integral das estruturas das coberturas e das próprias coberturas, incluindo colocação de isolamento térmico; reparação das estruturas existentes e eventual reforço; reformulação das divisórias interiores, de forma a adaptar o edifício à sua nova funcionalidade; restauro das cantarias existentes; picagem dos rebocos e novos rebocos no exterior e estuque no interior; substituição de todos os revestimentos dos pavimentos; aplicação de tetos falsos; vãos interiores e exteriores; estores ou blackouts; aplicação de novas das infraestruturas de água, esgotos, instalações elétricas e telecomunicações; alarmes de intrusão e incêndios; elevadores; projeto de segurança contra incêndios; AVAC e novas instalações sanitárias. As construções novas terão acabamentos e equipamentos análogos aos dos edifícios a recuperar.

8–BASE DE TRABALHO PARA CÁLCULO DO VALOR DO BEM

No cálculo do valor desta Quinta, tal como definido nas regras avaliação de um Bem, tomou-se em consideração o potencial máximo construtivo previsto no PDM, dado que o valor de um Bem é sempre determinado pela sua capacidade máxima e não do fim que o comprador lhe pretenda dar. Analisando o mercado local verifica-se que a solução mais rentável consiste em considerar um condomínio de habitação. Como alternativa seria considerar serviços. Porém, na zona da Venda do Pinheiro e Malveira os serviços dificilmente ultrapassam os 1 000 € / m2, enquanto que um condomínio de habitação poderá rondar os 1 450 € / m2 a 1 570 € / m2 (englobando os anexos (parqueamentos e arrecadações). Para determinar o valor das vendas utilizou-se o valor médio, ou seja, 1 510 € / m2.

A Capela deverá ser também recuperada, mas não apresenta qualquer rendimento, dado que não será arrendada, nem vendida, constituindo um

encargo de investimento. Porém, constitui uma mais valia para o condomínio, a qual poderá ser colocada também ao serviço da comunidade.

Tirando partido da possibilidade de ser efetuada uma ampliação com o máximo de 50% das construções existentes, verifica-se que é possível ampliar a área de construção em 1 432 m2.

Quanto ao número de fogos a criar, irá depender da opção pelas tipologias e das dimensões que se pretenda para cada tipologia.

Na sequência do já acima mencionado, neste investimento considera-se a manutenção dos edifícios principais com as suas fachadas viradas para o Largo de Santo António / Av. 9 de julho e a demolição das construções que se encontram nas traseiras da Quinta / logradouro, ou seja, serão mantidos os edifícios E1; E4 e a capela.

## 9–METODOS DE CÁLCULO PARA DETERMINAR O VALOR DO BEM

Para determinar o valor deste Bem utilizou-se o método estático dos custos e das vendas e o método do valor residual dinâmico – discounted cash flow.

Dado que, quer pelo método estático, quer pelo método dinâmico, foi ponderada construção existente, os valores obtidos correspondem ao terreno e a toda a construção existente.

## 9.1 - CÁLCULO DO VALOR DO BEM COM BASE NO MÉTODO ESTÁTICO DOS CUSTOS.

Com base nas premissas acima mencionadas, obtiveram-se os valores conforme mapa a seguir indicado:

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente**

| | Área (m2 ou unidades) | Valor unitário (€) | Total (€) |
|---|---|---|---|
| VENDAS | | | |
| Habitação | | | |
| Correspondente à área dos edifícios existentes. | 2 667 | 1 510 | 4 027 170,00 |
| Ampliação (50% da const. existente) | 1 432 | 1 510 | 2 162 320,00 |
| **TOTAL DAS VENDAS** | | | **6 189 490,00** |
| | | | |
| CUSTOS | | | |
| Demolições Diversas | 1 | 20 000 | 20 000,00 |
| Edifício E1 (Remodelação) | 680 | 600 | 408 000,00 |
| Edifício E4 (Remodelação) | 1 455 | 600 | 873 000,00 |
| Capela | 198 | 705 | 139 590,00 |
| Construção nova (Correspondente às demolições de E2; E3; E5 e E6. | 532 | 700 | 372 400,00 |
| Ampliação correspondente a 50% da construção existente | 1 432 | 700 | 1 002 400,00 |
| cave para parqueamentos. | 1 050 | 300 | 315 000,00 |
| Varandas e alpendres no corpo a ampliar. | 100 | 250 | 25 000,00 |
| Arranjos exteriores | 2 856 | 46 | 131 376,00 |
| Total dos Custos Diretos | | | 3 286 766,00 |
| Projetos, fiscalização, licenças e custos administrativos | | | 312 242,77 |
| Custos financeiros de capitais alheios (aprox. 3,92% dos custos de construção). | | | 128 841,23 |
| Comercialização (6,15% das vendas) | | | 380 653,64 |
| Remuneração dos capitais (8,5% das vendas) | | | 526 106,65 |
| **TOTAL DOS CUSTOS** | | | **4 634 610,28** |
| | | | |
| Arredondamento | | | 20,28 |
| **VALOR DO BEM PELO MÉTODO RESIDUAL ESTÁTICO (€)** | | | **1 554 900,00** |

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente**

9.2 MÉTODO DO VALOR RESIDUAL DINÂMICO – DISCOUNTED CASH FLOW

O cálculo por este método foi efetuado com o recurso à folha de cálculo em anexo, de forma a calcular os cash flow, tendo sido utilizados os custos diretos e os encargos gerais, tal como o valor das vendas, que constam no mapa do método estático.

Com base neste cálculo dos cash flow, ponderando as receitas e os custos, obteve-se para o Bem o valor de 1 545 800 €.

10 – CONCLUSÃO

Face aos valores obtidos pelos dois métodos, conclui-se que o **Provável Valor de Transação** da Quinta de Santo António está compreendido entre 1 545 800 € e 1 554 900 €. Considerando a média dos dois métodos, obtêm-se o valor de 1 550 350 €. Dado tratar-se de um provável valor de transação, é corrente arredondar-se para a unidades dos milhares, pelo que o valor final desta avaliação é de **1 550 000 € (um milhão e quinhentos e cinquenta mil euros).**

Mafra, 2 de dezembro de 2019

A COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO,

(CMVM AVF II 13/128)

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente**

# ANEXOS

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente**

# MÉTODO DO VALOR RESIDUAL DINÂMICO

# DISCOUNTED CASH FLOW

# Estimativa de valor atual

**Estimativa com base no método residual dinâmico - Discounted cash flow**

| | |
|---|---|
| Código de Bem | |
| Localização | Largo de Santo António - Venda do Pinheiro - Mafra |
| Construção prevista | Edifícios e 1 Capela |

## Dados:

| | |
|---|---|
| Início da retoma da construção | 2 |
| Nº de semestres p/ conclusão da construção | 4 |
| Início das vendas | 4 |
| Nº de semestres para vendas | 4 |
| Taxa de atualização | 4,0% |

## Observações e alertas

A taxa de atualização utilizada é semestral

## Cálculos - DCF:

| Semestres | | | | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Custos Construção c/enc gerais | | -3 599 009 € | | 0 | 0 | -899 752 | -899 752 | -899 752 | -899 752 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Vendas | Valor das vendas | 6 189 490 € | | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 547 373 | 1 547 373 | 1 547 373 | 1 547 373 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Custos comercialização | -380 654 € | 6% | 0 | 0 | 0 | 0 | -95 163 | -95 163 | -95 163 | -95 163 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | | | | 0 | 0 | -899 752 | -899 752 | 552 457 | 552 457 | 1 452 209 | 1 452 209 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Fluxos de Caixa atualizados | | | | 0 | 0 | -831 872 | -799 876 | 472 242 | 454 079 | 1 147 702 | 1 103 560 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

## Dados da estrutura de custos:

| | | | |
|---|---|---|---|
| Custos diretos [CD] | | 3 286 766 € | |
| Encargos gerais [EG] | | 312 243 € | |
| [K] | Comercialização | 380 654 € | 6% |
| | Margem | 557 054 € | 9% |
| PVT futuro | | 6 189 490 € | |

| | |
|---|---|
| Percentagem de obra realizada | 0% |

| | |
|---|---|
| VAL = *(Valor atual do bem)* | **1 545 800,00 €** |

DATA

02/12/2019

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente**

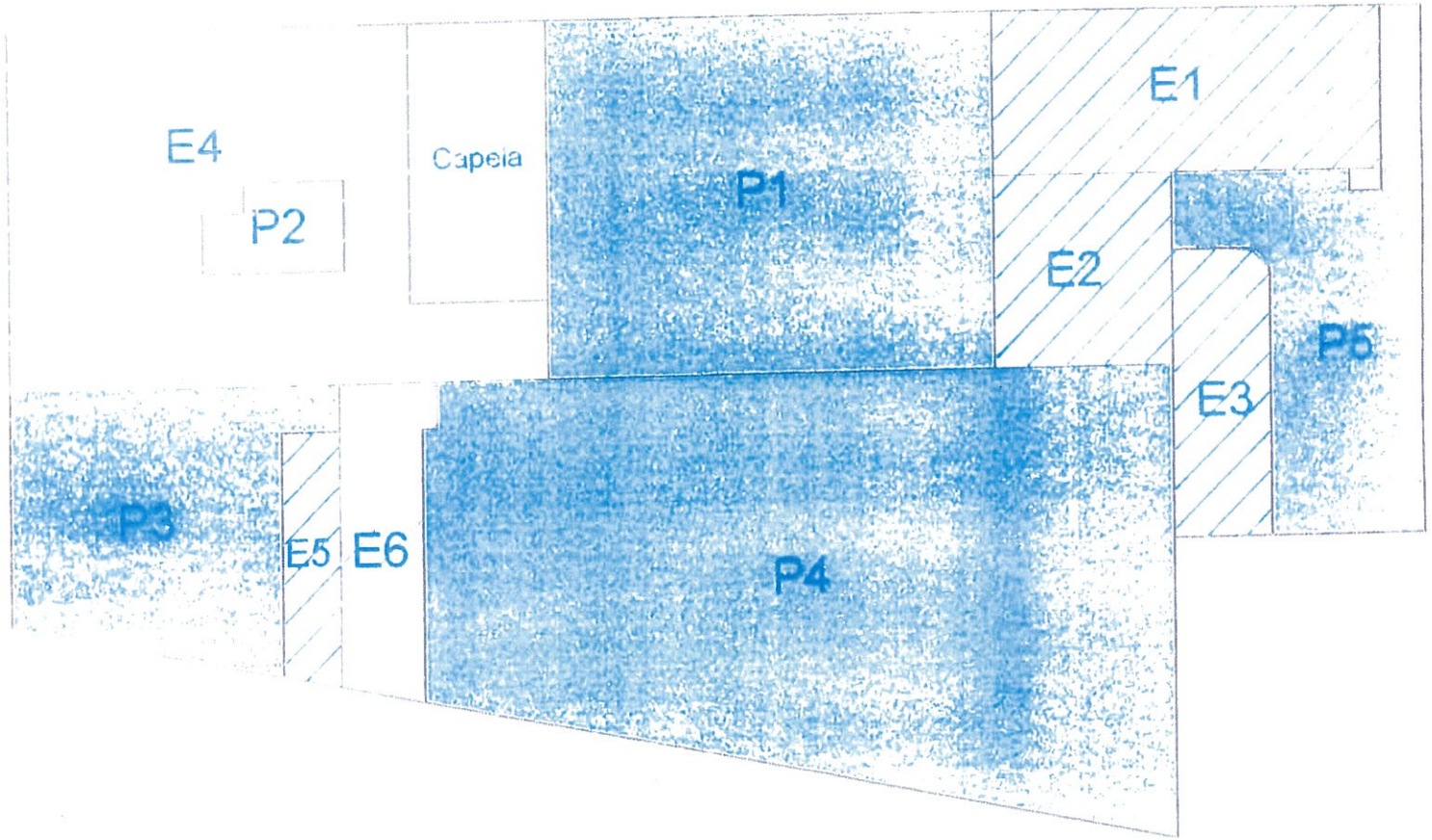
211

# QUADRO DE ÁREAS

# QUINTA DE SANTO ANTÓNIO
# VENDA DO PINHEIRO - MAFRA

## LEVANTAMENTO DAS ÁREAS EXISTENTES

| QUADRO DE ÁREAS EXISTENTES (m2) | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **ÁREA DE CONSTRUÇÃO EXISTENTE** | | | **PARCIAL** | **TOTAL** |
| Edifício E1 | | | | |
| | R/c | | 340,00 | |
| | 1º piso | | 340,00 | |
| | TOTAL | | | 680,00 |
| Edifício E2 | | | | |
| | R/c | | | 175,44 |
| Edifício E3 | | | | |
| | R/c | | | 144,50 |
| Edifício E4 | | | | |
| | Capela | | 198,00 | |
| | R/c | | 727,57 | |
| | 1º piso | | 727,57 | |
| | TOTAL | | | 1653,14 |
| Edifício E5 | | | | |
| | R/c | | | 74,79 |
| Edifício E6 | | | | |
| | R/c | | | 137,26 |
| **ÁREA TOTAL DE CONSTRUÇÃO** | | | | 2865,13 |
| **ÁREA TOTAL DE CONSTRUÇÃO S/ CAPELA** | | | | 2667,13 |


E4
P2
Capela
P1
E1
E2
E3
P6
P3
E5
E6
P4

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente**

# LEVANTAMENTO DE MERCADO

**CONSTRUÇÕES** **data da pesquisa:** dezembro 19

## MERCADO DE TRANSAÇÕES

| | | | | | | | | | Anexos a expurgar diretamente ao valor | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Localização/ morada/ urbanização | Tipo/uso | Tipologia | Área uso principal (m2) | Área Terreno (m2) | Ano const/ remodelação | Estado de conservação | Importância da localização | Nº parq | Estimativa do valor por parq. (€) | área de anexos relevantes (m2) | Estimativa do Vunit dos anexos (€/m2) | Valor de oferta | Margem negociação | Valor de transação REAL | Fator Homogeneização | Vunit uso principal (€/m2) | Descrição de anexos e outras Observações | Fonte |
| | | | | | | | | | | | | | | | | #DIV/0! | Parq., arrecadação e varandas. | |
| Venda do Pinheiro | Apart. | T2 | 109 | 119 | 2001 | Bom | Boa | | | | | **185 000 €** | **5%** | | 0,90 | 1 451 | Parqueamento, arrecadação e varandas. | Remax |
| Venda do Pinheiro | Apart. | T2 | 112 | 121 | 2007 | Bom | Boa | | | | | **197 500 €** | **6%** | | 0,92 | 1 525 | Parqueamento, arrecadação e varandas. | Remax |
| Venda do Pinheiro | Apart. | T2 | 106 | 117 | 2009 | Bom | Boa | | | | | **177 500 €** | **5%** | | 0,94 | 1 495 | Parqueamento, arrecadação e varandas. | Remax |
| Malveira | Apart. | T2 | 98 | 109 | 2019 | Bom | Boa | | | | | **155 000 €** | **2%** | | 1,02 | 1 581 | Parqueamento, arrecadação e varandas. | Remax |
| Malveira | Apart. | T3 | 149 | 161 | 2019 | Bom | Boa | | | | | **215 000 €** | **1%** | | 1,05 | 1 500 | Parqueamento, arrecadação e varandas. | Remax |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Médias | | | 115 | 125 | | | | | | | | | | | | **1 510** | | |

Cálculo do Valor unitário: Partindo do valor de venda efetivo ou do valor de oferta depreciado da margem de negociação, retira o valor estimado dos anexos, aplica o fator de homogeneização e divide pela área de uso principal.
Cálculo da renda unitária: Partindo do valor de arrendamento mensal efetivo ou da renda mensal de oferta depreciada da margem de negociação, retira a renda estimada dos anexos, aplica o fator de homogeneização e divide pela área de uso principal.

$$\text{Vunit} = ((\text{Voferta} \times (1 - \text{Mnegociação}) - \text{nºparq} \times \text{Vparq.} - \text{Aanexos} \times \text{Vunit.anexos}) \times \text{Fhomogeneização}) / \text{Aprincipal}$$

$$\text{Vunit} = ((\text{Vvenda} - \text{nºparq} \times \text{Vparq.} - \text{Aanexos} \times \text{Vunit.anexos}) \times \text{Fhomogeneização}) / \text{Aprincipal}$$

$$\text{Renda unit} = ((\text{Vrenda oferta} \times (1 - \text{Mnegociação}) - \text{nºparq} \times \text{Rendaparq.} - \text{Aanexos} \times \text{Rendaunit.anexos}) \times \text{Fhomogeneização}) / \text{Aprincipal}$$

$$\text{Renda unit} = ((\text{Vrenda efetiva} - \text{nºparq} \times \text{Rendaparq.} - \text{Aanexos} \times \text{Rendaunit.anexos}) \times \text{Fhomogeneização}) / \text{Aprincipal}$$

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente**

# CERTIDÃO DA CRP

CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL

DE

**MAFRA**

# C E R T I D Ã O

CERTIFICO que:

*a)* Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme os originais;

*b)* Que foi pedida pela Requisição N.º 3148 de 26 de Abril de 20 07;

*c)* Que foi extraída de descrição predial nº 1174, freguesia do Milharado, pesquisa inicial em vigor.

*d)* Que ocupa 5 folhas numeradas e rubricadas;

Conta registada sob o n.º 10408

Mafra, 27 de Abril de 2007

| | | |
|---|---|---|
| Art.º 9.2.1 | € | 27,00 |
| Art.º 9.3 | € | 2,50 |
| Soma | € | 29,50 |
| | € | - |
| | € | - |
| TOTAL | € | 29,50 |

São € vinte e nove euros e cinquenta cêntimos.

O(A) ~~Ajudante~~ / O(A) Escriturário(a) Superior

181-M – Tip. Nabão, Ldn. - Tomar -

N.º 01174 /301288 -

N.º _____

Fls. ____ B ____

Conservatória do Registo Predial

Concelho Mafra de M A F R A Freguesia Milharado

| DESCRIÇÕES — AVERBAMENTOS — ANOTAÇÕES | COTAS |
|---|---|
| URBANO - Venda de Pinheiro - casa de dois pavimentos - rés - do - chão 1º andar, três dependências, ermida e suas dependências - 287 m2 - pateo 560 m2 - cerca - 6 204 m2 - norte: Domingos Esteves Galrão; sul: Zeferino Carvalho Carrilho Júnior e outros; nascente: estrada; poente: José Brandão de Vasconcelos e outros - artº 7 (Parte), pendente de rectificação - Valor: 6 318 330$00. | ~~G-1~~ ~~G-2~~ T-1 G-3 G-4 |
| Desanexado do nº. 01074. O Conservador Adjunto, | |
| Av. 1 - Ap. 24/900410 - Casa de 2 pavimentos - 287 m2 - 3 dependências, ermida e suas dependências e páteo - 560 m2 - cerca - 6 204 m2 - Artº 3 915 - R.C. - 452 153$00. Basurei" suas". O Conservador Adjunto, | |
| Av. 2 - Of. - Ap. [illegible] - V.P.: 6 782 225$00. - O Conservador Adjunto, | |
| Av. 03 - Ofº - Ap. 41/20050426 - A casa de dois pavimentos destina-se a colégio V.P. 59 878,99 euros. | |

MOD. 216

Exclusivo do Cofre C. N. e F. Justiça)

N.º 01174 /301288 -

| COTAS | INSCRIÇÕES — AVERBAMENTOS — ANOTAÇÕES | OBS. |
|---|---|---|
| G-1 | Ap.07/250788 - AQUISIÇÃO de 1/2 a favor de José Acrísio Canas Mendes c.c. Maria Fernanda Canbournac Carrasqueira Canas Mendes,c.geral,Avenida Ressano Garcia,24,1º,, Lisboa - por partilha da herança de Acrísio Canas Mendes e mulher Emilia Canas Mendes,Venda do Pinheiro - Milharado - Mafra. O Conservador Adjunto, | |
| G-2 | Ap.09/250788 - AQUISIÇÃO de 1/2 a favor de Maria Canas Mendes ou Maria Canas Mendes Mota,viúva,Rua Fialho de Almeida,12,2º, - Lisboa - por partilha da herança de Acrísio Canas Mendes e mulher. O Conservador Adjunto, | |
| C-1 | Ap.07/.. - [illegible] no prédio nº.0107-Branco: [illegible] com [illegible] de 9,30 m e a largura de 4,5 m, junto à estrema norte do prédio nº.0107-,desde o sul até ao nascente da descarga [illegible] e ca. afrontada pela parte poente [illegible] - - por sobre.. Um [illegible] O Conservador Adjunto | |
| G-3 | Ap.33/20000207 - AQUISIÇÃO em comum a favor de MARIA PAULA CANAS MENDES DE ALMEIDA CARDOSO SÁ FERNANDES, c.c. José Paixão Moreira Sá Fernandes, c. adquiridos - Rua Ladislau Piçarra,10 1º, Esqº.- Lisboa;- MARIA DE FÁTIMA CANAS MENDES DE ALMEIDA CARDOSO DE MENEZES, c.c. José Monteiro Cardoso de Menezes, c. adquiridos - Avenida Ressano Garcia, 24, 4º.- Lisboa;- MARIA ADRIANA CANAS MENDES DE ALMEIDA CARDOSO AFONSO, c.c. Fernando Manuel Guimarães Afonso, c. adquiridos - Rua Lucio de Azevedo 12, 9º.C - Lisboa;- MARIA MARGARIDA CANAS MENDES DE ALMEIDA CARDOSO, solteira, maior - Averida Ressano Garcia, 24, 2º.- Lisboa.- Por legado de Maria Canas Mendes da Mota.- Retrelinhei: "de 1/2".- de 1/2 | |
| G-4 | Ap.41/20050426 - AQUISIÇÃO de 1/2 em comum e sem determinação de parte ou direito a favor de MARIA PAULA CARRASQUEIRO CANAS MENDES DE ALMEIDA CARDOSO, viúva - Avª Ressano Garcia, 24, 2º, Lisboa e MARIA CECÍLIA DE FIGUEIREDO CANNAS MENDES, viúva, Rua Fialho de Almeida, nº 32, 3º Esqº, Lisboa.- Por sucessão de Maria Fernanda Carrasqueiro Canas Mendes e marido José | |

N.º 01174 / 881230

| COTAS | INSCRIÇÕES – AVERBAMENTOS – ANOTAÇÕES | OBS. |
|---|---|---|
| | Acrísio Canas Mendes e dissolução da comunhão conjugal e sucessão de João Manuel Carrasqueiro Cannas Mendes, c.c. a referida Maria Cecília, c. geral, com ela residente. | |

AT autoridade tributária e aduaneira

# CADERNETA PREDIAL URBANA

SERVIÇO DE FINANÇAS: 1546 - MAFRA

## IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO

**DISTRITO:** 11 - LISBOA **CONCELHO:** 09 - MAFRA **FREGUESIA:** 22 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VENDA DO PINHEIRO E SANTO ESTÊVÃO DAS GALÉS

**ARTIGO MATRICIAL:** 2541 **NIP:**

## TEVE ORIGEM NOS ARTIGOS

**DISTRITO:** 11 - LISBOA **CONCELHO:** 09 - MAFRA **FREGUESIA:** 11 - MILHARADO **Tipo:** URBANO

**Artigo:** 3915

## LOCALIZAÇÃO DO PRÉDIO

**Av./Rua/Praça:** - **Lugar:** Venda do Pinheiro **Código Postal:** 2665-540 VENDA DO PINHEIRO

## CONFRONTAÇÕES

**Norte:** Domingos Estevão Galrão **Sul:** Zeferino Carvalho Carrilho Junior e Outros **Nascente:** Estrada **Poente:** José Brandão de Vasconcelos e Outros

## DESCRIÇÃO DO PRÉDIO

**Tipo de Prédio:** Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente

**Afectação:** Serviços **Nº de pisos:** 2 **Tipologia/Divisões:** 27

## ÁREAS (em m²)

**Área total do terreno:** 7.051,0000 m² **Área de implantação do edifício:** 1.605,7900 m² **Área bruta de construção:** 2.673,7900 m² **Área bruta dependente:** 769,4900 m² **Área bruta privativa:** 1.904,3000 m²

## DADOS DE AVALIAÇÃO

**Ano de inscrição na matriz:** 2015 **Valor patrimonial actual (CIMI):** €765.030,60 **Determinado no ano:** 2018

**Tipo de coeficiente de localização:** Serviços **Coordenada X:** 104.457,00 **Coordenada Y:** 218.266,00

| Vt* | = | Vc | x | A | x | Ca | x | Cl | x | Cq | x | Cv |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 750.030,00 | = | 603,00 | x | 1 884,5753 | x | 1,10 | x | 1,50 | x | 1,000 | x | 0,40 |

Vt = valor patrimonial tributário, Vc = valor base dos prédios edificados, A = área bruta de construção mais a área excedente à área de implantação, Ca = coeficiente de afectação, Cl = coeficiente de localização, Cq = coeficiente de qualidade e conforto, Cv = coeficiente de vetustez, sendo A = (Aa + Ab) x Caj + Ac + Ad, em que Aa representa a área bruta privativa, Ab representa as áreas brutas dependentes, Ac representa a área do terreno livre até ao limite de duas vezes a área de implantação, Ad representa a área do terreno livre que excede o limite de duas vezes a área de implantação, (Aa + Ab) x Caj = 100 x 1,0 + 0,90 x (500 - 100) + 0,85 x (1000 - 500) + 0,80 x (Aa + Ab - 1.000,0000).
Tratando-se de terrenos para construção, A = área bruta de construção integrada de Ab
* Valor arredondado, nos termos do nº2 do Art.º 38º do CIMI

**Mod 1 do IMI nº:** 6672784 **Entregue em :** 2015/05/29 **Ficha de avaliação nº:** 10122133 **Avaliada em :** 2015/06/01

## TITULARES

**Identificação fiscal:** 103570551 **Nome:** MARIA DE FATIMA CANAS MENDES DE ALMEIDA CARDOSO DE MENEZES

**Morada:** AV RESSANO GARCIA, Nº 24, 4º, LISBOA, 1070-237 LISBOA

**Tipo de titular:** Propriedade plena **Parte:** 1/8 **Documento:** MODELO 1 DO IMI **Entidade:** Modelo 1 do IMI Nº 6672784

AT autoridade tributária e aduaneira

**CADERNETA PREDIAL URBANA**

SERVIÇO DE FINANÇAS: 1546 - MAFRA

**Identificação fiscal:** 103570616 **Nome:** MARIA PAULA CANAS MENDES DE ALMEIDA CARDOSO
**Morada:** AV RESSANO GARCIA Nº 24 2º, LISBOA, 1070-237 LISBOA

**Tipo de titular:** Propriedade plena **Parte:** 1/8 **Documento:** MODELO 1 DO IMI **Entidade:** Modelo 1 do IMI Nº 6672784

---

**Identificação fiscal:** 183812018 **Nome:** MARIA ADRIANA CANAS MENDES DE ALMEIDA CARDOSO
**Morada:** AV DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA Nº 94 - 1º B, LISBOA, 1700-178 LISBOA

**Tipo de titular:** Propriedade plena **Parte:** 1/8 **Documento:** MODELO 1 DO IMI **Entidade:** Modelo 1 do IMI Nº 6672784

---

**Identificação fiscal:** 187980306 **Nome:** MARIA MARGARIDA CANAS MENDES DE ALMEIDA CARDOSO
**Morada:** R FIALHO DE ALMEIDA Nº 7 A, LISBOA, 1070-128 LISBOA

**Tipo de titular:** Propriedade plena **Parte:** 1/8 **Documento:** MODELO 1 DO IMI **Entidade:** Modelo 1 do IMI Nº 6672784

---

**Identificação fiscal:** 700471731 **Nome:** JOSE ACRISIO CANAS MENDES - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE
**Morada:** AV RESSANO GARCIA 24 2, LISBOA, 1070-237 LISBOA

**Tipo de titular:** Propriedade plena **Parte:** 1/2 **Documento:** MODELO 1 DO IMI **Entidade:** Modelo 1 do IMI Nº 6672784

**Obtido via internet em 2019-11-20**

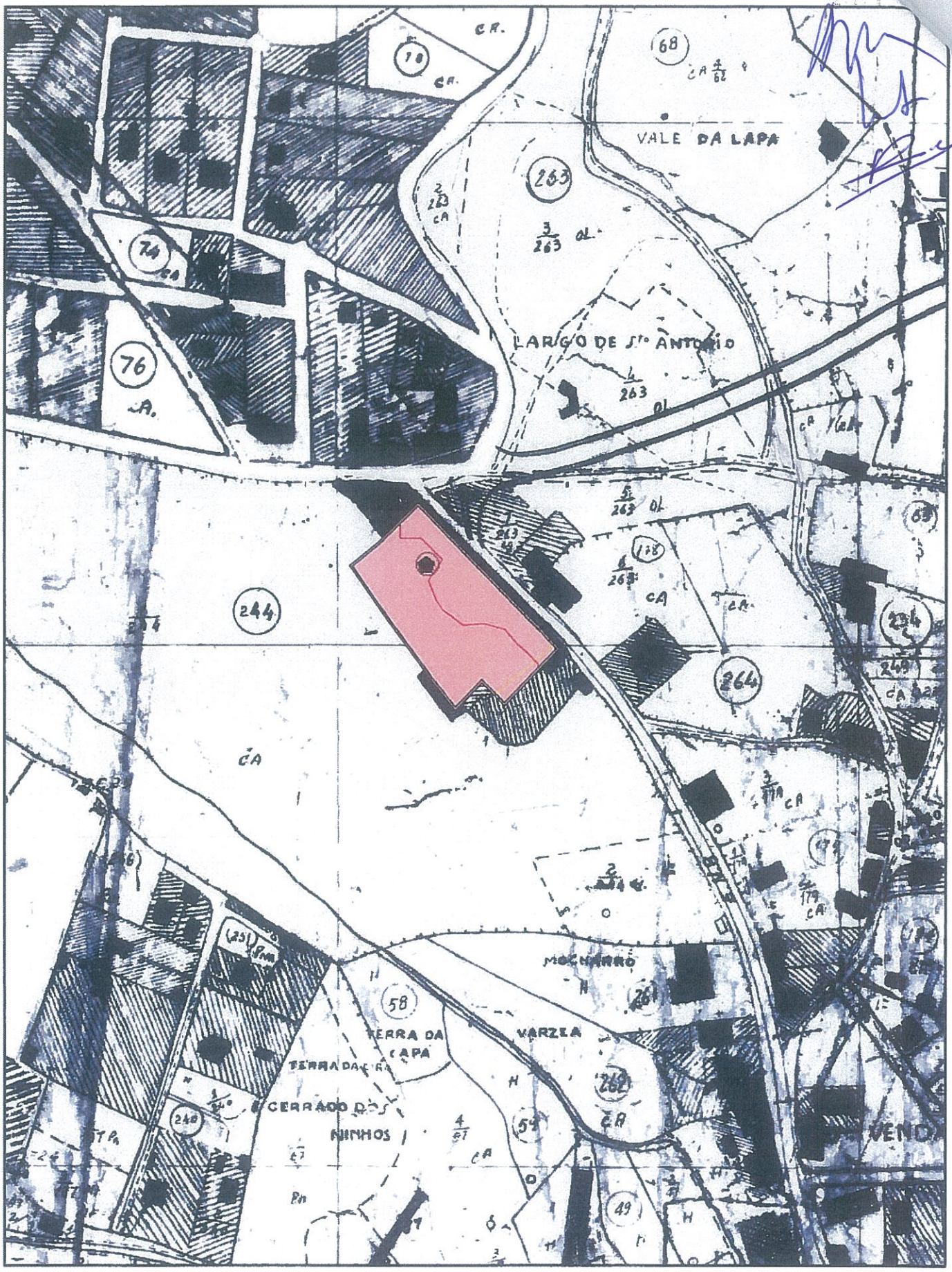
**O Chefe de Finanças**

(Humberto Pereira Martins)

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente**

# PLANTAS



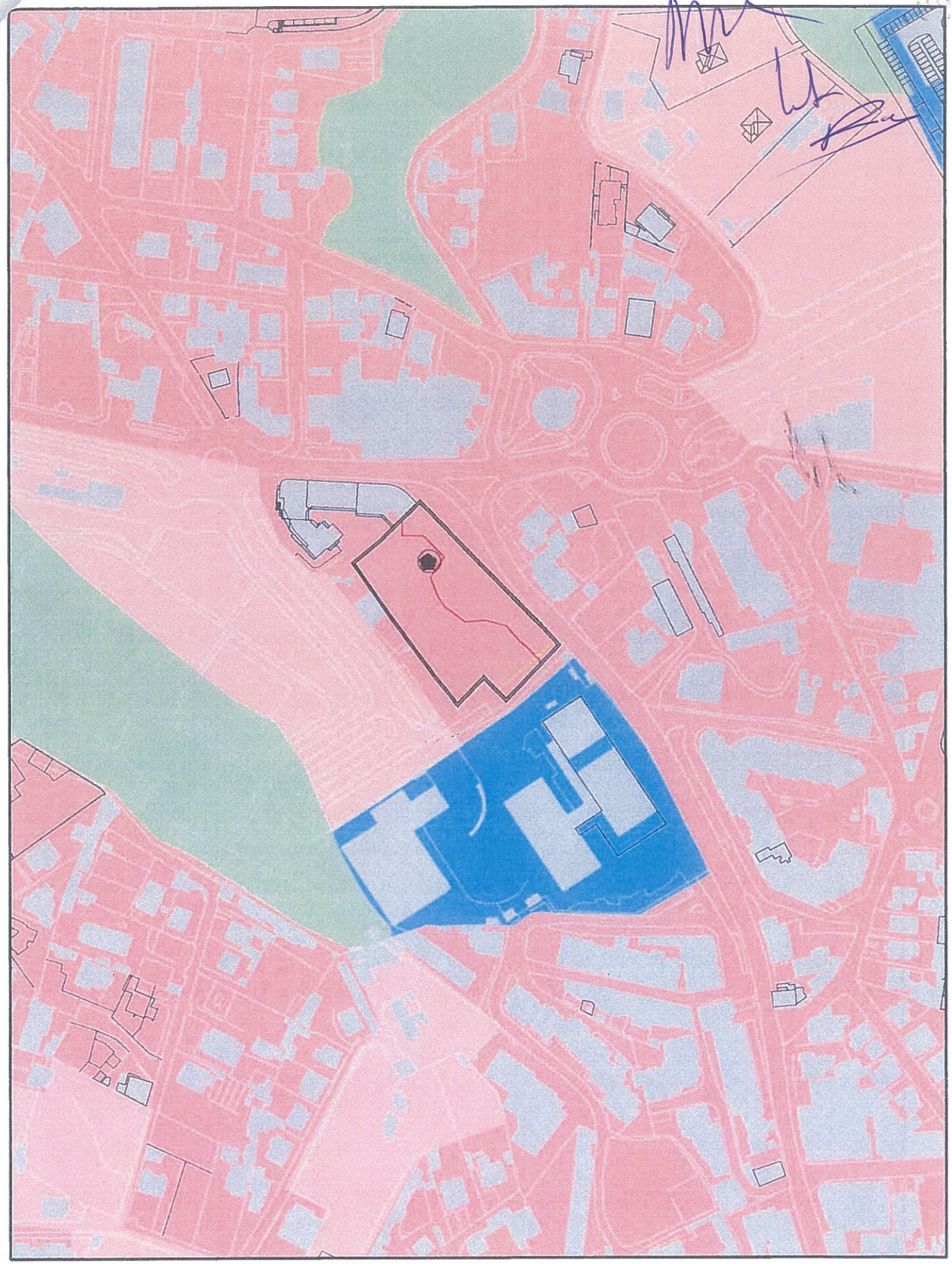

# Câmara Municipal de Mafra

Planta de Localização - Extrato do Cadastro Rústico

**Título:** < >
**Local:** VENDA DO PINHEIRO
**Freguesia:** União das freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés

**Data:** 26-09-2019
**Escala:** 1:2 500

Plano Diretor Municipal de Mafra, Aviso nº 6614/2015, publicado em D.R. nº 114/2015, 2.ª série de 2015-06-15



# Câmara Municipal de Mafra

Carta de Classificação e Qualificação do Solo da Planta de Ordenamento

Plano Diretor Municipal de Mafra - Confrontações

**Título:** < >

**Local:** VENDA DO PINHEIRO

**Freguesia:** União das freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés

**Data:** 26-09-2019

**Escala:** 1:2 500

Aviso nº 6614/2015, publicado em D.R. nº 114/2015, 2.ª série de 2015-06-15



# Câmara Municipal de Mafra

Carta de Estrutura Ecológica Municipal da Planta de Ordenamento

Plano Diretor Municipal de Mafra - Confrontações

**Título:** < >

**Local:** VENDA DO PINHEIRO

**Freguesia:** União das freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés

**Data:** 26-09-2019

**Escala:** 1:2 500

Aviso nº 6614/2015, publicado em D.R. nº 114/2015, 2.ª série de 2015-06-15

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente**

# EXTRATO DO REGULAMENTO DO PDM

SECÇÃO III

## ZONAS DE PATRIMÓNIO HISTÓRICO-CULTURAL E PAISAGÍSTICO

### Artigo 76.º

### Identificação

1. As zonas de património histórico-cultural e paisagístico são constituídas por elementos de reconhecido interesse histórico, arquitetónico, arqueológico, artístico ou paisagístico, que, pelas suas características, se assumem como valores a proteger.
2. As zonas de património histórico-cultural e paisagístico correspondem a:
   a) Imóveis, conjuntos e sítios classificados e em vias de classificação e respetivas zonas gerais e especiais de proteção;
   b) Outros imóveis de interesse patrimonial, designadamente núcleos edificados das quintas;
   c) Sítios arqueológicos, constituídos por elementos cuja localização é conhecida em resultado de estudos realizados até à data;
   d) Árvores de interesse público e respetivas zonas de proteção;
   e) Áreas não incluídas nas alíneas anteriores, definidas com base em referências documentais, toponímicas ou eventuais elementos e cuja localização precisa se desconhece.
3. Os elementos definidos no número anterior, com exceção do disposto na alínea e), encontram-se identificados na planta de ordenamento – carta de património municipal e no anexo III do presente regulamento.
4. A assembleia municipal aprova a atualização da planta de ordenamento – carta de património municipal e do anexo III do presente regulamento, sob proposta da câmara municipal.
5. As zonas de proteção dos imóveis classificados e em vias de classificação encontram-se legalmente instituídas, definindo-se zonas de proteção específicas ou de 50m, de acordo com a planta de ordenamento – carta de património municipal.

### Artigo 77.º

### Disposições gerais

1. Nas zonas de património histórico-cultural e paisagístico, a aprovação de qualquer operação urbanística e de quaisquer trabalhos que alterem a topografia, os alinhamentos, as cérceas, a distribuição dos volumes, as coberturas ou o revestimento exterior dos edifícios pode ser sujeita a parecer técnico complementar sobre a preservação do património dos serviços competentes da câmara municipal, sem prejuízo de parecer prévio das entidades competentes.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, só podem ser admitidas obras de conservação e reconstrução com preservação das fachadas e eventual alteração e ampliação dos imóveis

classificados, em vias de classificação e de outros imóveis de interesse patrimonial, desde que, nos projetos, sejam salvaguardadas as características determinantes da sua identidade e imagem exterior.

Artigo 78.º

**Regime**

1. A instrução de processos de operações urbanísticas, dos imóveis identificados nas zonas de património histórico-cultural e paisagístico, deve, além do disposto na lei geral, conter descrição histórica, arquitetónica e arqueológica do imóvel e medidas de minimização da intervenção.
2. A demolição total ou parcial dos imóveis classificados, em vias de classificação e de outros imóveis de interesse patrimonial só é permitida após consulta às entidades competentes e pode ser sujeita a parecer técnico complementar sobre a preservação do património dos serviços competentes da câmara municipal, e desde que sejam inventariados e salvaguardados os elementos arquitetónicos ou espécies vegetais mais relevantes.
3. Aos sítios arqueológicos aplicam-se dois níveis de proteção, conforme o anexo III ao presente regulamento, prevendo-se o seguinte, de acordo com legislação em vigor:
   a) Nas zonas de proteção de nível 1, as operações urbanísticas que impliquem qualquer impacto ao nível do subsolo devem ser antecedidas de estudo arqueológico, que inclua escavações e apresente ações e medidas a adotar para assegurar a identificação, preservação ou registo dos elementos arqueológicos;
   b) Nas zonas de proteção de nível 2, as operações urbanísticas, com impacto ao nível do subsolo, deverão ter acompanhamento arqueológico em obra.
4. Nas zonas de sensibilidade arqueológica, relativas ao interior e à envolvente próxima de capelas e igrejas, previstas no anexo III ao presente regulamento, as operações urbanísticas, com impacto ao nível do subsolo, podem ser sujeitas a parecer técnico complementar sobre a preservação do património dos serviços competentes da câmara municipal, com vista à definição de medidas para a identificação, salvaguarda ou registo dos elementos arqueológicos.
5. O corte ou abate das árvores de interesse público fica sujeita a autorização prévia das entidades competentes.

Artigo 79.º

**Núcleos edificados das quintas**

1. Os núcleos edificados das quintas correspondem a conjuntos de interesse municipal para a valorização e salvaguarda da memória coletiva e a promoção da paisagem rural, constantes na

planta de ordenamento – carta de património municipal e incluídos em outros imóveis de interesse patrimonial, no anexo III ao presente regulamento.

2. Nos núcleos edificados das quintas abrangidas por servidões administrativas e restrições de utilidade pública, o regime fica condicionado à sua conformidade com o regime legal vigente que rege tais servidões ou restrições.
3. Nos núcleos edificados das quintas são admitidas obras de conservação, reconstrução, alteração ou ampliação das edificações existentes, bem como alterações de uso que se destinem a:
   a) Habitação própria;
   b) Apoio a atividades agrícolas e florestais;
   c) Empreendimentos turísticos, com exceção de parques de campismo e caravanismo;
   d) Estabelecimentos de restauração e bebidas;
   e) Empreendimentos culturais e de animação;
   f) Equipamentos de utilização coletiva de âmbito social, cultural, de saúde ou de ensino;
   g) Atividades equestres;
   h) Serviços associados ao sector terciário.
4. As intervenções admitidas no número anterior estão sujeitas ao seguinte:
   a) Respeitar as disposições constantes do artigo anterior;
   b) A edificabilidade máxima permitida corresponde à área bruta de construção existente e à sua ampliação até um máximo de 50% da área bruta de construção existente, podendo ser contígua ou individualizada, e desde que não comprometa a atividade agrícola;
   c) É admitido o número máximo de 2 pisos, a altura máxima da fachada de 8m ou igual à da preexistência, sendo admitido um terceiro piso para os estabelecimentos hoteleiros e hotéis rurais, por comprovada viabilidade económica e desde que seja garantida a integração paisagística do edificado;
   d) Apresentar um projeto de intervenção paisagística para a área não edificada, que inclua a inventariação dos elementos arquitetónicos ou espécies vegetais mais relevantes;
   e) Os acessos, percursos e áreas de estacionamento exteriores devem ser construídos em materiais semipermeáveis.

| Freguesia | | Arquitetura religiosa | Arquitetura Industrial |
|---|---|---|---|
| União das Freguesias da Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés. | Venda do Pinheiro ..... | VDP.008 Capela do Espírito Santo e Cruzeiro<br>VDP.015 Cruzeiro do Largo de Santo António | |
| | Santo Estêvão das Galés.... | SEG.032 Igreja S. Estêvão das Galés ..... | SEG.010 Azenha do Rio Mau. |
| | | SEG.033 Capela de Santa Eulália ..... | SEG.022 Moinho da Avessada. |
| | | | SEG.029 Moinho da Abegoaria. |

**Outros Imóveis de Interesse Patrimonial, por Arquitetura Civil**

| Freguesia | Arquitetura civil | |
|---|---|---|
| | Núcleos Edificados das Quintas | Outros |
| Carvoeira ..... | | CAR.006 Ponte "Romana" da Senhora do Ó.<br>CAR.011 Chafariz, Lavadouro e Bebedouro.<br>CAR.024 Colónia Balnear.<br>CAR.025 Fontanário de São Julião.<br>CAR.030 Fonte do Pobral. |
| Encarnação..... | | ENC.025 Coreto.<br>ENC.038 Fonte Velha.<br>ENC.045 Fonte da Mina. |
| Ericeira..... | ERI.030 Quinta do Barril..... | ERI.024 Fachada da Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva/ Antigo Casino da Ericeira. |
| | ERI.036 Quinta dos Leitões..... | ERI.043 Antigo Paços do Concelho/Antigo Posto da GNR. |
| | | ERI.055 Forte da Guarda-Fiscal da Ericeira.<br>ERI.057 Fonte da Rua do Norte.<br>ERI.058 Fonte do Cabo.<br>ERI.059 Fonte dos Golfinhos.<br>ERI.060 Fonte da Rua do Ericeira.<br>ERI.073 Edifício da Delegação Marítima.<br>ERI.074 Marco Dr. João Ulrich.<br>ERI.086 Lavadouro do Rego. |
| Mafra ..... | MFR.072 Quinta da Figueira Branca ... | MFR.020 Quinta da Raposa. |
| | MFR.100 Quinta da Corredoura .... | MFR.074 Antigos Paços do Concelho/Atual Museu Professor Raúl de Almeida. |
| | MFR.103 Quinta da Cerca (Palácio dos Marqueses de Ponte de Lima). | MFR.079 Antigos Paços do Concelho/Atual Biblioteca. |
| | | MFR.110 Portal Manuelino (Rua Tecedeiras).<br>MFR.114 Mãe de Água.<br>MFR.127 Casa de Cantoneiros.<br>MFR.128 Casa de Habitação (Largo Conde Ferreira, 21, 22, 23).<br>MFR.130 Chafariz do Terreiro Dom João V.<br>MFR.141 Sobreiro Recreio Dancing.<br>MFR.174 Casa do Povo. |
| Milharado..... | MIL.048 Quinta da Cartaxaria..... | MIL.041\|042 "Casa das Trepadeiras". |
| | | MIL.049 Pombal da Quinta de São João.<br>MIL.052 Escola Primária.<br>MIL.056 Chafariz. |
| Santo Isidoro ..... | STI.006 Quinta dos Chãos..... | STI.005 Paço de Ilhas. |
| | STI.037 Quinta dos Machados..... | STI.043 Chafariz da Picanceira. |
| | STI.038 Quinta de Santo António ... | STI.044 Coreto. |
| | STI.039 Quinta da Saudade ..... | STI.045 Forte de Santa Susana. |
| | | STI.050 Pombal de Paço de Ilhas.<br>STI.052 Bairro dos Ilhéus.<br>STI.055 Fonte de São João. |

| Freguesia | | Arquitetura civil | |
|---|---|---|---|
| | | Núcleos Edificados das Quintas | Outros |
| União das Freguesias de Azueira e Sobral da Abelheira. | Azueira | AZU.004 Quinta das Acácias | AZU.020 Coreto do Livramento. |
| | | AZU.026 Quinta de Santa Cruz | AZU.040 Fonte do Cocho. |
| | | AZU.028 Quintadas Barras | AZU.041 Chafariz do Livramento. |
| | | AZU.029 Quinta da Vermoeira | AZU.043 Chafariz das Antas. |
| | | AZU.031 Quinta da Figoeira | AZU.048 Antiga Casa do Povo/Atual Centro Social Paroquial do Livramento. |
| | | AZU.032 Quinta da Freixofeira | AZU.071 Escola Primária das Barras. |
| | | AZU.035 Quinta do Carrascal. | |
| | Sobral da Abelheira | SOA.016 Quinta da Abelheira | SOA.019 Casa dos Peregrinos Nossa Senhora da Piedade. |
| | | | SOA.022 Fonte. |
| União das Freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário. | Enxara do Bispo | ENX.047 Quinta do Anjo | ENX.036 Fonte de Nossa Senhora do Pópulo. |
| | | ENX.048 Quinta de Santa Bárbara | ENX.039 Casa das Freiras. |
| | | ENX.049 Quinta Grande | ENX.046 Fonte do Castelo. |
| | Gradil | GRD.007 Quinta de Santana | GRD.013 Antiga "Casa-Mãe do Gradil". |
| | | GRD.010 Quinta de Santo António da Barroca.<br>GRD.028 — Quinta do Porto das Barras | |
| | Vila Franca do Rosário | | VFR.010 Coreto.<br>VFR.011 Chafariz.<br>VFR.012 Casa Apalaçada (Rua Nossa Senhora do Rosário). |
| União das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros. | Igreja Nova | | IGN.010 Casal do Rei.<br>IGN.068 Fonte Velha.<br>IGN.070 Aqueduto de Muchalforro.<br>IGN.071 Estação de Caminho de Ferro Mafra Gare.<br>IGN.081 Fonte da Bica.<br>IGN.087 Registo de Azulejos (Rua Nossa Senhora Conceição, 40).<br>IGN.092 Registo de Azulejos (Rua Nossa Senhora Conceição, 17A,17B,19).<br>IGN.107 Casa de Habitação (Rua General Humberto Delgado). |
| | Cheleiros | | CHL.018 Ponte de Cheleiros.<br>CHL.020 Aldeia de Broas.<br>CHL.021 Chafariz do Peniche.<br>CHL.022 Chafariz. |
| União das Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça. | Malveira | MAL.001 Quinta de Santo António | MAL.013 Fontanário. |
| | | | MAL.037 Estação de Caminho de Ferro da Malveira.<br>MAL.038 Chafariz do Largo da Feira. |
| | São Miguel de Alcainça | | ALC.016 Chafariz. |
| União das Freguesias da Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés. | Venda do Pinheiro | VDP.019 Quinta de Santo António. | |
| | Santo Estêvão das Galés | | SEG.036 Cruz das Galés. |
| | | | SEG.046 Chafariz e Lavadouro. |

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente**

# FOTOGRAFIAS







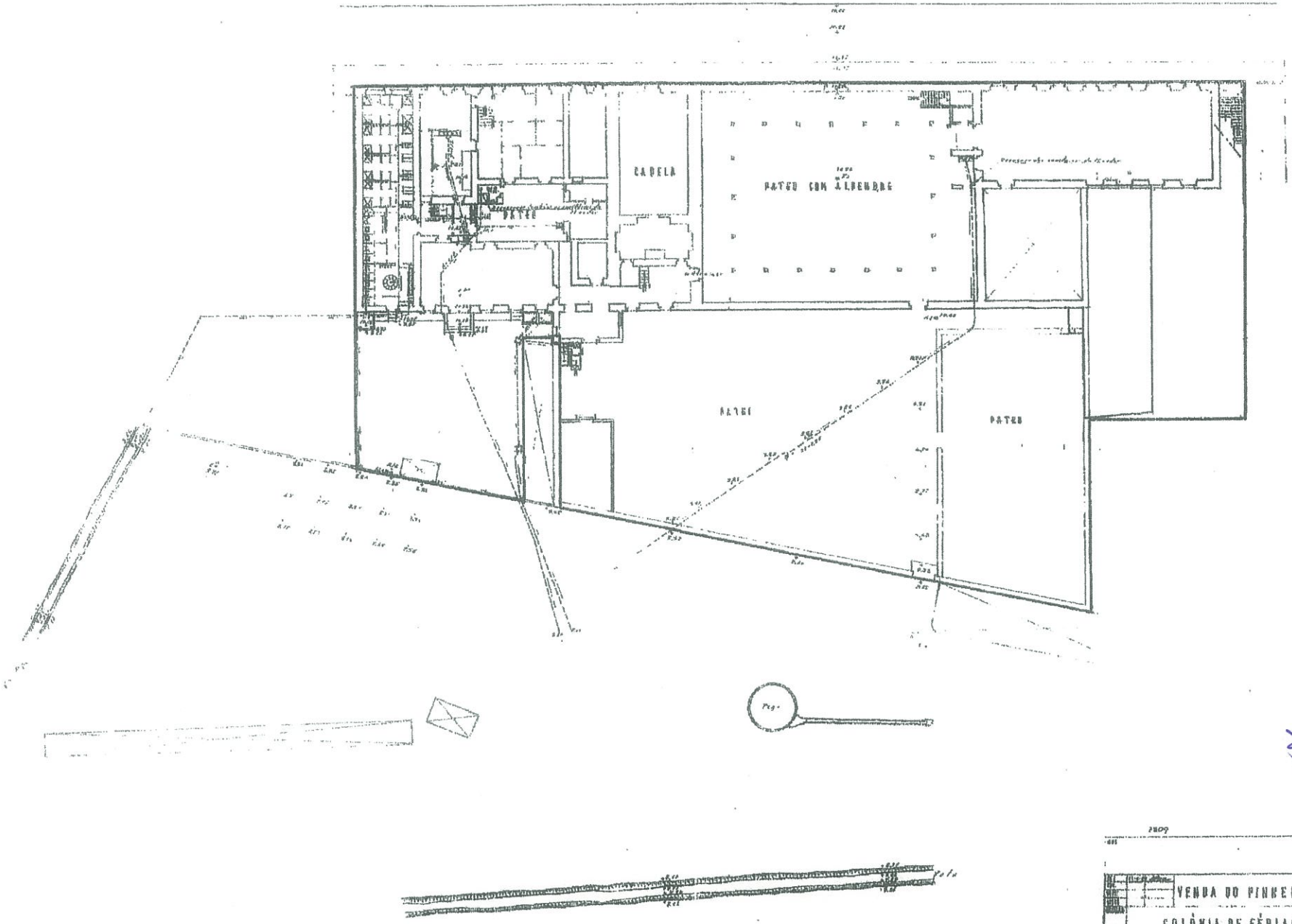



AÍDA










| | |
|---|---|
| C. R. G. E. SUBDIREÇÃO ENG.ª CIVIL | |
| VENDA DO PINHEIRO | SERVIÇOS DE ESTUDOS |
| COLÓNIA DE FÉRIAS | 170-003 |
| 1/200 PLANTA DO RÉS-DO-CHÃO | |

# CPU

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**DESPACHO N.º 56/2019-PCM**

Assunto: COMPLEXO EDIFICADO, DENOMINADO "QUINTA DE STO. ANTÓNIO", SITO NA VENDA DO PINHEIRO

**Enquadramento:**

1. No centro da localidade da Venda do Pinheiro, Concelho de Mafra, regista-se a existência de um conjunto edificado, designado "Quinta de Sto. António", que é propriedade dos herdeiros da família Cannas e que tem estado arrendado à Fundação EDP, com o fim de servir para colónia de férias dos funcionários desta empresa;
2. Não obstante o arrendamento a esta Fundação, este complexo está sem uso e abandonado há mais de 15 anos, apresentando um preocupante estado de degradação;
3. A Câmara Municipal de Mafra e a União das Freguesias de Venda do Pinheiro e Sto. Estevão das Galés têm recebido muitas queixas da população, quer pelo estado de degradação do complexo, quer pelo seu uso indevido por indigentes, que são vistos a entrar e sair dos edifícios;
4. Há cerca de cinco anos e por solicitação da Câmara Municipal, decorreu uma reunião com alguns dos herdeiros da família Cannas e com o seu advogado, Dr. Ricardo Sá Fernandes, no âmbito da qual a autarquia transmitiu a sua preocupação pelo abandono deste conjunto edificado de grande valor arquitetónico localizado no centro da Venda do Pinheiro, bem como pelo seu uso indevido;
5. Durante esta reunião, os elementos da família Cannas declararam que compreendiam a situação, mas que estava a decorrer um processo em tribunal, contra a Fundação EDP, face ao abandono e degradação do conjunto, pelo que só poderiam intervir após a conclusão do mesmo, sendo que, não obstante, seriam transmitidas tais preocupações à Fundação;
6. Ainda nesta data, foi esta Câmara Municipal informada de que, quando terminasse o referido processo, tal seria comunicado e que os herdeiros da família tencionavam vender o imóvel;

7. Nestes últimos anos, a Câmara Municipal interagiu várias vezes com a EDP, através do Diretor Regional da zona de Lisboa, Eng.º António Leal Sanches, apelando ao rápido entendimento entre as partes, pois a degradação do conjunto estava a afetar negativamente a comunidade da Venda do Pinheiro, tendo o mesmo afirmado que tudo estava a ser feito com vista à resolução da situação;
8. Nesta semana, fui contactado pelo Ilustre Mandatário, representante da família Cannas, Dr. Ricardo Sá Fernandes, informando que, tendo sido feito acordo com a Fundação EDP, a entrega formal do conjunto à família decorreria no final do mês de novembro;
9. Ainda nesta ocasião, o mesmo Advogado questionou se a Câmara Municipal estaria interessada em adquirir o complexo edificado, tendo sido transmitido que, após estudo da situação, seria dada a respetiva resposta.

**Considerando que:**

1. A Câmara Municipal de Mafra construiu, recentemente, o Parque Ecológico e Intermodal da Venda do Pinheiro, instalado em terrenos que, anteriormente, faziam parte da Quinta de Sto. António;
2. Esta zona constitui-se como uma nova centralidade na localidade da Venda do Pinheiro, registando-se a sua utilização por milhares de pessoas;
3. No âmbito dos investimentos municipais previstos para a Venda do Pinheiro, pretende esta autarquia: instalar uma pequena "Loja do Cidadão", que agregue serviços públicos que se encontram dispersos pela localidade e funcionalmente desadequados (ex: Espaço Cidadão, CTT, balcão municipal, balcão da Junta de Freguesia); dotar de novas instalações a sede da União das Freguesias, atendendo a que as atuais não dispõem de adequadas condições de acessibilidade e são exíguas para responder às necessidades da comunidade, em crescimento demográfico nas últimas duas décadas; instalar uma terceira incubadora de negócios no Concelho de Mafra, complementando os polos de Mafra e da Ericeira e contribuindo para a dinamização económica da zona sul do território concelhio; aumentar a capacidade de estacionamento na zona envolvente ao Parque Ecológico e Intermodal da Venda do Pinheiro, face ao significativo acréscimo do número de utilizadores de transportes públicos em resultado da implementação do Passe Intermodal, o que se enquadra nas atribuições do Município nos domínios dos Equipamentos Urbanos, dos

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

Transportes e Comunicações e da Promoção do Desenvolvimento, previstas nas alíneas a), c) e m) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e surge densificado nas competências da Câmara Municipal, a quem compete, designadamente, "*assegurar (...) o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património (...) urbanístico do município*", bem como "*criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal*", nos termos das alíneas t) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma, as quais me foram delegadas pelo órgão executivo por deliberação de 24 de outubro de 2017;

**Determino:**

1. Que o DUOMA, à luz do artigo 37.º e seguintes do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais Estrutura e Competências do Município de Mafra, na sua redação atual, se pronuncie sobre a viabilidade de instalação dos serviços acima descritos no conjunto designado "Quinta de Sto. António";
2. Que, se existir viabilidade, a Unidade de Gestão do Património, atento o disposto no artigo 34.º do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais Estrutura e Competências do Município de Mafra, na sua redação atual, mande avaliar o imóvel em causa, através da Comissão Municipal de Avaliação e de uma avaliação externa, realizada por peritos registados na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Paços do Município, 21 de novembro de 2019

O Presidente da Câmara Municipal,

(Hélder Sousa Silva)

# PROPOSTA

**Considerando que:**

1. A EDP Distribuição – Energia, S.A., é uma sociedade comercial dotada de grande responsabilidade social e que tem vindo a desenvolver uma forte política de investimento social, através do apoio a projetos que melhorem a qualidade de vida de pessoas socialmente desfavorecidas e a integração de comunidades em risco de exclusão social, designadamente de pessoas em situação de sem-abrigo;
2. *"Considera-se pessoa em situação de sem-abrigo aquela que, independentemente da sua nacionalidade, origem racial ou étnica, religião, idade, sexo, orientação sexual, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontre: • sem teto, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário; ou • sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito.",* conforme Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2017;
3. No âmbito da política de investimento social, a EDP Distribuição-Energia, S.A., teve conhecimento da necessidade de realojamento de pessoa em situação de sem-abrigo no Município de Mafra, a qual se encontrava nas instalações da antiga colónia de férias, sita na Quinta de Santo António;
4. Com vista a permitir o realojamento provisório daquela e a contribuir para a integração social da mesma, a EDP Distribuição-Energia, S.A., doou ao Município uma casa móvel, a instalar no local melhor identificado no auto de entrega de casa móvel, junto em anexo, e que se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais;
5. Os Municípios dispõem de atribuições, designadamente, nos domínios do equipamento urbano, da ação social e da habitação, nos termos do disposto nas alíneas a), h) e i) do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, diploma que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais;
6. Compete à Câmara Municipal de Mafra *"aceitar doações (...)"* e bem assim *"(...) gerir instalações, equipamentos, serviços, (...) e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal"*, no âmbito das competências conferidas pela Lei



anexo XI

n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, nomeadamente pelo seu artigo 33.º, n.º 1, alíneas j) e ee),

**PROPONHO**, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 2.º, do n.º 1 e das alíneas a), h) e i) do n.º 2 do artigo 23.º, das alíneas j) e ee), do n.º 1 do artigo 33.º, todos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, **que a Câmara Municipal delibere aceitar a doação de uma casa móvel, por parte da EDP Distribuição – Energia, S.A., com o objetivo de, provisoriamente, realojar uma pessoa em situação de sem-abrigo, conforme documento em anexo à presente proposta.**

Paços do Município de Mafra, 02 de dezembro de 2019

O Presidente da Câmara Municipal,

(Hélder Sousa Silva)

# AUTO DE ENTREGA DE CASA MÓVEL

**Entre**

**EDP DISTRIBUIÇÃO – ENERGIA, SA,** com sede na Rua Camilo Castelo Branco, 43, em Lisboa, com o capital social de € 200 013 000,00, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número de matrícula e de pessoa coletiva 504 394 029, neste ato representada por Senhor Engenheiro António Leal Sanches, na qualidade de Diretor da Direção de Rede e Clientes de Lisboa, adiante designada abreviadamente por **EDP Distribuição,**

**e**

**O MUNICÍPIO DE MAFRA,** titular do cartão de pessoa coletiva n.º 502 177 080, com sede em Praça do Município, em Mafra, representada neste ato pelo Senhor Engenheiro Hélder Sousa, na qualidade de Presidente da Câmara de Mafra, adiante designada abreviadamente por **Município**,

**É celebrado o presente Auto de Entrega de Casa Móvel, em conformidade com os termos seguintes.**

A **EDP Distribuição** vem, no âmbito da sua política de investimento social e de empresa socialmente responsável, doar ao **Município** de uma CASA MÓVEL, que será colocada nas seguintes coordenadas GPS: 38.925604; -9.225801 .

A CASA MÓVEL servirá provisoriamente para realojar um "Sem Abrigo" que se encontrava nas instalações da antiga colónia de férias sita na Quinta de Santo António.

O **Município** aceita receber a CASA MÓVEL nas condições *supra* referidas.

O presente auto de entrega é efetuado aos 29 de Novembro de 2019, em dois exemplares, ficando um exemplar para cada um dos subscritores.

Pela **EDP Distribuição – Energia, SA**

Pelo **Município de Mafra**

# CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

## Unidade de Auditoria Interna e Modernização Administrativa

**DESPACHO**

Concordo com a presente informação.

PROPONHO, atenta a Recomendação, de 1 de Julho de 2009, do Conselho da Prevenção da Corrupção, publicada na 2.ª Série do Diário da República, n.º 140, de 22 de Julho de 2009, que a Câmara Municipal delibere aprovar o Relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, reportado ao ano de 2018.

MAIS PROPONHO que, nos termos da mesma Recomendação, de 1 de Julho de 2009, do Conselho da Prevenção da Corrupção, o referido Relatório seja remetido ao Conselho de Prevenção da Corrupção, bem como à DGAL – Direcção-Geral das Autarquias Locais e à Inspeção Geral de Finanças

3../.12../2019

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

## INFORMAÇÃO Interno/2019/16705

***ASSUNTO***: Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas – Relatório Anual de Execução 2018

No âmbito da sua atividade, o Conselho de Prevenção da Corrupção, aprovou uma Recomendação, em 1 de Julho de 2009, publicada na 2.ª Série do *Diário da República*, n.º 140, de 22 de Julho de 2009, sobre Planos de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas, nos termos da qual os órgãos máximos das entidades gestoras de dinheiros, valores ou patrimónios públicos, seja qual for a sua natureza, devem elaborar planos de gestão de riscos e infrações conexas, contendo, nomeadamente, os seguintes elementos:

anexo XII

a) A identificação, relativamente a cada área ou departamento, dos riscos de corrupção e infrações conexas;
b) Com base na identificação dos riscos, identificação das medidas adotadas que previnam a sua ocorrência;
c) A definição e identificação dos vários responsáveis envolvidos na gestão do plano, sob a direção do órgão dirigente máximo;
d) A elaboração anual de um relatório sobre a execução do plano.

Atenta a mencionada Recomendação, foi atribuída a uma Equipa Multidisciplinar interna, desde o ano de 2010, a responsabilidade pela elaboração do relatório de avaliação anual, traduzindo a avaliação interna da execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, tendo a última Equipa sido designada, por despacho exarado em 29 de Outubro de 2015 (cfr. Despacho n.º 32/2015 – PCM).

A Equipa Multidisciplinar interna procedeu, assim, à avaliação interna da execução do referido Plano, no ano transato, plasmando-a no Relatório anexo à presente Proposta.

Salienta-se, nesta oportunidade, que a Recomendação, de 1 de Julho de 2009, do Conselho de Prevenção da Corrupção, estabelece, ainda, que os relatórios de execução "devem ser remetidos ao Conselho de Prevenção da Corrupção, bem como aos órgãos de superintendência, tutela e controlo", o que importa acautelar.

Face ao exposto, propomos, salvo melhor entendimento, atenta a Recomendação, de 1 de Julho de 2009, do Conselho da Prevenção da Corrupção, publicada na 2.ª Série do *Diário da República*, n.º 140, de 22 de Julho de 2009, que a Câmara Municipal delibere aprovar o Relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, reportado ao ano de 2018.

Mais propomos que, nos termos da mesma Recomendação, de 1 de Julho de 2009, do Conselho da Prevenção da Corrupção, o referido Relatório seja remetido ao Conselho de Prevenção da Corrupção, bem como à DGAL – Direcção-Geral das Autarquias Locais e à Inspeção Geral de Finanças.

Mafra, 15 de novembro de 2019

A Equipa Multidisciplinar,

15/11/2019

X Cláudia Cardoso

Cláudia Cardoso
Equipa Multidisciplinar
Assinado por: CLÁUDIA SOFIA FILIPE CARDOSO ROCHA

X

Diogo Casaleiro
Equipa Multidisciplinar

X

Milene Vieira
Equipa Multidisciplinar

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

# PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

## Relatório Anual de Execução

## 2018

Novembro de 2019

Elaborado por:

Cláudia Cardoso

Diogo Casaleiro

Milene Vieira

Índice

I. INTRODUÇÃO ..... 2

II. METODOLOGIA DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO ..... 3

III. VERIFICAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS PARA A MITIGAÇÃO DOS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS ..... 3

APRECIAÇÃO GERAL ..... 8

IV. PREVENÇÃO DE RISCOS NA CONTRATAÇÃO PÚBLICA ..... 8

V. GESTÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES ..... 9

VI. SIGLAS ..... 12

VII. ANEXOS ..... 13

# I. INTRODUÇÃO

No âmbito da sua atividade, o Conselho de Prevenção da Corrupção[1], doravante abreviado por CPC, aprovou uma Recomendação, em 1 de julho de 2009, publicada na 2.ª Série do *Diário da República*, n.º 140, de 22 de julho de 2009, sobre Planos de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas, nos termos da qual os órgãos máximos das entidades gestoras de dinheiros, valores ou patrimónios públicos, seja qual for a sua natureza, devem, no prazo de 90 dias, elaborar planos de gestão de riscos e infrações conexas, contendo, nomeadamente, os seguintes elementos:

- A identificação, relativamente a cada área ou departamento, dos riscos de corrupção e infrações conexas;

- Com base na identificação dos riscos, identificação das medidas adotadas que previnam a sua ocorrência;

- A definição e identificação dos vários responsáveis envolvidos na gestão do plano, sob a direção do órgão dirigente máximo;

- A elaboração anual de um relatório sobre a execução do plano.

A Câmara Municipal de Mafra apresentou, em cumprimento da *supra* referida Recomendação, o seu Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas (PPRGICIC), o qual foi novamente revisto em 2018, conforme previsto no ponto 8 do Plano, em virtude do início de um novo mandato político e de alterações na estrutura orgânica da Autarquia, plasmadas no Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, estrutura e competências – ROSMEC, publicado através do aviso n.º 400/2018, do Município de Mafra, no Diário da República, 2ª série, n.º 5, de 8 de janeiro de 2018.

Esta segunda revisão do plano foi aprovada por unanimidade na sua reunião de 16 de novembro de 2018, dele dando conhecimento à Assembleia Municipal, na sessão de 29 de novembro de 2018.

A implementação, execução e avaliação do PPRGICIC compete, em primeira linha, ao órgão executivo, com a co-responsabilização de todo o pessoal com funções dirigentes, incluindo de todos os trabalhadores e colaboradores da Câmara Municipal de Mafra.

A metodologia associada à monitorização do PPRGICIC realizou-se através da ficha de controlo da execução a preencher e validar pelo responsável de cada unidade orgânica durante o ano,

[1] Criado pela Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro, é uma entidade administrativa independente que funciona junto do Tribunal de Contas e tem por missão o desenvolvimento de uma atividade de âmbito nacional no domínio da prevenção da corrupção e infrações conexas.

submetida posteriormente a supervisão pela equipa multidisciplinar interna, nomeada para o efeito.

Atribuída à equipa multidisciplinar a responsabilidade pela elaboração do relatório de avaliação anual, traduzindo a avaliação interna da execução do Plano, a mesma se concretiza no presente documento.

## II. METODOLOGIA DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO

Para a elaboração do presente relatório anual, a equipa multidisciplinar procedeu à análise das fichas de planeamento e controlo de execução do Plano de Gestão de Riscos (Modelo G43), as quais foram elaboradas por cada unidade orgânica e que se encontram disponíveis no Sistema de Gestão documental "edoclink" - Processo 2.1.12/2018/4.

Na verificação da implementação das medidas adotadas por cada serviço, assumiu-se que as afirmações reproduzidas nas fichas (devidamente validadas pelo respetivo dirigente) correspondiam, com exatidão, à realidade procedimental do momento. Também neste sentido, e face à ausência de evidências anexas em suporte papel ou eletrónico que suportassem a adoção da medida, partiu-se do pressuposto do seu cumprimento.

Assim, as taxas de concretização que se enumeram no capítulo seguinte foram calculadas em função da comparação entre o número de medidas previstas e de realizadas no ano em causa.

## III. VERIFICAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS PARA A MITIGAÇÃO DOS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

Através do seu Plano, a CMM definiu a implementação de **222 medidas** de prevenção de riscos de gestão, no âmbito das atividades das suas unidades orgânicas (UO). Resultante da monitorização efetuada, verificou-se que foram **implementadas um total de 213** medidas, o que se traduz num **resultado de implementação igual a 96%.**

Tal significa que apenas 9 não foram concretizadas, porque não aplicáveis (ou seja, não se verificaram, no período em apreço, as circunstâncias que justificassem a sua implementação) ou não realizadas (conforme justificações apresentadas nas fichas de monitorização).

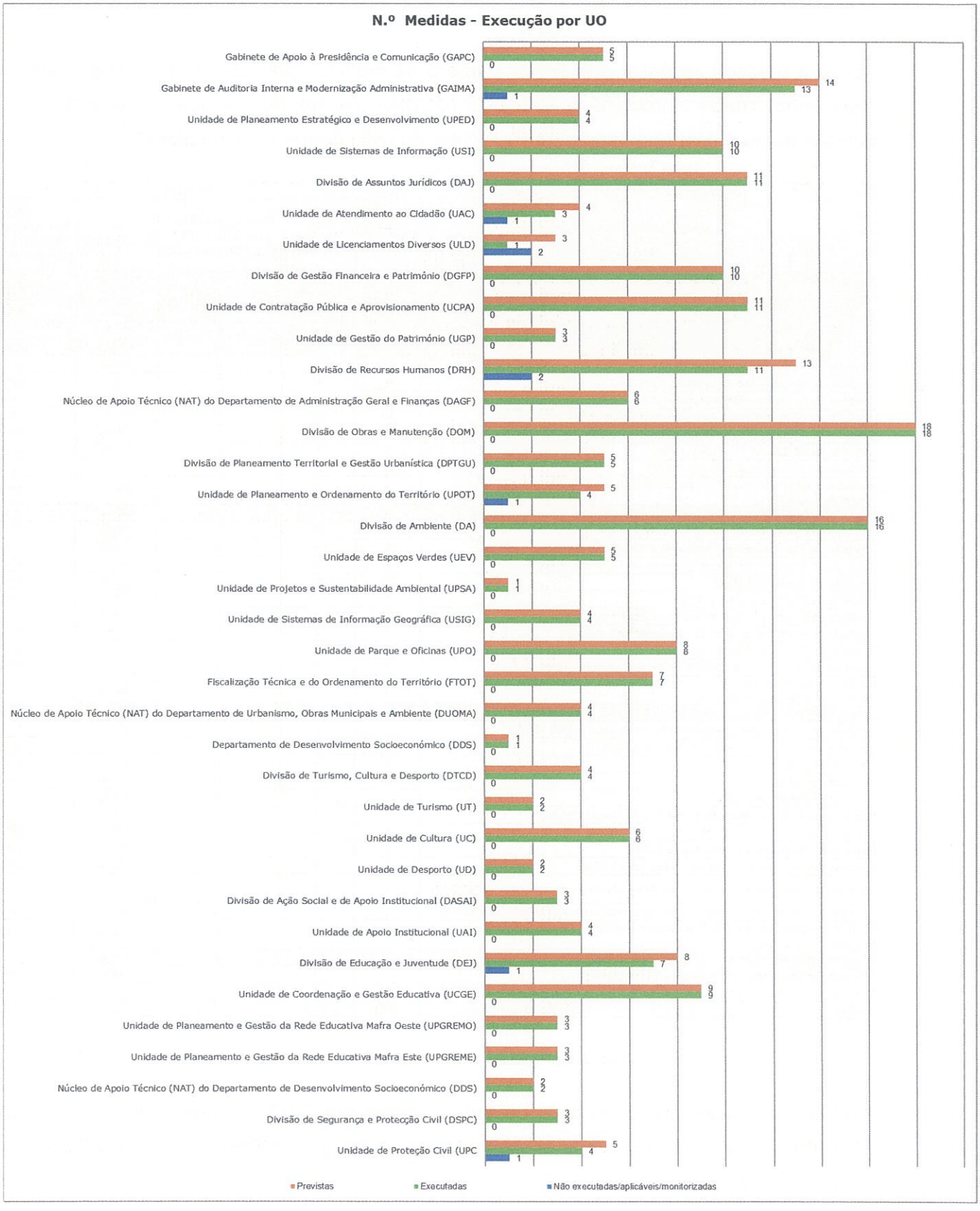



*Gráfico n.º 1 – Medidas previstas, executadas e por executar/não aplicáveis, por UO, em 2018.*

Sendo a unidade orgânica com maior número de medidas previstas (73), o Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente (DUOMA) foi também a que implementou o maior número de medidas, nomeadamente 72 (34% do total de medidas do plano).

| Unidades Orgânicas | Medidas | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Previstas | Executadas | Não executadas/ Não aplicáveis/ Não monitorizadas | % Executadas | % Não executadas/ Não aplicáveis/ Não monitorizadas |
| **Gabinete de Apoio à Presidência e Comunicação (GAPC)** | **5** | **5** | **0** | **100%** | **0%** |
| **Gabinete de Auditoria Interna e Modernização Administrativa (GAIMA)** | **14** | **13** | **1** | **93%** | **7%** |
| **Unidade de Planeamento Estratégico e Desenvolvimento (UPED)** | **4** | **4** | **0** | **100%** | **0%** |
| **Unidade de Sistemas de Informação (USI)** | **10** | **10** | **0** | **100%** | **0%** |
| **Departamento de Administração Geral e Finanças (DAGF)** | **61** | **56** | **5** | **92%** | **8%** |
| **Divisão de Assuntos Jurídicos (DAJ)** | 11 | 11 | 0 | 100% | 0% |
| Unidade de Atendimento ao Cidadão (UAC) | 4 | 3 | 1 | 75% | 25% |
| Unidade de Licenciamentos Diversos (ULD) | 3 | 1 | 2 | 33% | 67% |
| **Divisão de Gestão Financeira e Património (DGFP)** | 10 | 10 | 0 | 100% | 0% |
| Unidade de Contratação Pública e Aprovisionamento (UCPA) | 11 | 11 | 0 | 100% | 0% |
| Unidade de Gestão do Património (UGP) | 3 | 3 | 0 | 100% | 0% |
| **Divisão de Recursos Humanos (DRH)** | 13 | 11 | 2 | 85% | 15% |
| Núcleo de Apoio Técnico (NAT) do Departamento de Administração Geral e Finanças (DAGF) | 6 | 6 | 0 | 100% | 0% |
| **Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente (DUOMA)** | **73** | **72** | **1** | **99%** | **1%** |
| **Divisão de Obras e Manutenção (DOM)** | 18 | 18 | 0 | 100% | 0% |
| **Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística (DPTGU)** | 5 | 5 | 0 | 100% | 0% |
| Unidade de Planeamento e Ordenamento do Território (UPOT) | 5 | 4 | 1 | 80% | 20% |
| **Divisão de Ambiente (DA)** | 16 | 16 | 0 | 100% | 0% |
| Unidade de Espaços Verdes (UEV) | 5 | 5 | 0 | 100% | 0% |
| Unidade de Projetos e Sustentabilidade Ambiental (UPSA) | 1 | 1 | 0 | 100% | 0% |
| Unidade de Sistemas de Informação Geográfica (USIG) | 4 | 4 | 0 | 100% | 0% |
| Unidade de Parque e Oficinas (UPO) | 8 | 8 | 0 | 100% | 0% |
| Fiscalização Técnica e do Ordenamento do Território (FTOT) | 7 | 7 | 0 | 100% | 0% |
| Núcleo de Apoio Técnico (NAT) do Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente (DUOMA) | 4 | 4 | 0 | 100% | 0% |
| **Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico (DDS)** | **47** | **46** | **1** | **98%** | **2%** |
| **Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico (DDS)** | 1 | 1 | 0 | 100% | 0% |
| **Divisão de Turismo, Cultura e Desporto (DTCD)** | 4 | 4 | 0 | 100% | 0% |
| Unidade de Turismo (UT) | 2 | 2 | 0 | 100% | 0% |
| Unidade de Cultura (UC) | 6 | 6 | 0 | 100% | 0% |
| Unidade de Desporto (UD) | 2 | 2 | 0 | 100% | 0% |
| **Divisão de Ação Social e de Apoio Institucional (DASAI)** | 3 | 3 | 0 | 100% | 0% |
| Unidade de Apoio Institucional (UAI) | 4 | 4 | 0 | 100% | 0% |
| **Divisão de Educação e Juventude (DEJ)** | 8 | 7 | 1 | 88% | 13% |
| Unidade de Coordenação e Gestão Educativa (UCGE) | 9 | 9 | 0 | 100% | 0% |
| Unidade de Planeamento e Gestão da Rede Educativa Mafra Oeste (UPGREMO) | 3 | 3 | 0 | 100% | 0% |
| Unidade de Planeamento e Gestão da Rede Educativa Mafra Este (UPGREME) | 3 | 3 | 0 | 100% | 0% |
| Núcleo de Apoio Técnico (NAT) do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico (DDS) | 2 | 2 | 0 | 100% | 0% |
| **Divisão de Segurança e Protecção Civil (DSPC)** | **8** | **7** | **1** | **88%** | **13%** |
| **Divisão de Segurança e Protecção Civil (DSPC)** | 3 | 3 | 0 | 100% | 0% |
| Unidade de Proteção Civil (UPC | 5 | 4 | 1 | 80% | 20% |
| **TOTAL** | **222** | **213** | **9** | **96%** | **4%** |

*Quadro n.º 1 – Medidas previstas, executadas e por executar/não aplicáveis, em 2018.*

Analisando o desempenho de cada unidade orgânica em 2018, no que respeita à execução do PPRGICIC a maioria dos serviços implementaram na íntegra (100%) todas as medidas previstas, com exceção de:

- Gabinete de Auditoria Interna e Modernização Administrativa (GAIMA);

- Unidade de Atendimento ao Cidadão (UAC);

- Unidade de Licenciamentos Diversos (ULD);

- Divisão de Recursos Humanos (DRH);

- Unidade de Planeamento e Ordenamento do Território (UPOT);

- Divisão de Educação e Juventude (DEJ);

- e Unidade Proteção Civil (DSPC).

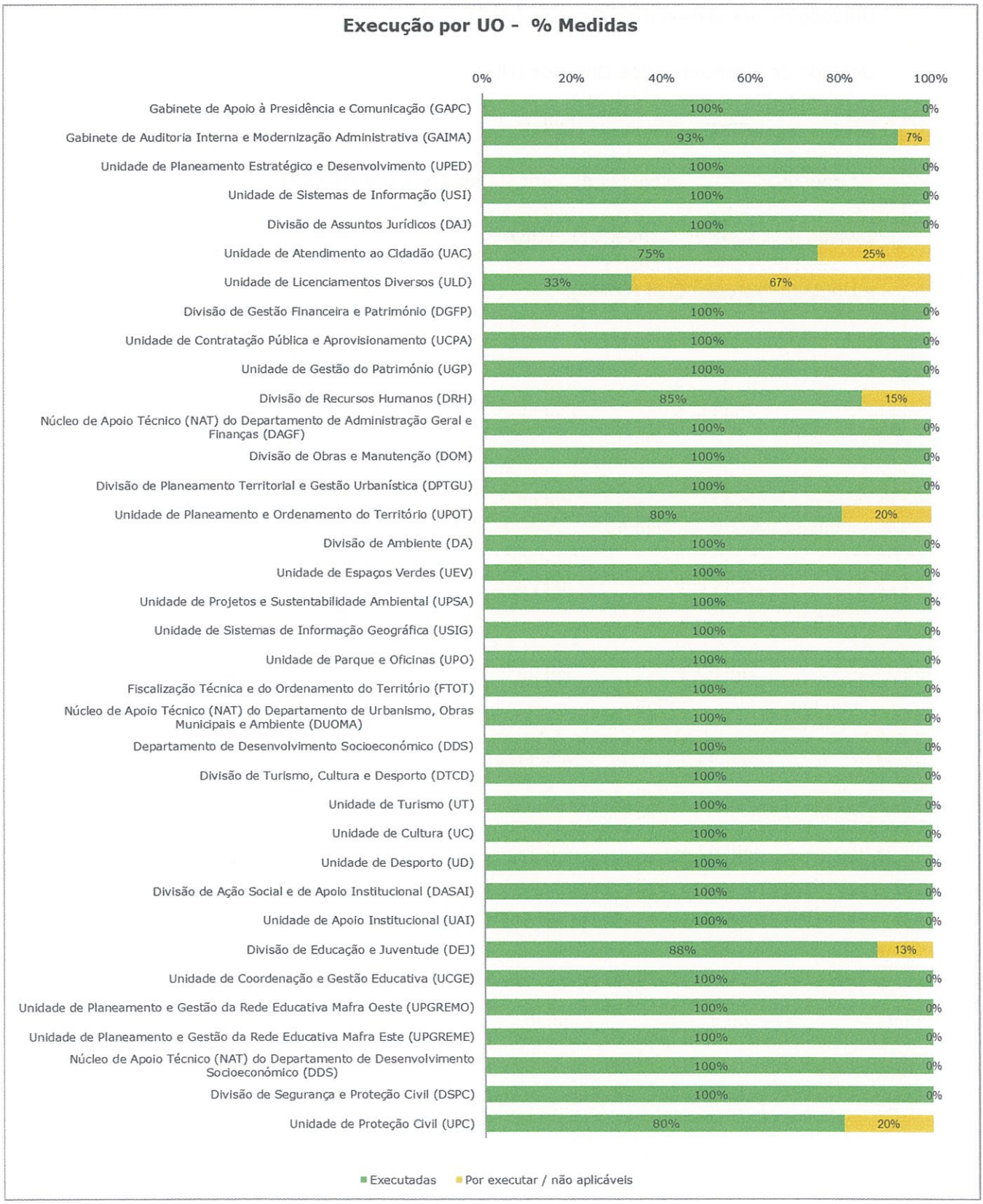



*Gráfico n.º 2 – % Medidas executadas e por executar/não aplicáveis, por UO, em 2018.*

### APRECIAÇÃO GERAL

Da verificação da implementação do Plano para mitigação de riscos de gestão, incluindo os de corrupção e infrações conexas, conclui-se que, em 2018, foram executadas **213 medidas** das 222 previstas, as quais correspondem a uma **taxa de concretização do plano de 96%**.

Como recomendação indica-se, de acordo com o previsto no ponto 8 do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão Incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, dado ter ocorrido a revisão do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, Estrutura e Competências — ROSMEC, em 21 de janeiro e 13 de agosto de 2019, e entretanto a criação da Unidade de Gestão de eventos, conforme Despacho n.º 47/2019 – PCM, de 09 de setembro de 2019, e conforme previsto na alínea h) do art.º 24º do ROSMEC, proceder à revisão do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão Incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas.

A revisão do Plano acolherá oportunamente a nova recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), de 02 de outubro de 2019, sobre prevenção de riscos na contratação pública, substituindo a sua anterior Recomendação, de 7 de janeiro de 2015, sobre esta matéria.

## IV. PREVENÇÃO DE RISCOS NA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Em 2015, o Conselho de Prevenção da Corrupção emanou a Recomendação n.º 1/2015, de 7 de janeiro de 2015, sobre prevenção de riscos de corrupção na contratação pública, dirigida a todas as entidades que celebrem contratos públicos, nos seguintes termos:

"1 — Reforçar a atuação na identificação, prevenção e gestão de riscos de corrupção e infrações conexas nos contratos públicos, quanto à sua formação e execução, devendo, em especial, fundamentar-se sempre a escolha do adjudicatário;

2 — Incentivar a existência de recursos humanos com formação adequada para a elaboração e aplicação das peças procedimentais respetivas, em especial, do convite a contratar, do programa do concurso e do caderno de encargos;

3 — Garantir a transparência nos procedimentos de contratação pública, nomeadamente através da publicidade em plataformas eletrónicas, nos termos legais;

4 — Assegurar o funcionamento dos mecanismos de controlo de eventuais conflitos de interesses na contratação pública;

5 — Reduzir o recurso ao ajuste direto, devendo quando observado, ser objeto de especial fundamentação e ser fomentada a concorrência através da consulta a mais de um concorrente;

6 — Solicitar aos órgãos de fiscalização, controlo e inspeção do Setor Público nas suas ações, especial atenção à matéria objeto desta Recomendação."

Pela observação das medidas preventivas definidas no PPRGICIC, pode verificar-se que os serviços da Autarquia, em especial a Área da Contratação Pública e Aprovisionamento, integram na sua gestão práticas que vão ao encontro da referida Recomendação, decorrentes também da implementação da Norma de Controlo Interno.

## V. GESTÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES

Em 13 de novembro de 2012, foi publicada, na 2.ª série do *Diário da República*, a Recomendação n.º 5/2012, do Conselho de Prevenção da Corrupção, que preconiza a inclusão, nos relatórios sobre a execução dos planos de prevenção de riscos, de *uma referência sobre a gestão de conflitos de interesses*.

Nos termos desta Recomendação, *as entidades de natureza pública, ainda que constituídas ou regidas pelo direito privado, devem dispor de mecanismos de acompanhamento e de gestão de conflitos de interesses, devidamente publicitados, que incluam também o período que sucede ao exercício de funções públicas, com indicação das consequências legais*.

Para facilitar o cumprimento da Recomendação, o Conselho de Prevenção da Corrupção aprovou, ainda, em anexo, o texto de referência intitulado *Conflitos de Interesses no Sector Público*, cujo conteúdo se dá por integralmente reproduzido para o presente Relatório, para todos os efeitos legais, sem prejuízo de se realçarem, nesta oportunidade e atenta a relevância da questão dos conflitos de interesses no sector público, a par da problemática da corrupção, as seguintes notas:

### a) Conceito de conflitos de interesses:

O conflito de interesses no sector público pode ser definido como qualquer situação em que um agente público, por força do exercício das suas funções, ou por causa delas, tenha de tomar decisões ou tenha contacto com procedimentos administrativos de qualquer natureza, que possam afetar, ou em que possam estar em causa, interesses particulares seus ou de terceiros e que, por essa via, prejudiquem ou possam prejudicar a isenção e o rigor das decisões administrativas que tenham de ser tomadas, ou que possam suscitar a mera dúvida sobre a isenção e o rigor que são devidos ao exercício de funções públicas.

Podem igualmente ser geradoras de conflito de interesses situações que envolvam trabalhadores que deixaram o cargo público para assumirem funções privadas, como trabalhadores, consultores ou outras, porque participaram, direta ou indiretamente, em decisões que envolveram a entidade privada na qual ingressaram, ou tiveram acesso a informação privilegiada

com interesse para essa entidade privada ou, também, porque podem ainda ter influência na entidade pública onde exerceram funções, através de ex-colaboradores.

**b) Quadro legal:**

Constituição da República Portuguesa, relativamente à responsabilidade, aos estatutos e ao regime dos funcionários da Administração Pública;

Código do Procedimento Administrativo, aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro;

Regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos (Lei n.º 64/93, de 26 de agosto, na redação vigente, dada pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro);

Estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da Administração central, regional e local do Estado (Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação vigente, dada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto);

Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na redação vigente, dada pela Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto;

Carta Ética da Administração Pública — Dez princípios éticos da Administração Pública, assumindo aqui particular relevância os princípios do serviço público, da legalidade, da justiça, da imparcialidade, da lealdade e da integridade, e demais legislação aplicável.

**c) A prevenção de conflitos de interesses — Linhas orientadoras de gestão:**

Tendo em conta a importância e atualidade da matéria dos conflitos de interesses no Sector Público, incluindo o período que sucede ao exercício de funções públicas, o Conselho de Prevenção da Corrupção considera fundamental reforçar o sentido e o alcance de medidas tendentes a uma cultura administrativa de rigor e transparência neste domínio.

Neste sentido, o Conselho de Prevenção da Corrupção recomenda que os gestores e órgãos de direção de todas as entidades do Sector Público, incluindo os que a qualquer título ou sob qualquer forma tenham de gerir dinheiros, valores ou património públicos, criem e apliquem nas suas organizações medidas que previnam a ocorrência de conflitos de interesses.

Atentas as medidas elencadas a título exemplificativo, salienta-se, em especial, atenta a realidade do Município de Mafra, as potenciais situações de conflitos de interesses subjacentes às áreas de intervenção com riscos de corrupção já identificadas no Plano e consideradas na

elaboração do presente Relatório e, ainda, a adoção e subscrição, por trabalhadores deste Município, da declaração de compromisso relativa a incompatibilidades, impedimentos e escusa (Modelo G 57).

Deste modo, acautela-se preventivamente a existência de conflitos de interesse relativamente a cada procedimento que seja confiado ao trabalhador no âmbito das suas funções e no qual, de algum modo, tenha influência.

# VI. SIGLAS

**CMM** – Câmara Municipal de Mafra
**CPC** - Conselho de Prevenção da Corrupção
**DA** - Divisão do Ambiente
**DAGF** - Departamento de Administração Geral e Finanças
**DAJ** - Divisão de Assuntos Jurídicos
**DASAI** - Divisão de Ação Social e de Apoio Institucional
**DDS** - Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico
**DEJ** - Divisão de Educação e Juventude
**DGFP** - Divisão de Gestão Financeira e Património
**DOM** - Divisão de Obras e Manutenção
**DPTGU** - Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística
**DRH** - Divisão de Recursos Humanos
**DSPC** - Divisão de Segurança e Proteção Civil
**DTCD** - Divisão de Turismo, Cultura e Desporto
**DUOMA** - Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente
**EM** – Equipa multidisciplinar
**FTOT** - Fiscalização Técnica e do Ordenamento do Território
**GAIMA** - Gabinete de Auditoria Interna e Modernização Administrativa
**GAPC** - Gabinete de Apoio à Presidência e Comunicação
**NAT** - Núcleo de Apoio Técnico
**PPRGICIC** - Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas
**ROSMEC** - Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, sua Estrutura e Competências
**UAC** - Unidade de Atendimento ao Cidadão
**UAI** - Unidade de Apoio Institucional
**UC** - Unidade de Cultura
**UCGE** - Unidade de coordenação e gestão Educativa
**UCPA** - Unidade de Contratação Pública e Aprovisionamento
**UD** - Unidade de Desporto
**UEV** - Unidade de Espaços Verdes
**UGP** - Unidade de Gestão do Património
**ULD** - Unidade de Licenciamentos Diversos
**UO** – Unidade Orgânica
**UPC** – Unidade de Proteção Civil
**UPED** - Unidade de Planeamento Estratégico e Desenvolvimento
**UPGREME** - Unidade de Planeamento e Gestão da Rede Educativa Mafra Este
**UPGREMO** - Unidade de Planeamento e Gestão da Rede Educativa Mafra Oeste
**UPO** - Unidade de Parque e Oficinas
**UPOT** - Unidade de Planeamento e Ordenamento do Território
**UPSA** - Unidade de Projetos e Sustentabilidade Ambiental
**USI** - Unidade de Sistemas de Informação
**USIG** - Unidade de Sistemas de Informação Geográfica
**UT** - Unidade de Turismo

## VII. ANEXOS

**Anexo I:** Despacho n.º 32/2015 - PCM, de 29 de outubro de 2015;

**Anexo II:** Mapa de Monitorização 2018 - Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas.

| | | |
|---|---|---|
| X | X | X |
| Cláudia Cardoso<br>Equipa Multidisciplinar | Diogo Casaleiro<br>Equipa Multidisciplinar | Milene Vieira<br>Equipa Multidisciplinar |

## ANEXO I:

**DESPACHO N.º 32/2015-PCM**

**Considerando que:**

1. No âmbito da sua actividade, o Conselho de Prevenção da Corrupção, aprovou uma Recomendação, em 1 de Julho de 2009, publicada na *2.ª Série* do *Diário da República*, n.º 140, de 22 de Julho de 2009, sobre Planos de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas, nos termos da qual os planos de gestão de riscos e infracções conexas devem prever alguns elementos, nomeadamente, a elaboração anual de um relatório sobre a execução do plano;
2. A Recomendação n.º 3/2015, de 1 de Julho de 2015, do Conselho de Prevenção da Corrupção, publicada na *2.ª Série* do *Diário da República*, n.º 132, de 9 de Julho de 2015, preconiza, por sua vez, a designação, no plano, de *responsáveis*, designadamente pela elaboração dos correspondentes relatórios anuais;
3. Atenta aquela Recomendação, de 1 de Julho de 2009, foi atribuída a uma Equipa Multidisciplinar interna, desde o ano de 2010, a responsabilidade pela elaboração dos relatórios de avaliação anual, traduzindo a avaliação interna da execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infracções Conexas do Município de Mafra;
4. Importa desenvolver a rotatividade periódica da composição da referida Equipa, substituindo o elemento com formação jurídica integrado na mesma Equipa desde o ano de 2011 (cfr. Despacho n.º 15/2011 – PCM, de 28 de Fevereiro de 2011), por outro elemento com a mesma formação,

Atentos os fundamentos *supra* expendidos, **DESIGNO**, para constituir a **Equipa Multidisciplinar interna**, responsável pela elaboração do relatório anual de execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infracções Conexas, do Município de Mafra, pelo acompanhamento da execução das medidas previstas no mencionado Plano e pela realização de acções passíveis de contribuir para o envolvimento dos

trabalhadores numa cultura de prevenção de riscos, **os seguintes elementos:**

- **Milene Alexandra Mourato Leitão Vieira**, Licenciada em Direito e Chefe da Divisão de Recursos Humanos;

- **Cláudia Sofia Filipe Cardoso**, Licenciada em Gestão de Empresas e Técnica Superior com funções de coordenação no Gabinete de Auditoria Interna;

- **Rui Diogo Pacheco Casaleiro**, Licenciado em Engenharia do Território e Técnico Superior com funções de coordenação no Gabinete de Planeamento Estratégico e Desenvolvimento.

Paços do Município de Mafra, em 29 de Outubro de 2015

**O Presidente da Câmara Municipal,**

**(Hélder Sousa Silva)**

## ANEXO II:

| Unidade Orgânica: | Gabinete de Apoio à Presidência e Comunicação (GAPC) | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Atribuições:** | ROSMEC - art.º 25.º | | | | | | | | |
| **Responsável:** | Judite Duarte | | | | | | | | |
| **Atividade de potencial risco** | **Descrição do risco** | **Tipologia *** | **Probabilidade de ocorrência** | **Gravidade da consequência** | **Grau de risco** | **N.º** | **Medidas de prevenção/ mitigação** | **Estado de realização** | **Observações** |
| Promover a imagem pública dos serviços municipais e do concelho de Mafra. | Falta de planeamento da atividade, que conduza a uma deficiente avaliação das necessidades de aquisição de serviços. | Gestão | Média | Média | Moderado | 1 | Elaborar anualmente ficha de planeamento e controlo de execução da atividade da área da Comunicação. | R | ---------- |
| Assegurar a atualização permanente da página eletrónica da Câmara Municipal, introduzindo ainda novas funcionalidades que beneficiem a acessibilidade dos utilizadores aos serviços prestados pelo município. | Desatualização de conteúdos disponíveis na página eletrónica da Câmara Municipal. | Gestão | Alta | Média | Moderado | 2 | Assegurar o cumprimento dos procedimentos de controlo definidos na respetiva Instrução de Trabalho. | R | ---------- |
| Coordenar a elaboração, publicação e distribuição de suportes de comunicação de variada tipologia sobre as atividades periódicas do município, em cooperação com os restantes serviços municipais, de modo a motivar a participação dos cidadãos. | Colocação de exigências inusuais e/ ou demasiado específicas que conduzam para determinado prestador de serviço. | Gestão | Alta | Média | Moderado | 3 | Garantir a identificação clara, completa e não discriminatória das características técnicas dos suportes de comunicação a produzir. | R | ---------- |

| Atividade de potencial risco | Descrição do risco | Tipologia * | Probabilidade de ocorrência | Gravidade da consequência | Grau de risco | N.º | Medidas de prevenção/ mitigação | Estado de realização | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Promover a publicação, nos órgãos de comunicação social de âmbito local e regional, de todos os atos municipais dotados de eficácia externa. | Discricionariedade na seleção dos órgãos de comunicação social. | Corrupção | Baixa | Média | Moderado | 4 | Promover mais do que uma consulta e elaborar informação, fundamentada com critérios de seleção, para submissão à aprovação superior. | R | ---------- |
| Gerir a rede de estruturas publicitárias de grandes dimensões colocadas em vários locais de visibilidade do concelho de Mafra. | Falta de planeamento da atividade, que conduza a uma deficiente avaliação das necessidades de aquisição de serviços. | Gestão | Média | Média | Moderado | 5 | Efetuar o planeamento e controlo de execução da atividade de gestão da rede de *outdoors* e *mupis,* através de ficheiro em Excel, disponibilizado na pasta P:\ | R | ---------- |
| **Unidade Orgânica:** | **Gabinete de Auditoria Interna e Modernização Administrativa (GAIMA)** | | | | | | | | |
| **Atribuições:** | ROSMEC – art.º 26.º | | | | | | | | |
| **Responsável:** | Cláudia Cardoso | | | | | | | | |
| Auditorias ao Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ). | Inexistência, ou pouca abrangência, do Programa Anual de Auditorias ao SGQ. | Gestão | Baixa | Baixa | Fraco | 1 | Realizar auditorias totais aos processos do SGQ (de negócio, de gestão e de suporte); | R | ---------- |
| | | | | | | 2 | Submeter a aprovação o Programa Anual ao Representante da Gestão. | R | ---------- |
| | Ausência de reporte, ou reporte deficiente, de Não Conformidades e Oportunidades de Melhoria. | Gestão | Baixa | Baixa | Fraco | 3 | Selecionar equipas auditoras compostas, no mínimo, por dois elementos, pertencentes à bolsa de auditores internos do SGQ. | R | ---------- |

| Atividade de potencial risco | Descrição do risco | Tipologia * | Probabilidade de ocorrência | Gravidade da consequência | Grau de risco | N.º | Medidas de prevenção/ mitigação | Estado de realização | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Auditorias ao Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ). | Indisponibilidade dos gestores dos processos auditados. | Gestão | Baixa | Baixa | Fraco | 4 | Enviar informação atempadamente aos serviços e gestores de processo sobre o dia, hora e equipa nomeada para auditoria; | R | ---------- |
| | | | | | | 5 | Divulgar previamente o Plano de Auditoria para avaliação e análise. | R | ---------- |
| | Tratamento diferenciado de situações idênticas. | Conflito de interesses | Média | Média | Moderado | 6 | Verificar a existência de formação específica dos elementos pertencentes à bolsa de auditores internos; | R | ---------- |
| | | | | | | 7 | Promover o acompanhamento de todos os trabalhos pelo auditor coordenador; | R | ---------- |
| | | | | | | 8 | Realizar reunião de preparação da auditoria. | R | ---------- |
| | Falta de conhecimento da real situação a auditar, por parte dos elementos da bolsa de auditores internos. | Gestão | Baixa | Baixa | Fraco | 6 | Verificar a existência de formação específica dos elementos pertencentes à bolsa de auditores internos; | R | ---------- |
| | | | | | | 9 | Convocar atempadamente os auditores internos, informando os dias de auditoria; | R | ---------- |
| | | | | | | 8 | Realizar reunião de preparação da auditoria. | R | ---------- |

| Atividade de potencial risco | Descrição do risco | Tipologia * | Probabilidade de ocorrência | Gravidade da consequência | Grau de risco | N.º | Medidas de prevenção/ mitigação | Estado de realização | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Auditorias ao Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ). | Imparcialidade e incompatibilidade dos auditores da Bolsa interna relativamente aos processos auditados. | Conflito de interesses | Baixa | Alta | Moderado | 10 | Promover a rotatividade dos auditores e verificar a existência de incompatibilidades decorrentes das funções desempenhadas. | R | ---------- |
| Gestão do sistema. | Não cumprimento de algum requisito da Norma 9001/ perda da certificação do sistema de gestão. | Gestão | Média | Média | Moderado | 11 | Divulgar a documentação/ informação do SGQ; | R | ---------- |
| | | | | | | 1 | Realizar auditorias totais aos processos do SGQ (de negócio, de gestão e de suporte); | R | ---------- |
| | | | | | | 12 | Elaborar plano anual de acompanhamento das atividades dos processos. | R | ---------- |
| | Desconhecimento dos requisitos do Sistema de Gestão implementado pelos intervenientes. | Gestão | Baixa | Média | Fraco | 13 | Disponibilizar toda a informação/ documentação de suporte e monitorização do sistema na partilha informática da Qualidade; | R | ---------- |
| | | | | | | 14 | Afixar em todos os edifícios a "Política da Qualidade, Missão, Visão, Valores". | N/A | Política da qualidade inalterada desde Abril/2014 |
| **Unidade Orgânica:** | **Unidade de Planeamento Estratégico e Desenvolvimento (UPED)** | | | | | | | | |
| **Atribuições:** | ROSMEC - art.º 27.º | | | | | | | | |
| **Responsável:** | Diogo Casaleiro | | | | | | | | |
| Candidaturas a fontes de financiamento externo. | Omissão de oportunidades de financiamento. | Gestão | Alta | Média | Elevado | 1 | Registo dos avisos de candidatura e calendários no sistema de gestão documental. | R | ---------- |

| Atividade de potencial risco | Descrição do risco | Tipologia * | Probabilidade de ocorrência | Gravidade da consequência | Grau de risco | N.º | Medidas de prevenção/ mitigação | Estado de realização | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Candidaturas a fontes de financiamento externo. | Controlo deficiente das operações de financiamento. | Gestão | Alta | Média | Elevado | 2 | Elaboração de mapas regulares do ponto de situação de candidaturas a financiamentos. | R | ---------- |
| | Alteração dos pressupostos da candidatura. | Gestão | Alta | Alta | Elevado | 3 | Registo do processo de candidatura a financiamentos no sistema de gestão documental. | R | ---------- |
| Candidaturas à Incubadora de Negócios. | Controlo deficiente das candidaturas à Incubadora de Negócios. | Gestão | Alta | Baixa | Moderado | 4 | Registo do processo de candidatura no sistema de gestão documental. | R | ---------- |
| **Unidade Orgânica:** | **Unidade de Sistemas de Informação (USI)** | | | | | | | | |
| **Atribuições:** | ROSMEC – art.º 28.º | | | | | | | | |
| **Responsável:** | Fernanda Leitão | | | | | | | | |
| Infraestrutura Técnica e de Sistemas. | Acesso indevidos aos sistemas de informação. | Gestão | Média | Alta | Fraco | 1 | Rever regras de salvaguarda dos acessos aos sistemas. | R | ---------- |
| | Quebras do *Data Center*. | Gestão | Baixa | Alta | Moderada | 2 | Salvaguardar a manutenção preventiva periódica no contrato de fornecimento. | R | ---------- |
| | Alteração nas condições ambientais da sala do *Data Center*. | Gestão | Baixa | Alta | Moderada | 3 | Elaborar plano anual e registo diário de verificação das condições existentes. | R | ---------- |
| | Ausência de resposta às necessidades dos utilizadores. | Gestão | Baixa | Média | Fraco | 4 | Disponibilizar um suporte dedicado ao registo dos pedidos - *Helpdesk*. | R | ---------- |
| | Sistemas de Informação obsoletos. | Gestão | Baixa | Baixa | Fraco | 5 | Apresentar propostas para novas soluções para Sistema(s) de Informação. | R | ---------- |

| Atividade de potencial risco | Descrição do risco | Tipologia * | Probabilidade de ocorrência | Gravidade da consequência | Grau de risco | N.º | Medidas de prevenção/ mitigação | Estado de realização | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Parque Informático e Equipamentos. | Apropriação indevida de equipamentos. | Crime conexo | Baixa | Alta | Moderada | 6 | Controlar, de forma evolutiva, a mobilidade de equipamentos. | R | ---------- |
| | Abate indevido de bens. | Crime conexo | Baixa | Alta | Moderada | 7 | Fundamentar a proposta de abate de bens através da emissão de parecer técnico. | R | ---------- |
| | Ausência de rastreabilidade do património. | Gestão | Média | Alta | Elevado | 8 | Solicitar a identificação do equipamento à área de Património. | R | ---------- |
| | Comunicação atempada das necessidades em matéria de tecnologia de informação (TIC). | Gestão | Média | Média | Moderada | 9 | Solicitar anualmente aos serviços a identificação das suas necessidades de TIC. | R | ---------- |
| Projetos de Desenvolvimentos, Inovação e Sistemas Informáticos. | Dificuldade de compreensão dos requisitos identificados pelo cliente no âmbito dos projetos. | Gestão | Média | Alta | Elevado | 10 | Salvaguardar em SGD a informação fornecida pelas partes envolvidas de suporte à mitigação dos âmbitos técnico/ funcional. | R | ---------- |
| **Unidade Orgânica:** | **Departamento de Administração Geral e Finanças (DAGF)** | | | | | | | | |
| **Atribuições:** | ROSMEC – art.º 15.º | | | | | | | | |
| **Responsável:** | Ana Viana | | | | | | | | |
| Elaborar as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Municipal, bem como acompanhar e controlar a sua execução. | Incumprimento de prazos da elaboração das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Municipal. | Gestão | Alta | Alta | Elevado | 1 | Elaborar e controlar prazos através de ficha de planeamento. | R | ---------- |

| Atividade de potencial risco | Descrição do risco | Tipologia * | Probabilidade de ocorrência | Gravidade da consequência | Grau de risco | N.º | Medidas de prevenção/ mitigação | Estado de realização | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Elaborar os documentos de prestação de contas e das contas consolidadas. | Inexatidão da informação financeira. | Gestão | Alta | Alta | Elevado | 2 | Conferir a informação financeira. | R | ---------- |
| | Incumprimento de prazos. | Gestão | Alta | Alta | Elevado | 3 | Proceder à conferência, nomeadamente através de *checklist* e de ficha de planeamento. | R | ---------- |
| Proceder ao envio de informação financeira e orçamental às entidades da Administração Pública Central. | Inexatidão das informações enviadas através do Sistema Integrado de Informação da Administração Local (SIIAL). | Gestão | Alta | Alta | Elevado | 4 | Proceder à conferência prévia da informação financeira e orçamental. | R | ---------- |
| | Incumprimento de prazos. | Gestão | Alta | Alta | Elevado | 5 | Efetuar o controlo de prazos através da conferência do calendário da Direcção-Geral das Autarquias Locais. | R | ---------- |
| Acompanhar a informação económico-financeira do município, promovendo a elaboração de mapas de gestão. | Desconhecimento da situação económico-financeira atualizada do Município. | Gestão | Alta | Alta | Elevado | 6 | Elaborar mapas de gestão periódicos. | R | ---------- |

| **Unidade Orgânica:** | **Divisão de Assuntos Jurídicos (DAJ)** | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Atribuições:** | ROSMEC – art.º 29.º | | | | | | | | |
| **Responsável:** | Bernardete Calhaço | | | | | | | | |
| **Atividade de potencial risco** | **Descrição do risco** | **Tipologia *** | **Probabilidade de ocorrência** | **Gravidade da consequência** | **Grau de risco** | **N.º** | **Medidas de prevenção/ mitigação** | **Estado de realização** | **Observações** |
| Prestar assessoria e consultadoria jurídica aos órgãos autárquicos e serviços municipais, nomeadamente através da elaboração de informações, pareceres técnico-jurídicos e estudos jurídicos, bem como acompanhar processos graciosos e contenciosos, nomeadamente os que incidam sobre petições diversas, reclamações, recursos, sindicâncias, inquéritos e estatuto disciplinar. | Análise, informação e propostas de decisão diferentes em processos da mesma natureza. | Corrupção | Média | Alta | Elevado | 1 | Prestação de pareceres e informações com responsabilidade, autonomia técnica e enquadramento superior qualificado, validadas pelos superiores hierárquicos; | R | ---------- |
| | | | | | | 2 | Acompanhar ou instruir os procedimentos, preferencialmente por trabalhadores com formação na área jurídica, nomeadamente nos processos de inquérito e disciplinares. | R | ---------- |
| Assegurar e concorrer para o aperfeiçoamento técnico-jurídico dos atos administrativos municipais. | Deficiências em procedimentos administrativos prévios à decisão administrativa | Corrupção | Média | Média | Moderado | 3 | Elaborar propostas de orientação jurídica com critérios de análise uniformes e fundamentados, para o desempenho regular e adequado dos serviços. | R | ---------- |

| Atividade de potencial risco | Descrição do risco | Tipologia * | Probabilidade de ocorrência | Gravidade da consequência | Grau de risco | N.º | Medidas de prevenção/ mitigação | Estado de realização | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Dinamizar o conhecimento oportuno, pelos membros do executivo municipal e dirigentes municipais, de legislação essencial à gestão municipal ou com impacto relevante nos procedimentos internos instituídos pelos serviços, bem como divulgar jurisprudência de interesse para o Município. | Desconhecimento da publicação de diplomas legais e jurisprudência de interesse para as autarquias, com especial realce para as alterações e revogações de diplomas legais essenciais à gestão municipal ou com impacto relevante nos procedimentos internos instituídos pelos serviços. | Gestão | Média | Média | Moderado | 4 | Divulgar os diplomas legais, por correio eletrónico, ao executivo municipal, aos dirigentes e aos coordenadores, bem como através do SGD, aos dirigentes e coordenadores; | R | ---------- |
| | | | | | | 5 | Divulgar, por correio eletrónico, a jurisprudência; | R | ---------- |
| | | | | | | 6 | Atualizar as pastas partilhadas com os diplomas legais e jurisprudência; | R | ---------- |
| | | | | | | 7 | Realizar sessões de esclarecimento sobre normas legais e regulamentares essenciais à gestão municipal. | R | ---------- |
| **Área de Apoio aos Órgãos Autárquicos** | | | | | | | | | |
| Proceder ao registo de cidadãos comunitários, de acordo com a lei. | Deficiências em procedimentos administrativos prévios ou concomitantes de registo de cidadãos comunitários. | Corrupção | Média | Alta | Elevado | 8 | Solicitar apoio ao SEF (Serviços de Estrangeiros e Fronteiras) e cumprir os procedimentos indicados. | R | ---------- |

| Atividade de potencial risco | Descrição do risco | Tipologia * | Probabilidade de ocorrência | Gravidade da consequência | Grau de risco | N.º | Medidas de prevenção/ mitigação | Estado de realização | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Superintender e assegurar o serviço de reprografia, nomeadamente, na execução, reprodução e encadernação de documentos e outras tarefas relacionadas, conforme determinações superiores, bem como zelar pela boa manutenção de todo o seu equipamento. | Fornecimento de elementos documentais sem controlo, nem registo. | Gestão | Média | Média | Moderado | 9 | Registar todos os pedidos formulados e conferir os serviços prestados. | R | ---------- |
| Assegurar a elaboração, organização e atualização dos dossiers administrativos de todas as empresas municipais, participadas e outras. | Ausência de documentação. | Gestão | Baixa | Baixa | Fraco | 10 | Numerar e rubricar todas as folhas insertas em todos os dossiers administrativos. | R | ---------- |
| **Área de Contencioso e Contraordenações** | | | | | | | | | |
| Organizar, instruir e tramitar os processos de contraordenação e assegurar os atos processuais correspondentes, bem como assegurar o apoio ao Ministério Público. | Falta de controlo dos prazos de instrução de processos de contraordenação | Corrupção | Média | Média | Moderado | 11 | Controlo trimestral da instrução dos processos de contraordenação, de acordo com os prazos internos estabelecidos para cada fase processual, em função dos prazos de prescrição aplicáveis. | R | ---------- |

| **Unidade Orgânica:** | **Unidade de Atendimento ao Cidadão (UAC)** | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Atribuições:** | ROSMEC – art.º 30.º | | | | | | | | |
| **Responsável:** | Patrícia Martins | | | | | | | | |
| **Atividade de potencial risco** | **Descrição do risco** | **Tipologia *** | **Probabilidade de ocorrência** | **Gravidade da consequência** | **Grau de risco** | **N.º** | **Medidas de prevenção/ mitigação** | **Estado de realização** | **Observações** |
| Receção dos munícipes, requerimentos e respetivos documentos instrutórios atinentes a todos os serviços municipais. | Favorecimento ou discriminação no atendimento presencial. | Corrupção | Médio | Alta | Elevado | 1 | Cumprimento pelos trabalhadores do atendimento das normas e regras do atendimento sequencial e, quando aplicável, do atendimento prioritário. | R | ---------- |
| Cumprimento dos prazos de resposta aos munícipes aos processos de reclamações e sugestões do atendimento. | Desvio ao cumprimento dos prazos legais. | Gestão | Média | Alta | Média | 2 | Análise, avaliação das reclamações e preparação de resposta dentro dos prazos legais. | NA | Até à data não foi apresentada qualquer reclamação, dirigida ao Atendimento |
| Execução das tarefas inerentes à distribuição, digitalização e expedição de correspondência e outros documentos, dentro dos prazos fixados. | Desvio ao cumprimento dos prazos fixados. | Gestão | Média | Alta | Elevado | 3 | Sensibilização dos trabalhadores para o cumprimento dos deveres profissionais, quer ao nível dos prazos, quer do cumprimento dos procedimentos e para as consequências da violação do segredo profissional. | R | ---------- |
| Proceder à cobrança de receitas e sua conferência, bem como a entrega dos valores resultantes dos serviços prestados no Espaço Cidadão. | Falta de entrega das receitas arrecadadas na Tesouraria. | Corrupção | Média | Alta | Elevado | 4 | Conferir os valores (numerário e TPA) através da análise dos recibos emitidos aos munícipes e dos dados inseridos em mapa, bem como na aplicação informática de Contabilidade. | R | ---------- |

| Unidade Orgânica: | Unidade de Licenciamentos Diversos (ULD) | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Atribuições:** | ROSMEC – art.º 31.º | | | | | | | | |
| **Responsável:** | Rita Cosme | | | | | | | | |
| **Atividade de potencial risco** | **Descrição do risco** | **Tipologia *** | **Probabilidade de ocorrência** | **Gravidade da consequência** | **Grau de risco** | **N.º** | **Medidas de prevenção/ mitigação** | **Estado de realização** | **Observações** |
| Cumprimento dos prazos de resposta aos munícipes relativamente a todos os pedidos de licenciamentos/ autorizações. | Desvio ao cumprimento dos prazos legais. | Gestão/ Corrupção | Alta | Média | Elevado | 1 | Proposta de criação do responsável pela direção do procedimento. | R | Elaborada informação que aguarda decisão superior |
| Instrução deficiente dos requerimentos. | Falta de conhecimento dos requisitos e prazos legalmente estabelecidos para pedidos de licenciamentos/ autorizações diversas. | Gestão | Média | Média | Moderado | 2 | Implementação de nova ferramenta informática - Plataforma eletrónica, com acesso *on-line* por parte das partes interessadas. | NR | Em desenvolvimento as ações que visam a implementação da nova ferramenta informática |
| Proceder à arrecadação da receita proveniente de pagamentos de rendas e outras receitas municipais, realizadas através de transferência bancária. | Falta de identificação ou identificação duvidosa das transferências bancárias efetuadas pelos munícipes/ cidadãos ao Município, o que acarreta a ausência de validação e respetiva arrecadação da receita e ainda de aplicação, eventual, de agravamentos e/ou juros. | Corrupção | Alta | Média | Elevado | 3 | Implementação do sistema de pagamento por SIBS e/ou débito direto para todas as situações que requeiram pagamentos. | NR | Aguarda implementação nos Processos de pagamentos relativos a Rendas (Previsão: aquando da implementação do 'Primavera') |

| **Unidade Orgânica:** | **Divisão de Gestão Financeira e Património (DGFP)** | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Atribuições:** | ROSMEC – art.º 32.º | | | | | | | | |
| **Responsável:** | Dulce Lourenço | | | | | | | | |
| **Atividade de potencial risco** | **Descrição do risco** | **Tipologia *** | **Probabilidade de ocorrência** | **Gravidade da consequência** | **Grau de risco** | **N.º** | **Medidas de prevenção/ mitigação** | **Estado de realização** | **Observações** |
| **Área da Contabilidade** | | | | | | | | | |
| Assegurar a arrecadação de receitas. | Não arrecadação atempada de receitas. | Gestão | Média | Alta | Elevado | 1 | Sensibilizar os serviços municipais para a necessidade da arrecadação das receitas municipais em tempo útil; | R | ---------- |
| | | | | | | 2 | Analisar periodicamente as contas correntes através de relatórios extraídos da aplicação informática de Contabilidade. | R | ---------- |
| Proceder diariamente à receção e conferência dos documentos de receita. | Acumulação de valores nas contas bancárias do Município por contabilizar, verificada, nomeadamente, através de reconciliação bancária. | Gestão | Média | Alta | Elevado | 3 | Sensibilizar os serviços municipais para a prestação atempada de contas. | R | ---------- |
| Registar e controlar o processamento de despesa a nível de cabimentação, compromisso, liquidação e pagamento. | Registo de faturas sem compromisso ou com compromisso insuficiente. | Gestão | Baixa | Alta | Elevado | 4 | Efetuar validação na aplicação informática de Contabilidade, aquando do registo das faturas. | R | ---------- |
| | Pagamentos sem documento comprovativo da inexistência de dívidas à Fazenda Nacional e à Segurança Social, quando aplicável. | Gestão | Baixa | Alta | Elevado | 5 | Solicitar às entidades os documentos comprovativos da inexistência de dívidas ao Estado, ou das respetivas senhas para consulta. | R | ---------- |

| Atividade de potencial risco | Descrição do risco | Tipologia * | Probabilidade de ocorrência | Gravidade da consequência | Grau de risco | N.º | Medidas de prevenção/ mitigação | Estado de realização | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Registar e controlar o processamento de despesa a nível de cabimentação, compromisso, liquidação e pagamento. | Emissão de ordens de pagamento de despesas não autorizadas. | Gestão | Baixa | Alta | Elevado | 6 | Sensibilizar os serviços municipais para a instrução dos procedimentos administrativos que importem o pagamento de despesas do necessário despacho de autorização prévia. | R | ---------- |
| | Ocorrência de pagamentos em atraso. | Gestão | Baixa | Alta | Elevado | 7 | Controlar periodicamente os tempos de pagamentos através de relatórios extraídos da aplicação informática de Contabilidade. | R | ---------- |
| | Existência de valores debitados em contas bancárias do Município sem documento de despesa correspondente, verificada, nomeadamente, através de reconciliação bancária. | Gestão | Baixa | Alta | Elevado | 8 | Sensibilizar os serviços municipais para a necessidade da emissão atempada dos documentos de despesa. | R | ---------- |
| **Área da Tesouraria** | | | | | | | | | |
| Proceder à cobrança e arrecadação de receitas e juros aplicáveis, efetuar o pagamento de despesas autorizadas. | Inexatidão e falta de integridade dos registos contabilísticos. | Corrupção | Média | Alta | Elevado | 9 | Realizar ações de controlo (balanços à tesouraria), sem aviso prévio. | R | ---------- |
| | Desvio de dinheiros públicos. | | | | | | | | |

| Atividade de potencial risco | Descrição do risco | Tipologia * | Probabilidade de ocorrência | Gravidade da consequência | Grau de risco | N.º | Medidas de prevenção/ mitigação | Estado de realização | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Proceder à guarda, conferência e controlo sistemático do numerário e valores em caixa e instituições bancárias, bem como zelar pela segurança de todos os valores e documentos em cofre. | Desvio de valores e documentos. | Corrupção | Média | Alta | Elevado | 10 | Afetar exclusivamente trabalhadores com funções de tesouraria. | R | ---------- |
| **Unidade Orgânica:** | **Unidade de Contratação Pública e Aprovisionamento (UCPA)** | | | | | | | | |
| **Atribuições:** | ROSMEC – art.º 33.º | | | | | | | | |
| **Responsável:** | Vasco Mota | | | | | | | | |
| Assegurar a realização dos procedimentos de contratação pública e aprovisionamento, em consonância com os preceitos legais aplicáveis, pautando-se por pressupostos de economia e eficácia, bem como proceder às aquisições necessárias para todos os serviços do município, após adequada instrução dos procedimentos contratuais, incluindo a abertura de concursos, sob proposta e apreciação técnica das demais unidades orgânicas, salvaguardando as articulações necessárias. | Planeamento deficiente das necessidades aquisitivas que possam remeter para a condução de procedimentos de contratação menos adequados aos preceitos legais - fracionamento da despesa. | Gestão | Média | Alta | Elevado | 1 | Devolver os processos ao serviço de origem para suprimir as lacunas detetadas, de acordo com instruções objetivas, passíveis de ser aplicadas a procedimentos futuros. | R | ---------- |
| | Não verificação prévia de existência de recursos internos alternativos à contratação. | Gestão | Média | Média | Moderado | 2 | Fundamentação expressa da inexistência de alternativas internas (devolver os processos ao serviço de origem para suprimir as lacunas detetadas). | R | ---------- |

| Atividade de potencial risco | Descrição do risco | Tipologia * | Probabilidade de ocorrência | Gravidade da consequência | Grau de risco | N.º | Medidas de prevenção/ mitigação | Estado de realização | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Assegurar a realização dos procedimentos de contratação pública e aprovisionamento, em consonância com os preceitos legais aplicáveis, pautando-se por pressupostos de economia e eficácia, bem como proceder às aquisições necessárias para todos os serviços do município, após adequada instrução dos procedimentos contratuais, incluindo a abertura de concursos, sob proposta e apreciação técnica das demais unidades orgânicas, salvaguardando as articulações necessárias. | Fundamentação insuficiente do recurso ao ajuste direto e da consulta a uma única entidade. | Gestão | Média | Média | Moderado | 3 | Fomentar a justificação da escolha do tipo de procedimento, da consulta a mais do que um concorrente e da fundamentação da escolha do adjudicatário, quando observado o recurso ao ajuste direto. | R | ---------- |
| | Inobservância dos preceitos legais referentes à competência para autorização da despesa. | Gestão | Média | Média | Moderado | 4 | Divulgar, por *e-mail*, EDOC e/ ou em pasta partilhada, Fichas Informativas atualizadas sobre os procedimentos da contratação pública, incluindo a identificação dos órgãos competentes para autorizar as despesas. | R | ---------- |
| | Participação reiterada dos mesmos intervenientes nos procedimentos. | Gestão | Média | Média | Moderado | 5 | Sensibilizar para a necessidade da rotatividade dos intervenientes nos procedimentos, nomeadamente dos membros do júri. | R | ---------- |
| | Existência de conflito de interesses relacionados com o objeto ou participantes no procedimento em causa. | Gestão/ Corrupção | Média | Elevada | Elevado | 6 | Modelo de declaração de inexistência de conflito de interesses. | R | ---------- |

| Atividade de potencial risco | Descrição do risco | Tipologia * | Probabilidade de ocorrência | Gravidade da consequência | Grau de risco | N.º | Medidas de prevenção/ mitigação | Estado de realização | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Assegurar a realização dos procedimentos de contratação pública e aprovisionamento, em consonância com os preceitos legais aplicáveis, pautando-se por pressupostos de economia e eficácia, bem como proceder às aquisições necessárias para todos os serviços do município, após adequada instrução dos procedimentos contratuais, incluindo a abertura de concursos, sob proposta e apreciação técnica das demais unidades orgânicas, salvaguardando as articulações necessárias. | Elaboração deficiente das peças procedimentais, em especial, do convite a contratar, do programa do concurso e do caderno de encargos. | Gestão | Média | Média | Moderado | 7 | Formação adequada de recursos humanos nas matérias da contratação pública/ Obtenção de validação técnico-jurídica nos procedimentos de elevada complexidade (nomeadamente concursos públicos)/ Devolver os processos ao serviço de origem para suprimir as lacunas detetadas. | R | ---------- |
| | Falta de transparência na condução dos procedimentos de contratação e ausência de publicitação dos contratos. | Gestão | Média | Média | Moderado | 8 | Incentivar a publicidade de todos os procedimentos em plataforma eletrónica de contratação pública. | R | ---------- |
| Proceder à receção e conferência dos bens entregues no economato ao nível da quantidade e qualidade, bem como proceder à entrega de bens, após apresentação da respetiva requisição interna, devidamente autorizada. | Controlo deficiente na receção e no fornecimento de bens. | Gestão | Média | Alta | Elevado | 9 | Sensibilizar os serviços para o cumprimento da NCI, neste âmbito. | R | ---------- |
| | Apropriação indevida de bens. | Gestão | Média | Alta | Elevado | 10 | Executar os inventários por trabalhadores que não estejam afetos à gestão de *stocks*. | R | ---------- |
| Manter sempre atualizado o registo dos bens existentes no economato. | Armazenamento de bens sem registo contabilístico. | Gestão | Média | Média | Moderado | 11 | Proceder à gestão informatizada de *stocks*. | R | ---------- |

| Unidade Orgânica: | Unidade de Gestão do Património (UGP) | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Atribuições:** | ROSMEC – art.º 34.º | | | | | | | | |
| **Responsável:** | Carla Filipe | | | | | | | | |
| **Atividade de potencial risco** | **Descrição do risco** | **Tipologia *** | **Probabilidade de ocorrência** | **Gravidade da consequência** | **Grau de risco** | **N.º** | **Medidas de prevenção/ mitigação** | **Estado de realização** | **Observações** |
| Desafetação física dos bens móveis afetos aos serviços, sem comunicação à UGP de acordo com os procedimentos de abate adotados. | Relação de bens móveis afetos aos serviços, registada na base de dados de património, diferente da realidade física. | Gestão | Média | Média | Moderado | 1 | Sensibilizar os serviços municipais do procedimento aplicável nas situações de abate e transferências de bens entre serviços/ compartimentos. | R | ---------- |
| Bens abatidos ao património extraviados. | Bens abatidos ao património devem ser sujeitos a alienação ou destruição. | Gestão | Média | Média | Moderado | 2 | Propor o depósito dos bens abatidos em espaço físico seguro e proceder a hastas públicas de alienação dos mesmos. | R | ---------- |
| Controlo do inventário da aquisição de bens de investimento. | Aquisição de bens de investimento não inventariados e controlados. | Gestão | Média | Média | Moderado | 3 | Conferir periodicamente os registos das contas patrimoniais. | R | ---------- |

| **Unidade Orgânica:** | **Divisão de Recursos Humanos (DRH)** | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Atribuições:** | ROSMEC – art.º 35.º | | | | | | | | |
| **Responsável:** | Milene Vieira | | | | | | | | |
| **Atividade de potencial risco** | **Descrição do risco** | **Tipologia *** | **Probabilidade de ocorrência** | **Gravidade da consequência** | **Grau de risco** | **N.º** | **Medidas de prevenção/ mitigação** | **Estado de realização** | **Observações** |
| **Divisão de Recursos Humanos (DRH)** | | | | | | | | | |
| Proceder ao atendimento interno e externo no âmbito das competências atribuídas à unidade orgânica. | Prestação de informação inadequada. | Gestão | Média | Média | Moderado | 1 | Proceder ao acompanhamento mensal pelas dirigentes, nomeadamente através de relatórios, e ao reporte das matérias questionadas. | R | ---------- |
| **Área da Gestão dos Recursos Humanos** | | | | | | | | | |
| Efetuar o processamento e conferência de vencimentos e abonos, de acordo com a legislação em vigor. | Processamento irregular das renumerações e outros abonos. | Crime conexo | Média | Alta | Elevado | 2 | Proceder à conferência da informação intermédia e final; | R | ---------- |
| | | | | | | 3 | Promover a rotatividade dos intervenientes no processo. | R | ---------- |
| Organizar e atualizar os processos individuais dos trabalhadores, bem como o respetivo ficheiro. | Acesso indevido às informações e quebra de sigilo. Violação das garantias de imparcialidade pelos trabalhadores no exercício das suas funções. | Conflito de interesses | Média | Alta | Elevado | 4 | Salvaguardar medidas de segurança nos arquivos dos processos individuais; | NA | Os processos individuais encontram-se arquivados nos armários na DRH, só tendo acesso aos mesmos os trabalhadores afetos à DRH. |

| Atividade de potencial risco | Descrição do risco | Tipologia * | Probabilidade de ocorrência | Gravidade da consequência | Grau de risco | N.º | Medidas de prevenção/ mitigação | Estado de realização | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Organizar e atualizar os processos individuais dos trabalhadores, bem como o respetivo ficheiro. | Acesso indevido às informações e quebra de sigilo. Violação das garantias de imparcialidade pelos trabalhadores no exercício das suas funções. | Conflito de interesses | Média | Alta | Elevado | 5 | Salvaguardar o acesso restrito aos trabalhadores da DRH; | NA | Os processos individuais encontram-se arquivados nos armários na DRH, só tendo acesso aos mesmos os trabalhadores afetos à DRH. |
| | | | | | | 6 | Promover a subscrição da declaração de compromisso relativa a incompatibilidades, impedimentos e escusa por todos os trabalhadores, anexando-a ao processo individual. | R | ---------- |
| Gerir o processo de controlo da assiduidade dos trabalhadores. | Falha no registo da informação nas bases de dados do pessoal. | Gestão | Média | Média | Moderado | 7 | Efetuar o cruzamento de informação entre as bases de dados. | R | ---------- |
| **Área do Recrutamento** | | | | | | | | | |
| Gerir os processos de seleção, recrutamento e contratação de pessoal, em função das necessidades identificadas e de acordo com os perfis funcionais estabelecidos. | Quebra dos deveres de transparência, isenção e imparcialidade. | Corrupção | Média | Alta | Elevado | 8 | Promover a colegialidade na tomada de decisão; | R | ---------- |
| | | | | | | 9 | Adequar os métodos de seleção ao perfil do cargo, privilegiando, sempre que possível, a prova de conhecimentos. | R | ---------- |
| Efetuar a atualização permanente do registo de funcionários com acumulação de funções. | Acumulações não autorizadas de funções públicas e privadas. | Conflito de interesses | Média | Alta | Elevado | 10 | Renovar anualmente os pedidos de acumulação pelos interessados. | R | ---------- |

| Atividade de potencial risco | Descrição do risco | Tipologia * | Probabilidade de ocorrência | Gravidade da consequência | Grau de risco | N.º | Medidas de prevenção/ mitigação | Estado de realização | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Área da Formação e Valorização dos Recursos Humanos** | | | | | | | | | |
| Gerir o plano de formação, avaliando o grau de execução, a eficácia das ações de formação realizadas e o grau de satisfação dos formandos. | Ineficiência da formação. | Gestão | Média | Média | Moderado | 11 | Avaliar a eficácia da formação. | R | ---------- |
| Organizar e manter atualizados os processos clínicos individuais e as fichas de aptidão de cada trabalhador. | Acesso indevido às informações e quebra de sigilo. | Gestão | Média | Alta | Elevado | 12 | Salvaguardar o acesso condicionado aos trabalhadores da DRH e dirigentes, intervenientes nos processos, bem como restrito ao médico do trabalho. | R | ---------- |
| **Área de Limpeza** | | | | | | | | | |
| Superintender o setor da limpeza e arranjo diário das instalações, mobiliário e equipamentos municipais, zelando pela manutenção e conservação. | Apropriação indevida de bens. | Gestão | Média | Alta | Elevado | 13 | Realizar inventários mensais. | R | ---------- |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Unidade Orgânica:** | **Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente (DUOMA)** | | | | | | | | |
| **Atribuições:** | ROSMEC – art.º 16.º | | | | | | | | |
| **Responsável:** | Bruno Miranda | | | | | | | | |
| **Unidade Orgânica:** | **Divisão de Obras e Manutenção (DOM)** | | | | | | | | |
| **Atribuições:** | ROSMEC – art.º 36.º | | | | | | | | |
| **Responsável:** | António Fernandes | | | | | | | | |
| **Atividade de potencial risco** | **Descrição do risco** | **Tipologia *** | **Probabilidade de ocorrência** | **Gravidade da consequência** | **Grau de risco** | **N.º** | **Medidas de prevenção/ mitigação** | **Estado de realização** | **Observações** |
| **Área de Edifícios e outras Infraestruturas** | | | | | | | | | |
| Preparar os processos para contratação pública, das empreitadas referentes a edifícios ou arranjos exteriores. | Falta de objetividade na elaboração do caderno de encargos e na definição dos critérios de adjudicação. | Corrupção | Alta | Média | Elevado | 1 | Promover a análise da proposta do caderno de encargos por diferentes técnicos; | R | ---------- |
| | | | | | | 2 | Assegurar a validação pelo superior hierárquico. | R | ---------- |
| Fiscalizar a execução das empreitadas e realizar ou propor a realização dos ensaios considerados necessários. | Consignar sem que o dono da obra esteja credenciado para intervir no mesmo (verificação da propriedade dos terrenos, existência de protocolos, etc.). | Conflito de Interesses | Alta | Média | Elevado | 3 | Assegurar antecipadamente a conclusão dos processos de registos, expropriações, protocolos, etc., a fim de poder proceder à consignação total ou parcial (com frente de trabalho garantida). | R | ---------- |
| | Prolongamento dos trabalhos sem a devida prorrogação do prazo. | Corrupção | Alta | Média | Elevado | 4 | Assegurar a execução da empreitada conforme plano de trabalhos, ou, quando se justifique, proceder à prorrogação de prazo. | R | ---------- |

| Atividade de potencial risco | Descrição do risco | Tipologia * | Probabilidade de ocorrência | Gravidade da consequência | Grau de risco | N.º | Medidas de prevenção/ mitigação | Estado de realização | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Fiscalizar a execução das empreitadas e realizar ou propor a realização dos ensaios considerados necessários. | Suspensão dos trabalhos pelo empreiteiro sem comunicação/ aprovação do dono da obra. | Corrupção | Alta | Média | Elevado | 5 | Promover a fiscalização sistemática da obra. | R | ---------- |
| | Ordenação de execução de trabalhos a mais sem o acompanhamento dos elementos necessários à sua execução. | Corrupção | Alta | Média | Elevado | 6 | Assegurar e controlar a execução dos trabalhos a mais, com a entrega de todos os elementos necessários à execução dos mesmos. | R | ---------- |
| | Não vigiar, nem verificar o exato cumprimento dos materiais previstos em caderno de encargos, do modo de execução dos trabalhos e ensaios considerados necessários. | Corrupção | Alta | Média | Elevado | 7 | Garantir o cumprimento das cláusulas contratuais, atestar a qualidade dos materiais e o modo de execução dos trabalhos. | R | ---------- |
| Elaborar autos de medição para processamento de pagamentos. | Auto de medição elaborado deficientemente. | Corrupção | Alta | Média | Elevado | 8 | Verificar se o auto está de acordo com o executado e que a conta corrente está atualizada, antes da elaboração da sua versão final. | R | ---------- |
| Efetuar o cálculo das revisões de preços das empreitadas. | Atraso na elaboração das revisões de preços e consequente atraso na elaboração da conta final definitiva e no relatório final dentro dos prazos estabelecidos. | Conflito de Interesses | Alta | Média | Elevado | 9 | Assegurar o controlo das publicações dos índices económicos definitivos e promover a execução das revisões de preços que se encontrem pendentes por esse motivo. | R | ---------- |

| Atividade de potencial risco | Descrição do risco | Tipologia * | Probabilidade de ocorrência | Gravidade da consequência | Grau de risco | N.º | Medidas de prevenção/ mitigação | Estado de realização | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Elaborar as contas correntes e as contas finais das empreitadas. | Atraso na elaboração de conta final definitiva e na notificação da mesma ao empreiteiro, bem como o relatório final da empreitada fora do prazo estipulado. | Conflito de Interesses | Alta | Média | Elevado | 10 | Assegurar a elaboração da conta final definitiva logo que sejam conhecidos os índices económicos definitivos e consequente elaboração da revisão de preços definitiva. | R | ---------- |
| Colaborar com a área de Património no sentido de manter atualizado o levantamento do Cadastro Imobiliário Municipal. | Falta de envio de dados para a área do Património. | Gestão | Alta | Média | Elevado | 11 | Assegurar que, após conclusão das obras e assim que se disponha de todos os dados necessários para a respetiva atualização do cadastro do Imobiliário Municipal, os mesmos são enviados para a Área do Património. | R | ---------- |
| **Área de Infraestruturas Externas** | | | | | | | | | |
| Apreciar e emitir parecer sobre projetos de especialidades da respetiva área quando lhe for solicitado por outros Serviços da Câmara Municipal. | Análise incompleta do processo, traduzindo uma informação incoerente ao parecer sobre os projetos de especialidades. | Conflito de Interesses | Alta | Média | Elevado | 12 | Assegurar uma correta análise de toda a informação dos processos, de modo a emitir-se um parecer sustentado. | R | ---------- |
| Estabelecer os contactos necessários com as diversas entidades responsáveis pelas Infraestruturas Externas ao Município (EDP, Telecom, *Be Water*, Lisboagás, etc.). | Ausência de contactos institucionais com entidades externas, impossibilitando o tratamento adequado de assuntos diversos e avarias de infraestruturas. | Corrupção | Média | Média | Elevado | 13 | Estabelecer e assegurar os contactos de chefia e de técnicos das entidades externas, visando o tratamento célere de todos os assuntos diversos e avarias que ocorram em infraestruturas externas, existentes no domínio público. | R | ---------- |

| Atividade de potencial risco | Descrição do risco | Tipologia * | Probabilidade de ocorrência | Gravidade da consequência | Grau de risco | N.º | Medidas de prevenção/ mitigação | Estado de realização | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Área de Projeto** | | | | | | | | | |
| Executar os projetos solicitados pelos superiores hierárquicos. | Elaboração de projetos em desrespeito pela legislação vigente e aplicável e pelas orientações internas superiores. | Crime conexo | Alta | Alta | Elevado | 14 | Assegurar a conformidade dos projetos face à legislação em vigor, por parte do técnico autor do projeto. | R | ---------- |
| Dar apoio técnico às obras em curso, quando solicitado. | Descrição de "marcas comerciais" e referências de materiais e/ou equipamentos a utilizar, nos elementos descritivos e desenhados dos projetos. | Corrupção | Alta | Alta | Elevado | 15 | Definir nos elementos descritivos e desenhados dos projetos as características técnicas e o tipo dos materiais e/ou equipamentos a utilizar. | R | ---------- |
| Medições em processos de obras particulares para aferir valores das taxas. | Anomalias nas medições efetuadas e não cumprimento do regulamento de taxas em vigor. | Corrupção | Alta | Média | Elevado | 16 | Responsabilização do técnico que afere as medições. | R | ---------- |
| **Área de Trânsito** | | | | | | | | | |
| Promover a elaboração de estudos e projetos de sinalização da via pública e localização de paragens e abrigos de passageiros. | Estudos e projetos com informação incompleta ou deficiente. | Conflito de Interesses | Baixa | Baixa | Fraco | 17 | Efetuar a análise adequada e exaustiva dos projetos de sinalização, bem como a aferição permanente com as empresas de Transportes Públicos que operam no Concelho. | R | ---------- |
| Assegurar a gestão e funcionamento dos parques de estacionamento. | Anomalias nos parcómetros sem terem sido detetadas atempadamente pelos serviços, devido a falha na comunicação. | Gestão | Média | Média | Moderado | 18 | Aferir e detetar as anomalias através de inspeções periódicas. | R | ---------- |

| Unidade Orgânica: | Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística (DPTGU) |
|---|---|
| Atribuições: | ROSMEC – art.º 37.º |
| Responsável: | Pedro Martins |

| Atividade de potencial risco | Descrição do risco | Tipologia * | Probabilidade de ocorrência | Gravidade da consequência | Grau de risco | N.º | Medidas de prevenção/ mitigação | Estado de realização | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Emissão de pareceres sobre pedidos de controlo prévio e sucessivo de operações urbanísticas tendo em conta o enquadramento legal e regulamentar aplicável, bem como os Instrumentos de Gestão Territorial em vigor. | Acumulação de funções privadas por parte dos técnicos intervenientes nos procedimentos de controlo prévio e sucessivo. | Conflito de interesses | Moderado | Elevado | Elevado | 1 | Controlo acrescido do exercício de funções privadas por parte dos técnicos intervenientes nos processos. | R | ---------- |
| | Desrespeito pelo quadro legal vigente e incumprimento das orientações internas e das disposições legais e regulamentares aplicáveis. | Corrupção | Moderado | Elevado | Elevado | 2 | Fundamentar os pareceres com base nas orientações internas e disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como com os circuitos da aplicação Sigma-Gestão de Urbanismo. | R | ---------- |
| Emissão de pareceres sobre os pedidos de ocupação da via pública e publicidade. | Aplicação de critérios diferentes na análise dos pedidos. | Corrupção | Moderado | Elevado | Elevado | 3 | Fundamentar os pareceres com base nas orientações internas e disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como com os circuitos da aplicação Sigma-Gestão de Publicidade. | R | ---------- |
| Realização de vistorias sobre os pedidos de utilização dos edifícios ou suas frações dentro dos prazos estabelecidos e em cumprimento dos projetos previamente aprovados. | Ausência de registos de controlo das atividades das ações da fiscalização e de vistorias. | Gestão | Moderado | Moderado | Moderado | 4 | Garantir a elaboração dos autos de vistorias e das ações de fiscalização e respetiva inserção na aplicação Sigma-Gestão de Urbanismo. | R | ---------- |

| Atividade de potencial risco | Descrição do risco | Tipologia * | Probabilidade de ocorrência | Gravidade da consequência | Grau de risco | N.º | Medidas de prevenção/ mitigação | Estado de realização | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Fiscalização e realização de vistorias sobre a execução das obras de urbanização dentro dos prazos estabelecidos e em cumprimento dos projetos previamente aprovados. | Ausência de registos de controlo das atividades das ações da fiscalização e de vistorias. | Gestão | Moderado | Moderado | Moderado | 5 | Garantir a elaboração dos autos de vistorias e das ações de fiscalização e respetiva inserção na aplicação Sigma-Gestão de Urbanismo. | R | ---------- |
| **Unidade Orgânica:** | **Unidade de Planeamento e Ordenamento do Território (UPOT)** | | | | | | | | |
| **Atribuições:** | ROSMEC – art.º 38.º | | | | | | | | |
| **Responsável:** | Sofia Santos | | | | | | | | |
| Promoção e acompanhamento da elaboração, alteração e revisão dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT). | Existência de conluio entre técnicos responsáveis pela elaboração e revisão de planos de ordenamento do território e eventuais interessados. | Corrupção | Moderado | Elevado | Elevado | 1 | Participação prévia e sucessiva dos interessados no período de discussão pública dos PMOT. | R | ---------- |
| | | | | | | 2 | Pareceres e aprovações das entidades competentes da administração central, nomeadamente da CCDRLVT. | R | ---------- |
| Coordenação e monitorização dos PMOT durante a sua vigência. | Falta de transparência na difusão da informação inerente aos Planos Municipais de Ordenamento do Território. | Gestão | Moderado | Elevado | Elevado | 3 | Assegurar a transparência dos processos e a participação dos interessados, nos termos definidos na lei, na elaboração e revisão de PMOT. | R | ---------- |
| Colaboração na elaboração de pareceres sobre os pedidos de controlo prévio e sucessivo de operações urbanísticas. | Acumulação de funções privadas por parte dos técnicos intervenientes nos procedimentos de licenciamento. | Conflito de interesses | Moderado | Elevado | Elevado | 4 | Controlo acrescido do exercício de funções privadas por parte dos técnicos intervenientes nos processos. | R | ---------- |

| Atividade de potencial risco | Descrição do risco | Tipologia * | Probabilidade de ocorrência | Gravidade da consequência | Grau de risco | N.º | Medidas de prevenção/ mitigação | Estado de realização | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Emissão de pareceres sobre estudos e planos da iniciativa da administração central, regional ou local, que tenham incidência na área do Município, quando solicitados. | Isenção de qualquer benefício que ponha em causa a imparcialidade e o desempenho das funções dos técnicos, evitando situações de conflitos de interesses. | Conflito de interesses | Moderado | Moderado | Moderado | 5 | Comunicação da infração às respetivas ordens profissionais, nomeadamente no que respeita à intervenção de procedimentos em que possa existir conflito de interesses. | NA | Não existiram infrações, pelo que não houve comunicação às respetivas ordens profissionais |
| **Unidade Orgânica:** | **Divisão do Ambiente (DA)** | | | | | | | | |
| **Atribuições:** | ROSMEC – art.º 38.º | | | | | | | | |
| **Responsável:** | Alexandre Parracho/ Nuno Soares | | | | | | | | |
| Fiscalizar a execução das empreitadas e realizar ou propor a realização dos ensaios considerados necessários. | Consignar sem que o dono da obra esteja credenciado para intervir no mesmo (verificação da propriedade dos terrenos, existência de protocolos, etc.). | Conflito de interesse | Alta | Média | Elevado | 1 | Assegurar antecipadamente a conclusão dos processos de registos, expropriações, protocolos, etc., a fim de poder proceder à consignação total ou parcial (com frente de trabalho garantida). | R | ---------- |
| | Prolongamento dos trabalhos sem a devida prorrogação do prazo. | Conflito de interesse | Alta | Média | Elevado | 2 | Assegurar a execução da empreitada conforme plano de trabalhos, ou, quando se justifique, proceder à prorrogação de prazo. | R | ---------- |

| Atividade de potencial risco | Descrição do risco | Tipologia * | Probabilidade de ocorrência | Gravidade da consequência | Grau de risco | N.º | Medidas de prevenção/ mitigação | Estado de realização | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Fiscalizar a execução das empreitadas e realizar ou propor a realização dos ensaios considerados necessários. | Suspensão dos trabalhos pelo empreiteiro sem comunicação/ aprovação do dono da obra. | Conflito de interesse | Alta | Média | Elevado | 3 | Promover a fiscalização sistemática da obra. | R | ---------- |
| | Ordenação de execução de trabalhos a mais sem o acompanhamento dos elementos necessários à sua execução. | Corrupção | Alta | Alta | Elevado | 4 | Assegurar e controlar a execução dos trabalhos a mais, com a entrega de todos os elementos necessários à execução dos mesmos. | R | ---------- |
| | Não vigiar, nem verificar o exato cumprimento dos materiais previstos em caderno de encargos, do modo de execução dos trabalhos e ensaios considerados necessários. | Conflito de interesse | Alta | Média | Elevado | 5 | Garantir o cumprimento das cláusulas contratuais, atestar a qualidade dos materiais e o modo de execução dos trabalhos. | R | ---------- |
| Elaborar autos de medição para processamento de pagamentos. | Auto de medição elaborado deficientemente. | Conflito de interesse | Alta | Média | Elevado | 6 | Verificar se o auto está de acordo com o executado e que a conta corrente está atualizada, antes da elaboração da sua versão final. | R | ---------- |
| Efetuar o cálculo das revisões de preços das empreitadas. | Atraso na elaboração das revisões de preços e consequente atraso na elaboração da conta final definitiva e no relatório final dentro dos prazos estabelecidos. | Conflito de interesse | Alta | Média | Elevado | 7 | Assegurar o controlo das publicações dos índices económicos definitivos e promover a execução das revisões de preços que se encontrem pendentes por esse motivo. | R | ---------- |

| Atividade de potencial risco | Descrição do risco | Tipologia * | Probabilidade de ocorrência | Gravidade da consequência | Grau de risco | N.º | Medidas de prevenção/ mitigação | Estado de realização | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Elaborar as contas correntes e as contas finais das empreitadas. | Atraso na elaboração de conta final definitiva e na notificação da mesma ao empreiteiro, bem como o relatório final da empreitada fora do prazo estipulado. | Conflito de interesse | Alta | Média | Elevado | 8 | Assegurar a elaboração da conta final definitiva logo que sejam conhecidos os índices económicos definitivos e consequente elaboração da revisão de preços definitiva. | R | ---------- |
| Prestação de informação em processos de Obras Particulares e Loteamentos nas diversas áreas da D.A. | Distribuição dos processos de licenciamento de obras/ loteamentos particulares do mesmo requerente a determinado técnico de forma continuada. | Corrupção | Alta | Alta | Elevado | 9 | Garantir a rotatividade dos processos pelos técnicos da área de Gestão Urbanística. | R | ---------- |
| | Omitir entidades exteriores a consultar em função do tipo de operação urbanística. | Conflito de interesse | Alta | Média | Elevado | 10 | Informar nos registos efetuados na aplicação Sigma-Gestão de Urbanismo das entidades exteriores a consultar. | R | ---------- |
| | Aplicação de critérios diferentes na análise dos processos. | Conflito de interesse | Alta | Média | Elevado | 11 | Salvaguardar a unanimidade dos critérios utilizados na análise dos processos. | R | ---------- |
| Gestão de obras por Administração Direta nas diversas áreas da D.A. | Utilização indevida de máquinas, ferramentas e consumíveis do município para trabalhos privados ou no decorrer das atividades por administração direta. | Conflito de interesse | Média | Média | Moderado | 12 | Controlar e registar as atividades desenvolvidas. | R | ---------- |
| | Apropriação indevida de matérias-primas e produtos. | Crime Conexo | Baixa | Média | Fraco | | | | |

| Atividade de potencial risco | Descrição do risco | Tipologia * | Probabilidade de ocorrência | Gravidade da consequência | Grau de risco | N.º | Medidas de prevenção/ mitigação | Estado de realização | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Gestão de obras por Administração Direta nas diversas áreas da D.A. | Execução de trabalhos que não são da responsabilidade municipal, e que são mandados executar, sem que sejam previamente notificados à entidade responsável pela sua execução. | Conflito de interesse | Média | Média | Moderado | 13 | Reportar as atividades desenvolvidas ao Executivo. | R | ---------- |
| **Área de Higiene Pública e Sanidade Veterinária** | | | | | | | | | |
| Dirigir, coordenar e assegurar o funcionamento do Centro de Recolha Oficial de Animais do Município de Mafra (CROAMM). | Apropriação indevida de materiais. | Crime Conexo | Baixa | Média | Fraco | 14 | Registar todos os consumos no CROAMM. | R | ---------- |
| | | | | | | 15 | Registar todos os movimentos de animais no CROAMM. | R | ---------- |
| **Área de Resíduos Sólidos** | | | | | | | | | |
| Gestão de meios afetos ao serviço de recolha e transporte, por administração direta, da fileira de papel, cartão e RUB no Concelho de Mafra. | Utilização indevida de máquinas, ferramentas e consumíveis do município para trabalhos privados ou no decorrer das atividades por administração direta. | Conflito de interesse | Alta | Média | Elevado | 16 | Monitorizar a base de dados de planeamento e controlo de execução implementados e monitorizadas no âmbito da respetiva Área. | R | ---------- |
| Fiscalização e acompanhamento do Contrato da prestadora de Serviços Ecoambiente, S.A. | Incumprimento contratual por parte da prestadora de serviço. | Conflito de interesse | Alta | Média | Elevado | | | | |
| Gestão e manutenção do parque de contentorização no âmbito das competências do município. | Utilização indevida de máquinas, ferramentas e consumíveis do município para trabalhos privados ou no decorrer das atividades por administração direta. | Conflito de interesse | Alta | Média | Elevado | 12 | Controlar e registar as atividades desenvolvidas. | R | ---------- |

| Atividade de potencial risco | Descrição do risco | Tipologia * | Probabilidade de ocorrência | Gravidade da consequência | Grau de risco | N.º | Medidas de prevenção/ mitigação | Estado de realização | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Gestão e manutenção do parque de contentorização no âmbito das competências do município. | Apropriação indevida de matérias-primas e produtos. | Crime Conexo | Baixa | Média | Fraco | 12 | Controlar e registar as atividades desenvolvidas. | R | ---------- |
| | Execução de trabalhos que não são da responsabilidade municipal, e que são mandados executar, sem que sejam previamente notificados à Entidade responsável pela sua execução. | Conflito de interesse | Alta | Média | Elevado | 13 | Reportar as atividades desenvolvidas ao Executivo. | R | ---------- |
| **Área de Mercados e Feiras** | | | | | | | | | |
| Fiscalizar o cumprimento do Regulamento dos Mercados Municipais. | A eventual indefinição de níveis de controlo das atividades potencia ineficiência na gestão de recursos humanos e aplicação do regulamento. | Gestão | Média | Média | Moderado | 16 | Monitorizar a base de dados de planeamento e controlo de execução implementados e monitorizadas no âmbito da respetiva Área. | R | ---------- |
| **Área de Cemitérios** | | | | | | | | | |
| Administrar os cemitérios sob jurisdição municipal. | A eventual indefinição de níveis de controlo das atividades potencia ineficiência na gestão de recursos humanos. | Gestão | Média | Média | Moderado | 16 | Monitorizar a base de dados de planeamento e controlo de execução implementados e monitorizadas no âmbito da respetiva Área. | R | ---------- |
| **Área de Esgotos** | | | | | | | | | |
| Promover ou proceder à construção, remodelação, beneficiação, ampliação ou reparação das infraestruturas municipais de drenagem ou transporte de águas, bem assim como à elaboração dos respetivos projetos. | A eventual indefinição de níveis de controlo das obras potencia ineficiência na gestão de recursos humanos e materiais afetos ao serviço. | Gestão | Média | Média | Moderado | 12 | Controlo e registo das atividades desenvolvidas; | R | ---------- |
| | | | | | | 13 | Reporte das atividades desenvolvidas ao Executivo. | R | ---------- |

| **Unidade Orgânica:** | **Unidade de Espaços Verdes (UEV)** | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Atribuições:** | ROSMEC – art.º 40.º | | | | | | | | |
| **Responsável:** | Cristina Furtado | | | | | | | | |
| **Atividade de potencial risco** | **Descrição do risco** | **Tipologia *** | **Probabilidade de ocorrência** | **Gravidade da consequência** | **Grau de risco** | **N.º** | **Medidas de prevenção/ mitigação** | **Estado de realização** | **Observações** |
| Promover a criação, arborização e conservação de parques, jardins e outros espaços verdes do Concelho. | Utilização indevida de máquinas, ferramentas e consumíveis do município para trabalhos privados ou no decorrer das atividades por administração direta. | Conflito de interesse | Média | Média | Moderado | 1 | Promover a rotação de pessoal; | R | ---------- |
| | | | | | | 2 | Efetuar planeamento diário de trabalhos. | R | ---------- |
| | Apropriação indevida de matérias-primas e produtos. | Crime Conexo | Baixa | Média | Fraco | 3 | Assegurar o controlo de armazém e equipamento; | R | ---------- |
| | | | | | | 4 | Promover o acompanhamento dos trabalhos e monitorizar as quantidades de meios utilizados na sua realização, após decisão formal da sua execução. | R | ---------- |
| | Execução de trabalhos que não são da responsabilidade municipal, e que são mandados executar, sem que sejam previamente notificados à entidade responsável pela sua execução. | Conflito de interesse | Média | Média | Moderado | 5 | Reportar as atividades desenvolvidas ao Executivo. | R | ---------- |

| Unidade Orgânica: | Unidade de Projetos e Sustentabilidade Ambiental (UPSA) | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Atribuições:** | ROSMEC – art.º 41.º | | | | | | | | |
| **Responsável:** | Margarida Espada | | | | | | | | |
| **Atividade de potencial risco** | **Descrição do risco** | **Tipologia *** | **Probabilidade de ocorrência** | **Gravidade da consequência** | **Grau de risco** | **N.º** | **Medidas de prevenção/ mitigação** | **Estado de realização** | **Observações** |
| Preparar os procedimentos para contratação pública, de empreitadas e prestações de serviço em colaboração com as diversas áreas e unidades da D.A. | Falta de objetividade na elaboração do caderno de encargos e na definição dos critérios de adjudicação. | Conflito de interesse | Alta | Alta | Elevado | 1 | Promover a validação dos elementos de concurso pelos diferentes níveis hierárquicos. | R | ---------- |
| **Unidade Orgânica:** | **Unidade de Sistemas de Informação Geográfica (USIG)** | | | | | | | | |
| **Atribuições:** | ROSMEC – art.º 42.º | | | | | | | | |
| **Responsável:** | Carla Romana | | | | | | | | |
| Promover a constituição, manutenção e atualização das bases de informação do SIG Municipal, definindo em articulação com outros serviços as áreas temáticas prioritárias de aplicação do SIG. | Desatualização e insuficiente manutenção das bases de informação do SIG Municipal. | Gestão | Média | Média | Moderado | 1 | Disponibilizar para conhecimento alargado, no âmbito de cada serviço, a informação a divulgar pela aplicação do SIG e monitorização sistemática do cumprimento da manutenção do SIG. | R | ---------- |
| Coordenar, organizar e desenvolver todo o processo de atribuição de designações toponímicas e de numeração de polícia. | Défice de conhecimento de compromissos urbanísticos aprovados ou de interação com o restante circuito de obras particulares. | Gestão | Alta | Média | Elevado | 2 | Monitorizar sistematicamente a manutenção do SIG e definir prazos internos para a concretização da medida. | R | ---------- |

| Atividade de potencial risco | Descrição do risco | Tipologia * | Probabilidade de ocorrência | Gravidade da consequência | Grau de risco | N.º | Medidas de prevenção/ mitigação | Estado de realização | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Informar reclamações, pedidos de certidão de localização e pedidos de certidão com vista à constituição da propriedade horizontal. | Parcialidade dos técnicos no desempenho das suas funções, devido a situações de conflitos de interesses. | Conflito de Interesse | Alta | Média | Elevado | 3 | Promover a validação dos pareceres emitidos pelos superiores hierárquicos. | R | ---------- |
| Elaborar as notificações a enviar aos munícipes e/ou às Juntas de Freguesia. | | | | | | | | | |
| Informar, dos novos arruamentos aprovados, os CTT, Juntas de Freguesia, Conservatória do Registo Predial, Autoridade Tributária, GNR e Corporações de Bombeiros. | Desconhecimento da informação por parte das entidades envolvidas. | Gestão | Média | Média | Moderado | 4 | Envio do respetivo Edital, sempre que aprovado novo arruamento. | R | ---------- |
| **Unidade Orgânica:** | **Unidade de Parque e Oficinas (UPO)** | | | | | | | | |
| **Atribuições:** | ROSMEC – art.º 43.º | | | | | | | | |
| **Responsável:** | Dário Jacinto | | | | | | | | |
| **Área das Viaturas** | | | | | | | | | |
| Assegurar a conservação e manutenção do parque de máquinas e viaturas municipais. | Inexistência de rotinas de manutenção de veículos. | Gestão | Alta | Média | Elevado | 1 | Programar as intervenções de manutenção dos veículos. | R | ---------- |
| Efetuar a gestão de *stocks* dos consumíveis, incluindo o combustível. | Desfasamento entre a quantidade inventariada e a existente. | Gestão | Alta | Alta | Elevado | 2 | Promover o controlo sistemático da movimentação de *stocks*. | R | ---------- |

| Atividade de potencial risco | Descrição do risco | Tipologia * | Probabilidade de ocorrência | Gravidade da consequência | Grau de risco | N.º | Medidas de prevenção/ mitigação | Estado de realização | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Efetuar o planeamento e a gestão dos recursos humanos e da utilização do parque de máquinas e viaturas. | Utilização indevida de viaturas da frota municipal. | Gestão | Média | Média | Moderado | 3 | Monitorizar a utilização das viaturas através do sistema de gestão de frota e localização de viaturas (Inosat). | R | ---------- |
| Estudar e propor as orientações a seguir em ações de aquisição, renovação ou substituição da frota existente. | Aquisição de bens/ serviços sem o cumprimento de todos os pré-requisitos formais. | Corrupção | Média | Média | Moderado | 4 | Propor atempadamente ao Executivo Municipal soluções de compra/ contratação de máquinas ou viaturas. | R | ---------- |
| **Área de Obras por Administração Direta** | | | | | | | | | |
| Realizar trabalhos inerentes à conservação de Edifícios ou de outras Infraestruturas Municipais, bem como prestar apoio a eventos. | Deterioração progressiva de edifícios ou outras infraestruturas e incumprimento de prazos no apoio a eventos. | Gestão | Média | Média | Moderado | 5 | Propor superiormente a contratação de serviços externos, sempre que os meios próprios sejam insuficientes. | R | ---------- |
| Organizar e manter atualizado o inventário da existência em armazém, bem como o seu estado de conservação. | Não inventariação ou incorreta inventariação dos bens, potenciadora de situações de apropriação indevida. | Corrupção | Média | Média | Moderado | 6 | Realizar periodicamente o inventário e por mais do que um trabalhador. | R | ---------- |
| Propor à área de Contratação Pública e Aprovisionamento a aquisição do material e peças que se tornem necessários. | Deficiente planeamento e consequente desatempado aprovisionamento. | Gestão | Média | Média | Moderado | 7 | Realizar atempadamente a requisição de material. | R | ---------- |
| Promover a gestão dos *stocks* necessários ao bom funcionamento dos serviços. | Existência de "monos" ou rotura de *stocks* mínimos. | Gestão | Média | Média | Moderado | 8 | Aprovisionar atempadamente apenas os materiais necessários. | R | ---------- |

| | |
|---|---|
| **Unidade Orgânica:** | **Fiscalização Técnica e do Ordenamento do Território (FTOT)** |
| **Atribuições:** | ROSMEC – art.º 44.º |
| **Responsável:** | João Mota |

| Atividade de potencial risco | Descrição do risco | Tipologia * | Probabilidade de ocorrência | Gravidade da consequência | Grau de risco | N.º | Medidas de prevenção/ mitigação | Estado de realização | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Assegurar a fiscalização das alterações do uso do solo e suas transformações no domínio da urbanização e edificação e na proteção e defesa do património e do meio ambiente, zelando pelo cumprimento dos regulamentos gerais e municipais. | Aumento das situações de prevaricação no território. | Gestão | Alta | Alta | Elevado | 1 | Proceder a visitas sistemáticas ao território municipal para verificação das alterações do uso do solo. | R | ---------- |
| Assegurar a fiscalização, através de vistorias efetuadas para o efeito, nas diversas fases das obras, verificando o cumprimento dos projetos aprovados, licenças emitidas e seus prazos de validade. | Obras realizadas em desconformidade com os projetos aprovados. | Gestão | Alta | Alta | Elevado | 2 | Inspecionar mensalmente 10 (dez) obras com registo do ato no respetivo processo, que devem pertencer a requerente diferente. | R | ---------- |
| | | | | | | 3 | Proceder ao acompanhamento dos inícios de obras (implantação). | R | ---------- |
| Promover medidas de reposição de legalidade dentro dos prazos definidos. | Progressão de ilegalidade da obra em causa. | Gestão | Alta | Alta | Elevado | 4 | Cumprir os prazos internos definidos para as ações de fiscalização. | R | ---------- |
| Promover o tratamento e informação dos processos de queixa e de solicitações internas, relacionadas com obras e demais operações urbanísticas. | Progressão de ilegalidade das situações em causa. | Gestão | Alta | Alta | Elevado | 5 | Informar e tramitar toda a documentação recebida através das aplicações SIGMA-Gestão de Urbanismo e/ ou *Edoclink*, nos prazos fixados internamente. | R | ---------- |

| Atividade de potencial risco | Descrição do risco | Tipologia * | Probabilidade de ocorrência | Gravidade da consequência | Grau de risco | N.º | Medidas de prevenção/ mitigação | Estado de realização | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Reportar todos os factos verificados e que possam constituir algum tipo de infração. | Progressão de ilegalidades existentes no Concelho. | Gestão | Alta | Alta | Elevado | 6 | Sensibilizar anualmente todos os colaboradores da FTOT para a obrigatoriedade de reportar factos que possam constituir infração. | R | ---------- |
| Assegurar a rotatividade dos funcionários na informação dos processos de reclamação de urbanismo. | Aumento da probabilidade de tentativa de corrupção dos colaboradores, devido ao tempo excessivo em que contactam com os mesmos particulares. | Corrupção | Alta | Alta | Elevado | 7 | Elaborar e atribuir periodicamente a todos os colaboradores da FTOT documento com atribuição das freguesias por cada colaborador. | R | ---------- |

| Unidade Orgânica: | Núcleo de Apoio Técnico (NAT) | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Atribuições: | ROSMEC – art.º 45.º | | | | | | | | |
| Responsável: | Céu Arsénio | | | | | | | | |
| **Atividade de potencial risco** | **Descrição do risco** | **Tipologia *** | **Probabilidade de ocorrência** | **Gravidade da consequência** | **Grau de risco** | **N.º** | **Medidas de prevenção/ mitigação** | **Estado de realização** | **Observações** |
| Sistematizar informação relativa aos recursos humanos afetos ao NAT, de forma a efetuar o controlo do cumprimento dos diversos deveres e funções atribuídas aos mesmos. | Ausência de mecanismos que obriguem à informação sistemática dos recursos humanos afetos ao NAT. | Gestão | Média | Média | Moderado | 1 | Elaborar documento para reportar as atividades desenvolvidas por cada colaborador do NAT. | R | ---------- |
| Arquivar, organizar e encaminhar o despacho da correspondência expedida e recebida no Departamento, bem como de informações ou outros documentos que impliquem resposta a terceiros ou encaminhamento interno na Câmara Municipal. | Incumprimento dos procedimentos administrativos. | Gestão | Média | Média | Moderado | 2 | Registar e tramitar toda a documentação existente (produzida, recebida e enviada) no SGD, de modo a potenciar o respetivo controlo de harmonização. | R | ---------- |
| Elaborar o expediente administrativo dos processos de empreitadas. | Incumprimento dos procedimentos administrativos propostos pelo fiscal de obra. | Gestão | Média | Média | Moderado | 3 | Estabelecer um prazo limite para elaboração dos procedimentos administrativos a entregar ao fiscal da obra. | R | ---------- |
| Assegurar o atendimento telefónico com qualidade e garantir o cumprimento dos prazos adequados à eficaz prestação de informação dos assuntos tramitados no departamento, tendo em conta a satisfação do interesse do munícipe. | Prestação de informação deficiente e/ ou errada aos munícipes. | Gestão | Média | Média | Moderado | 4 | Sensibilizar os trabalhadores para o cumprimento dos deveres profissionais e para as consequências da violação do segredo profissional. | R | ---------- |

| Unidade Orgânica: | Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico (DDS) | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Atribuições:** | ROSMEC – art.º 17.º | | | | | | | | |
| **Responsável:** | Ana Martins | | | | | | | | |
| **Atividade de potencial risco** | **Descrição do risco** | **Tipologia *** | **Probabilidade de ocorrência** | **Gravidade da consequência** | **Grau de risco** | **N.º** | **Medidas de prevenção/ mitigação** | **Estado de realização** | **Observações** |
| Promover o desenvolvimento socioeconómico de forma multissetorial e integrada, através do planeamento, coordenação e execução de planos, programas e projetos, nas áreas da educação e da juventude, primariamente no concelho de Mafra e, também, com as populações de outras áreas geográficas. | Ausência ou deficiente planeamento e execução dos planos, programas e projetos a desenvolver/ desenvolvidos. | Gestão | Média | Média | Moderado | 1 | Planear e realizar reuniões periódicas de avaliação do funcionamento dos serviços. | R | ---------- |
| Gerir, eficiente e eficazmente, a utilização e funcionamento das infraestruturas de apoio à educação e juventude. | Ineficiente ou ineficaz utilização e funcionamento das infraestruturas de apoio à educação e juventude. | Gestão | Média | Média | Moderado | 1 | Planear e realizar reuniões periódicas de avaliação do funcionamento dos serviços. | R | ---------- |
| **Unidade Orgânica:** | **Divisão de Turismo, Cultura e Desporto (DTCD)** | | | | | | | | |
| **Atribuições:** | ROSMEC – art.º 46.º | | | | | | | | |
| **Responsável:** | Gonçalo Ferreira | | | | | | | | |
| Gestão técnico-administrativa e dos equipamentos culturais, desportivos e áreas que lhe estão afetas. | Tratamento privilegiado de funcionários/ utentes e/ ou entidades. | Crime conexo | Alto | Médio | Elevado | 1 | Controlar as inscrições e cobranças dos serviços prestados. | R | ---------- |

| Atividade de potencial risco | Descrição do risco | Tipologia * | Probabilidade de ocorrência | Gravidade da consequência | Grau de risco | N.º | Medidas de prevenção/ mitigação | Estado de realização | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Gestão técnico-administrativa e dos equipamentos culturais, desportivos e áreas que lhe estão afetas. | Tratamento privilegiado de funcionários/ utentes e/ ou entidades. | Crime conexo | Alto | Médio | Elevado | 2 | Controlar a utilização/ acessos às instalações, com base nas inscrições e registos de presença. | R | ---------- |
| | | | | | | 3 | Salvaguardar o cumprimento dos regulamentos e normas aplicáveis, através da definição de circuitos prévios, integrando a validação de procedimentos por superiores hierárquicos. | R | ---------- |
| | Falta de cobrança ou cobrança indevida dos preços e taxas aprovados. | Gestão | Alto | Médio | Elevado | 4 | Efetuar o controlo do fecho de caixa diário, atendendo aos requisitos da Norma de Controlo Interno. | R | ---------- |
| **Unidade Orgânica:** | **Unidade de Turismo (UT)** | | | | | | | | |
| **Atribuições:** | ROSMEC – art.º 47.º | | | | | | | | |
| **Responsável:** | Ana Vaz | | | | | | | | |
| Vistorias ao Alojamento Local. | Estabelecimentos não conformes e despromoção da qualidade da oferta de alojamento. | Gestão | Médio | Baixo | Fraco | 1 | Assegurar a realização de vistorias, verificando os pressupostos constantes na legislação em vigor. | R | ---------- |

| Atividade de potencial risco | Descrição do risco | Tipologia * | Probabilidade de ocorrência | Gravidade da consequência | Grau de risco | N.º | Medidas de prevenção/ mitigação | Estado de realização | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Gestão das atividades turísticas. | Falta de cobrança ou cobrança indevida dos preços e taxas aprovados. | Gestão | Alto | Médio | Elevado | 2 | Efetuar o controlo do fecho de caixa diário, atendendo aos requisitos da Norma de Controlo Interno. | R | ---------- |
| **Unidade Orgânica:** | **Unidade de Cultura (UC)** | | | | | | | | |
| **Atribuições:** | ROSMEC – art.º 48.º | | | | | | | | |
| **Responsável:** | Maria do Carmo Almeida | | | | | | | | |
| Gestão das atividades e utilização dos auditórios municipais. | Falta de cobrança ou cobrança indevida dos preços e taxas relativamente às cedências externas. | Gestão | Alto | Médio | Elevado | 1 | Efetuar o controlo das cobranças associadas, de acordo com o Regulamento em vigor. | R | ---------- |
| Gestão dos acervos museológicos. | Deterioração dos acervos museológicos devido à ausência de acompanhamento técnico regular, de materiais e de suportes de acondicionamento. | Gestão | Médio | Médio | Moderado | 2 | Efetuar visitas regulares às reservas, propor a aquisição de materiais para o acondicionamento adequado e conservação preventiva, bem como de serviços de restauro. | R | ---------- |
| Gestão das coleções das Bibliotecas e dos empréstimos. | Deterioração dos acervos. | Gestão | Médio | Médio | Moderado | 3 | Efetuar a conservação preventiva, higienização e desbaste, respeitando a Instrução de Trabalho respetiva. | R | ---------- |

| Atividade de potencial risco | Descrição do risco | Tipologia * | Probabilidade de ocorrência | Gravidade da consequência | Grau de risco | N.º | Medidas de prevenção/ mitigação | Estado de realização | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Gestão das coleções das Bibliotecas e dos empréstimos. | Extravio dos documentos. | Gestão | Médio | Médio | Moderado | 4 | Inventariar todas as obras que dão entrada nas bibliotecas. | R | ---------- |
| | | | | | | 5 | Controlar os empréstimos e respetivas devoluções de acordo com o Regulamento das Bibliotecas Municipais e respetiva Instrução de Trabalho. | R | ---------- |
| Gestão da programação, organização e realização das exposições nas Galerias Municipais e outros espaços culturais. | Tratamento diferenciado de situações idênticas, aquando da receção das propostas de exposição, resultantes de candidaturas espontâneas, motivadas pela falta de uniformização de procedimentos. | Gestão | Médio | Baixo | Fraco | 6 | Estabelecer critérios para a avaliação de propostas. | R | ---------- |
| **Unidade Orgânica:** | **Unidade de Desporto (UD)** | | | | | | | | |
| **Atribuições:** | ROSMEC – art.º 49.º | | | | | | | | |
| **Responsável:** | Nuno Benedito | | | | | | | | |
| Gestão técnico-administrativa. | Tratamento privilegiado de funcionários/ utentes e/ ou entidades. | Crime conexo | Médio | Baixo | Fraco | 1 | Controlar a gestão de listas de espera. | R | ---------- |
| Gestão das atividades e utilização dos espaços desportivos municipais. | Falta de cobrança ou cobrança indevida dos preços e taxas relativamente às cedências externas. | Gestão | Alto | Médio | Elevado | 2 | Efetuar o controlo das cobranças associadas, de acordo com o Regulamento em vigor. | R | ---------- |

| **Unidade Orgânica:** | **Divisão de Ação Social e de Apoio Institucional (DASAI)** | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Atribuições:** | ROSMEC – art.º 50.º | | | | | | | | |
| **Responsável:** | Paula Ribeiro | | | | | | | | |
| **Atividade de potencial risco** | **Descrição do risco** | **Tipologia *** | **Probabilidade de ocorrência** | **Gravidade da consequência** | **Grau de risco** | **N.º** | **Medidas de prevenção/ mitigação** | **Estado de realização** | **Observações** |
| Realização de atendimentos de caráter social, com vista à atribuição de apoios sociais. | Parcialidade na análise dos pedidos e/ou favorecimento dos beneficiários. | Corrupção | Média | Média | Moderado | 1 | Promover a análise conjunta de processos que envolvam apoios pecuniários; | R | ---------- |
| | | | | | | 2 | Uniformização de práticas orientadoras do atendimento, alinhadas com os Regulamentos aplicáveis; | R | ---------- |
| | | | | | | 3 | Sensibilizar para a obrigatoriedade de reportar factos que possam constituir infração, incompatibilidades, impedimentos e escusa. | R | ---------- |

| Unidade Orgânica: | Unidade de Apoio Institucional (UAI) | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Atribuições:** | ROSMEC – art.º 51.º | | | | | | | | |
| **Responsável:** | Paula Santos | | | | | | | | |
| **Atividade de potencial risco** | **Descrição do risco** | **Tipologia *** | **Probabilidade de ocorrência** | **Gravidade da consequência** | **Grau de risco** | **N.º** | **Medidas de prevenção/ mitigação** | **Estado de realização** | **Observações** |
| Análise das candidaturas ao Programa de Apoio ao Associativismo (PAA). | Parcialidade na análise dos pedidos e/ou favorecimento dos beneficiários. | Corrupção | Média | Média | Moderado | 1 | Promover a análise dos pedidos, multidisciplinarmente por elementos de áreas diferentes. | R | ---------- |
| | | | | | | 2 | Realizar a análise aleatória (a quarta candidatura entrada, por natureza da associação: desportiva, cultural e juvenil) de, pelo menos, três candidaturas de entidades ao PAA, prévio ao envio para despacho superior. | R | ---------- |
| Apoio institucional no âmbito da celebração dos contratos de cedência de instalações em regime de comodato. | Utilização indevida dos espaços comodatados. | Gestão | Média | Média | Moderado | 3 | Solicitar, via *e-mail*, junto de pelo menos três entidades comodantes (ordem alfabética), um descritivo das ações e iniciativas do ano transato e das propostas em curso. | R | ---------- |
| Apoio institucional no âmbito dos Contratos Interadministrativos entre o Município e as Juntas de Freguesia (JF). | Não cumprimento do disposto nos Acordos de Execução (cláusula 18.ª), para reporte superior. | Gestão | Média | Média | Moderado | 4 | Rececionar, registar e remeter, para conhecimento superior, os relatórios trimestrais rececionados pelas JF na sequência dos Acordos de Execução respetivos. | R | ---------- |

| **Unidade Orgânica:** | **Divisão de Educação e Juventude (DEJ)** | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Atribuições:** | ROSMEC – art.º 52.º | | | | | | | | |
| **Responsável:** | Margarida Infante | | | | | | | | |
| **Atividade de potencial risco** | **Descrição do risco** | **Tipologia *** | **Probabilidade de ocorrência** | **Gravidade da consequência** | **Grau de risco** | **N.º** | **Medidas de prevenção/ mitigação** | **Estado de realização** | **Observações** |
| Gestão operacional e administrativa dos Transportes Escolares. | Favorecimento ou subalternização dos beneficiários. | Corrupção | Alta | Média | Elevado | 1 | Verificar a aplicação do *Regulamento para Atribuição de Transportes Escolares* e do Procedimento de Gestão Administrativa dos Transportes Escolares, através da conferência aleatória de processos. | R | ---------- |
| | | | | | | 2 | Planear e realizar visitas de supervisão e consequente preenchimento de *check-list.* | R | ---------- |
| | | | | | | 3 | Planear e realizar reuniões periódicas de avaliação do funcionamento do serviço. | R | ---------- |
| | | | | | | 4 | Sensibilizar para a obrigatoriedade de reportar factos que possam constituir infração, incompatibilidades, impedimentos e escusa. | R | ---------- |

| Atividade de potencial risco | Descrição do risco | Tipologia * | Probabilidade de ocorrência | Gravidade da consequência | Grau de risco | N.º | Medidas de prevenção/ mitigação | Estado de realização | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Gestão operacional da Creche de Mafra. | Ineficiência na gestão de recursos humanos e materiais afetos à Creche de Mafra. | Gestão | Alta | Média | Elevado | 3 | Planear e realizar reuniões periódicas de avaliação do funcionamento do serviço; | R | ---------- |
| | | | | | | 4 | Sensibilizar para a obrigatoriedade de reportar factos que possam constituir infração, incompatibilidades, impedimentos e escusa. | R | ---------- |
| Atribuição de auxílios económicos a alunos carenciados. | Favorecimento ou subalternização dos beneficiários. | Corrupção | Alta | Média | Elevado | 5 | Verificar a aplicação da legislação em vigor e do *Regulamento para Atribuição de Apoios Sociais do Município de Mafra*, através da conferência aleatória de processos; | R | ---------- |
| | | | | | | 4 | Sensibilizar para a obrigatoriedade de reportar factos que possam constituir infração, incompatibilidades, impedimentos e escusa. | R | ---------- |
| Gestão operacional da Componente de Apoio à Família. | Ineficiência na gestão de recursos humanos e materiais afetos ao serviço de refeição. | Gestão | Alta | Média | Elevado | 2 | Planear e realizar visitas de supervisão e consequente preenchimento de *check-list* (área alimentar); | R | ---------- |
| | | | | | | 3 | Planear e realizar reuniões periódicas de avaliação do funcionamento do serviço (refeição, prolongamento de horário e atividades nas interrupções letivas); | R | ---------- |

| Atividade de potencial risco | Descrição do risco | Tipologia * | Probabilidade de ocorrência | Gravidade da consequência | Grau de risco | N.º | Medidas de prevenção/ mitigação | Estado de realização | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Gestão operacional da Componente de Apoio à Família. | Ineficiência na gestão de recursos humanos e materiais afetos ao serviço de refeição. | Gestão | Alta | Média | Elevado | 4 | Sensibilizar para a obrigatoriedade de reportar factos que possam constituir infração, incompatibilidades, impedimentos e escusa. | R | ---------- |
| Promoção, criação e desenvolvimento de programas para jovens, designadamente nas áreas de ocupação dos tempos livres. | Favorecimento ou subalternização dos beneficiários. | Corrupção | Alta | Média | Elevado | 6 | Promover a elaboração do *Regulamento de Funcionamento do Programa de Ocupação de Tempos Livres - Férias (Cri)Ativas.* | NR | A proposta de regulamento encontra-se em fase de avaliação de contributos para a sua compilação, no entanto, os procedimentos (preços, prazos de inscrição e cancelamentos) adotados são objeto de deliberação do órgão executivo em consonância com os definidos no Regulamento da CAF. |
| | Deficiente identificação das necessidades e problemas dos jovens. | Gestão | Baixa | Baixa | Fraco | 7 | Promover a monitorização do Plano Estratégico na área da Juventude. | R | ---------- |
| Avaliação sistemática dos projetos, de modo a verificar a sua adequação às necessidades dos jovens. | Ausência ou deficiente planeamento e avaliação dos projetos a desenvolver/desenvolvidos. | Gestão | Média | Média | Moderado | 8 | Monitorizar as atividades incluídas no plano anual, através da elaboração de fichas de planeamento e de relatórios. | R | ---------- |

| **Unidade Orgânica:** | **Unidade de Coordenação e Gestão Educativa (UCGE)** | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Atribuições:** | ROSMEC – art.º 53.º | | | | | | | | |
| **Responsável:** | Patrícia Duarte | | | | | | | | |
| **Atividade de potencial risco** | **Descrição do risco** | **Tipologia *** | **Probabilidade de ocorrência** | **Gravidade da consequência** | **Grau de risco** | **N.º** | **Medidas de prevenção/ mitigação** | **Estado de realização** | **Observações** |
| Gestão administrativa da Componente de Apoio à Família (serviços de Refeição, prolongamento de horário e atividades nas interrupções letivas). | Favorecimento ou subalternização dos beneficiários. | Corrupção | Alta | Média | Elevado | 1 | Verificar a aplicação do *Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio á Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico do Município de Mafra*; Procedimento de Gestão Administrativa da CAF; Processo de cobrança de pagamentos em atraso no âmbito da CAF, através da conferência aleatória de processos; | R | ---------- |
| | | | | | | 2 | Planear e realizar reuniões periódicas sobre o funcionamento do serviço; | R | ---------- |
| | | | | | | 3 | Sensibilizar para a obrigatoriedade de reportar factos que possam constituir infração, incompatibilidades, impedimentos e escusa. | R | ---------- |

| Atividade de potencial risco | Descrição do risco | Tipologia * | Probabilidade de ocorrência | Gravidade da consequência | Grau de risco | N.º | Medidas de prevenção/ mitigação | Estado de realização | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Gestão administrativa da Creche de Mafra. | Favorecimento ou subalternização dos beneficiários. | Corrupção | Alta | Média | Elevado | 4 | Verificar a aplicação do *Regulamento da Creche da Câmara Municipal de Mafra*; Procedimento de Gestão da Creche de Mafra; Processo de Cobrança da Creche de Mafra, através da conferência aleatória de processos; | R | ---------- |
| | | | | | | 5 | Planear e realizar visitas de supervisão e consequente preenchimento de *check-list* de verificação do posto de atendimento. | R | ---------- |
| Programação de iniciativas que respondam aos problemas sociofamiliares ao nível da ocupação de tempos livres das crianças e jovens do concelho. | Deficiente identificação das necessidades e problemas. | Gestão | Baixa | Baixa | Fraco | 6 | Promover a monitorização/ revisão do Projeto Educativo Municipal. | R | ---------- |
| Avaliação sistemática dos projetos integrados no Plano Anual de Atividades de modo a adequar a ação educativa à realidade municipal. | Ausência ou deficiente planeamento e avaliação dos projetos a desenvolver/desenvolvidos. | Gestão | Média | Média | Moderado | 7 | Monitorizar as atividades incluídas no plano anual, através da elaboração de fichas de planeamento e de relatórios. | R | ---------- |
| | Favorecimento ou subalternização dos beneficiários. | Corrupção | Alta | Média | Elevado | 8 | Verificar a aplicação do *Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo no Domínio da Música do Município de Mafra* através da conferência aleatória de processos e da aplicação de questionários de avaliação da satisfação dos Encarregados de Educação. | R | ---------- |

| Atividade de potencial risco | Descrição do risco | Tipologia * | Probabilidade de ocorrência | Gravidade da consequência | Grau de risco | N.º | Medidas de prevenção/ mitigação | Estado de realização | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Monitorização da Carta Educativa do Concelho de Mafra. | Deficiente identificação das necessidades. | Gestão | Baixa | Baixa | Fraco | 9 | Promover a monitorização da Carta Educativa. | R | ---------- |
| **Unidade Orgânica:** | **Unidade de Planeamento e Gestão da Rede Educativa Mafra Oeste (UPGREMO)** | | | | | | | | |
| **Atribuições:** | ROSMEC – art.º 54.º | | | | | | | | |
| **Responsável:** | Susana Marques | | | | | | | | |
| Gestão operacional da Componente de Apoio à Família (serviços de Refeição, Prolongamento de Horário e Atividades nas Interrupções Letivas). | Ineficiência na gestão de recursos humanos e materiais afetos ao serviço de refeição. | Gestão | Alta | Média | Elevado | 1 | Planear e realizar visitas de supervisão e consequente preenchimento de *check-list*; | R | ---------- |
| | | | | | | 2 | Planear e realizar reuniões periódicas de avaliação do funcionamento do serviço; | R | ---------- |
| | | | | | | 3 | Sensibilizar para a obrigatoriedade de reportar factos que possam constituir infração, incompatibilidades, impedimentos e escusa. | R | ---------- |

| Unidade Orgânica: | Unidade de Planeamento e Gestão da Rede Educativa Mafra Este (UPGREME) | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Atribuições:** | ROSMEC – art.º 55.º | | | | | | | | |
| **Responsável:** | Mónica Mendes | | | | | | | | |
| **Atividade de potencial risco** | **Descrição do risco** | **Tipologia *** | **Probabilidade de ocorrência** | **Gravidade da consequência** | **Grau de risco** | **N.º** | **Medidas de prevenção/ mitigação** | **Estado de realização** | **Observações** |
| Gestão operacional da Componente de Apoio à Família (serviços de Refeição, Prolongamento de Horário e Atividades nas Interrupções Letivas). | Ineficiência na gestão de recursos humanos e materiais afetos ao serviço de refeição. | Gestão | Alta | Média | Elevado | 1 | Planear e realizar visitas de supervisão e consequente preenchimento de *check-list*; | R | ---------- |
| | | | | | | 2 | Planear e realizar reuniões periódicas de avaliação do funcionamento do serviço; | R | ---------- |
| | | | | | | 3 | Sensibilizar para a obrigatoriedade de reportar factos que possam constituir infração, incompatibilidades, impedimentos e escusa. | R | ---------- |
| **Unidade Orgânica:** | **Núcleo de Apoio Técnico (NAT)** | | | | | | | | |
| **Atribuições:** | ROSMEC – art.º 56.º | | | | | | | | |
| **Responsável:** | Ana Martins | | | | | | | | |
| Preparar os processos administrativos para a Reunião de Câmara. | Incumprimento de prazos. | Gestão | Média | Alta | Elevado | 1 | Criar alertas cíclicos e posterior envio de mensagem aos Chefes de Divisão, a solicitar os assuntos com antecedência em relação às datas fixadas para as reuniões. | R | ---------- |

| Atividade de potencial risco | Descrição do risco | Tipologia * | Probabilidade de ocorrência | Gravidade da consequência | Grau de risco | N.º | Medidas de prevenção/ mitigação | Estado de realização | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Arquivar, organizar e encaminhar o despacho da correspondência expedida e recebida no Departamento, bem como de informações ou outros documentos que impliquem resposta a terceiros ou encaminhamento interno na Câmara Municipal. | Falta de reserva. | Todas | Alta | Média | Elevado | 2 | Sensibilizar os trabalhadores para o cumprimento dos deveres profissionais e para as consequências da violação do segredo profissional. | R | ---------- |
| **Unidade Orgânica:** | **Divisão de Segurança e Proteção Civil (DSPC)** | | | | | | | | |
| **Atribuições:** | ROSMEC – art.º 57.º | | | | | | | | |
| **Responsável:** | Rui Rodrigues | | | | | | | | |
| Coordenar o exercício das atividades da polícia municipal e da proteção civil, zelando pelo cumprimento das leis, regulamentos, deliberações ou decisões dos órgãos do município no âmbito da sua competência. | Suscetibilidade de obtenção de efeitos favorecedores sobre os intervenientes. | Corrupção | Baixa | Média | Fraco | 1 | Rotatividade de agentes em patrulha definida em escala de serviço. | R | ---------- |

| Atividade de potencial risco | Descrição do risco | Tipologia * | Probabilidade de ocorrência | Gravidade da consequência | Grau de risco | N.º | Medidas de prevenção/ mitigação | Estado de realização | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Garantir o cumprimento dos regulamentos e posturas municipais e a aplicação das normas legais cuja competência de aplicação ou fiscalização caiba ao Município, designadamente nos domínios da edificação e urbanização, parque habitacional, comércio, ruído, saúde pública, circulação rodoviária e estacionamento de veículos, defesa e proteção da natureza, do ambiente, do património culturas e dos recursos cinegéticos. | Suscetibilidade de obtenção de efeitos favorecedores sobre os intervenientes. | Corrupção | Alta | Média | Elevado | 1 | Rotatividade de agentes em patrulha definida em escala de serviço. | R | ---------- |
| Executar coercivamente, nos termos da lei, os atos administrativos emanados dos órgãos do Município. | Suscetibilidade de obtenção de efeitos favorecedores sobre os intervenientes. | Corrupção | Alta | Média | Elevado | 1 | Rotatividade de agentes em patrulha definida em escala de serviço. | R | ---------- |
| Garantir a vigilância de espaços públicos ou abertos ao público, designadamente nas áreas circundantes de escolas. | Ausência ou deficiente planeamento. | Gestão | Alta | Média | Elevado | 2 | Elaboração de planeamento mensal. | R | ---------- |
| Regular e fiscalizar o trânsito rodoviário e pedonal na área de jurisdição municipal. | Suscetibilidade de obtenção de efeitos favorecedores sobre os intervenientes. | Corrupção | Alta | Média | Elevado | 1 | Rotatividade de agentes em patrulha definida em escala de serviço. | R | ---------- |
| Garantir o cumprimento das normas e estacionamento de veículos e de circulação rodoviária. | Suscetibilidade de obtenção de efeitos favorecedores sobre os intervenientes. | Corrupção | Alta | Média | Elevado | 1 | Rotatividade de agentes em patrulha definida em escala de serviço. | R | ---------- |
| Elaborar autos de notícia por acidente de viação quando o facto não constituir crime. | Suscetibilidade de obtenção de efeitos favorecedores sobre os intervenientes. | Corrupção | Alta | Média | Elevado | 1 | Rotatividade de agentes em patrulha definida em escala de serviço. | R | ---------- |

| Atividade de potencial risco | Descrição do risco | Tipologia * | Probabilidade de ocorrência | Gravidade da consequência | Grau de risco | N.º | Medidas de prevenção/ mitigação | Estado de realização | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Adotar as providências organizativas apropriadas aquando da realização de eventos na via pública que impliquem restrições à circulação, em coordenação com as forças de segurança competentes, quando necessário. | Ausência ou deficiente planeamento. | Gestão | Média | Baixa | Moderado | 2 | Elaboração de planeamento mensal. | R | ---------- |
| Denunciar os crimes de que tiver conhecimento no exercício das suas funções, e por causa delas, e praticar os atos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova, nos termos da lei processual penal, até à chegada do órgão de polícia criminal competente. | Suscetibilidade de obtenção de efeitos favorecedores sobre os intervenientes. | Corrupção | Baixa | Média | Moderado | 1 | Rotatividade de agentes em patrulha definida em escala de serviço. | R | ---------- |
| Elaborar autos de notícia e autos de contraordenação por infrações aos regulamentos e posturas municipais e às normas de âmbito nacional ou regional cuja competência de aplicação ou fiscalização pertença ao município, bem como colaborar na instrução dos respetivos processos. | Suscetibilidade de obtenção de efeitos favorecedores sobre os intervenientes. | Corrupção | Alta | Média | Elevado | 1 | Rotatividade de agentes em patrulha definida em escala de serviço. | R | ---------- |
| Elaborar autos de notícia, com remessa à autoridade competente, por infrações cuja fiscalização não seja da competência do Município, nos casos em que a lei o imponha ou o permita. | Suscetibilidade de obtenção de efeitos favorecedores sobre os intervenientes. | Corrupção | Alta | Média | Elevado | 3 | Pedido de escusa na participação onde possa existir favorecimento pessoal exclusivo. | R | ---------- |

| Atividade de potencial risco | Descrição do risco | Tipologia * | Probabilidade de ocorrência | Gravidade da consequência | Grau de risco | N.º | Medidas de prevenção/ mitigação | Estado de realização | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Exercer funções de polícia ambiental. | Suscetibilidade de obtenção de efeitos favorecedores sobre os intervenientes. | Corrupção | Média | Baixa | Moderado | 3 | Pedido de escusa na participação onde possa existir favorecimento pessoal exclusivo. | R | ---------- |
| Promover a desocupação dos fogos municipais ocupados abusivamente. | Suscetibilidade de obtenção de efeitos favorecedores sobre os intervenientes. | Corrupção | Baixa | Média | Fraco | 1 | Rotatividade de agentes em patrulha definida em escala de serviço. | R | ---------- |
| Detetar e promover a remoção das viaturas abandonadas na via pública, desencadeando o respetivo processo administrativo. | Suscetibilidade de obtenção de efeitos favorecedores sobre os intervenientes. | Corrupção | Média | Baixa | Moderado | 1 | Rotatividade de agentes em patrulha definida em escala de serviço. | R | ---------- |
| Fiscalização do cumprimento das disposições constantes na legislação em vigor, em matéria de ruído. | Suscetibilidade de obtenção de efeitos favorecedores sobre os intervenientes. | Corrupção | Baixa | Média | Fraco | 1 | Rotatividade de agentes em patrulha definida em escala de serviço. | R | ---------- |
| **Unidade Orgânica:** | **Unidade de Proteção Civil (UPC)** | | | | | | | | |
| **Atribuições:** | ROSMEC – art.º 58.º | | | | | | | | |
| **Responsável:** | Carlos Trindade | | | | | | | | |
| Colaborar com a Autoridade Nacional de Proteção Civil no estudo e preparação de planos de defesa das populações, em casos de emergência, bem como nos simulacros e testes às capacidades de execução e avaliação dos mesmos. | Ausência ou deficiente planeamento. | Gestão | Baixa | Baixa | Fraco | 1 | Planeamento da Revisão do Plano Estratégico na área da Proteção Civil com o objetivo global de contribuir para a segurança do concelho. | R | ---------- |

| Atividade de potencial risco | Descrição do risco | Tipologia * | Probabilidade de ocorrência | Gravidade da consequência | Grau de risco | N.º | Medidas de prevenção/ mitigação | Estado de realização | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Organizar planos de proteção civil das populações locais em casos de incêndios florestais, cheias, sismos ou outras situações de emergência. | Ausência de plano(s) ou do planeamento da revisão. | Gestão | Baixa | Baixa | Fraco | 1 | Planeamento da Revisão do Plano Estratégico na área da Proteção Civil com o objetivo global de contribuir para a segurança do concelho. | R | ---------- |
| Organizar planos de atuação em colaboração com as juntas de freguesia e outros municípios, com a finalidade de intervir, em casos de emergência ou sinistro, em áreas bem determinadas expostas a níveis elevados de risco. | Ausência de plano(s) ou do planeamento da revisão. | Gestão | Baixa | Baixa | Fraco | 1 | Planeamento da Revisão do Plano Estratégico na área da Proteção Civil com o objetivo global de contribuir para a segurança do concelho. | R | ---------- |
| Executar e promover as ações concernentes aos serviços de bombeiros e emergência médica, nomeadamente no acompanhamento e apoio financeiro ou outro, às associações humanitárias e de socorro do concelho. | Ausência do controlo dos movimentos financeiros. | Crimes conexos | Baixa | Baixa | Fraco | 2 | Controlo mensal dos boletins de transferências hospitalares. | R | Deixou de ser competência da DSPC |
| Promover a informação e formação das populações, visando a sua sensibilização em matérias de autoproteção e de colaboração com as demais autoridades. | Ausência de plano(s) ou do planeamento da revisão. | Gestão | Baixa | Baixa | Fraco | 1 | Planeamento da Revisão do Plano Estratégico na área da Proteção Civil com o objetivo global de contribuir para a segurança do concelho. | R | ---------- |
| Propor medidas adequadas a incluir no plano de atividades anuais e plurianuais e executar as ações que na área da defesa e ordenamento da floresta estejam aí incluídas. | Ausência de plano(s) ou do planeamento da revisão. | Gestão | Baixa | Baixa | Fraco | 1 | Planeamento da Revisão do Plano Estratégico na área da Proteção Civil com o objetivo global de contribuir para a segurança do concelho. | R | ---------- |

| Atividade de potencial risco | Descrição do risco | Tipologia * | Probabilidade de ocorrência | Gravidade da consequência | Grau de risco | N.º | Medidas de prevenção/ mitigação | Estado de realização | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Acompanhar, executar e atualizar o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (DFCI), bem como os programas de ação nele previstos. | Ausência de plano(s) ou do planeamento da revisão. | Gestão | Baixa | Baixa | Fraco | 1 | Planeamento da Revisão do Plano Estratégico na área da Proteção Civil com o objetivo global de contribuir para a segurança do concelho. | R | ---------- |
| Promover o cumprimento do estabelecido no sistema nacional de defesa da floresta contra incêndios, relativamente às competências aí atribuídas aos municípios. | Ausência de plano(s) ou do planeamento da revisão. | Gestão | Baixa | Baixa | Fraco | 1 | Planeamento da Revisão do Plano Estratégico na área da Proteção Civil com o objetivo global de contribuir para a segurança do concelho. | R | ---------- |
| Coordenar e acompanhar as ações de gestão de combustíveis no perímetro de proteção a edificações. | Suscetibilidade de obtenção de efeitos favorecedores sobre os intervenientes. | Corrupção | Baixa | Média | Fraco | 3 | Pedido de escusa na participação onde possa existir favorecimento pessoal exclusivo. | R | ---------- |
| Avaliar e informar sobre a utilização de fogo de artifício e outros artefactos pirotécnicos. | Suscetibilidade de obtenção de efeitos favorecedores sobre os intervenientes. | Corrupção | Baixa | Média | Fraco | 3 | Pedido de escusa na participação onde possa existir favorecimento pessoal exclusivo. | R | ---------- |
| Emitir propostas e pareceres no âmbito das medidas e ações de DFCI e ordenamento florestal, dos planos e relatórios de âmbito local, regional e nacional e das propostas de legislação. | Suscetibilidade de obtenção de efeitos favorecedores sobre os intervenientes. | Corrupção | Baixa | Média | Fraco | 3 | Pedido de escusa na participação onde possa existir favorecimento pessoal exclusivo. | R | ---------- |
| Planear as ações a realizar, no curto prazo, no âmbito do controlo das ignições, designadamente, sensibilizar a população, vigiar e adotar as medidas de compressão legalmente previstas, quando for caso disso. | Ausência de plano(s) ou do planeamento da revisão. | Gestão | Baixa | Baixa | Fraco | 4 | Elaboração/ revisão anual do Plano Operacional Municipal (POM). | R | ---------- |

| Atividade de potencial risco | Descrição do risco | Tipologia * | Probabilidade de ocorrência | Gravidade da consequência | Grau de risco | N.º | Medidas de prevenção/ mitigação | Estado de realização | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Atender e informar os munícipes sobre as ações de gestão de combustíveis e sobre as ações de florestação e reflorestação e disposições legais aplicáveis. | Não homogeneização da informação prestada. | Gestão | Média | Média | Moderado | 5 | Elaboração de Norma Operacional. | NR | Transita para 2019 |
| Acompanhar, vistoriar e emitir pareceres sobre as ações de florestação ou reflorestação sujeitas a licenciamento camarário. | Suscetibilidade de obtenção de efeitos favorecedores sobre os intervenientes. | Corrupção | Baixa | Média | Fraco | 3 | Pedido de escusa na participação onde possa existir favorecimento pessoal exclusivo. | R | ---------- |
| Propor, elaborar e informar projetos de candidaturas a programas de financiamento público e coordenar a sua execução física. | Discricionariedade de seleção de beneficiários e tipos de iniciativas. | Crimes conexos | Baixa | Média | Fraco | 3 | Pedido de escusa na participação onde possa existir favorecimento pessoal exclusivo. | R | ---------- |
| Implementar e executar as orientações emanadas nos planos regionais e nacionais. | Ausência de plano(s) ou do planeamento da revisão. | Gestão | Baixa | Baixa | Fraco | 1 | Planeamento da revisão do Plano Estratégico na área da Proteção Civil com o objetivo global de contribuir para a segurança do concelho. | R | ---------- |
| Proceder à inspeção dos locais de trabalho para observação do ambiente e seus efeitos na saúde, identificando e avaliando eventuais riscos profissionais. | Suscetibilidade de obtenção de efeitos favorecedores sobre os intervenientes. | Corrupção | Baixa | Média | Fraco | 3 | Pedido de escusa na participação onde possa existir favorecimento pessoal exclusivo. | R | ---------- |

**Legenda:**

R – Medida realizada

NR – Medida não realizada

N/A – Medida não aplicável

NM – Medida não monitorizada

# CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

**Departamento de Administração Geral e Finanças**

**Divisão de Gestão Financeira e Património**

**PARECER**

Concordo com o proposto. Submete-se à consideração do Exmo. Sr. Presidente

...../...../.....

A Diretora de Departamento de Administração Geral e Finanças

(Ana Viana)
3/12/2019

Concordo com a informação dos serviços. À consideração superior.

03/12/2019

A Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património,

(Dulce Lourenço)

**DESPACHO**

À reunião de Câmara

3/12/2019

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

## INFORMAÇÃO Interno/2019/17754

***ASSUNTO***: Concurso Público para a formação de contrato de empreitada referente à "Requalificação do Largo da Feira da Malveira e da Av. José Batista Antunes na Malveira, incluindo as infraestruturas no subsolo".

Devido à necessidade de se proceder à requalificação do Largo da Feira e da Av. José Batista Antunes, na Malveira, tendo como objetivo revitalizar e valorizar toda a zona envolvente e ainda dinamizar o comércio local, foi elaborado um projeto de remodelação daquela zona.

Na sequência desta requalificação prevista, verificou-se que em todo o polígono de intervenção era necessário proceder à remodelação das infraestruturas enterradas, sendo que os Serviços Municipalizados de Mafra consideram essencial a remodelação das redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais existentes no subsolo. A fim de minimizar, quer os custos com as valas e a reposição dos pavimentos, quer o transtorno às populações, estas intervenções devem ocorrer simultaneamente.

anexo XIII

De forma a permitir articular todos os trabalhos atrás mencionados, foram elaborados os respetivos projetos para remodelação das referidas redes, os quais foram integrados no projeto global da Requalificação do Largo da Feira.

Assim, constituído o Agrupamento de Entidades Adjudicantes constituído pelo Município de Mafra (representante do agrupamento para efeitos de condução do presente procedimento de formação de contrato) e Serviços Municipalizados de Mafra.

Atenta a **Informação Interno/2019/9574** exarada pela **Divisão de Obras Municipais - Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente**, onde é manifestada a necessidade de, não possuindo o Município no seu seio, meios, quer técnicos ou humanos, que lhe permita concretizar tal projeto, o que remete, assim, para a necessidade de despoletar o devido procedimento concursal nos termos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que conduza à celebração de contrato para a execução da empreitada referente à "Requalificação do Largo da Feira da Malveira e da Av. José Batista Antunes na Malveira", tendo em conta que a verba referente à despesa em apreço se encontra prevista no projeto/ação expresso em Plano Plurianual de Investimento **(2018|I|36)**, na rubrica **0301/07030399**, referente a "Requalificação do Largo da Feira da Malveira e da Av. José Batista Antunes na Malveira, incluindo as infraestruturas no subsolo".

Pelo que se propõe:

**1. Tipo de Procedimento:**

Abertura de Procedimento por **Concurso Público**, nos termos da alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, para a formação de contrato de empreitada referente à **"Requalificação do Largo da Feira da Malveira e da Av. José Batista Antunes na Malveira, incluindo as infraestruturas no subsolo".**

**2. Preço Base:**

Considerar como preço base, para o procedimento supramencionado, o valor de **3.614.491€ (três milhões seiscentos e catorze mil quatrocentos e noventa e um euros)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor; considerando para o efeito um

valor de 2 955 792 € (dois milhões novecentos e cinquenta e cinco mil setecentos e noventa e dois euros) acrescido do IVA à taxa legal em vigor a ser suportado pela Câmara Municipal de Mafra e 658 699 € (seiscentos e cinquenta e oito mil seiscentos e noventa e nove euros) acrescido do IVA à taxa legal a ser suportado pelos SMAS de Mafra.

2.1 Considerar-se-á, nos termos conjugados dos art.º(s) 71.º e 132.º do CCP, como preço anormalmente baixo aquele que seja inferior a 80% da base, devido ao facto do valor base do concurso corresponder a preços unitários coerentes com o mercado, já sem grandes folgas, de forma a garantir uma perfeita execução dos trabalhos;

2.2 Sendo que nos termos do art.º 46.º-A do CCP, a adjudicação não ocorrerá por lotes por imperativos técnicos ou funcionais, pois a separação por lotes não permitiria uma correta gestão dos vários trabalhos previstos nesta empreitada, de forma a minimizar custos e transtorno às populações. Acresce ainda que, além do exposto também não garantiria um bom controlo de qualidade e criava zonas cinzentas em termos atribuições de responsabilidades aos diversos empreiteiros, para efeitos de garantia dos trabalhos a executar.

**3. Critério de Adjudicação:**

3.1 Considerar como Critério de Adjudicação nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, na sua redação atual o da **proposta economicamente mais vantajosa**, determinada pela modalidade **da melhor relação qualidade-preço;**

3.2 Na apreciação e classificação das propostas serão considerados os seguintes fatores e subfactores que densificam o critério de adjudicação, indicando-se entre parêntesis os respetivos coeficientes de ponderação:

a) **Preço global da proposta (50,00%);**

b) **Qualidade técnica da proposta (50,00%)**, dividida pelos seguintes subfactores:

b.1) Memória descritiva e justificativa do modo de execução da empreitada, incluindo descrição do planeamento de execução dos trabalhos, conforme o Caderno de Encargos (50%);

b.2) Plano de Trabalhos (20%);

b.3) Plano de Mão-de-Obra (15%);

b.4) Plano de Equipamento (15%).

3.3 Nos termos do n.º 6 do art.º 74.º do CCP, o desempate far-se-á dando preferência à proposta de mais baixo preço.

**4. Júri do Concurso**

4.1 Que o júri do concurso, nos termos do artigo 67.º do CCP, venha a ter a seguinte constituição:

- Presidente: António Sousa Fernandes, Chefe da Divisão de Obras Municipais;
- 1º Vogal: Vasco Mota, Dirigente da Unidade de Contratação Pública e Aprovisionamento;
- 2.º Vogal: Cátia Sousa, Técnica Superior a desempenhar funções na Divisão de Assuntos Jurídicos;
- 1.º Vogal Suplente (que substitui o presidente em caso de impedimento): Rita Madaleno, Técnica Superior a desempenhar funções nos serviços municipalizados de Mafra;
- 2.º Vogal Suplente: Diogo Santos, Técnico Superior a desempenhar funções na Divisão de Assuntos Jurídicos;

4.2 Que ao júri sejam delegadas todas as competências inerentes ao procedimento concursal à exceção da competência para retificação das peças do procedimento, da decisão sobre eventuais erros e omissões identificados pelos interessados, bem como sobre a decisão de adjudicação, nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 69º do CCP, na sua redação atual.

**5. Aprovação do projeto, anúncio de procedimento, Programa de Concurso e Caderno de Encargos**, em anexo à presente informação, cujo clausulado prevê, nomeadamente:

5.1 Prazo de execução de **450 (quatrocentos e cinquenta)** dias;

5.2 Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário deverá prestar uma caução no valor de 5% (cinco por cento) do preço contratual de acordo com os artigos 88.º e 89.º do CCP;

5.3 Atribuir carácter de gratuitidade às peças procedimentais.

5.4 Prazo para a apresentação das propostas: nos termos do n.º 1 do art.º 135.º do CCP definir um prazo de **24 (vinte e quatro) dias** para a apresentação das propostas.

**6.** Para efeitos dos termos conjugados da alínea i) do n.º 1 do art.º 96.º, com o art.º 290.º-A, ambos do CCP, na sua redação atual, que seja designado como **Gestor do Contrato**: João Tavares, Técnico Superior, a desempenhar funções na Divisão de Obras Municipais.

À consideração superior,

2019/12/03

O Dirigente da UCPA

(Vasco Mota)

Departamento de Administração Geral e Finanças
Divisão de Gestão Financeira e Património
Unidade de Contratação Pública e Aprovisionamento

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Concurso Público, nos termos da alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos**

# CADERNO DE ENCARGOS

**DESIGNAÇÃO DA EMPREITADA:**

## "Requalificação do Largo da Feira da Malveira e da Av. José Batista Antunes na Malveira, incluindo as infraestruturas no subsolo"

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**
PRAÇA DO MUNICÍPIO • 2644-001 • MAFRA
TELEF: 261 810 143 • FAX: 261 810 144
E-MAIL: aprovisionamento@cm-mafra.pt
INTERNET: www.cm-mafra.pt

# Índice

**CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES INICIAIS**

Cláusula 1.ª – Objeto

Cláusula 2.ª – Disposições por que se rege a empreitada

Cláusula 3.ª – Interpretação dos documentos que regem a empreitada

Cláusula 4.ª – Esclarecimento de dúvidas

Cláusula 5.ª – Projeto

**CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES DO EMPREITEIRO**

**SECÇÃO I**

**Preparação e planeamento dos trabalhos**

Cláusula 6.ª – Preparação e planeamento da execução da obra

Cláusula 7.ª – Plano de trabalhos ajustado

Cláusula 8.ª – Modificação do plano de trabalhos e do plano de pagamentos

**SECÇÃO II**

**Prazos de execução**

Cláusula 9.ª – Prazos de execução da empreitada

Cláusula 10.ª – Cumprimento do plano de trabalhos

Cláusula 11.ª – Multas por violação dos prazos contratuais

Cláusula 12.ª – Atos e direitos de terceiros

**SECÇÃO III**

**Condições de execução da empreitada**

Cláusula 13.ª – Condições gerais de execução dos trabalhos

Cláusula 14.ª – Especificações dos equipamentos, dos materiais e elementos de construção

Cláusula 15.ª – Materiais e elementos de construção pertencentes ao dono da obra

Cláusula 16.ª – Aprovação de equipamentos, materiais e elementos de construção

Cláusula 17.ª – Reclamação contra a não aprovação de materiais e elementos de construção

Cláusula 18.ª – Efeitos da aprovação dos materiais e elementos de construção

Cláusula 19.ª – Aplicação dos materiais e elementos de construção

Cláusula 20.ª – Substituição de materiais e elementos de construção
Cláusula 21.ª – Depósito de materiais e elementos de construção não destinados à obra
Cláusula 22.ª – Erros ou omissões do projeto e de outros documentos
Cláusula 23.ª – Alterações ao projeto propostas pelo empreiteiro
Cláusula 24.ª – Menções obrigatórias no local dos trabalhos
Cláusula 25.ª – Ensaios
Cláusula 26.ª – Medições
Cláusula 27.ª – Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados
Cláusula 28.ª – Execução simultânea de outros trabalhos no local da obra

**SECÇÃO IV**

**Pessoal**

Cláusula 29.ª – Obrigações gerais
Cláusula 30.ª – Horário de trabalho
Cláusula 31.ª – Segurança, higiene e saúde no trabalho

**CAPÍTULO III – OBRIGAÇÕES DO DONO DA OBRA**

Cláusula 32.ª – Preço e condições de pagamento
Cláusula 33.ª – Adiantamentos ao empreiteiro
Cláusula 34.ª – Reembolso dos adiantamentos
Cláusula 35.ª – Descontos nos pagamentos
Cláusula 36.ª – Mora no pagamento
Cláusula 37.ª – Revisão de preços

**SECÇÃO V**

**Seguros**

Cláusula 38.ª – Contratos de seguros
Cláusula 39.ª – Objeto dos contratos de seguro

**CAPÍTULO IV**

**REPRESENTAÇÃO DAS PARTES E CONTROLO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

Cláusula 40.ª – Representação do empreiteiro
Cláusula 41.ª – Representação do dono da obra
Cláusula 42.ª – Livro de registo de obra

**CAPÍTULO V**

**RECEÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA OBRA**

Cláusula 43.ª – Receção provisória

Cláusula 44.ª – Prazo de garantia

Cláusula 45.ª – Receção definitiva

Cláusula 46.ª – Restituição dos depósitos e quantias retidas e liberação da caução

**CAPÍTULO VI**

**DISPOSIÇÕES FINAIS**

Cláusula 47.ª – Deveres de colaboração recíproca e informação

Cláusula 48.ª – Subcontratação e cessão da posição contratual

Cláusula 49.ª – Resolução do contrato pelo dono da obra

Cláusula 50.ª – Resolução do contrato pelo empreiteiro

Cláusula 51.ª – Foro competente

Cláusula 52.ª – Comunicações e notificações

Cláusula 53.ª – Contagem dos prazos

Cláusula 54.º - Legislação Aplicável

# CADERNO DE ENCARGOS

## Capítulo I
## Disposições iniciais
### Cláusula 1.ª
### Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar no âmbito do concurso para a realização empreitada referente à **"Requalificação do Largo da Feira da Malveira e da Av. José Batista Antunes na Malveira, incluindo as infraestruturas no subsolo"**.

### Cláusula 2.ª
### Disposições por que se rege a empreitada

1 — A execução do Contrato obedece:

a) Às cláusulas do Contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
b) Ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação vigente, doravante designado CCP;
c) Ao Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, e respetiva legislação complementar;
d) À restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à construção, à revisão de preços, às instalações do pessoal, à segurança social, à higiene, segurança, prevenção e medicina no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros;
e) Às regras da arte.

2 — Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no Contrato:

a) O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código;
b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
c) O caderno de encargos;
d) O projeto de execução [ou o programa, no caso previsto no n.º 3 do artigo 43.º do CCP];

e) A proposta adjudicada;

f) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo empreiteiro;

g) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.

**Cláusula 3.ª**

**Interpretação dos documentos que regem a empreitada**

1 — No caso de existirem divergências entre os vários documentos referidos nas alíneas *b)* a *g)* do n.º 2 da cláusula anterior, prevalecem os documentos pela ordem em que são aí indicados.

2 — Em caso de divergência entre o caderno de encargos e o projeto de execução, prevalece o primeiro quanto à definição das condições jurídicas e técnicas de execução da empreitada e o segundo em tudo o que respeita à definição da própria obra.

3 — No caso de divergência entre as várias peças do projeto de:

a) As peças desenhadas prevalecem sobre todas as outras quanto à localização, às características dimensionais da obra e à disposição relativa das suas diferentes partes;

b) As folhas de medições discriminadas e referenciadas e os respetivos mapas resumo de quantidades de trabalhos prevalecem sobre quaisquer outras no que se refere à natureza e quantidade dos trabalhos, sem prejuízo do disposto no artigo 50.º do CCP;

c) Em tudo o mais prevalece o que constar da memória descritiva e das restantes peças do projeto de execução.

4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas b) a g) do n.º 2 da cláusula anterior e o clausulado contratual, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código.

**Cláusula 4.ª**

**Esclarecimento de dúvidas**

1 — As dúvidas que o empreiteiro tenha na interpretação dos documentos por que se rege a empreitada devem ser submetidas ao diretor de fiscalização da obra antes do início da execução dos trabalhos a que respeitam.

2 — No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução dos trabalhos a que dizem respeito, deve o empreiteiro submetê-las imediatamente ao diretor de fiscalização da obra, juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.

3 — O incumprimento do disposto no número anterior torna o empreiteiro responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito, incluindo a demolição e reconstrução das partes da obra em que o erro se tenha refletido.

**Cláusula 5.ª**
**Projeto**

1 — O projeto de execução a considerar para a realização da empreitada é o patenteado no procedimento, sendo integrado pelas seguintes peças:

- Plantas de Localização;
- Projeto de Arquitetura – arranjos exteriores;
- Plano de acessibilidades;
- Projeto de Estabilidade
- Projeto de rede de Abastecimento de Água em Edifícios
- Projeto de rede de Drenagem de águas Residuais Domésticas em Edifícios e de águas Residuais Pluviais em Edifícios
- Projeto de Arruamentos
- ITED_ITUR
- Infraestruturas Elétricas - Iluminação Pública
- Segurança contra Incêndios
- Projeto de AVAC-Edifícios
- Rede Pública de abastecimento de Água
- Rede Pública de Drenagem de Águas Residuais Domésticas
- Rede Pública de Drenagem de Águas Residuais Pluviais
- Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição
- Plano de segurança e saúde em projeto
- Mapa de Quantidades (LPU)
- Programa e projeto de execução.

## Capítulo II
## Obrigações do empreiteiro
## Secção I
## Preparação e planeamento dos trabalhos
### Cláusula 6.ª
### Preparação e planeamento da execução da obra

1 — O empreiteiro é responsável:

a) Perante o dono da obra pela preparação, planeamento e coordenação de todos os trabalhos da empreitada, ainda que em caso de subcontratação, bem como pela preparação, planeamento e execução dos trabalhos necessários à aplicação, em geral, das normas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho vigentes e, em particular, das medidas consignadas no plano de segurança e saúde, e no plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição;

b) Perante as entidades fiscalizadoras, pela preparação, planeamento e coordenação dos trabalhos necessários à aplicação das medidas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho em vigor, bem como pela aplicação do documento indicado na alínea i) do n.º 4 da presente cláusula.

2 — A disponibilização e o fornecimento de todos os meios necessários para a realização da obra e dos trabalhos preparatórios ou acessórios, incluindo os materiais e os meios humanos, técnicos e equipamentos, compete ao empreiteiro.

3 — O empreiteiro realiza todos os trabalhos que, por natureza, por exigência legal ou segundo o uso corrente, sejam considerados como preparatórios ou acessórios à execução da obra, designadamente:

a) Trabalhos de montagem, construção, manutenção, desmontagem e demolição do estaleiro;

b) Trabalhos necessários para garantir a segurança de todas as pessoas que trabalhem na obra ou que circulem no respetivo local, incluindo o pessoal dos subempreiteiros e terceiros em geral, para evitar danos nos prédios vizinhos e para satisfazer os regulamentos de segurança, higiene e saúde no trabalho e de polícia das vias públicas;

c) Trabalhos de restabelecimento, por meio de obras provisórias, de todas as servidões e serventias que seja indispensável alterar ou destruir para a execução dos trabalhos e para evitar a estagnação de águas que os mesmos possam originar;

d) Trabalhos de construção dos acessos ao estaleiro e das serventias internas deste.

4 — A preparação e o planeamento da execução da obra compreendem ainda:

a) A apresentação pelo empreiteiro ao dono da obra de quaisquer dúvidas relativas aos materiais, aos métodos e às técnicas a utilizar na execução da empreitada;

b) O esclarecimento dessas dúvidas pelo dono da obra;

c) A apresentação pelo empreiteiro de reclamações relativamente a erros e omissões do projeto que sejam detetados nessa fase da obra, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 378.º do CCP;

d) A apreciação e decisão do dono da obra das reclamações a que se refere a alínea anterior;

e) O estudo e definição pelo empreiteiro dos processos de construção a adotar na realização dos trabalhos;

f) A apresentação pelo empreiteiro dos seguintes desenhos de construção, pormenores de execução e elementos do projeto:

g) A elaboração e apresentação pelo empreiteiro do plano de trabalhos ajustado, no caso previsto no n.º 3 do artigo 361.º do CCP;

h) A aprovação pelo dono da obra dos documentos referidos nas alíneas f) e g);

i) A elaboração de documento do qual conste o desenvolvimento prático do plano de segurança e saúde, devendo analisar, desenvolver e complementar as medidas aí previstas, em função do sistema utilizado para a execução da obra, em particular as tecnologias e a organização de trabalhos utilizados pelo empreiteiro.

5 – Durante toda a fase da obra o empreiteiro é obrigado a garantir a circulação condigna e segura, quer de viaturas às garagens e ao abastecimento dos espaços comerciais, quer dos peões às habitações, ao comércio e aos serviços locais.

6 – Durante toda a fase da obra o empreiteiro é obrigado a garantir o fornecimento de todos os serviços aos edifícios existentes, nomeadamente, água, esgotos, eletricidades e telecomunicações, sendo apenas permitido a interrupção numa pequena parte do dia, aquando a transferência de ramais e devidamente articulado com a fiscalização.

7 - Se durante a execução da empreitada, devido à circulação de viaturas e máquinas, ocorrerem assentamentos nos pavimentos dos arruamentos de acesso à obra, o empreiteiro terá que no final da referida empreitada deixar os arruamentos em perfeito estado. Se necessário, terá de levantar e reaplicar todos pavimentos danificados, às suas expensas, devendo o trabalho ser executado de acordo com o existente e com a aprovação da Fiscalização. Durante a obra se existirem anomalias nos arruamentos, ou na envolvente da obra, que coloquem em causa a segurança de pessoas ou viaturas, estas terão de ser corrigidas de imediato, **sendo que as propostas dos concorrentes devem fazer referência à forma como vão dar cumprimento a este assunto**.

Caso o empreiteiro não proceda às correções acima referidas, a receção provisória da obra não será efetuada enquanto tal não ocorrer, podendo o Dono da Obra, se necessário, recorrer à caução da obra, para executar os respetivos trabalhos, ou descontar o custo dos mesmos em algum auto ainda não pago.

## Cláusula 7.ª
## Plano de trabalhos ajustado

1 — No prazo de 10 dias a contar da data da celebração do Contrato, o dono da obra pode apresentar ao empreiteiro um plano final de consignação, que densifique e concretize o plano inicialmente apresentado para efeitos de elaboração da proposta.

2 — No prazo de 10 dias a contar da data da notificação do plano final de consignação, deve o empreiteiro, quando tal se revele necessário, apresentar, nos termos e para os efeitos do artigo 361.º do CCP, o plano de trabalhos ajustado e o respetivo plano de pagamentos, observando na sua elaboração a metodologia fixada no presente caderno de encargos.

3 — O plano de trabalhos ajustado não pode implicar a alteração do preço contratual, nem a alteração do prazo de conclusão da obra nem ainda alterações aos prazos parciais definidos no plano de trabalhos constante do Contrato, para além do que seja estritamente necessário à adaptação do plano de trabalhos ao plano final de consignação.

4 — O plano de trabalhos ajustado deve, nomeadamente:

a) Definir com precisão os momentos de início e de conclusão da empreitada, bem como a sequência, o escalonamento no tempo, o intervalo e o ritmo de execução das diversas espécies de trabalho, distinguindo as fases que porventura se considerem vinculativas e a unidade de tempo que serve de base à programação;

b) Indicar as quantidades e a qualificação profissional da mão de obra necessária, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada;

c) Indicar as quantidades e a natureza do equipamento necessário, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada;

d) Especificar quaisquer outros recursos, exigidos ou não no presente caderno de encargos, que serão mobilizados para a realização da obra.

5 — O plano de pagamentos deve conter a previsão, quantificada e escalonada no tempo, do valor dos trabalhos a realizar pelo empreiteiro, na periodicidade definida para os pagamentos a efetuar pelo dono da obra, de acordo com o plano de trabalhos ajustado.

## Cláusula 8.ª

## Modificação do plano de trabalhos e do plano de pagamentos

1 — O dono da obra pode modificar em qualquer momento o plano de trabalhos em vigor por razões de interesse público.

2 — No caso previsto no número anterior, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato em função dos danos sofridos em consequência dessa modificação, mediante reclamação a apresentar no prazo de 30 dias a contar da data da notificação da mesma, que deve conter os elementos referidos no n.º 3 do artigo 354.º do CCP.

3 — Em quaisquer situações em que se verifique a necessidade de o plano de trabalhos em vigor ser alterado, independentemente de tal se dever a facto imputável ao empreiteiro, deve este apresentar ao dono da obra um plano de trabalhos modificado.

4 — Sem prejuízo do número anterior, em caso de desvio do plano de trabalhos que, injustificadamente, ponha em risco o cumprimento do prazo de execução da obra ou dos respetivos prazos parcelares, o dono da obra pode notificar o empreiteiro para apresentar, no prazo de dez dias, um plano de trabalhos modificado, adotando as medidas de correção que sejam necessárias à recuperação do atraso verificado.

5 — Em quaisquer situações em que se verifique a necessidade de o plano de trabalhos em vigor ser alterado, independentemente de tal se dever a facto imputável ao empreiteiro, deve este apresentar ao dono da obra um plano de trabalhos modificado.

6 — Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 373.º do CCP, o dono da obra pronuncia-se sobre as alterações propostas pelo empreiteiro ao abrigo dos nºs 3 e 4 da presente cláusula no prazo de dez dias, equivalendo a falta de pronúncia a aceitação do novo plano.

7 — Em qualquer dos casos previstos nos números anteriores, o plano de trabalhos modificado apresentado pelo empreiteiro deve ser aceite pelo dono da obra desde que dele não resulte prejuízo para a obra ou prorrogação dos prazos de execução.

8 — Sempre que o plano de trabalhos seja modificado, deve ser feito o consequente reajustamento do plano de pagamentos.

## Secção II
## Prazos de execução
## Cláusula 9.º
## Prazo de execução da empreitada

1 — O empreiteiro obriga-se a:

a) Iniciar a execução da obra na data da conclusão da consignação total ou da primeira consignação parcial ou ainda da data em que o dono da obra comunique ao empreiteiro a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última data seja posterior;

b) Cumprir todos os prazos parciais vinculativos de execução previstos no plano de trabalhos em vigor;

c) Concluir a execução da obra e solicitar a realização de vistoria da obra para efeitos da sua receção provisória no prazo de **450 (quatrocentos e cinquenta) dias** a contar da data da sua consignação;

d) Não obstante o prazo referido na alínea anterior, os trabalhos correspondentes aos do Bloco B (SMAS) têm de ser executados obrigatoriamente nos primeiros **180 (cento e oitenta) dias**, a fim de garantir a sua execução durante o ano de 2020.

2 — No caso de se verificarem atrasos injustificados na execução de trabalhos em relação ao plano de trabalhos em vigor, imputáveis ao empreiteiro, este é obrigado, a expensas suas, a tomar todas as medidas de reforço de meios de ação e de reorganização da obra necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução.

3 — Em nenhum caso serão atribuídos prémios ao empreiteiro.

**Cláusula 10.ª**

**Cumprimento do plano de trabalhos**

1 — O empreiteiro informa mensalmente o diretor de fiscalização da obra dos desvios que se verifiquem entre o desenvolvimento efetivo de cada uma das espécies de trabalhos e as previsões do plano em vigor.

2 — Quando os desvios assinalados pelo empreiteiro, nos termos do número anterior, não coincidirem com os desvios reais, o diretor de fiscalização da obra notifica-o dos que considera existirem.

3 — No caso de o empreiteiro retardar injustificadamente a execução dos trabalhos previstos no plano em vigor, de modo a pôr em risco a conclusão da obra dentro do prazo contratual, é aplicável o disposto no n.º 3 da cláusula 8.ª.

**Cláusula 11.ª**

**Multas por violação dos prazos contratuais**

1 — Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 1 ‰ do preço contratual.

2 — No caso de incumprimento de prazos parciais de execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, é aplicável o disposto no n.º 1, sendo o montante da sanção contratual aí prevista reduzido a metade.

3 — O empreiteiro tem direito ao reembolso das quantias pagas a título de sanção contratual por incumprimento dos prazos parciais de execução da obra quando recupere o atraso na execução dos trabalhos e a obra seja concluída dentro do prazo de execução do Contrato.

**Cláusula 12.ª**

**Atos e direitos de terceiros**

1 — Sempre que o empreiteiro sofra atrasos na execução da obra em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deve, no prazo de 10 dias a contar da data em que tome conhecimento da ocorrência, informar, por escrito, o diretor de fiscalização da obra, a fim de o dono da obra ficar habilitado a tomar as providências necessárias para diminuir ou recuperar tais atrasos.

2 — No caso de os trabalhos a executar pelo empreiteiro serem suscetíveis de provocar prejuízos ou perturbações a um serviço de utilidade pública, o empreiteiro, se disso tiver ou dever ter conhecimento, comunica, antes do início dos trabalhos em causa, ou no decorrer destes, esse facto ao diretor de fiscalização da obra, para que este possa tomar as providências que julgue necessárias perante a entidade concessionária ou exploradora daquele serviço.

**Secção III**

**Condições de execução da empreitada**

**Cláusula 13.ª**

**Condições gerais de execução dos trabalhos**

1 - A obra deve ser executada de acordo com as regras da arte e em perfeita conformidade com o projeto, com o presente caderno de encargos e com as demais condições técnicas contratualmente estipuladas, de modo a assegurarem-se as caraterísticas de resistência, durabilidade e funcionamento especificadas nos mesmos documentos.

2 – Relativamente às técnicas construtivas a adotar, o empreiteiro fica obrigado a seguir, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar, o conjunto de prescrições técnicas definidas nos termos da cláusula 2.ª.

3 - O empreiteiro pode propor ao dono da obra a substituição dos métodos e técnicas de construção ou dos materiais previstos no presente caderno de encargos e no projeto por outros que considere mais adequados, sem prejuízo da obtenção das características finais especificadas para a obra e desde que a qualidade dos trabalhos, dos materiais e dos equipamentos seja igual ou superior ao previsto no concurso e cumpra o definido nos pontos seguintes.

4 – Sem prejuízo do disposto nos pontos antecedentes e seguintes, o empreiteiro fica obrigado a executar todos os trabalhos complementares e aplicar todos os métodos construtivos por ele indicados

na sua memória descritiva, de forma a melhorar a qualidade dos trabalhos, sem que isso lhe confira o direito a qualquer valor adicional, sendo que em caso algum pode violar o definido no concurso, pelo dono da obra, nomeadamente funcionalidade, qualidade e arquitetura / estética. Se a qualquer momento for detetado que os materiais, ou os equipamentos aplicados são de qualidade inferior ao previsto no concurso, ou aos propostos pelo empreiteiro na fase de concurso, obriga o empreiteiro a proceder à sua substituição a suas expensas.

5 – Caso algum trabalho tenha sido indevidamente pago, por se detetar que as quantidades não estão corretas, ou pelo facto de se ter detetado que o trabalho não está em condições de ser aceite, aplica-se o artigo 390º do CCP.

6 - Qualquer material ou equipamento, para ser considerado de qualidade igual ou superior, não basta apenas, aparentemente, desempenhar a mesma função. Tem de ser de qualidade igual ou superior em todos os requisitos técnicos e funcionais da solução de referência do caderno de encargos, da memória descritiva e justificativa e do mapa de trabalhos, do concurso e também da memória descritiva do concorrente (caso o concorrente na sua proposta tenha indicado uma outra solução de qualidade superior à do concurso, de forma a melhorar a sua classificação na fase de apreciação das propostas). A qualidade igual ou superior deve verificar-se em todos os requisitos técnicos, nomeadamente, quando aplicável, funcionalidade, durabilidade, fiabilidade, enquadramento arquitetónico com o conjunto da arquitetura da obra (caso altere a arquitetura ou estética da obra fica dependente de aprovação do Dono da Obra), compatibilidade com outros materiais ou equipamentos existentes, composições e resistências químicas, resistências mecânicas, resistência ao desgaste, estabilidade dos pigmentos/cor, composição de anti fungos, espessuras e características dos revestimentos de proteção, espessuras dos revestimentos anticorrosivos, resistências aos ultravioletas, resistência térmica, resistência acústica, transmissão térmica, reflexão solar e outros aplicáveis. Quando o empreiteiro apresentar materiais ou equipamentos para aprovação da fiscalização, que sejam diferentes dos previstos, tem que apresentar um documento comparativo das características técnicas da solução base do concurso (incluindo as apresentadas pelo concorrente na fase de concurso) e da solução proposta pelo empreiteiro e, ainda, as recomendações técnicas do fabricante. Para além dos equipamentos ou materiais terem de ter a qualidade atrás mencionada, o empreiteiro também fica obrigado a respeitar todas as recomendações técnicas do respetivo fabricante, de forma a garantir uma boa execução/aplicação, sem que isso lhe confira o direito a qualquer valor adicional. Caso o empreiteiro não cumpra as recomendações técnicas do fabricante, fica obrigado a retificar o trabalho executado a suas expensas, de forma a cumpri-las.

7 – Sempre que existam dúvidas quanto à qualidade dos materiais e/ou equipamentos a aplicar ou aplicados, o empreiteiro terá que complementar a documentação comprovativa das respetivas características. Se necessário serão efetuados testes, englobando os destrutivos, sempre que justificável, de forma a confirmar-se a respetiva qualidade, sendo que os equipamentos de medição e todas as despesas inerentes aos testes serão da responsabilidade do empreiteiro. Nos casos em que não sejam cumpridos os requisitos de qualidade proceder-se-á às reparações ou substituições necessárias, a expensas do empreiteiro.

8 – Caso o empreiteiro recorra à subcontratação será obrigado a cumprir toda a legislação aplicável, nomeadamente os artigos 317.º, 319.º, 320.º, 383.º 384.º, 385.º e 386.º do CCP. Em caso de incumprimento da legislação aplicável, nomeadamente o n.º 2 do artigo 383.º do CCP, além da aplicação de todas as sanções previstas na lei, tal facto será comunicado às entidades respetivas, em especial o IMPIC (Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção).

9 – O empreiteiro não pode invocar que a mobilização de meios ou equipamentos em determinado momento da empreitada, para executar qualquer trabalho imprevisto na empreitada, para além do custo normal desse trabalho, tem custos acrescidos de estaleiro, de mobilização de máquinas, ou outros, caso estes meios estejam previstos nos respetivos planos de mão-de-obra e/ou equipamentos, para aquele período.

10 – Caso exista alguma divergência entre o descritivo do mapa de trabalhos / mapa de quantidades, em relação a qualquer outro documento do concurso, prevalece o definido no mapa de trabalhos.

## Cláusula 14.ª

## Especificações dos equipamentos, dos materiais e elementos de construção

1 — Os equipamentos, materiais e elementos de construção a empregar na obra terão a qualidade, as dimensões, a forma e as demais características definidas no respetivo projeto e nos restantes documentos contratuais, com as tolerâncias regulamentares ou admitidas nestes documentos, tomando em também consideração o referido na cláusula 13ª, no que respeita à qualidade.

2 — Sempre que o projeto e os restantes documentos contratuais não fixem as respetivas caraterísticas, o empreiteiro não poderá empregar materiais ou elementos de construção que não

correspondam às características da obra ou que sejam de qualidade inferior aos usualmente empregues em obras que se destinem a idêntica utilização.

3 — No caso de alguma indefinição quanto aos materiais e elementos de construção a empregar nos termos dos números anteriores, devem observar -se as normas portuguesas em vigor, desde que compatíveis com o direito comunitário, ou, na falta desta, as normas utilizadas na União Europeia.

4 — Sem prejuízo do disposto no artigo 378.º do CCP quando aplicável, ou sempre que o empreiteiro entenda que as características dos materiais e elementos de construção fixadas no projeto ou nos restantes documentos contratuais não são tecnicamente aconselháveis ou as mais convenientes, o empreiteiro comunicará o facto ao dono da obra e apresentará uma proposta de alteração fundamentada e acompanhada com todos os elementos técnicos necessários para a aplicação dos novos materiais e elementos de construção e para a execução dos trabalhos correspondentes, bem como da alteração de preços a que a aplicação daqueles materiais e elementos de construção possa dar lugar.

5 — A proposta prevista no número anterior deverá ser apresentada, de preferência, no período de preparação e planeamento da empreitada e sempre de modo a que as diligências de aprovação não comprometam o cumprimento do plano de trabalhos.

6 — Se o dono da obra, no prazo de 15 dias, não se pronunciar sobre a proposta referida no ponto anterior e não determinar a suspensão dos respetivos trabalhos, o empreiteiro utilizará os materiais e elementos de construção previstos no projeto e nos restantes documentos contratuais.

7 — O regime de responsabilidade pelo aumento de encargos resultante de alteração das características técnicas dos materiais e elementos de construção, ou o regime aplicável à sua eventual diminuição, é o regime definido no CCP para os trabalhos complementares e para os trabalhos a menos.

## Cláusula 15.ª

## Materiais e elementos de construção pertencentes ao dono da obra

1 — Se o dono da obra, mediante prévia consulta ao autor do projeto, entender conveniente empregar na mesma materiais ou elementos de construção que lhe pertençam ou provenientes de outras obras

ou demolições, o empreiteiro será obrigado a fazê-lo, descontando-se, se for caso disso, no preço da empreitada o respetivo custo ou retificando-se o preço dos trabalhos em que aqueles forem aplicados.

2 — O disposto no número anterior não será aplicável se o empreiteiro demonstrar já haver adquirido os materiais necessários para a execução dos trabalhos ou na medida em que o tiver feito.

**Cláusula 16.ª**
**Aprovação de equipamentos, materiais e elementos de construção**

1 — O empreiteiro deve submeter à aprovação da Fiscalização / Dono da Obra a conformidade das características dos equipamentos, materiais e elementos de construção a aplicar, com as estabelecidas no projeto e nos restantes documentos contratuais, tomando em consideração o mencionado na claáusula 13ª e apresentar também os respetivos documentos de homologação.

2 — Em qualquer momento poderá o empreiteiro solicitar a referida aprovação, considerando -se a mesma concedida se a Fiscalização / Dono da Obra não se pronunciar nos 15 dias subsequentes, exceto no caso de serem exigidos ensaios que impliquem o alargamento deste prazo, devendo, no entanto, tal facto ser comunicado, no mesmo período de tempo, pelo dono da obra ao empreiteiro. É de salientar que a contagem do prazo definido neste artigo só se inicia após o empreiteiro apresentar todos os elementos definidos na cláusula 13ª.

3 — O empreiteiro é obrigado a fornecer à Fiscalização / Dono da Obra as amostras de materiais e elementos de construção que estes lhe solicitarem.

4 — A colheita e remessa das amostras deverão ser feitas de acordo com as normas oficiais em vigor ou outras que sejam contratualmente impostas.

5 — Salvo disposição em contrário, os encargos com a realização dos ensaios, ou outros testes necessários para verificação das características dos materiais, ou equipamentos, conforme mencionado na cláusula 13ª, correrão por conta do empreiteiro.

**Cláusula 17.ª**
**Reclamação contra a não aprovação de equipamentos, materiais e elementos de construção**

1 — Se for negada a aprovação dos equipamentos, materiais e elementos de construção e o empreiteiro entender que a mesma devia ter sido concedida, pelo facto de estes satisfazerem as condições contratualmente estabelecidas, incluindo o cumprimento da cláusula 13ª, este poderá pedir a imediata colheita de amostras e toda a documentação técnica comparativa das soluções objeto de análise e ainda os documentos de homologação e apresentar à Fiscalização / Dono da Obra a reclamação devidamente fundamentada, no prazo de 10 dias.

2 — A reclamação considera -se deferida se o dono da obra não notificar o empreiteiro da respetiva decisão nos 15 dias subsequentes à sua apresentação, exceto no caso de serem exigidos novos ensaios que impliquem o alargamento deste prazo, devendo tal facto ser comunicado, no mesmo prazo, pelo dono da obra ao empreiteiro.

3 — Os encargos com os novos ensaios a que a reclamação do empreiteiro dê origem serão suportados pelo empreiteiro.

**Cláusula 18.ª**

**Efeitos da aprovação dos equipamentos, materiais e elementos de construção**

1 — Uma vez aprovados os equipamentos, materiais e elementos de construção para obra, não podem os mesmos ser posteriormente rejeitados, salvo se ocorrerem circunstâncias que modifiquem a sua qualidade, ou o empreiteiro tenha ocultado qualquer informação relevante sobre os mesmos.

2 — No ato de aprovação dos materiais, equipamentos e elementos de construção poderá o empreiteiro exigir que se colham amostras de qualquer deles.

3 — Se a modificação da qualidade dos equipamentos, materiais, equipamentos e elementos de construção resultar de causa imputável ao empreiteiro, este deverá substitui-los à sua custa.

**Cláusula 19.ª**

**Aplicação de equipamentos, materiais e elementos de construção**

Os equipamentos, os materiais e elementos de construção devem ser aplicados pelo empreiteiro em absoluta conformidade com as especificações técnicas contratualmente estabelecidas e as recomendações técnicas dos fabricantes, seguindo-se, na falta de tais especificações, as normas oficiais em vigor ou, se estas não existirem, os processos propostos pelo empreiteiro e aprovados pela Fiscalização / Dono da Obra.

**Cláusula 20.ª**

**Substituição de equipamentos, materiais e elementos de construção**

1 — Serão rejeitados, removidos para fora do local dos trabalhos e substituídos por outros com os necessários requisitos os materiais e elementos de construção que:

*a*) Sejam diferentes dos aprovados;

*b*) Não sejam aplicados em conformidade com as especificações técnicas contratualmente exigidas e recomendações técnicas dos fabricantes ou, na falta destas, com as normas ou processos a observar e que não possam ser utilizados de novo.

2 — As demolições e a remoção e substituição dos materiais e elementos de construção serão da responsabilidade do empreiteiro.

3 — Se o empreiteiro entender que não se verificam as hipóteses previstas no n.º 1 desta cláusula, poderá pedir a colheita de amostras, ou informação técnica e documentos de homologação e reclamar.

**Cláusula 21.ª**

**Depósito de materiais e elementos de construção não destinados à obra**

O empreiteiro não poderá depositar nos estaleiros, sem autorização do dono da obra, materiais e elementos de construção que não se destinem à execução dos trabalhos da empreitada.

**Cláusula 22.ª**

**Trabalhos complementares que se destinam a corrigir os erros e omissões**

1 — Aplica-se o previsto no código da Contratação Pública.

**Cláusula 23.ª**

**Alterações ao projeto propostas pelo empreiteiro**

1 — Sempre que propuser qualquer alteração ao projeto, o empreiteiro deve apresentar todos os elementos necessários à sua perfeita apreciação.

2 — Os elementos referidos no número anterior devem incluir, nomeadamente, a memória ou nota descritiva e explicativa da solução seguida, com indicação das eventuais implicações nos prazos e custos e, se for caso disso, peças desenhadas e cálculos justificativos e especificações de qualidade da mesma.

3 — Não podem ser executados quaisquer trabalhos nos termos das alterações ao projeto propostas pelo empreiteiro sem que estas tenham sido expressamente aceites pelo dono da obra.

**Cláusula 24.ª**

**Menções obrigatórias no local dos trabalhos**

1 — Sem prejuízo do cumprimento das obrigações decorrentes da legislação em vigor, o empreiteiro deve afixar no local dos trabalhos, de forma visível, a identificação da obra, do dono da obra e do empreiteiro, com menção do respetivo alvará ou número de título de registo ou dos documentos a que se refere o n.º 2 do artigo 81.º do CCP, e manter cópia dos alvarás ou títulos de registo dos subcontratados ou dos documentos previstos na referida alínea, consoante os casos.

2 — O empreiteiro deve ter patente no local da obra, em bom estado de conservação, o livro de registo da obra, ou o dossier da atas e um exemplar do projeto, do caderno de encargos, do clausulado contratual e dos demais documentos a respeitar na execução da empreitada, com as alterações que neles hajam sido introduzidas.

3 — O empreiteiro obriga-se também a ter patente no local da obra o horário de trabalho em vigor, bem como a manter, à disposição de todos os interessados, o texto dos contratos coletivos de trabalho aplicáveis.

4 — Nos estaleiros de apoio da obra devem igualmente estar patentes os elementos do projeto respeitantes aos trabalhos aí em curso.

**Cláusula 25.ª**

**Ensaios**

1 — Os ensaios a realizar na obra ou em partes da obra para verificação das suas características e comportamentos são os especificados no presente caderno de encargos e os previstos nos regulamentos em vigor e constituem encargo do empreiteiro.

2 — Quando o dono da obra tiver dúvidas sobre a qualidade dos trabalhos, cabe ao empreiteiro evidenciar a qualidade dos mesmos e caso este não tenha evidenciado o cumprimento integral do caderno de encargos e persistam dúvidas, pode a Fiscalização / Dono de Obra exigir a realização de quaisquer outros ensaios, ou testes que se justifiquem, de forma a comprovar o cumprimento do caderno de encargos, sendo o seu custo suportado pelo empreiteiro.

3 – Em complemento ao ponto anterior, caso o empreiteiro tenha apresentado todos os documentos técnicos e de homologação e aparentemente os equipamentos, os materiais e métodos construtivos, cumpram o Caderno de Encargos e, ainda assim, a Fiscalização tenha dúvidas, poderá a Fiscalização solicitar ensaios, ou testes complementares. Caso estes resultados complementares se mostrarem insatisfatórios e as deficiências encontradas sejam da responsabilidade do empreiteiro, as despesas com os mesmos ensaios e testes e com a reparação daquelas deficiências ficarão a seu cargo, sendo, no caso contrário, de conta do Dono da Obra.

**Cláusula 26.ª Medições**

1 — As medições de todos os trabalhos executados, incluindo os trabalhos não previstos no projeto e devidamente aprovados e ordenados pelo dono da obra, são feitas no local da obra com a colaboração do empreiteiro e são formalizados em auto.

2 — As medições são efetuadas mensalmente, devendo estar concluídas até ao oitavo dia do mês imediatamente seguinte àquele a que respeitam.

3 — Os métodos e os critérios a adotar para a realização das medições respeitam a seguinte ordem de prioridades:

a) As normas oficiais de medição que porventura se encontrem em vigor;
b) As normas definidas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
c) Os critérios geralmente utilizados ou, na falta deles, os que forem acordados entre o dono da obra e o empreiteiro.

**Cláusula 27.ª**

**Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados**

1 — Salvo no que respeite a materiais e elementos de construção que sejam fornecidos pelo dono da obra correm inteiramente por conta do empreiteiro os encargos e responsabilidades decorrentes da

utilização na execução da empreitada de materiais, de elementos de construção ou de processos de construção a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial.

2 — No caso de o dono da obra ser demandado por infração na execução dos trabalhos de qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o empreiteiro indemniza-o por todas as despesas que, em consequência, deva suportar e por todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

**Cláusula 28.ª**

**Execução simultânea de outros trabalhos no local da obra**

1 — O dono da obra reserva-se o direito de executar ele próprio ou de mandar executar por outrem, conjuntamente com os da presente empreitada e na mesma obra, quaisquer trabalhos não incluídos no Contrato, ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados.

2 — Os trabalhos referidos no número anterior são executados em colaboração com a Fiscalização da obra, de modo a evitar atrasos na execução do Contrato ou outros prejuízos.

3 — Quando o empreiteiro considere que a normal execução da empreitada está a ser impedida ou a sofrer atrasos em virtude da realização simultânea dos trabalhos previstos no n.º 1, deve apresentar a sua reclamação no prazo de dez dias a contar da data da ocorrência, a fim de serem adotadas as providências adequadas à diminuição ou eliminação dos prejuízos resultantes da realização daqueles trabalhos.

4 — No caso de verificação de atrasos na execução da obra ou outros prejuízos resultantes da realização dos trabalhos previstos no n.º 1, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato, de acordo com os artigos 282.º e 354. º do CCP, a efetuar nos seguintes termos:

a) Prorrogação do prazo do Contrato por período correspondente ao do atraso eventualmente verificado na realização da obra, e;
b) Indemnização pelo agravamento dos encargos previstos com a execução do Contrato que demonstre ter sofrido.

## Secção IV

## Pessoal

### Cláusula 29.ª

### Obrigações gerais

1 — São da exclusiva responsabilidade do empreiteiro as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução da empreitada, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.

2 — O empreiteiro deve manter a boa ordem no local dos trabalhos, devendo retirar do local dos trabalhos, por sua iniciativa ou imediatamente após ordem do dono da obra, o pessoal que haja tido comportamento perturbador dos trabalhos, designadamente por menor probidade no desempenho dos respetivos deveres, por indisciplina ou por desrespeito de representantes ou agentes do dono da obra, do empreiteiro, dos subempreiteiros ou de terceiros.

3 — A ordem referida no número anterior deve ser fundamentada por escrito quando o empreiteiro o exija, mas sem prejuízo da imediata suspensão do pessoal.

4 — As quantidades e a qualificação profissional da mão de obra aplicada na empreitada devem estar de acordo com as necessidades dos trabalhos, tendo em conta o respetivo plano.

### Cláusula 30.º

### Horário de trabalho

O empreiteiro pode realizar trabalhos fora do horário de trabalho, ou por turnos, desde que, para o efeito, obtenha autorização da entidade competente, se necessária, nos termos da legislação aplicável, e dê a conhecer, por escrito, com antecedência suficiente, o respetivo programa ao diretor de fiscalização da obra.

### Cláusula 31.ª

### Segurança, higiene e saúde no trabalho

1 — O empreiteiro fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, correndo por sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.

2 — O empreiteiro é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado na obra e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.

3 — No caso de negligência do empreiteiro no cumprimento das obrigações estabelecidas nos números anteriores, o diretor de fiscalização da obra pode tomar, à custa dele, as providências que se revelem necessárias, sem que tal facto diminua as responsabilidades do empreiteiro.

4 — Antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que o diretor de fiscalização da obra o exija, o empreiteiro apresenta apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, nos termos previstos no n.º 1 da cláusula 38.ª.

5 — O empreiteiro responde, a qualquer momento, perante o diretor de fiscalização da obra, pela observância das obrigações previstas nos números anteriores, relativamente a todo o pessoal empregado na obra.

## Capítulo III
## Obrigações do dono da obra
### Cláusula 32.ª
### Preço e condições de pagamento

1 — Pela execução da empreitada e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato a entidade adjudicante, constituída pelo agrupamento de entidades formado pelo **Município de Mafra** e pelos **Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Mafra**, pagará ao cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, o qual não pode exceder o preço base correspondente, na empreitada em apreço, a **3 614 491,00 € (três milhões seiscentos e catorze mil quatrocentos e noventa e um euros)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor;

2 - O preço acima indicado corresponde à soma entre 2 955 792,00€ (dois milhões novecentos e cinquenta e cinco mil setecentos e noventa e dois euros), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, valor a investir pela Câmara Municipal de Mafra e 658 699,00€ (seiscentos e cinquenta e oito mil seiscentos e noventa e nove euros), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, valor a investir por parte dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Mafra;

3 – Face ao exposto no número anterior, e devido ao facto de se tratar de um agrupamento de Entidades, e de forma a garantir que não é ultrapassado o valor cabimentado por cada Entidade, **o valor base está dividido em duas sub-bases. Deste modo, as propostas dos concorrentes não podem ultrapassar as seguintes sub-bases: Trabalhos do Bloco A, incluindo a respetiva parcela do estaleiro 2 955 792,00€ (dois milhões novecentos e cinquenta e cinco mil setecentos e noventa e dois euros), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor e os trabalhos do Bloco B, incluindo a respetiva parcela do estaleiro 658 699,00€ (seiscentos e cinquenta e oito mil seiscentos e noventa e nove euros), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor.**

4 - **Qualquer proposta que ultrapasse qualquer uma das duas sub-bases atrás referidas será excluída**;

5 — O preço base foi estabelecido através da aplicação às quantidades, das várias espécies constantes do mapa de quantidades, de preços unitários consonantes com valores praticados no mercado.

6 — Os pagamentos a efetuar pelo dono da obra têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com o disposto na cláusula 26.ª.

7 — Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 30 dias após a apresentação da respetiva fatura.

8 — As faturas e os respetivos autos de medição são elaborados de acordo com o modelo e respetivas instruções fornecidos pelo dono da obra.

9 — Cada auto de medição deve referir todos os trabalhos constantes do plano de trabalhos que tenham sido concluídos durante o mês, sendo a sua aprovação pelo diretor de fiscalização da obra condicionada à realização completa daqueles.

10 — No caso de falta de aprovação de alguma fatura em virtude de divergências entre o dono da obra e o empreiteiro quanto ao seu conteúdo, deve aquele devolver a respetiva fatura ao empreiteiro, para que este elabore uma fatura com os valores aceites pelo dono da obra e uma outra com os valores por este não aprovados.

11 — O pagamento dos trabalhos complementares é feito nos termos previstos nos números anteriores, mas com base nos preços que lhes forem, em cada caso, especificamente aplicáveis, nos termos do artigo 373.º do CCP.

**Cláusula 33.ª**

**Adiantamentos ao empreiteiro**

1 — O empreiteiro pode solicitar, através de pedido fundamentado ao dono da obra, um adiantamento da parte do custo da obra necessária à aquisição de materiais ou equipamentos cuja utilização haja sido prevista no plano de trabalhos.

2 — Sem prejuízo do disposto nos artigos 292.º e 293.º do CCP, o adiantamento referido no número anterior só pode ser pago depois de o empreiteiro ter comprovado a prestação de uma caução do valor do adiantamento, através de títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, garantia bancária ou seguro caução.

3 — Todas as despesas decorrentes da prestação da caução prevista no número anterior correm por conta do empreiteiro.

4 — A caução para garantia de adiantamentos de preço é progressivamente liberada à medida que forem executados os trabalhos correspondentes ao pagamento adiantado que tenha sido efetuado pelo dono da obra, nos termos do n.º 2 do artigo 295.º do CCP.

**Cláusula 34.ª**

**Reembolso dos adiantamentos**

Os adiantamentos concedidos nos termos da cláusula anterior devem ser gradualmente reembolsados, mediante dedução nos respetivos pagamentos contratuais, sendo as quantias a deduzir calculadas com base nas seguintes fórmulas:

*a*) Sempre que o valor acumulado dos trabalhos contratuais executados seja inferior ao valor acumulado dos trabalhos contratuais que deveriam ter sido executados, segundo o previsto no plano de pagamentos em vigor:

$Vri = Va \times Vpt - Vrt\ Vt$

*b*) Sempre que o valor acumulado dos trabalhos contratuais executados seja igual ou superior ao valor acumulado dos trabalhos contratuais que deveriam ter sido executados, segundo o previsto no plano de pagamentos em vigor:

$$Vri = Va \times V'pt - Vrt\ Vt$$

em que:

*Vri* é o valor de cada reembolso a deduzir na situação de trabalhos contratuais;

*Va* é o valor do adiantamento;

*Vt* é o valor dos trabalhos contratuais por realizar à data de pagamento do adiantamento;

*Vpt* é o valor acumulado dos trabalhos contratuais que deveriam ter sido executados, até ao mês em que se processa o reembolso, segundo o previsto no plano de pagamentos em vigor;

*V'pt* é o valor acumulado dos trabalhos contratuais executados até ao mês em que se processa o reembolso;

*Vrt* é o valor acumulado dos reembolsos já deduzidos até ao mês em que se processa o reembolso.

**Cláusula 35.ª**

**Descontos nos pagamentos**

1 — Para garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, às importâncias que o empreiteiro tiver a receber em cada um dos pagamentos parciais previstos é deduzido o montante correspondente a **5 %** desse pagamento.

2 — O desconto para garantia pode, a todo o tempo, ser substituído por depósito de títulos, garantia bancária ou seguro-caução, nos mesmos termos previstos no programa do procedimento para a caução referida no número anterior.

**Cláusula 36.ª**

**Mora no pagamento**

Em caso de atraso do dono da obra no cumprimento das obrigações de pagamento do preço contratual, tem o empreiteiro direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.

**Cláusula 37.ª**

**Revisão de preços**

A modalidade de revisão de preços desta empreitada é efetuada com base na fórmula correspondente a F09 — arranjos exteriores, conforme anexo do despacho n.º 1592/2004 (2ª série), de 23 de janeiro.

**Secção V**

## Seguros

### Cláusula 38.ª

### Contratos de seguro

1 — O empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título, bem como a apresentar comprovativo que o pessoal contratado pelos subempreiteiros possui seguro obrigatório de acidentes de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Portugal.

2 — O empreiteiro e os seus subcontratados obrigam-se a subscrever e a manter em vigor, durante o período de execução do Contrato, as apólices de seguro previstas nas cláusulas seguintes e na legislação aplicável, das quais deverão exibir cópia e respetivo recibo de pagamento de prémio na data da consignação.

3 — O empreiteiro é responsável pela satisfação das obrigações previstas na presente secção, devendo zelar pelo controlo efetivo da existência das apólices de seguro dos seus subcontratados.

4 — Sem prejuízo do disposto no n.º 3 da cláusula seguinte, o empreiteiro obriga-se a manter as apólices de seguro referidas no n.º 1 válidas até ao final à data da receção provisória da obra ou, no caso do seguro relativo aos equipamentos e máquinas auxiliares afetas à obra ou ao estaleiro, até à desmontagem integral do estaleiro.

5 — O dono da obra pode exigir, em qualquer momento, cópias e recibos de pagamento das apólices previstas na presente secção ou na legislação aplicável, não se admitindo a entrada no estaleiro de quaisquer equipamentos sem a exibição daquelas cópias e recibos.

6 — Todas as apólices de seguro e respetivas franquias previstas na presente secção e restante legislação aplicável constituem encargo único e exclusivo do empreiteiro e dos seus subcontratados, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidade seguradora legalmente autorizada.

7 — Os seguros previstos no presente caderno de encargos em nada diminuem ou restringem as obrigações e responsabilidades legais ou contratuais do empreiteiro perante o dono da obra e perante a lei.

8 — Em caso de incumprimento por parte do empreiteiro das obrigações de pagamento dos prémios referentes aos seguros mencionados, o dono da obra reserva-se o direito de se substituir àquele, ressarcindo-se de todos os encargos envolvidos e/ou por ele suportados.

**Cláusula 39.ª**

**Objeto dos contratos de seguro**

1 — O empreiteiro obriga -se a celebrar um contrato de seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título, bem como a apresentar comprovativo de que o pessoal contratado pelos subempreiteiros se encontra igualmente abrangido por seguro de acidentes de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Portugal.

2 — O empreiteiro obriga -se a celebrar um contrato de seguro de responsabilidade civil automóvel cuja apólice deve abranger toda a frota de veículos de locomoção própria afetos à obra, que circulem na via pública ou no local da obra, independentemente de serem veículos de passageiros ou de carga, máquinas ou equipamentos industriais, de acordo com as normas legais sobre responsabilidade civil automóvel (riscos de circulação), bem como a apresentar comprovativo de que os veículos afetos à obra pelos subempreiteiros se encontram igualmente segurados.

3 — O empreiteiro obriga -se, ainda, a celebrar um contrato de seguro destinado a cobrir os danos próprios do equipamento, máquinas auxiliares e estaleiro, cuja apólice deve cobrir todos os meios auxiliares que vier a utilizar na obra, incluindo bens imóveis, armazéns, abarracamentos, refeitórios, camaratas, oficinas e máquinas e equipamento fixos ou móveis.

4 — No caso dos bens imóveis referidos no número anterior, a apólice deve cobrir, no mínimo, os riscos de incêndio, raio, explosão e riscos catastróficos, devendo o capital seguro corresponder ao respetivo valor patrimonial.

5 — O capital a garantir no que se refere ao seguro de responsabilidade civil automóvel previsto no n.º 2 desta cláusula deverá respeitar os limites mínimos legalmente obrigatórios.

## Capítulo IV

## Representação das partes e controlo da execução do contrato

### Cláusula 40.ª

### Representação do empreiteiro

1 — Durante a execução do Contrato, o empreiteiro é representado por um diretor de obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação diversa no caderno de encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.

2 — O empreiteiro obriga-se, sob reserva de aceitação pelo dono da obra, a confiar a sua representação de acordo com a Lei n.º 40/2015 de 1 de junho, a titular de qualificação profissional exigível aos técnicos para exercício de funções de direção de obra em apreço, como consta no Quadro n.º 1, do Anexo II da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na redação dada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, em que a natureza predominante da obra seja Espaços exteriores - Arruamentos urbanos, vias e caminhos municipais, apresentando o Curriculum Vitae e a Declaração da respetiva Ordem ou Associação Profissional.

3 — Após a assinatura do Contrato e antes da consignação, o empreiteiro confirmará, por escrito, o nome do diretor de obra, indicando a sua qualificação técnica e ainda se o mesmo pertence ou não ao seu quadro técnico, devendo esta informação ser acompanhada por uma declaração subscrita pelo técnico designado, com assinatura reconhecida, assumindo a responsabilidade pela direção técnica da obra e comprometendo-se a desempenhar essa função com proficiência e assiduidade.

4 — As ordens, os avisos e as notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução da empreitada são dirigidos diretamente ao diretor de obra.

5 — O diretor de obra acompanha assiduamente os trabalhos e está presente no local da obra sempre que para tal seja convocado.

6 — O dono da obra poderá impor a substituição do diretor de obra, devendo a ordem respetiva ser fundamentada por escrito.

7 — Na ausência ou impedimento do diretor de obra, o empreiteiro é representado por quem aquele indicar para esse efeito, devendo estar habilitado com os poderes necessários para responder, perante o diretor de fiscalização da obra, pela marcha dos trabalhos.

8 — O empreiteiro deve designar um responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho e, em particular, pela correta aplicação do documento referido na alínea i) do n.º 4 da cláusula 6.ª.

**Cláusula 41.ª**

**Representação do dono da obra**

1 — Durante a execução o dono da obra é representado por um diretor de fiscalização da obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação distinta no caderno de encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.

2 — O dono da obra notifica o empreiteiro da identidade do diretor de fiscalização da obra que designe para a fiscalização local dos trabalhos até à data da consignação ou da primeira consignação parcial.

3 — O diretor de fiscalização da obra tem poderes de representação do dono da obra em todas as matérias relevantes para a execução dos trabalhos, nomeadamente para resolver todas as questões que lhe sejam postas pelo empreiteiro nesse âmbito, excetuando as matérias de modificação, resolução ou revogação do Contrato.

4 — Para efeitos dos termos conjugados da alínea i) do n.º 1 do art.º 96.º, com o art.º 290.º-A, ambos do CCP, na sua redação atual, desempenhará as funções de Gestor do Contrato: Eng.º João Tavares, Técnico Superior, a desempenhar funções na Divisão de Obras Municipais.

**Cláusula 42.ª**

**Livro de registo da obra**

1 — O empreiteiro organiza um registo da obra, em livro adequado, com as folhas numeradas e rubricadas por si e pelo diretor de fiscalização da obra, contendo uma informação sistemática e de fácil consulta dos acontecimentos mais importantes relacionados com a execução dos trabalhos.

2 — O livro de registo ficará patente no local da obra, ao cuidado do diretor da obra, que o deverá apresentar sempre que solicitado pelo diretor de fiscalização da obra ou por entidades oficiais com jurisdição sobre os trabalhos.

## Capítulo V
## Receção e liquidação da obra
### Cláusula 43.ª
### Receção provisória

1 — A receção provisória da obra depende da realização de vistoria, que deve ser efetuada logo que a obra esteja concluída no todo ou em parte, mediante solicitação do empreiteiro ou por iniciativa do dono da obra, tendo em conta o termo final do prazo total ou dos prazos parciais de execução da obra.

2 — No caso de serem identificados defeitos da obra que impeçam a sua receção provisória, esta é efetuada relativamente a toda a extensão da obra que não seja objeto de deficiência.

3 — O procedimento de receção provisória obedece ao disposto nos artigos 394.º a 396.º do CCP.

### Cláusula 44.ª
### Prazo de garantia

1 — **Conforme indicado no mapa de trabalhos.**

2 — Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra.

3 — Excetuam-se do disposto no n.º 1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina.

### Cláusula 45.ª
### Receção definitiva

1 — No final do prazo de garantia previsto na cláusula anterior, é realizada uma nova vistoria à obra para efeitos de receção definitiva.

2 — Se a vistoria referida no número anterior permitir verificar que a obra se encontra em boas condições de funcionamento e conservação, esta será definitivamente recebida.

3 — A receção definitiva depende, em especial, da verificação cumulativa dos seguintes pressupostos:

a) Funcionalidade regular, no termo do período de garantia, em condições normais de exploração, operação ou utilização, da obra e respetivos equipamentos, de forma que cumpram todas as exigências contratualmente previstas;
b) Cumprimento, pelo empreiteiro, de todas as obrigações decorrentes do período de garantia relativamente à totalidade ou à parte da obra a receber.

4 — No caso de a vistoria referida no n.º 1 permitir detetar deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez, da responsabilidade do empreiteiro, ou a não verificação dos pressupostos previstos no número anterior, o dono da obra fixa o prazo para a sua correção dos problemas detetados por parte do empreiteiro, findo o qual será fixado o prazo para a realização de uma nova vistoria nos termos dos números anteriores.

**Cláusula 46.ª**

**Restituição dos depósitos e quantias retidas e liberação da caução**

1 — Feita a receção definitiva de toda a obra, são restituídas ao empreiteiro as quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito.

2 — Verificada a inexistência de defeitos da prestação do empreiteiro ou corrigidos aqueles que hajam sido detetados até ao momento da liberação, ou ainda quando considere os defeitos identificados e não corrigidos como sendo de pequena importância e não justificativos da não liberação, o dono da obra promove a liberação da caução destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, nos seguintes termos:

a) No final do primeiro ano, 30 % do valor da caução;
b) No final do segundo ano, 30 % do valor da caução;
c) No final do terceiro ano, 15 % do valor da caução;
d) No final do quarto ano, 15 % do valor da caução;
e) No final do quinto ano, os 10 % restantes.

3 — Nos contratos sujeitos, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 397.º, a diferentes prazos de garantia e, consequentemente, a receções provisórias e definitivas parciais, a liberação parcial da caução, nos termos do disposto nos números anteriores, é promovida na proporção do valor

respeitante a cada um dos conjuntos de elementos que compõem a obra, designadamente estruturais, construtivos não estruturais ou instalações técnicas e equipamentos.

## Capítulo VI
## Disposições finais
### Cláusula 47.ª
### Deveres de colaboração recíproca e informação

As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato, sem prejuízo dos deveres de informação previstos no artigo 290.º do CCP.

### Cláusula 48.ª
### Subcontratação e cessão da posição contratual

1 — O empreiteiro pode subcontratar as entidades identificadas na proposta adjudicada, desde que se encontrem cumpridos os requisitos constantes dos n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do CCP.

2 — O dono da obra apenas pode opor-se à subcontratação na fase de execução quando não estejam verificados os limites constantes do artigo 383.º do CCP, ou quando haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do Contrato.

3 — Todos os subcontratos devem ser celebrados por escrito e conter os elementos previstos no artigo 384.º do CCP, devendo ser especificados os trabalhos a realizar e expresso o que for acordado quanto à revisão de preços.

4 — O empreiteiro obriga-se a tomar as providências indicadas pelo diretor de fiscalização da obra para que este, em qualquer momento, possa distinguir o pessoal do empreiteiro do pessoal dos subempreiteiros presentes na obra.

5 — O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os subcontratados e terceiros.

6 — No prazo de cinco dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, o empreiteiro deve, nos termos do n.º 3 do artigo 385.º do CCP, comunicar por escrito o facto ao dono da obra, remetendo-lhe cópia do contrato em causa.

7 — A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do empreiteiro, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a subempreiteiros.

8 — A cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, sendo em qualquer caso vedada nas situações previstas no n.º 1 do artigo 317.º do CCP.

**Cláusula 49.ª**

**Resolução do contrato pelo dono da obra**

1 — Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o dono da obra pode resolver o contrato nos seguintes casos:

a) Incumprimento definitivo do Contrato por facto imputável ao empreiteiro;
b) Incumprimento, por parte do empreiteiro, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
c) Oposição reiterada do empreiteiro ao exercício dos poderes de fiscalização do dono da obra;
d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no Contrato, desde que a exigência pelo empreiteiro da manutenção das obrigações assumidas pelo dono da obra contrarie o princípio da boa fé;
e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;
f) Incumprimento pelo empreiteiro de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
g) Não renovação do valor da caução pelo empreiteiro, nos casos em que a tal esteja obrigado;
h) O empreiteiro se apresente à insolvência ou esta seja declarada judicialmente;
i) Se o empreiteiro, de forma grave ou reiterada, não cumprir o disposto na legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho;
j) Se, tendo faltado à consignação sem justificação aceite pelo dono da obra, o empreiteiro não comparecer, após segunda notificação, no local, na data e na hora indicados pelo dono da obra para nova consignação desde que não apresente justificação de tal falta aceite pelo dono da obra;

l) Se ocorrer um atraso no início da execução dos trabalhos imputável ao empreiteiro que seja superior a 1/40 do prazo de execução da obra;

m) Se o empreiteiro não der início à execução dos trabalhos a mais decorridos 15 dias da notificação da decisão do dono da obra que indefere a reclamação apresentada por aquele e reitera a ordem para a sua execução;

n) Se houver suspensão da execução dos trabalhos pelo dono da obra por facto imputável ao empreiteiro ou se este suspender a execução dos trabalhos sem fundamento e fora dos casos previstos no n.º 1 do artigo 366.º do CCP, desde que da suspensão advenham graves prejuízos para o interesse público;

o) Se ocorrerem desvios ao plano de trabalhos nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 404.º do CCP;

p) Se não foram corrigidos os defeitos detetados no período de garantia da obra ou se não for repetida a execução da obra com defeito ou substituídos os equipamentos defeituosos, nos termos do disposto no artigo 397.º do CCP;

q) Por razões de interesse público, devidamente fundamentado.

2 — Nos casos previstos no número anterior, havendo lugar a responsabilidade do empreiteiro, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo do dono da obra poder executar as garantias prestadas.

3 — No caso previsto na alínea q) do n.º 1, o empreiteiro tem direito a indemnização correspondente aos danos emergentes e aos lucros cessantes, devendo, quanto a estes, ser deduzido o benefício que resulte da antecipação dos ganhos previstos.

4 — A falta de pagamento da indemnização prevista no número anterior no prazo de 30 dias contados da data em que o montante devido se encontre definitivamente apurado confere ao empreiteiro o direito ao pagamento de juros de mora sobre a respetiva importância.

**Cláusula 50.ª**

**Resolução do contrato pelo empreiteiro**

1 — Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o empreiteiro pode resolver o contrato nos seguintes casos:

a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;

b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao dono da obra;

c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pelo dono da obra por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;

d) Exercício ilícito dos poderes tipificados de conformação da relação contratual do dono da obra, quando tornem contrária à boa fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;

e) Incumprimento pelo dono da obra de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;

f) Se não for feita consignação da obra no prazo de seis meses contados da data da celebração do contrato por facto não imputável ao empreiteiro;

g) Se, havendo sido feitas uma ou mais consignações parciais, o retardamento da consignação ou consignações subsequentes acarretar a interrupção dos trabalhos por mais de 120 dias, seguidos ou interpolados;

h) Se, avaliados os trabalhos a mais, os trabalhos de suprimento de erros e omissões e os trabalhos a menos, relativos ao Contrato e resultantes de atos ou factos não imputáveis ao empreiteiro, ocorrer uma redução superior a 20% do preço contratual;

l) Se a suspensão da empreitada se mantiver:

i) Por período superior a um quinto do prazo de execução da obra, quando resulte de caso de força maior;

ii) Por período superior a um décimo do mesmo prazo, quando resulte de facto imputável ao dono da obra;

m) Se, verificando-se os pressupostos do artigo 354.º do CCP, os danos do empreiteiro excederem 20% do preço contratual.

2 — No caso previsto na alínea a) do número anterior, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do empreiteiro ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.

3 — O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.

4 — Nos casos previstos na alínea c) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao dono da obra, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o

dono da obra cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

**Cláusula 51.ª**

**Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo do Circulo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

**Cláusula 52.ª**

**Comunicações e notificações**

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Contrato.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte.

**Cláusula 53.ª**

**Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

**Cláusula 54.ª**

**Legislação Aplicável**

Para todas as matérias não expressamente reguladas, relativas ao processo de concurso e ao cumprimento do contrato, observar-se-á o disposto no CCP, e demais legislação aplicável.

...6.../..12.../.2019

**O Presidente da Câmara Municipal,**

**(Hélder Sousa Silva)**

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente**

**Divisão de Obras Municipais**

PARECER

Do Diretor de Departamento:

Concordo.
À consideração superior

X 3/12/2019

Bruno Miranda
Director do Departamento de Urbanismo, O...

Do Chefe de Divisão:

Concordo
À Cons. superior
3/12/2019

X

António Sousa Fernandes
Chefe da Divisão de Obras Municipais

DESPACHO

À reunião

X

Hélder António Guerra de Sousa Silva
Presidente da Câmara Municipal de Mafra

## INFORMAÇÃO Interno/2019/17645

***ASSUNTO***: Requalificação do Largo da Feira e da Av. José Batista Antunes, na Malveira, incluindo as infraestruturas no subsolo

Devido à necessidade de se proceder à requalificação do Largo da Feira e da Av. José Batista Antunes, na Malveira, tendo como objetivo revitalizar e valorizar toda a zona envolvente e ainda dinamizar o comércio local, foi elaborado um projeto de remodelação daquela zona.

Na sequência desta requalificação prevista, verificou-se que em todo o polígono de intervenção era necessário proceder à remodelação das infraestruturas enterradas, sendo que os SMAS consideram essencial a remodelação das redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais existentes no subsolo. A fim de minimizar, quer os custos com as valas e a reposição dos pavimentos, quer o transtorno às populações, estas intervenções devem ocorrer simultaneamente.

De forma a permitir articular todos os trabalhos atrás mencionados, foram elaborados os respetivos projetos para remodelação das referidas redes, os quais foram integrados no projeto global da Requalificação do Largo da Feira.

Face ao exposto, propõe-se a abertura de um procedimento por concurso público em agrupamento de entidades adjudicantes, entre Câmara Municipal de Mafra e SMAS de Mafra, ao abrigo do disposto no artigo 19.º alínea b), artigo 39.º e nos termos do artigo 130.º e seg.(s) do CCP, propondo-se também que, nos termos do n.º 3 do artigo 39.º do CCP, a Câmara Municipal de Mafra assuma as funções de representante do agrupamento na condução do procedimento de concurso e formação de contrato.

Propõe-se ainda os seguintes parâmetros a considerar para o processo de empreitada:

- **Tipo de procedimento:** Concurso Público
- **Preço Base:** 3.614 491 € + IVA à taxa em vigor, sendo o investimento repartido da seguinte forma:
  - 2 955 792 € + IVA à taxa em vigor : Câmara Municipal de Mafra
  - 658 699 € + IVA à taxa em vigor : SMAS de Mafra.
- **Prazo de execução: 450** dias.
- **Código CPV:** 45233251-3 - Renovação de pavimentos
- **Caução:** 5%, conforme o artigo 89.º
- **Reforço da caução:** 5% nos autos de medição, conforme o artigo 353.º
- **Garantia: conforme indicado na lista de preços unitários.**
- **Fórmula para a Revisão de Preços:**

  F09 — arranjos exteriores, conforme anexo do despacho n.º 1592/2004 (2ª série), de 23 de janeiro.

- **Alvará da atividade da construção:**

a) 8.ª Subcategoria da 2ª Categoria, de acordo com a Lei 41/2015, de 3 de junho, na Classe correspondente ao montante da empreitada.

b) 1.ª; 2.ª, 4.ª, 5.ª; 6.ª, 7.ª e 8.ª subcategorias, da 1ª categoria; 1.ª, 6.ª, 9.ª, 10.ª e 11.ª subcategorias da 2ª Categoria; 1.ª; 9.ª e 12.ª subcategorias da 4ª Categoria e 1.ª, 2.ª e 11.ª subcategorias, da 5ª categoria, na Classe que cubra o montante dos respetivos trabalhos.

c) Para os alvarás indicados na alínea b) os concorrentes podem recorrer a subcontratados, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

- **Elementos do Concurso:**
  - ❖ Plantas de Localização;
  - ❖ Arquitetura – arranjos exteriores
  - ❖ Plano de acessibilidades
  - ❖ Estabilidade
  - ❖ Abastecimento de Água em Edifícios
  - ❖ Drenagem de águas Residuais Domésticas em Edifícios
  - ❖ Drenagem de águas Residuais Pluviais em Edifícios
  - ❖ Arruamentos
  - ❖ ITED_ITUR
  - ❖ Infraestruturas Elétricas - Iluminação Pública
  - ❖ Segurança contra Incêndios
  - ❖ AVAC-Edifícios
  - ❖ Rede Pública de abastecimento de Água
  - ❖ Rede Pública de Drenagem de Águas Residuais Domésticas
  - ❖ Rede Pública de Drenagem de Águas Residuais Pluviais
  - ❖ PPGRCD
  - ❖ PSS em Projeto
  - ❖ Mapa de Quantidades (LPU)
  - ❖ Mapa Orçamental
  - ❖ Programa e projeto de execução.

- **Elementos a apresentar na proposta, conforme previsto no Art.º 57.º, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.**
  - Lista de Preços Unitários (Preenchendo o Ficheiro em Excel, fornecido no concurso);
  - Memória descritiva e justificativa do modo de execução da empreitada;
  - Plano de Trabalhos;

- Plano de Pagamentos;
- Mapa de Equipamento;
- Mapa de Mão-de-obra;
- Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.

- **Documentos de habilitação, para além de outros obrigatórios ou previstos no art.º 81.º do CCP:**
  - Cópia do Alvará;
  - Plano de Segurança e Saúde em obra.

- **Critério de adjudicação:**

1 - A adjudicação é efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.

2 - Na apreciação e classificação das propostas serão considerados os seguintes fatores e subfactores que densificam o critério de adjudicação, indicando-se entre parêntesis os respetivos coeficientes de ponderação:

**a)** Preço global da proposta (50%);

**b)** Qualidade técnica da proposta (50%), dividida pelos seguintes subfactores:

b.1) Memória descritiva e justificativa do modo de execução da empreitada, incluindo descrição do planeamento de execução dos trabalhos, conforme o Caderno de Encargos (50%);

b.2) Plano de Trabalhos (20%);

b.3) Plano de Mão-de-Obra (15%);

b.4) Plano de Equipamento (15%).

3 - Para efeitos da pontuação/classificação das propostas em cada um dos fatores de apreciação indicados no ponto 2, serão aplicados os seguintes métodos:

a) No que concerne ao preço global das propostas, as respetivas pontuações serão obtidas com base na equação a seguir indicada:

$$xi = \sqrt{(100-75)^2 - (100-75)^2 \times \left(\frac{vi}{vB}\right)^2} + 75$$

onde

xi - pontuação de cada concorrente;

$vi$ - valor da proposta de cada concorrente;

$vB$ - valor Base do concurso.

b) No que concerne à qualidade técnica da proposta, no seguimento do já atrás definido, será aplicada a seguinte fórmula:

$$QTP = 0{,}50\ MDJ + 0{,}20\ PT + 0{,}15\ MO + 0{,}15\ PE$$

No que concerne à qualidade técnica da proposta e aos subfactores que a compõem, sendo estes de natureza eminentemente qualitativa, a respetiva pontuação será efetuada numa escala de 0 a 100, segundo a seguinte metodologia:

b.1) Será fundamentalmente analisada a forma pormenorizada e coerente, como cada concorrente se propõe executar os trabalhos, devidamente adaptados à obra, incluindo a articulação com o planeamento e as exigências da boa execução dos trabalhos, cumprindo as peças escritas e desenhadas e o Caderno de Encargos do concurso, e ainda, o cumprimento do prazo e a garantia de qualidade. Para além do atrás mencionado, a análise da memória descritiva e justificativa, deverá ponderar também a garantia de qualidade dos materiais, dos equipamentos, dos meios a

mobilizar e dos métodos e técnicas construtivos definidos pelo concorrente, para a execução da obra. É de salientar que a pontuação, para além de ponderar o atrás exposto, deverá ponderar o que acrescenta à definição e caracterização da proposta, tendo como objetivo dar cumprimento às exigências globais do concurso. Refira-se ainda que, durante a execução da empreitada, o concorrente ficará obrigado a cumprir o que defina na memória descritiva e justificativa. Acresce que não se atribuirá grande valoração ao que corresponda a uma mera transcrição do que já exista em outros documentos obrigatórios da proposta, sem lhe acrescentar algo de relevante, dado corresponder a uma redundância.

Atribuição da pontuação será de acordo com o critério a seguir indicado:

- Genérica, muito incompleta, não satisfazendo aspetos essenciais exigíveis de adaptação à empreitada, ou com grandes incongruências. [0-20[ Pontos

- Pouco desenvolvida, simplificada, ou pouco adaptada à empreitada, sem grande desenvolvimento dos métodos construtivos, dos materiais e dos equipamentos a aplicar na empreitada e, eventualmente, com incongruências. [20-40[ Pontos

- Com algum desenvolvimento, com definição de materiais, de equipamentos e de métodos construtivos, mas ainda de forma bastante incompleta. Existe articulação com os diversos documentos da empreitada, mas revela ainda algumas falhas e algumas incongruências relevantes. [40-60[ Pontos

- Com um razoável desenvolvimento e uma razoável definição dos métodos construtivos, dos equipamentos e dos

materiais a utilizar, mas apresentando algumas falhas, ou algumas incoerências relevantes. Relativamente articulada com os diversos documentos da empreitada, mas revelando algumas falhas. [60-80[ Pontos

- Bem desenvolvida, pormenorizada, coerente e devidamente adaptada à empreitada. Boa definição das técnicas e dos métodos construtivos, dos materiais, dos equipamentos e dos meios a utilizar e ainda das várias exigências do concurso, oferecendo garantias de qualidade e cumprindo as regras de boa execução. Está bem articulada com os diversos documentos da empreitada e indica formas de contribuir, quer para o cumprimento do prazo, quer para a execução dos trabalhos com qualidade. São admissíveis pequenas falhas, desde que não sejam relevantes, as quais serão ponderadas na atribuição da pontuação. [80-100] Pontos.

b.2) Será fundamentalmente analisada a pormenorização, a duração e a coerência na execução das várias tarefas e o planeamento da empreitada, tendo em consideração as tarefas a executar, o controlo de qualidade e o prazo para a execução da obra.

A atribuição da pontuação será de acordo com o critério a seguir indicado:

- Incompleto, genérico e não traduz o desenvolvimento necessário ao longo do prazo de execução da empreitada. [0-20[ Pontos.

- Simples, pouco desenvolvido, ou revelando grandes incongruências. [20-40[ Pontos.

- Aparentemente bem elaborado, mas não traduz o desenvolvimento de toda a empreitada e apresenta incongruências. [40-60[ Pontos

- Aparentemente bem elaborado, definindo de forma exaustiva os períodos de realização dos diferentes tipos de trabalhos. Contudo, tem períodos de realização de trabalhos que não estão coerentes com os restantes documentos da empreitada, ou não são compatíveis com a garantia de qualidade, ou com as regras de boa execução, podendo, inclusivamente, também colocar em causa o cumprimento do prazo. [60-80[ Pontos

- Bem elaborado, definindo de forma clara e exaustiva os períodos de realização dos diferentes tipos de trabalhos, respeitando os encadeamentos das tarefas e está devidamente adaptado à empreitada, criando, desta forma, condições para a existência de qualidade na execução dos trabalhos, bem como para o cumprimento do prazo. São admissíveis pequenas falhas, desde que não sejam relevantes, as quais serão ponderadas na atribuição da pontuação. [80-100] Pontos.

b.3) Será fundamentalmente analisado, ao longo do período de execução da obra, a quantidade, a qualificação e a forma como a mão de obra vai ser afeta à obra e a cada tarefa, tendo em atenção o tipo e o volume de trabalhos a executar, o prazo de execução e a sua coerência com o planeamento e com o controlo de qualidade.

A atribuição da pontuação será de acordo com o critério a seguir indicado:

- Incompleto, ou demasiado genérico na indicação da quantidade e qualificação da mão de obra a utilizar no desenvolvimento de toda a empreitada, ou o tipo de mão de obra, para diversos artigos, não é a adequada, para a realização de trabalhos. [0-20[ Pontos.

- Simples, pouco desenvolvido, ou revelando grandes incongruências com os restantes documentos do planeamento, ou a mão de obra não é a adequada para a realização de trabalhos. [20-40[ Pontos.

- Não está completo e não traduz todas necessidades dos trabalhos a executar, ou apresenta incongruências em relação ao planeamento. [40-60[ Pontos.

- Aparentemente bem elaborado, mas faltam alguns meios humanos relevantes, ou nem sempre são os adequados para a realização de alguns trabalhos, podendo colocar em causa a qualidade dos trabalhos. O planeamento da mão de obra nem sempre está coerente com os restantes documentos da empreitada, podendo colocar em causa a garantia de qualidade, ou o cumprimento do prazo. [60-80[ Pontos.

- Bem elaborado, com a mão de obra adequada e apresenta coerência com os restantes documentos da empreitada, de forma a permitir a execução dos trabalhos com o máximo de qualidade e não colocar em causa o cumprimento do prazo. São admissíveis pequenas falhas, desde que não sejam relevantes, as quais serão ponderadas na atribuição da pontuação. [80-100] Pontos.

b.4) Será fundamentalmente analisada, ao longo do período de execução da obra, o tipo, as características, a garantia de segurança, a quantidade e o tempo, dos equipamentos a afetar à obra e a cada tipo de trabalho e a sua coerência com os trabalhos a executar, tendo em atenção o planeamento da obra, o prazo e a garantia de qualidade da mesma.

A atribuição da pontuação será de acordo com o critério a seguir indicado:

- Incompleto, ou demasiado genérico na indicação da quantidade e qualificação do equipamento a utilizar no desenvolvimento de toda a empreitada, ou o tipo de equipamento não é o adequado para a realização de diversos trabalhos. [0-20[ Pontos.

- Simples, pouco desenvolvido, ou revelando grandes incongruências com os restantes documentos do planeamento. [20-40[ Pontos.

- Não está completo e não traduz as necessidades de alguns trabalhos a executar, ou apresenta incongruências com o planeamento. [40-60[ Pontos.

- Aparentemente bem elaborado, mas faltam alguns equipamentos relevantes, ou não são os adequados para a realização de alguns trabalhos, podendo colocar em causa a qualidade dos trabalhos. O planeamento dos equipamentos nem sempre está coerente com os restantes documentos da empreitada, podendo também colocar em causa a garantia de qualidade, ou o cumprimento do prazo. [60-80[ Pontos.

- Bem elaborado, com os equipamentos adequados e apresenta coerência com os restantes documentos da empreitada, de forma a garantir a execução dos trabalhos com o máximo de qualidade e não colocar em causa o cumprimento do prazo. São admissíveis pequenas falhas, desde que não sejam relevantes, as quais serão ponderadas na atribuição da pontuação. [80-100] Pontos.

- Dentro de cada intervalo de pontuações atrás indicados, as pontuações intermédias deverão ponderar o mérito de cada proposta, tomando em consideração os seus aspetos positivos e negativos.

-

4 - Em caso de igualdade de pontuação, terá preferência a proposta de mais baixo preço.

- **Qualificação mínima para o representante do empreiteiro**
  - De acordo com o Quadro n.º 1, do Anexo II da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na redação dada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, em que a natureza predominante da obra seja Espaços exteriores - Arruamentos urbanos, vias e caminhos municipais, apresentando o Curriculum Vitae e a Declaração da respetiva Ordem ou Associação Profissional.

- **Prazo para apresentação da proposta:** 24 dias

- **Proposta de Júri:**
  - António Fernandes;
  - 1 Elemento da CPA;
  - 1 Jurista.

  Suplentes:
  - Rita Madaleno;
  - 1 Jurista.

- **Gestor do contrato:**
  - João Tavares

- **Artigo 46.º-A - Adjudicação por lotes**

  Não se aplica com base na a) e na 2ª parte da b) do nº 2, do referido artigo, ou seja, por imperativos técnicos ou funcionais, a separação por lotes não permitia uma correta gestão dos vários trabalhos previstos nesta empreitada, de forma minimizar custos e transtorno às populações. Acresce ainda que, além do exposto também não garantia um bom controlo de qualidade e criava zonas cinzentas em termos atribuições de responsabilidades aos diversos empreiteiros, para efeitos de garantia dos trabalhos a executar.

- **Justificação para a abertura deste Concurso Público:**

  Para dar resposta ao estipulado no Art.º 36º do CCP, informa-se que a Câmara Municipal de Mafra e os SMAS não possuem recursos humanos, nem equipamentos que permitam a execução dos trabalhos objeto deste procedimento.

  Os preços unitários considerados, estão de acordo com os valores praticados no mercado.

- **Incorporação de materiais reciclados ou de materiais que incorporem reciclados:**

  Relativamente à incorporação de materiais reciclados ou de materiais que incorporem reciclados (de acordo com os n.ºs 8 e 9 do art.7.º do DL 178/2006, na redação dada pelo DL 73/2011), informa-se que a percentagem de materiais reciclados ou que incorporem materiais reciclados relativamente à quantidade total de matérias-primas usadas em obra que se prevê utilizar será inferior a 5%, uma vez que se trata de uma grande remodelação, onde está previsto substituir os revestimentos, que incorporam poucos materiais reciclados.

**NOTA 1:** Acrescentar os seguintes novos pontos à 6.ª Cláusula, do Caderno de Encargos, com o teor abaixo indicado:

5 – Durante toda a fase da obra o empreiteiro é obrigado a garantir a circulação condigna e segura, quer de viaturas às garagens e ao abastecimento dos espaços comerciais, quer dos peões às habitações, ao comércio e aos serviços locais.

6 - Durante toda a fase da obra o empreiteiro é obrigado a garantir o fornecimento de todos os serviços aos edifícios existentes, nomeadamente, água, esgotos, eletricidades e telecomunicações, sendo apenas permitido a interrupção numa pequena parte do dia, aquando a transferência de ramais e devidamente articulado com a fiscalização.

7 – Se durante a execução da empreitada, devido à circulação de viaturas e máquinas, ocorrerem assentamentos nos pavimentos dos arruamentos de acesso à obra, o empreiteiro terá que no final da referida empreitada deixar os

arruamentos em perfeito estado. Se necessário, terá de levantar e reaplicar todos pavimentos danificados, às suas expensas, devendo o trabalho ser executado de acordo com o existente e com a aprovação da Fiscalização. Durante a obra se existirem anomalias nos arruamentos, ou na envolvente da obra, que coloquem em causa a segurança de pessoas ou viaturas, estas terão de ser corrigidas de imediato, sendo que as propostas dos concorrentes devem fazer referência à forma como vão dar cumprimento a este assunto.

Caso o empreiteiro não proceda às correções acima referidas, a receção provisória da obra não será efetuada enquanto tal não ocorrer, podendo o Dono da Obra, se necessário, recorrer à caução da obra, para executar os respetivos trabalhos, ou descontar o custo dos mesmos em algum auto ainda não pago.

**NOTA 2 :** Acrescentar o seguinte ponto à cláusula 9 do CE (**Prazos de execução da empreitada**):

4 – O prazo de execução global da empreitada é de 450 dias. Porém, os trabalhos correspondentes aos do Bloco B (SMAS) têm de ser executados obrigatoriamente nos primeiros 180 dias, a fim de garantir a sua execução durante o ano de 2020.

**NOTA 3:** A cláusula 13ª do Caderno de Encargos deverá ter o seguinte texto:

Cláusula 13.ª

**Condições gerais de execução dos trabalhos**

1 - A obra deve ser executada de acordo com as regras da arte e em perfeita conformidade com o projeto, com o presente caderno de encargos e com as demais condições técnicas contratualmente estipuladas, de modo a assegurarem-se as caraterísticas de resistência, durabilidade e funcionamento especificadas nos mesmos documentos.

2 – Relativamente às técnicas construtivas a adotar, o empreiteiro fica obrigado a seguir, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar, o conjunto de prescrições técnicas definidas nos termos da cláusula 2.ª.

3 - O empreiteiro pode propor ao dono da obra a substituição dos métodos e técnicas de construção ou dos materiais previstos no presente caderno de encargos e no projeto por outros que considere mais adequados, sem prejuízo da obtenção das características finais especificadas para a obra e desde que a qualidade dos trabalhos, dos materiais e dos equipamentos seja igual ou superior ao previsto no concurso e cumpra o definido nos pontos seguintes.

4 – Sem prejuízo do disposto nos pontos antecedentes e seguintes, o empreiteiro fica obrigado a executar todos os trabalhos complementares e aplicar todos os métodos construtivos por ele indicados na sua memória descritiva, de forma a melhorar a qualidade dos trabalhos, sem que isso lhe confira o direito a qualquer valor adicional, sendo que em caso algum pode violar o definido no concurso, pelo dono da obra, nomeadamente funcionalidade, qualidade e arquitetura / estética. Se a qualquer momento for detetado que os materiais, ou os equipamentos aplicados são de qualidade inferior ao previsto no concurso, ou aos propostos pelo empreiteiro na fase de concurso, obriga o empreiteiro a proceder à sua substituição a suas expensas.

5 – Caso algum trabalho tenha sido indevidamente pago, por se detetar que as quantidades não estão corretas, ou pelo facto de se ter detetado que o trabalho não está em condições de ser aceite, aplica-se o artigo 390º do CCP.

6 - Qualquer material ou equipamento, para ser considerado de qualidade igual ou superior, não basta apenas, aparentemente, desempenhar a mesma função. Tem de ser de qualidade igual ou superior em todos os requisitos técnicos e funcionais da solução de referência do caderno de encargos, da memória descritiva e justificativa e do mapa de trabalhos, do concurso e também da memória descritiva do concorrente (caso o concorrente na sua proposta tenha indicado uma outra solução de qualidade superior à do concurso, de forma a melhorar a sua classificação na fase de apreciação das propostas). A qualidade igual ou superior deve verificar-se em todos os requisitos técnicos, nomeadamente, quando aplicável, funcionalidade, durabilidade, fiabilidade, enquadramento arquitetónico com o conjunto da arquitetura da obra (caso altere a arquitetura ou estética da obra fica dependente de aprovação do Dono da Obra), compatibilidade com outros materiais ou equipamentos existentes, composições e resistências químicas,

resistências mecânicas, resistência ao desgaste, estabilidade dos pigmentos/cor, composição de anti fungos, espessuras e características dos revestimentos de proteção, espessuras dos revestimentos anticorrosivos, resistências aos ultravioletas, resistência térmica, resistência acústica, transmissão térmica, reflexão solar e outros aplicáveis. Quando o empreiteiro apresentar materiais ou equipamentos para aprovação da fiscalização, que sejam diferentes dos previstos, tem que apresentar um documento comparativo das características técnicas da solução base do concurso (incluindo as apresentadas pelo concorrente na fase de concurso) e da solução proposta pelo empreiteiro e, ainda, as recomendações técnicas do fabricante. Para além dos equipamentos ou materiais terem de ter a qualidade atrás mencionada, o empreiteiro também fica obrigado a respeitar todas as recomendações técnicas do respetivo fabricante, de forma a garantir uma boa execução/aplicação, sem que isso lhe confira o direito a qualquer valor adicional. Caso o empreiteiro não cumpra as recomendações técnicas do fabricante, fica obrigado a retificar o trabalho executado a suas expensas, de forma a cumpri-las.

7 – Sempre que existam dúvidas quanto à qualidade dos materiais e/ou equipamentos a aplicar ou aplicados, o empreiteiro terá que complementar a documentação comprovativa das respetivas características. Se necessário serão efetuados testes, englobando os destrutivos, sempre que justificável, de forma a confirmar-se a respetiva qualidade, sendo que os equipamentos de medição e todas as despesas inerentes aos testes serão da responsabilidade do empreiteiro. Nos casos em que não sejam cumpridos os requisitos de qualidade proceder-se-á às reparações ou substituições necessárias, a expensas do empreiteiro.

8 – Caso o empreiteiro recorra à subcontratação será obrigado a cumprir toda a legislação aplicável, nomeadamente os artigos 317.º, 319.º, 320.º, 383.º 384.º, 385.º e 386.º do CCP. Em caso de incumprimento da legislação aplicável, nomeadamente o n.º 2 do artigo 383.º do CCP, além da aplicação de todas as sanções previstas na lei, tal facto será comunicado às entidades respetivas, em especial o IMPIC (Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção).

9 – O empreiteiro não pode invocar que a mobilização de meios ou equipamentos em determinado momento da empreitada, para executar qualquer trabalho imprevisto na empreitada, para além do custo normal desse trabalho, tem custos

acrescidos de estaleiro, de mobilização de máquinas, ou outros, caso estes meios estejam previstos nos respetivos planos de mão-de-obra e/ou equipamentos, para aquele período.

10 – Caso exista alguma divergência entre o descritivo do mapa de trabalhos / mapa de quantidades, em relação a qualquer outro documento do concurso, prevalece o definido no mapa de trabalhos.

**NOTA 4 :** No CE, no Capítulo III - Obrigações do dono da obra, na cláusula 32.ª **(Preço e condições de pagamento),** deve ser adicionado o seguinte ao ponto 1:

1 - ..... Contudo, devido ao facto de se tratar de um agrupamento de Entidades, de forma a garantir que não é ultrapassado o valor cabimentado por cada Entidade, o valor base está dividido em duas sub-bases. Face ao exposto as propostas dos concorrentes não podem ultrapassar as seguintes sub-bases: Trabalhos do Bloco A, incluindo a respetiva parcela do estaleiro 2 955 792 € e os trabalhos do Bloco B, incluindo a respetiva parcela do estaleiro 658 699 €.

1.1 – Qualquer proposta que ultrapasse qualquer uma das duas sub-bases atrás referidas será excluída.

**NOTA 5:** Devido ao facto do valor base do concurso corresponde a preços unitários coerentes com o mercado, já sem grandes folgas, de forma a garantir uma perfeita execução dos trabalhos, deverá mencionar-se no concurso o valor das propostas consideram-se anormalmente baixos se forem inferiores a 80% da base. Contudo, os concorrentes podem apresentar propostas abaixo da base, de acordo com o previsto na legislação em vigor, sendo que neste caso a caução prevista no artigo 89 do Código da Contratação Pública, será de 10%.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente**

**Divisão de Obras Municipais**

**NOTA 6**: Face ao tempo inerente à realização deste concurso público, considera-se que a empreitada terá o seu início no dia 1 de maio de 2020, pelo que, para efeitos de cabimento deverá considerar-se em 2020 o montante de 1 850 000 € e o restante em 2021.

À Consideração Superior,

Mafra, 3 de dezembro de 2019

X

João Tavares
Técnico Superior

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

# Concurso Público

**Designação da Empreitada:**

## "Requalificação do Largo da Feira da Malveira e da Av. José Batista Antunes na Malveira, incluindo as infraestruturas no subsolo"

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

# ÍNDICE GERAL

## I. PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

## II. CADERNO DE ENCARGOS

## ANEXOS:

ANEXO I - Modelo de Declaração – aceitação do conteúdo do caderno de encargos;

ANEXO II – Modelo de Declaração – Habilitação;

ANEXO III – Modelo de Caução – Depósito;

ANEXO IV – Modelo de Caução - Garantia Bancária/Seguro-Caução

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

# PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

**ÍNDICE:**

1. **IDENTIFICAÇÃO E PEÇAS DO CONCURSO**
2. **ENTIDADE ADJUDICANTE**
3. **ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR E ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS**
4. **ERROS E OMISSÕES E INSPECÇÃO DO LOCAL DOS TRABALHOS**
5. **DOCUMENTOS DA PROPOSTA**
6. **MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO**
7. **IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA**
8. **PROPOSTA COM VARIANTES AO PROJETO**
9. **MODALIDADE JURÍDICA DE ASSOCIAÇÃO DE EMPRESAS**
10. **PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**
11. **PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS**
12. **CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO DAS PROPOSTAS**
13. **INDICAÇÃO DO PREÇO**
14. **PUBLICITAÇÃO DA LISTA DOS CONCORRENTES**
15. **ANÁLISE DAS PROPOSTAS, RELATÓRIO PRELIMINAR E AUDIÊNCIA PRÉVIA**
16. **NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO**
17. **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO**
18. **MODO DE PRESTAÇÃO E VALOR DA CAUÇÃO**
19. **MINUTA DO CONTRATO**
20. **LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**
21. **FORNECIMENTO DE EXEMPLARES DO PROCESSO**
22. **DESPESAS E ENCARGOS**

# CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

## 1. IDENTIFICAÇÃO E PEÇAS DO CONCURSO

1.1. O presente procedimento tem por objeto a execução da empreitada referente à **"Requalificação do Largo da Feira da Malveira e da Av. José Batista Antunes na Malveira, incluindo as infraestruturas no subsolo"**.

1.2. O processo de concurso público para execução da empreitada referente à **"Requalificação do Largo da Feira da Malveira e da Av. José Batista Antunes na Malveira, incluindo as infraestruturas no subsolo"** encontra-se patente para consulta na Unidade de Contratação Pública e Aprovisionamento da Câmara Municipal de Mafra, Praça do Município 2644-001 Mafra, onde poderá ser consultado durante as horas normais de expediente (todos os dias úteis, das 9.00 às 17.00 horas), desde a data da publicitação até ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas;

As peças do concurso serão disponibilizadas na plataforma de contratação pública eletrónica SaphetyGov – http://www3.saphety.com/pt/solutions/public-procurement.

1.3. O concurso foi aberto ao abrigo dos critérios que se encontram enunciados no na alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação, adiante designado por CCP.

## 2. ENTIDADE ADJUDICANTE

2.1. A entidade adjudicante corresponde ao agrupamento de entidades constituído pelo **Município de Mafra**, titular do número de identificação de pessoa coletiva nº. 502177080, com sede na Praça do Município, 2644-001 Mafra e pelos **Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Mafra**, titular do número de Identificação de pessoa coletiva nº. 600087247, com sede Rua Constância Maria Rodrigues n.º 19, 2640-389 Mafra.

2.2. Para efeitos de condução do presente procedimento de formação de contrato, o Município de Mafra é o representante do agrupamento.

## 3. ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR E ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS

3.1 A decisão de contratar foi tomada pela Câmara Municipal, nos termos conjugados da alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho, em vigor por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação repristinada pela Resolução da Assembleia da República nº 86/2011, de 30 de março.

3.2. O órgão competente para prestar esclarecimentos é o júri nomeado para conduzir o procedimento, a quem deverão ser apresentados os respetivos pedidos, por escrito, com identificação do concurso a que respeitam, através da plataforma de contratação pública eletrónica *SaphetyGov* – http://www3.saphety.com/pt/solutions/public-procurement, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

3.3. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados, por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, via plataforma de contratação pública eletrónica. A falta de resposta até esta data, implica a prorrogação, por período correspondente, do prazo para apresentação das propostas. Quando, devido ao seu volume, os esclarecimentos não possam ser prestados no prazo referido, o prazo para apresentação das propostas deve ser adequadamente prorrogado.

3.4. Simultaneamente com a comunicação dos esclarecimentos ao interessado que os solicitou, juntar-se-á cópia dos mesmos às peças patenteadas em concurso e notificar-se-á do facto todos os interessados que tenham adquirido as peças procedimentais.

## 4. ERROS E OMISSÕES E INSPECÇÃO DO LOCAL DOS TRABALHOS

4.1 Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar ao órgão competente para a decisão

de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados.

4.2 Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.

4.3 Durante o primeiro terço do prazo que decorre até à apresentação das propostas, os interessados poderão, mediante solicitação ao dono da obra, inspecionar os locais de execução da obra e realizar neles os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas.

## 5. DOCUMENTO DA PROPOSTA

A proposta deverá ser constituída pelos documentos previstos no artigo 57.º do CCP, sob pena de exclusão, nomeadamente:

5.1. **Declaração**, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** do CCP

5.2 **Atributos da Proposta:**

5.2.1 **Memória descritiva e justificativa** do modo de execução da empreitada;

5.2.2 **Plano de trabalhos**;

5.2.3 **Plano de equipamento** a utilizar nesta obra;

5.2.4 **Plano de mão-de-obra** a utilizar nesta obra;

5.2.5 **Plano de Pagamentos** e Cronograma Financeiro;

5.2.6 **Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição**;

5.2.7 Para efeitos da alínea a) do n.º 2 do art.º 57.º do CCP, juntar a Lista de preços unitários de todas as espécies de trabalhos previstos no projeto de execução **(não obstante a resposta em sede de corpo da proposta,**

**deverá, obrigatoriamente, ser preenchido e enviado o ficheiro Excel denominado LPU - Mapa de Quantidades);**

## 6. MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PROPOSTA

6.1. Em face do que se encontra estabelecido no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, fica determinado que só é aceite a entrega das propostas através da plataforma de contratação pública eletrónica http://www3.saphety.com/pt/solutions/public-procurement.

6.2. Todos os documentos que devam ser emitidos pelo concorrente serão assinados pelo mesmo, indicando, se se tratar de pessoa coletiva e a qualidade em que assina;

6.3. Todas as propostas deverão ser entregues até ao prazo limite de entrega via plataforma contratação pública eletrónica http://www3.saphety.com/pt/solutions/public-procurement

6.4. Para tal é necessário o registo que poderá ser efetuado em http://www3.saphety.com/pt/solutions/public-procurement, dirigindo-se à área de pré-adesão de Fornecedores.

6.5. Adicionalmente poderá encontrar os requisitos mínimos necessários para aceder à plataforma BizGov em www.bizgov.pt/conteudos/default.asp?ID=71&IDP=18&P=18.

6.6. Em caso de dúvidas ou apoio à submissão de propostas, a Saphety disponibiliza uma linha de apoio direta que poderá ser acedida através do número 707 101 249, ou através do correio eletrónico helpdesk@saphety.com.

6.7. Nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, os documentos submetidos na plataforma eletrónica pelos concorrentes devem ser assinados com recurso a uma assinatura eletrónica qualificada.

6.8. Os documentos elaborados ou preenchidos pelos concorrentes devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios ou dos seus representantes legais.

6.9. Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade

certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em www.gns.gov.pt).

6.10. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, designadamente a certidão do registo comercial (ou código de acesso) ou procuração.

**Nota: A submissão das propostas só deve ter lugar após o completo preenchimento do formulário principal, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 70.º da Lei n.º 96/2015 de 17 de Agosto.**

## 7. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos na língua portuguesa. Porém, quando, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o concorrente fazê-los acompanhar de um dos seguintes documentos:

a) Tradução devidamente legalizada;
b) Tradução não legalizada mas acompanhada de declaração do concorrente nos termos da qual este declare aceitar a prevalência dessa tradução não legalizada, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

## 8. PROPOSTA COM VARIANTES AO PROJECTO

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas com variantes ao projeto patenteado (ou parte dele).

## 9. MODALIDADE JURÍDICA DE ASSOCIAÇÃO DE EMPRESAS

9.1. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

9.2. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nos termos do disposto no número anterior, nem integrar outro agrupamento concorrente.

9.3. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.

9.4. No caso da adjudicação da empreitada ser feita a um agrupamento de empresas, estas associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de Julho.

## 10. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas serão entregues, até às **17.00 horas do 24.º dia**, a contar da data do envio do anúncio para Diário da República, (prazo contínuo). Caso esse dia venha a coincidir com dia não útil o prazo limite corresponderá às **17:00 horas do dia útil imediato.**

## 11. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Nos termos do artigo 65.º do CCP, os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 180 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas.

## 12.CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO DAS PROPOSTAS

12.1. A adjudicação é efetuada segundo o critério da **proposta economicamente mais vantajosa**, determinada pela modalidade **da melhor relação qualidade-preço**, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.

12.2. Na apreciação e classificação das propostas serão considerados os seguintes fatores e subfactores que densificam o critério de adjudicação, indicando-se entre parêntesis os respetivos coeficientes de ponderação:

**a) Preço global da proposta (50%);**

**b) Qualidade técnica da proposta (50%), dividida pelos seguintes subfactores:**

**b.1)** Memória descritiva e justificativa do modo de execução da empreitada, incluindo descrição do planeamento de execução dos trabalhos, conforme o Caderno de Encargos (50%);

**b.2)** Plano de Trabalhos (20%);

**b.3)** Plano de Mão-de-Obra (15%);

**b.4)** Plano de Equipamento (15%).

12.3. Para efeitos da pontuação/classificação das propostas em cada um dos fatores de apreciação indicados no 12.2 serão aplicados os seguintes métodos:

**a)** No que concerne **ao preço global das propostas** as respetivas pontuações serão obtidas com base na equação abaixo indicada:

$$\mathbf{xi} = \sqrt{(\mathbf{100}-\mathbf{75})^2 - (\mathbf{100}-\mathbf{75})^2 \times \left(\frac{vi}{vB}\right)^2} + \mathbf{75}$$

onde
xi - pontuação de cada concorrente;
*vi* - valor da proposta de cada concorrente;
*vB* - valor Base do concurso.

**b)** No que concerne à qualidade técnica da proposta e aos subfactores que a compõem, será aplicada a seguinte fórmula:

**QTP = 0,50 MDJ + 0,20 PT + 0,15 MO + 0,15 PE**

- sendo estes de natureza eminentemente qualitativa, a respetiva pontuação será efetuada numa escala de 0 a 100, segundo a seguinte metodologia:

**b.1)** Será fundamentalmente analisada a forma pormenorizada e coerente, como cada concorrente se propõe executar os trabalhos, devidamente adaptados à obra, incluindo a articulação com o planeamento e as exigências da boa execução dos trabalhos, cumprindo as peças escritas e desenhadas e o Caderno de Encargos do concurso, e

ainda, o cumprimento do prazo e a garantia de qualidade. Para além do atrás mencionado, a análise da memória descritiva e justificativa, deverá ponderar também a garantia de qualidade dos materiais, dos equipamentos, dos meios a mobilizar e dos métodos e técnicas construtivos definidos pelo concorrente, para a execução da obra. É de salientar que a pontuação, para além de ponderar o atrás exposto, deverá ponderar o que acrescenta à definição e caracterização da proposta, tendo como objetivo dar cumprimento às exigências globais do concurso. Refira-se ainda que, durante a execução da empreitada, o concorrente ficará obrigado a cumprir o que defina na memória descritiva e justificativa. Acresce que não se atribuirá grande valoração ao que corresponda a uma mera transcrição do que já exista em outros documentos obrigatórios da proposta, sem lhe acrescentar algo de relevante, dado corresponder a uma redundância.

Atribuição da pontuação será de acordo com o critério a seguir indicado:

- Genérica, muito incompleta, não satisfazendo aspetos essenciais exigíveis de adaptação à empreitada, ou com grandes incongruências. ----------[0-20[ Pontos

- Pouco desenvolvida, simplificada, ou pouco adaptada à empreitada, sem grande desenvolvimento dos métodos construtivos, dos materiais e dos equipamentos a aplicar na empreitada e, eventualmente, com incongruências.----------[20-40[ Pontos

- Com algum desenvolvimento, com definição de materiais, de equipamentos e de métodos construtivos, mas ainda de forma bastante incompleta. Existe articulação com os diversos documentos da empreitada, mas revela ainda algumas falhas e algumas incongruências relevantes.----------[40-60[ Pontos

- Com um razoável desenvolvimento e uma razoável definição dos métodos construtivos, dos equipamentos e dos materiais a utilizar, mas apresentando algumas falhas, ou algumas incoerências relevantes. Relativamente articulada com os diversos documentos da empreitada, mas revelando algumas falhas.----------[60-80[ Pontos

- Bem desenvolvida, pormenorizada, coerente e devidamente adaptada à empreitada. Boa definição das técnicas e dos métodos construtivos, dos materiais, dos equipamentos e dos meios a utilizar e ainda das várias exigências do concurso, oferecendo garantias de qualidade e cumprindo as regras de boa execução. Está bem articulada com os diversos documentos da empreitada e indica formas de contribuir, quer para o cumprimento do prazo, quer para a execução dos trabalhos com qualidade. São admissíveis pequenas falhas, desde que não sejam relevantes, as quais serão ponderadas na atribuição da pontuação.----------[80-100] Pontos.

**b.2)** Será fundamentalmente analisada a pormenorização, a duração e a coerência na execução das várias tarefas e o planeamento da empreitada, tendo em consideração as tarefas a executar, o controlo de qualidade e o prazo para a execução da obra.

A atribuição da pontuação será de acordo com o critério a seguir indicado:

- Incompleto, genérico e não traduz o desenvolvimento necessário ao longo do prazo de execução da empreitada.----------[0-20[ Pontos.

- Simples, pouco desenvolvido, ou revelando grandes incongruências. ----------[20-40[ Pontos.

- Aparentemente bem elaborado, mas não traduz o desenvolvimento de toda a empreitada e apresenta incongruências.----------[40-60[ Pontos

- Aparentemente bem elaborado, definindo de forma exaustiva os períodos de realização dos diferentes tipos de trabalhos. Contudo, tem períodos de realização de trabalhos que não estão coerentes com os restantes documentos da empreitada, ou não são compatíveis com a garantia de qualidade, ou com as regras de boa execução, podendo, inclusivamente, também colocar em causa o cumprimento do prazo. ----------[60-80[ Pontos

- Bem elaborado, definindo de forma clara e exaustiva os períodos de realização dos diferentes tipos de trabalhos, respeitando os

encadeamentos das tarefas e está devidamente adaptado à empreitada, criando, desta forma, condições para a existência de qualidade na execução dos trabalhos, bem como para o cumprimento do prazo. São admissíveis pequenas falhas, desde que não sejam relevantes, as quais serão ponderadas na atribuição da pontuação.----------[80-100] Pontos.

**b.3)** Será fundamentalmente analisado, ao longo do período de execução da obra, a quantidade, a qualificação e a forma como a mão de obra vai ser afeta à obra e a cada tarefa, tendo em atenção o tipo e o volume de trabalhos a executar, o prazo de execução e a sua coerência com o planeamento e com o controlo de qualidade.

A atribuição da pontuação será de acordo com o critério a seguir indicado:

- Incompleto, ou demasiado genérico na indicação da quantidade e qualificação da mão de obra a utilizar no desenvolvimento de toda a empreitada, ou o tipo de mão de obra, para diversos artigos, não é a adequada, para a realização de trabalhos.----------[0-20[ Pontos.

- Simples, pouco desenvolvido, ou revelando grandes incongruências com os restantes documentos do planeamento, ou a mão de obra não é a adequada para a realização de trabalhos.----------[20-40[ Pontos.

- Não está completo e não traduz todas necessidades dos trabalhos a executar, ou apresenta incongruências em relação ao planeamento.----------[40-60[ Pontos.

- Aparentemente bem elaborado, mas faltam alguns meios humanos relevantes, ou nem sempre são os adequados para a realização de alguns trabalhos, podendo colocar em causa a qualidade dos trabalhos. O planeamento da mão de obra nem sempre está coerente com os restantes documentos da empreitada, podendo colocar em causa a garantia de qualidade, ou o cumprimento do prazo.----------[60-80[ Pontos

- Bem elaborado, com a mão de obra adequada e apresenta coerência com os restantes documentos da empreitada, de forma a permitir a execução dos trabalhos com o máximo de qualidade e não colocar em

causa o cumprimento do prazo. São admissíveis pequenas falhas, desde que não sejam relevantes, as quais serão ponderadas na atribuição da pontuação.---------- [80-100] Pontos.

**b.4)** Será fundamentalmente analisada, ao longo do período de execução da obra, o tipo, as características, a garantia de segurança, a quantidade e o tempo, dos equipamentos a afetar à obra e a cada tipo de trabalho e a sua coerência com os trabalhos a executar, tendo em atenção o planeamento da obra, o prazo e a garantia de qualidade da mesma.

A atribuição da pontuação será de acordo com o critério a seguir indicado:

- Incompleto, ou demasiado genérico na indicação da quantidade e qualificação do equipamento a utilizar no desenvolvimento de toda a empreitada, ou o tipo de equipamento não é o adequado para a realização de diversos trabalhos.----------[0-20[ Pontos.

- Simples, pouco desenvolvido, ou revelando grandes incongruências com os restantes documentos do planeamento.----------[20-40[ Pontos.

- Não está completo e não traduz as necessidades de alguns trabalhos a executar, ou apresenta incongruências com o planeamento.----------[40-60[ Pontos.

- Aparentemente bem elaborado, mas faltam alguns equipamentos relevantes, ou não são os adequados para a realização de alguns trabalhos, podendo colocar em causa a qualidade dos trabalhos. O planeamento dos equipamentos nem sempre está coerente com os restantes documentos da empreitada, podendo também colocar em causa a garantia de qualidade, ou o cumprimento do prazo.------[60-80[ Pontos

- Bem elaborado, com os equipamentos adequados e apresenta coerência com os restantes documentos da empreitada, de forma a garantir a execução dos trabalhos com o máximo de qualidade e não colocar em causa o cumprimento do prazo. São admissíveis pequenas falhas, desde que não sejam relevantes, as quais serão ponderadas na atribuição da pontuação.----------[80-100] Pontos.

Dentro de cada intervalo de pontuações atrás indicados, as pontuações intermédias deverão ponderar o mérito de cada proposta, tomando em consideração os seus aspetos positivos e negativos.

12.4. **Em caso de igualdade de pontuação, terá preferência a proposta de mais baixo preço.**

## 13.INDICAÇÃO DO PREÇO

13.1. O preço base para efeitos do concurso é de **3 614 491,00 € (três milhões seiscentos e catorze mil quatrocentos e noventa e um euros)**, acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor.

13.2. O preço acima indicado corresponde à soma entre 2 955 792,00€ (dois milhões novecentos e cinquenta e cinco mil setecentos e noventa e dois euros), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, valor a investir pela Câmara Municipal de Mafra e 658 699,00€ (seiscentos e cinquenta e oito mil seiscentos e noventa e nove euros), valor a investir por parte dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Mafra.

13.3. Face ao exposto no número anterior, e devido ao facto de se tratar de um agrupamento de Entidades, e de forma a garantir que não é ultrapassado o valor cabimentado por cada Entidade, o valor base está dividido em duas sub-bases. Deste modo, as propostas dos concorrentes não podem ultrapassar as seguintes sub-bases: Trabalhos do Bloco A, incluindo a respetiva parcela do estaleiro 2 955 792,00€ (dois milhões novecentos e cinquenta e cinco mil setecentos e noventa e dois euros), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor e os trabalhos do Bloco B, incluindo a respetiva parcela do estaleiro 658 699,00€ (seiscentos e cinquenta e oito mil seiscentos e noventa e nove euros), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor;

13.4. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados em extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

13.5. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

13.6. O concorrente deverá indicar na proposta os preços parciais dos trabalhos que se propõe executar nos termos dos números 4 e 5 do artigo 60.º do CCP.

13.7. Devido ao facto do valor base do concurso corresponder a preços unitários coerentes com os valores médios que estão a ser praticados no mercado, não apresentando já grandes folgas, de forma a garantir uma perfeita execução dos trabalhos, será considerado anormalmente baixo o valor das propostas que sejam inferiores a 80% do preço base.

13.8. Atento o art.º 46.º- A do CCP a não contratação por lotes resulta de, por imperativos técnicos ou funcionais, a separação por lotes não permitiria uma correta gestão da empreitada e controlo de qualidade, nem uma adequada responsabilização dos diversos empreiteiros, para efeitos de garantia dos trabalhos a executar.

## 14.PUBLICITAÇÃO DA LISTA DOS CONCORRENTES

14.1. O Júri procederá, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma de contratação pública eletrónica SaphetyGov – http://www3.saphety.com/pt/solutions/public-procurement.

14.2. Mediante a atribuição de um login e de uma password aos concorrentes incluídos na lista é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica referida no número anterior, a todas as propostas apresentadas.

14.3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.

14.4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a candidatura do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 13.1 e 13.2.

## 15. ANÁLISE DAS PROPOSTAS, RELATÓRIO PRELIMINAR E AUDIÊNCIA PRÉVIA

15.1. Após a análise das propostas, tendo em conta todos os seus atributos, representados pelos fatores e subfactores que densificam o critério de adjudicação, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar no qual propõe a ordenação das mesmas, bem como eventuais exclusões.

15.2. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes esclarecimentos, sobre as propostas, considerados necessários para efeitos de análise e avaliação das mesmas.

15.3. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinariam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

15.4. Os esclarecimentos referidos no número anterior serão disponibilizados na plataforma eletrónica SaphetyGov - http://www3.saphety.com/pt/solutions/public-procurement, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

15.5. Elaborado o relatório preliminar, o júri procede à audiência prévia nos termos das disposições conjugadas dos artigos 147.º e 123.º, n.º 1, do CCP.

## 16. NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

16.1. A decisão da adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.

16.2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação será notificado o adjudicatário para:

a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos, de acordo com o n.º 17 deste programa de procedimentos, conforme disposto no artigo 81.º do CCP;
b) Prestar a caução, nos termos do ponto 18 deste programa de procedimentos, no prazo de 10 dias a contar da data da adjudicação, indicando expressamente o seu valor;
c) Confirmar, no prazo de 10 dias, eventuais compromissos, assumidos por terceiros, relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;

## 17. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO

17.1. No prazo de 10 (dez) dias a contar da data da notificação da adjudicação, deverá o adjudicatário apresentar os seguintes documentos de habilitação:

a) Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo II** ao presente programa de concurso;

b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta *online*, de que se encontra nas seguintes situações:

i. Situação regularizada relativamente a contribuições para a **segurança social** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP, na sua redação atual;

ii. Situação regularizada relativamente a **impostos devidos** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP, na sua redação atual;

## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

c) Certificado de **registo criminal**, para efeitos de celebração de contratos públicos, da pessoa singular ou, sendo pessoa coletiva, registo criminal desta e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, na sua redação atual;

d) **Alvará de construção ou certificado** (ou cópia do mesmo), nos termos da Lei n.º 41/2015 de 3 de junho, emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P. (IMPIC, I. P.), contendo as autorizações referidas no n.º 17.2.

e) **Plano de Segurança, Higiene e Saúde no trabalho;**

f) **Qualificação mínima para o representante do empreiteiro:** De acordo com a Lei n.º 40/2015 de 1 de junho, a qualificação profissional exigível aos técnicos para exercício de funções de direção de obra em apreço, consta no Quadro n.º 1, do Anexo II da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na redação dada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, em que a natureza predominante da obra seja Espaços exteriores - Arruamentos urbanos, vias e caminhos municipais, apresentando o Curriculum Vitae e a Declaração da respetiva Ordem ou Associação Profissional.

17.2. Para efeitos da alínea d) do número anterior, o alvará de construção a apresentar deverá conter:

a) 8.ª Subcategoria da 2ª Categoria, de acordo com a Lei 41/2015, de 3 de junho, na Classe correspondente ao montante da empreitada.
b) 1.ª; 2.ª, 4.ª, 5.ª; 6.ª, 7.ª e 8.ª subcategorias, da 1ª categoria; 1.ª, 6.ª, 9.ª, 10.ª e 11.ª subcategorias da 2ª Categoria; 1.ª; 9.ª e 12.ª subcategorias da 4ª Categoria e 1.ª, 2.ª e 11.ª subcategorias, da 5ª categoria, na Classe que cubra o montante dos respetivos trabalhos.
c) Para os alvarás indicados na alínea b) os concorrentes podem recorrer a subcontratados, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

17.3. A entidade adjudicante concederá um prazo de três dias úteis para eventual supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação.

17.4. Podem ainda ser solicitados aos adjudicatários quaisquer documentos comprovativos das habilitações ou certificações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhes prazo para o efeito.

17.5. O incumprimento da entrega dos referidos documentos de habilitação, no prazo fixado, constitui contraordenação muito grave, punível com coima graduada de € 2000 a € 3700 ou de € 7500 a € 44800, consoante se trate de pessoa singular ou coletiva, atento o disposto na alínea b) do artigo 456.º do Código dos Contractos Públicos.

## 18. MODO DE PRESTAÇÃO E VALOR DA CAUÇÃO

18.1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário deve prestar uma caução no valor de 5% (cinco por cento) do preço contratual de acordo com o artigo 89.º do CCP e mais 5% para reforço da caução, que serão retidos na altura dos pagamentos dos autos de medição, conforme artigo 353.º do Código atrás referido.

18.2. Quando o preço total resultante da proposta adjudicada seja considerado anormalmente baixo, o valor da caução a aprestar pelo adjudicatário é de 10% (dez por cento) do preço contratual.

18.3. O adjudicatário deve, no prazo de 10 dias, a contar da notificação da decisão de adjudicação, prestar a caução, devendo comprovar que a prestou perante a entidade adjudicante, no dia imediatamente subsequente.

18.4. A entidade adjudicante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais ou contratuais, pelo adjudicatário.

18.5. A caução é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro de caução, conforme escolha do adjudicatário, mediante a utilização de um dos modelos em anexo.

18.6. O depósito em dinheiro ou títulos é efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem da Câmara Municipal de Mafra, devendo ser especificado o fim a que se destina.

18.7. Se o adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento das obrigações a que a garantia respeita.

18.8. Tratando-se do seguro-caução, o adjudicatário deve apresentar apólice pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar esse seguro assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante, em virtude de incumprimento de quaisquer obrigações a que o seguro respeita.

18.9. Das condições da garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da entidade adjudicante, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas de prestação da caução.

18.10. Todas as despesas derivadas da prestação das cauções são da responsabilidade do adjudicatário.

## 19. MINUTA DO CONTRATO

O adjudicatário fica obrigado a pronunciar-se sobre a minuta do contrato no prazo de cinco dias após a sua receção, findo o qual, se o não fizer, se considerará aceite.

## 20. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Para todas as matérias não expressamente reguladas, relativas ao processo de concurso e ao cumprimento do contrato, observar-se-á o disposto no CCP, e demais legislação aplicável.

## 21. FORNECIMENTO DE EXEMPLARES DO PROCESSO

As peças do concurso são disponibilizadas na plataforma de contratação pública eletrónica SaphetyGov – http://www3.saphety.com/pt/solutions/public-procurement e são fornecidas gratuitamente.

# CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

## 22. DESPESAS E ENCARGOS

22.1 Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação de propostas são da responsabilidade do concorrente;

22.2 Todas as despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito, se aplicável, serão da responsabilidade do adjudicatário;

22.3 Decorrem ainda por conta do adjudicatário todas as despesas derivadas da prestação de cauções e da emissão de seguros, quando a elas houver lugar.

...6../...12../..2019

**O Presidente da Câmara,**

**(Hélder Sousa Silva)**

## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

# Anexo I

## MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável)

1 - _____ [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) _____ [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de _____ [designação ou referência ao procedimento em causa] e , se for caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

*a)* [...];

*b)* [...].

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos

públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), *e)* e *h)* do n.º 1do artigo 55.º do referido código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [data] [Assinatura (4)]

---

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), *c)* e *d)* do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.

(4) Nos termos do disposto nos n.º s 4 e 5 do artigo 57.º.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

# Anexo II

## MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea *a)* do n.º 1 do artigo 81.º)

1 - _____ [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) _____ [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(*a)* no procedimento de _____ [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações prevista no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica _____ como endereço do sítio do sítio da *Internet* onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), *e)* e *h) do n.º 1* do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [data] [Assinatura (5)]

---

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

# CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

## ANEXO III

## Modelo de Caução

## GUIA DE DEPÓSITO

Vai (a) _____, com morada/sede em_____

_____, contribuinte n.º_____

depositar na (b) _____, à ordem do Exmo. Senhor Presidente da Câmara

Municipal de Mafra de acordo com o disposto no nº 3 do artigo 90º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, a quantia de (c) _____ , que se destina a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do procedimento de contratação referente a **(d)** _____ , constituindo a caução a que refere o artigo 88º e seguintes, do mesmo diploma.

Localidade, _____ de _____ de _____

**(e)** _____

**********

**a)** Identificação da entidade depositante (cocontratante);
**b)** Designação da Instituição Bancária
**c)** Quantia por extenso;
**d)** Descrição do Procedimento
**e)** Carimbo e assinatura da Entidade depositante.

# CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

## Anexo IV

## Modelo de Garantia Bancária/Seguro-Caução

Em nome e a pedido de **(1)** _____, vem o/a **(2)** _____ pelo presente documento, prestar, a favor do Município de Mafra, uma garantia bancária/seguro-caução, até ao montante de **(3)** _____ **€** (por algarismos e por extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo garantido no âmbito **(4)** _____ nos termos do artigo 90º do Código dos Contratos Públicos.

Declara o/a (instituição garante) _____ que a presente garantia corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que solicitado por simples notificação escrita por parte do Município de Mafra.

Mais declara o/a (instituição garante) _____ que, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do garantido, sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pelo Município de Mafra, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente de quaisquer prémios que lhe sejam devidos

A Instituição Garante

_____

**********

**(1)** - Identificação completa do cocontratante;
**(2)** - Identificação completa da Instituição garante;
**(3)** - O valor deve corresponder a 5% do total da adjudicação, com exclusão do IVA;
**(4)** – Identificação do procedimento.

1.12.

**SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS**
**DE ÁGUAS E SANEAMENTO DE MAFRA**

A remeter.
3.Dez.19

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Mafra
Praça do Município

2644-001 Mafra

| Sua referência | Sua Comunicação de | Nossa Referência | Data |
|---|---|---|---|
| | | 0724/2019 | 03 DEZ. 2019 |

Assunto: Concurso Público para "Requalificação do Largo da Feira e da Av. José Batista Antunes – Malveira

Exmo. Senhor,

Serve a presente para remeter a deliberação do Conselho de Administração, da reunião do dia 3 de dezembro de 2019, de aprovação do procedimento de Concurso Público para "Requalificação do Largo da Feira e da Av. José Batista Antunes – Malveira", a fim de ser submetida a aprovação da Câmara Municipal.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente do Conselho de Administração,

(Hélder Sousa Silva)

JP.

Rua Constância Maria Rodrigues, n.º 19 • 2644-013 Mafra
Telef.: +351 261 816 650 • Fax: +351 261 816 659
e-mail: geral@smas-mafra.pt • Internet: www.smas-mafra.pt

# SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE MAFRA

## MINUTA

(n.º 5 do artigo 12.º do Regulamento da Estrutura Nuclear e Orgânica)

**REUNIÃO DE** 2019/12/03

**ASSUNTO: CONCURSO PÚBLICO PARA REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DA FEIRA E DA AV. JOSÉ BATISTA ANTUNES - MALVEIRA** ----------

**INFORMAÇÕES/PARECERES**: Presente, em anexo, Informação Interna/2019/99 da Responsável da Secção de Projetos e Fiscalização, datada de 3 de dezembro de 2019 e validada pelo Chefe de Divisão Técnica e pela Diretora Delegada dos SMAS de Mafra, que mereceu despacho de concordância do Exmo. Sr. Presidente do Conselho de Administração.

---

**DELIBERAÇÃO:** Atenta a proposta apresentada, cujos fundamentos se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais, **o Conselho de Administração deliberou**, nos termos conjugados da alínea k) do n.º 1 do artigo 11.º, e da alínea d) do n.º 2 do mesmo artigo do Regulamento da Estrutura Nuclear e Orgânica dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Mafra, com o nº1, do art.18º do DL 197/99, de 8 de junho, em vigor por força do art.14º do DL nº18/2008, de 29 de janeiro (Código dos Contratos Públicos - CCP), na sua redação atual, **aprovar o procedimento por Concurso Público em agrupamento de Entidades Adjudicantes, entre Câmara Municipal de Mafra e os SMAS**, nos termos da alínea b) do art. 19.º, do art. 39.º e do art. 130º e seguintes, do CCP, pelo preço base de 3.614.491,00€, acrescido do IVA à taxa legal em vigor aplicado apenas ao investimento por parte da Câmara Municipal de Mafra, sendo o investimento repartido pela seguinte forma: 2.955.792,00€ + IVA o valor a investir pela Câmara Municipal de Mafra e 658.699,00€ a investir pelos SMAS de Mafra, para a contratualização da "**Requalificação do Largo da Feira e da Av. José Batista Antunes – Malveira",** sendo que a Câmara assumirá as funções de representante do agrupamento na condução do procedimento de formação de contrato.----------

**Esta deliberação foi aprovada por:** Unanimidade / ~~Maioria~~. ----------

**Votos a favor:** ...Presidente e dois vogais...

**Votos contra:** .....

**Abstenções:** .....

**Declarações de voto:** .....

ASSINATURAS:

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS
DE ÁGUAS E SANEAMENTO DE MAFRA

**PARECER**

Do Diretor Delegado:

Concordo.

Proponho que o assunto seja remetido à reunião do Conselho de Administração.

03/12/2019

(Susana Reis)

Do Chefe de Divisão Técnica:

Concordo e coloco à consideração superior.

3/12/2019

(Pedro Pereira)

**DESPACHO**

Remeta-se à reunião do Conselho de Administração.

03/12/2019

O Presidente do Conselho de Administração,

(Hélder Sousa Silva)

**INFORMAÇÃO Interna/2019/99**

***ASSUNTO:*** **CONCURSO PÚBLICO PARA REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DA FEIRA E DA AV. JOSÉ BATISTA ANTUNES - MALVEIRA**

A Câmara Municipal de Mafra decidiu despoletar a concretização de uma empreitada de Requalificação do Largo da Feira e da Av. José Batista Antunes, na Malveira. Esta empreitada incidirá sobretudo na reabilitação do equipamento público, nomeadamente:

- As instalações sanitárias públicas existentes, atualmente em avançado estado de degradação e desadequadas ao fluxo de utilizadores no local;
- A área de mercado e bancas para a venda de peixe, cujas condições de higiene e segurança carecem de melhoramentos;
- A requalificação do espaço público envolvente a estes equipamentos, que deverá ser repensado como uma zona nuclear da freguesia e do concelho – atendendo à dinâmica de negócios nele desenvolvido durante ocorrência das feiras;
- A promoção de acções de dinamização e requalificação do comércio local, que promovam a reabilitação do edificado envolvente;
- A valorização paisagística da Av. José Batista Antunes.

Tendo em consideração a localização do polígono da área da requalificação, o tipo de intervenção e o estado das infraestruturas enterradas, os SMAS consideram essencial a remodelação das redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais existentes no subsolo.

As infraestruturas de saneamento básico (redes de abastecimento de água, drenagem de águas residuais e pluviais) na zona do Largo da Feira na Malveira, são muito antigas, apresentam um estado

de degradação muito evidente, calibres das tubagens desadequados face às necessidades atuais e desenvolvimento espacial não otimizado ou mesmo inexistente em algumas zonas. Em termos de funcionamento hidráulico das redes, constata-se a existência de vários problemas (ocorrência de avarias com consequente interrupção de serviço, inundações, etc.), o que reveste de caráter relevante e urgente a necessidade de remodelação das mesmas.

Estas intervenções devem ocorrer simultaneamente ao arranjo paisagístico do Largo da Feira, por forma a minimizar transtornos à população e otimizar os encargos com a reposição dos pavimentos afetados.

De forma a permitir articular todos os trabalhos atrás mencionados, foram elaborados os respetivos projetos para remodelação das referidas redes, os quais foram integrados no projeto global da Requalificação do Largo da Feira.

Face ao exposto, propõe-se a abertura de um procedimento por concurso público em agrupamento de entidades adjudicantes, entre Câmara Municipal de Mafra e SMAS, ao abrigo do disposto no artigo 19.º alínea b), artigo 39.º e nos termos do artigo 130.º e seg.(s) do CCP, propondo-se também que, nos termos do n.º 3 do artigo 39.º do CCP, a Câmara Municipal de Mafra assuma as funções de representante do agrupamento na condução do procedimento de concurso e formação de contrato.

**Parâmetros a considerar para o processo de empreitada:**

- **Tipo de procedimento:** Concurso Público em agrupamento de entidades

- **Preço Base**: 3.614 491 €, sendo o investimento repartido pela seguinte forma:
  - 2 955 792 € + IVA o valor a investir pela Câmara Municipal de Mafra
  - 658 699 € o valor a investir pelos SMAS de Mafra.

- **Prazo de execução:** 450 dias

- **Código CPV:** 45233251-3 - Renovação de pavimentos

- **Caução:** 5%, conforme o artigo 89.º do CCP

- **Reforço da caução:** 5% nos autos de medição, conforme o artigo 353.º do CCP

- **Garantia:** conforme indicado na lista de preços unitários.

- **Fórmula para a Revisão de Preços:**
  F09 — arranjos exteriores, conforme anexo do despacho n.º 1592/2004 (2ª série), de 23 de janeiro.

- **Alvará da atividade da construção:**

  a) 8.ª Subcategoria da 2ª Categoria, de acordo com a Lei 41/2015, de 3 de junho, na Classe correspondente ao montante da empreitada.

  b) 1.ª; 2.ª, 4.ª, 5.ª; 6.ª, 7.ª e 8.ª subcategorias, da 1ª categoria; 1.ª, 6.ª, 9.ª, 10.ª e 11.ª subcategorias da 2ª Categoria; 1.ª; 9.ª e 12.ª subcategorias da 4ª Categoria e 1.ª, 2.ª e 11.ª subcategorias, da 5ª categoria, na Classe que cubra o montante dos respetivos trabalhos.

  c) Para os alvarás indicados na alínea b) os concorrentes podem recorrer a subcontratados, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

- **Elementos do Concurso:**
  - Plantas de Localização;
  - Arquitetura – arranjos exteriores
  - Plano de acessibilidades
  - Estabilidade
  - Abastecimento de Água em Edifícios
  - Drenagem de águas Residuais Domésticas em Edifícios
  - Drenagem de águas Residuais Pluviais em Edifícios
  - Arruamentos
  - ITED_ITUR
  - Infraestruturas Elétricas - Iluminação Pública
  - Segurança contra Incêndios
  - AVAC-Edifícios
  - Rede Pública de abastecimento de Água
  - Rede Pública de Drenagem de Águas Residuais Domésticas
  - Rede Pública de Drenagem de Águas Residuais Pluviais
  - PPGRCD
  - PSS em Projeto
  - Mapa de Quantidades (LPU)
  - Mapa Orçamental
  - Programa e projeto de execução.

- **Elementos a apresentar na proposta, conforme previsto no Art.º 57.º, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.**
  - Lista de Preços Unitários (Preenchendo o Ficheiro em Excel, fornecido no concurso);
  - Memória descritiva e justificativa do modo de execução da empreitada;
  - Plano de Trabalhos;
  - Plano de Pagamentos;

- Mapa de Equipamento;
- Mapa de Mão-de-obra;
- Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.

- **Documentos de habilitação, para além de outros obrigatórios ou previstos no art.º 81.º do CCP:**
  - Cópia do Alvará;
  - Plano de Segurança e Saúde em obra.

- **Critério de adjudicação:**

1 - A adjudicação é efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.

2 - Na apreciação e classificação das propostas serão considerados os seguintes fatores e subfactores que densificam o critério de adjudicação, indicando-se entre parêntesis os respetivos coeficientes de ponderação:

**a)** Preço global da proposta (50%);

**b)** Qualidade técnica da proposta (50%), dividida pelos seguintes subfactores:

b.1) Memória descritiva e justificativa do modo de execução da empreitada, incluindo descrição do planeamento de execução dos trabalhos, conforme o Caderno de Encargos (50%);

b.2) Plano de Trabalhos (20%);

b.3) Plano de Mão-de-Obra (15%);

b.4) Plano de Equipamento (15%).

3 - Para efeitos da pontuação/classificação das propostas em cada um dos fatores de apreciação indicados no ponto 2, serão aplicados os seguintes métodos:

**a)** No que concerne ao preço global das propostas, as respetivas pontuações serão obtidas com base na equação a seguir indicada:

$$xi = \sqrt{(100-75)^2 - (100-75)^2 \times \left(\frac{vi}{vB}\right)^2} + 75$$

onde

xi - pontuação de cada concorrente;

*vi* - valor da proposta de cada concorrente;

*vB* - valor Base do concurso.

**b)** No que concerne à qualidade técnica da proposta, no seguimento do já atrás definido, será aplicada a seguinte fórmula:

$$QTP = 0{,}50\ MDJ + 0{,}20\ PT + 0{,}15\ MO + 0{,}15\ PE$$

No que concerne à qualidade técnica da proposta e aos subfactores que a compõem, sendo estes de natureza eminentemente qualitativa, a respetiva pontuação será efetuada numa escala de 0 a 100, segundo a seguinte metodologia:

b.1) Será fundamentalmente analisada a forma pormenorizada e coerente, como cada concorrente se propõe executar os trabalhos, devidamente adaptados à obra, incluindo a articulação com o planeamento e as exigências da boa execução dos trabalhos, cumprindo as peças escritas e desenhadas e o Caderno de Encargos do concurso, e ainda, o cumprimento do prazo e a garantia de qualidade. Para além do atrás mencionado, a análise da memória descritiva e justificativa, deverá ponderar também a garantia de qualidade dos materiais, dos equipamentos, dos meios a mobilizar e dos métodos e técnicas construtivos definidos pelo concorrente, para a execução da obra. É de salientar que a pontuação, para além de ponderar o atrás exposto, deverá ponderar o que acrescenta à definição e caracterização da proposta, tendo como objetivo dar cumprimento às exigências globais do concurso. Refira-se ainda que, durante a execução da empreitada, o concorrente ficará obrigado a cumprir o que defina na memória descritiva e justificativa. Acresce que não se atribuirá grande valoração ao que corresponda a uma mera transcrição do que já exista em outros documentos obrigatórios da proposta, sem lhe acrescentar algo de relevante, dado corresponder a uma redundância.

Atribuição da pontuação será de acordo com o critério a seguir indicado:

- Genérica, muito incompleta, não satisfazendo aspetos essenciais exigíveis de adaptação à empreitada, ou com grandes incongruências. [0-20[ Pontos
- Pouco desenvolvida, simplificada, ou pouco adaptada à empreitada, sem grande desenvolvimento dos métodos construtivos, dos materiais e dos equipamentos a aplicar na empreitada e, eventualmente, com incongruências. [20-40[ Pontos
- Com algum desenvolvimento, com definição de materiais, de equipamentos e de métodos construtivos, mas ainda de forma bastante incompleta. Existe articulação com os diversos documentos da empreitada, mas revela ainda algumas falhas e algumas incongruências relevantes. [40-60[ Pontos
- Com um razoável desenvolvimento e uma razoável definição dos métodos construtivos, dos equipamentos e dos materiais a utilizar, mas apresentando algumas falhas, ou algumas incoerências relevantes. Relativamente articulada com os diversos documentos da empreitada, mas revelando algumas falhas. [60-80[ Pontos
- Bem desenvolvida, pormenorizada, coerente e devidamente adaptada à empreitada. Boa definição das técnicas e dos métodos construtivos, dos materiais, dos equipamentos e dos meios a utilizar e ainda das várias exigências do concurso, oferecendo garantias de qualidade e

cumprindo as regras de boa execução. Está bem articulada com os diversos documentos da empreitada e indica formas de contribuir, quer para o cumprimento do prazo, quer para a execução dos trabalhos com qualidade. São admissíveis pequenas falhas, desde que não sejam relevantes, as quais serão ponderadas na atribuição da pontuação. [80-100] Pontos.

b.2) Será fundamentalmente analisada a pormenorização, a duração e a coerência na execução das várias tarefas e o planeamento da empreitada, tendo em consideração as tarefas a executar, o controlo de qualidade e o prazo para a execução da obra.

A atribuição da pontuação será de acordo com o critério a seguir indicado:

- Incompleto, genérico e não traduz o desenvolvimento necessário ao longo do prazo de execução da empreitada. [0-20[ Pontos.
- Simples, pouco desenvolvido, ou revelando grandes incongruências. [20-40[ Pontos.
- Aparentemente bem elaborado, mas não traduz o desenvolvimento de toda a empreitada e apresenta incongruências. [40-60[ Pontos
- Aparentemente bem elaborado, definindo de forma exaustiva os períodos de realização dos diferentes tipos de trabalhos. Contudo, tem períodos de realização de trabalhos que não estão coerentes com os restantes documentos da empreitada, ou não são compatíveis com a garantia de qualidade, ou com as regras de boa execução, podendo, inclusivamente, também colocar em causa o cumprimento do prazo. [60-80[ Pontos
- Bem elaborado, definindo de forma clara e exaustiva os períodos de realização dos diferentes tipos de trabalhos, respeitando os encadeamentos das tarefas e está devidamente adaptado à empreitada, criando, desta forma, condições para a existência de qualidade na execução dos trabalhos, bem como para o cumprimento do prazo. São admissíveis pequenas falhas, desde que não sejam relevantes, as quais serão ponderadas na atribuição da pontuação. [80-100] Pontos.

b.3) Será fundamentalmente analisado, ao longo do período de execução da obra, a quantidade, a qualificação e a forma como a mão de obra vai ser afeta à obra e a cada tarefa, tendo em atenção o tipo e o volume de trabalhos a executar, o prazo de execução e a sua coerência com o planeamento e com o controlo de qualidade.

A atribuição da pontuação será de acordo com o critério a seguir indicado:

- Incompleto, ou demasiado genérico na indicação da quantidade e qualificação da mão de obra a utilizar no desenvolvimento de toda a empreitada, ou o tipo de mão de obra, para diversos artigos, não é a adequada, para a realização de trabalhos. [0-20[ Pontos.
- Simples, pouco desenvolvido, ou revelando grandes incongruências com os restantes documentos do planeamento, ou a mão de obra não é a adequada para a realização de trabalhos. [20-40[ Pontos.

- Não está completo e não traduz todas necessidades dos trabalhos a executar, ou apresenta incongruências em relação ao planeamento. [40-60[ Pontos.
- Aparentemente bem elaborado, mas faltam alguns meios humanos relevantes, ou nem sempre são os adequados para a realização de alguns trabalhos, podendo colocar em causa a qualidade dos trabalhos. O planeamento da mão de obra nem sempre está coerente com os restantes documentos da empreitada, podendo colocar em causa a garantia de qualidade, ou o cumprimento do prazo. [60-80[ Pontos.
- Bem elaborado, com a mão de obra adequada e apresenta coerência com os restantes documentos da empreitada, de forma a permitir a execução dos trabalhos com o máximo de qualidade e não colocar em causa o cumprimento do prazo. São admissíveis pequenas falhas, desde que não sejam relevantes, as quais serão ponderadas na atribuição da pontuação. [80-100] Pontos.

b.4) Será fundamentalmente analisada, ao longo do período de execução da obra, o tipo, as características, a garantia de segurança, a quantidade e o tempo, dos equipamentos a afetar à obra e a cada tipo de trabalho e a sua coerência com os trabalhos a executar, tendo em atenção o planeamento da obra, o prazo e a garantia de qualidade da mesma.
A atribuição da pontuação será de acordo com o critério a seguir indicado:
- Incompleto, ou demasiado genérico na indicação da quantidade e qualificação do equipamento a utilizar no desenvolvimento de toda a empreitada, ou o tipo de equipamento não é o adequado para a realização de diversos trabalhos. [0-20[ Pontos.
- Simples, pouco desenvolvido, ou revelando grandes incongruências com os restantes documentos do planeamento. [20-40[ Pontos.
- Não está completo e não traduz as necessidades de alguns trabalhos a executar, ou apresenta incongruências com o planeamento. [40-60[ Pontos.
- Aparentemente bem elaborado, mas faltam alguns equipamentos relevantes, ou não são os adequados para a realização de alguns trabalhos, podendo colocar em causa a qualidade dos trabalhos. O planeamento dos equipamentos nem sempre está coerente com os restantes documentos da empreitada, podendo também colocar em causa a garantia de qualidade, ou o cumprimento do prazo. [60-80[ Pontos.
- Bem elaborado, com os equipamentos adequados e apresenta coerência com os restantes documentos da empreitada, de forma a garantir a execução dos trabalhos com o máximo de qualidade e não colocar em causa o cumprimento do prazo. São admissíveis pequenas falhas, desde que não sejam relevantes, as quais serão ponderadas na atribuição da pontuação. [80-100] Pontos.

Dentro de cada intervalo de pontuações atrás indicados, as pontuações intermédias deverão ponderar o mérito de cada proposta, tomando em consideração os seus aspetos positivos e negativos.

4 - Em caso de igualdade de pontuação, terá preferência a proposta de mais baixo preço.

- **Qualificação mínima para o representante do empreiteiro**
  De acordo com o Quadro n.º 1, do Anexo II da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na redação dada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, em que a natureza predominante da obra seja Espaços exteriores - Arruamentos urbanos, vias e caminhos municipais, apresentando o Curriculum Vitae e a Declaração da respetiva Ordem ou Associação Profissional.

- **Prazo para apresentação da proposta:** 24 dias

- **Proposta de Júri:**
  - António Fernandes;
  - 1 Elemento da CPA;
  - 1 Jurista.

  Suplentes:
  - Rita Madaleno;
  - 1 Jurista.

- **Gestor do contrato:**
  - João Tavares;

- **Artigo 46.º- A - Adjudicação por lotes**
  Não se aplica com base na a) e na 2ª parte da b) do nº 2, do referido artigo, ou seja, por imperativos técnicos ou funcionais, a separação por lotes não permitia uma correta gestão da empreitada e controlo de qualidade, nem uma adequada responsabilização dos diversos empreiteiros, para efeitos de garantia dos trabalhos a executar.

- **Justificação para a abertura deste Concurso Público:**
  Para dar resposta ao estipulado no Art.º 36º do CCP, informa-se que a Câmara Municipal de Mafra e os SMAS de Mafra não possuem recursos humanos, nem equipamentos que permitam a execução dos trabalhos objeto deste procedimento.
  Os preços unitários considerados, estão de acordo com os valores praticados no mercado.

- **Incorporação de materiais reciclados ou de materiais que incorporem reciclados:** Relativamente à incorporação de materiais reciclados ou de materiais que incorporem reciclados (de acordo com os n.ºs 8 e 9 do art.7.º do DL 178/2006, na redação dada pelo DL 73/2011), informa-se que a percentagem de materiais reciclados ou que incorporem materiais reciclados relativamente à quantidade total de matérias-primas usadas em obra que se prevê utilizar será superior a 5%.

**NOTA 1:** Acrescentar os seguintes novos pontos à 6.ª Cláusula, do Caderno de Encargos, com o teor abaixo indicado:

5 – Durante toda a fase da obra o empreiteiro é obrigado a garantir a circulação condigna e segura, quer de viaturas às garagens e ao abastecimento dos espaços comerciais, quer dos peões às habitações, ao comércio e aos serviços locais.

6 - Durante toda a fase da obra o empreiteiro é obrigado a garantir o fornecimento de todos os serviços aos edifícios existentes, nomeadamente, água, esgotos, eletricidades e telecomunicações, sendo apenas permitido a interrupção numa pequena parte do dia, aquando a transferência de ramais e devidamente articulado com a fiscalização.

7 – Se durante a execução da empreitada, devido à circulação de viaturas e máquinas, ocorrerem assentamentos nos pavimentos dos arruamentos de acesso à obra, o empreiteiro terá que no final da referida empreitada deixar os arruamentos em perfeito estado. Se necessário, terá de levantar e reaplicar todos pavimentos danificados, às suas expensas, devendo o trabalho ser executado de acordo com o existente e com a aprovação da Fiscalização. Durante a obra se existirem anomalias nos arruamentos, ou na envolvente da obra, que coloquem em causa a segurança de pessoas ou viaturas, estas terão de ser corrigidas de imediato, sendo que as propostas dos concorrentes devem fazer referência à forma como vão dar cumprimento a este assunto.

Caso o empreiteiro não proceda às correções acima referidas, a receção provisória da obra não será efetuada enquanto tal não ocorrer, podendo o Dono da Obra, se necessário, recorrer à caução da obra, para executar os respetivos trabalhos, ou descontar o custo dos mesmos em algum auto ainda não pago.

**NOTA 2:** Acrescentar o seguinte ponto à cláusula 9 do CE (Prazos de execução da empreitada):

4 – O prazo de execução global da empreitada é de 450 dias. Porém, os trabalhos correspondentes aos do Bloco B (SMAS) têm de ser executados obrigatoriamente nos primeiros 180 dias, a fim de garantir a sua execução durante o ano de 2020.

**NOTA 3:** A cláusula 13ª do Caderno de Encargos deverá ter o seguinte texto:

Cláusula 13.ª

Condições gerais de execução dos trabalhos

1 - A obra deve ser executada de acordo com as regras da arte e em perfeita conformidade com o projeto, com o presente caderno de encargos e com as demais condições técnicas contratualmente estipuladas, de modo a assegurarem-se as caraterísticas de resistência, durabilidade e funcionamento especificadas nos mesmos documentos.

2 – Relativamente às técnicas construtivas a adotar, o empreiteiro fica obrigado a seguir, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar, o conjunto de prescrições técnicas definidas nos termos da cláusula 2.ª.

3 - O empreiteiro pode propor ao dono da obra a substituição dos métodos e técnicas de construção ou dos materiais previstos no presente caderno de encargos e no projeto por outros que considere mais adequados, sem prejuízo da obtenção das características finais especificadas para a obra e desde que a qualidade dos trabalhos, dos materiais e dos equipamentos seja igual ou superior ao previsto no concurso e cumpra o definido nos pontos seguintes.

4 – Sem prejuízo do disposto nos pontos antecedentes e seguintes, o empreiteiro fica obrigado a executar todos os trabalhos complementares e aplicar todos os métodos construtivos por ele indicados na sua memória descritiva, de forma a melhorar a qualidade dos trabalhos, sem que isso lhe confira o direito a qualquer valor adicional, sendo que em caso algum pode violar o definido no concurso, pelo dono da obra, nomeadamente funcionalidade, qualidade e arquitetura / estética. Se a qualquer momento for detetado que os materiais, ou os equipamentos aplicados são de qualidade inferior ao previsto no concurso, ou aos propostos pelo empreiteiro na fase de concurso, obriga o empreiteiro a proceder à sua substituição a suas expensas.

5 – Caso algum trabalho tenha sido indevidamente pago, por se detetar que as quantidades não estão corretas, ou pelo facto de se ter detetado que o trabalho não está em condições de ser aceite, aplica-se o artigo 390º do CCP.

6 - Qualquer material ou equipamento, para ser considerado de qualidade igual ou superior, não basta apenas, aparentemente, desempenhar a mesma função. Tem de ser de qualidade igual ou superior em todos os requisitos técnicos e funcionais da solução de referência do caderno de encargos, da memória descritiva e justificativa e do mapa de trabalhos, do concurso e também da memória descritiva do concorrente (caso o concorrente na sua proposta tenha indicado uma outra solução de qualidade superior à do concurso, de forma a melhorar a sua classificação na fase de apreciação das propostas). A qualidade igual ou superior deve verificar-se em todos os requisitos técnicos, nomeadamente, quando aplicável, funcionalidade, durabilidade, fiabilidade, enquadramento arquitetónico com o conjunto da arquitetura da obra (caso altere a arquitetura ou estética da obra fica dependente de aprovação do Dono da Obra), compatibilidade com outros materiais ou equipamentos existentes, composições e resistências químicas, resistências mecânicas, resistência ao desgaste, estabilidade dos pigmentos/cor, composição de anti fungos, espessuras e características dos revestimentos de proteção, espessuras dos revestimentos anticorrosivos, resistências aos ultravioletas, resistência térmica, resistência acústica, transmissão térmica, reflexão solar e outros aplicáveis. Quando o empreiteiro apresentar materiais ou equipamentos para aprovação da fiscalização, que sejam diferentes dos previstos, tem que apresentar

um documento comparativo das características técnicas da solução base do concurso (incluindo as apresentadas pelo concorrente na fase de concurso) e da solução proposta pelo empreiteiro e, ainda, as recomendações técnicas do fabricante. Para além dos equipamentos ou materiais terem de ter a qualidade atrás mencionada, o empreiteiro também fica obrigado a respeitar todas as recomendações técnicas do respetivo fabricante, de forma a garantir uma boa execução/aplicação, sem que isso lhe confira o direito a qualquer valor adicional. Caso o empreiteiro não cumpra as recomendações técnicas do fabricante, fica obrigado a retificar o trabalho executado a suas expensas, de forma a cumpri-las.

7 – Sempre que existam dúvidas quanto à qualidade dos materiais e/ou equipamentos a aplicar ou aplicados, o empreiteiro terá que complementar a documentação comprovativa das respetivas características. Se necessário serão efetuados testes, englobando os destrutivos, sempre que justificável, de forma a confirmar-se a respetiva qualidade, sendo que os equipamentos de medição e todas as despesas inerentes aos testes serão da responsabilidade do empreiteiro. Nos casos em que não sejam cumpridos os requisitos de qualidade proceder-se-á às reparações ou substituições necessárias, a expensas do empreiteiro.

8 – Caso o empreiteiro recorra à subcontratação será obrigado a cumprir toda a legislação aplicável, nomeadamente os artigos 317.º, 319.º, 320.º, 383.º 384.º, 385.º e 386.º do CCP. Em caso de incumprimento da legislação aplicável, nomeadamente o n.º 2 do artigo 383.º do CCP, além da aplicação de todas as sanções previstas na lei, tal facto será comunicado às entidades respetivas, em especial o IMPIC (Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção).

9 – O empreiteiro não pode invocar que a mobilização de meios ou equipamentos em determinado momento da empreitada, para executar qualquer trabalho imprevisto na empreitada, para além do custo normal desse trabalho, tem custos acrescidos de estaleiro, de mobilização de máquinas, ou outros, caso estes meios estejam previstos nos respetivos planos de mão-de-obra e/ou equipamentos, para aquele período.

10 – Caso exista alguma divergência entre o descritivo do mapa de trabalhos / mapa de quantidades, em relação a qualquer outro documento do concurso, prevalece o definido no mapa de trabalhos.

**NOTA 4:** No CE, no Capítulo III - Obrigações do dono da obra, na cláusula 32.ª (Preço e condições de pagamento), deve ser adicionado o seguinte ao ponto 1:

1 - ..... Contudo, devido ao facto de se tratar de um agrupamento de Entidades, de forma a garantir que não é ultrapassado o valor cabimentado por cada Entidade, o valor base está dividido em duas sub-bases. Face ao exposto as propostas dos concorrentes não podem ultrapassar as seguintes sub-bases: Trabalhos do Bloco A, incluindo a respetiva parcela do estaleiro 2 955 792 € e os trabalhos do Bloco B, incluindo a respetiva parcela do estaleiro 658 699 €.

1.1 – Qualquer proposta que ultrapasse qualquer uma das duas sub-bases atrás referidas será excluída.

**NOTA 5:** Devido ao facto do valor base do concurso corresponde a preços unitários coerentes com o mercado, já sem grandes folgas, de forma a garantir uma perfeita execução dos trabalhos, deverá mencionar-se no concurso o valor das propostas consideram-se anormalmente baixos se forem inferiores a 80% da base. Contudo, os concorrentes podem apresentar propostas abaixo da base, de acordo com o previsto na legislação em vigor, sendo que neste caso a caução prevista no artigo 89 do Código da Contratação Pública, será de 10%.

À Consideração Superior,
Mafra, 03 de dezembro de 2019

O Responsável da Secção de Projetos e Fiscalização
(Rita Madaleno)

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS
DE ÁGUAS E SANEAMENTO DE MAFRA

**DECLARAÇÃO**

Para os devidos efeitos, declara-se que as verbas referentes às obras abaixo se encontram previstas na proposta de Orçamento para 2020, com os valores abaixo discriminados para 2020:

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| PPI.2020.0049 | Ampliação Remod Coletores A.P.-Obra | 250.000,00€ | 07010402 | 011 |
| PPI.2020.0066 | Remod Rede A.R.D. Malveira -Lg Feira e Av Jose B Antunes | 138.100,00€ | 07010402 | 011 |
| PPI.2020.0037 | Remod Rede Dist Água- L.Feira e Av J.B.Antunes-Malveira | 270.600,00€ | 07010407 | 011 |

Mafra, 03 de dezembro de 2019-12-03
Divisão Administrativa e Financeira
A Chefe da Divisão Administrativa e Financeira

(Zita Sarmento)

Rua Constância Maria Rodrigues n.º 19, • 2640 389 • Mafra
Telef.: 261 816 650 • Fax: 261 816 659
e-mail: geral@smas-mafra.pt • Internet: www.smas-mafra.pt

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

| | | |
|---|---|---|
| Orçamento para o ano de | 2019 | |
| Classificação Orgânica | 0301 | DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS |
| Classificação Económica | 07030399 | Outras Construções e Infra-Estruturas<br>Outros |
| Classificação Funcional | 2.4.2. 05 | Ordenamento do território<br>Requalificação Urbana do Largo da Feira na Malveira/Casa Cultura Malveira |
| N.º Rubrica do Plano | 2018 I 36 | |

| | | Ano Corrente | 2020 | 2021 | 2022 | Seguintes |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Orçamento Inicial | 5,00 | 1.750.000,00 | 1.000.000,00 | | |
| 2 | Reforços / Anulações | 65.000,00 | | | | |
| 3 | Congel. / Descongel. ( não aplicável) | | | | | |
| 4 = 1 + 2 -3 | Orçamento Corrigido | 65.005,00 | 1.750.000,00 | 1.000.000,00 | | |
| 5 | Encargos Assumidos (a) | | | | | |
| 6 = 4 - 5 | Saldo Disponível | 65.005,00 | | | | |
| 7 | Despesa Emergente, que fica cativa (b) | | 3.133.139,52 | | | |
| 8 = 6 - 7 | Saldo Residual | 65.005,00 | | | | |

Data: 2019/12/04 Numero de lançamento no diário do orçamento: 11677

Proposta de Cabimento n.º 2019/3152
CONCURSO PUBLICO - B), ART.º19º - EMPREITADAS - CONFORME O PEDIDO DE AQUISIÇÃO N. 1869/2019 - CPE 3/2019: "Requalificação do Largo da Feira da Malveira, incluindo as infraestruturas no subsolo"

DULCE MARIA
DUARTE LOURENÇO

**DECLARAÇÃO**

Para os devidos efeitos, declara-se que as verbas referentes às obras abaixo se encontram previstas na proposta de Orçamento para 2020, com os valores abaixo discriminados para 2020:

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| PPI.2020.0049 | Ampliação Remod Coletores A.P.-Obra | 250.000,00€ | 07010402 | 011 |
| PPI.2020.0066 | Remod Rede A.R.D. Malveira -Lg Feira e Av Jose B Antunes | 138.100,00€ | 07010402 | 011 |
| PPI.2020.0037 | Remod Rede Dist Água- L.Feira e Av J.B.Antunes-Malveira | 270.600,00€ | 07010407 | 011 |

Mafra, 03 de dezembro de 2019-12-03
Divisão Administrativa e Financeira
A Chefe da Divisão Administrativa e Financeira

(Zita Sarmento)

Rua Constância Maria Rodrigues n.º 19, • 2640-389 • Mafra
Tel.: 261 816 650 • Fax: 261 816 659
e-mail: geral@smas-mafra.pt • Internet: www.smas-mafra.pt

# MODELO DE ANÚNCIO DO CONCURSO PÚBLICO

## 1 - IDENTIFICAÇÃO E CONTACTOS DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Designação da entidade adjudicante: Município de Mafra

NIPC: 502177080

Endereço: Praça do Município

Código postal: 2644 001

Localidade: Mafra

País: PORTUGAL

NUT III: PT170

Distrito: Lisboa

Concelho: Mafra

Freguesia: União das Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça

Endereço Eletrónico: aprovisionamento@cm-mafra.pt

## 2 - OBJETO DO CONTRATO

Designação do contrato: Requalificação do Largo da Feira da Malveira e da Av. José Batista Antunes na Malveira, incluindo as infraestruturas no subsolo

Descrição sucinta do objeto do contrato: Requalificação do Largo da Feira da Malveira e da Av. José Batista Antunes na Malveira.

Tipo de Contrato: Empreitada de Obras Públicas

Preço base do procedimento: Sim

Valor do preço base do procedimento: 3614491.00 EUR

Classificação CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos)

Objeto principal

Vocabulário principal: 45233251

## 3 - INDICAÇÕES ADICIONAIS

Referência interna: CPE 3/2019

O contrato envolve aquisição conjunta (com várias entidades)? Sim

NIPC: 502177080

Designação da entidade adjudicante: Município de Mafra

Percentagem: 82

NIPC: 600087247

Designação da entidade adjudicante: Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Mafra - SMAS de Mafra

Percentagem: 18

Contratação por lotes: Não

O contrato é adjudicado por uma central de compras: Não

O concurso destina-se à celebração de um acordo quadro: Não

É utilizado um leilão eletrónico: Não

É adotada uma fase de negociação: Não

## 4 - ADMISSIBILIDADE DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES: Não

## 5 - LOCAL DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

País: PORTUGAL

NUT III: PT170

Distrito: Lisboa

Concelho: Mafra

Freguesia: União das Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça

## 6 - PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Prazo: Dias

450 dias
O contrato é passível de renovação? Não

## 7 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 - Habilitação para o exercício da atividade profissional

Sim

Tipo:
Alvará ou Certificado
Descrição:

Exercício da atividade de empreiteiro de obras públicas

7.2 - Informação sobre contratos reservados
O contrato está reservado a entidades e fornecedores cujo objetivo principal seja a integração social e profissional de pessoas com deficiência ou desfavorecidas?

Não

## 8 - ACESSO ÀS PEÇAS DO CONCURSO, PEDIDOS DE PARTICIPAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1 - Consulta das peças do concurso

Designação do serviço da entidade adjudicante onde se encontram disponíveis as peças do concurso para consulta dos interessados: Unidade de Contratação Pública e Aprovisionamento

Endereço desse serviço: Praça do Município

Código postal: 2644 001

Localidade: Mafra

Endereço Eletrónico: aprovisionamento@cm-mafra.pt

8.2 - Fornecimento das peças do concurso, apresentação dos pedidos de participação e apresentação das propostas

Plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante:

Saphety (http://www3.saphety.com/pt/solutions/public-procurement)

## 9 - PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Até às 17 : 00 do 24 º dia a contar da data de envio do presente anúncio

## 10 - PRAZO DURANTE O QUAL OS CONCORRENTES SÃO OBRIGADOS A MANTER AS RESPETIVAS PROPOSTAS

180 dias a contar do termo do prazo para a apresentação das propostas

## 11 - CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

Melhor relação qualidade-preço: Sim

### Critério relativo à qualidade

Nome: Qualidade técnica da proposta

Ponderação: 50 %

### Critério relativo ao custo

Nome: Preço global da proposta

Ponderação: 50 %

## 12 - PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO:

Sim 5 %

## 13 - IDENTIFICAÇÃO E CONTACTOS DO ÓRGÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Designação: Câmara Municipal de Mafra

Endereço: Praça do Município
Código postal: 2644 001
Localidade: Mafra
Endereço Eletrónico: aprovisionamento@cm-mafra.pt

14 - DATA DE ENVIO DO ANÚNCIO PARA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA REPÚBLICA

Preenchimento automático pela INCM aquando do pagamento.

15 - O PROCEDIMENTO A QUE ESTE ANÚNCIO DIZ RESPEITO TAMBÉM É PUBLICITADO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA:

Não

16 - OUTRAS INFORMAÇÕES

Serão usados critérios ambientais: Não

17 - IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR DO ANÚNCIO

Nome: Hélder Sousa Silva
Cargo: Presidente da Câmara Municipal

2.1

383

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico**

**Divisão de Turismo, Cultura e Desporto**

**PARECER**

Concordo.
À consideração do Exmo Senhor Presidente.
25/11/2019

O(A) Vereador(a),

Concordo. Proponho que o assunto seja objecto de deliberação pelo órgão executivo.
21/11/2019

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Concordo com a informação.
Para despacho superior.

21/11/2019

O(A) Chefe de Divisão

**DESPACHO**

À reunião.

25/11/2019

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

## INFORMAÇÃO Interno/2019/17006

***ASSUNTO***: Atribuição de donativo à APERCIM

Atualmente existe um conjunto de eventos desportivos, nos quais é necessário oferecer pequenas lembranças/"troféus" temáticos.

Neste sentido, solicito que estas lembranças a ofertar, sejam realizadas pela área da olaria da APERCIM, promovendo e valorizando assim, a integração social dos seus utentes junto da comunidade, deste modo, proponho a atribuição de um donativo no valor de 950,00€ (novecentos e cinquenta euros), para fazer face às despesas da matéria prima das referidas lembranças.

À consideração superior.

Mafra, 21 de novembro de 2019

O Dirigente da Unidade

Nuno Benedito

anexo XIV

2.2

335

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico**

**Divisão de Ação Social e Apoio Institucional**

**PARECER**

Concordo. Proponho que o assunto seja presente a reunião de executivo.

03/12/2019

O(A) Vereador(a),

concordo. Proponho que o assunto seja objecto de deliberação pelo órgão executivo.

03/12/2019

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Concordo com o proposto.

29/11/019

O(A) Chefe de Divisão

**DESPACHO**

A reunir

3/12/19

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

## INFORMAÇÃO Interno/2019/17689

***ASSUNTO***: Contrato em Regime de Comodato de cedência de instalações, Escola Básica da Póvoa da Galega, ao Grupo Folclórico "Os Saloios" da Póvoa da Galega – Alteração

O Grupo Folclórico "Os Saloios" da Póvoa da Galega, fundado em 1968, tem vindo a desenvolver um profundo trabalho de pesquisa, recolha e reconstituição no campo da Etnografia e do folclore, o que o transformou num dos mais fiéis representantes da região Saloia.

Desde 2005 têm vindo a ocupar a Escola Básica da Póvoa da Galega, inicialmente apenas a antiga sala do Jardim de Infância e, desde 2014, todo o edifício da antiga Escola Básica da Póvoa da Galega, devidamente cedido em comodato.

Dando continuidade ao trabalho de pesquisa e divulgação do folclore da região saloia, construíram um museu etnográfico, tendo apresentado junto da A2S –

anexo XV

Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia, uma candidatura intitulada "Dar vida aos saloios e ao museu".

Esta candidatura insere-se no âmbito do PDR2020 na Medida "Renovação de Aldeias", e tem como objetivo a obtenção de apoios ao investimento de:

1. Renovação de peças de trajes atualmente em uso através de réplicas dos originais recolhidos pelo grupo;

2. Melhoria da Mostra Etnográfica e preservação de peças de acervo recolhidas pelo grupo com a colocação de vitrines para proteção das peças expostas; e,

3. Melhoria da conservação de peças de trajes recolhidas e/ou reproduzidas por cópias de originais com a colocação de roupeiros para sua melhor salvaguarda.

A Entidade Promotora, vem solicitar ao Grupo Folclórico que comprove a titularidade do espaço pelo período de execução do projeto (2 anos) e a sua perenidade (3 anos), e o fim a que vai se destinar o investimento, ou seja, o museu.

Tendo em conta que nos termos da alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, cabe à Câmara Municipal criar, constituir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património municipal ou colocados, por lei, sob a administração municipal;

E da alínea u) também do n.º 1 do mesmo artigo, compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;

Propõe-se a alteração do prazo de duração do Contrato em Regime de Comodato de Cedência de Instalações com o Grupo Folclórico "Os Saloios" da Póvoa da Galega, celebrado em 2005 e alterado em 30 de novembro de 2014, de 1 (um) para 5 (cinco) anos, conforme proposta de minuta que se anexa à presente Informação, face ao investimento do Grupo Folclórico "Os Saloios" da Póvoa da Galega, na

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico**

**Divisão de Ação Social e Apoio Institucional**

renovação de trajes e construção de réplicas e na preservação de peças do acervo museológico.

Mafra, 29 de novembro de 2019

A Dirigente da Unidade de Apoio Institucional,

(Paula Santos)

# ADENDA AO CONTRATO EM REGIME DE COMODATO

# DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES

Adenda ao Contrato em regime de Comodato de Cedência de Instalações entre o Município de Mafra e o **Grupo Folclórico "Os Saloios" da Póvoa da Galega**.

É celebrada e reciprocamente aceite, entre o **Município de Mafra**, sito na Praça do Município, 2644-001 Mafra, titular do Cartão de Identificação de Pessoa Coletiva n.º 502 177 080, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Hélder António Guerra de Sousa Silva, na qualidade de comodante, e **o Grupo Folclórico "Os Saloios" da Póvoa da Galega,** titular do Cartão de Identificação de Pessoa Colectiva n.º 501 459 308, Avenida de Portugal 52/54A — Póvoa da Galega, 2665-357 Milharado, neste ato representado pelo Presidente _____, adiante designado, como Segundo Contraente ou Comodatário, a presente adenda ao contrato de comodato, nos termos do artigo 1129º e seguintes do Código Civil, o qual se rege pelas cláusulas seguintes:

## Cláusula Primeira

Na Cláusula Terceira do Contrato em Regime de Comodato de Cedência de Instalações, onde se lê:

"**Cláusula Terceira**

O presente contrato tem a duração de 1 (um) ano, a contar da data da sua assinatura, considerando-se automática e sucessivamente prorrogado por iguais períodos e nas mesmas condições, enquanto não for denunciado por qualquer das partes, através de carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de 90 (noventa) dias relativamente ao termo do prazo contratual, ou do termo da sua renovação, ou resolvido pelo Comodante nos termos legais."

Deve ler-se:

**"Cláusula Terceira**

O presente contrato tem a duração de 5 (cinco) anos, a contar da data da sua assinatura, considerando-se automática e sucessivamente prorrogado por períodos de 1 (um) ano nas mesmas condições, enquanto não for denunciado por qualquer das partes, através de carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de 90 (noventa) dias relativamente ao termo do prazo contratual, ou do termo da sua renovação, ou resolvido pelo Comodante nos termos legais."

**Cláusula Segunda**

A presente Adenda entra em vigor na data da sua assinatura.

O presente documento é celebrado em duplicado, valendo como documentos originais, os quais vão ser assinados por ambas as partes, ficando cada uma com um exemplar.

Mafra, _____ de _____ de 20__.

O Comodante, O Comodatário,

(Hélder António Guerra de Sousa Silva) (_____)




# Câmara Municipal de Mafra

Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território

Área de Sistemas e Informação Geográfica

**Título:** Georreferenciação do Imóvel Municipal com o nº de Inventário 23121 **Escala:** 1:2.000 **Técnico:** BP

**Local:** Póvoa da Galega **Freguesia:** MILHARADO **Data:** 06-07-2011

registo predial online

# Certidão Permanente

Código de acesso: GP-1866-03738-110911-000283

## DESCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

RÚSTICO
DENOMINAÇÃO: LOTE A
SITUADO EM: Póvoa da Galega
Rua das Lages nº11

ÁREA TOTAL: 1459 M2
ÁREA COBERTA: 216,8 M2
ÁREA DESCOBERTA: 1242,2 M2

MATRIZ nº: 1448
**COMPOSIÇÃO E CONFRONTAÇÕES:**
Edificio escolar e logradouro.
Desanexado do prédio nº 257/Milharado.

O(A) Conservador(a) de Registos
Maria da Assunção Lourenço Vigário de Moreira Simões

## INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

AP. 9 de 1986/01/28 - Autorização de Loteamento

CONDIÇÕES ESTABELECIDAS:
- É autorizada a constituição de trinta lotes de terreno numerados de 1 a 25 e letras de A a E.
2º) - Em cada um dos lotes acima identificados pelos nºs 1 a 6 é viável a construção de um edíficio multifamiliar de quatro pisos, com seis fogos e dois estabelecimentos comerciais, e em cada um dos lotes numerados de 7 a 25 uma moradia unifamiliar com o máximo de dois pisos, obdecendo em tudo ao preceituado no Regulamento Geral das Edificações Urbanas.
3º) - O requerente cede à Câmara Municipal 5.373 m2 de terreno, lote E, a integrar no domínio público para arruamentos.
4º) - O requerente cede à Câmara Municipal 2.856 m2 de terreno, lotes A, B, C e D a integrar no dominio privado para equipamento.
Reprodução da inscrição F-1 do prédio nº 257/Milharado

O(A) Ajudante
Alda Maria Santos Silva

---

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

Conservatória do Registo Predial de Mafra
OFICIOSO
AP. 908 de 2019/02/20 12:40:22 UTC - Aquisição
Registado no Sistema em: 2019/05/22 12:40:22 UTC

CAUSA : Reconhecimento do Direito de Propriedade

SUJEITO(S) ATIVO(S):

** MUNICIPIO DE MAFRA
NIPC 502177080
Sede: Praça do Município
Localidade: Mafra

Procedimento extraordinário de regularização nos termos do Decreto-Lei nº 51/2017 de 25 de Maio

O(A) Conservador(a) de Registos
Maria da Assunção Lourenço Vigário de Moreira Simões

---

REGISTOS PENDENTES

Não existem registos pendentes.

---

Certidão permanente disponibilizada em 22-05-2019 e válida até 22-08-2019

AT autoridade tributária e aduaneira

# CADERNETA PREDIAL URBANA

SERVIÇO DE FINANÇAS: 1546 - MAFRA

## IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO

**DISTRITO:** 11 - LISBOA **CONCELHO:** 09 - MAFRA **FREGUESIA:** 11 - MILHARADO

**ARTIGO MATRICIAL:** 1448 **NIP:**

**Descrito na C.R.P. de :** MAFRA **sob o registo nº:** 283

## LOCALIZAÇÃO DO PRÉDIO

**Av./Rua/Praça:** Rua das Lages **Nº:** 11 **Lugar:** Póvoa da Galega - Milharado **Código Postal:** 2665-313 MILHARADO

## DESCRIÇÃO DO PRÉDIO

**Tipo de Prédio:** Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente

**Descrição:** Edificio destinado a escolas primárias com 5 divisões

**Afectação:** Serviços **Nº de pisos:** 1 **Tipologia/Divisões:** 2

## ÁREAS (em m²)

**Área total do terreno:** 1.459,0000 m² **Área de implantação do edifício:** 216,8000 m² **Área bruta de construção:** 188,0000 m² **Área bruta dependente:** 0,0000 m² **Área bruta privativa:** 188,0000 m²

## DADOS DE AVALIAÇÃO

**Ano de inscrição na matriz:** 1977 **Valor patrimonial actual (CIMI):** €98 480,00 **Determinado no ano:** 2019

**Tipo de coeficiente de localização:** Serviços **Coordenada X:** 107.419,00 **Coordenada Y:** 218.490,00

| Vt* | = | Vc | x | A | x | Ca | x | Cl | x | Cq | x | Cv |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 98.480,00 | = | 615,00 | x | 194,0830 | x | 1,10 | x | 1,00 | x | 1,000 | x | 0,75 |

Vt = valor patrimonial tributário, Vc = valor base dos prédios edificados A = área bruta de construção mais a área excedente à área de implantação, Ca = coeficiente de afectação, Cl = coeficiente de localização Cq = coeficiente de qualidade e conforto Cv = coeficiente de vetustez, sendo A = (Aa + Ab) x Caj + Ac + Ad em que Aa representa a área bruta privativa. Ab representa as áreas brutas dependentes Ac representa a área do terreno livre até ao limite de duas vezes a área de implantação Ad representa a área do terreno livre que excede o limite de duas vezes a área de implantação (Aa + Ab) x Caj = 100 x 1,0 + 0,90 x (Aa + Ab - 100,0000)
Tratando-se de terrenos para construção, A = área bruta de construção integrada de Ab
* Valor arredondado nos termos do nº2 do Art.º 38º do CIMI

**Mod 1 do IMI nº:** 7373657 **Entregue em :** 2019/02/15 **Ficha de avaliação nº:** 11006097 **Avaliada em :** 2019/02/21

## TITULARES

**Identificação fiscal:** 502177080 **Nome:** MUNICIPIO DE MAFRA

**Morada:** PC DO MUNICIPIO, MAFRA, 2644-001 MAFRA

**Tipo de titular:** Propriedade plena **Parte:** 1/1 **Documento:** OUTRO **Entidade:** DESCONHECIDO

## ISENÇÕES

**Identificação fiscal:** 502177080

**Motivo:** ESTADO, REG. AUTON, AUTARQ, SERV, ESTAB E ORG RESPECT **Início:** 1989 **Valor isento:** €98 480,00

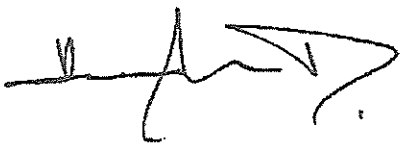
AT autoridade tributária e aduaneira

CADERNETA PREDIAL URBANA

SERVIÇO DE FINANÇAS: 1546 - MAFRA

Obtido via internet em 2019-05-23

O Chefe de Finanças



(Humberto Pereira Martins)

## Paula Santos

**De:** Amélia Rijo
**Enviado:** 26 de novembro de 2019 11:18
**Para:** MailEdoc
**Cc:** Paula Santos
**Assunto:** FW: Candidatura. Solicitação de elementos.

Para registar pff.

Amélia Rijo
Gabinete de Apoio à Vereação
Câmara Municipal de Mafra

Praça do Município, 2644-001 Mafra
Telef.: 261 810 285
e-mail: ameliarijo@cm-mafra.pt
Site: www.cm-mafra.pt

**De:** Os Saloios da Póvoa da Galega <grupofolclore.saloios@gmail.com>
**Enviada:** 26 de novembro de 2019 10:56
**Para:** Vereadora Aldevina Rodrigues <v.aldevinarodrigues@cm-mafra.pt>
**Assunto:** Candidatura. Solicitação de elementos.

Exma. Sra. Vereadora Aldevina Rodrigues,

No âmbito do PDR2020 na Medida "Renovação de Aldeias", o Grupo Folclórico "Os Saloios" da Póvoa da Galega submeteu uma candidatura no passado dia 30 de setembro de 2019, com o projeto intitulado "Dar vida aos saloios e ao museu", com vista à obtenção de apoios ao investimento de:

1. Renovação de peças de trajes atualmente em uso através de réplicas dos originais recolhidos pelo grupo;
2. Melhoria da Mostra Etnográfica e preservação de peças de acervo recolhidas pelo grupo com a colocação de vitrines para proteção das peças expostas; e,
3. Melhoria da conservação de peças de trajes recolhidas e/ou reproduzidas por cópias de originais com a colocação de roupeiros para sua melhor salvaguarda.

A candidatura foi submetida e aceite pela A2S, entidade promotora, encontrando-se neste momento na fase de Pedido de Esclarecimentos.

Entre os vários documentos entregues, como uma Declaração emitida no passado mês de agosto pela Câmara Municipal de Mafra para este efeito e os Protocolos de Comodato celebrados entre a Câmara Municipal de Mafra e o nosso Grupo datados de 2005 e 2014 para cedência do espaço do antigo Infantário da Póvoa da Galega para a nossa sede.

Nesta fase de esclarecimentos, e atendendo aos investimentos propostos na candidatura, entre os quais as vitrines e roupeiros na Mostra Etnográfica do grupo instalada numa das nossas salas, foi-nos solicitado pela A2S o envio de uma nova adenda ao contrato de comodato estabelecido entre nós e a Câmara Municipal.

A razão indicada pela A2S é que o contrato de comodato existente tem um prazo de 1 ano, renovável por iguais períodos desde que não seja denunciado por nenhuma das partes, referindo ainda que a utilização será para ensaios (no caso do contrato de 2005) não podendo ser usado para outro fim. Atendendo às exigências desta candidatura no âmbito da legislação do PDR2020, a titularidade deste espaço tem que ser garantida pelo grupo pelo período de execução do projeto (2 anos) e a sua perenidade (3 anos), e o fim a que vai se destinar o investimento, ou seja, o museu.

Neste sentido, e pelas razões explicadas acima, solicitamos uma nova adenda ao contrato de comodato estabelecido entre o Grupo Folclórico "Os Saloios" da Póvoa da Galega e a Câmara Municipal de Mafra ou uma declaração que

indique que o atual espaço onde se encontra a nossa sede e o nosso museu (mostra etnográfica) estará cedido ao Grupo nos próximos 5 anos a fim de cumprir o estabelecido nesta candidatura, de forma a anexarmos ao pedido de esclarecimentos, juntamente com a respetiva caderneta predial.

Acreditamos que a Câmara Municipal de Mafra, tal como nós, enquanto associação e Grupo Folclórico deste concelho, e a A2S, querem o melhor para a nossa região saloia através da preservação dos nossos usos e costumes com a representação fiel dos seus grupos folclóricos.

Agradecemos a sua estimada atenção.

Com os nossos melhores cumprimentos,

*A Direção do Grupo Folclórico "Os Saloios" da Póvoa da Galega*

*Vice-Presidente*

*Sandra Carvalho*

3.3
2.3

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico**

**Divisão de Ação Social e Apoio Institucional**

**PARECER**

Concordo. Proponho que o assunto seja presente a Reunião de Câmara.

03/12/2019 Alexandra Dias.

O(A) Vereador(a),

Concordo. Proponho que o assunto seja objecto de deliberação pelo órgão executivo.

03/12/2019

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Concordo com o proposto.

29/11/019

O(A) Chefe de Divisão Paula Ribeiro

**DESPACHO**

A reunir

3/12/2019

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

## INFORMAÇÃO Interno/2019/17688

***ASSUNTO***: Contrato em Regime de Comodato de cedência de instalações, antiga EB1 do Lexim à Associação de Apicultores da Abelha Saloia

A Associação de Apicultores da Abelha Saloia surge com o objetivo de proteger e defender a abelha e a produção de mel e produtos derivados, em especial os produzidos no concelho de Mafra.

Propõe-se ainda desenvolver ações de divulgação da apicultura como palestras, cursos, estudos, conferências e excursões apículas e criar o Mel de Mafra como denominação de origem controlada e/ou protegida.

Para o desenvolvimento da sua atividade e instalação da sede, necessitam de um espaço físico, tendo solicitado o apoio da Câmara Municipal de Mafra.

Tendo em conta que nos termos da alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, cabe à Câmara

anexo XVI

Municipal criar, constituir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património municipal ou colocados, por lei, sob a administração municipal;

E da alínea u) também do n.º 1 do mesmo artigo, compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;

Propõe-se, na sequência do pedido efetuado pela Associação de Apicultores da Abelha Saloia, a celebração de um Contrato em Regime de Comodato de Cedência de Instalações com esta Entidade, com vista à cedência da antiga EB1 do Lexim, para desenvolvimento da sua atividade, conforme proposta de minuta que se anexa à presente Informação.

Mafra, 29 de novembro de 2019

A Dirigente da Unidade de Apoio Institucional

Paula Santos

(Paula Santos)

# CONTRATO EM REGIME DE COMODATO

# DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES

Considerando as atribuições que os municípios dispõem no domínio da cultura, tempos livres e desporto, património e ação social, em conformidade com as disposições conjugadas do artigo 2.º, do n.º 1 e das alíneas e), f) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, diploma legal que aprovou, entre outros, o Regime Jurídico das Autarquias Locais;

Considerando que, no âmbito das competências conferidas pelo Anexo I à citada Lei, nomeadamente na alínea u) do n.º 1 do seu artigo 33.º, compete à Câmara Municipal apoiar actividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;

Considerando que, atento o disposto na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I ao mesmo diploma legal, cabe ainda à Câmara Municipal criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do Município ou colocados, por lei, sob administração municipal; e

Considerando que, a Associação de Apicultores da Abelha Saloia é uma associação cujo objetivo se consubstancia em atividades de preservação da natureza, designadamente através da promoção e valorização do mel e produtos derivados de origem concelhia;

É celebrado e reciprocamente aceite, entre o **Município de Mafra**, Pessoa Colectiva de Direito Público n.º 502 177 080, com sede na Praça do Município, 2644-001 Mafra, neste acto representado pelo Presidente da

Câmara Municipal, Hélder António Guerra de Sousa Silva, adiante designado como Primeiro Contraente ou Comodante, e a **Associação de Apicultores da Abelha Saloia**, titular do Cartão de Identificação de Pessoa Colectiva n.º 515 718 920, com sede em Rua Cecílio Franco n.º 1 – Asseiceira Grande, 2665-501 Venda do Pinheiro, neste ato representado pelo(a) _____, _____, adiante designado, como Segundo Contraente ou Comodatário, o presente Contrato de Comodato, o qual se rege pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula Primeira**

O Primeiro Contraente é proprietário e legítimo possuidor do prédio sito na Estrada do Lexim, Lexim, 2640-362 Igreja Nova MFR, e inscrito na matriz predial Urbana sob o artigo 3493 da União de Freguesias da Igreja Nova e Cheleiros, e descrito na Conservatória Predial de Mafra sob o número 6796, designado por EB1 do Lexim.

**Cláusula Segunda**

Pelo presente contrato, o Primeiro Contraente entrega ao Segundo Contraente, a título gratuito e em regime de comodato, o edifício identificado na cláusula anterior, para desenvolvimento das suas actividades.

**Cláusula Terceira**

O presente contrato tem a duração de 1 (um) ano, a contar da data da sua assinatura, considerando-se automática e sucessivamente prorrogado por iguais períodos e nas mesmas condições, enquanto não for denunciado por qualquer das partes, através de carta registada com aviso de recepção, com a antecedência mínima de 90 (noventa) dias relativamente ao termo do prazo contratual ou do termo da sua renovação, ou resolvido pelo Comodante nos termos legais.

## Cláusula Quarta

Constitui obrigação do Primeiro Contraente abster-se da prática de atos que impeçam ou restrinjam o uso do edifício pelo Segundo Contraente.

## Cláusula Quinta

Constituem obrigações do Segundo Contraente:

a) Manter o edifício em bom estado de conservação;
b) Não aplicar o edifício para fim diverso daquele a que o mesmo se destina;
c) Não utilizar o edifício de modo imprudente;
d) Avisar imediatamente o Primeiro Contraente, sempre que tenha conhecimento de vícios no edifício ou saiba que o ameaça algum perigo ou que terceiros se arroguem direitos em relação a ele sem que para tal estejam autorizados pelo Primeiro Contraente;
e) Restituir o edifício, findo o contrato;
f) Não proporcionar a terceiro o uso da coisa, exceto se o comodante o autorizar.

## Cláusula Sexta

O Primeiro Contraente reserva-se o direito de utilizar o edifício, mediante aviso prévio de 15 (quinze) dias.

## Cláusula Sétima

É da responsabilidade do Segundo Contraente o pagamento de todas as despesas inerentes à utilização, manutenção e conservação do edifício objeto do presente contrato de comodato.

## Cláusula Oitava

O Segundo Contraente responderá por todas as deteriorações que se venham a verificar durante a vigência do presente contrato de comodato, excetuando-se as que decorram de um uso normal e prudente do edifício.

## Cláusula Nona

1.O Segundo Contraente não poderá realizar quaisquer obras ou benfeitorias no edifício sem o prévio consentimento do Primeiro Contraente.
2. As benfeitorias realizadas passam a integrar o imóvel, não dando lugar a qualquer indemnização no fim do uso.

## Cláusula Décima

A restituição a que se refere a alínea e) da Cláusula Quinta far-se-á 60 (sessenta) dias após a notificação para o efeito, dirigida pelo Primeiro Contraente ao Segundo Contraente, através de carta registada com aviso de receção.

## Cláusula Décima Primeira

No final do contrato de comodato, ou das suas renovações, o edifício cedido deverá ser restituído pelo Segundo Contraente ao Primeiro Contraente no estado em que aquele o recebeu, livre de pessoas e bens, sem prejuízo das deteriorações inerentes a um uso normal e prudente.

## Cláusula Décima Segunda

O Primeiro Contraente poderá resolver o presente contrato de comodato a todo o tempo e sem a interpelação prévia do Segundo Contraente para o efeito, desde que se verifique o incumprimento, por este, das obrigações estabelecidas no presente contrato de comodato.

## Cláusula Décima Terceira

1. As questões resultantes da execução ou interpretação do presente contrato de comodato serão dirimidas por acordo do Comodante e do Comodatário, atenta a legislação em vigor, designadamente os artigos 1129. ° e seguintes do Código Civil, com as necessárias adaptações.
2. Os casos omissos serão dirimidos pelo Presidente da Câmara Municipal de Mafra, ouvido o Comodatário e atenta a legislação em vigor.

O presente contrato é celebrado em duplicado, valendo como documentos originais, os quais vão ser assinados por ambas as partes, ficando cada uma com um exemplar.

Mafra, _____ de _____ de 20__.

O Comodante, O Comodatário,

(Hélder António Guerra de Sousa Silva) (_____)




ESCOLA IMPLANTAÇÃO - 90,50m²

LOGRADOURO --------- 1040,00m²

ÁREA TOTAL ---------- 1130,50m²

| ALTERADO EM: | MOTIVO: | O TÉCNICO: | APROVADO: |
|---|---|---|---|
| | | | |

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DOU

DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

| | | | |
|---|---|---|---|
| ARQUITECTO | | ASSUNTO: Levantamento Topográfico | VERIFICAÇÃO: |
| DESENHADOR | | PROJECTO DE | APROVAÇÃO: |
| ENGENHEIRO | | LOCAL: Lexim | |
| TOPÓGRAFO | José Valentim | | |
| URBANISTA | | | |

| Nº. DE ARQUIVO: | Nº. PROCESSO: | DESIGNAÇÃO: | ESCALA: | DESENHO Nº: |
|---|---|---|---|---|
| IGN -552 B | DATA: 17/06/2013 | Levantamento Topográfico da Escola EB1 do Lexim | 1/200 | 01 |
| | | | FASE DO PROJECTO: | |



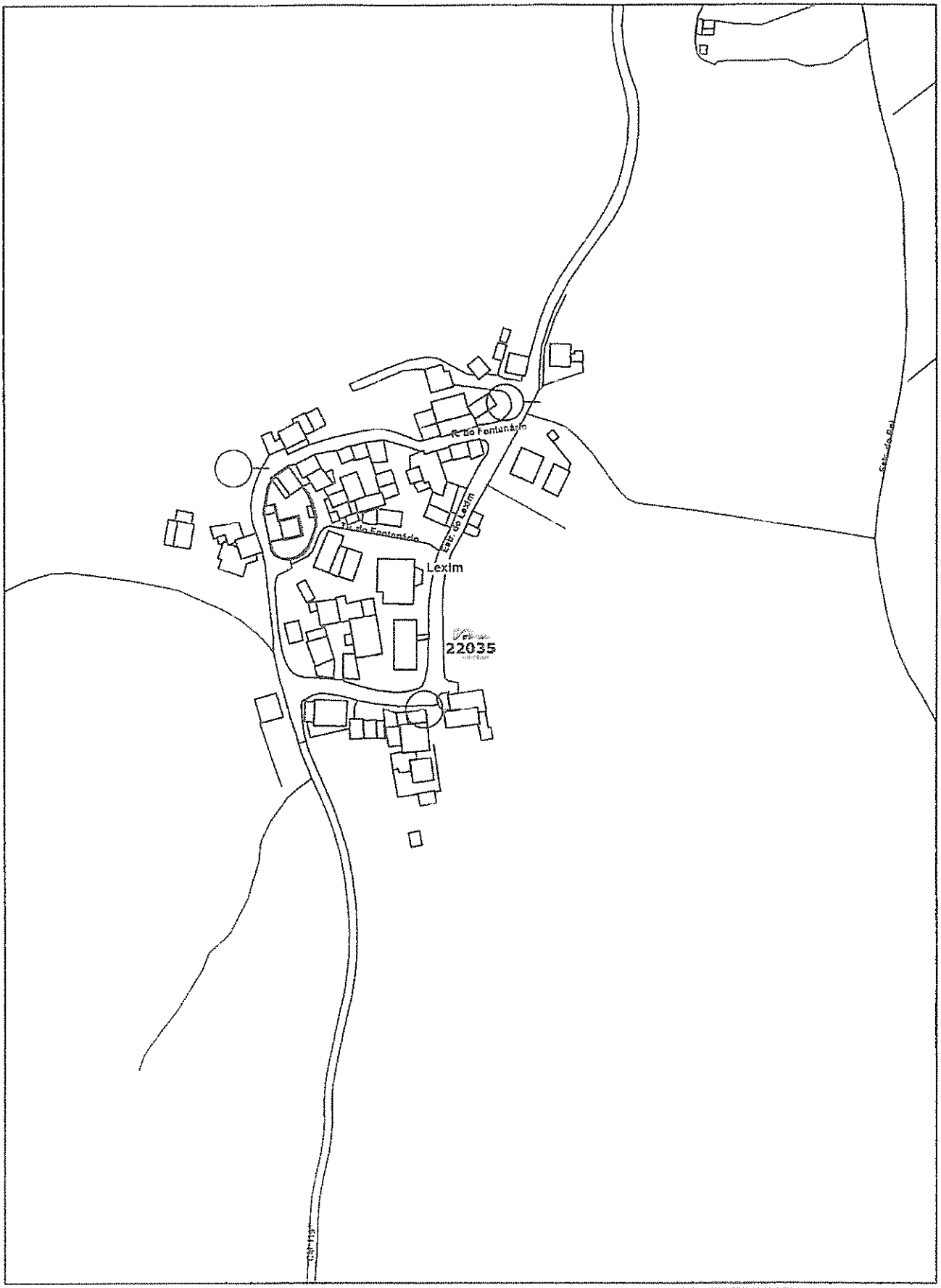

**Câmara Municipal de Mafra**

Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território

Área de Sistemas e Informação Geográfica

**Título:** Georreferenciação do Imóvel Municipal com o Nº de Inventário 22034 **Escala:** 1:2.000 **Técnico:** BP

**Local:** Lexim **Freguesia:** IGREJA NOVA **Data:** 06-01-2011




**Câmara Municipal de Mafra**

Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território

Área de Sistemas e Informação Geográfica

**Título:** Georreferenciação do Imóvel Municipal com o Nº de Inventário 22035 **Escala:** 1:2.000 **Técnico:** BP

**Local:** Lexim **Freguesia:** IGREJA NOVA **Data:** 06-01-2011

registo predial online

# Certidão Permanente

Código de acesso: GP-0991-56482-110908-006796

## DESCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

URBANO
SITUADO EM: Lexim
Estrada do Lexim, nº 12

ÁREA TOTAL: 1130,5 M2
ÁREA COBERTA: 90,5 M2
ÁREA DESCOBERTA: 1040 M2
Usada a faculdade de fixação de área prevista no n.º 2, do artigo 28.º-B, do Código do Registo Predial

MATRIZ nº: 3493 NATUREZA: Urbana
FREGUESIA: Igreja Nova e Cheleiros.
**COMPOSIÇÃO E CONFRONTAÇÕES:**
Edifício destinado a escola primária e logradouro.
Resultou da anexação dos prédios nºs 6278 e 6795, ambos da freguesia de Igreja Nova.

O(A) Conservador(a), em substituição
José António Dias Pestana

## INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

AP. 7 de 1965/02/10 - Aquisição

CAUSA : Compra
SUJEITO(S) ATIVO(S):
** CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
Localidade: Mafra
SUJEITO(S) PASSIVO(S):
** ERMELINDO FRANCO CARACOL
Casado/a com MARIA EMILIA GALRÃO
Localidade: Lage, Igreja Nova, Mafra
** JOAQUIM FRANCISCO GALRÃO
Viúvo(a)
Localidade: Lage, Igreja Nova, Mafra
** MANUEL COVAS GALRÃO
Casado/a com MARIA ROSA PEDROSO GALRÃO
Localidade: Lage, Igreja Nova, Mafra
** MARIA EMILIA GALRÃO
Casado/a com ERMELINDO FRANCO CARACOL
Localidade: Lage, Igreja Nova, Mafra

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

** MARIA ROSA PEDROSO GALRÃO
Casado/a com MANUEL COVAS GALRÃO
Localidade: Lage, Igreja Nova, Mafra

Reprodução da AP.7 de 1965/02/10 do prédio nº 6278/Igreja Nova.

O(A) Conservador(a), em substituição
José António Dias Pestana

---

Conservatória do Registo Predial de Mafra
AP. 2972 de 2014/09/26 09:26:42 UTC - Aquisição
Registado no Sistema em: 2014/09/29 09:26:42 UTC

CAUSA : Doação

SUJEITO(S) ATIVO(S):

** MUNICÍPIO DE MAFRA
NIPC 502177080
Sede: Praça do Município
Localidade: Mafra

SUJEITO(S) PASSIVO(S):

** DOMINGOS FRANCISCO
Casado/a com MARIA DE JESUS no regime de Comunhão geral
Localidade: Lexim, Igreja Nova, Mafra

** MARIA DE JESUS
Casado/a com DOMINGOS FRANCISCO no regime de Comunhão geral
Localidade: Lexim, Igreja Nova, Mafra

Reprodução da AP. 2972 de 2014/09/26 do prédio nº 6795/Igreja Nova.

O(A) Conservador(a), em substituição
José António Dias Pestana

---

REGISTOS PENDENTES

Não existem registos pendentes.

---

Certidão permanente disponibilizada em 29-09-2014 e válida até 29-12-2014

AT autoridade tributária e aduaneira

# CADERNETA PREDIAL URBANA

SERVIÇO DE FINANÇAS: 1546 - MAFRA

## IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO

**DISTRITO:** 11 - LISBOA **CONCELHO:** 09 - MAFRA **FREGUESIA:** 20 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE IGREJA NOVA E CHELEIROS

**ARTIGO MATRICIAL:** 3493 **NIP:**

**Descrito na C.R.P. de :** MAFRA **sob o registo nº:** 20322

## TEVE ORIGEM NOS ARTIGOS

**DISTRITO:** 11 - LISBOA **CONCELHO:** 09 - MAFRA **FREGUESIA:** 20 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE IGREJA NOVA E CHELEIROS **Tipo:** URBANO

**Artigo:** 1496

## LOCALIZAÇÃO DO PRÉDIO

**Av./Rua/Praça:** Estrada do Lexim **Nº:** 12 **Lugar:** Lexim **Código Postal:** 2640-362 IGREJA NOVA MFR

## DESCRIÇÃO DO PRÉDIO

**Tipo de Prédio:** Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente

**Afectação:** Serviços **Nº de pisos:** 1 **Tipologia/Divisões:** 5

## ÁREAS (em m²)

**Área total do terreno:** 1.130,5000 m² **Área de implantação do edifício:** 90,5000 m² **Área bruta de construção:** 90,5000 m² **Área bruta dependente:** 0,0000 m² **Área bruta privativa:** 90,5000 m²

## DADOS DE AVALIAÇÃO

**Ano de inscrição na matriz:** 2014 **Valor patrimonial actual (CIMI):** €39.530,00 **Determinado no ano:** 2014

**Tipo de coeficiente de localização:** Serviços **Coordenada X:** 98.387,00 **Coordenada Y:** 214.670,00

| VI* | = | Vc | x | A | x | Ca | x | Cl | x | Cq | x | Cv |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 39.530,00 | = | 603,00 | x | 99,3200 | x | 1,10 | x | 0,80 | x | 1,000 | x | 0,75 |

VI = valor patrimonial tributário, Vc = valor base dos prédios edificados, A = área bruta de construção mais a área excedente à área de implantação, Ca = coeficiente de afectação, Cl = coeficiente de localização, Cq = coeficiente de qualidade e conforto, Cv = coeficiente de vetustez, sendo A = (Aa + Ab) x Caj + Ac + Ad, em que Aa representa a área bruta privativa, Ab representa as áreas brutas dependentes, Ac representa a área do terreno livre até ao limite de duas vezes a área de implantação, Ad representa a área do terreno livre que excede o limite de duas vezes a área de implantação, (Aa + Ab) x Caj = 1,00 x (Aa + Ab - 0,0000).
Tratando-se de terrenos para construção, A = área bruta de construção integrada de Ab
* Valor arredondado, nos termos do nº2 do Art.º 38º do CIMI

**Mod 1 do IMI nº:** 6415946 **Entregue em :** 2014/01/27 **Ficha de avaliação nº:** 9788215 **Avaliada em :** 2014/02/01

## TITULARES

**Identificação fiscal:** 502177080 **Nome:** MUNICIPIO DE MAFRA

**Morada:** PC DO MUNICIPIO, MAFRA, 2644-001 MAFRA

**Tipo de titular:** Propriedade plena **Parte:** 1/1 **Documento:** MODELO 1 DO IMI **Entidade:** MODELO 1 DO IMI Nº 6415946

## ISENÇÕES

**Identificação fiscal:** 502177080

**Motivo:** ESTADO, REG. AUTON, AUTARQ, SERV, ESTAB E ORG RESPECT **Início:** 2014 **Valor isento:**

AT autoridade tributária e aduaneira

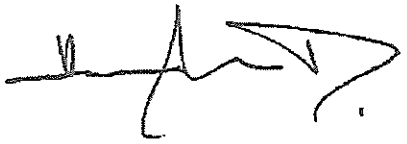
CADERNETA PREDIAL URBANA

SERVIÇO DE FINANÇAS: 1546 - MAFRA

€39.530,00

Obtido via Internet em 2014-08-14

O Chefe de Finanças



(Humberto Pereira Martins)

Associação de Apicultores Abelha Saloia

Exmo. Senhor

Engenheiro Hélder Sila

Presidente da Camara Municipal de Mafra

Venho informar V. Exa que no dia 4 de novembro deste ano foi constituída através de escritura pública a Associação de Apicultores Abelha Saloia, com sede na Venda do Pinheiro em Mafra.

Solicitamos desta forma a cedência de um espaço físico para a sede social da referida associação, por forma a poder agrupar os apicultores da região auxiliando a materialização dos objetivos da Abelha Saloia.

Proteção e defesa das abelhas; esclarecer a opinião pública nomeadamente a comunidade educativa dos benefícios da atuação das abelhas no planeta, particularmente na agricultura; promover o consumo e venda de produtos apícolas dos seus associados e na procura de novos mercados; lutar por todos os meios ao seu alcance contra as falsificações e fraudes dos produtos apícolas; colaborar com as instituições nacionais e internacionais congéneres, através de permuta de informações e publicações; promover o apoio técnico formativo e informativo aos associados; coordenar e incentivar as atividades de comum interesse dos associados; divulgar a apicultura e outros atos que contribuam para o seu desenvolvimento e dinamização como palestras, cursos, estudos, conferências e excursões apícolas. Promover a criação do Mel de Mafra com a denominação de origem controlada e ou protegida.

Para finalizar, estando cientes das dificuldades que se aproximam colocamo-nos ao dispor do município de Mafra para celebrar um protocolo no combate à Vespa Velutina. Temos ao dispor vários sócios com amplo conhecimento no combate a esta praga. A Abelha Saloia está a desenvolver e aperfeiçoar equipamentos e técnicas para a abordagem, tratamento e eliminação desta vespa e respetivos ninhos.

Agradeço a atenção de V. Exa, apresento os meus melhores cumprimentos.

Atentamente

Abelha Saloia

2.4

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico**

**Divisão de Ação Social e Apoio Institucional**

**PARECER**

Concordo. Proponho que o assunto seja presente a Reunião de Câmara.

03/12/2019

O(A) Vereador(a),

Concordo. Proponho que o assunto seja objecto de deliberação pelo órgão executivo.

03/12/2019

O(A) Diretor(a) de Departamento,

...../...../.....

O(A) Chefe de Divisão

**DESPACHO**

À reunião

03/12/19

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

## INFORMAÇÃO Interno/2019/17720

***ASSUNTO***: Transferência de Farmácia – Emissão de Parecer

A Farmácia do Choupal, sita na Rua Joaquim Belchior, n.º 29 – Maceira, União das Freguesias de A-dos-Cunhados, concelho de Torres Vedras, solicitou ao INFARMED, I.P., ao abrigo do disposto no artigo 20.º da Portaria n.º 352/2012 de 30 de outubro, a transferência das suas instalações para o concelho de Mafra, mais propriamente, para a Rua Francisco Mata n.º 2, localidade e Freguesia da Ericeira.

Ao abrigo dos artigos 87.º n.º 1 e 88.º do CPA, vem o INFARMED, I.P. solicitar o parecer da Câmara Municipal de Mafra, sobre o pedido de transferência em apreço, de modo a que possam "emitir juízo técnico sobre o peticionado, nos termos do artigo 26.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 307/2007".

As farmácias possuem no seio das comunidades, um papel social de grande importância, existindo regras definidas entre estas e as Câmaras Municipais,

anexo XVII

designadamente no que respeita ao estabelecimento e funcionamento dos serviços que prestam à população.

A localidade da Ericeira possui duas farmácias localizadas na Praça da Republica n.º 4 e R. dos Bombeiros Voluntários – Edifício S. Vicente, Loja 2, que servem uma população residente de 10260 pessoas, de acordo com os Censos de 2011.

A Farmácia do Choupal pretende instalar-se na Rua Francisco Mata n.º 2 na Ericeira, número de polícia que corresponde ao Intermarché da Ericeira, localização a norte das duas farmácias atuais, constituindo um reforço da oferta atualmente existente numa Freguesia com reconhecido crescimento populacional, proporcionando um aumento dos serviços farmacêuticos de promoção de saúde e do bem-estar dos utentes, como preconiza a legislação em vigor.

A emissão de Parecer pela Câmara Municipal deve ter em conta os critérios previstos no n.º 2 do artigo 26.º do Decreto-lei n.º 307/2007, de 31 de agosto, alterado pela Lei n.º 26/2011, de 16 de junho, nomeadamente, os de garantir a salvaguarda da acessibilidade das populações aos medicamentos, a sua comodidade, bem como a melhoria ou aumento dos serviços farmacêuticos de promoção de saúde e do bem-estar dos utentes.

Face ao exposto, propõe-se a emissão de parecer favorável pela Câmara Municipal, à transferência da Farmácia do Choupal, sita na Rua Joaquim Belchior, n.º 29 – Maceira, União das Freguesias de A-dos-Cunhados, para Rua Francisco Mata n.º 2, 2655-250 Ericeira, respondendo ao INFARMED, I.P., em conformidade.

Mafra, 25 de novembro de 2019

A Dirigente da Unidade Apoio Institucional

(Paula Santos)

030530 29.OUT 2019 08:13

REPÚBLICA PORTUGUESA
SAÚDE

SNS SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

Infarmed
Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
30 OUT. 2019
ENTRADA/...../.....

REGISTADO C/AVISO DE RECEÇÃO

Exmo. Senhor Presidente
da Câmara Municipal de Mafra
Praça do Município

2640-516 MAFRA

vossa ref. :

data :
nossa ref. : DIL/UL/CR/450.10.216

data :
assunto : Transferência de farmácia no concelho de Torres Vedras, distrito de Lisboa

Ao abrigo do Artigo 20.º da Portaria n.º 352/2012, de 30 de outubro foi requerido a este Instituto, a transferência de instalações da farmácia abaixo indicada para outro local do concelho de Mafra:

**Farmácia**: Do Choupal
**Sita em**: Rua Joaquim Belchior, n.º 29
**Freguesia**: União das freguesias de A dos Cunhados e Maceira

Para:

**Local pretendido**: Rua Francisco Mata, n.º 2
**Freguesia**: Ericeira

Ao abrigo dos artigos 87.º n.º 1 e 88.º n.º 1 do CPA, solicita-se que nos seja comunicada o parecer dessa Autarquia sobre o pedido de transferência solicitado, de modo a que o INFARMED, I.P. possa emitir juízo técnico sobre o peticionado, nos termos do artigo 26.º/2 do DL 307/2007.
Tendo em conta que as Autarquias Locais estão ao corrente de determinadas características e necessidades das suas populações, solicita-se o vosso contributo nomeadamente no que diz respeito à **acessibilidade das populações aos medicamentos**.

Com os melhores cumprimentos

DIREÇÃO DE INSPEÇÃO E LICENCIAMENTOS
A DIRETORA

Fernanda Ralha
Diretora da Direção
Inspeção e Licenciamentos

Horário de atendimento telefónico da DIL/UL: 2ªs e 6ªs feiras das 10:00h às 12:30h.

SGS

**A – Do cumprimento dos requisitos previstos alíneas a) e b), do n.º 2, do artigo 26.º, do Decreto-Lei n.º 307/2007, de 31 de Agosto, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 26/2011, de 16 Junho**

3.

Nos termos do disposto no artigo 26.º, n.º 2, alíneas a) e b), do Decreto-Lei n.º 307/2007, de 31 de Agosto, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 26/2011, de 16 Junho, na apreciação do pedido de transferência da localização da farmácia ter-se-á em atenção os seguintes critérios:

a) A necessidade de salvaguardar a acessibilidade das populações aos medicamentos, a sua comodidade, bem como a viabilidade económica da farmácia, cuja localização o proprietário pretenda transferir;
b) A melhoria ou aumento dos serviços farmacêuticos de promoção de saúde e bem-estar dos utentes.

4.

Ora, dir-se-á liminarmente que a transferência definitiva que se requer cumpre integralmente os requisitos acima mencionados.

Vejamos:

1) **Necessidade de salvaguardar a acessibilidade das populações aos medicamentos, a sua comodidade, bem como a viabilidade económica da farmácia, cuja localização o proprietário pretenda transferir**

**5.**

A transferência da **FARMÁCIA DO CHOUPAL** para a nova localização salvaguardará a acessibilidade das populações aos medicamentos bem como a sua comodidade.

Vejamos:

**6.**

Na localização actual da **FARMÁCIA DO CHOUPAL** existe 1 (uma) farmácia a menos de 350 metros contados em linha recta dos respectivos limites exteriores (**docs. n.ºs 12 e 13**).

**7.**

Na verdade, a **FARMÁCIA DO CHOUPAL** dista da Farmácia Hortas da Silva, sita Rua da Ribeira, n.º 3, rés-do-chão, 2560-086 Maceira, 105,10 metros contados em linha recta dos respectivos limites exteriores (**docs. n.ºs 12 e 13**).

**8.**

Ao invés, o local para onde se pretende a transferência da **FARMÁCIA DO CHOUPAL** não tem nenhuma farmácia num raio de mais de 350 metros

(docs. n.ºs 4 e 5), o que implica que a população, actualmente, tenha de se deslocar de carro ou de transportes para se dirigir à farmácia.

9.

Assim, a instalação de uma farmácia no local para onde se pretende a transferência da **FARMÁCIA DO CHOUPAL** (Rua Francisco Mata, n.º 2, 2655-250 Ericeira, freguesia de Ericeira, concelho de Mafra, distrito de Lisboa), representará um aumento considerável quer da acessibilidade ao medicamento quer da comodidade da população.

10.

Ao que acresce, ainda, a comodidade da população de poder adquirir medicamentos num local próximo de casa.

11.

Por outro lado, a transferência da **FARMÁCIA DO CHOUPAL** não implicará uma alteração da cobertura farmacêutica da zona em que actualmente se situa, uma vez que existe mais 1 (uma) farmácia a menos de 350 metros da actual localização da **FARMÁCIA DO CHOUPAL** (Farmácia Hortas da Silva, sita Rua da Ribeira, n.º 3, rés-do-chão, 2560-086 Maceira, que dista 105,10 metros contados em linha recta dos respectivos limites exteriores).

12.

Acresce que, precisamente pelo facto de o local actual da **FARMÁCIA DO CHOUPAL** dispor de mais 1 (uma) farmácia a menos de 350 metros, a transferência definitiva da **FARMÁCIA DO CHOUPAL** para as novas

instalações abrangerá, salvaguardará e aumentará a viabilidade económica da farmácia.

13.

Efectivamente, as actuais instalações da **FARMÁCIA DO CHOUPAL**, para além da maior proximidade geográfica da Farmácia Hortas da Silva, situam-se numa zona com uma população mais envelhecida e empobrecida, em que a maioria do volume da facturação corresponde, por isso, a medicamentos maioritariamente genéricos, o que, obviamente, prejudica gravemente a viabilidade económica da farmácia, que, por isso mesmo, se encontra no regime excepcional de funcionamento, uma vez que o seu o valor de facturação ao Serviço Nacional de Saúde (SNS) é inferior a 60% do valor de facturação média anual por farmácia ao SNS, no ano civil anterior, conforme previsto no artigo 57.º-A, do Decreto-Lei n.º 307/2007, de 31 de Agosto, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 171/2012, de 01 de Agosto (**doc. n.º 9**).

14.

Face a todo o exposto, encontra-se demonstrado o cumprimento do disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 26.º, do Decreto-Lei n.º 307/2007, de 31 de Agosto.

2) **Melhoria ou aumento dos serviços farmacêuticos de promoção de saúde e bem-estar dos utentes**

15.

A transferência definitiva das instalações da **FARMÁCIA DO CHOUPAL** para as novas instalações sitas na Rua Francisco Mata, n.º 2, 2655-250 Ericeira, melhorará as condições dos serviços farmacêuticos prestados aos utentes, bem como, o aumento do tipo de serviços farmacêuticos prestados à população.

Vejamos:

**16.**

Actualmente, as instalações da **FARMÁCIA DO CHOUPAL**, sitas na Rua Joaquim Belchior, n.º 29, 2560-090 Maceira, não dispõem da área necessária para um gabinete de atendimento personalizado destinado exclusivamente para a prestação dos serviços a que alude o n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 97/2018, de 09 de Abril (7,00 $m^2$).

**17.**

Em consequência, actualmente, a **FARMÁCIA DO CHOUPAL** não dispõe de instalações adequadas e autonomizadas que lhe permitam prestar os serviços farmacêuticos previstos no artigo 3.º, n.º 2, alíneas b), c), d), e), g), h), i), j) e k), da Portaria n.º 97/2018, de 09 de Abril Portaria n.º 1429/2007, de 02 de Novembro (administração de primeiros socorros, administração de medicamentos, utilização de meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica e administração de vacinas não incluídas no Plano Nacional de Vacinação, consultas de nutrição, programas de adesão à terapêutica, de reconciliação da terapêutica e de preparação individualizada de medicamentos, assim como programas de educação sobre a utilização de dispositivos médicos, realização de testes rápidos para o rastreio de infeções por VIH, VHC e VHB (testes 'point

of care'), incluindo o aconselhamento pré e pós-teste e a orientação para as instituições hospitalares dos casos reactivos, de acordo com as redes de referenciação hospitalar aprovadas e os procedimentos estabelecidos pelas entidades do Ministério da Saúde com competência na matéria, serviços simples de enfermagem, nomeadamente tratamento de feridas e cuidados a doentes ostomizados, e cuidados de nível I na prevenção e tratamento do pé diabético, de acordo com as orientações estabelecidas pela Direção-Geral da Saúde).

**18.**

As instalações da **FARMÁCIA DO CHOUPAL** situadas na Rua Francisco Mata, n.º 2, 2655-250 Ericeira, serão bastante modernas e recentes.

**19.**

Por outro lado, as instalações da **FARMÁCIA DO CHOUPAL**, situadas na Rua Francisco Mata, n.º 2, 2655-250 Ericeira, disporão de uma área útil total de 136,25 $m^2$, que não só é substancialmente superior à área útil total das actuais instalações, como também é bastante superior à área útil total mínima exigida termos do disposto nos artigos 2.º, n.º 1, e 3.º, n.º 1, do Anexo da Deliberação n.º 78/CD/2014, de 03 de Julho (**docs. n.ºs 10 e 11**).

**20.**

As actuais instalações da **FARMÁCIA DO CHOUPAL** disporão, por isso, de 1 (um) gabinete de atendimento personalizado adequados e apropriado exclusivamente para a prestação dos serviços a que alude o artigo 3.º, n.º 2, alíneas b), c), d), e), g), h), i), j) e k), da Portaria n.º 97/2018, de 09 de Abril Portaria n.º 1429/2007, de 02 de Novembro (administração de primeiros

socorros, administração de medicamentos, utilização de meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica e administração de vacinas não incluídas no Plano Nacional de Vacinação, consultas de nutrição, programas de adesão à terapêutica, de reconciliação da terapêutica e de preparação individualizada de medicamentos, assim como programas de educação sobre a utilização de dispositivos médicos, realização de testes rápidos para o rastreio de infeções por VIH, VHC e VHB (testes 'point of care'), incluindo o aconselhamento pré e pós-teste e a orientação para as instituições hospitalares dos casos reactivos, de acordo com as redes de referenciação hospitalar aprovadas e os procedimentos estabelecidos pelas entidades do Ministério da Saúde com competência na matéria, serviços simples de enfermagem, nomeadamente tratamento de feridas e cuidados a doentes ostomizados, e cuidados de nível I na prevenção e tratamento do pé diabético, de acordo com as orientações estabelecidas pela Direção-Geral da Saúde) (**docs. n.ºs 10 e 11**).

**21.**

Acresce, ainda, que, as novas instalações da **FARMÁCIA DO CHOUPAL**, por serem mais modernas e bastantes mais amplas, privilegiarão o gabinete de atendimento personalizado que terá umas instalações com uma área de 07,10m$^2$, que não só é substancialmente superior à área do gabinete de atendimento personalizado da actuais instalações, como também é bastante superior à área que se encontra estabelecida nos termos do disposto da alínea e), do n.º 2, do artigo 2.º, e alínea e), do n.º 3, do artigo 3.º, do Anexo da Deliberação n.º 78/CD/2014, de 03 de Julho (**docs. n.º 10 e 11**).

**22.**

Assim, só a transferência definitiva das instalações da **FARMÁCIA DO CHOUPAL** para um local com umas instalações mais modernas, recentes, bastantes mais amplas, adequadas e apropriadas – como aquele para onde se requer a presente transferência – poderá criar as condições ideias para a melhoria da prestação dos serviços farmacêuticos e para o seu aumento, permitindo-lhe passar a prestar os serviços farmacêuticos, previstos no artigo 3.º, n.º 2, alíneas b), c), d), e), g), h), i), j) e k), da Portaria n.º 97/2018, de 09 de Abril Portaria n.º 1429/2007, de 02 de Novembro (administração de primeiros socorros, administração de medicamentos, utilização de meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica e administração de vacinas não incluídas no Plano Nacional de Vacinação, consultas de nutrição, programas de adesão à terapêutica, de reconciliação da terapêutica e de preparação individualizada de medicamentos, assim como programas de educação sobre a utilização de dispositivos médicos, realização de testes rápidos para o rastreio de infeções por VIH, VHC e VHB (testes 'point of care'), incluindo o aconselhamento pré e pós-teste e a orientação para as instituições hospitalares dos casos reactivos, de acordo com as redes de referenciação hospitalar aprovadas e os procedimentos estabelecidos pelas entidades do Ministério da Saúde com competência na matéria, serviços simples de enfermagem, nomeadamente tratamento de feridas e cuidados a doentes ostomizados, e cuidados de nível I na prevenção e tratamento do pé diabético, de acordo com as orientações estabelecidas pela Direção-Geral da Saúde).

**23.**

Ademais, a transferência da **FARMÁCIA DO CHOUPAL** para as novas instalações permitirá, também, aumentar a área de atendimento ao público, com

inegáveis melhorias no que respeita às próprias condições de atendimento, designadamente, mobilidade dos utentes, comodidade e privacidade.

Vejamos:

**24.**

Nas actuais instalações da **FARMÁCIA DO CHOUPAL**, a sala de atendimento ao público, por ter uma área útil reduzida (42,75 m$^2$), é susceptível de causar transtorno no que respeita à circulação e mobilidade dos utentes, em particular dos utentes portadores de deficiência, o que se pretende naturalmente sanar.

**25.**

Em consequência, as novas instalações da **FARMÁCIA DO CHOUPAL** privilegiarão, ainda, a sala de atendimento ao público, que terá umas instalações também bastante mais modernas e amplas e, por isso, mais adequadas e apropriadas, tendo em vista a melhoria da qualidade de dispensa de medicamentos aos utentes e do respectivo aconselhamento.

**26.**

Efectivamente, as novas instalações da **FARMÁCIA DO CHOUPAL** disporão de uma sala de atendimento ao público com uma área de 84,90 m$^2$, que não só é substancialmente superior à área da sala de atendimento público das actuais instalações, como também é bastante superior à área mínima exigida nos termos do disposto nos artigos 2.º, n.º 1, e 3.º, n.º 1, do Anexo da Deliberação n.º 78/CD/2014, de 03 de Julho (**docs. n.ºs 10 e 11**).

27.

Assim, a transferência definitiva das instalações da **FARMÁCIA DO CHOUPAL** para um local que disporá de uma sala de atendimento ao público de 84,90 m² - como aquele para onde se requer a presente transferência – facilitará a mobilidade dos utentes portadores de deficiência, aumentando, assim a acessibilidade e comodidade dos mesmos ao medicamento, bem como, as condições de atendimento (**docs. n.ºs 10 e 11**).

28.

Acresce, ainda, que, a transferência definitiva das instalações da **FARMÁCIA DO CHOUPAL** para um local que disporá de uma sala de atendimento ao público de 84,90 m² - como aquele para onde se requer a presente transferência – permitirá, também, ter 3 (três) postos de atendimento (Cfr. **docs. n.ºs 10 e 11**), o que melhorará substancialmente a qualidade da dispensa de medicamentos aos utentes e do respectivo aconselhamento, porque reduzirá significativamente o tempo de espera dos utentes e, consequentemente, aumentará o tempo do atendimento dispensado a cada utente, bem como, criará melhores condições para a assegurar a total confidencialidade de tudo quanto é dito durante o atendimento ao público.

29.

Face ao que antecede, encontra-se igualmente demonstrado o cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 2, do artigo 26.º, do Decreto-Lei n.º 307/2007, de 31 de Agosto, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 26/2011, de 16 de Junho.

Nestes termos, requer-se muito respeitosamente a V. Exa. se digne a autorizar a transferência definitiva das instalações da **FARMÁCIA DO CHOUPAL**, sita na Rua Joaquim Belchior, n.º 29, 2560-090 Maceira, freguesia de A dos Cunhados, concelho de Torres Vedras, distrito de Lisboa, para a Rua Francisco Mata, n.º 2, 2655-250 Ericeira, freguesia de Ericeira, concelho Mafra, distrito de Lisboa, porquanto se encontram cumpridos todos os requisitos legais aplicáveis, designadamente os previstos no artigo 20.º, da Portaria n.º 352/2012, de 30 de Outubro, bem como os previstos nos n.ºs 2 do artigo 26.º, do Decreto-Lei n.º 307/2007, de 31 de Agosto, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 26/2011, de 16 de Junho.

Mafra, 26 de Julho de 2019

Espera deferimento,

A Requerente,

**RETRATOSALUTAR – LDA.**

Farmácia do CHOUPAL
A gerência
Fernanda Maximiano

A Gerência

379
2.5

# CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

**Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico**

**Divisão de Ação Social e Apoio Institucional**

**PARECER**

Concordo. Proponho que o assunto seja presente a reunião de câmara.

03/12/2019

O(A) Vereador(a),

Concordo. Proponho que o assunto seja objecto de deliberação pelo órgão executivo.

03/12/2019

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Concordo com o proposto.

02/12/019

O(A) Chefe de Divisão

**DESPACHO**

A reunir

3/12/2019

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

## INFORMAÇÃO Interno/2019/17698

***ASSUNTO***: Casa do Povo do Gradil – Atribuição de apoio financeiro

A Casa do Povo do Gradil foi fundada em 1974 e após um período de interrupção de atividade, volta a reabrir em 2000 com o objetivo de dar resposta às necessidades locais em termos sociais.

Possui diversas respostas sociais que permitem um acompanhamento próximo e diversificado, designadamente Creche, Centro de Noite, Banco Alimentar, Gabinete de Apoio à Família/Gabinete de Psicologia, Equipa de Rendimento Social de Inserção, Tardes de Animação, Sala de Estudo e Férias Divertidas (nas interrupções letivas).

Ao longo destes anos têm realizado diversas obras de remodelação e ampliação das instalações, de forma a adaptá-las às exigências do serviço, encontrando-se nesta data em fase de construção uma nova creche, a qual orça em 474 773,25€, dos

anexo XVIII

quais 174.672,26€ são cofinanciados pelo FEDER/FC, ficando a cargo da instituição 300 100,99€.

Pela sua importância, e considerando o documento estratégico Diagnóstico Social do Concelho de Mafra, o reforço das estruturas de apoio à infância, nomeadamente na resposta de creche da rede solidária, foi identificada como problemática a integrar os Eixos Estratégicos e a definição de prioridades de ação do Plano de Desenvolvimento Social 2016 -2020.

Nesta data, não obstante os esforços realizados, a proatividade na angariação de fundos, bem como alguns apoios recebidos, a instituição vê-se confrontada com dificuldades para obtenção dos recursos financeiros necessários para a construção de novas instalações para a resposta social de creche, tendo solicitado o apoio da Câmara Municipal.

Nos termos das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, cabe à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos. Compete-lhe ainda apoiar atividades de natureza social, cultural, educacional, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município;

Propõe-se, na sequência do pedido de apoio formalizado pela Casa do Povo do Gradil, a atribuição de uma verba no valor 50.000€ (cinquenta mil euros) a esta entidade, para obras de construção da creche.

Mafra, 02 de dezembro de 2019

A Dirigente da Unidade de Apoio Institucional

(Paula Santos)

# Casa do Povo do Gradil

Concelho de Mafra

Exmo. Senhor
Presidente da
Câmara Municipal de Mafra
Praça do Município,
2640-516 Mafra

Gradil, N/refª 64/2019

ASSUNTO: PEDIDO DE POIO FINANCEIRO

A Casa do Povo do Gradil, Instituição Particular de Solidariedade Social, está a construir a sua nova Creche que muito irá apoiar as nossas crianças da nossa União de Freguesias, e , mas também do nosso Concelho, para tal concorreu a um fundo comunitário Portuga2020 .
O Valor do Caderno de Encargos que foi a concurso público para a construção é de 474773.25 € sendo o total cofinanciado pelo FEDER/FC no valor de 174672.26 €.

Dada a escassa situação financeira da Casa do Povo do Gradil, teremos de fazer um empréstimo com uma Instituição financeira, neste caso a Caixa de Crédito Agrícola de Mafra, o que certamente vai tornar uma situação mais difícil para esta Instituição.

É nesse sentido que vimos solicitar a V. Exª um apoio financeiro por parte da Câmara Municipal de Mafra para que possamos reduzir o valor do empréstimo bancário e assim reduzir os custos com empréstimo e juros.

Esperando um bom acolhimento a este nosso pedido

Com os melhores cumprimentos

Casa do Povo do Gradil
O Presidente
(Luis Filipe Almeida Cordeiro )

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Orçamento para o ano de | 2019 | | | | | |
| Classificação Orgânica | 0102 | CÂMARA MUNICIPAL | | | | |
| Classificação Económica | 080701 | Instituições Sem Fins Lucrativos<br>Instituições Sem Fins Lucrativos | | | | |
| Classificação Funcional | 2.5.3. 0101 | Outras atividades cívicas e religiosas<br>Transferências de Capital | | | | |
| N.º Rubrica do Plano | 2014 I 87 | | | | | |

| | | Ano Corrente | 2020 | 2021 | 2022 | Seguintes |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Orçamento Inicial | 5.000,00 | | | | |
| 2 | Reforços / Anulações | 315.000,00 | | | | |
| 3 | Congel. / Descongel. ( não aplicável) | | | | | |
| 4 = 1 + 2 -3 | Orçamento Corrigido | 320.000,00 | | | | |
| 5 | Encargos Assumidos (a) | 260.000,00 | | | | |
| 6 = 4 - 5 | Saldo Disponível | 60.000,00 | | | | |
| 7 | Despesa Emergente, que fica cativa (b) | 50.000,00 | | | | |
| 8 = 6 - 7 | Saldo Residual | 10.000,00 | | | | |

Data: 2019/12/06 Numero de lançamento no diário do orçamento: 11828

Proposta de Cabimento n.º 2019/3193
CABIMENTO PRÉVIO PARA: "COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À CASA DO POVO DO GRADIL PARA APOIO ÀS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA CRECHE"\Segundo as alíneas o) e u) do art.º 33.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12/09.

(Duarte Lourenço)

3.1

302

# CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

**Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente**

**Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística**

**PARECER**

Concordo com a proposta apresentada.
À consideração superior

2/12/2019

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Concordo com a informação prestada, sendo de se propor que seja submetida a reunião de Câmara.

2/12/2019

O(A) Chefe de Divisão

2/12/2019 concordo com o proposto para a reunião de Câmara

A Coordenadora,

**DESPACHO**

A remeter

3/12/2019

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

## INFORMAÇÃO Interno/2019/17581

***ASSUNTO***: Mafra Requalifica - Fichas de Avaliação do Nível de Conservação dos Edifícios

No âmbito do **Programa Mafra Requalifica** foram solicitadas vistorias para determinação do **estado de conservação dos imóveis**, de modo a verificar um dos critérios necessários para que estes sejam passíveis de usufruir, com a devida intervenção de reabilitação realizada e restantes critérios cumpridos, dos benefícios fiscais aprovados pela Assembleia Municipal e, nos termos do disposto no artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), nomeadamente de **isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis** (IMI) e **isenção do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis** (IMT) e, nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais **a dedução à coleta, em sede de IRS, dos encargos suportados pelo proprietário decorrentes da intervenção de reabilitação** e **tributação de mais-valias à taxa reduzida de 5%**.

Propõe-se que a **Câmara Municipal delibere concordar com o estado de conservação proposto** para os seguintes imóveis no seguimento da vistoria inicial realizada pela comissão de vistoria, e de **acordo com a Ficha de avaliação do nível de conservação de edifícios** em anexo:

- **Processo 16.1.16/2019/210** - Imóvel sito em Rua Dr. Manuel Arriaga n.º 31– Ericeira, freguesia de Ericeira, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo matricial n. º226 – **proposta de atribuição do estado de conservação do nível 1 (um) – Péssimo;**

anexo IX

- **Processo 16.1.16/2019/222** - Imóvel sito em Rua Dr. António Osório Vaz nº 4– Venda do Pinheiro, união de freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estevão, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo matricial n. º2074 – **proposta de atribuição do estado de conservação do nível 4 (quatro) – Bom**;

**- Processo 16.1.16/2019/236** - Imóvel sito em Rua Aquilino Ribeiro, n.º 6– Mafra, Freguesia de Mafra, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo matricial n. º2447 – constituído por 4 unidades de utilização independentes:

r/c Esq- proposta de atribuição do estado de conservação do nível 3 (três) – Médio;

r/c Dto- proposta de atribuição do estado de conservação do nível 2 (dois) – Mau;

1º Esq- proposta de atribuição do estado de conservação do nível 3 (três) – Médio;

1º Dto- proposta de atribuição do estado de conservação do nível 2 (dois) – Mau;

- **Processo 16.1.16/2019/269** - Imóvel sito em Rua do Chafariz, n.º 12- Chanca, união de freguesias de Azueira e Sobral da Abelheira, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo matricial n. º361 – **proposta de atribuição do estado de conservação do nível 1 (um) – Péssimo.**

**- Processo 16.1.16/2019/271** - Imóvel sito em Travessa do Jogo da Bola, nº 1A– Ericeira, Freguesia de Ericeira, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo matricial n. º 8817 – constituído por 3 frações:

r/c andar –fração E- proposta de atribuição do estado de conservação do nível 3 (três) – Médio;

1º andar –fração H- proposta de atribuição do estado de conservação do nível 3 (três) – Médio;

2º andar –fração I - proposta de atribuição do estado de conservação do nível 3 (três) – Médio;

No mesmo âmbito, foi solicitada a vistoria final após a intervenção de reabilitação onde se avaliou e confirmou nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 266-B/2012 de 31 de dezembro, para efeitos de licença de utilização e de concessão dos benefícios fiscais acima indicados, pelo que **se propõe que a Câmara Municipal delibere:**

# CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

**Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente**

**Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística**

1. **concordar com o estado de conservação proposto** para os seguintes imóveis no seguimento da vistoria realizada pela comissão de vistoria, e de **acordo com a Ficha de avaliação do nível de conservação de edifícios** em anexo:

   - **Processo 16.1.16/2017/72** - Imóvel sito em Rua Casal Monte de Leite, nº 18, Malveira, União de Freguesias de Malveira e S. Miguel de Alcainça, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo matricial n.º 389 – **proposta de atribuição do estado de conservação do nível 5 (cinco) – Excelente;**

2. Que o imóvel, por apresentar o requisito de subida de pelo menos dois níveis do estado de conservação e um nível de conservação final mínimo de bom, e face ao certificado energético entregue pelos proprietários onde o imóvel, após a intervenção de reabilitação, apresentam uma classe energética B, conforme fotocópias anexas, **é imóvel com reconhecimento de intervenção de reabilitação** nos termos da respetiva estratégia de reabilitação do município de Mafra;
3. Que o **imóvel relativo ao processo acima indicado é passível de usufruir**, dada a intervenção de reabilitação realizada, **dos benefícios fiscais** nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis **(IMI)** e de isenção do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis **(IMT)** tendo sido as obras iniciadas dentro do prazo de três anos a contar da data de aquisição e as obras sido concluídas ao abrigo do programa Mafra Requalifica 2018-2019.
4. Que o **imóvel é passível de usufruir**, por a intervenção de reabilitação ter sido realizada nos termos da respetiva estratégia de reabilitação do município de Mafra, **dos benefícios fiscais** nos termos do artº 71º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, **da dedução à coleta, em sede de IRS, dos encargos suportados pelo proprietário decorrentes da intervenção de reabilitação e tributação de mais-valias à taxa reduzida de 5%.**

X

Arquitecta

Mafra reQUALIFICA

Concordo. Proponho a atribuição do nível **1 (um) - Péssimo** ao imóvel abaixo indicado.

O Presidente da Câmara Municipal,

Hélder António Guerra de Sousa Silva

13/12/2019

301

# REABILITAÇÃO URBANA (DL N.º 307/2009, de 23 de Outubro, na sua redacção actual)

## Ficha de avaliação do nível de conservação de edifícios

(Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de Novembro)

### A. IDENTIFICAÇÃO

Rua/Av./Pc.: Rua Dr. Manuel Arriaga

Número: 31 Localidade: Ericeira Código postal:

Distrito: Lisboa Concelho: Mafra Freguesia: Ericeira

Artigo Matricial: 226 Fracção: Código SIG (facultativo):

### B. CARACTERIZAÇÃO

| N.º de pisos do edifício | N.º de unidades do edifício | Época de construção | Tipologia estrutural | N.º de divisões da unidade | Uso da unidade |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 1 | Anterior a 1951 | Alvenaria | I__I__I | Habitação |

### C. ANOMALIAS DE ELEMENTOS FUNCIONAIS

| | Anomalias | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Muito ligeiras (5) | Ligeiras (4) | Médias (3) | Graves (2) | Muito graves (1) | Não se aplica | Ponderação | Pontuação |
| Edifício | | | | | | | | |
| 1. Estrutura | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | | x 6 = | 6 |
| 2. Cobertura | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | | x 5 = | 5 |
| 3. Elementos salientes | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| Outras partes comuns | | | | | | | | |
| 4. Paredes | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 5. Revestimento de pavimentos | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 2 = | 0 |
| 6. Tectos | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 2 = | 0 |
| 7. Escadas | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 8. Caixilharia e portas | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 2 = | 0 |
| 9. Dispositivos de protecção contra queda | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 10. Instalação de distribuição de água | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 11. Instalação de drenagem de águas residuais | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 12. Instalação de gás | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 13. Instalação eléctrica e de iluminação | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 14. Instalação de telecomunicações e contra a intrusão | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 15. Instalação de ascensores | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 16. Instalação de segurança contra incêndio | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 17. Instalação de evacuação de lixo | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| Unidade | | | | | | | | |
| 18. Paredes exteriores | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | | x 5 = | 5 |
| 19. Paredes interiores | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 20. Revestimentos de pavimentos exteriores | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 2 = | 0 |
| 21. Revestimentos de pavimentos interiores | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | x 4 = | 4 |
| 22. Tectos | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 4 = | 0 |
| 23. Escadas | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 4 = | 0 |
| 24. Caixilharia e portas exteriores | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | x 5 = | 5 |
| 25. Caixilharia e portas interiores | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 26. Dispositivos de protecção de vãos exteriores | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 2 = | 0 |
| 27. Dispositivos de protecção contra queda | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 4 = | 0 |
| 28. Equipamento sanitário | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | x 3 = | 3 |
| 29. Equipamento de cozinha | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | x 3 = | 3 |
| 30. Instalação de distribuição de água | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | x 3 = | 3 |
| 31. Instalação de drenagem de águas residuais | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | x 3 = | 3 |
| 32. Instalação de gás | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 33. Instalação eléctrica | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | x 3 = | 3 |
| 34. Instalações de telecomunicações e contra a intrusão | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 35. Instalação de ventilação | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 2 = | 0 |
| 36. Instalação de climatização | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 2 = | 0 |
| 37. Instalação de segurança contra incêndio | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 2 = | 0 |

### D. DETERMINAÇÃO DO ÍNDICE DE ANOMALIAS

| | | | |
|---|---|---|---|
| Total das pontuações | (a) | | 40 |
| Total das ponderações atribuídas aos elementos funcionais aplicáveis | (b) | 40 | |
| Índice de anomalias | (a / b) | | 1,00 |

## E. DESCRIÇÃO DE SINTOMAS QUE MOTIVAM A ATRIBUIÇÃO DE NÍVEIS DE ANOMALIAS "GRAVES" E/OU "MUITO GRAVES"

| Número do elemento funcional | Relato síntese da anomalia | Identificação das fotografias ilustrativas |
|---|---|---|
| 1. Estrutura | Estrutura com significativa degradação, em ruína. | Fotos 1 a 6 |
| 2. Cobertura | Cobertura com colapso total. | Fotos 1 a 6 |
| 18. Paredes exteriores | Paredes exteriores com significativa degradação, em ruína. | Fotos 1 a 6 |
| 21. Revestimentos de pavimentos interiores | Revestimento de piso em falta ou muito degradado, permitindo o desenvolvimento de vegetação. | Fotos 1 a 6 |
| 24. Caixilharia e portas exteriores | Caixilharia ou portas inexistentes. | Fotos 1 a 6 |
| 28. Equipamento sanitário | Equipamento sanitário inexistente ou removida. | Fotos 1 a 6 |
| 29. Equipamento de cozinha | Equipamento de cozinha inexistente ou removido. | Fotos 1 a 6 |
| 30. Instalação de distribuição de água | Rede de distribuição de água inexistente ou removida. | Fotos 1 a 6 |
| 31. Instalação de drenagem de águas residuais | Rede de instalação de águas residuais inexistente ou removida. | Fotos 1 a 6 |
| 33. Instalação elétrica | Instalação elétrica inexistente ou removida. | Fotos 1 a 6 |

## F. AVALIAÇÃO

Com base na observação das condições presentes e visíveis no momento da vistoria e nos termos do artigo 6.º da Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de Novembro, declara-se que:

- O estado de conservação do locado é:

Excelente ☐ Bom ☐ Médio ☐ Mau ☐ Péssimo ☑

- O estado de conservação dos elementos funcionais 1 a 17 é _____ (a preencher apenas quando tenha sido pedida a avaliação da totalidade do prédio)
- Existem situações que constituem grave risco para a segurança e saúde públicas e/ou dos residentes:

Sim ☑ Não ☐

## G. Observações

Verificou-se que o edifício em questão encontra-se em ruínas.

Data de vistoria:
27/06/2019

Eng. Miriam Pombo

Arq. Homero Ferreira

Arq. Sara Martins

## NÍVEL DE CONSERVAÇÃO

Nos termos do disposto no artigo 5º do DL n.º 266-B/2012, de 31 de Dezembro e no artigo 6º da Portaria n.º1192-B/2006, de 3 de Novembro, declara-se que o locado possui o seguinte Nível de Conservação:

**1**

FOTO 1



FOTO 2




FOTO 3



FOTO 4



FOTO 5



FOTO 6



Mafra reQUALIFICA

Concordo. Proponho a atribuição do nível **4 (quatro) - Bom** ao imóvel abaixo indicado.

O Presidente da Câmara Municipal,

Hélder António Guerra de Sousa Silva

3 / 12 / 2019

# REABILITAÇÃO URBANA (DL N.º 307/2009, de 23 de Outubro, na sua redacção actual)

## Ficha de avaliação do nível de conservação de edifícios

(Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de Novembro)

### A. IDENTIFICAÇÃO

Rua/Av./Pc.: Rua Dr. António Osório Vaz

Número: 4 Localidade: Venda do Pinheiro Código postal:

Distrito: Lisboa Concelho: Mafra Freguesia: UF Venda do Pinheiro e Santo Estevão

Artigo Matricial: 2074 Fracção: Código SIG (facultativo):

### B. CARACTERIZAÇÃO

| N.º de pisos do edifício | N.º de unidades do edifício | Época de construção | Tipologia estrutural | N.º de divisões da unidade | Uso da unidade |
|---|---|---|---|---|---|
| 2 | 1 | 1951 a 1982 | Betão Armado | I__I__I | Habitação |

### C. ANOMALIAS DE ELEMENTOS FUNCIONAIS

| | Anomalias | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Muito ligeiras (5) | Ligeiras (4) | Médias (3) | Graves (2) | Muito graves (1) | Não se aplica | Ponderação | Pontuação |
| Edifício | | | | | | | | |
| 1. Estrutura | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | | x 6 = | 30 |
| 2. Cobertura | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | | x 5 = | 20 |
| 3. Elementos salientes | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 15 |
| Outras partes comuns | | | | | | | | |
| 4. Paredes | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 5. Revestimento de pavimentos | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 2 = | 0 |
| 6. Tectos | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 2 = | 0 |
| 7. Escadas | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 8. Caixilharia e portas | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 2 = | 0 |
| 9. Dispositivos de protecção contra queda | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 10. Instalação de distribuição de água | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 11. Instalação de drenagem de águas residuais | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 12. Instalação de gás | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 13. Instalação eléctrica e de iluminação | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 14. Instalação de telecomunicações e contra a intrusão | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 15. Instalação de ascensores | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 16. Instalação de segurança contra incêndio | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 17. Instalação de evacuação de lixo | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| Unidade | | | | | | | | |
| 18. Paredes exteriores | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | | x 5 = | 15 |
| 19. Paredes interiores | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 9 |
| 20. Revestimentos de pavimentos exteriores | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 2 = | 8 |
| 21. Revestimentos de pavimentos interiores | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 4 = | 16 |
| 22. Tectos | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 4 = | 16 |
| 23. Escadas | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 4 = | 20 |
| 24. Caixilharia e portas exteriores | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | x 5 = | 10 |
| 25. Caixilharia e portas interiores | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 15 |
| 26. Dispositivos de protecção de vãos exteriores | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 2 = | 10 |
| 27. Dispositivos de protecção contra queda | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 4 = | 20 |
| 28. Equipamento sanitário | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 15 |
| 29. Equipamento de cozinha | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 12 |
| 30. Instalação de distribuição de água | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 12 |
| 31. Instalação de drenagem de águas residuais | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 12 |
| 32. Instalação de gás | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 12 |
| 33. Instalação eléctrica | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 12 |
| 34. Instalações de telecomunicações e contra a intrusão | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 12 |
| 35. Instalação de ventilação | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 2 = | 10 |
| 36. Instalação de climatização | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 2 = | 10 |
| 37. Instalação de segurança contra incêndio | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 2 = | 0 |

### D. DETERMINAÇÃO DO ÍNDICE DE ANOMALIAS

| | | | |
|---|---|---|---|
| Total das pontuações | (a) | | 311 |
| Total das ponderações atribuídas aos elementos funcionais aplicáveis | (b) | 75 | |
| Índice de anomalias | (a / b) | | 4,15 |

**E. DESCRIÇÃO DE SINTOMAS QUE MOTIVAM A ATRIBUIÇÃO DE NÍVEIS DE ANOMALIAS "GRAVES" E/OU "MUITO GRAVES"**

| Número do elemento funcional | Relato síntese da anomalia | Identificação das fotografias ilustrativas |
|---|---|---|
| 24. Caixilharia e portas exteriores | Janela da cozinha com vidro partido e caixilharias com elementos deteriorados. | Fotos 1 e 2 |

**F. AVALIAÇÃO**

Com base na observação das condições presentes e visíveis no momento da vistoria e nos termos do artigo 6.º da Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de Novembro, declara-se que:

- O estado de conservação do locado é:

Excelente ☐ Bom ☑ Médio ☐ Mau ☐ Péssimo ☐

- O estado de conservação dos elementos funcionais 1 a 17 é _____ (a preencher apenas quando tenha sido pedida a avaliação da totalidade do prédio)

- Existem situações que constituem grave risco para a segurança e saúde públicas e/ou dos residentes:

Sim ☐ Não ☑

**G. Observações**

Data de vistoria:
16/09/2019

Eng. Miriam Pombo

Arq. Homero Ferreira

Arq. Sara Martins

**NÍVEL DE CONSERVAÇÃO**

Nos termos do disposto no artigo 5º do DL n.º 266-B/2012, de 31 de Dezembro e no artigo 6º da Portaria n.º1192-B/2006, de 3 de Novembro, declara-se que o locado possui o seguinte Nível de Conservação:

**4**

FOTO 1



FOTO 2



Mafra reQUALIFICA

Concordo. Proponho a atribuição do nível **3 (três) - Médio** ao imóvel abaixo indicado.

O Presidente da Câmara Municipal,

Hélder António Guerra de Sousa Silva

3 / 12 / 2019

368

# REABILITAÇÃO URBANA (DL N.º 307/2009, de 23 de Outubro, na sua redacção actual)

## Ficha de avaliação do nível de conservação de edifícios

(Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de Novembro)

### A. IDENTIFICAÇÃO

Rua/Av./Pc.: Rua Aquilino Ribeiro

Número: 6 Localidade: Mafra Código postal:

Distrito: Lisboa Concelho: Mafra Freguesia: Mafra

Artigo Matricial: 2447 Fracção: R/C_E Código SIG (facultativo):

### B. CARACTERIZAÇÃO

| N.º de pisos do edifício | N.º de unidades do edifício | Época de construção | Tipologia estrutural | N.º de divisões da unidade | Uso da unidade |
|---|---|---|---|---|---|
| 2 | 4 | 1951-1982 | Betão Armado | I__I__I | Habitação |

### C. ANOMALIAS DE ELEMENTOS FUNCIONAIS

| | Anomalias | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Muito ligeiras (5) | Ligeiras (4) | Médias (3) | Graves (2) | Muito graves (1) | Não se aplica | Ponderação | Pontuação |
| Edifício | | | | | | | | |
| 1. Estrutura | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | | x 6 = | 18 |
| 2. Cobertura | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | | x 5 = | 20 |
| 3. Elementos salientes | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 12 |
| Outras partes comuns | | | | | | | | |
| 4. Paredes | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | x 3 = | 6 |
| 5. Revestimento de pavimentos | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 2 = | 6 |
| 6. Tectos | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 2 = | 0 |
| 7. Escadas | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 8. Caixilharia e portas | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 2 = | 6 |
| 9. Dispositivos de protecção contra queda | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 10. Instalação de distribuição de água | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 11. Instalação de drenagem de águas residuais | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 12. Instalação de gás | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 13. Instalação eléctrica e de iluminação | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 14. Instalação de telecomunicações e contra a intrusão | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 15. Instalação de ascensores | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 16. Instalação de segurança contra incêndio | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 17. Instalação de evacuação de lixo | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| Unidade | | | | | | | | |
| 18. Paredes exteriores | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | | x 5 = | 10 |
| 19. Paredes interiores | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | x 3 = | 6 |
| 20. Revestimentos de pavimentos exteriores | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 2 = | 0 |
| 21. Revestimentos de pavimentos interiores | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 4 = | 12 |
| 22. Tectos | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 4 = | 12 |
| 23. Escadas | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 4 = | 0 |
| 24. Caixilharia e portas exteriores | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 5 = | 20 |
| 25. Caixilharia e portas interiores | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | x 3 = | 6 |
| 26. Dispositivos de protecção de vãos exteriores | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 2 = | 8 |
| 27. Dispositivos de protecção contra queda | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 4 = | 0 |
| 28. Equipamento sanitário | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 12 |
| 29. Equipamento de cozinha | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 9 |
| 30. Instalação de distribuição de água | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 9 |
| 31. Instalação de drenagem de águas residuais | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 9 |
| 32. Instalação de gás | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 33. Instalação eléctrica | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 9 |
| 34. Instalações de telecomunicações e contra a intrusão | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 35. Instalação de ventilação | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 2 = | 6 |
| 36. Instalação de climatização | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 2 = | 0 |
| 37. Instalação de segurança contra incêndio | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 2 = | 0 |

### D. DETERMINAÇÃO DO ÍNDICE DE ANOMALIAS

| | | | |
|---|---|---|---|
| Total das pontuações | (a) | | 196 |
| Total das ponderações atribuídas aos elementos funcionais aplicáveis | (b) | 64 | |
| Índice de anomalias | (a / b) | | 3,06 |

**E. DESCRIÇÃO DE SINTOMAS QUE MOTIVAM A ATRIBUIÇÃO DE NÍVEIS DE ANOMALIAS "GRAVES" E/OU "MUITO GRAVES"**

| Número do elemento funcional | Relato síntese da anomalia | Identificação das fotografias ilustrativas |
|---|---|---|
| 4. Paredes | Revestimentos de protecção de paredes em falta, destacados, empolados, partidos ou em degradação em grandes áreas, exigindo substituição ou reparação parcial. Muro de logradouro com fractura e destacamento de elementos. | Fotos 1 a 5 |
| 18. Paredes exteriores | Revestimentos de protecção de paredes em falta, destacados, empolados, partidos ou em degradação em grandes áreas, exigindo substituição ou reparação parcial. | Fotos 1 a 8 |
| 19. Paredes interiores | Revestimentos em falta, destacados, empolados, partidos ou em degradação em grandes áreas, exigindo substituição ou reparação parcial. | Fotos 9 a 12 |
| 25. Caixilharia e portas interiores | Portas ou aros com elementos deteriorados ou removidos, com dispositivos de manipulação inoperacionais, com revestimentos em falta, destacados, empolados, sujos, com alteração de cor e/ou texturas em grandes áreas. | Fotos 13 a 15 |

**F. AVALIAÇÃO**

Com base na observação das condições presentes e visíveis no momento da vistoria e nos termos do artigo 6.º da Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de Novembro, declara-se que:

- O estado de conservação do locado é:

Excelente ☐ Bom ☐ Médio ☑ Mau ☐ Péssimo ☐

- O estado de conservação dos elementos funcionais 1 a 17 é _____ (a preencher apenas quando tenha sido pedida a avaliação da totalidade do prédio)
- Existem situações que constituem grave risco para a segurança e saúde públicas e/ou dos residentes:

Sim ☐ Não ☑

**G. Observações**

Verificou-se que no referido prédio urbano é composto por 2 pisos, destinado a 4 locatários e com quintal.
Na presente ficha foram avaliados os espaços da fração afeta ao R/C Esquerdo e os respetivos espaços comuns.

Data de vistoria:
20/08/2019

Eng. Miriam Pombo

Arq. Sara Martins

Arq. Vitor Alfaro

**NÍVEL DE CONSERVAÇÃO**

Nos termos do disposto no artigo 5º do DL n.º 266-B/2012, de 31 de Dezembro e no artigo 6º da Portaria n.º1192-B/2006, de 3 de Novembro, declara-se que o locado possui o seguinte Nível de Conservação:

**3**

FOTO 1



FOTO 2



FOTO 3



FOTO 4



FOTO 5




FOTO 6

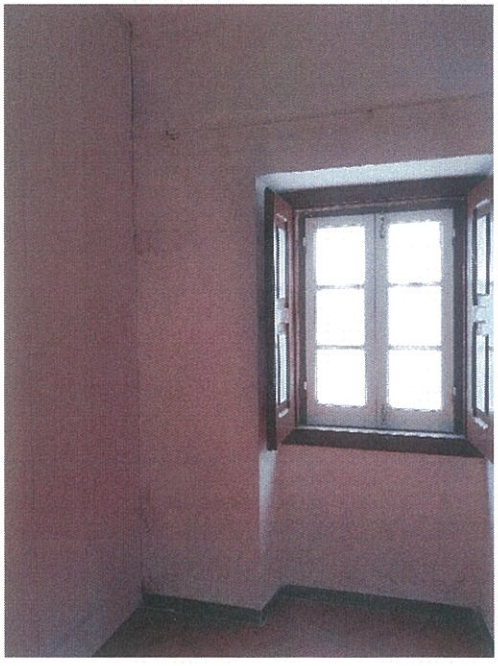


FOTO 7



FOTO 8



FOTO 9



FOTO 10

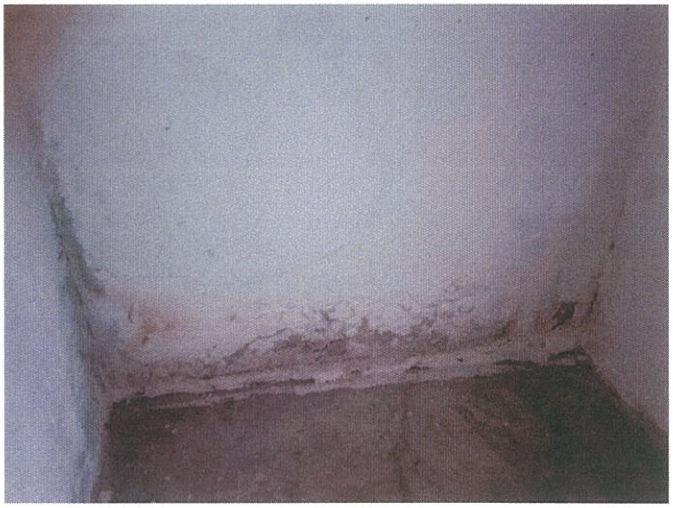


FOTO 11



FOTO 12



FOTO 13



FOTO 14



FOTO 15



Mafra reQUALIFICA

Concordo. Proponho a atribuição do nível **2 (dois) - Mau** ao imóvel abaixo indicado.

O Presidente da Câmara Municipal,

Hélder António Guerra de Sousa Silva

3 / 12 / 2019

379

# REABILITAÇÃO URBANA (DL N.º 307/2009, de 23 de Outubro, na sua redacção actual)

## Ficha de avaliação do nível de conservação de edifícios

(Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de Novembro)

### A. IDENTIFICAÇÃO

Rua/Av./Pc.: Rua Aquilino Ribeiro

Número: 6 Localidade: Mafra Código postal:

Distrito: Lisboa Concelho: Mafra Freguesia: Mafra

Artigo Matricial: 2447 Fracção: R/C_D Código SIG (facultativo):

### B. CARACTERIZAÇÃO

| N.º de pisos do edifício | N.º de unidades do edifício | Época de construção | Tipologia estrutural | N.º de divisões da unidade | Uso da unidade |
|---|---|---|---|---|---|
| 2 | 4 | 1951-1982 | Betão Armado | I__I__I | Habitação |

### C. ANOMALIAS DE ELEMENTOS FUNCIONAIS

| | Anomalias | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Muito ligeiras (5) | Ligeiras (4) | Médias (3) | Graves (2) | Muito graves (1) | Não se aplica | Ponderação | Pontuação |
| Edifício | | | | | | | | |
| 1. Estrutura | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | | x 6 = | 18 |
| 2. Cobertura | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | | x 5 = | 20 |
| 3. Elementos salientes | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 12 |
| Outras partes comuns | | | | | | | | |
| 4. Paredes | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | x 3 = | 6 |
| 5. Revestimento de pavimentos | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 2 = | 6 |
| 6. Tectos | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 2 = | 0 |
| 7. Escadas | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 8. Caixilharia e portas | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | x 2 = | 2 |
| 9. Dispositivos de protecção contra queda | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 10. Instalação de distribuição de água | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 11. Instalação de drenagem de águas residuais | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 12. Instalação de gás | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 13. Instalação eléctrica e de iluminação | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 14. Instalação de telecomunicações e contra a intrusão | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 15. Instalação de ascensores | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 16. Instalação de segurança contra incêndio | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 17. Instalação de evacuação de lixo | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| Unidade | | | | | | | | |
| 18. Paredes exteriores | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | | x 5 = | 10 |
| 19. Paredes interiores | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | x 3 = | 3 |
| 20. Revestimentos de pavimentos exteriores | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 2 = | 0 |
| 21. Revestimentos de pavimentos interiores | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | x 4 = | 4 |
| 22. Tectos | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | x 4 = | 8 |
| 23. Escadas | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 4 = | 0 |
| 24. Caixilharia e portas exteriores | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | x 5 = | 5 |
| 25. Caixilharia e portas interiores | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | x 3 = | 3 |
| 26. Dispositivos de protecção de vãos exteriores | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 2 = | 6 |
| 27. Dispositivos de protecção contra queda | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 4 = | 0 |
| 28. Equipamento sanitário | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 12 |
| 29. Equipamento de cozinha | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | x 3 = | 6 |
| 30. Instalação de distribuição de água | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 9 |
| 31. Instalação de drenagem de águas residuais | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 9 |
| 32. Instalação de gás | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 33. Instalação eléctrica | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | x 3 = | 3 |
| 34. Instalações de telecomunicações e contra a intrusão | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 35. Instalação de ventilação | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 2 = | 6 |
| 36. Instalação de climatização | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 2 = | 0 |
| 37. Instalação de segurança contra incêndio | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 2 = | 0 |

### D. DETERMINAÇÃO DO ÍNDICE DE ANOMALIAS

| | | | |
|---|---|---|---|
| Total das pontuações | (a) | | 148 |
| Total das ponderações atribuídas aos elementos funcionais aplicáveis | (b) | 64 | |
| Índice de anomalias | (a / b) | | 2,31 |

**E. DESCRIÇÃO DE SINTOMAS QUE MOTIVAM A ATRIBUIÇÃO DE NÍVEIS DE ANOMALIAS "GRAVES" E/OU "MUITO GRAVES"**

| Número do elemento funcional | Relato síntese da anomalia | Identificação das fotografias ilustrativas |
|---|---|---|
| 4. Paredes | Revestimentos de protecção de paredes em falta, destacados, empolados, partidos ou em degradação em grandes áreas, exigindo substituição ou reparação parcial. Muro de logradouro com fractura e destacamento e deslocamento de elementos. | Fotos 1 a 5 |
| 8. Caixilharia e portas | Portões em falta ou removidos, permitindo a intrusão indesejada de pessoas e animais no logradouro. | Fotos 3, 4 e 6 |
| 18. Paredes exteriores | Revestimentos de protecção de paredes em falta, destacados, empolados, partidos ou em degradação em grandes áreas, exigindo substituição ou reparação parcial. | Fotos 1, 2, 7 e 8 |
| 19. Paredes interiores | Revestimentos em falta, destacados, empolados, partidos ou em degradação em grandes áreas, exigindo substituição ou reparação parcial. | Fotos 7, 9 a 14 |
| 21. Revestimentos de pavimentos interiores | Revestimentos de piso em falta, soltos, empolados ou em degradação em grandes áreas, exigindo substituição total. | Fotos 9 a 12 e 14 a 18 |
| 22. Tectos | Tecto com destacamento do revestimento e manchas de humidade devido a infiltrações ou condensações em grandes áreas. | Fotos 7, 13 e 19 |
| 24. Caixilharia e portas exteriores | Caixilharia ou portas com muitos vidros partidos ou removidos, ou outras anomalias que motivam a falta de estanquidade à água da chuva e excessiva permeabilidade ao ar. | Fotos 8 e 21 a 23 |
| 25. Caixilharia e portas interiores | Portas ou aros com elementos deteriorados ou removidos, com dispositivos de manipulação inoperacionais, com revestimentos em falta, destacados, empolados, sujos, com alteração de cor e/ou texturas em grandes áreas. | Fotos 24 e 25 |
| 29. Equipamento de cozinha | Armário de cozinha com falta de portas e com o revestimento bastante danificado. | Fotos 26 e 27 |
| 33. Instalação eléctrica | Caixas de tomada partida e com terminais em tensão expostos. Aparelhagem elétrica partida, inoperacional, com troços removidos ou deteriorados. | Fotos 9, 11, 15, 19, 28 e 29 |

**F. AVALIAÇÃO**

Com base na observação das condições presentes e visíveis no momento da vistoria e nos termos do artigo 6.º da Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de Novembro, declara-se que:

- O estado de conservação do locado é:

Excelente ☐ Bom ☐ Médio ☐ Mau ☑ Péssimo ☐

- O estado de conservação dos elementos funcionais 1 a 17 é _____ (a preencher apenas quando tenha sido pedida a avaliação da totalidade do prédio)

- Existem situações que constituem grave risco para a segurança e saúde públicas e/ou dos residentes:

Sim ☐ Não ☑

**G. Observações**

Verificou-se que no referido prédio urbano é composto por 2 pisos, destinado a 4 locatários e com quintal.
Na presente ficha foram avaliados os espaços da fração afeta ao R/C direito e os respetivos espaços comuns.

Data de vistoria:
20/08/2019

Eng. Miriam Pombo

Arq. Sara Martins

Arq. Vitor Alfaro

**NÍVEL DE CONSERVAÇÃO**

Nos termos do disposto no artigo 5º do DL n.º 266-B/2012, de 31 de Dezembro e no artigo 6º da Portaria n.º1192-B/2006, de 3 de Novembro, declara-se que o locado possui o seguinte Nível de Conservação:

**2**

FOTO 1



FOTO 2



FOTO 3



FOTO 4



FOTO 5

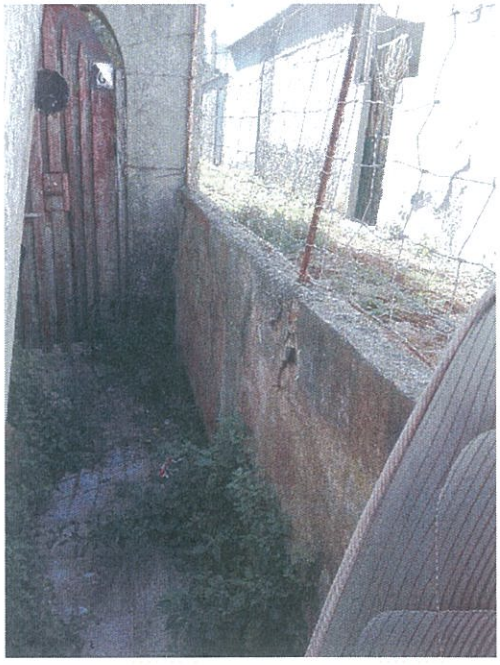


FOTO 6



FOTO 7



FOTO 8



FOTO 9



FOTO 10



FOTO 11



FOTO 12



FOTO 13



FOTO 14



FOTO 15



FOTO 16



FOTO 17



FOTO 18



FOTO 19



FOTO 20



FOTO 21

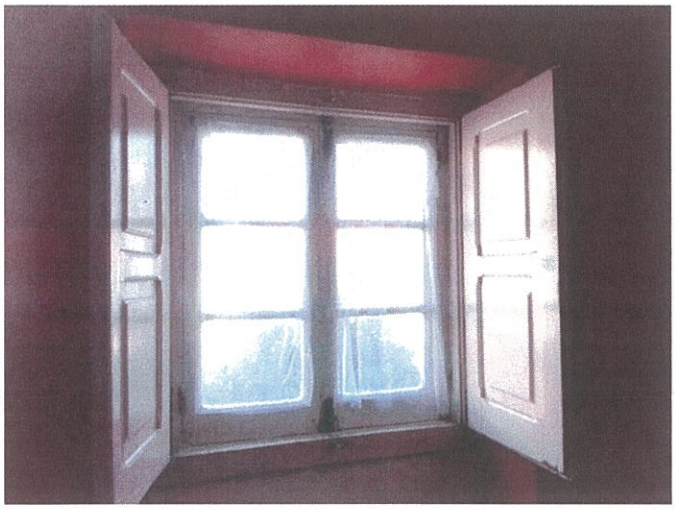


FOTO 22

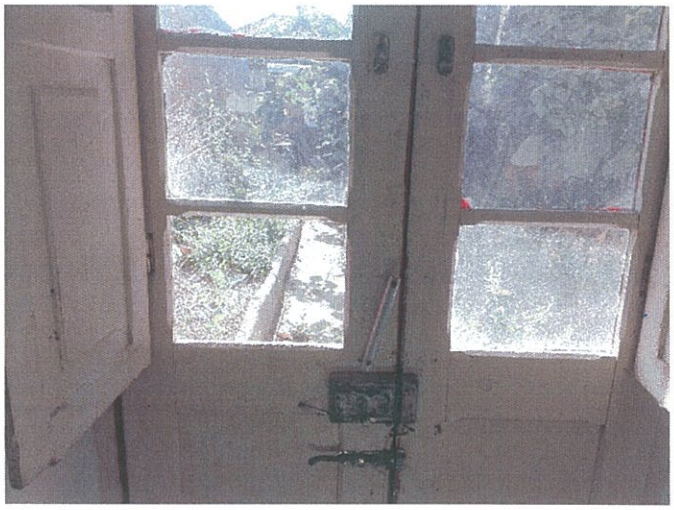


FOTO 23

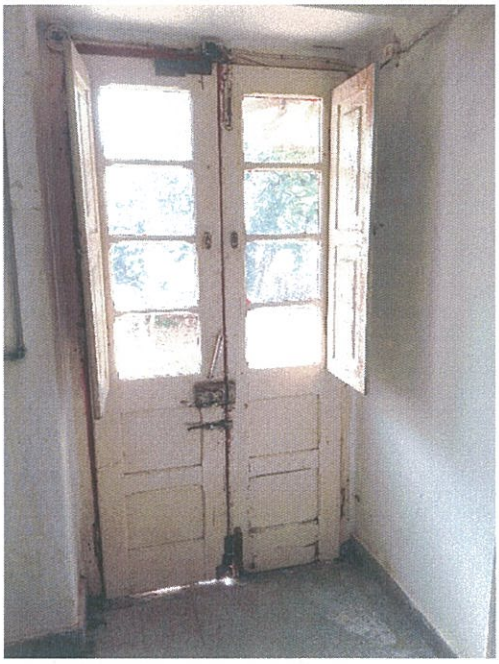


FOTO 24



FOTO 25



FOTO 26



FOTO 27



FOTO 28

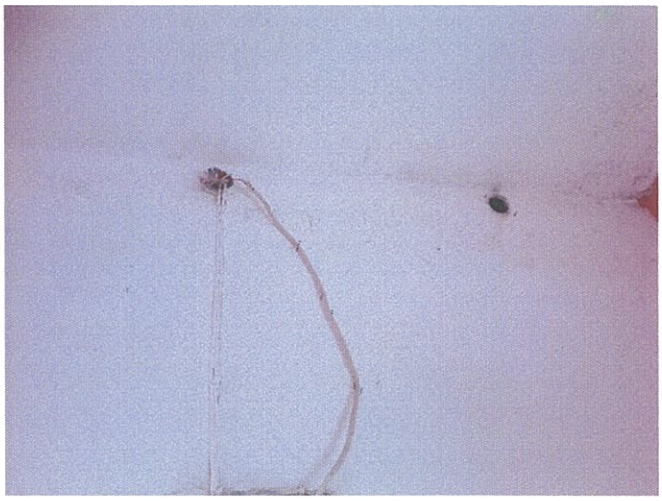


FOTO 29



Mafra reQUALIFICA

Concordo. Proponho a atribuição do nível **3 (três) - Médio** ao imóvel abaixo indicado.

O Presidente da Câmara Municipal,

Hélder António Guerra de Sousa Silva

3/12/2019

# REABILITAÇÃO URBANA (DL N.º 307/2009, de 23 de Outubro, na sua redacção actual)

## Ficha de avaliação do nível de conservação de edifícios

(Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de Novembro)

### A. IDENTIFICAÇÃO

Rua/Av./Pc.: Rua Aquilino Ribeiro

Número: 6 Localidade: Mafra Código postal:

Distrito: Lisboa Concelho: Mafra Freguesia: Mafra

Artigo Matricial: 2447 Fracção: 1º_E Código SIG (facultativo):

### B. CARACTERIZAÇÃO

| N.º de pisos do edifício | N.º de unidades do edifício | Época de construção | Tipologia estrutural | N.º de divisões da unidade | Uso da unidade |
|---|---|---|---|---|---|
| 2 | 4 | 1951-1982 | Betão Armado | I__I__I | Habitação |

### C. ANOMALIAS DE ELEMENTOS FUNCIONAIS

| | Anomalias | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Muito ligeiras (5) | Ligeiras (4) | Médias (3) | Graves (2) | Muito graves (1) | Não se aplica | Ponderação | Pontuação |
| Edifício | | | | | | | | |
| 1. Estrutura | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | | x 6 = | 18 |
| 2. Cobertura | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | | x 5 = | 20 |
| 3. Elementos salientes | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 12 |
| Outras partes comuns | | | | | | | | |
| 4. Paredes | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | x 3 = | 6 |
| 5. Revestimento de pavimentos | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 2 = | 6 |
| 6. Tectos | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 2 = | 0 |
| 7. Escadas | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 8. Caixilharia e portas | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 2 = | 6 |
| 9. Dispositivos de protecção contra queda | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 10. Instalação de distribuição de água | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 11. Instalação de drenagem de águas residuais | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 12. Instalação de gás | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 13. Instalação eléctrica e de iluminação | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 14. Instalação de telecomunicações e contra a intrusão | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 15. Instalação de ascensores | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 16. Instalação de segurança contra incêndio | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 17. Instalação de evacuação de lixo | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| Unidade | | | | | | | | |
| 18. Paredes exteriores | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | | x 5 = | 10 |
| 19. Paredes interiores | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 9 |
| 20. Revestimentos de pavimentos exteriores | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 2 = | 6 |
| 21. Revestimentos de pavimentos interiores | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 4 = | 12 |
| 22. Tectos | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 4 = | 12 |
| 23. Escadas | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 4 = | 12 |
| 24. Caixilharia e portas exteriores | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 5 = | 15 |
| 25. Caixilharia e portas interiores | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | x 3 = | 6 |
| 26. Dispositivos de protecção de vãos exteriores | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 2 = | 8 |
| 27. Dispositivos de protecção contra queda | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 4 = | 16 |
| 28. Equipamento sanitário | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 9 |
| 29. Equipamento de cozinha | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 12 |
| 30. Instalação de distribuição de água | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 9 |
| 31. Instalação de drenagem de águas residuais | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 9 |
| 32. Instalação de gás | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | x 3 = | 3 |
| 33. Instalação eléctrica | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 12 |
| 34. Instalações de telecomunicações e contra a intrusão | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 35. Instalação de ventilação | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 2 = | 8 |
| 36. Instalação de climatização | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 2 = | 0 |
| 37. Instalação de segurança contra incêndio | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 2 = | 0 |

### D. DETERMINAÇÃO DO ÍNDICE DE ANOMALIAS

| | | | |
|---|---|---|---|
| Total das pontuações | (a) | | 236 |
| Total das ponderações atribuídas aos elementos funcionais aplicáveis | (b) | 77 | |
| Índice de anomalias | (a / b) | | 3,06 |

**E. DESCRIÇÃO DE SINTOMAS QUE MOTIVAM A ATRIBUIÇÃO DE NÍVEIS DE ANOMALIAS "GRAVES" E/OU "MUITO GRAVES"**

| Número do elemento funcional | Relato síntese da anomalia | Identificação das fotografias ilustrativas |
|---|---|---|
| 4. Paredes | Revestimentos de protecção de paredes em falta, destacados, empolados, partidos ou em degradação em grandes áreas, exigindo substituição ou reparação parcial. Muro de logradouro com fractura e destacamento de elementos. | Fotos 1 a 4 |
| 18. Paredes exteriores | Revestimentos de protecção de paredes em falta, destacados, empolados, partidos ou em degradação em grandes áreas, exigindo substituição ou reparação parcial. | Fotos 1 a 6 |
| 25. Caixilharia e portas interiores | Portas ou aros com elementos deteriorados ou removidos, com dispositivos de manipulação inoperacionais, com revestimentos em falta, destacados, empolados, sujos, com alteração de cor e/ou texturas em grandes áreas. Porta da instalação sanitária empenada. | Fotos 7 e 8 |
| 32. Instalação de gás | Tubo flexível utilizado entre a garrafa de gás e aparelho fora de validade, desde 01/2017. | Foto 9 |

**F. AVALIAÇÃO**

Com base na observação das condições presentes e visíveis no momento da vistoria e nos termos do artigo 6.º da Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de Novembro, declara-se que:

- O estado de conservação do locado é:

Excelente ☐ Bom ☐ Médio ☑ Mau ☐ Péssimo ☐

- O estado de conservação dos elementos funcionais 1 a 17 é _____ (a preencher apenas quando tenha sido pedida a avaliação da totalidade do prédio)
- Existem situações que constituem grave risco para a segurança e saúde públicas e/ou dos residentes:

Sim ☐ Não ☑

**G. Observações**

Verificou-se que no referido prédio urbano é composto por 2 pisos, destinado a 4 locatários e com quintal.
Na presente ficha foram avaliados os espaços da fração afeta ao 1º Esquerdo e os respetivos espaços comuns.

Data de vistoria:
20/08/2019

Eng. Miriam Pombo

Arq. Sara Martins

Arq. Vitor Alfaro

**NÍVEL DE CONSERVAÇÃO**

Nos termos do disposto no artigo 5º do DL n.º 266-B/2012, de 31 de Dezembro e no artigo 6º da Portaria n.º1192-B/2006, de 3 de Novembro, declara-se que o locado possui o seguinte Nível de Conservação:

**3**

FOTO 1



FOTO 2



FOTO 3



FOTO 4



FOTO 5



FOTO 6



FOTO 7

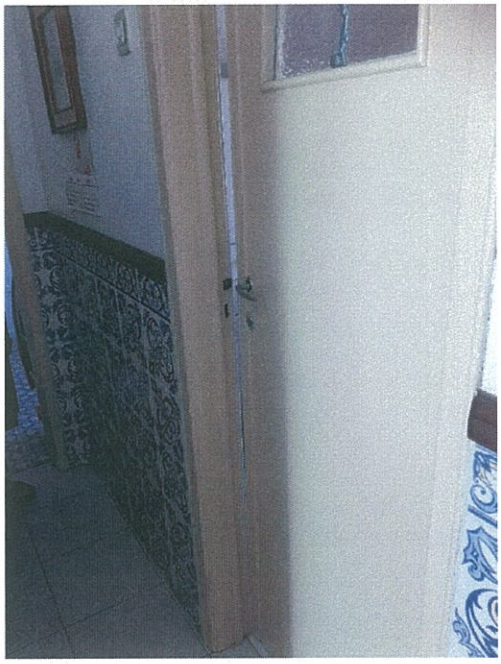


FOTO 8

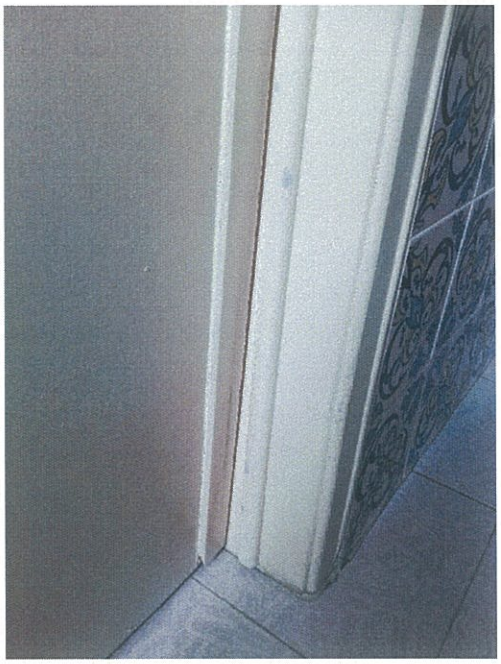
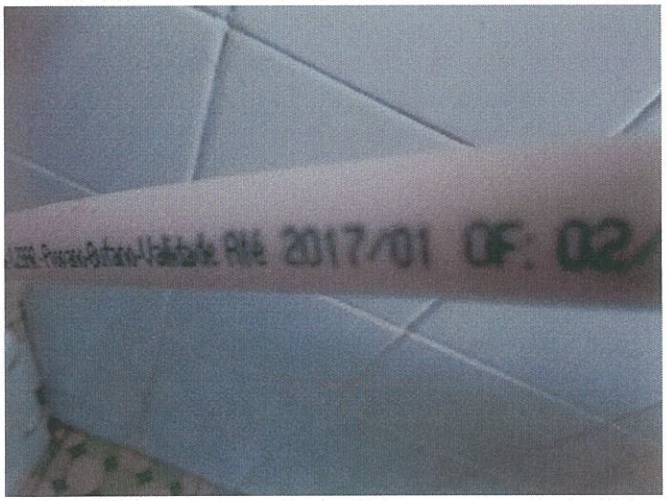


FOTO 9



Mafra reQUALIFICA

Concordo. Proponho a atribuição do nível **2 (dois) - Mau** ao imóvel abaixo indicado.

O Presidente da Câmara Municipal,

Hélder António Guerra de Sousa Silva

3 / 12 / 2019

382

# REABILITAÇÃO URBANA (DL N.º 307/2009, de 23 de Outubro, na sua redacção actual)

## Ficha de avaliação do nível de conservação de edifícios

(Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de Novembro)

### A. IDENTIFICAÇÃO

Rua/Av./Pc.: Rua Aquilino Ribeiro

Número: 6 Localidade: Mafra Código postal:

Distrito: Lisboa Concelho: Mafra Freguesia: Mafra

Artigo Matricial: 2447 Fracção: 1º_D Código SIG (facultativo):

### B. CARACTERIZAÇÃO

| N.º de pisos do edifício | N.º de unidades do edifício | Época de construção | Tipologia estrutural | N.º de divisões da unidade | Uso da unidade |
|---|---|---|---|---|---|
| 2 | 4 | 1951-1982 | Betão Armado | I__I__I | Habitação |

### C. ANOMALIAS DE ELEMENTOS FUNCIONAIS

| | Anomalias | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Muito ligeiras (5) | Ligeiras (4) | Médias (3) | Graves (2) | Muito graves (1) | Não se aplica | Ponderação | Pontuação |
| Edifício | | | | | | | | |
| 1. Estrutura | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | | x 6 = | 18 |
| 2. Cobertura | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | | x 5 = | 20 |
| 3. Elementos salientes | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 12 |
| Outras partes comuns | | | | | | | | |
| 4. Paredes | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | x 3 = | 6 |
| 5. Revestimento de pavimentos | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 2 = | 6 |
| 6. Tectos | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 2 = | 0 |
| 7. Escadas | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 8. Caixilharia e portas | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | x 2 = | 2 |
| 9. Dispositivos de protecção contra queda | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 10. Instalação de distribuição de água | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 11. Instalação de drenagem de águas residuais | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 12. Instalação de gás | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 13. Instalação eléctrica e de iluminação | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 14. Instalação de telecomunicações e contra a intrusão | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 15. Instalação de ascensores | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 16. Instalação de segurança contra incêndio | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 17. Instalação de evacuação de lixo | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| Unidade | | | | | | | | |
| 18. Paredes exteriores | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | | x 5 = | 10 |
| 19. Paredes interiores | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | x 3 = | 3 |
| 20. Revestimentos de pavimentos exteriores | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 2 = | 6 |
| 21. Revestimentos de pavimentos interiores | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | x 4 = | 8 |
| 22. Tectos | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | x 4 = | 8 |
| 23. Escadas | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | x 4 = | 8 |
| 24. Caixilharia e portas exteriores | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | x 5 = | 5 |
| 25. Caixilharia e portas interiores | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | x 3 = | 6 |
| 26. Dispositivos de protecção de vãos exteriores | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 2 = | 6 |
| 27. Dispositivos de protecção contra queda | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 4 = | 12 |
| 28. Equipamento sanitário | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 9 |
| 29. Equipamento de cozinha | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 9 |
| 30. Instalação de distribuição de água | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 9 |
| 31. Instalação de drenagem de águas residuais | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | x 3 = | 6 |
| 32. Instalação de gás | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | x 3 = | 3 |
| 33. Instalação eléctrica | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | x 3 = | 3 |
| 34. Instalações de telecomunicações e contra a intrusão | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 35. Instalação de ventilação | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 2 = | 6 |
| 36. Instalação de climatização | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 2 = | 0 |
| 37. Instalação de segurança contra incêndio | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 2 = | 0 |

### D. DETERMINAÇÃO DO ÍNDICE DE ANOMALIAS

| | | | |
|---|---|---|---|
| Total das pontuações | (a) | | 181 |
| Total das ponderações atribuídas aos elementos funcionais aplicáveis | (b) | 77 | |
| Índice de anomalias | (a / b) | | 2,35 |

## E. DESCRIÇÃO DE SINTOMAS QUE MOTIVAM A ATRIBUIÇÃO DE NÍVEIS DE ANOMALIAS "GRAVES" E/OU "MUITO GRAVES"

| Número do elemento funcional | Relato síntese da anomalia | Identificação das fotografias ilustrativas |
|---|---|---|
| 4. Paredes | Revestimentos de protecção de paredes em falta, destacados, empolados, partidos ou em degradação em grandes áreas, exigindo substituição ou reparação parcial. Muro de logradouro com fractura e destacamento e deslocamento de elementos. | Fotos 1 a 5 |
| 8. Caixilharia e portas | Portões em falta ou removidos, permitindo a intrusão indesejada de pessoas e animais no logradouro. | Fotos 3, 4 e 6 |
| 18. Paredes exteriores | Revestimentos de protecção de paredes em falta, destacados, empolados, partidos ou em degradação em grandes áreas, exigindo substituição ou reparação parcial. | Fotos 1, 2, 7 a 10 e 17 |
| 19. Paredes interiores | Revestimentos em falta, destacados, empolados, partidos ou em degradação em grandes áreas, exigindo substituição ou reparação parcial. | Fotos 8, 10 a 12, 15 a 17 |
| 21. Revestimentos de pavimentos interiores | Revestimentos de piso em falta, soltos, empolados ou em degradação em grandes áreas, exigindo substituição total. | Fotos 13 a 15 |
| 22. Tectos | Tecto com destacamento do revestimento e manchas de humidade devido a infiltrações ou condensações. | Fotos 8, 10, 16 e 17 |
| 23. Escadas | Revestimento de protecção de escadas em falta, destacados, partidos ou em desagregação em grandes áreas, exigindo substituição ou reparação parcial. | Fotos 18 e 19 |
| 24. Caixilharia e portas exteriores | Caixilharia ou portas com muitos vidros partidos ou removidos, ou outras anomalias que motivam a falta de estanquidade à água da chuva e excessiva permeabilidade ao ar. | Fotos 20 a 22 |
| 25. Caixilharia e portas interiores | Porta da instalação sanitária empenada, motivando o funcionamento muito deficiente. Outras portas com elementos deteriorados ou removidos, com dispositivos de manipulação inoperacionais, com revestimentos em falta, destacados, empolados, sujos, com alteração de cor e/ou texturas em grandes áreas. | Fotos 12, 23 e 24 |
| 31. Instalação de drenagem de águas residuais | Drenagem da máquina de lavar roupa a descarregar para sanita. | Foto 27 |
| 32. Instalação de gás | Tubo flexível utilizado entre a garrafa de gás e aparelho fora de validade, desde 09/2007. Extensão eléctrica apoiada em botija do gás. | Fotos 25 e 26 |
| 33. Instalação eléctrica | Caixa de tomada partida e com terminais em tensão expostos. Aparelhagem elétrica partida, inoperacional, com troços removidos ou deteriorados. | Fotos 12 e 28 |

## F. AVALIAÇÃO

Com base na observação das condições presentes e visíveis no momento da vistoria e nos termos do artigo 6.º da Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de Novembro, declara-se que:

- O estado de conservação do locado é:

Excelente ☐ Bom ☐ Médio ☐ Mau ☑ Péssimo ☐

- O estado de conservação dos elementos funcionais 1 a 17 é _____ (a preencher apenas quando tenha sido pedida a avaliação da totalidade do prédio)
- Existem situações que constituem grave risco para a segurança e saúde públicas e/ou dos residentes:

Sim ☐ Não ☑

**G. Observações**

Verificou-se que no referido prédio urbano é composto por 2 pisos, destinado a 4 locatários e com quintal.
Na presente ficha foram avaliados os espaços da fração afeta ao 1º Andar direito e os respetivos espaços comuns.

Data de vistoria:
20/08/2019

Eng. Miriam Pombo

Arq. Sara Martins

Arq. Vitor Alfaro

**NÍVEL DE CONSERVAÇÃO**

Nos termos do disposto no artigo 5º do DL n.º 266-B/2012, de 31 de Dezembro e no artigo 6º da Portaria n.º1192-B/2006, de 3 de Novembro, declara-se que o locado possui o seguinte Nível de Conservação:

**2**

FOTO 1



FOTO 2



FOTO 3



FOTO 4



FOTO 5

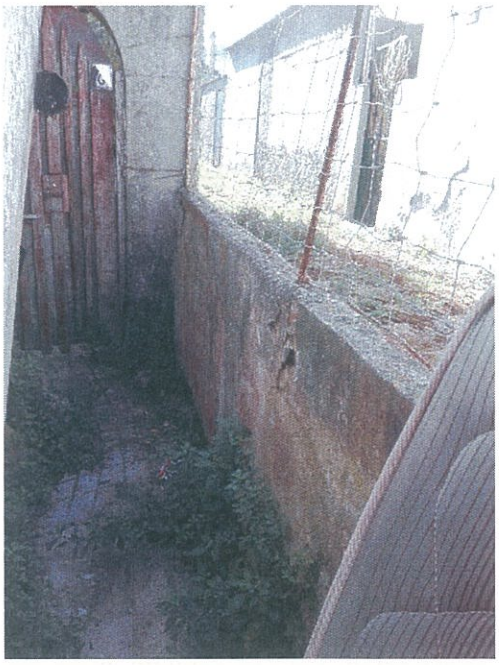


FOTO 6



FOTO 7



FOTO 8



FOTO 9



FOTO 10



FOTO 11

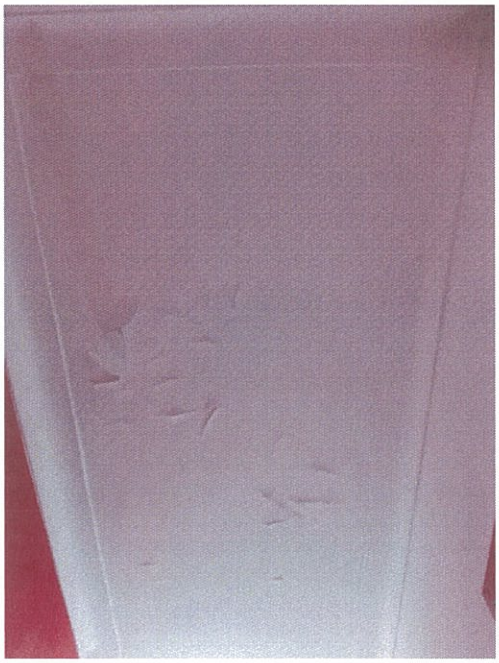


FOTO 12



FOTO 13



FOTO 14



FOTO 15



FOTO 16



FOTO 17

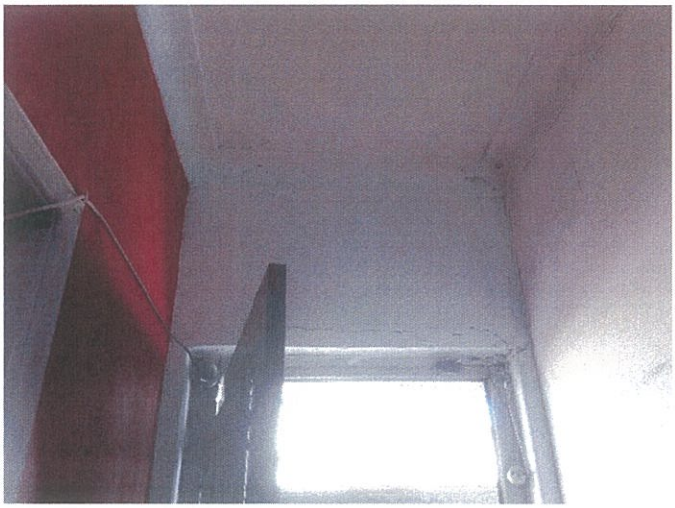


FOTO 18



FOTO 19



FOTO 20

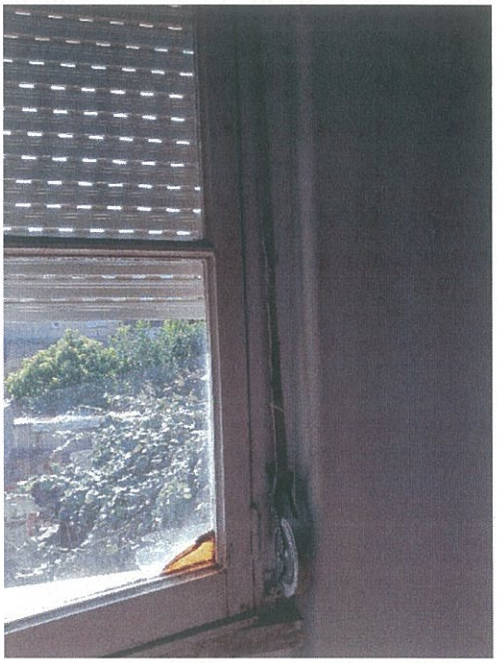


FOTO 21

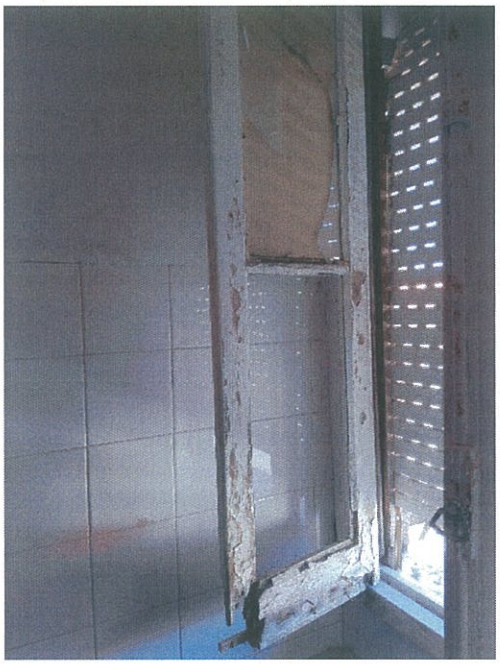


FOTO 22

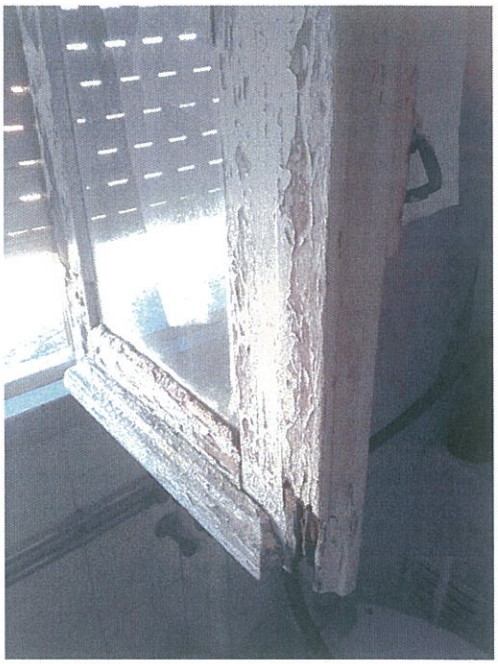


FOTO 23



FOTO 24

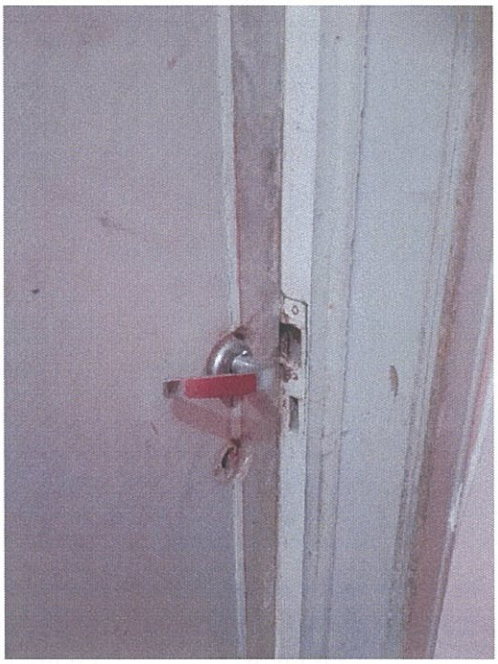


FOTO 25



FOTO 26

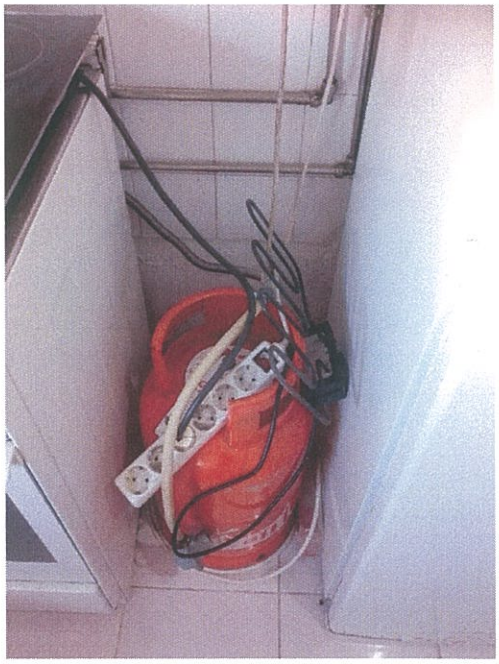
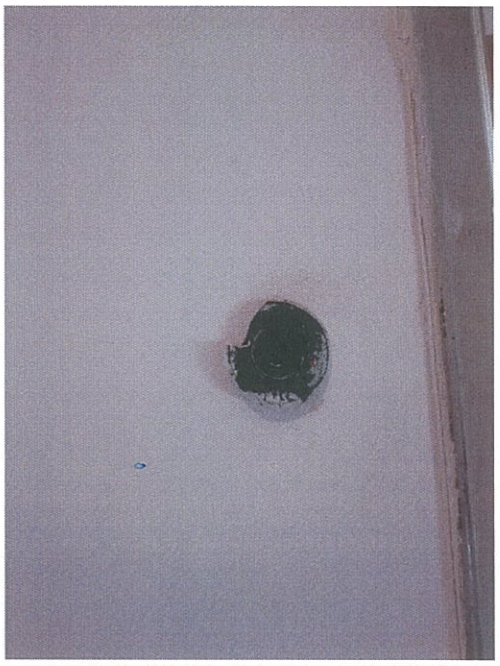


FOTO 27



FOTO 28



Concordo. Proponho a atribuição do nível **2 (dois) - Mau** ao imóvel abaixo indicado.

O Presidente da Câmara Municipal,

Hélder António Guerra de Sousa Silva

3 / 12 / 2019

# REABILITAÇÃO URBANA (DL N.º 307/2009, de 23 de Outubro, na sua redacção actual)

## Ficha de avaliação do nível de conservação de edifícios

(Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de Novembro)

### A. IDENTIFICAÇÃO

Rua/Av./Pc.: Rua do Chafariz

Número: 12 Localidade: Chanca Código postal:

Distrito: Lisboa Concelho: Mafra Freguesia: UF Azueira e Sobral da Abelheira

Artigo Matricial: 361 Fracção: Código SIG (facultativo):

### B. CARACTERIZAÇÃO

| N.º de pisos do edifício | N.º de unidades do edifício | Época de construção | Tipologia estrutural | N.º de divisões da unidade | Uso da unidade |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 2 | Anterior a 1951 | Alvenaria de Pedra e outros | I__I__I | Habitação |

### C. ANOMALIAS DE ELEMENTOS FUNCIONAIS

| | Anomalias | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Muito ligeiras (5) | Ligeiras (4) | Médias (3) | Graves (2) | Muito graves (1) | Não se aplica | Ponderação | Pontuação |
| Edifício | | | | | | | | |
| 1. Estrutura | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | | x 6 = | 18 |
| 2. Cobertura | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | | x 5 = | 10 |
| 3. Elementos salientes | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 12 |
| Outras partes comuns | | | | | | | | |
| 4. Paredes | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 5. Revestimento de pavimentos | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 2 = | 0 |
| 6. Tectos | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 2 = | 0 |
| 7. Escadas | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 8. Caixilharia e portas | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 2 = | 0 |
| 9. Dispositivos de protecção contra queda | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 10. Instalação de distribuição de água | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 11. Instalação de drenagem de águas residuais | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 12. Instalação de gás | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 13. Instalação eléctrica e de iluminação | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 14. Instalação de telecomunicações e contra a intrusão | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 15. Instalação de ascensores | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 16. Instalação de segurança contra incêndio | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 17. Instalação de evacuação de lixo | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| Unidade | | | | | | | | |
| 18. Paredes exteriores | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | | x 5 = | 5 |
| 19. Paredes interiores | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | x 3 = | 3 |
| 20. Revestimentos de pavimentos exteriores | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | x 2 = | 2 |
| 21. Revestimentos de pavimentos interiores | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | x 4 = | 4 |
| 22. Tectos | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | x 4 = | 8 |
| 23. Escadas | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | x 4 = | 4 |
| 24. Caixilharia e portas exteriores | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | x 5 = | 10 |
| 25. Caixilharia e portas interiores | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | x 3 = | 3 |
| 26. Dispositivos de protecção de vãos exteriores | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | x 2 = | 4 |
| 27. Dispositivos de protecção contra queda | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 4 = | 0 |
| 28. Equipamento sanitário | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | x 3 = | 3 |
| 29. Equipamento de cozinha | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | x 3 = | 3 |
| 30. Instalação de distribuição de água | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | x 3 = | 3 |
| 31. Instalação de drenagem de águas residuais | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | x 3 = | 3 |
| 32. Instalação de gás | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 33. Instalação eléctrica | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | x 3 = | 3 |
| 34. Instalações de telecomunicações e contra a intrusão | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 35. Instalação de ventilação | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 2 = | 0 |
| 36. Instalação de climatização | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 2 = | 0 |
| 37. Instalação de segurança contra incêndio | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 2 = | 0 |

### D. DETERMINAÇÃO DO ÍNDICE DE ANOMALIAS

| | | | |
|---|---|---|---|
| Total das pontuações | (a) | | 98 |
| Total das ponderações atribuídas aos elementos funcionais aplicáveis | (b) | 61 | |
| Índice de anomalias | (a / b) | | 1,61 |

## E. DESCRIÇÃO DE SINTOMAS QUE MOTIVAM A ATRIBUIÇÃO DE NÍVEIS DE ANOMALIAS "GRAVES" E/OU "MUITO GRAVES"

| Número do elemento funcional | Relato síntese da anomalia | Identificação das fotografias ilustrativas |
|---|---|---|
| 2. Cobertura | Cobertura com telhas envelhecidas e pontualmente em falta, originando infiltrações. Cobertura de telheiro com colapso parcial. | Fotos 1 a 6 |
| 18. Paredes exteriores | Paredes exteriores com degradação generalizada do revestimento, em falta, destacados, empolados, partidos ou em desagregação em grandes áreas, exigindo substituição ou reparação total. | Fotos 2 a 9 e 23 |
| 19. Paredes interiores | Revestimentos de paredes em falta, destacados, empolados, partidos ou em degradação em grandes áreas, exigindo substituição ou reparação total. | Fotos 10 a 12, 15, 16, 19 e 26 |
| 20. Revestimentos de pavimentos exteriores | Revestimento de piso de betonilha com assentamentos e fissuração de grande abertura permitindo o desenvolvimento de vegetação, com irregularidades podendo causar acidentes graves. | Fotos 13 e 14 |
| 21. Revestimentos de pavimentos interiores | Revestimentos de piso em falta, com irregularidades, fendilhação, com degradação em grandes áreas, exigindo substituição ou reparação total. | Fotos 11, 12, 15 e 16 |
| 22. Tectos | Revestimentos de tectos em falta, ou muito danificados, com manchas de humidade indiciando infiltrações. | Fotos 1, 5, 15, 17 e 18 |
| 23. Escadas | Degraus entre compartimentos removidos ou em falta ou com dimensões irregulares e revestimentos muito danificados. | Fotos 10, 14, 15 e 19 |
| 24. Caixilharia e portas exteriores | Caixilharia ou portas com elementos deteriorados ou removidos ou outras anomalias que motivam a falta de estanquidade à água da chuva e excessiva permeabilidade ao ar. | Fotos 3, 4, 22 e 23 |
| 25. Caixilharia e portas interiores | Caixilharia ou portas interiores removidas ou com elementos deteriorados ou removidos, motivando o funcionamento muito deficiente ou inoperacional. Porta e aro de instalação sanitária removidos ou em falta. | Fotos 10, 15 e 20 |
| 26. Dispositivos de protecção de vãos exteriores | Dispositivos de protecção de vãos em falta, com elementos deteriorados ou removidos, motivando funcionamento muito deficiente. | Foto 7 |
| 28. Equipamento sanitário | Ausência de loiças sanitárias e torneiras de aparelhos sanitários removidas ou inoperacionais, inviabilizando o uso da instalação sanitária. | Fotos 11, 21 e 24 |
| 29. Equipamento de cozinha | Armário de cozinha com portas em falta, revestimento muito danificado. | Fotos 12 e 25 |
| 30. Instalação de distribuição de água | Instalação de distribuição de água fria e quente inexistente, removida ou inoperacional. | Fotos 12, 21, 24 e 25 |
| 31. Instalação de drenagem de águas residuais | Instalação de drenagem de águas residuais inoperacional por anomalias graves. | Fotos 12, 21, 24 e 25 |
| 33. Instalação eléctrica | Instalação e aparelhagem eléctrica inexistente, obsoleta, inoperacional ou removida. | Fotos 22, 26 e 27 |

**F. AVALIAÇÃO**

Com base na observação das condições presentes e visíveis no momento da vistoria e nos termos do artigo 6.º da Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de Novembro, declara-se que:

• O estado de conservação do locado é:

Excelente ☐ Bom ☐ Médio ☐ Mau ☑ Péssimo ☐

• O estado de conservação dos elementos funcionais 1 a 17 é _____ (a preencher apenas quando tenha sido pedida a avaliação da totalidade do prédio)

• Existem situações que constituem grave risco para a segurança e saúde públicas e/ou dos residentes:

Sim ☐ Não ☑

**G. Observações**

Data de vistoria:
29/08/2019

Eng. Miriam Pombo

Arq. Homero Ferreira

Arq. Sara Martins

**NÍVEL DE CONSERVAÇÃO**

Nos termos do disposto no artigo 5º do DL n.º 266-B/2012, de 31 de Dezembro e no artigo 6º da Portaria n.º1192-B/2006, de 3 de Novembro, declara-se que o locado possui o seguinte Nível de Conservação:

**2**

FOTO 1



FOTO 2

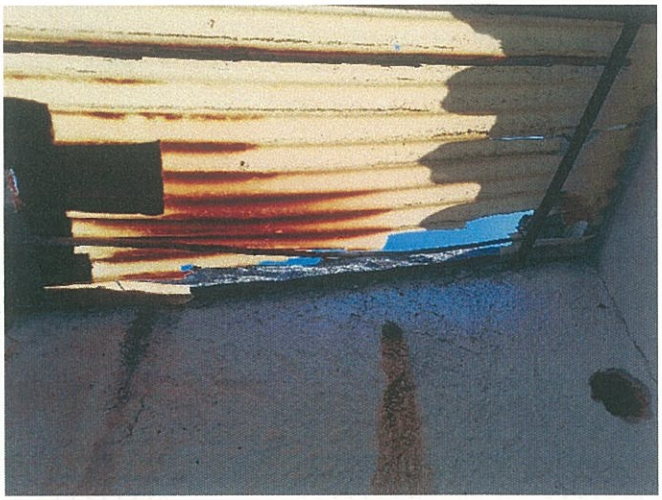


FOTO 3



FOTO 4

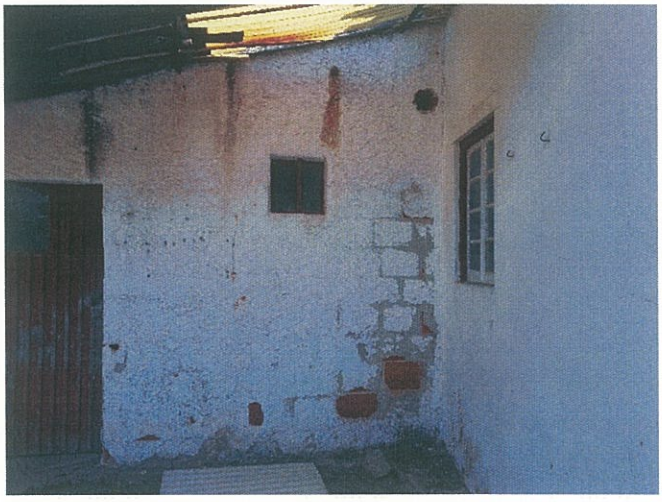


FOTO 5

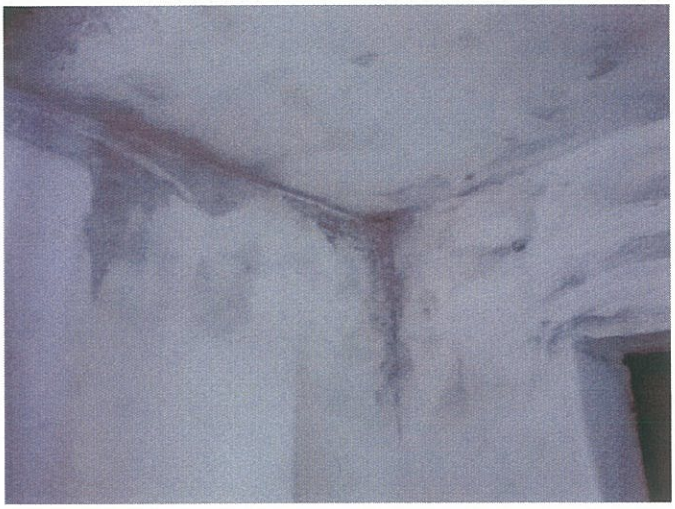


FOTO 6



FOTO 7



FOTO 8



FOTO 9



FOTO 10



FOTO 11



FOTO 12



FOTO 13



FOTO 14



FOTO 15



FOTO 16



FOTO 17

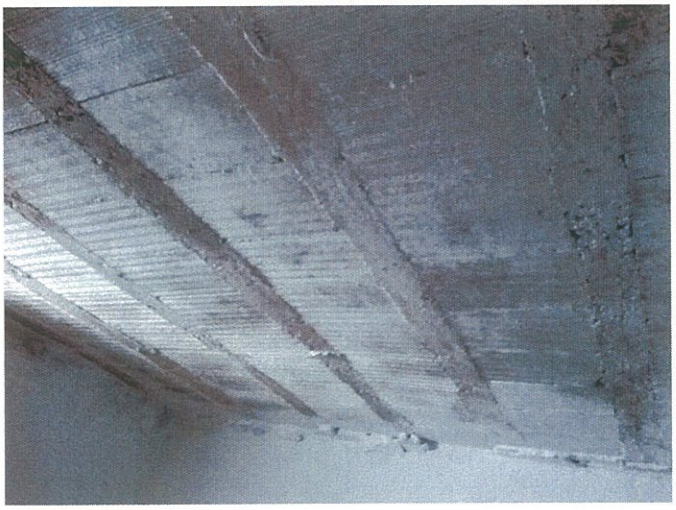


FOTO 18



FOTO 19



FOTO 20



FOTO 21



FOTO 22

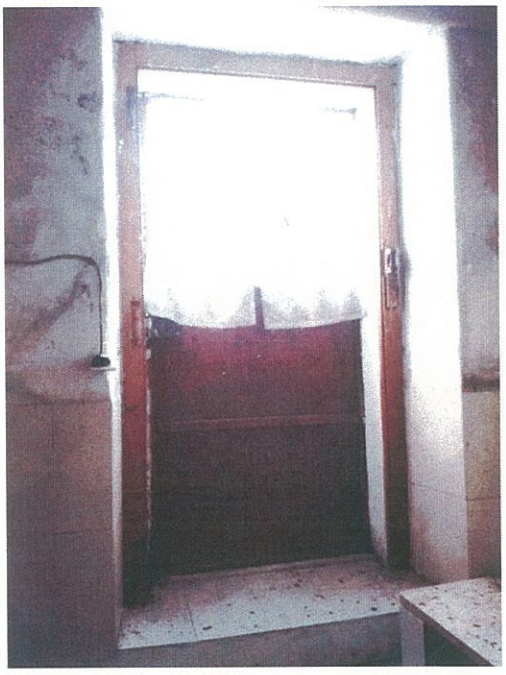


FOTO 23



FOTO 24



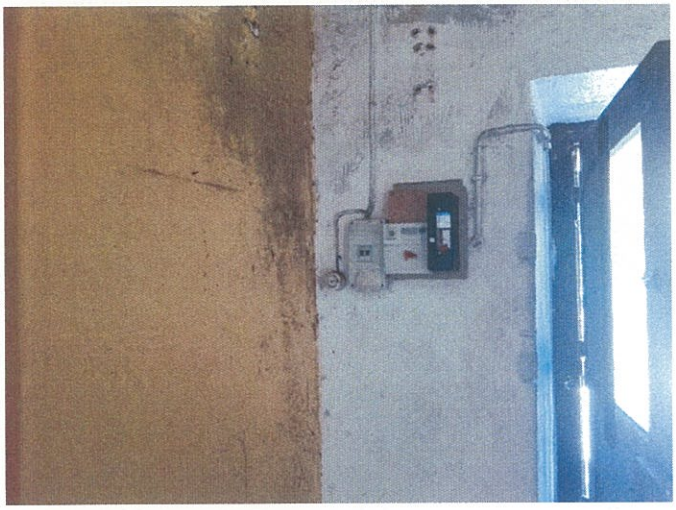
FOTO 25



FOTO 26



FOTO 27



Mafra reQUALIFICA

Concordo. Proponho a atribuição do nível **3 (três) - Médio** ao imóvel abaixo indicado.

O Presidente da Câmara Municipal,

Hélder António Guerra de Sousa Silva

3/12/2019

# REABILITAÇÃO URBANA (DL N.º 307/2009, de 23 de Outubro, na sua redacção actual)

## Ficha de avaliação do nível de conservação de edifícios

(Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de Novembro)

### A. IDENTIFICAÇÃO

Rua/Av./Pc.: Travessa do Jogo da Bola

Número: 1A | Localidade: Ericeira | Código postal:

Distrito: Lisboa | Concelho: Mafra | Freguesia: Ericeira

Artigo Matricial: 8817 | Fracção: H (1º) | Código SIG (facultativo):

### B. CARACTERIZAÇÃO

| N.º de pisos do edifício | N.º de unidades do edifício | Época de construção | Tipologia estrutural | N.º de divisões da unidade | Uso da unidade |
|---|---|---|---|---|---|
| 4 | 9 | 1951-1982 | Betão Armado | I__I__I | Habitação |

### C. ANOMALIAS DE ELEMENTOS FUNCIONAIS

| | Anomalias: Muito ligeiras (5) | Ligeiras (4) | Médias (3) | Graves (2) | Muito graves (1) | Não se aplica | Ponderação | Pontuação |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Edifício** | | | | | | | | |
| 1. Estrutura | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | | x 6 = | 24 |
| 2. Cobertura | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | | x 5 = | 15 |
| 3. Elementos salientes | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 9 |
| **Outras partes comuns** | | | | | | | | |
| 4. Paredes | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | x 3 = | 6 |
| 5. Revestimento de pavimentos | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 2 = | 6 |
| 6. Tectos | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | x 2 = | 4 |
| 7. Escadas | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 12 |
| 8. Caixilharia e portas | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | x 2 = | 2 |
| 9. Dispositivos de protecção contra queda | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 12 |
| 10. Instalação de distribuição de água | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 1 = | 4 |
| 11. Instalação de drenagem de águas residuais | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 1 = | 3 |
| 12. Instalação de gás | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 13. Instalação eléctrica e de iluminação | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 1 = | 3 |
| 14. Instalação de telecomunicações e contra a intrusão | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 1 = | 3 |
| 15. Instalação de ascensores | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 16. Instalação de segurança contra incêndio | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 17. Instalação de evacuação de lixo | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| **Unidade** | | | | | | | | |
| 18. Paredes exteriores | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | | x 5 = | 10 |
| 19. Paredes interiores | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | x 3 = | 6 |
| 20. Revestimentos de pavimentos exteriores | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 2 = | 8 |
| 21. Revestimentos de pavimentos interiores | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | x 4 = | 8 |
| 22. Tectos | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | x 4 = | 8 |
| 23. Escadas | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 4 = | 0 |
| 24. Caixilharia e portas exteriores | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 5 = | 15 |
| 25. Caixilharia e portas interiores | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 9 |
| 26. Dispositivos de protecção de vãos exteriores | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 2 = | 6 |
| 27. Dispositivos de protecção contra queda | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 4 = | 16 |
| 28. Equipamento sanitário | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | x 3 = | 3 |
| 29. Equipamento de cozinha | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | x 3 = | 6 |
| 30. Instalação de distribuição de água | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 9 |
| 31. Instalação de drenagem de águas residuais | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 9 |
| 32. Instalação de gás | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 33. Instalação eléctrica | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | x 3 = | 6 |
| 34. Instalações de telecomunicações e contra a intrusão | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 9 |
| 35. Instalação de ventilação | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 2 = | 6 |
| 36. Instalação de climatização | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 2 = | 0 |
| 37. Instalação de segurança contra incêndio | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 2 = | 0 |

### D. DETERMINAÇÃO DO ÍNDICE DE ANOMALIAS

| | | |
|---|---|---|
| Total das pontuações | (a) | 237 |
| Total das ponderações atribuídas aos elementos funcionais aplicáveis | (b) | 85 |
| Índice de anomalias | (a / b) | 2,79 |

**E. DESCRIÇÃO DE SINTOMAS QUE MOTIVAM A ATRIBUIÇÃO DE NÍVEIS DE ANOMALIAS "GRAVES" E/OU "MUITO GRAVES"**

| Número do elemento funcional | Relato síntese da anomalia | Identificação das fotografias ilustrativas |
|---|---|---|
| 4. Paredes | Revestimentos de protecção de paredes em falta, destacados, empolados, partidos ou em degradação em grandes áreas, exigindo substituição ou reparação parcial. Muro de logradouro com elementos de protecção e de revestimento muito danificados, em falta ou removidos. | Fotos 1 a 10 |
| 6. Tectos | Revestimentos de tectos de protecção de tectos com eflorescências ou manchas de humidade, resultado de infiltrações não solucionadas na cobertura ou terraço, exigindo substituição ou reparação parcial. | 11 e 12 |
| 8. Caixilharia e portas | Caixilharia, portas e portão de garagem com vidros partidos ou removidos e outras anomalias que motivam a falta de estanquidade à água da chuva, a excessiva permeabilidade ao ar e a falta de segurança do edifício. | 5 e 13 |
| 18. Paredes exteriores | Revestimentos de protecção de paredes em falta, destacados, empolados, partidos ou em degradação em grandes áreas, exigindo substituição ou reparação parcial. | Fotos 1 a 4, 8 e 10, 14 a 16 |
| 19. Paredes interiores | Revestimentos de protecção de paredes em falta, destacados, empolados, partidos ou em degradação em grandes áreas, exigindo substituição ou reparação parcial. | Fotos 15, 17 e 19 |
| 21. Revestimentos de pavimentos interiores | Revestimento de madeira com ataque biológico activo, em grandes áreas, exigindo substituição ou reparação total. | Fotos 18 e 21 |
| 22. Tectos | Revestimentos de protecção de tectos em falta, destacados, empolados, partidos ou em degradação em grandes áreas, exigindo substituição ou reparação parcial. | Fotos 14, 15, 20, 22, 23 |
| 28. Equipamento sanitário | Loiças sanitárias, danificadas, inoperacionais, inviabilizando o uso da instalação sanitária. | Foto 24 |
| 29. Equipamento de cozinha | Armário de cozinha com falta de portas e destacamento do revestimento por pintura. | Fotos 25 e 26 |
| 33. Instalação eléctrica | Caixas de interruptores e tomadas sem tampa. Canalizações eletricas e aparelhagem, partidas, inoperacionais ou removidas. | Fotos 27 e 28 |

**F. AVALIAÇÃO**

Com base na observação das condições presentes e visíveis no momento da vistoria e nos termos do artigo 6.º da Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de Novembro, declara-se que:

- O estado de conservação do locado é:

Excelente ☐ Bom ☐ Médio ☑ Mau ☐ Péssimo ☐

- O estado de conservação dos elementos funcionais 1 a 17 é _____ (a preencher apenas quando tenha sido pedida a avaliação da totalidade do prédio)

- Existem situações que constituem grave risco para a segurança e saúde públicas e/ou dos residentes:

Sim ☐ Não ☑



**G. Observações**

Verificou-se que o referido prédio urbano é composto por 2 edifícios, fisicamente independentes. Um edifício é composto pelas fracções A, B, C, D, F e G e o outro é composto pelas fracções E, H e I.
Na presente ficha foram avaliados os espaços da fração H (1º piso) e os respetivos espaços comuns.

Data de vistoria:
26/08/2019

Eng. Miriam Pombo

Arq. Sara Martins

Arq. Vitor Alfaro

**NÍVEL DE CONSERVAÇÃO**

Nos termos do disposto no artigo 5º do DL n.º 266-B/2012, de 31 de Dezembro e no artigo 6º da Portaria n.º1192-B/2006, de 3 de Novembro, declara-se que o locado possui o seguinte Nível de Conservação:

**3**

FOTO 1



FOTO 2



FOTO 3

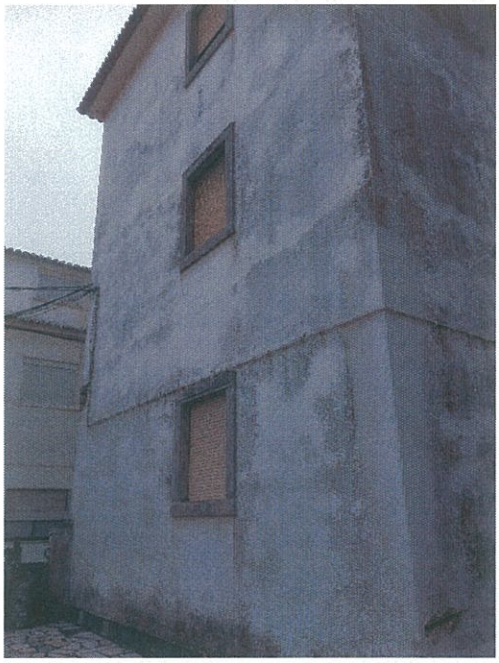


FOTO 4



FOTO 5



FOTO 6



FOTO 7

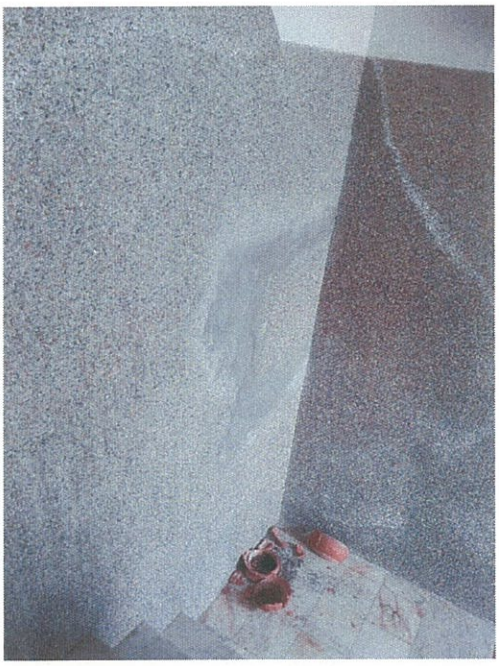


FOTO 8



FOTO 9



FOTO 10



FOTO 11

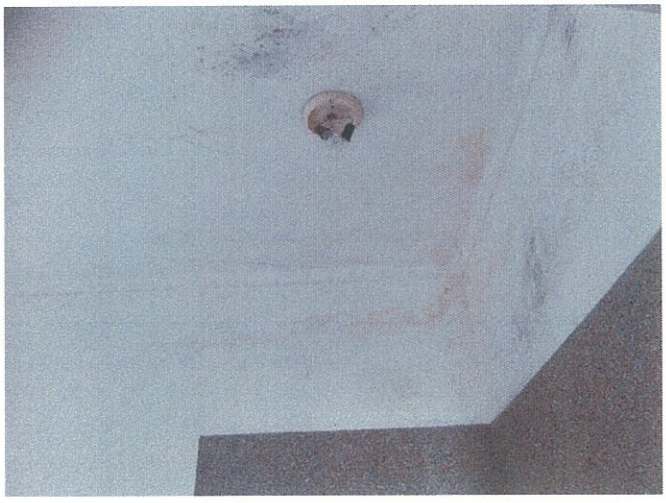


FOTO 12



FOTO 13

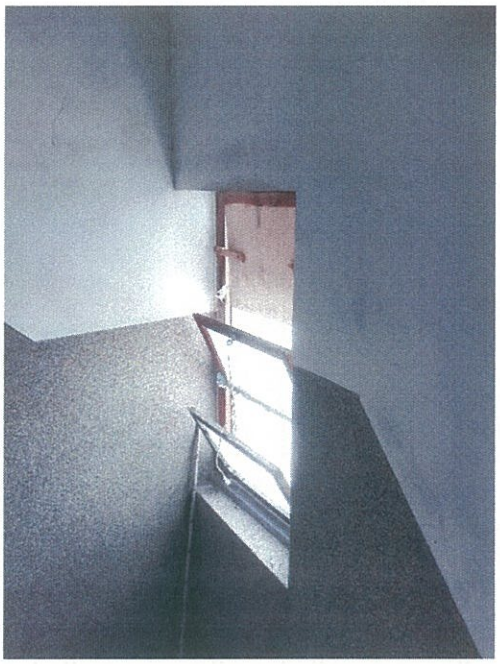


FOTO 14



401

FOTO 15



FOTO 16



FOTO 17



FOTO 18



FOTO 19



FOTO 20



FOTO 21



FOTO 22



FOTO 23



FOTO 24



FOTO 25



FOTO 26





FOTO 27



FOTO 28



Mafra reQUALIFICA

Concordo. Proponho a atribuição do nível **3 (três) - Médio** ao imóvel abaixo indicado.

O Presidente da Câmara Municipal,

Hélder António Guerra de Sousa Silva

3 / 12 / 2015

404

# REABILITAÇÃO URBANA (DL N.º 307/2009, de 23 de Outubro, na sua redacção actual)

## Ficha de avaliação do nível de conservação de edifícios

(Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de Novembro)

### A. IDENTIFICAÇÃO

Rua/Av./Pc.: Travessa do Jogo da Bola

Número: 1A | Localidade: Ericeira | Código postal:

Distrito: Lisboa | Concelho: Mafra | Freguesia: Ericeira

Artigo Matricial: 8817 | Fracção: E (R/C) | Código SIG (facultativo):

### B. CARACTERIZAÇÃO

| N.º de pisos do edifício | N.º de unidades do edifício | Época de construção | Tipologia estrutural | N.º de divisões da unidade | Uso da unidade |
|---|---|---|---|---|---|
| 4 | 9 | 1951-1982 | Betão Armado | I__I__I | Habitação |

### C. ANOMALIAS DE ELEMENTOS FUNCIONAIS

| | Anomalias | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Muito ligeiras (5) | Ligeiras (4) | Médias (3) | Graves (2) | Muito graves (1) | Não se aplica | Ponderação | Pontuação |
| Edifício | | | | | | | | |
| 1. Estrutura | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | | x 6 = | 24 |
| 2. Cobertura | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | | x 5 = | 15 |
| 3. Elementos salientes | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 9 |
| Outras partes comuns | | | | | | | | |
| 4. Paredes | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | x 3 = | 6 |
| 5. Revestimento de pavimentos | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 2 = | 6 |
| 6. Tectos | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | x 2 = | 4 |
| 7. Escadas | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 12 |
| 8. Caixilharia e portas | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | x 2 = | 2 |
| 9. Dispositivos de protecção contra queda | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 12 |
| 10. Instalação de distribuição de água | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 1 = | 4 |
| 11. Instalação de drenagem de águas residuais | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 1 = | 3 |
| 12. Instalação de gás | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 13. Instalação eléctrica e de iluminação | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 1 = | 3 |
| 14. Instalação de telecomunicações e contra a intrusão | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 1 = | 3 |
| 15. Instalação de ascensores | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 16. Instalação de segurança contra incêndio | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 17. Instalação de evacuação de lixo | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| Unidade | | | | | | | | |
| 18. Paredes exteriores | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | | x 5 = | 10 |
| 19. Paredes interiores | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | x 3 = | 6 |
| 20. Revestimentos de pavimentos exteriores | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 2 = | 8 |
| 21. Revestimentos de pavimentos interiores | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | x 4 = | 8 |
| 22. Tectos | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 4 = | 16 |
| 23. Escadas | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 4 = | 0 |
| 24. Caixilharia e portas exteriores | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | x 5 = | 5 |
| 25. Caixilharia e portas interiores | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 12 |
| 26. Dispositivos de protecção de vãos exteriores | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 2 = | 6 |
| 27. Dispositivos de protecção contra queda | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 4 = | 16 |
| 28. Equipamento sanitário | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | x 3 = | 3 |
| 29. Equipamento de cozinha | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | x 3 = | 6 |
| 30. Instalação de distribuição de água | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 9 |
| 31. Instalação de drenagem de águas residuais | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 9 |
| 32. Instalação de gás | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 33. Instalação eléctrica | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 9 |
| 34. Instalações de telecomunicações e contra a intrusão | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 35. Instalação de ventilação | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 2 = | 6 |
| 36. Instalação de climatização | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 2 = | 0 |
| 37. Instalação de segurança contra incêndio | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 2 = | 0 |

### D. DETERMINAÇÃO DO ÍNDICE DE ANOMALIAS

| | | | |
|---|---|---|---|
| Total das pontuações | (a) | | 232 |
| Total das ponderações atribuídas aos elementos funcionais aplicáveis | (b) | 82 | |
| Índice de anomalias | (a / b) | | 2,83 |

**E. DESCRIÇÃO DE SINTOMAS QUE MOTIVAM A ATRIBUIÇÃO DE NÍVEIS DE ANOMALIAS "GRAVES" E/OU "MUITO GRAVES"**

| Número do elemento funcional | Relato síntese da anomalia | Identificação das fotografias ilustrativas |
|---|---|---|
| 4. Paredes | Revestimentos de protecção de paredes em falta, destacados, empolados, partidos ou em degradação em grandes áreas, exigindo substituição ou reparação parcial. Muro de logradouro com elementos de protecção e de revestimento muito danificados, em falta ou removidos. | Fotos 1 a 10 |
| 6. Tectos | Revestimentos de tectos de protecção de tectos com eflorescências ou manchas de humidade, resultado de infiltrações não solucionadas na cobertura ou terraço, exigindo substituição ou reparação parcial. | 11 e 12 |
| 8. Caixilharia e portas | Caixilharia, portas e portão de garagem com vidros partidos ou removidos e outras anomalias que motivam a falta de estanquidade à água da chuva, a excessiva permeabilidade ao ar e a falta de segurança do edifício. | 5 e 13 |
| 18. Paredes exteriores | Revestimentos de protecção de paredes em falta, destacados, empolados, partidos ou em degradação em grandes áreas, exigindo substituição ou reparação parcial. | Fotos 1 a 4, 8 e 10 |
| 19. Paredes interiores | Revestimentos de protecção de paredes em falta, destacados, empolados, partidos ou em degradação em grandes áreas, exigindo substituição ou reparação parcial. | Fotos 15 a 17 |
| 21. Revestimentos de pavimentos interiores | Revestimento de madeira com ataque biológico activo, em grandes áreas, exigindo substituição ou reparação total. | Fotos 17 e 18 |
| 24. Caixilharia e portas exteriores | Caixilharia e portas com vidros partidos ou removidos e outras anomalias que motivam a falta de estanquidade à água da chuva e a excessiva permeabilidade ao ar. | Fotos 14 e 19 |
| 28. Equipamento sanitário | Sanita e autoclismo inoperacional, inviabilizando o uso da instalação sanitária. | Foto 20 |
| 29. Equipamento de cozinha | Armário de cozinha com falta de portas e destacamento do revestimento por pintura. | Fotos 21 e 22 |

**F. AVALIAÇÃO**

Com base na observação das condições presentes e visíveis no momento da vistoria e nos termos do artigo 6.º da Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de Novembro, declara-se que:

- O estado de conservação do locado é:

Excelente ☐ Bom ☐ Médio ☑ Mau ☐ Péssimo ☐

- O estado de conservação dos elementos funcionais 1 a 17 é _____ (a preencher apenas quando tenha sido pedida a avaliação da totalidade do prédio)
- Existem situações que constituem grave risco para a segurança e saúde públicas e/ou dos residentes:

Sim ☐ Não ☑

**G. Observações**

Verificou-se que o referido prédio urbano é composto por 2 edifícios, fisicamente independentes. Um edifício é composto pelas fracções A, B, C, D, F e G e o outro é composto pelas fracções E, H e I.
Na presente ficha foram avaliados os espaços da fração E (R/C) e os respetivos espaços comuns.

Data de vistoria: 26/08/2019

Eng. Miriam Pombo

Arq. Sara Martins

Arq. Vitor Alfaro

**NÍVEL DE CONSERVAÇÃO**

Nos termos do disposto no artigo 5º do DL n.º 266-B/2012, de 31 de Dezembro e no artigo 6º da Portaria n.º1192-B/2006, de 3 de Novembro, declara-se que o locado possui o seguinte Nível de Conservação:

**3**

FOTO 1



FOTO 2



FOTO 3



FOTO 4

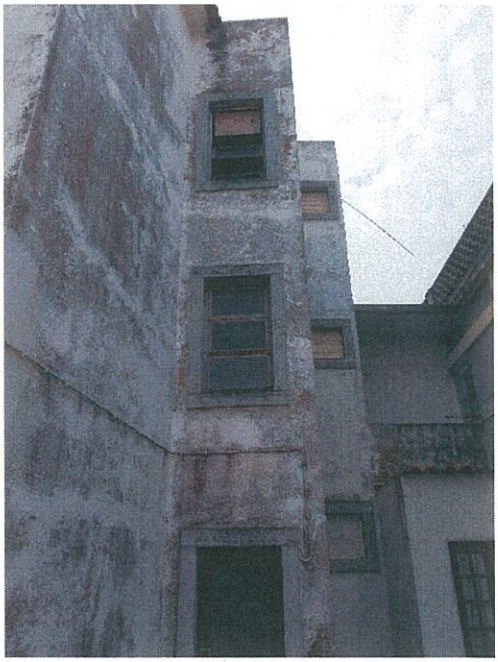


FOTO 5



FOTO 6



FOTO 7

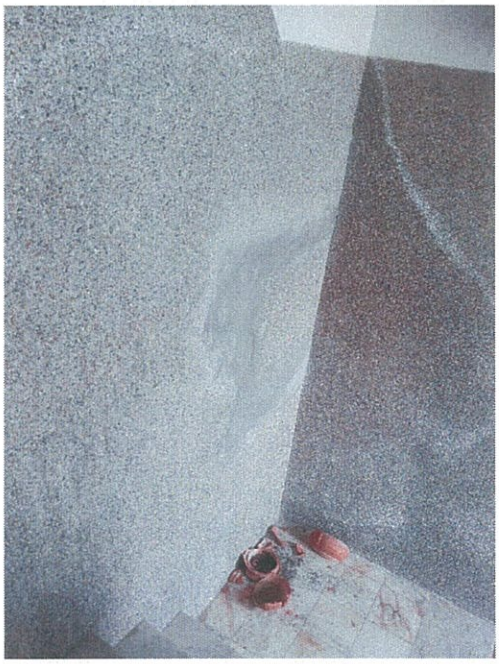


FOTO 8

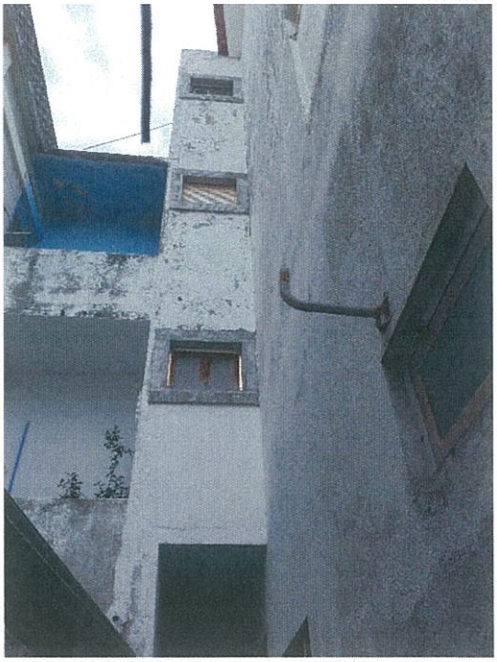


FOTO 9



FOTO 10



FOTO 11

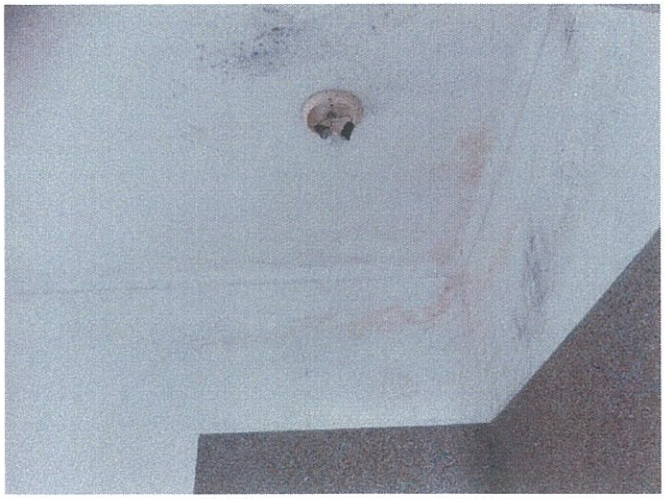


FOTO 12



FOTO 13

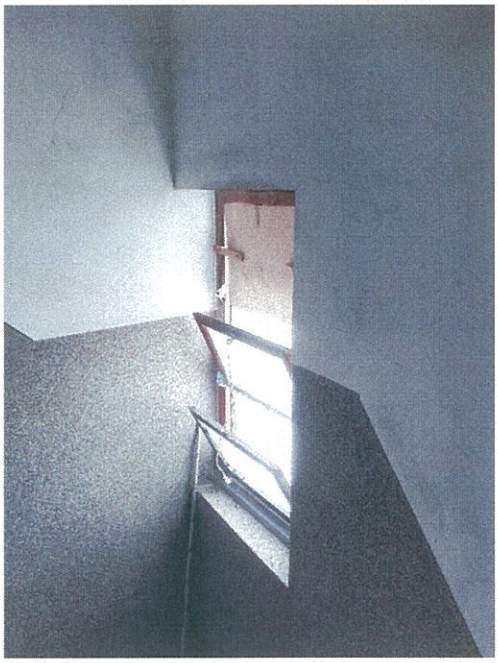


FOTO 14



FOTO 15



FOTO 16



FOTO 17



FOTO 18

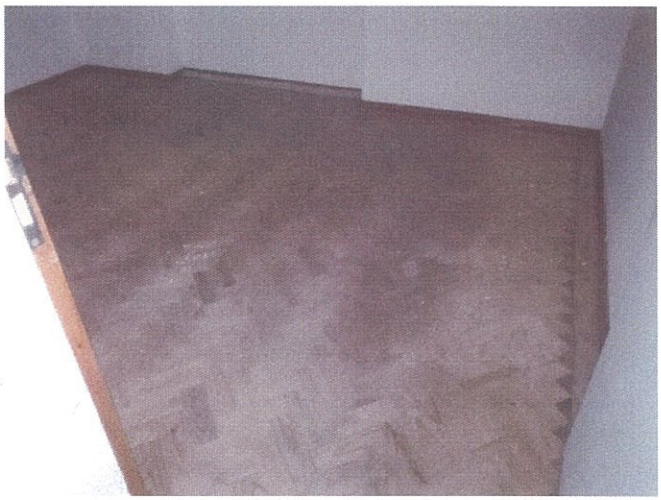


FOTO 19



FOTO 20



FOTO 21

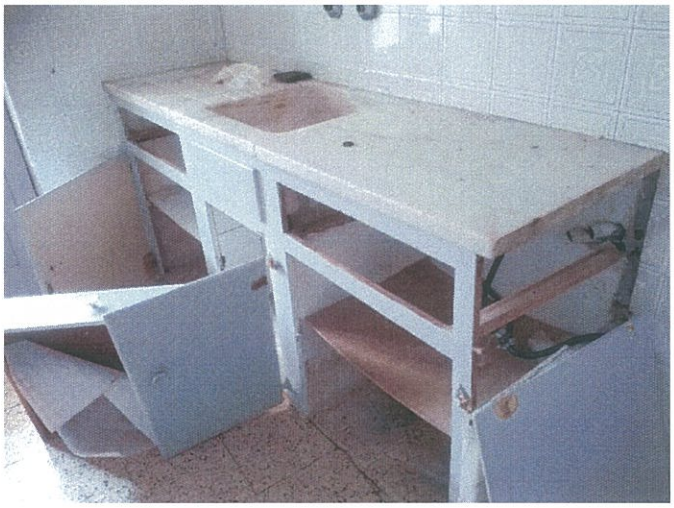


FOTO 22



Mafra reQUALIFICA

Concordo. Proponho a atribuição do nível **3 (três) - Médio** ao imóvel abaixo indicado.

O Presidente da Câmara Municipal,

Hélder António Guerra de Sousa Silva

3/12/2015

# REABILITAÇÃO URBANA (DL N.º 307/2009, de 23 de Outubro, na sua redacção actual)

## Ficha de avaliação do nível de conservação de edifícios

(Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de Novembro)

### A. IDENTIFICAÇÃO

Rua/Av./Pc.: Travessa do Jogo da Bola

Número: 1A | Localidade: Ericeira | Código postal:

Distrito: Lisboa | Concelho: Mafra | Freguesia: Ericeira

Artigo Matricial: 8817 | Fracção: I (2º) | Código SIG (facultativo):

### B. CARACTERIZAÇÃO

| N.º de pisos do edifício | N.º de unidades do edifício | Época de construção | Tipologia estrutural | N.º de divisões da unidade | Uso da unidade |
|---|---|---|---|---|---|
| 4 | 9 | 1951-1982 | Betão Armado | I__I__I | Habitação |

### C. ANOMALIAS DE ELEMENTOS FUNCIONAIS

| | Anomalias: Muito ligeiras (5) | Ligeiras (4) | Médias (3) | Graves (2) | Muito graves (1) | Não se aplica | Ponderação | Pontuação |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Edifício** | | | | | | | | |
| 1. Estrutura | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | | x 6 = | 24 |
| 2. Cobertura | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | | x 5 = | 15 |
| 3. Elementos salientes | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 9 |
| **Outras partes comuns** | | | | | | | | |
| 4. Paredes | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | x 3 = | 6 |
| 5. Revestimento de pavimentos | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 2 = | 6 |
| 6. Tectos | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | x 2 = | 4 |
| 7. Escadas | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 12 |
| 8. Caixilharia e portas | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | x 2 = | 2 |
| 9. Dispositivos de protecção contra queda | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 12 |
| 10. Instalação de distribuição de água | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 1 = | 4 |
| 11. Instalação de drenagem de águas residuais | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 1 = | 3 |
| 12. Instalação de gás | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 13. Instalação eléctrica e de iluminação | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 1 = | 3 |
| 14. Instalação de telecomunicações e contra a intrusão | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 1 = | 3 |
| 15. Instalação de ascensores | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 16. Instalação de segurança contra incêndio | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 17. Instalação de evacuação de lixo | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| **Unidade** | | | | | | | | |
| 18. Paredes exteriores | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | | x 5 = | 10 |
| 19. Paredes interiores | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | x 3 = | 6 |
| 20. Revestimentos de pavimentos exteriores | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 2 = | 8 |
| 21. Revestimentos de pavimentos interiores | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | x 4 = | 8 |
| 22. Tectos | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 4 = | 12 |
| 23. Escadas | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 4 = | 0 |
| 24. Caixilharia e portas exteriores | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | x 5 = | 5 |
| 25. Caixilharia e portas interiores | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 9 |
| 26. Dispositivos de protecção de vãos exteriores | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 2 = | 6 |
| 27. Dispositivos de protecção contra queda | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 4 = | 12 |
| 28. Equipamento sanitário | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | x 3 = | 3 |
| 29. Equipamento de cozinha | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | x 3 = | 6 |
| 30. Instalação de distribuição de água | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 9 |
| 31. Instalação de drenagem de águas residuais | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 9 |
| 32. Instalação de gás | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 33. Instalação eléctrica | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | x 3 = | 6 |
| 34. Instalações de telecomunicações e contra a intrusão | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 9 |
| 35. Instalação de ventilação | ☐ | ☐ | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | x 2 = | 6 |
| 36. Instalação de climatização | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 2 = | 0 |
| 37. Instalação de segurança contra incêndio | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 2 = | 0 |

### D. DETERMINAÇÃO DO ÍNDICE DE ANOMALIAS

| | | | |
|---|---|---|---|
| Total das pontuações | (a) | | 227 |
| Total das ponderações atribuídas aos elementos funcionais aplicáveis | (b) | 85 | |
| Índice de anomalias | (a / b) | | 2,67 |

**E. DESCRIÇÃO DE SINTOMAS QUE MOTIVAM A ATRIBUIÇÃO DE NÍVEIS DE ANOMALIAS "GRAVES" E/OU "MUITO GRAVES"**

| Número do elemento funcional | Relato síntese da anomalia | Identificação das fotografias ilustrativas |
|---|---|---|
| 4. Paredes | Revestimentos de protecção de paredes em falta, destacados, empolados, partidos ou em degradação em grandes áreas, exigindo substituição ou reparação parcial. Muro de logradouro com elementos de protecção e de revestimento muito danificados, em falta ou removidos. | Fotos 1 a 10 |
| 6. Tectos | Revestimentos de tectos de protecção de tectos com eflorescências ou manchas de humidade, resultado de infiltrações não solucionadas na cobertura ou terraço, exigindo substituição ou reparação parcial. | 11 e 12 |
| 8. Caixilharia e portas | Caixilharia, portas e portão de garagem com vidros partidos ou removidos e outras anomalias que motivam a falta de estanquidade à água da chuva, a excessiva permeabilidade ao ar e a falta de segurança do edifício. | 5 e 13 |
| 18. Paredes exteriores | Revestimentos de protecção de paredes em falta, destacados, empolados, partidos ou em degradação em grandes áreas, exigindo substituição ou reparação parcial. | Fotos 1 a 4, 8 e 10, 14 a 16 |
| 19. Paredes interiores | Revestimentos de protecção de paredes em falta, destacados, empolados, partidos ou em degradação em grandes áreas, exigindo substituição ou reparação parcial. | Fotos 17 e 19 |
| 21. Revestimentos de pavimentos interiores | Revestimento de madeira com ataque biológico activo, em grandes áreas, exigindo substituição ou reparação total. | Fotos 18, 20 e 21 |
| 25. Caixilharia e portas interiores | Caixilharia ou portas com vidros partidos ou removidos e outras anomalias que motivam a falta de estanquidade à água da chuva, a excessiva permeabilidade ao ar. | Fotos 22 a 24 |
| 28. Equipamento sanitário | Loiças sanitárias, danificadas, inoperacionais, inviabilizando o uso da instalação sanitária. | Foto 25 |
| 29. Equipamento de cozinha | Armário de cozinha com falta de portas e destacamento do revestimento por pintura. | Foto 17 |
| 33. Instalação eléctrica | Caixas de interruptores e tomadas sem tampa. Canalizações eletricas e aparelhagem, partidas, inoperacionais ou removidas. | Fotos 15, 20, 26 e 27 |

**F. AVALIAÇÃO**

Com base na observação das condições presentes e visíveis no momento da vistoria e nos termos do artigo 6.º da Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de Novembro, declara-se que:

- O estado de conservação do locado é:

Excelente ☐ Bom ☐ Médio ☑ Mau ☐ Péssimo ☐

- O estado de conservação dos elementos funcionais 1 a 17 é _____ (a preencher apenas quando tenha sido pedida a avaliação da totalidade do prédio)

- Existem situações que constituem grave risco para a segurança e saúde públicas e/ou dos residentes:

Sim ☐ Não ☑

**G. Observações**

Verificou-se que o referido prédio urbano é composto por 2 edifícios, fisicamente independentes. Um edifício é composto pelas fracções A, B, C, D, F e G e o outro é composto pelas fracções E, H e I.
Na presente ficha foram avaliados os espaços da fração I (2º piso) e os respetivos espaços comuns.

410

Data de vistoria:
26/08/2019

Eng. Miriam Pombo

Arq. Sara Martins

Arq. Vitor Alfaro

**NÍVEL DE CONSERVAÇÃO**

Nos termos do disposto no artigo 5º do DL n.º 266-B/2012, de 31 de Dezembro e no artigo 6º da Portaria n.º1192-B/2006, de 3 de Novembro, declara-se que o locado possui o seguinte Nível de Conservação:

**3**

FOTO 1



FOTO 2



FOTO 3

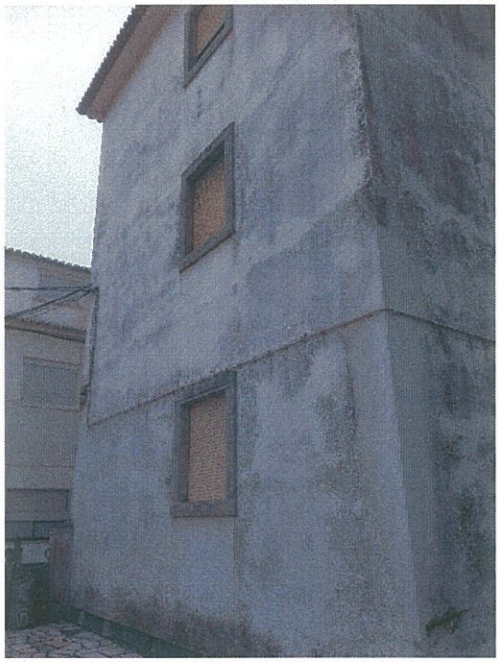


FOTO 4



FOTO 5



FOTO 6



FOTO 7

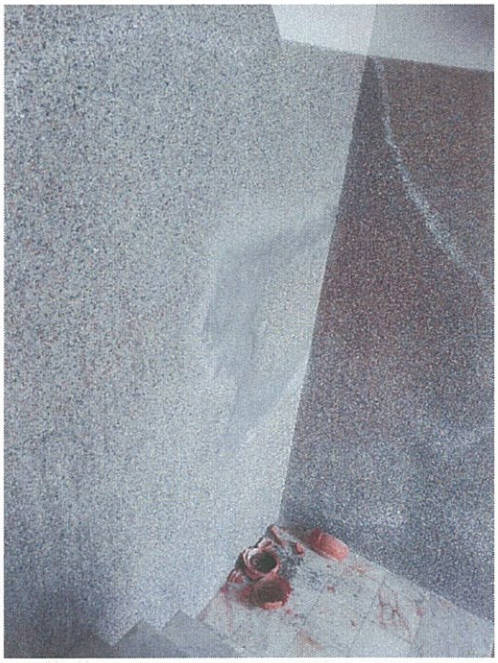


FOTO 8





FOTO 9



FOTO 10



FOTO 11

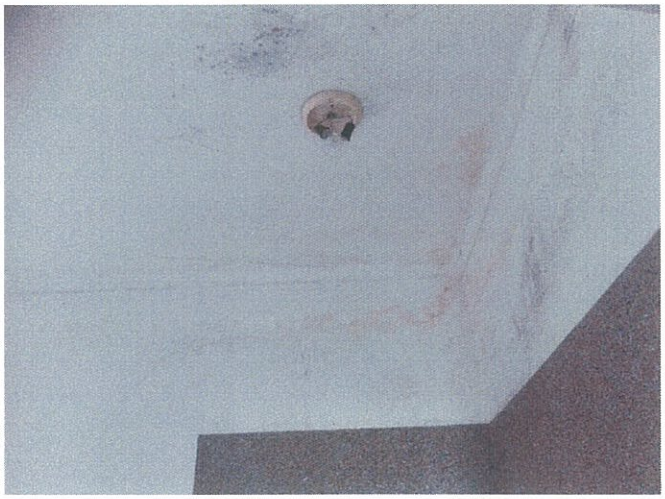


FOTO 12



FOTO 13

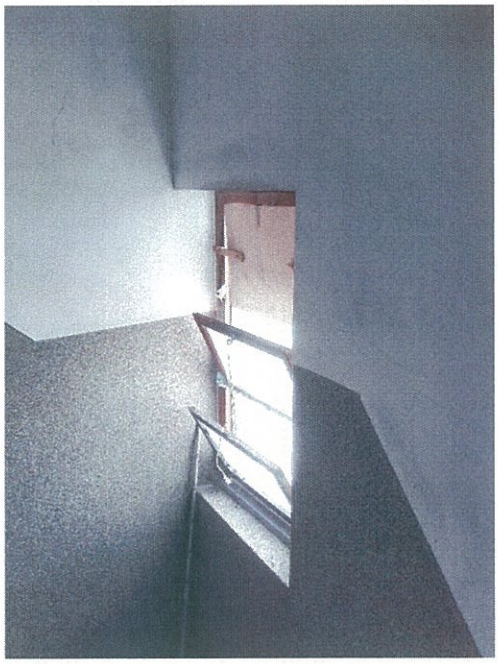


FOTO 14

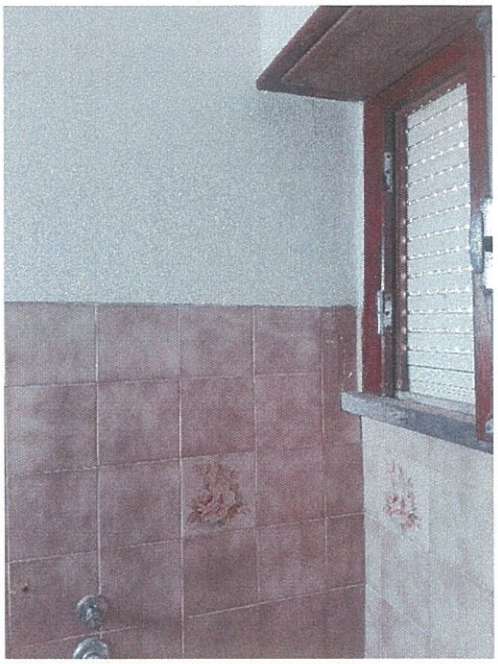


FOTO 15



FOTO 16



FOTO 17



FOTO 18

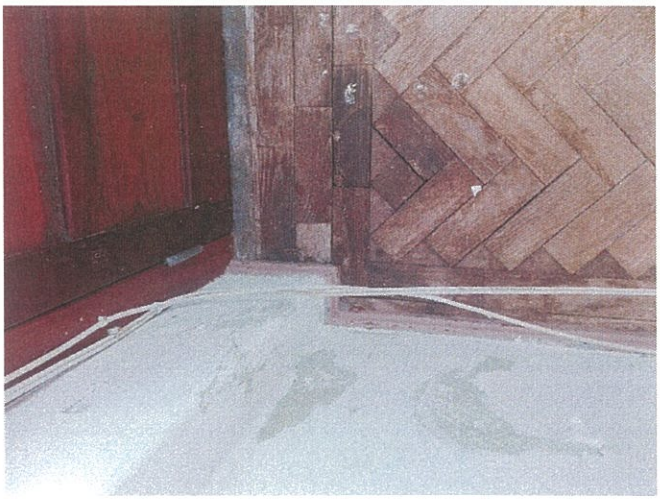


FOTO 19



FOTO 20

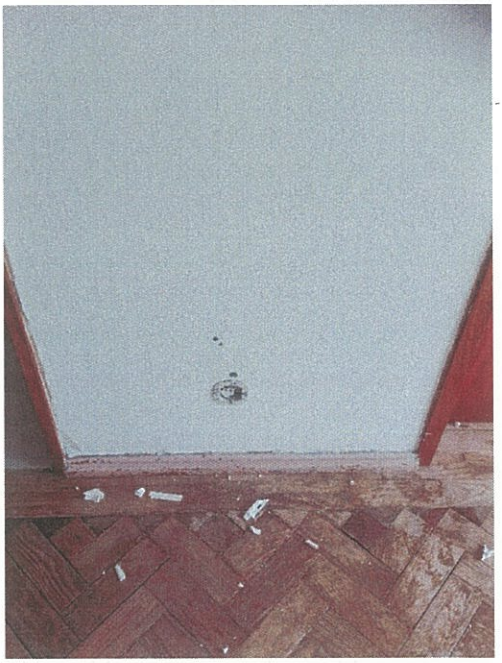


FOTO 21

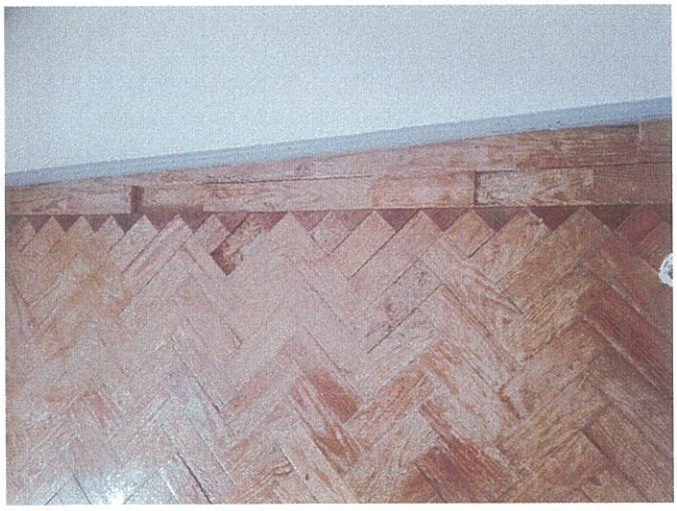


FOTO 22



FOTO 23

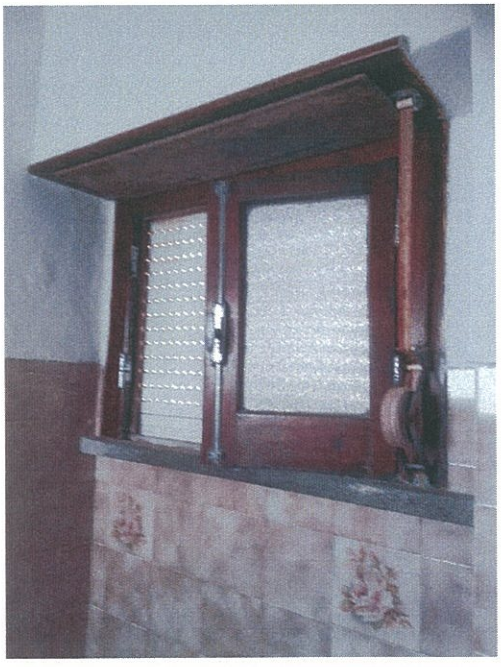


FOTO 24



FOTO 25



FOTO 26



FOTO 27



Mafra reQUALIFICA

Concordo. Proponho a atribuição do nível **5 (cinco) - Excelente** ao imóvel abaixo indicado.

O Presidente da Câmara Municipal,

Hélder António Guerra de Sousa Silva

3 / 12 / 2019

416

# REABILITAÇÃO URBANA (DL N.º 307/2009, de 23 de Outubro, na sua redacção actual)

## Ficha de avaliação do nível de conservação de edifícios

(Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de Novembro)

### A. IDENTIFICAÇÃO

Rua/Av./Pc.: Rua Casal Monte Leite

Número: 18 | Localidade: Malveira | Código postal:

Distrito: Lisboa | Concelho: Mafra | Freguesia: UF Malveira e S. miguel de Alcainça

Artigo Matricial: 389 | Fracção: | Código SIG (facultativo):

### B. CARACTERIZAÇÃO

| N.º de pisos do edifício | N.º de unidades do edifício | Época de construção | Tipologia estrutural | N.º de divisões da unidade | Uso da unidade |
|---|---|---|---|---|---|
| 2 | 1 | 1951 a 1982 | Estrutura de Alvenaria e Betão Armado | I__I__I | Habitação |

### C. ANOMALIAS DE ELEMENTOS FUNCIONAIS

| | Anomalias | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Muito ligeiras (5) | Ligeiras (4) | Médias (3) | Graves (2) | Muito graves (1) | Não se aplica | Ponderação | Pontuação |
| Edifício | | | | | | | | |
| 1. Estrutura | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | | x 6 = | 30 |
| 2. Cobertura | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | | x 5 = | 25 |
| 3. Elementos salientes | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 15 |
| Outras partes comuns | | | | | | | | |
| 4. Paredes | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 5. Revestimento de pavimentos | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 2 = | 0 |
| 6. Tectos | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 2 = | 0 |
| 7. Escadas | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 8. Caixilharia e portas | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 2 = | 0 |
| 9. Dispositivos de protecção contra queda | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 10. Instalação de distribuição de água | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 11. Instalação de drenagem de águas residuais | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 12. Instalação de gás | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 13. Instalação eléctrica e de iluminação | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 14. Instalação de telecomunicações e contra a intrusão | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 15. Instalação de ascensores | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 16. Instalação de segurança contra incêndio | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| 17. Instalação de evacuação de lixo | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 1 = | 0 |
| Unidade | | | | | | | | |
| 18. Paredes exteriores | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | | x 5 = | 25 |
| 19. Paredes interiores | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 15 |
| 20. Revestimentos de pavimentos exteriores | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 2 = | 10 |
| 21. Revestimentos de pavimentos interiores | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 4 = | 20 |
| 22. Tectos | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 4 = | 20 |
| 23. Escadas | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 4 = | 20 |
| 24. Caixilharia e portas exteriores | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 5 = | 25 |
| 25. Caixilharia e portas interiores | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 15 |
| 26. Dispositivos de protecção de vãos | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 2 = | 10 |
| 27. Dispositivos de protecção contra queda | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 4 = | 20 |
| 28. Equipamento sanitário | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 15 |
| 29. Equipamento de cozinha | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 15 |
| 30. Instalação de distribuição de água | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 15 |
| 31. Instalação de drenagem de águas residuais | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 15 |
| 32. Instalação de gás | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 3 = | 0 |
| 33. Instalação eléctrica | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 15 |
| 34. Instalações de telecomunicações e contra a intrusão | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 3 = | 15 |
| 35. Instalação de ventilação | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 2 = | 10 |
| 36. Instalação de climatização | ☑ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | x 2 = | 10 |
| 36. Instalação de segurança contra incêndio | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☑ | x 2 = | 0 |

### D. DETERMINAÇÃO DO ÍNDICE DE ANOMALIAS

| | | |
|---|---|---|
| Total das pontuações | (a) | 360 |
| Total das ponderações atribuídas aos elementos funcionais aplicáveis | (b) | 72 |
| Índice de anomalias | (a / b) | 5,00 |

**E. DESCRIÇÃO DE SINTOMAS QUE MOTIVAM A ATRIBUIÇÃO DE NÍVEIS DE ANOMALIAS "GRAVES" E/OU "MUITO GRAVES"**

| Número do elemento funcional | Relato síntese da anomalia | Identificação das fotografias ilustrativas |
|---|---|---|

**F. AVALIAÇÃO**

Com base na observação das condições presentes e visíveis no momento da vistoria e nos termos do artigo 6.º da Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de Novembro,declara-se que:

- O estado de conservação do locado é:

Excelente ☑ Bom ☐ Médio ☐ Mau ☐ Péssimo ☐

- O estado de conservação dos elementos funcionais 1 a 17_____ (a preencher apenas quando tenha sido pedida a avaliação da totalidade do prédio)
- Existem situações que cosntituem grave risco para a segurança e saúde públicas e/ou dos residentes:

Sim ☐ Não ☑

**G. Observações**

**H. Comissão de vistoria**

Data de vistoria:
01/10/2019

Eng. Miriam Pombo

Arq. Sara Martins

Fisc. Luís Silva

**NÍVEL DE CONSERVAÇÃO**

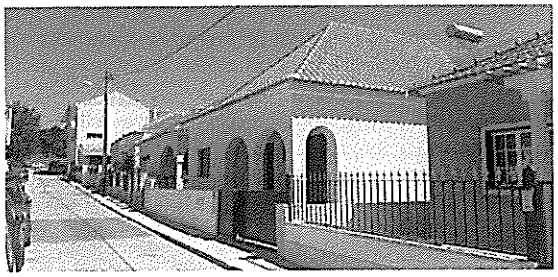
Nos termos do disposto no artigo 5º do DL n.º 266-B/2012, de 31 de Dezembro e no artigo 6º da Portaria n.º1192-B/2006, de 3 de Novembro, declara-se que o locado possui o seguinte Nível de Conservação:

**5**

Certificar é Valorizar
CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA DOS EDIFÍCIOS

# Certificado Energético
Edifício de Habitação

**SCE212866631**
Válido até 30/10/2029



IDENTIFICAÇÃO POSTAL
Morada R CASAL MONTE LEITE, 18
Localidade MALVEIRA
Freguesia MALVEIRA E SÃO MIGUEL DE ALCAINÇA
Concelho MAFRA GPS 38.928593, -9.249834

IDENTIFICAÇÃO PREDIAL/FISCAL
Conservatória do Registo Predial de MAFRA
Nº de Inscrição na Conservatória 1892
Artigo Matricial nº 389 Fração Autónoma

INFORMAÇÃO ADICIONAL
Área útil de Pavimento 149,83 m²

**Este certificado apresenta a classificação energética deste edifício ou fração. Esta classificação é calculada comparando o desempenho energético deste edifício nas condições atuais, com o desempenho que este obteria nas condições mínimas (com base em valores de referência ou requisitos aplicáveis para o ano assinalado) a que estão obrigados os edifícios novos. Saiba mais no site da ADENE em www.adene.pt.**

## INDICADORES DE DESEMPENHO

Determinam a classe energética do edifício e a eficiência na utilização de energia, incluindo o contributo de fontes renováveis. São apresentados comparativamente a um valor de referência e calculados em condições padrão.

### Aquecimento Ambiente

| | |
|---|---|
| Referência: | 72 kWh/m².ano |
| Edifício: | 41 kWh/m².ano |
| Renovável | - % |

43% MAIS eficiente que a referência

### Arrefecimento Ambiente

| | |
|---|---|
| Referência: | 2,6 kWh/m².ano |
| Edifício: | 2,5 kWh/m².ano |
| Renovável | - % |

5% MAIS eficiente que a referência

### Água Quente Sanitária

| | |
|---|---|
| Referência: | 17 kWh/m².ano |
| Edifício: | 16 kWh/m².ano |
| Renovável | 81 % |

82% MAIS eficiente que a referência

## CLASSE ENERGÉTICA

Mais eficiente

Julho 2006 | Dez. 2013 | Janeiro 2016

- A+ 0% a 25%
- A 26% a 50%
- B 51% a 75%
- B- 76% a 100%
- C 101% a 150%
- D 151% a 200%
- E 201% a 250%
- F Mais de 251%

B
51%

Mínimo: Edifícios Novos

Mínimo: Grandes Intervenções

## ENERGIA RENOVÁVEL

Contributo de energia renovável no consumo de energia deste edifício.

22%

## EMISSÕES DE $CO_2$

Emissões de $CO_2$ estimadas devido ao consumo de energia.

2,53 toneladas/ano

Entidade Gestora
adene
Agência para a Energia

Entidade Fiscalizadora
Direção Geral de Energia e Geologia

# Certificado Energético

Edifício de Habitação

**SCE212866631**

B

## DESCRIÇÃO SUCINTA DO EDIFÍCIO OU FRAÇÃO

"Edifício unifamiliar, composto por rés-do-chão e 1º andar encontra-se situado na periferia de uma zona urbana na união das freguesias da Malveira e são Miguel de Alcainça e concelho de Mafra (zona climática I1, V2), a uma altitude de 238 m e a uma distância à costa superior a 5 km. O edifício tem as principais fachadas nas orientações Norte, Este, Sul e Oeste, e não existem obstáculos/edifícios que provoquem sombreamento significativo no edifício. O presente edifício unifamiliar de tipologia T3, tem pavimento em contacto com o solo e sob cobertura exterior, composto no rés-do-chão por um hall, uma sala de estar, uma cozinha, dois quartos e duas instalações sanitárias e o 1º andar por uma sala superior, um quarto e uma instalação sanitária. Apresenta inércia térmica média e a ventilação processa-se de forma natural. O sistema de produção de águas quentes sanitárias é um sistema solar térmico com apoio eléctrico."

## COMPORTAMENTO TÉRMICO DOS ELEMENTOS CONSTRUTIVOS DA HABITAÇÃO

Descreve e classifica o comportamento térmico dos elementos construtivos mais representativos desta habitação. Uma classificação de 5 estrelas, expressa a referência adequada para esses elementos, tendo em conta, entre outros factores, as condições climáticas onde o edifício se localiza.

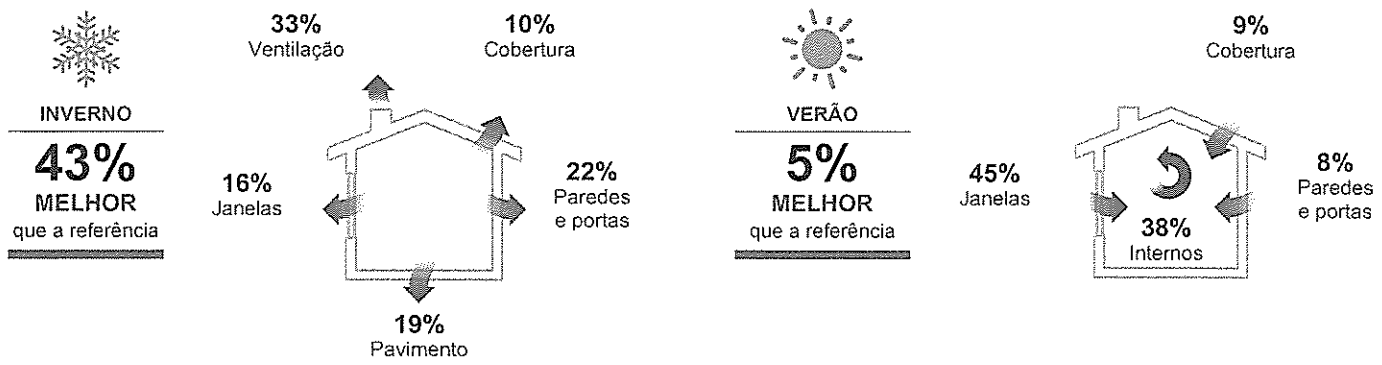
| Tipo * | Descrição das Principais Soluções | * Classificação |
|---|---|---|
| PAREDES | Parede dupla com isolamento termico pelo exterior | ★★★★★ |
| | Parede simples com isolamento térmico pelo exterior | ★★★★★ |
| COBERTURAS | Cobertura inclinada com isolamento nas vertentes inclinadas | ★★★★★ |
| | Cobertura horizontal com isolamento térmico pelo exterior | ★★★★★ |
| PAVIMENTOS | Pavimento sem isolamento térmico | ★★★★☆ |
| | Pavimento com isolamento térmico pelo interior | ★★★★★ |
| JANELAS | Janela Simples com Caixilharia metálica sem corte térmico com vidro duplo e com proteção solar pelo interior | ★★★★★ |
| | Janela Simples com Caixilharia de madeira com vidro duplo e com proteção solar pelo interior | ★★★★★ |

A classificação de janelas, inclui o contributo de eventuais dispositivos de oclusão noturna.

Pior ☆☆☆☆☆
Melhor ★★★★★

## PERDAS E GANHOS DE CALOR DA HABITAÇÃO

Os elementos construtivos contribuem para o consumo de energia associado à climatização e para o conforto na habitação. A informação apresentada, indica o contributo desses elementos, bem como, os locais onde ocorrem perdas e ganhos de calor.




Entidade Gestora

adene
Agência para a Energia

Entidade Fiscalizadora

Direção Geral de Energia e Geologia

## PROPOSTAS DE MEDIDAS DE MELHORIA

As medidas propostas foram identificadas pelo Perito Qualificado e têm como objectivo a melhoria do desempenho energético do edifício. A implementação destas medidas, para além de reduzir a fatura energética anual, poderá contribuir para uma melhoria na classificação energética.

| Nº da Medida | Aplicação | Descrição da Medida de Melhoria Proposta | Custo Estimado do Investimento | Redução Anual Estimada da Fatura Energética | Classe Energética (após medida) |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | | Substituição do equipamento atual e/ou instalação de sistema de ar condicionado (bomba de calor) split, multiplit ou VRF com elevada classe energética, para climatização | 3.600€ | até 840€ | A |

Saiba mais sobre as medidas de melhoria nas restantes páginas do certificado.

## CONJUNTO DE MEDIDAS DE MELHORIA

1 Representa o impacto a nível financeiro e do desempenho energético na habitação, que este conjunto de medidas de melhoria terá, se for implementado.

| 3.600€ | até 840€ | A |
|---|---|---|
| CUSTO TOTAL ESTIMADO DO INVESTIMENTO | REDUÇÃO ANUAL ESTIMADA DA FATURA | CLASSE ENERGÉTICA APÓS MEDIDA |

## RECOMENDAÇÕES SOBRE SISTEMAS TÉCNICOS

Os sistemas técnicos dos edifícios de habitação, com especial relevância para os equipamentos responsáveis pela produção de águas quentes sanitárias, aquecimento e arrefecimento são determinantes no consumo de energia. Face a essa importância é essencial que sejam promovidas, com regularidade, ações que assegurem o correto funcionamento desses equipamentos, especialmente em sistemas com caldeiras que produzam água quente sanitária e/ou aquecimento, bem como sistemas de ar condicionado. Neste sentido, é recomendável que sejam realizadas ações de manutenção e inspeção regulares a esses sistemas, por técnicos qualificados. Estas ações contribuem para manter os sistemas regulados de acordo com as suas especificações, garantir a segurança e o funcionamento otimizado do ponto de vista energético e ambiental.

Nas situações de aquisição de novos equipamentos ou de substituição dos atuais, deverá obter, através de um técnico qualificado, informação sobre o dimensionamento e características adequadas em função das necessidades. A escolha correta de um equipamento permitirá otimizar os custos energéticos e de manutenção durante a vida útil do mesmo.

Estas recomendações foram produzidas pela ADENE - Agência para a energia. Caso necessite de obter mais informações sobre como melhorar o desempenho dos seus equipamentos, contacte esta agência ou um técnico qualificado.

## DEFINIÇÕES

**Energia Renovável** - Energia proveniente de recursos naturais renováveis como o sol, vento, água, biomassa, geotermia entre outras, cuja utilização para suprimento dos diversos usos no edifício contribui para a redução do consumo de energia fóssil deste.

**Emissões $CO_2$** - Indicador que traduz a quantidade de gases de efeito de estufa libertados para a atmosfera em resultado do consumo de energia nos diversos usos considerados no edifício.

**Valores de Referência** - Valores que expressam o desempenho energético dos elementos construtivos ou sistemas técnicos e que conduzem ao cenário de referência determinado para efeito de comparação com o edifício real.

**Condições Padrão** - Condições consideradas na avaliação do desempenho energético do edifício, admitindo-se para este efeito, uma temperatura interior de 18°C na estação de aquecimento e 25°C na estação de arrefecimento, bem como o aquecimento de uma determinada quantidade de água quente sanitária, em função da tipologia da habitação.

## INFORMAÇÃO ADICIONAL

Tipo de Certificado Grande Intervenção

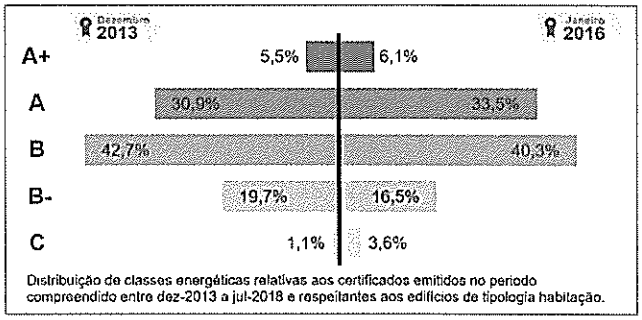
Nome do PQ JOSÉ AIRES LUZ MATOS

Número do PQ PQ01340

Data de Emissão 30/10/2019

N° do Documento Anterior SCE0000157143930

Morada Alternativa R CASAL MONTE LEITE, 18,



Distribuição de classes energéticas relativas aos certificados emitidos no período compreendido entre dez-2013 a jul-2018 e respeitantes aos edifícios de tipologia habitação.

## NOTAS E OBSERVAÇÕES

A classe energética foi determinada com base na comparação do desempenho energético do edifício nas condições em que este se encontra, face ao desempenho que o mesmo teria com uma envolvente e sistemas técnicos de referência. Considera-se que os edifícios devem garantir as condições de conforto dos ocupantes, pelo que, caso não existam sistemas de climatização no edifício/fração, assume-se a sua existência por forma a permitir comparações objetivas entre edifícios.

Os consumos efetivos do edifício/fração podem divergir dos consumos previstos neste certificado, pois dependem da ocupação e padrões de comportamento dos utilizadores.

Esta secção do certificado energético apresenta, em detalhe, os elementos considerados pelo Perito Qualificado no processo de certificação do edifício/fração. Esta informação encontra-se desagregada entre os principais indicadores energéticos e dados climáticos relativos ao local do edifício, bem como as soluções construtivas e sistemas técnicos identificados em projeto e/ou durante a visita ao imóvel. As soluções construtivas e sistemas técnicos encontram-se caracterizados tendo por base a melhor informação recolhida pelo Perito Qualificado e apresentam uma indicação dos valores referenciais ou limites admissíveis (quando aplicáveis).

## RESUMO DOS PRINCIPAIS INDICADORES

| Sigla | Descrição | Valor / Referência |
|---|---|---|
| Nic | Necessidades nominais anuais de energia útil para aquecimento (kWh/m².ano) | 41,2 / 72,1 |
| Nvc | Necessidades nominais anuais de energia útil para arrefecimento (kWh/m².ano) | 7,5 / 7,9 |
| Qa | Energia útil para preparação de água quente sanitária (kWh/ano) | 2.377,0 / 2.377,0 |
| Wvm | Energia elétrica necessária ao funcionamento dos ventiladores (kWh/ano) | 0,0 |
| Eren | Energia produzida a partir de fontes renováveis para usos regulados (kWh/ano) | 1.942,0 / 0,0* |
| Eren, ext | Energia produzida a partir de fontes renováveis para outros usos (kWh/ano) | 0,0 |
| Ntc | Necessidades nominais anuais globais de energia primária ($kWh_{ep}/m^2$.ano) | 117,1 / 228,8 |

* respeitante à contribuição mínima a que estão sujeitos os edifícios novos ou grandes intervenções, quando aplicável

## DADOS CLIMÁTICOS

| Descrição | Valor |
|---|---|
| Altitude | 238 m |
| Graus-dia (18º C) | 1290 |
| Temperatura média exterior ( I / V) | 10,3 / 20,4 °C |
| Zona Climática de inverno | I1 |
| Zona Climática de verão | V2 |
| Duração da estação de aquecimento | 5,7 meses |
| Duração da estação de arrefecimento | 4,0 meses |

## PAREDES, COBERTURAS, PAVIMENTOS E PONTES TÉRMICAS PLANAS

| Descrição dos Elementos Identificados | Área Total e Orientação [m²] | Coeficiente de Transmissão Térmica* [W/m² ºC] Solução | Referência | Máximo |
|---|---|---|---|---|
| **Paredes** | | | | |
| Parede exterior com espessura de 42cm, cor (tonalidade clara), com a seguinte composição: estuque de argamassas tradicionais com espessura de 1 cm; placa de pladur de 6 mm, lã de rocha com espessura de 4cm, tijolo furado de 6 cm + tijolo furado de 22 cm, reboco de 1 cm, poliestireno expandido moldado (EPS) com espessura de 6 cm, revestimento do sistema ETICS com espessura de 0.1 cm. | 32 N 11 11 36 | 0,28 ★★★★★ | 0,50 | 0,50 |
| Parede exterior com espessura de 38cm, cor (tonalidade clara), com a seguinte composição: placa de pladur de 1,2 mm, lã de rocha com espessura de 6cm, tijolo furado de 22 cm, reboco de 1 cm, poliestireno expandido moldado (EPS) com espessura de 6 cm, revestimento do sistema ETICS com espessura de 0.1 cm. | 18 N 9.8 14 18 | 0,27 ★★★★★ | 0,50 | - |
| Parede em aço leve composta do interior para o exterior por: placa de gesso cartonado(1.2cm), placa de OSB (2.2cm), estrutura de aço leve 11 cm preenchida por lã de rocha (4cm),placa de OSB (2.2cm), XPS (6cm), massa de acabamento para sistema ETICS (1.5cm)com espessura total de parede de 28cm. | 4.9 N 4.9 | 0,32 ★★★★★ | 0,50 | - |
| **Coberturas** | | | | |
| Cobertura exterior inclinada de aço leve com espessura de 29cm, cor (tonalidade média), com a seguinte composição: placa de pladur de 1,2 mm,; Lã de Rocha com espessura de 4.0 cm; perfil metálico de 11 cm; XPS com espessura de 4.0 cm; Painel Sandwich com espessura de 4.cm; telha de barro com espessura de 1.4 cm; | 87,6 | 0,25 ★★★★★ | 0,40 | - |
| Cobertura exterior horizontal de aço leve com espessura de 29cm, cor (tonalidade média), com a seguinte composição: placa de pladur de 1,2 mm,; Lã de Rocha com espessura de 4.0 cm; perfil metálico de 11 cm; XPS com espessura de 4.0 cm; betoneira de regularização com espessura de 5.cm; mosaico cerâmico com espessura de 1 cm | 31,9 | 0,23 ★★★★★ | 0,40 | - |
| **Pavimentos** | | | | |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Pavimento exterior com a seguinte composição: poliestireno expandido extrudido (XPS) com espessura de 10.0 cm; betão armado de inertes correntes com espessura de 15.0 cm; reboco de argamassas com espessura de 2.0 cm, com espessura de 27.0cm | 6,8 | 0,33 ★★★★★ | 0,40 | - |
| Pavimento térreo , com a seguinte composição: mosaico cerâmico com espessura de 1.0 cm; betonilha de argamassas tradicionais com espessura de 10.0 cm; betão armado de inertes correntes com espessura de 20.0 cm; Areia, gravilha, seixo,com espessura de 10.0 cm, com espessura total de 41.0cm | 97,5 | 0,54 ★★★★☆ | 0,00 | - |

Pontes Térmicas Planas

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| PTP- Pilar exterior com espessura de 34.6cm, cor (tonalidade clara), com a seguinte composição: reboco de argamassas tradicionais de 1800-2000 kg/m³ (Rt=0.01m².°C/W) com espessura de 1.5 cm; betão armado de inertes correntes com percent. significativa de armadura paralela ao fluxo de calor de = 2400 kg/m³ (Rt=0.10m².°C/W) com espessura de 25.0 cm; poliestireno expandido moldado (EPS) de >20 kg/m³ (Rt=2.16m².°C/W) com espessura de 8.0 cm; revestimento do sistema ETICS de 1 mm (Rt=0.00m².°C/W) com espessura de 0.1 cm; | 1.0 N 1.2 5.2 | 0,41 ☆☆☆☆☆ | 0,50 | - |
| PTV -Viga exterior com espessura de 34.6cm, cor (tonalidade clara), com a seguinte composição: reboco de argamassas tradicionais de 1800-2000 kg/m³ (Rt=0.01m².°C/W) com espessura de 1.5 cm; betão armado de inertes correntes com percent. significativa de armadura paralela ao fluxo de calor de = 2400 kg/m³ (Rt=0.10m².°C/W) com espessura de 25.0 cm; poliestireno expandido moldado (EPS) de >20 kg/m³ (Rt=2.16m².°C/W) com espessura de 8.0 cm; revestimento do sistema ETICS de 1 mm (Rt=0.00m².°C/W) com espessura de 0.1 cm; | 5.5 N 3.0 2.3 1.8 | 0,41 ☆☆☆☆☆ | 0,40 | - |
| PTP CxEst - Caixa de estore com espessura de 6.0cm, cor (tonalidade clara), com a seguinte composição: reboco de argamassas tradicionais de 1800-2000 kg/m³ (Rt=0.02m².°C/W) com espessura de 2.0 cm; poliestireno expandido moldado (EPS) de 15-20 kg/m³ (Rt=1.00m².°C/W) com espessura de 4.0 cm; | 0.4 N 1.4 1.1 | 0,78 ☆☆☆☆☆ | 0,50 | - |

* Menores valores representam soluções mais eficientes.

## VÃOS ENVIDRAÇADOS

| Descrição dos Elementos Identificados | Área Total e Orientação [m²] | Coef. de Transmissão Térmica*[W/m².°C] Solução | Referência | Fator Solar Vidro | Global |
|---|---|---|---|---|---|
| Vão envidraçado vertical composto por caixilho simples de alumínio, com corte térmico, fixo, sem quadrícula, com classificação 4 quanto à classe de permeabilidade ao ar (de acordo com a Norma EN 12207), vidro duplo incolor (PLANICLEAR 6mm + capa PLANITHERM 4S II caixa de ar 20mm + PLANICLEAR 4mm+ PVB STANDARD 0.38 mm+PLANICLEAR 4mm), com coeficiente de transmissão térmica de1,30W/(m2ºC) e com fator solar do vidro (gt) 0,47. Blackout de cor escura(cortina opaca de cor escura pelo interior). | N 1.8 | 1,53 ★★★★★ | 2,80 | 0,47 | 0,24 |
| Vão envidraçado vertical composto por caixilho simples de alumínio, com corte térmico, fixo, sem quadrícula, com classificação 4 quanto à classe de permeabilidade ao ar (de acordo com a Norma EN 12207), vidro duplo incolor (PLANICLEAR 6mm + capa PLANITHERM 4S II caixa de ar 20mm + PLANICLEAR 4mm+ PVB STANDARD 0.38 mm+PLANICLEAR 4mm), com coeficiente de transmissão térmica de1,30W/(m2ºC) e com fator solar do vidro (gt) 0,47. Persianas exteriores de réguas metálicas térmicaa de cor escura. | N 10 | 1,53 ★★★★★ | 2,80 | 0,47 | 0,09 |
| Vão envidraçado vertical composto por caixilho simples de alumínio, com corte térmico, sistema de abertura de oscilobatente, sem quadrícula, com classificação 4 quanto à classe de permeabilidade ao ar (de acordo com a Norma EN 12207), vidro duplo incolor (PLANICLEAR 6mm + capa PLANITHERM 4S II caixa de ar 20mm + PLANICLEAR 4mm+ PVB STANDARD 0.38 mm+PLANICLEAR 4mm), com coeficiente de transmissão térmica de1,30W/(m2ºC) e com fator solar do vidro (gt) 0,42. Persianas exteriores de réguas metálicas térmica | 1.3 N 4.6 10 | 1,65 ★★★★★ | 2,80 | 0,42 | 0,09 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Vão envidraçado horizontal inserido em cobertura/tecto, de abertura giratória com caixilho simples em madeira sem quadricula, com vidro duplo com U=1.3 W/m²K e g=0.47; tipo VELUX com vidro 4mm+16 árgon+4 mm ou equivalente; permeabilidade ao ar: classe 3; Uwdn = 1.86 W/m².°C Proteção solar interior com cortina opaca de cor clara | N  1.7 | 1,86 ★★★★★ | 2,80 | 0,47 | 0,36 |

* Menores valores representam soluções mais eficientes.

## SISTEMAS TÉCNICOS E VENTILAÇÃO

| Descrição dos Elementos Identificados | Uso | Produção de Energia [kWh/ano] | Área total [m²] | Produtividade* [kWh/m².coletor] | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Solução | Ref. |
| Painel solar térmico | | | | | |
| Termossifão Insuatherm Atlantis 300L | | 1.942,00 | 3,76 | 516,00 | 584,00 |

*Valores maiores representam soluções mais eficientes.

| Descrição dos Elementos Identificados | Uso | Taxa nominal de renovação de ar ($h^{-1}$) | |
|---|---|---|---|
| | | Solução | Mínimo |
| Ventilação | | | |
| Ventilação natural.Para efeitos de determinação da respectiva taxa de ventilação,foi considerado que o imóvel se encontra a uma distância superior a 5km da costa, à altitude de 238m, na periferia de uma zona urbana ou numa zona rural. Edifício têm aberturas fixas de admissão de ar na fachada com 1000cm2 .Poderá ser feito arrefecimento nocturno através de vãos, têm fachadas exteriores. | | 0,40 | 0,40 |

Medida de Melhoria 1 — Substituição do equipamento atual e/ou instalação de sistema de ar condicionado (bomba de calor) split, multiplit ou VRF com elevada classe energética, para climatização

| | Uso | Novos Indicadores de Desempenho | Outros Benefícios | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Instalação de sistema de climatização de ar condicionado com EER 4.20 para arrefecimento e COP 4.50 para aquecimento. | | 90% **MAIS** eficiente | ENR | TER | ACU |
| | | 84% **MAIS** eficiente | PAT | QAI | SEG |
| | | 82% **MAIS** eficiente | FIM | REN | VIS |

● Benefícios identificados

Legenda:

Uso

Aquecimento Ambiente | Arrefecimento Ambiente | Água Quente Sanitária | Outros Usos (Eren, Ext) | Ventilação e Extração

Outros Benefícios

Outros benefícios que poderão ocorrer após a implementação da medida de melhoria

- ENR — Redução de necessidades de energia
- TER — Melhoria das condições de conforto térmico
- ACU — Melhoria das condições de conforto acústico
- PAT — Prevenção ou redução de patologias
- QAI — Melhoria da qualidade do ar interior
- SEG — Melhoria das condições de segurança
- FIM — Facilidade de implementação
- REN — Promoção de energia proveniente de fontes renováveis
- VIS — Melhoria da qualidade visual e prestígio

3.2

# CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

**Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente**

**Divisão de Obras Municipais**

PARECER

Do Diretor de Departamento:
Concordo.
À consideração superior
03/12/2019

O Diretor de Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente

(Bruno Miranda)

Do Chefe de Divisão:
Concordo
À cons. superior
03/12/2019

O Chefe de Divisão de Obras Municipais

(António Sousa Fernandes)

DESPACHO

À reunião

3/12/2019

O Presidente da Câmara Municipal

(Helder António Guerra de Sousa Silva)

## INFORMAÇÃO Interno/2019/15930

***ASSUNTO***: Revisão de preços definitiva da Empreitada "Construção do Parque Ecológico e Parque Intermodal - Venda do Pinheiro"

Envia-se para tomada de decisão superior, a revisão de preços definitiva referente da empreitada de Construção do Parque Ecológico e Parque Intermodal - Venda do Pinheiro, referente ao Processo 13.1.1/2016/5, conforme mapas em anexo, efetuada de acordo com o Decreto-Lei n.º 6/2004 de 6 de janeiro. A revisão de preços foi efetuada de acordo com o plano de pagamentos inicial, ou seja, não houve lugar a qualquer acréscimo no seu valor devido à prorrogação do prazo da empreitada.
Relativamente à Construção do Parque Ecológico, verifica-se que há lugar ao pagamento de 25.648,51 € a favor do empreiteiro, e relativamente à Construção do Parque Intermodal, verifica-se que há lugar ao pagamento de 23.446,81 € a favor do empreiteiro, dado que a variação do coeficiente de atualização $C_t$, em alguns dos meses de execução da obra, foi superior a 1%, perfazendo o valor total de 49.095,32 €

Mafra, 31 de outubro de 2019

João Tavares
Técnico superior

Anexo XX

# CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

**Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente**

**Divisão de Obras Municipais**

## REVISÃO DE PREÇOS

(D. L. n.º 6/2004, de 6 de Janeiro)

### ESQUEMA DE REVISÃO POR FÓRMULA

**EMPREITADA:** "Construção do Parque Ecológico - Venda do Pinheiro"

**EMPREITEIRO:** - AECI, ARQUITECTURA, CONSTRUÇÃO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S.A.

**DATA DO CONCURSO:** 25/11/2016 **DATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS:** 10/01/2017

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** 210+207+61 dias **DATA DA CONSIGNAÇÃO:** 10/07/2017

**DATA DA CONCLUSÃO:** 31/10/2018 **DATA LIMITE ENTREGA PROPOSTAS:** 09/01/2017

| VALOR DA EMPREITADA | PREÇOS CONTRATUAIS | PREÇOS ACORDADOS | TOTAIS | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|
| ADJUDICAÇÃO | 1 203 296,93 € | | | |
| 1ª | 26 184,88 € | 124 975,55 € | 1 354 457,36 € | |
| 2ª | | | | |
| 3ª | | | | |

| PRORROGAÇÕES/ SUSPENSÕES | PRAZO (Dias seguidos) | MOTIVOS | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|
| 1ª | 207 | Más condições climatéricas | |
| 2ª | 61 | Más condições climatéricas | |
| 3ª | | | |

| ADIANTAMENTOS PARA MATERIAIS | DATA DA CONCESSÃO | VALOR | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|
| 1º | | | |
| 2º | | | |
| 3º | | | |

### FÓRMULA DO CONTRATO - Arranjos exteriores - F09

$$Ct = 0{,}31\frac{St}{So} + 0{,}04\frac{M03t}{M03o} + 0{,}04\frac{M06t}{M06o} + 0{,}02\frac{M18t}{M18o} + 0{,}05\frac{M20t}{M20o} + 0{,}02\frac{M22t}{M22o} + 0{,}01\frac{M24t}{M24o} + 0{,}02\frac{M32t}{M32o} + 0{,}02\frac{M42t}{M42o} +$$

$$+0{,}06\frac{M43t}{M43o} + 0{,}02\frac{M45t}{M45o} + 0{,}04\frac{M47t}{M47o} + 0{,}04\frac{M48t}{M48o} + 0{,}21\frac{Et}{Eo} + 0{,}10$$

Elaborado por:

31/10/2019

X João Luís dos Santos Tavares

João Tavares
Técnico Superior
Assinado por: JOÃO LUÍS DOS SANTOS TAVARES

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente**

Divisão de Obras Municipais

# CÁLCULO DOS COEFICIENTES DE ACTUALIZAÇÃO Ct

(Trabalhos *Contratuais* )

FÓRMULA DE CONTRATO — REVISÃO DE PREÇOS (D. L. nº 6/2004, de 6 de Janeiro)

**EMPREITADA: "Construção do Parque Ecológico - Venda do Pinheiro"**

| DATA BASE | | | | | MÊS A QUE RESPEITA A REVISÃO | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CONSTANTES (K) / MÊS/ANO | | | Dez./16 | | Jul./17 | | Ago./17 | | Set./17 | | Out./17 | | Nov./17 | | Dez./17 | |
| COEFICIENTES | | | ÍNDICES | K= COEFIC. / ÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES |
| Mão de obra | S | 0,31 | 134,30 | 0,002308 | 139,00 | 0,320849 | 139,00 | 0,320849 | 139,00 | 0,320849 | 138,30 | 0,319233 | 138,30 | 0,319233 | 138,30 | 0,319233 |
| Inertes | M03 | 0,04 | 98,90 | 0,000404 | 98,80 | 0,039960 | 98,80 | 0,039960 | 98,90 | 0,040000 | 99,00 | 0,040040 | 99,00 | 0,040040 | 99,00 | 0,040040 |
| ladrilhos e cantarias de calcário e granito | M06 | 0,04 | 96,40 | 0,000415 | 96,40 | 0,040000 | 96,40 | 0,040000 | 96,40 | 0,040000 | 96,40 | 0,040000 | 96,40 | 0,040000 | 96,40 | 0,040000 |
| betumes a granel | M18 | 0,02 | 272,80 | 0,000073 | 223,00 | 0,016349 | 222,20 | 0,016290 | 231,10 | 0,016943 | 320,90 | 0,023526 | 331,70 | 0,024318 | 354,30 | 0,025975 |
| Cimento em saco | M20 | 0,05 | 150,70 | 0,000332 | 151,80 | 0,050365 | 151,80 | 0,050365 | 151,80 | 0,050365 | 151,80 | 0,050365 | 151,80 | 0,050365 | 151,80 | 0,050365 |
| gasóleo | M22 | 0,02 | 271,30 | 0,000074 | 265,30 | 0,019558 | 269,30 | 0,019853 | 273,30 | 0,020147 | 278,20 | 0,020509 | 282,50 | 0,020826 | 283,90 | 0,020929 |
| Madeiras de pinho | M24 | 0,01 | 157,10 | 0,000064 | 157,10 | 0,010000 | 157,10 | 0,010000 | 157,10 | 0,010000 | 157,10 | 0,010000 | 157,10 | 0,010000 | 157,10 | 0,010000 |
| tubo de PVC | M32 | 0,02 | 108,70 | 0,000184 | 122,20 | 0,022484 | 118,80 | 0,021858 | 120,50 | 0,022171 | 120,50 | 0,022171 | 120,50 | 0,022171 | 120,50 | 0,022171 |
| Tubagem de aço e aparelhos para canalizações | M42 | 0,02 | 100,10 | 0,000200 | 100,10 | 0,020000 | 100,10 | 0,020000 | 100,10 | 0,020000 | 100,10 | 0,020000 | 100,10 | 0,020000 | 100,10 | 0,020000 |
| aço para betão armado | M43 | 0,06 | 167,00 | 0,000359 | 164,90 | 0,059246 | 166,70 | 0,059892 | 170,00 | 0,061078 | 171,20 | 0,061509 | 171,30 | 0,061545 | 171,90 | 0,061760 |
| perfilados pesados e ligeiros | M45 | 0,02 | 177,00 | 0,000113 | 176,90 | 0,019989 | 176,90 | 0,019989 | 176,90 | 0,019989 | 177,60 | 0,020068 | 177,60 | 0,020068 | 177,60 | 0,020068 |
| produtos pré-fabricados de betão | M47 | 0,04 | 99,20 | 0,000403 | 99,20 | 0,040000 | 99,20 | 0,040000 | 99,20 | 0,040000 | 99,20 | 0,040000 | 99,20 | 0,040000 | 99,20 | 0,040000 |
| produtos para ajardinamentos | M48 | 0,04 | 110,60 | 0,000362 | 111,40 | 0,040289 | 111,40 | 0,040289 | 111,30 | 0,040253 | 111,40 | 0,040289 | 111,30 | 0,040253 | 106,50 | 0,038517 |
| Equipamento de apoio | E | 0,21 | 115,10 | 0,001825 | 116,40 | 0,212372 | 116,50 | 0,212554 | 116,70 | 0,212919 | 116,70 | 0,212919 | 116,70 | 0,212919 | 116,70 | 0,212919 |
| Constante | d | 0,10 | | | | 0,100000 | | 0,100000 | | 0,100000 | | 0,100000 | | 0,100000 | | 0,100000 |
| | | | | | | | | | | | | | | | | |
| COEFICIENTE DE ACTUALIZAÇÃO MENSAL Ct = S(K x INDICES + C) | | | | | 1,011459 | | 1,011899 | | 1,014714 | | 1,020630 | | 1,021738 | | 1,021978 | |

Elaborado por:

31/10/2019

X

João Tavares
Técnico Superior
Assinado por: JOÃO LUÍS DOS SANTOS TAVARES

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**
**Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente**
**Divisão de Obras Municipais**

# CÁLCULO DOS COEFICIENTES DE ACTUALIZAÇÃO Ct

(Trabalhos *Contratuais* )

FÓRMULA DE CONTRATO — REVISÃO DE PREÇOS (D. L. nº 6/2004, de 6 de Janeiro)

**EMPREITADA: "Construção do Parque Ecológico - Venda do Pinheiro"**

| DATA BASE | | | | | MÊS A QUE RESPEITA A REVISÃO | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CONSTANTES (K) / MÊS/ANO | | | | | MÊS/ANO **Jan./18** | | MÊS/ANO **Fev./18** | | MÊS/ANO **Mar./18** | | MÊS/ANO **Abr./18** | | MÊS/ANO **Mai./18** | | MÊS/ANO **Jun./18** | |
| COEFICIENTES | | | ÍNDICES **Dez./16** | K= COEFIC. / ÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES |
| Mão de obra | S | 0,31 | 134,30 | 0,002308 | 141,00 | 0,325465 | 141,00 | 0,325465 | 141,00 | 0,325465 | 141,40 | 0,326389 | 141,40 | 0,326389 | 141,40 | 0,326389 |
| Inertes | M03 | 0,04 | 98,90 | 0,000404 | 99,10 | 0,040081 | 99,10 | 0,040081 | 98,90 | 0,040000 | 99,00 | 0,040040 | 98,90 | 0,040000 | 98,90 | 0,040000 |
| ladrilhos e cantarias de calcário e granito | M06 | 0,04 | 96,40 | 0,000415 | 96,40 | 0,040000 | 96,40 | 0,040000 | 96,40 | 0,040000 | 96,40 | 0,040000 | 96,40 | 0,040000 | 96,40 | 0,040000 |
| betumes a granel | M18 | 0,02 | 272,80 | 0,000073 | 352,40 | 0,025836 | 361,40 | 0,026496 | 347,10 | 0,025447 | 343,80 | 0,025205 | 366,90 | 0,026899 | 412,20 | 0,030220 |
| Cimento em saco | M20 | 0,05 | 150,70 | 0,000332 | 152,20 | 0,050498 | 153,30 | 0,050863 | 153,30 | 0,050863 | 153,30 | 0,050863 | 153,30 | 0,050863 | 153,30 | 0,050863 |
| gasóleo | M22 | 0,02 | 271,30 | 0,000074 | 289,80 | 0,021364 | 286,40 | 0,021113 | 283,50 | 0,020899 | 290,30 | 0,021401 | 302,10 | 0,022271 | 306,30 | 0,022580 |
| Madeiras de pinho | M24 | 0,01 | 157,10 | 0,000064 | 157,10 | 0,010000 | 157,10 | 0,010000 | 157,30 | 0,010013 | 157,30 | 0,010013 | 157,30 | 0,010013 | 161,30 | 0,010267 |
| tubo de PVC | M32 | 0,02 | 108,70 | 0,000184 | 120,50 | 0,022171 | 120,50 | 0,022171 | 118,80 | 0,021858 | 118,80 | 0,021858 | 118,80 | 0,021858 | 118,80 | 0,021858 |
| Tubagem de aço e aparelhos para canalizações | M42 | 0,02 | 100,10 | 0,000200 | 100,10 | 0,020000 | 100,10 | 0,020000 | 100,10 | 0,020000 | 100,10 | 0,020000 | 100,10 | 0,020000 | 100,10 | 0,020000 |
| aço para betão armado | M43 | 0,06 | 167,00 | 0,000359 | 173,50 | 0,062335 | 173,50 | 0,062335 | 172,90 | 0,062120 | 171,30 | 0,061545 | 170,70 | 0,061329 | 170,70 | 0,061329 |
| perfilados pesados e ligeiros | M45 | 0,02 | 177,00 | 0,000113 | 177,60 | 0,020068 | 177,60 | 0,020068 | 177,60 | 0,020068 | 177,60 | 0,020068 | 177,60 | 0,020068 | 177,60 | 0,020068 |
| produtos pré-fabricados de betão | M47 | 0,04 | 99,20 | 0,000403 | 99,20 | 0,040000 | 99,20 | 0,040000 | 99,20 | 0,040000 | 99,20 | 0,040000 | 99,20 | 0,040000 | 99,20 | 0,040000 |
| produtos para ajardinamentos | M48 | 0,04 | 110,60 | 0,000362 | 106,50 | 0,038517 | 111,40 | 0,040289 | 113,20 | 0,040940 | 113,20 | 0,040940 | 113,20 | 0,040940 | 113,10 | 0,040904 |
| Equipamento de apoio | E | 0,21 | 115,10 | 0,001825 | 116,80 | 0,213102 | 116,90 | 0,213284 | 117,00 | 0,213467 | 117,10 | 0,213649 | 117,10 | 0,213649 | 117,20 | 0,213831 |
| Constante | d | 0,10 | | | | 0,100000 | | 0,100000 | | 0,100000 | | 0,100000 | | 0,100000 | | 0,100000 |
| | | | | | | | | | | | | | | | | |
| COEFICIENTE DE ACTUALIZAÇÃO MENSAL Ct = S(K x INDICES + C) | | | | | 1,029437 | | 1,032165 | | 1,031140 | | 1,031971 | | 1,034278 | | 1,038310 | |

Elaborado por:

31/10/2019

X João Luís dos Santos Tavares

João Tavares
Técnico Superior
Assinado por: JOÃO LUÍS DOS SANTOS TAVARES

# CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

**Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente**

**Divisão de Obras Municipais**

## CÁLCULO DOS COEFICIENTES DE ACTUALIZAÇÃO Ct

(Trabalhos *Contratuais* )

FÓRMULA DE CONTRATO — REVISÃO DE PREÇOS (D. L. nº 6/2004, de 6 de Janeiro)

**EMPREITADA: "Construção do Parque Ecológico - Venda do Pinheiro"**

| DATA BASE | | | | | MÊS A QUE RESPEITA A REVISÃO | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CONSTANTES (K) / MÊS/ANO | | | Dez./16 | | Jul./18 | | Ago./18 | | Set./18 | | Out./18 | | Nov./18 | | Dez./18 | |
| COEFICIENTES | | | ÍNDICES | K= COEFIC. / ÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES |
| Mão de obra | S | 0,31 | 134,30 | 0,002308 | 142,60 | 0,329159 | 142,60 | 0,329159 | 142,60 | 0,329159 | 143,50 | 0,331236 | | | | |
| Inertes | M03 | 0,04 | 98,90 | 0,000404 | 98,90 | 0,040000 | 98,90 | 0,040000 | 98,90 | 0,040000 | 98,90 | 0,040000 | | | | |
| ladrilhos e cantarias de calcário e granito | M06 | 0,04 | 96,40 | 0,000415 | 96,40 | 0,040000 | 96,40 | 0,040000 | 96,40 | 0,040000 | 96,40 | 0,040000 | | | | |
| betumes a granel | M18 | 0,02 | 272,80 | 0,000073 | 420,40 | 0,030821 | 428,90 | 0,031444 | 422,70 | 0,030990 | 429,70 | 0,031503 | | | | |
| Cimento em saco | M20 | 0,05 | 150,70 | 0,000332 | 153,30 | 0,050863 | 153,30 | 0,050863 | 153,30 | 0,050863 | 153,30 | 0,050863 | | | | |
| gasóleo | M22 | 0,02 | 271,30 | 0,000074 | 303,60 | 0,022381 | 304,30 | 0,022433 | 308,90 | 0,022772 | 317,40 | 0,023398 | | | | |
| Madeiras de pinho | M24 | 0,01 | 157,10 | 0,000064 | 161,30 | 0,010267 | 161,30 | 0,010267 | 161,30 | 0,010267 | 161,30 | 0,010267 | | | | |
| tubo de PVC | M32 | 0,02 | 108,70 | 0,000184 | 123,80 | 0,022778 | 123,80 | 0,022778 | 125,50 | 0,023091 | 123,80 | 0,022778 | | | | |
| Tubagem de aço e aparelhos para canalizações | M42 | 0,02 | 100,10 | 0,000200 | 100,10 | 0,020000 | 100,10 | 0,020000 | 100,10 | 0,020000 | 100,10 | 0,020000 | | | | |
| aço para betão armado | M43 | 0,06 | 167,00 | 0,000359 | 171,30 | 0,061545 | 171,30 | 0,061545 | 172,60 | 0,062012 | 172,00 | 0,061796 | | | | |
| perfilados pesados e ligeiros | M45 | 0,02 | 177,00 | 0,000113 | 178,40 | 0,020158 | 178,40 | 0,020158 | 178,50 | 0,020169 | 178,70 | 0,020192 | | | | |
| produtos pré-fabricados de betão | M47 | 0,04 | 99,20 | 0,000403 | 99,20 | 0,040000 | 99,20 | 0,040000 | 99,20 | 0,040000 | 99,20 | 0,040000 | | | | |
| produtos para ajardinamentos | M48 | 0,04 | 110,60 | 0,000362 | 113,10 | 0,040904 | 113,10 | 0,040904 | 113,10 | 0,040904 | 113,20 | 0,040940 | | | | |
| Equipamento de apoio | E | 0,21 | 115,10 | 0,001825 | 117,30 | 0,214014 | 117,40 | 0,214196 | 117,50 | 0,214379 | 117,70 | 0,214744 | | | | |
| Constante | d | 0,10 | | | | 0,100000 | | 0,100000 | | 0,100000 | | 0,100000 | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | |
| COEFICIENTE DE ACTUALIZAÇÃO MENSAL Ct = S(K x INDICES + C) | | | | | 1,042890 | | 1,043748 | | 1,044606 | | 1,047718 | | | | | |

Elaborado por:

31/10/2019

X João Luís dos Santos Tavares

João Tavares
Técnico Superior
Assinado por: JOÃO LUÍS DOS SANTOS TAVARES

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**
**Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente**
**Divisão de Obras Municipais**

# CÁLCULO DOS COEFICIENTES DE ACTUALIZAÇÃO Ct

(Trabalhos *não Contratuais*)

FÓRMULA DE CONTRATO — REVISÃO DE PREÇOS (D. L. nº 6/2004, de 6 de Janeiro)

**EMPREITADA: "Construção do Parque Ecológico - Venda do Pinheiro"**

| DATA BASE | | | | | MÊS A QUE RESPEITA A REVISÃO | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CONSTANTES (K) / MÊS/ANO | | | | | MÊS/ANO **Set./18** | | MÊS/ANO | | MÊS/ANO | | MÊS/ANO | | MÊS/ANO | | MÊS/ANO | |
| COEFICIENTES | | | ÍNDICES | K= COEFIC. / ÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES |
| Mão de obra | S | 0,31 | 142,60 | 0,002174 | 143,50 | 0,311957 | | | | | | | | | | |
| Inertes | M03 | 0,04 | 98,90 | 0,000404 | 98,90 | 0,040000 | | | | | | | | | | |
| ladrilhos e cantarias de calcário e granito | M06 | 0,04 | 96,40 | 0,000415 | 96,40 | 0,040000 | | | | | | | | | | |
| betumes a granel | M18 | 0,02 | 422,70 | 0,000047 | 429,70 | 0,020331 | | | | | | | | | | |
| Cimento em saco | M20 | 0,05 | 153,30 | 0,000326 | 153,30 | 0,050000 | | | | | | | | | | |
| gasóleo | M22 | 0,02 | 308,90 | 0,000065 | 317,40 | 0,020550 | | | | | | | | | | |
| Madeiras de pinho | M24 | 0,01 | 161,30 | 0,000062 | 161,30 | 0,010000 | | | | | | | | | | |
| tubo de PVC | M32 | 0,02 | 125,50 | 0,000159 | 123,80 | 0,019729 | | | | | | | | | | |
| Tubagem de aço e aparelhos para canalizações | M42 | 0,02 | 100,10 | 0,000200 | 100,10 | 0,020000 | | | | | | | | | | |
| aço para betão armado | M43 | 0,06 | 172,60 | 0,000348 | 172,00 | 0,059791 | | | | | | | | | | |
| perfilados pesados e ligeiros | M45 | 0,02 | 178,50 | 0,000112 | 178,70 | 0,020022 | | | | | | | | | | |
| produtos pré-fabricados de betão | M47 | 0,04 | 99,20 | 0,000403 | 99,20 | 0,040000 | | | | | | | | | | |
| produtos para ajardinamentos | M48 | 0,04 | 113,10 | 0,000354 | 113,20 | 0,040035 | | | | | | | | | | |
| Equipamento de apoio | E | 0,21 | 117,50 | 0,001787 | 117,70 | 0,210357 | | | | | | | | | | |
| Constante | d | 0,10 | | | | 0,100000 | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | |
| COEFICIENTE DE ACTUALIZAÇÃO MENSAL Ct = S(K x INDICES + C) | | | | | 1,002774 | | | | | | | | | | | |

Elaborado por:

31/10/2019

X João Luís dos Santos Tavares

João Tavares
Técnico Superior
Assinado por: JOÃO LUÍS DOS SANTOS TAVARES

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**
**Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente**
**Divisão de Obras Municipais**

## CÁLCULO DA REVISÃO DE PREÇOS SEGUNDO O PLANO DE PAGAMENTOS

(Trabalhos *Contratuais* )

**EMPREITADA: "Construção do Parque Ecológico - Venda do Pinheiro"**

| | | | PLANO DE PAGAMENTOS (Mês/Ano - Valor) | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SITUAÇÃO DOS TRABALHOS | | Mês/Ano | jul/17 | ago/17 | set/17 | out/17 | nov/17 | dez/17 | jan/18 | fev/18 | mar/18 | |
| | | Plano Pagamentos Contratual | 14 863,50 € | 85 087,23 € | 217 449,64 € | 260 609,11 € | 286 710,30 € | 216 758,85 € | 100 583,58 € | 21 234,72 € | | 1 203 296,93 € |
| | | Trab. a menos | | | | | | | | | | 0,00 € |
| Autos de Medição | | **Plano Pagamentos Corrigido** | 14 863,50 € | 85 087,23 € | 217 449,64 € | 260 609,11 € | 286 710,30 € | 216 758,85 € | 100 583,58 € | 21 234,72 € | | **1 203 296,93 €** |
| N.º | Data | Valor | | | | | | | | | | |
| | | | 14 863,50 € | 0,00 € | | | | | | | | |
| | | | 14 863,50 € | -14 863,50 € | 0,00 € | | | | | | | |
| 1 | 22/09/2017 | 38 891,45 € | | 99 950,73 € | -61 059,28 € | 0,00 € | | | | | | |
| | | | | | 278 508,92 € | -278 508,92 € | 0,00 € | | | | | |
| 2 | 04/12/2017 | 15 120,00 € | | | | 539 118,03 € | -523 998,03 € | 0,00 € | | | | |
| | | | | | | | 810 708,33 € | -810 708,33 € | 0,00 € | | | |
| 3 | 31/01/2018 | 97 926,71 € | | | | | | 1 027 467,18 € | -929 540,47 € | 0,00 € | | |
| | | | | | | | | | 1 030 124,05 € | -1 030 124,05 € | 0,00 € | |
| | | | | | | | | | | 1 051 358,77 € | -1 051 358,77 € | |
| | | | | | | | | | | | 1 051 358,77 € | |
| | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL | | 151 938,16 € | | | | | | | | | | |
| Trabalhos Revísiveis | | Mensais | 14 863,50 € | 85 087,23 € | 217 449,64 € | 260 609,11 € | 286 710,30 € | 216 758,85 € | 100 583,58 € | 21 234,72 € | 0,00 € | 1 203 296,93 € |
| | | Acumulados | 14 863,50 € | 99 950,73 € | 317 400,37 € | 578 009,48 € | 864 719,78 € | 1 081 478,63 € | 1 182 062,21 € | 1 203 296,93 € | 1 203 296,93 € | |
| Coeficiente de Actualização | | | 1,011459 | 1,011899 | 1,014714 | 1,020630 | 1,021738 | 1,021978 | 1,029437 | 1,032165 | 1,031140 | |
| Valor da Revisão | | | 170,32 € | 1 012,45 € | 3 199,55 € | 5 376,37 € | 6 232,51 € | 4 763,93 € | 2 960,88 € | 683,01 € | 0,00 € | **24 399,02 €** |

Elaborado por:

31/10/2019

X

João Tavares
Técnico Superior
Assinado por: JOÃO LUÍS DOS SANTOS TAVARES

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**
**Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente**
**Divisão de Obras Municipais**

## CÁLCULO DA REVISÃO DE PREÇOS SEGUNDO O PLANO DE PAGAMENTOS

(Trabalhos *Contratuais* )

**EMPREITADA: "Construção do Parque Ecológico - Venda do Pinheiro"**

| | | | PLANO DE PAGAMENTOS (Mês/Ano - Valor) | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SITUAÇÃO DOS TRABALHOS | | Mês/Ano | abr/18 | mai/18 | jun/18 | jul/18 | ago/18 | set/18 | out/18 | | | TOTAL |
| | | Plano Pagamentos Contratual | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | | | 1 203 296,93 € |
| | | Trab. a mais | | | | | | | | | | 0,00 € |
| Autos de Medição | | **Plano Pagamentos Corrigido** | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | | | **1 203 296,93 €** |
| N.º | Data | Valor | | | | | | | | | | |
| 4 | 18/04/2018 | 67 961,74 € | -983 397,03 € | 0,00 € | | | | | | | | |
| 5 | 30/05/2018 | 58 549,77 € | 983 397,03 € | -924 847,26 € | 0,00 € | | | | | | | |
| | | | | 924 847,26 € | -924 847,26 € | 0,00 € | | | | | | |
| 6 | 27/07/2018 | 246 194,47 € | | | 924 847,26 € | -678 652,79 € | 0,00 € | | | | | |
| | | | | | | 678 652,79 € | -678 652,79 € | 0,00 € | | | | |
| 7 | 17/09/2018 | 194 828,45 € | | | | | 678 652,79 € | -221 773,72 € | 0,00 € | | | |
| 8 | 28/09/2018 | 262 050,62 € | | | | | | | | | | |
| 9 | 12/10/2018 | 190 771,59 € | | | | | | 221 773,72 € | 0,00 € | | | |
| 10 | 24/10/2018 | 31 002,13 € | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | 0,00 € | | | |
| | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL | | 1 203 296,93 € | | | | | | | | | | |
| Trabalhos Revísiveis | | Mensais | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | | | 1 203 296,93 € |
| | | Acumulados | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | | | |
| Coeficiente de Actualização | | | 1,031971 | 1,034278 | 1,038310 | 1,042890 | 1,043748 | 1,044606 | 1,047718 | | | |
| Valor da Revisão | | | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | | | **24 399,02 €** |

Elaborado por:
31/10/2019
X
João Tavares
Técnico Superior
Assinado por: JOÃO LUÍS DOS SANTOS TAVARES

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**
**Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente**
**Divisão de Obras Municipais**

## CÁLCULO DA REVISÃO DE PREÇOS SEGUNDO O PLANO DE PAGAMENTOS

(Trabalhos a mais contratuais)

**EMPREITADA: "Construção do Parque Ecológico - Venda do Pinheiro"**

| | | | PLANO DE PAGAMENTOS (Mês/Ano - Valor) | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Mês/Ano | out/18 | nov/18 | | | | | | TOTAL |
| SITUAÇÃO DOS TRABALHOS | | Plano Pagamentos Contratual | 26 184,88 € | | | | | | | 1 229 481,81 € |
| | | Trab. a menos | | | | | | | | 0,00 € |
| Autos de Medição | | **Plano Pagamentos Corrigido** | 26 184,88 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | **1 229 481,81 €** |
| N.º | Data | Valor | | | | | | | | |
| 11 | 29/10/2018 | 26 184,88 € | 26 184,88 € | 0,00 € | | | | | | |
| | | | 0,00 € | 0,00 € | | | | | | |
| | | | | 0,00 € | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| TOTAL | | 1 229 481,81 € | | | | | | | | |
| Trabalhos Revísiveis | | Mensais | 26 184,88 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 1 229 481,81 € |
| | | Acumulados | 26 184,88 € | | | | | | | |
| Coeficiente de Actualização | | | 1,047718 | | | | | | | |
| Valor da Revisão | | | 1 249,49 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | **25 648,51 €** |

Elaborado por:
31/10/2019
X
João Tavares
Técnico Superior
Assinado por: JOÃO LUÍS DOS SANTOS TAVARES

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**
**Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente**
**Divisão de Obras Municipais**

## CÁLCULO DA REVISÃO DE PREÇOS SEGUNDO O PLANO DE PAGAMENTOS

(Trabalhos a mais não contratuais)

**EMPREITADA: "Construção do Parque Ecológico - Venda do Pinheiro"**

| | | | PLANO DE PAGAMENTOS (Mês/Ano - Valor) | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Mês/Ano | out/18 | nov/18 | | | | | | | TOTAL |
| SITUAÇÃO DOS TRABALHOS | | Plano Pagamentos Contratual | 124 975,55 € | | | | | | | | 1 354 457,36 € |
| | | Trab. a menos | | | | | | | | | 0,00 € |
| Autos de Medição | | **Plano Pagamentos Corrigido** | 124 975,55 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | |
| N.º | Data | Valor | | | | | | | | | |
| 11 | 29/10/18 | 124 975,55 € | 124 975,55 € | 0,00 € | | | | | | | |
| | | | 0,00 € | 0,00 € | | | | | | | |
| | | | | 0,00 € | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| TOTAL | | 1 354 457,36 € | | | | | | | | | |
| Trabalhos Revísiveis | | Mensais | 124 975,55 € | | | | | | | | 1 354 457,36 € |
| | | Acumulados | 124 975,55 € | | | | | | | | |
| Coeficiente de Actualização | | | 1,002774 | | | | | | | | |
| Valor da Revisão | | | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | **25 648,51 €** |

Elaborado por:
31/10/2019
X João Luís dos Santos Tavares
João Tavares
Técnico Superior
Assinado por: JOÃO LUÍS DOS SANTOS TAVARES

# CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
## Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente
### Divisão de Obras Municipais

## MAPA RESUMO

**EMPREITADA: "Construção do Parque Ecológico - Venda do Pinheiro"**

**REVISÃO DE PREÇOS**
(D. L. nº 6/2004, de 6 de Janeiro)

| MÊS E ANO | IMPORTÂNCIAS PREVISTAS DE ACORDO COM O PLANO DE TRABALHOS | | | | AUTOS DE MEDIÇÃO | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | IMPORTÂNCIAS | | | | | | | |
| | | | TOTAL | | | | TRABALHOS | TRABALHOS | TOTAL | | TRABALHOS | TRABALHOS | TOTAL | |
| | TRABALHOS CONTRATUAIS (T.C.) | TRABALHOS ACORDADOS (T.A.) | PARCIAL | ACUMULADO | Nº. | DATA | CONTRATUAIS (T.C.) | ACORDADOS (T.A.) | PARCIAL | ACUMULADO | CONTRATUAIS (T.C.) | ACORDADOS (T.A.) | PARCIAL | ACUMULADO |
| jul/16 | 14 863,50 € | | 14 863,50 € | 14 863,50 € | 1 | 22-09-2017 | 38 891,45 € | | 38 891,45 € | 38 891,45 € | 170,32 € | | 170,32 € | 170,32 € |
| ago/16 | 85 087,23 € | | 85 087,23 € | 99 950,73 € | 2 | 04-12-2017 | 15 120,00 € | | 15 120,00 € | 54 011,45 € | 1 012,45 € | | 1 012,45 € | 1 182,77 € |
| set/16 | 217 449,64 € | | 217 449,64 € | 317 400,37 € | 3 | 31-01-2018 | 97 926,71 € | | 97 926,71 € | 151 938,16 € | 3 199,55 € | | 3 199,55 € | 4 382,33 € |
| out/16 | 260 609,11 € | | 260 609,11 € | 578 009,48 € | 4 | 18-04-2018 | 67 961,74 € | | 67 961,74 € | 219 899,90 € | 5 376,37 € | | 5 376,37 € | 9 758,69 € |
| nov/16 | 286 710,30 € | | 286 710,30 € | 864 719,78 € | 5 | 30-05-2018 | 58 549,77 € | | 58 549,77 € | 278 449,67 € | 6 232,51 € | | 6 232,51 € | 15 991,20 € |
| dez/16 | 216 758,85 € | | 216 758,85 € | 1 081 478,63 € | 6 | 27-07-2018 | 246 194,47 € | | 246 194,47 € | 524 644,14 € | 4 763,93 € | | 4 763,93 € | 20 755,13 € |
| jan/17 | 100 583,58 € | | 100 583,58 € | 1 182 062,21 € | 7 | 17-09-2018 | 194 828,45 € | | 194 828,45 € | 719 472,59 € | 2 960,88 € | | 2 960,88 € | 23 716,01 € |
| fev/17 | 21 234,72 € | | 21 234,72 € | 1 203 296,93 € | 8 | 28-09-2018 | 262 050,62 € | | 262 050,62 € | 981 523,21 € | 683,01 € | | 683,01 € | 24 399,02 € |
| out/18 | 26 184,88 € | 124 975,55 € | 151 160,43 € | 1 354 457,36 € | 9 | 12-10-2018 | 190 771,59 € | | 190 771,59 € | 1 172 294,80 € | 1 249,49 € | | 1 249,49 € | 25 648,51 € |
| | | | | | 10 | 24-10-2018 | 31 002,13 € | | 31 002,13 € | 1 203 296,93 € | | | | |
| | | | | | 11 | 29-10-2018 | 26 184,88 € | 124 975,55 € | 151 160,43 € | 1 354 457,36 € | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |

Elaborado por:

31/10/2019

João Tavares
Técnico Superior
Assinado por: JOÃO LUÍS DOS SANTOS TAVARES

# CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
## Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente
### Divisão de Obras Municipais

## REVISÃO DE PREÇOS

(D. L. n.º 6/2004, de 6 de Janeiro)

### ESQUEMA DE REVISÃO POR FÓRMULA

**EMPREITADA:** "Construção do Parque Intermodal - Venda do Pinheiro"

**EMPREITEIRO:** - AECI, ARQUITECTURA, CONSTRUÇÃO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S.A.

**DATA DO CONCURSO:** 25/11/2016 **DATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS:** 10/01/2017

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** 210+207+76 dias **DATA DA CONSIGNAÇÃO:** 10/07/2017

**DATA DA CONCLUSÃO:** 15/11/2018 **DATA LIMITE ENTREGA PROPOSTAS:** 09/01/2017

| VALOR DA EMPREITADA | PREÇOS CONTRATUAIS | PREÇOS ACORDADOS | TOTAIS | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|
| ADJUDICAÇÃO | 1 076 198,12 € | | | |
| 1ª | 33 389,41 € | 114 353,95 € | 1 223 941,48 € | |
| 2ª | | | | |
| 3ª | | | | |

| PRORROGAÇÕES/ SUSPENSÕES | PRAZO (Dias seguidos) | MOTIVOS | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|
| 1ª | 207 | Más condições climatéricas | |
| 2ª | 76 | Más condições climatéricas | |
| 3ª | | | |

| ADIANTAMENTOS PARA MATERIAIS | DATA DA CONCESSÃO | VALOR | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|
| 1º | | | |
| 2º | | | |
| 3º | | | |

### FÓRMULA DO CONTRATO - Arranjos exteriores - F09

$$Ct = 0{,}31\frac{St}{So} + 0{,}04\frac{M03t}{M03o} + 0{,}04\frac{M06t}{M06o} + 0{,}02\frac{M18t}{M18o} + 0{,}05\frac{M20t}{M20o} + 0{,}02\frac{M22t}{M22o} + 0{,}01\frac{M24t}{M24o} + 0{,}02\frac{M32t}{M32o} + 0{,}02\frac{M42t}{M42o} +$$

$$+0{,}06\frac{M43t}{M43o} + 0{,}02\frac{M45t}{M45o} + 0{,}04\frac{M47t}{M47o} + 0{,}04\frac{M48t}{M48o} + 0{,}21\frac{Et}{Eo} + 0{,}10$$

Elaborado por:

31/10/2019

X João Luís dos Santos Tavares

João Tavares
Técnico Superior
Assinado por: JOÃO LUÍS DOS SANTOS TAVARES

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**
**Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente**
**Divisão de Obras Municipais**

# CÁLCULO DOS COEFICIENTES DE ACTUALIZAÇÃO Ct

(Trabalhos *Contratuais* )

FÓRMULA DE CONTRATO — REVISÃO DE PREÇOS (D. L. nº 6/2004, de 6 de Janeiro)

**EMPREITADA: "Construção do Parque Intermodal - Venda do Pinheiro"**

| DATA BASE | | | | | MÊS A QUE RESPEITA A REVISÃO | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CONSTANTES (K) / MÊS/ANO | | | Dez./16 | | Jul./17 | | Ago./17 | | Set./17 | | Out./17 | | Nov./17 | | Dez./17 | |
| COEFICIENTES | | | ÍNDICES | K= COEFIC. / ÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES |
| Mão de obra | S | 0,31 | 134,3 | 0,002308 | 139,0 | 0,320849 | 139,0 | 0,320849 | 139,0 | 0,320849 | 138,3 | 0,319233 | 138,3 | 0,319233 | 138,3 | 0,319233 |
| Inertes | M03 | 0,04 | 98,9 | 0,000404 | 98,8 | 0,039960 | 98,8 | 0,039960 | 98,9 | 0,040000 | 99,0 | 0,040040 | 99,0 | 0,040040 | 99,0 | 0,040040 |
| ladrilhos e cantarias de calcário e granito | M06 | 0,04 | 96,4 | 0,000415 | 96,4 | 0,040000 | 96,4 | 0,040000 | 96,4 | 0,040000 | 96,4 | 0,040000 | 96,4 | 0,040000 | 96,4 | 0,040000 |
| betumes a granel | M18 | 0,02 | 272,8 | 0,000073 | 223,0 | 0,016349 | 222,2 | 0,016290 | 231,1 | 0,016943 | 320,9 | 0,023526 | 331,7 | 0,024318 | 354,3 | 0,025975 |
| Cimento em saco | M20 | 0,05 | 150,7 | 0,000332 | 151,8 | 0,050365 | 151,8 | 0,050365 | 151,8 | 0,050365 | 151,8 | 0,050365 | 151,8 | 0,050365 | 151,8 | 0,050365 |
| gasóleo | M22 | 0,02 | 271,3 | 0,000074 | 265,3 | 0,019558 | 269,3 | 0,019853 | 273,3 | 0,020147 | 278,2 | 0,020509 | 282,5 | 0,020826 | 283,9 | 0,020929 |
| Madeiras de pinho | M24 | 0,01 | 157,1 | 0,000064 | 157,1 | 0,010000 | 157,1 | 0,010000 | 157,1 | 0,010000 | 157,1 | 0,010000 | 157,1 | 0,010000 | 157,1 | 0,010000 |
| tubo de PVC | M32 | 0,02 | 108,7 | 0,000184 | 122,2 | 0,022484 | 118,8 | 0,021858 | 120,5 | 0,022171 | 120,5 | 0,022171 | 120,5 | 0,022171 | 120,5 | 0,022171 |
| Tubagem de aço e aparelhos para canalizações | M42 | 0,02 | 100,1 | 0,000200 | 100,1 | 0,020000 | 100,1 | 0,020000 | 100,1 | 0,020000 | 100,1 | 0,020000 | 100,1 | 0,020000 | 100,1 | 0,020000 |
| aço para betão armado | M43 | 0,06 | 167,0 | 0,000359 | 164,9 | 0,059246 | 166,7 | 0,059892 | 170,0 | 0,061078 | 171,2 | 0,061509 | 171,3 | 0,061545 | 171,9 | 0,061760 |
| perfilados pesados e ligeiros | M45 | 0,02 | 177,0 | 0,000113 | 176,9 | 0,019989 | 176,9 | 0,019989 | 176,9 | 0,019989 | 177,6 | 0,020068 | 177,6 | 0,020068 | 177,6 | 0,020068 |
| produtos pré-fabricados de betão | M47 | 0,04 | 99,2 | 0,000403 | 99,2 | 0,040000 | 99,2 | 0,040000 | 99,2 | 0,040000 | 99,2 | 0,040000 | 99,2 | 0,040000 | 99,2 | 0,040000 |
| produtos para ajardinamentos | M48 | 0,04 | 110,6 | 0,000362 | 111,4 | 0,040289 | 111,4 | 0,040289 | 111,3 | 0,040253 | 111,4 | 0,040289 | 111,3 | 0,040253 | 106,5 | 0,038517 |
| Equipamento de apoio | E | 0,21 | 115,1 | 0,001825 | 116,4 | 0,212372 | 116,5 | 0,212554 | 116,7 | 0,212919 | 116,7 | 0,212919 | 116,7 | 0,212919 | 116,7 | 0,212919 |
| Constante | d | 0,10 | | | | 0,100000 | | 0,100000 | | 0,100000 | | 0,100000 | | 0,100000 | | 0,100000 |
| | | | | | | | | | | | | | | | | |
| COEFICIENTE DE ACTUALIZAÇÃO MENSAL Ct = S(K x INDICES + C) | | | | | 1,011459 | | 1,011899 | | 1,014714 | | 1,020630 | | 1,021738 | | 1,021978 | |

Elaborado por:

31/10/2019

X João Luís dos Santos Tavares

João Tavares
Técnico Superior
Assinado por: JOÃO LUÍS DOS SANTOS TAVARES

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**
**Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente**
**Divisão de Obras Municipais**

# CÁLCULO DOS COEFICIENTES DE ACTUALIZAÇÃO Ct

(Trabalhos *Contratuais* )

FÓRMULA DE CONTRATO — REVISÃO DE PREÇOS (D. L. nº 6/2004, de 6 de Janeiro)

**EMPREITADA: "Construção do Parque Intermodal - Venda do Pinheiro"**

| DATA BASE | | | | | MÊS A QUE RESPEITA A REVISÃO | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CONSTANTES (K) / MÊS/ANO | | | | Dez./16 | Jan./18 | | Fev./18 | | Mar./18 | | Abr./18 | | Mai./18 | | Jun./18 | |
| COEFICIENTES | | | ÍNDICES | K= COEFIC. / ÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES |
| Mão de obra | S | 0,31 | 134,30 | 0,002308 | 141,0 | 0,325465 | 141,0 | 0,325465 | 141,0 | 0,325465 | 141,4 | 0,326389 | 141,4 | 0,326389 | 141,4 | 0,326389 |
| Inertes | M03 | 0,04 | 98,90 | 0,000404 | 99,1 | 0,040081 | 99,1 | 0,040081 | 98,9 | 0,040000 | 99,0 | 0,040040 | 98,9 | 0,040000 | 98,9 | 0,040000 |
| ladrilhos e cantarias de calcário e granito | M06 | 0,04 | 96,40 | 0,000415 | 96,4 | 0,040000 | 96,4 | 0,040000 | 96,4 | 0,040000 | 96,4 | 0,040000 | 96,4 | 0,040000 | 96,4 | 0,040000 |
| betumes a granel | M18 | 0,02 | 272,80 | 0,000073 | 352,4 | 0,025836 | 361,4 | 0,026496 | 347,1 | 0,025447 | 343,8 | 0,025205 | 366,9 | 0,026899 | 412,2 | 0,030220 |
| Cimento em saco | M20 | 0,05 | 150,70 | 0,000332 | 152,2 | 0,050498 | 153,3 | 0,050863 | 153,3 | 0,050863 | 153,3 | 0,050863 | 153,3 | 0,050863 | 153,3 | 0,050863 |
| gasóleo | M22 | 0,02 | 271,30 | 0,000074 | 289,8 | 0,021364 | 286,4 | 0,021113 | 283,5 | 0,020899 | 290,3 | 0,021401 | 302,1 | 0,022271 | 306,3 | 0,022580 |
| Madeiras de pinho | M24 | 0,01 | 157,10 | 0,000064 | 157,1 | 0,010000 | 157,1 | 0,010000 | 157,3 | 0,010013 | 157,3 | 0,010013 | 157,3 | 0,010013 | 161,3 | 0,010267 |
| tubo de PVC | M32 | 0,02 | 108,70 | 0,000184 | 120,5 | 0,022171 | 120,5 | 0,022171 | 118,8 | 0,021858 | 118,8 | 0,021858 | 118,8 | 0,021858 | 118,8 | 0,021858 |
| Tubagem de aço e aparelhos para canalizações | M42 | 0,02 | 100,10 | 0,000200 | 100,1 | 0,020000 | 100,1 | 0,020000 | 100,1 | 0,020000 | 100,1 | 0,020000 | 100,1 | 0,020000 | 100,1 | 0,020000 |
| aço para betão armado | M43 | 0,06 | 167,00 | 0,000359 | 173,5 | 0,062335 | 173,5 | 0,062335 | 172,9 | 0,062120 | 171,3 | 0,061545 | 170,7 | 0,061329 | 170,7 | 0,061329 |
| perfilados pesados e ligeiros | M45 | 0,02 | 177,00 | 0,000113 | 177,6 | 0,020068 | 177,6 | 0,020068 | 177,6 | 0,020068 | 177,6 | 0,020068 | 177,6 | 0,020068 | 177,6 | 0,020068 |
| produtos pré-fabricados de betão | M47 | 0,04 | 99,20 | 0,000403 | 99,2 | 0,040000 | 99,2 | 0,040000 | 99,2 | 0,040000 | 99,2 | 0,040000 | 99,2 | 0,040000 | 99,2 | 0,040000 |
| produtos para ajardinamentos | M48 | 0,04 | 110,60 | 0,000362 | 106,5 | 0,038517 | 111,4 | 0,040289 | 113,2 | 0,040940 | 113,2 | 0,040940 | 113,2 | 0,040940 | 113,1 | 0,040904 |
| Equipamento de apoio | E | 0,21 | 115,10 | 0,001825 | 116,8 | 0,213102 | 116,9 | 0,213284 | 117,0 | 0,213467 | 117,1 | 0,213649 | 117,1 | 0,213649 | 117,2 | 0,213831 |
| Constante | d | 0,10 | | | | 0,100000 | | 0,100000 | | 0,100000 | | 0,100000 | | 0,100000 | | 0,100000 |
| COEFICIENTE DE ACTUALIZAÇÃO MENSAL Ct = S(K x INDICES + C) | | | | | 1,029437 | | 1,032165 | | 1,031140 | | 1,031971 | | 1,034278 | | 1,038310 | |

Elaborado por:

31/10/2019

X João Tavares

João Tavares
Técnico Superior
Assinado por: JOÃO LUÍS DOS SANTOS TAVARES

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**
**Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente**
**Divisão de Obras Municipais**

# CÁLCULO DOS COEFICIENTES DE ACTUALIZAÇÃO Ct

(Trabalhos *Contratuais* )

FÓRMULA DE CONTRATO — REVISÃO DE PREÇOS (D. L. nº 6/2004, de 6 de Janeiro)

**EMPREITADA: "Construção do Parque Intermodal - Venda do Pinheiro"**

| DATA BASE | | | | | MÊS A QUE RESPEITA A REVISÃO | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CONSTANTES (K) / MÊS/ANO | | | Dez./16 | | MÊS/ANO Jul./18 | | MÊS/ANO Ago./18 | | MÊS/ANO Set./18 | | MÊS/ANO Out./18 | | MÊS/ANO Nov./18 | | MÊS/ANO Dez./18 | |
| COEFICIENTES | | | ÍNDICES | K= COEFIC. / ÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES |
| Mão de obra | S | 0,31 | 134,3 | 0,002308 | 142,6 | 0,329159 | 142,6 | 0,329159 | 142,6 | 0,329159 | 143,5 | 0,331236 | 143,5 | 0,331236 | 143,5 | 0,331236 |
| Inertes | M03 | 0,04 | 98,9 | 0,000404 | 98,9 | 0,040000 | 98,9 | 0,040000 | 98,9 | 0,040000 | 98,9 | 0,040000 | 98,9 | 0,040000 | 98,9 | 0,040000 |
| ladrilhos e cantarias de calcário e granito | M06 | 0,04 | 96,4 | 0,000415 | 96,4 | 0,040000 | 96,4 | 0,040000 | 96,4 | 0,040000 | 96,4 | 0,040000 | 96,4 | 0,040000 | 96,4 | 0,040000 |
| betumes a granel | M18 | 0,02 | 272,8 | 0,000073 | 420,4 | 0,030821 | 428,9 | 0,031444 | 422,7 | 0,030990 | 429,7 | 0,031503 | 461,4 | 0,033827 | 407,0 | 0,029839 |
| Cimento em saco | M20 | 0,05 | 150,7 | 0,000332 | 153,3 | 0,050863 | 153,3 | 0,050863 | 153,3 | 0,050863 | 153,3 | 0,050863 | 153,3 | 0,050863 | 153,3 | 0,050863 |
| gasóleo | M22 | 0,02 | 271,3 | 0,000074 | 303,6 | 0,022381 | 304,3 | 0,022433 | 308,9 | 0,022772 | 317,4 | 0,023398 | 312,1 | 0,023008 | 294,1 | 0,021681 |
| Madeiras de pinho | M24 | 0,01 | 157,1 | 0,000064 | 161,3 | 0,010267 | 161,3 | 0,010267 | 161,3 | 0,010267 | 161,3 | 0,010267 | 161,3 | 0,010267 | 162,0 | 0,010312 |
| tubo de PVC | M32 | 0,02 | 108,7 | 0,000184 | 123,8 | 0,022778 | 123,8 | 0,022778 | 125,5 | 0,023091 | 123,8 | 0,022778 | 123,8 | 0,022778 | 123,8 | 0,022778 |
| Tubagem de aço e aparelhos para canalizações | M42 | 0,02 | 100,1 | 0,000200 | 100,1 | 0,020000 | 100,1 | 0,020000 | 100,1 | 0,020000 | 100,1 | 0,020000 | 100,1 | 0,020000 | 99,7 | 0,019920 |
| aço para betão armado | M43 | 0,06 | 167,0 | 0,000359 | 171,3 | 0,061545 | 171,3 | 0,061545 | 172,6 | 0,062012 | 172,0 | 0,061796 | 172,0 | 0,061796 | 167,4 | 0,060144 |
| perfilados pesados e ligeiros | M45 | 0,02 | 177,0 | 0,000113 | 178,4 | 0,020158 | 178,4 | 0,020158 | 178,5 | 0,020169 | 178,7 | 0,020192 | 178,7 | 0,020192 | 178,7 | 0,020192 |
| produtos pré-fabricados de betão | M47 | 0,04 | 99,2 | 0,000403 | 99,2 | 0,040000 | 99,2 | 0,040000 | 99,2 | 0,040000 | 99,2 | 0,040000 | 99,2 | 0,040000 | 99,2 | 0,040000 |
| produtos para ajardinamentos | M48 | 0,04 | 110,6 | 0,000362 | 113,1 | 0,040904 | 113,1 | 0,040904 | 113,1 | 0,040904 | 113,2 | 0,040940 | 113,1 | 0,040904 | 113,2 | 0,040940 |
| Equipamento de apoio | E | 0,21 | 115,1 | 0,001825 | 117,3 | 0,214014 | 117,4 | 0,214196 | 117,5 | 0,214379 | 117,7 | 0,214744 | 117,7 | 0,214744 | 117,8 | 0,214926 |
| Constante | d | 0,10 | | | | 0,100000 | | 0,100000 | | 0,100000 | | 0,100000 | | 0,100000 | | 0,100000 |
| | | | | | | | | | | | | | | | | |
| COEFICIENTE DE ACTUALIZAÇÃO MENSAL Ct = S(K x INDICES + C) | | | | | 1,042890 | | 1,043748 | | 1,044606 | | 1,047718 | | 1,049615 | | 1,042831 | |

Elaborado por:

31/10/2019

X João Tavares

João Tavares
Técnico Superior
Assinado por: JOÃO LUÍS DOS SANTOS TAVARES

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**
**Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente**
**Divisão de Obras Municipais**

# CÁLCULO DOS COEFICIENTES DE ACTUALIZAÇÃO Ct

(Trabalhos *não Contratuais*)

FÓRMULA DE CONTRATO — REVISÃO DE PREÇOS (D. L. nº 6/2004, de 6 de Janeiro)

**EMPREITADA: "Construção do Parque Intermodal - Venda do Pinheiro"**

| DATA BASE | | | | | MÊS A QUE RESPEITA A REVISÃO | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CONSTANTES (K) / MÊS/ANO | | | | **Set./18** | MÊS/ANO **Out./18** | | MÊS/ANO **Nov./18** | | MÊS/ANO | | MÊS/ANO | | MÊS/ANO | | MÊS/ANO | |
| COEFICIENTES | | | ÍNDICES | K= COEFIC. / ÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES | ÍNDICES | KxÍNDICES |
| Mão de obra | S | 0,31 | 142,60 | 0,002174 | 143,50 | 0,311957 | 143,50 | 0,311957 | | | | | | | | |
| Inertes | M03 | 0,04 | 98,90 | 0,000404 | 98,90 | 0,040000 | 98,90 | 0,040000 | | | | | | | | |
| ladrilhos e cantarias de calcário e granito | M06 | 0,04 | 96,40 | 0,000415 | 96,40 | 0,040000 | 96,40 | 0,040000 | | | | | | | | |
| betumes a granel | M18 | 0,02 | 422,70 | 0,000047 | 429,70 | 0,020331 | 461,40 | 0,021831 | | | | | | | | |
| Cimento em saco | M20 | 0,05 | 153,30 | 0,000326 | 153,30 | 0,050000 | 153,30 | 0,050000 | | | | | | | | |
| gasóleo | M22 | 0,02 | 308,90 | 0,000065 | 317,40 | 0,020550 | 312,10 | 0,020207 | | | | | | | | |
| Madeiras de pinho | M24 | 0,01 | 161,30 | 0,000062 | 161,30 | 0,010000 | 161,30 | 0,010000 | | | | | | | | |
| tubo de PVC | M32 | 0,02 | 125,50 | 0,000159 | 123,80 | 0,019729 | 123,80 | 0,019729 | | | | | | | | |
| Tubagem de aço e aparelhos para canalizações | M42 | 0,02 | 100,10 | 0,000200 | 100,10 | 0,020000 | 100,10 | 0,020000 | | | | | | | | |
| aço para betão armado | M43 | 0,06 | 172,60 | 0,000348 | 172,00 | 0,059791 | 172,00 | 0,059791 | | | | | | | | |
| perfilados pesados e ligeiros | M45 | 0,02 | 178,50 | 0,000112 | 178,70 | 0,020022 | 178,70 | 0,020022 | | | | | | | | |
| produtos pré-fabricados de betão | M47 | 0,04 | 99,20 | 0,000403 | 99,20 | 0,040000 | 99,20 | 0,040000 | | | | | | | | |
| produtos para ajardinamentos | M48 | 0,04 | 113,10 | 0,000354 | 113,20 | 0,040035 | 113,10 | 0,040000 | | | | | | | | |
| Equipamento de apoio | E | 0,21 | 117,50 | 0,001787 | 117,70 | 0,210357 | 117,70 | 0,210357 | | | | | | | | |
| Constante | d | 0,10 | | | | 0,100000 | | 0,100000 | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | |
| COEFICIENTE DE ACTUALIZAÇÃO MENSAL Ct = S(K x INDICES + C) | | | | | 1,002774 | | 1,003895 | | | | | | | | | |

Elaborado por:

31/10/2019

X João Luís dos Santos Tavares

João Tavares
Técnico Superior
Assinado por: JOÃO LUÍS DOS SANTOS TAVARES

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**
**Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente**
**Divisão de Obras Municipais**

## CÁLCULO DA REVISÃO DE PREÇOS SEGUNDO O PLANO DE PAGAMENTOS

(Trabalhos *Contratuais* )

**EMPREITADA: "Construção do Parque Intermodal - Venda do Pinheiro"**

| | | | PLANO DE PAGAMENTOS (Mês/Ano - Valor) | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Mês/Ano | 07/2017 | 08/2017 | 09/2017 | 10/2017 | 11/2017 | 12/2017 | 01/2018 | 02/2018 | 03/2018 | |
| SITUAÇÃO DOS TRABALHOS | | Plano Pagamentos Contratual | 13 293,53 € | 76 099,85 € | 194 481,41 € | 233 082,14 € | 256 426,38 € | 193 863,60 € | 89 959,40 € | 18 991,81 € | | 1 076 198,12 € |
| | | Trab. a menos | | | | | | | | | | 0,00 € |
| Autos de Medição | | **Plano Pagamentos Corrigido** | 13 293,53 € | 76 099,85 € | 194 481,41 € | 233 082,14 € | 256 426,38 € | 193 863,60 € | 89 959,40 € | 18 991,81 € | | **1 076 198,12 €** |
| N.º | Data | Valor | | | | | | | | | | |
| | | | 13 293,53 € | 0,00 € | | | | | | | | |
| | | | 13 293,53 € | -13 293,53 € | 0,00 € | | | | | | | |
| | | | | 89 393,38 € | -89 393,38 € | 0,00 € | | | | | | |
| | | | | | 283 874,79 € | -283 874,79 € | 0,00 € | | | | | |
| 1 | 04/12/17 | 27 200,00 € | | | | 516 956,93 € | -489 756,93 € | 0,00 € | | | | |
| | | | | | | | 746 183,31 € | -746 183,31 € | 0,00 € | | | |
| 2 | 31/01/18 | 67 797,91 € | | | | | | 940 046,91 € | -872 249,00 € | 0,00 € | | |
| | | | | | | | | | 962 208,40 € | -962 208,40 € | 0,00 € | |
| | | | | | | | | | | 981 200,21 € | -981 200,21 € | |
| | | | | | | | | | | | 981 200,21 € | |
| | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL | | 94 997,91 € | | | | | | | | | | |
| Trabalhos Revísiveis | | Mensais | 13 293,53 € | 76 099,85 € | 194 481,41 € | 233 082,14 € | 256 426,38 € | 193 863,60 € | 89 959,40 € | 18 991,81 € | 0,00 € | 1 076 198,12 € |
| | | Acumulados | 13 293,53 € | 89 393,38 € | 283 874,79 € | 516 956,93 € | 773 383,31 € | 967 246,91 € | 1 057 206,31 € | 1 076 198,12 € | 1 076 198,12 € | |
| Coeficiente de Actualização | | | 1,011459 | 1,011899 | 1,014714 | 1,020630 | 1,021738 | 1,021978 | 1,029437 | 1,032165 | 1,031140 | |
| Valor da Revisão | | | 152,33 € | 905,51 € | 2 861,60 € | 4 808,48 € | 5 574,20 € | 4 260,73 € | 2 648,13 € | 610,87 € | 0,00 € | **21 821,86 €** |

Elaborado por:

31/10/2019

X João Luís dos Santos Tavares

João Tavares
Técnico Superior
Assinado por: JOÃO LUÍS DOS SANTOS TAVARES

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**
**Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente**
**Divisão de Obras Municipais**

## CÁLCULO DA REVISÃO DE PREÇOS SEGUNDO O PLANO DE PAGAMENTOS

(Trabalhos *Contratuais* )

**EMPREITADA: "Construção do Parque Intermodal - Venda do Pinheiro"**

| | | | PLANO DE PAGAMENTOS (Mês/Ano - Valor) | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Mês/Ano | 04/2018 | 05/2018 | 06/2018 | 07/2018 | 08/2018 | 09/2018 | 10/2018 | 11/2018 | | TOTAL |
| SITUAÇÃO DOS TRABALHOS | | Plano Pagamentos Contratual | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | | 1 076 198,12 € |
| | | Trab. a mais | | | | | | | | | | 0,00 € |
| Autos de Medição | | **Plano Pagamentos Corrigido** | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | | **1 076 198,12 €** |
| N.º | Data | Valor | | | | | | | | | | |
| 3 | 18/04/18 | 54 122,00 € | -927 078,21 € | 0,00 € | | | | | | | | |
| 4 | 30/05/18 | 58 617,33 € | 927 078,21 € | -868 460,88 € | 0,00 € | | | | | | | |
| | | | | 868 460,88 € | -868 460,88 € | 0,00 € | | | | | | |
| 5 | 27/07/18 | 389 131,50 € | | | 868 460,88 € | -479 329,38 € | 0,00 € | | | | | |
| | | | | | | 479 329,38 € | -479 329,38 € | 0,00 € | | | | |
| 6 | 14/09/18 | 205 551,44 € | | | | | 479 329,38 € | -137 063,65 € | 0,00 € | | | |
| 7 | 29/09/18 | 136 714,29 € | | | | | | | | | | |
| 8 | 24/10/18 | 81 161,01 € | | | | | | 137 063,65 € | -55 902,64 € | 0,00 € | | |
| 9 | 14/12/18 | 55 902,64 € | | | | | | | 55 902,64 € | 0,00 € | | |
| | | | | | | | | | | 0,00 € | | |
| | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL | | 1 076 198,12 € | | | | | | | | | | |
| Trabalhos Revísiveis | | Mensais | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | | 1 076 198,12 € |
| | | Acumulados | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | | |
| Coeficiente de Actualização | | | 1,031971 | 1,034278 | 1,038310 | 1,042890 | 1,043748 | 1,044606 | 1,047718 | 1,049615 | 1,042831 | |
| Valor da Revisão | | | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | **21 821,86 €** |

Elaborado por:

31/10/2019

X João Luís dos Santos Tavares

João Tavares
Técnico Superior
Assinado por: JOÃO LUÍS DOS SANTOS TAVARES

## CÁLCULO DA REVISÃO DE PREÇOS SEGUNDO O PLANO DE PAGAMENTOS

(Trabalhos a mais contratuais)

**EMPREITADA: "Construção do Parque Intermodal - Venda do Pinheiro"**

| | | | PLANO DE PAGAMENTOS (Mês/Ano - Valor) | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Mês/Ano | 10/2018 | 11/2018 | | | | | | | TOTAL |
| SITUAÇÃO DOS TRABALHOS | | Plano Pagamentos Contratual | 16 694,71 € | 16 694,70 € | | | | | | | 1 109 587,53 € |
| | | Trab. a menos | | | | | | | | | 0,00 € |
| Autos de Medição | | **Plano Pagamentos Corrigido** | 16 694,71 € | 16 694,70 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | **1 109 587,53 €** |
| N.º | Data | Valor | | | | | | | | | |
| | | | 16 694,71 € | 0,00 € | | | | | | | |
| 10 | 14/12/18 | 33 389,41 € | 16 694,71 € | 16 694,70 € | 0,00 € | | | | | | |
| | | | | 0,00 € | 0,00 € | | | | | | |
| | | | | | 0,00 € | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| TOTAL | | 33 389,41 € | | | | | | | | | |
| Trabalhos Revísiveis | | Mensais | 16 694,71 € | 16 694,70 € | | | | | | | 1 109 587,53 € |
| | | Acumulados | 16 694,71 € | 33 389,41 € | | | | | | | |
| Coeficiente de Actualização | | | 1,047718 | 1,049615 | | | | | | | |
| Valor da Revisão | | | 796,64 € | 828,31 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | **23 446,81 €** |

Elaborado por:

31/10/2019

X João Luís dos Santos Tavares

João Tavares
Técnico Superior
Assinado por: JOÃO LUÍS DOS SANTOS TAVARES

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**
**Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente**
**Divisão de Obras Municipais**

## CÁLCULO DA REVISÃO DE PREÇOS SEGUNDO O PLANO DE PAGAMENTOS

(Trabalhos a mais não contratuais)

**EMPREITADA: "Construção do Parque Intermodal - Venda do Pinheiro"**

| | | | PLANO DE PAGAMENTOS (Mês/Ano - Valor) | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Mês/Ano | 10/2018 | 11/2018 | 12/2018 | | | | | | | TOTAL |
| SITUAÇÃO DOS TRABALHOS | | Plano Pagamentos Contratual | 57 176,98 € | 57 176,97 € | | | | | | | | 1 223 941,48 € |
| | | Trab. a menos | | | | | | | | | | 0,00 € |
| Autos de Medição | | **Plano Pagamentos Corrigido** | 57 176,98 € | 57 176,97 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | |
| N.º | Data | Valor | | | | | | | | | | |
| | | | 57 176,98 € | 0,00 € | | | | | | | | |
| 10 | 14/12/18 | 114 353,95 € | 57 176,98 € | 57 176,97 € | 0,00 € | | | | | | | |
| | | | | 0,00 € | 0,00 € | | | | | | | |
| | | | | | 0,00 € | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL | | 114 353,95 € | | | | | | | | | | |
| Trabalhos Revísiveis | | Mensais | 57 176,98 € | 57 176,97 € | 0,00 € | | | | | | | 1 223 941,48 € |
| | | Acumulados | 57 176,98 € | 114 353,95 € | 114 353,95 € | | | | | | | |
| Coeficiente de Actualização | | | 1,002774 | 1,003895 | 0,998734 | | | | | | | |
| Valor da Revisão | | | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | **23 446,81 €** |

Elaborado por:
31/10/2019
X
João Tavares
Técnico Superior
Assinado por: JOÃO LUÍS DOS SANTOS TAVARES

# CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
## Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente
### Divisão de Obras Municipais

## MAPA RESUMO

**EMPREITADA: "Construção do Parque Intermodal - Venda do Pinheiro"**

**REVISÃO DE PREÇOS**
(D. L. nº 6/2004, de 6 de Janeiro)

| MÊS E ANO | IMPORTÂNCIAS PREVISTAS DE ACORDO COM O PLANO DE TRABALHOS | | | | AUTOS DE MEDIÇÃO | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | IMPORTÂNCIAS | | | | | | | |
| | | | TOTAL | | | | TRABALHOS | TRABALHOS | TOTAL | | TRABALHOS | TRABALHOS | TOTAL | |
| | TRABALHOS CONTRATUAIS (T.C.) | TRABALHOS ACORDADOS (T.A.) | PARCIAL | ACUMULADO | Nº. | DATA | CONTRATUAIS (T.C.) | ACORDADOS (T.A.) | PARCIAL | ACUMULADO | CONTRATUAIS (T.C.) | ACORDADOS (T.A.) | PARCIAL | ACUMULADO |
| jul/16 | 13 293,53 € | | 13 293,53 € | 13 293,53 € | 1 | 04/12/2017 | 27 200,00 € | | 27 200,00 € | 27 200,00 € | 152,33 € | | 152,33 € | 152,33 € |
| ago/16 | 76 099,85 € | | 76 099,85 € | 89 393,38 € | 2 | 31/01/2018 | 67 797,91 € | | 67 797,91 € | 94 997,91 € | 905,51 € | | 905,51 € | 1 057,84 € |
| set/16 | 194 481,41 € | | 194 481,41 € | 283 874,79 € | 3 | 18/04/2018 | 54 122,00 € | | 54 122,00 € | 149 119,91 € | 2 861,60 € | | 2 861,60 € | 3 919,44 € |
| out/16 | 233 082,14 € | | 233 082,14 € | 516 956,93 € | 4 | 30/05/2018 | 58 617,33 € | | 58 617,33 € | 207 737,24 € | 4 808,48 € | | 4 808,48 € | 8 727,93 € |
| nov/16 | 256 426,38 € | | 256 426,38 € | 773 383,31 € | 5 | 27/07/2018 | 389 131,50 € | | 389 131,50 € | 596 868,74 € | 5 574,20 € | | 5 574,20 € | 14 302,12 € |
| dez/16 | 193 863,60 € | | 193 863,60 € | 967 246,91 € | 6 | 14/09/2018 | 205 551,44 € | | 205 551,44 € | 802 420,18 € | 4 260,73 € | | 4 260,73 € | 18 562,86 € |
| jan/17 | 89 959,40 € | | 89 959,40 € | 1 057 206,31 € | 7 | 29/09/2018 | 136 714,29 € | | 136 714,29 € | 939 134,47 € | 2 648,13 € | | 2 648,13 € | 21 210,99 € |
| fev/17 | 18 991,81 € | | 18 991,81 € | 1 076 198,12 € | 8 | 24/10/2018 | 81 161,01 € | | 81 161,01 € | 1 020 295,48 € | 610,87 € | | 610,87 € | 21 821,86 € |
| out/18 | 16 694,71 € | 57 176,98 € | 73 871,69 € | 1 150 069,81 € | 9 | 14/12/2018 | 55 902,64 € | | 55 902,64 € | 1 076 198,12 € | 796,64 € | | 796,64 € | 22 618,50 € |
| nov/18 | 16 694,70 € | 57 176,97 € | 73 871,67 € | 1 223 941,48 € | 10 | 14/12/2018 | 33 389,41 € | 114 353,95 € | 147 743,36 € | 1 223 941,48 € | 828,31 € | | 828,31 € | 23 446,81 € |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |

Elaborado por:

31/10/2019

X

João Tavares
Técnico Superior
Assinado por JOÃO LUÍS DOS SANTOS TAVARES

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Divisão de Segurança**

| **PARECER** | **DESPACHO** |
|---|---|
| Concordo. Proponho que o assunto seja presente a reunião de Câmara.<br>25/11/2019<br>A Vereadora,<br>(Aldevina Rodrigues) | A reunião<br>3/12/2019<br>O Presidente da Câmara,<br>(Hélder Sousa Silva) |

## INFORMAÇÃO Interno/2019/17178

***ASSUNTO***: Proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Mafra

A Lei n.º 33/98, de 18 de julho, criou os Conselhos Municipais de Segurança, qualificando-os como entidades de âmbito municipal com funções de natureza consultiva, de articulação, coordenação, informação e cooperação, cujos objetivos, composição e funcionamento se encontram na mesma regulados.

Recentemente o Decreto-Lei n.º 33/2019, de 4 de março, veio a introduzir algumas alterações nestes Conselhos, tanto ao nível da sua composição como a criação de um conselho restrito.

Sem embargo, para a prossecução dos seus objetivos e para o exercício das suas competências, o Conselho Municipal de Segurança deve agora dispor de um regulamento de funcionamento atualizado ao abrigo da legislação em vigor, onde se estabeleçam regras mínimas de organização e de articulação, bem como a respetiva composição.

anexo XXI

Assim, e ao abrigo desta legislação particularmente no seu artigo 6.º, compete à Câmara Municipal apreciar e remeter à Assembleia Municipal de Mafra a proposta de regulamento aprovada por unanimidade dos seus membros, na reunião do Conselho Municipal de Segurança de Mafra realizada no dia 19 de novembro de 2019.

O Chefe da Divisão de Segurança

Rui Martins Rodrigues

# PROJETO DE REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

## Nota Justificativa

A Lei n.º 33/98, de 18 de julho, criou os Conselhos Municipais de Segurança, qualificando-os como entidades de âmbito municipal com funções de natureza consultiva, de articulação, coordenação, informação e cooperação, cujos objetivos, composição e funcionamento se encontram na mesma regulados.

Sem embargo, para a prossecução dos seus objetivos e para o exercício das suas competências, o Conselho Municipal de Segurança deve dispor de um regulamento de funcionamento, onde se estabeleçam regras mínimas de organização e de articulação, bem como a respetiva composição.

Assim, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 33/98, de 18 de julho, na sua redação atual, a Assembleia Municipal de Mafra em sessão realizada no dia __ de _____ de 20__, sob proposta da câmara municipal de __ de _____ de 20__, aprovou o seguinte Regulamento do Conselho Municipal de Segurança do Município de Mafra:

## CAPÍTULO I
## Disposições gerais

### Artigo 1.º
### Noção

O Conselho Municipal de Segurança do Município de Mafra é uma entidade de âmbito municipal, com funções de natureza consultiva, de articulação, coordenação, informação e cooperação, entre entidades que, na área do Município de Mafra, têm intervenção ou estão envolvidas na prevenção e na garantia da inserção social e da segurança e tranquilidade das populações.

**Artigo 2.º**

**Objetivos**

Sem prejuízo do disposto na Lei, nomeadamente na Lei n.º 33/98, de 18 de julho, na sua redação atual, são objetivos do Conselho:

a) Contribuir para o aprofundamento do conhecimento da situação de segurança na área do município, através da consulta entre todas as entidades que o constituem;

b) Formular propostas de solução para os problemas de marginalidade e segurança dos cidadãos no respetivo município e participar em ações de prevenção;

c) Promover a discussão sobre medidas de combate à criminalidade e à exclusão social do município;

d) Aprovar pareceres e solicitações a remeter a todas as entidades que julgue oportunos e diretamente relacionados com as questões de segurança e inserção social;

e) Proceder à avaliação dos dados relativos ao crime de violência doméstica, e tendo em conta os diversos instrumentos nacionais para o seu combate, designadamente os Planos Nacionais de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, e apresentar propostas de ações que contribuam para a prevenção e diminuição deste crime;

f) Avaliar os números da sinistralidade rodoviária e, tendo em conta a estratégia nacional de segurança rodoviária, formular propostas para a realização de ações que possam contribuir para a redução dos números de acidentes rodoviários no município;

g) Promover a participação ativa dos cidadãos e das instituições locais na resolução dos problemas de segurança pública.

## CAPÍTULO II

## Modalidades de funcionamento, composição e competências

**Artigo 3.º**

**Modalidades de funcionamento**

O Conselho Municipal de Segurança do Município de Mafra funciona em modalidade alargada e restrita, doravante designado, respetivamente, de Conselho e de Conselho Restrito.

**Artigo 4.º**

**Composição do Conselho**

1. Integram o Conselho:

a) O presidente da câmara municipal ou o vereador com competência delegada;

b) O presidente da assembleia municipal;

c) Os presidentes das juntas de freguesia da área do Município de Mafra;

d) Um representante do ministério público da comarca;

e) O comandante do Destacamento Territorial de Mafra da Guarda Nacional Republicana, com competência na área territorial do município;

f) Um representante local da Autoridade Marítima Nacional;

g) O comandante da polícia municipal;

h) O responsável pelo serviço municipal de proteção civil;

i) Os comandantes das Corporações de Bombeiros da área do Município de Mafra;

j) Um representante do Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa;

k) Um representante dos estabelecimentos de ensino público e um representante dos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo que operem no território do município, a designar, respetivamente, pelos Agrupamentos Escolares e pelos responsáveis pelos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo;

l) Um representante dos setores económicos com maior representatividade;

m) Um representante, da área do município, das organizações no âmbito da segurança rodoviária;

n) Um representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social do concelho de Mafra;

o) Dois cidadãos de reconhecida idoneidade, designados pela Assembleia Municipal.

2. O Conselho pode ainda convidar a participar nas suas reuniões entidades e personalidades cuja intervenção considere relevante em função de alguma matéria específica e cuja representatividade não esteja assegurada nos termos do número anterior.
3. O Conselho é presidido pelo presidente da câmara municipal, ou pelo vereador com competência delegada.

**Artigo 5.º**
**Composição do Conselho Restrito**

1. Integram o Conselho Restrito:
a) O presidente da câmara municipal ou o vereador com competência delegada;
b) O vereador responsável pelo acompanhamento das questões de segurança, ou outro vereador indicado pelo Presidente da Câmara Municipal, caso seja este o responsável por esta área;
c) O comandante do Destacamento Territorial de Mafra da Guarda Nacional Republicana, com competência na área territorial do município;
d) Um representante local da Autoridade Marítima Nacional;
e) O comandante da polícia municipal.
2. O Conselho Restrito pode convidar a participar nas suas reuniões entidades e personalidades cuja intervenção considere relevante em função da matéria.

**Competências**

**Artigo 6.º**
**Competências do Conselho**

Compete ao Conselho emitir parecer sobre as seguintes matérias:
a) A evolução dos níveis de criminalidade na área do município;
b) O dispositivo legal de segurança e a capacidade operacional das forças de segurança no município;
c) Os índices de segurança e o ordenamento social no âmbito do município;
d) Os resultados da atividade municipal de proteção civil e de combate aos

incêndios;

e) As condições materiais e os meios humanos empregados nas atividades sociais de apoio aos tempos livres, particularmente dos jovens em idade escolar;
f) A situação socioeconómica municipal;
g) O acompanhamento e apoio das ações dirigidas, em particular, à prevenção e controlo da delinquência juvenil, à prevenção da toxicodependência e à análise da incidência social do tráfico de droga;
h) O levantamento das situações sociais que, pela sua particular vulnerabilidade, se revelem de maior potencialidade criminógena e mais carecidas de apoio à inserção;
i) Os dados relativos a violência doméstica;
j) Os resultados da sinistralidade rodoviária municipal;
k) As propostas de Plano Municipal de Segurança Rodoviária;
l) Os Programas de Policiamento de Proximidade;
m) Os Contratos Locais de Segurança.

**Artigo 7.º**

**Competências do Conselho Restrito**

1. Compete ao Conselho Restrito:
   a) Analisar e avaliar as situações de potencial impacto na segurança ou no sentimento de segurança das populações, nomeadamente as suscitadas no âmbito do Conselho;
   b) Participar na definição, a nível estratégico, do modelo de policiamento de proximidade a implementar no município.
2. Compete, ainda, ao Conselho Restrito pronunciar-se sobre:
   a) A rede de postos territoriais da Guarda Nacional Republicana;
   b) A criação de programas específicos relacionados com a segurança de pessoas e bens, designadamente na área da prevenção da delinquência juvenil;
   c) Outras estratégias para a eliminação de fatores criminógenos.

## CAPÍTULO III
## Reuniões

### Artigo 8.º
### Periodicidade

1. O Conselho reúne sempre que convocado pelo presidente e, no mínimo, com uma periocidade trimestral.
2. O Conselho Restrito reúne sempre que convocado pelo Presidente e, no mínimo, com uma periocidade bimestral.

### Artigo 9.º
### Convocação das reuniões do Conselho e do Conselho Restrito

As reuniões são convocadas pelo presidente, com a antecedência mínima de quinze dias, constando da respetiva convocatória o dia, hora e local em que esta se realizará.

### Artigo 10.º
### Reuniões extraordinárias do Conselho e do Conselho Restrito

1. As reuniões extraordinárias terão lugar mediante convocação escrita do presidente, por sua iniciativa ou a requerimento de pelo menos um terço dos seus membros, devendo neste caso o respetivo requerimento conter a indicação dos assuntos que se pretendam incluir na respetiva ordem do dia.
2. As reuniões extraordinárias poderão ainda ser convocadas a pedido da Assembleia Municipal ou da Câmara Municipal.
3. A convocatória da reunião extraordinária que tenha sido solicitada por pelo menos um terço dos membros, pela Assembleia Municipal ou pela Câmara Municipal deve ser feita para um dos quinze dias seguintes à apresentação do pedido.
4. Independentemente da entidade ou órgão que teve a iniciativa de convocar a reunião extraordinária, a convocatória deve ser feita sempre com a antecedência mínima de 48 horas sobre a data da reunião extraordinária.
5. Da convocatória devem constar os assuntos a tratar na reunião, que

constituem, neste caso, a respetiva «Ordem do dia».

**Artigo 11.º**

**Ordem do dia**

1. Cada reunião terá uma «Ordem do Dia» estabelecida pelo presidente.
2. O Presidente deve incluir na «Ordem do Dia» os assuntos que para esse fim lhe forem indicados por qualquer membro do Conselho, desde que se incluam na respetiva competência e, no que se reporta às reuniões ordinárias, o pedido seja apresentado por escrito com a antecedência mínima de oito dias sobre a data da reunião.
3. Nas reuniões ordinárias, a ordem do dia deve ser entregue a todos os membros do Conselho com a antecedência de, pelo menos, cinco dias sobre a data da reunião.
4. Em cada reunião ordinária haverá um período de «Antes da Ordem do Dia», que não poderá exceder sessenta minutos, para discussão e análise de quaisquer assuntos não incluídos na ordem do dia.

**Artigo 12.º**

**Quórum**

1. A Comissão funciona com a maioria simples dos seus membros e passados trinta minutos, sobre a hora designada para o início dos trabalhos, o Presidente iniciá-los-á, desde que estejam presentes 1/3 dos seus membros.
2. Passados os trinta minutos em que não haja quórum de funcionamento, o presidente dará a reunião como encerrada, fixando desde logo dia, hora e local para nova reunião.

**Artigo 13.º**

**Uso da palavra**

1. A palavra será concedida aos membros do Conselho por ordem de inscrição, não podendo cada intervenção exceder dez minutos.
2. Em todas as reuniões do Conselho há um período aberto ao público para exposição, pelos munícipes, de questões relacionadas com as matérias de

segurança no município.

**Artigo 14.º**

**Votações**

1. As deliberações são tomadas por votação nominal, exceto quando envolvam a apreciação de comportamentos de pessoas, grupos ou entidades, situação em que o Conselho poderá deliberar o recurso ao escrutínio secreto.
2. As deliberações são tomadas por maioria absoluta de votos dos membros presentes à reunião.
3. Em caso de empate na votação, o presidente do Conselho tem voto de qualidade, exceto se a votação se tiver realizado por escrutínio secreto.
4. No caso de empate na votação por escrutínio secreto, proceder-se-á a uma Segunda votação e no caso de empate na segunda votação, tal significará a recusa da proposta.

**Artigo 15.º**

**Emissão de pareceres**

1. Os pareceres são elaborados por um membro do Conselho, designado pelo presidente.
2. Sempre que as matérias em causa o justifiquem, poderão ser constituídos grupos técnicos de trabalho, que terão por objetivo a apresentação de um projeto de parecer.
3. Em casos específicos, o Conselho, através do presidente, poderá solicitar a colaboração de entidades exteriores para a elaboração de estudos técnicos.
4. Os pareceres, incluindo os estudos técnicos de suporte, são apresentados aos membros do Conselho com, pelo menos, cinco dias de antecedência em relação à data agendada para o seu debate e deliberação.

**Artigo 16.º**

**Atas**

1. De cada reunião será lavrada ata, que conterá um resumo de tudo o que nela tiver ocorrido, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os

membros presentes, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas e a forma e o resultado das respetivas votações.

2. As atas são lavradas pelo secretário do Conselho e submetidas à aprovação de todos os membros no final da respetiva reunião ou início da seguinte, sendo assinadas, após aprovação, pelo presidente e pelo secretário.
3. Nos casos em que o Conselho assim o delibere, a ata poderá ser aprovada, em minuta, logo na reunião a que disser respeito.
4. Os membros do Conselho podem fazer constar da ata o seu voto de vencido e as razões que o justificam.
5. Os pareceres previstos no artigo 15.º não necessitam de ser transcritos em ata, podendo ficar arquivados em anexo à mesma, cabendo ao secretário assegurar que tais pareceres sejam enviados às entidades competentes.

## CAPÍTULO IV
## Disposições finais

### Artigo 17.º
### Posse

Os membros do Conselho tomam posse perante a Câmara Municipal.

### Artigo 18.º
### Apoio logístico

Compete à Câmara Municipal prestar o apoio logístico necessário ao funcionamento do Conselho.

### Artigo 19.º
### Dúvidas e omissões

Quaisquer dúvidas que surjam na interpretação deste regulamento, ou perante casos omissos, as dúvidas ou omissões serão resolvidas por deliberação da Câmara Municipal.

### Artigo 20.º
### Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*.